

Filipe Alves Moreira

***A Crónica de Portugal de 1419:*
Fontes, Estratégias e Posteridade**



Faculdade de Letras do Porto
2010

Filipe Alves Moreira

A Crónica de Portugal de 1419:
Fontes, Estratégias e Posteridade

Faculdade de Letras do Porto
2010

**Dissertação de Doutorado em
Literaturas e Culturas Românicas
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Miranda**

À memória de Fernão Lopes, Rui de Pina e Duarte Galvão,
Importantes artífices disso a que chamamos *Portugal*

AGRADECIMENTOS

É certamente desnecessário recordar que qualquer trabalho com estas características é, antes de mais, da iniciativa do seu autor, só ele devendo ser responsabilizado pelo que de melhor ou pior, excelente ou péssimo, útil ou inútil o trabalho contenha.

Mas não é menos desnecessário (e justo) deixar aqui memória de um conjunto de pessoas e instituições sem cujo contributo esta dissertação não só não seria o que é, como seria qualquer coisa de significativamente mais pobre.

Menciono, em primeiro lugar, o Professor Doutor José Carlos Miranda, que me lançou nos Estudos Medievais e foi criando ao longo dos últimos anos todas as condições para que um conjunto de pessoas, entre as quais me incluo, pudesse ir fazendo alguma coisa nesse domínio. O Professor José Carlos Miranda foi também, e especificamente, quem me sugeriu o desafio para estudar a Crónica de 1419, e isso terá sido porventura o essencial. Digo isto porque dificilmente concebo um assunto cujo tratamento me fosse tão grato, a ponto de poder relativizar os momentos de solidão, desânimo, dúvidas e *cercos mentais* que a elaboração de uma dissertação sempre acarreta.

Tenho também muito a agradecer a todos os membros e colaboradores do SMELPS (que são aquele conjunto de pessoas a que me referia), pelo ambiente de amizade, entajada e constante questionamento. Permita-se-me, porém, especificar, devido a certas afinidades electivas, a Joana Gomes e a Isabel Correia. A Joana, por partilhar comigo o gosto pelas Crónicas, pela *hispanidad*, pela Realeza (mau grado o, ou por causa do, «republicanismo cultural» de que ambos mais ou menos somos produto) e também, embora possa não parecer, pelo final da Idade Média. A Isabel Correia, porque, apesar de andar por caminhos bem diversos dos meus, acompanhou por dentro a elaboração desta dissertação, aliás coincidente com a elaboração da sua própria dissertação. E também à Professora Doutora Maria do Rosário Ferreira, que teve a paciência de ler e comentar este trabalho, estou muito e muito especialmente agradecido.

À minha família (sobretudo a ela, mas não precisaria dizê-lo), à Natália (e também aqui não preciso de muitas palavras), aos meus amigos, colegas e a todas as pessoas que se foram cruzando comigo ao longo dos últimos anos e me forneceram desde a mais complexa informação à mais simples fotocópia, vai também o meu mais

sincero Obrigado. A competência e a simpatia que, por norma, encontrei entre os funcionários de instituições públicas a que fui recorrendo (as Bibliotecas Nacionais de Portugal e Espanha, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo – a «Casa de Fernão Lopes» –, a Biblioteca Pública de Évora, a Biblioteca do Palácio da Ajuda, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e, muito especialmente, as Bibliotecas Públicas de Guimarães e do Porto e a Biblioteca da Faculdade de Letras desta última cidade) são qualidades que me acho também no dever de salientar.

À Fundação Para a Ciência e a Tecnologia devo as condições materiais que me possibilitaram a execução deste trabalho, mediante a concessão de uma Bolsa de Estudos. Sem ela, nunca esta tese teria podido passar das intenções.

À Isabel Dias, da Universidade do Algarve, agradeço a simpatia e disponibilidade com que me forneceu trabalhos seus e comentou comigo algumas questões relativas à C1419.

Ao Professor Arthur Lee-Francis Askins, da Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA, cuja competência, simpatia e capacidade de dinamizar equipas todos conhecem, tenho também a agradecer (e muito) o conjunto de preciosas informações que me facultou, a oportunidade que me deu de poder colaborar com o BITAGAP e o que com ele aprendi sobre o trabalho científico e a partilha do saber. É do Professor Askins a norma com que gostaria de terminar: **desconfiar, insistir, saber parar**¹.

¹ JORGE (2000).

«...Falemos, se quiserdes, de um passado que não tivéssemos tido»

Veladora de *O Marinheiro*

INTRODUÇÃO

Em Junho de 1942, Artur de Magalhães Basto anunciou ao congresso Luso-espanhol para o progresso das ciências, que nesse ano se realizava na cidade do Porto, uma sensacional descoberta que havia pouco a fortuna lhe proporcionara: nada menos que uma crónica portuguesa quatrocentista que incluía a história dos nossos cinco primeiros reis². Encontrava-se o achado, juntamente com outras peças de menos sensacional mas não menor importância, num códice quinhentista oriundo da outrora rica biblioteca do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e actualmente à guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto com o número 886, códice cuja consulta Magalhães Basto requerera, conforme ele próprio confessava, «sem grande entusiasmo»³. Na verdade, este não era um manuscrito desconhecido: Herculano manejava-o e rubricara-o aquando da sua passagem como bibliotecário do referido estabelecimento, e os seus sucessores de finais do século XIX haviam-no classificado como sendo mais uma de entre as largas dezenas de cópias das crónicas de Duarte Galvão e Rui de Pina que povoam diversos arquivos nacionais e internacionais, embora tivessem notado que o seu texto discrepava um tanto do das edições que corriam⁴. Foi talvez esta indicação, aliada ao carácter miscelânico do cartapácio, o que incitou o erudito investigador a lê-lo e, depois de perceber o que tinha em mãos, a iniciar uma meritória campanha de investigação e divulgação centrada nos árduos problemas suscitados pela nossa antiga historiografia, sobretudo aqueles que mais de perto se relacionavam com o *seu* manuscrito. Materializou-se essa campanha em numerosos artigos de jornal – terreno que pisava com incomparável destreza, aliando, como poucos, a solidez dos raciocínios à clareza da exposição –, conferências, comunicações a congressos ou palestras várias, de que se viriam a fazer cómodas e úteis reuniões em livro⁵. Entretanto, três anos bastaram para que desse a lume uma muito aguardada edição diplomática de todo o códice nº 886 e anunciasse como estando em preparação um segundo volume no qual ofereceria uma versão actualizada da crónica recém-descoberta e, aprofundando e consolidando o que entretanto vinha dizendo em jornais e publicações avulsas, se ocuparia dos diversos problemas por ela suscitados (autoria, fontes, estilo, relações com a cronística posterior, etc). Como antecipação, juntava à

² BASTO (1960), pp. 46-50.

³ BASTO (1960), p. 49.

⁴ CATÁLOGO (1879).

⁵ BASTO (1943), (1951) e (1960).

edição diplomática um conjunto de textos de natureza historiográfica, alguns dos quais inéditos à época, que importaria ter em conta para uma correcta ponderação destes assuntos⁶.

O prometido segundo volume nunca passaria, porém, das intenções. Com efeito, e para além das dificuldades facilmente adivinháveis num projecto de tal envergadura, ocorreria, entretanto, nova e sensacional descoberta que obrigaria a reponderar os dados da questão. Pouco tempo após o achado de Magalhães Basto, o Padre Carlos da Silva Tarouca, ao catalogar e descrever o importante fundo bibliográfico da Casa Cadaval, deparava-se com um manuscrito presumivelmente da época manuelina cuja parte mais substancial era ocupada por uma cópia da mesma crónica que havia sido encontrada pelo Dr. Basto, mas acrescentada dos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, o que permitia afiançar o carácter incompleto do transunto de origem crúzia. O Padre Tarouca encetaria, então, uma campanha de investigação que apesar de menos extensa que a do seu confrade do Porto não seria de menor importância, começando por editar o reinado de D. Dinis acompanhado de extenso estudo⁷ e oferecendo seguidamente a edição integral da crónica⁸ bem como um artigo-síntese⁹. As iniciativas de Magalhães Basto e Silva Tarouca logo seriam secundadas por diversos outros investigadores portugueses e estrangeiros, originando rapidamente uma importante bibliografia¹⁰.

Ora, quem quer que folheie actualmente as dezenas de páginas que nos vinte anos subsequentes às descobertas de Magalhães Basto e Silva Tarouca se escreveram a esse respeito facilmente constatará que as atenções da crítica se centraram, de forma persistente e por vezes radicalizada, no problema da autoria da «Crónica de 1419» (designação que, após algumas hesitações, viria a vingar). Em boa verdade, tal seria dificilmente evitável. De facto, a questão da autoria das crónicas dos sete primeiros reis portugueses vinha sendo, pelo menos desde Damião de Góis e talvez já um pouco antes, um dos assuntos mais discutidos e apaixonadamente debatidos por praticamente todas as gerações de estudiosos, investigadores, escritores e historiadores que desde então se sucederam. De uma maneira ou de outra, a maioria deles inclinava-se para admitir que Fernão Lopes tinha sido quem primeiro as redigira, não sendo, nesta perspectiva, o texto

⁶ BASTO, ed. (1945).

⁷ TAROUCA, ed. (1947).

⁸ TAROUCA, ed. (1952-1953).

⁹ TAROUCA (1951).

¹⁰ Cujas súmula pode ler-se em BASTO (1960), pp. 509 - 548. Cf. também MACCHI (1963).

atribuído a Duarte Galvão e Rui de Pina senão uma (infeliz) «caiadura»¹¹ do trabalho daquele seu antecessor na tarefa de escrever as crónicas oficiais. E como Fernão Lopes sempre parece ter tido a melhor das reputações seja quanto ao estilo, seja – e sobretudo – quanto à veracidade histórica dos seus relatos, comumente se tinha por um irreparável dano para a cultura portuguesa a circunstância de se poderem considerar perdidas as crónicas dos sete primeiros reis tal como ele as escrevera.

Nestas circunstâncias, a descoberta de um texto coevo do grande cronista cuja matéria coincidia, exactamente, com a parte da sua obra considerada perdida e que, ainda por cima, tinha sido a evidente base de trabalho dos cronistas manuelinos não podia deixar de ser entendida, como de facto o foi, como a prova de que tinham razão todos aqueles que vinham suspeitando a autoria de Fernão Lopes por trás dos textos atribuídos a Pina e Galvão. Até porque, sendo esse o caso, a crítica e a cultura portuguesas poderiam finalmente, e após séculos de silêncio, ter em conta uma versão dos acontecimentos passados certamente mais autorizada – pensava-se – do que aqueles com que até aí se tivera de contentar.

A elevada consideração em que a obra de Fernão Lopes fora comumente tida impediria, no entanto, que a autoria da *Crónica de 1419* lhe fosse unanimemente atribuída e, por via disso, contribuiria para o afunilamento e radicalização de posições a que me referia. Efectivamente, a reputação do cronista de Avis exigiria que apenas obras do mais alto quilate literário e da mais sólida veracidade histórica lhe pudessem ser verosimilmente assacadas. E a verdade é que a crónica então descoberta parecia estar longe de cumprir cabalmente tais atributos, pois não só o seu estilo jamais se elevaria à altura do das páginas seguramente lopesinas, como os seus capítulos estavam cheios dos maiores milagres e das mais inacreditáveis fábulas, algumas das quais, aliás, já suficientemente *desacreditadas*. Acrescentem-se alguns dados mais objectivos, tais como a ausência de determinados factos dos primeiros reinados para que as *Crónicas* de D. Pedro, D. Fernando e D. João remetiam, e compreender-se-á que a tese da autoria lopesina tenha sido logo contestada e que outras alternativas tenham surgido (autoria efectiva do Infante que o texto menciona, provável feitura crúzia, carácter compósito do texto indiciando diferentes autores, etc.).

Seria injusto não reconhecer, todavia, que, se bem que a questão da autoria tenha sido desde o início a mais tratada, a crítica das décadas de 40 e 50 logrou ir além dela, e

¹¹ Metáfora de BELL (1931 e 1986).

avançar algumas importantes conclusões e pistas de trabalho no que diz respeito à *Crónica de 1419* e ao lugar por ela ocupado na evolução da historiografia portuguesa. Nesse sentido, e sendo da maior justiça destacar os nomes de Magalhães Basto e Lindley Cintra, foi possível apurar, por exemplo – e fico-me por apertações de mais imediata importância – que a fonte estrutural desta obra foi a *Crónica de 1344*; que entre as suas fontes se encontra boa parte da produção historiográfica e para-historiográfica anterior; que não só Duarte Galvão e Rui de Pina, mas também Cristóvão Rodrigues Acenheiro basearam nela, em grande medida, as suas obras; que seria possível rastrear outros ecos da sua difusão, etc. Entretanto, a investigação dessas décadas abria novos rumos e, ramificando-se, originava importantes observações sobre outros textos (como a chamada *IIª Crónica Breve*, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a *Crónica da Conquista do Algarve* ou mesmo *Os Lusíadas*), numa clara manifestação de como a compreensão de qualquer obra da cronística medieval portuguesa aumentará se a equacionarmos nas suas diversas relações com outras obras que a antecederam ou que se lhe seguiram.

Por sua vez, a investigação das décadas seguintes, e muito particularmente a dos últimos vinte anos, talvez porque maioritariamente alicerçada num paradigma predominantemente textualista (por oposição às concepções historicistas ou filológicas até então dominantes) abandonaria muitas das questões até então mais discutidas acerca e a propósito da *Crónica de 1419*, acabando por se centrar em análises mais ou menos detalhadas de determinado episódio, reinado ou trecho da obra, e já não nos estudos globalizantes que tinham sido a meta de pelo menos uma parte das gerações anteriores. Tem-se verificado, portanto, um maior aprofundamento no conhecimento da dimensão especificamente literária da *Crónica*. Simultaneamente, outras áreas do saber – com previsível predomínio da História – têm dado um fecundo contributo para o seu estudo, permitindo as actualmente tão apregoadas quanto desejáveis transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. E não há que esquecer, claro, a magnífica edição crítica que Adelino de Almeida Calado deu a lume no final dos anos 90, a qual passou a constituir, por direito próprio, o texto de referência da *Crónica de Portugal de 1419*¹².

Assim as coisas, creio, porém, que continua a fazer falta o estudo globalizante que já esteve na mente de alguns investigadores e que chegou a ser prometido por

¹² CALADO, ed. (1998).

Magalhães Basto. Não, evidentemente, para retomar os parâmetros conceptuais e metodológicos próprios da investigação de meados do século XX, mas para, sem esquecer o seu contributo, lhe acrescentar, numa síntese possível, as aporções da crítica mais recente e novas propostas com vista a uma releitura textualmente global e articulada da *Crónica de 1419*. É esse o estudo que me proponho realizar.

A envergadura do projecto exige, contudo, e desde já, algumas precisões e clarificações. Assim, por «estudo globalizante» não deverá entender-se, como é óbvio, um estudo que dê conta de *todas* as problemáticas suscitadas por esta crónica. Mais modesta, realística e concretamente, o que pretendo é estudá-la na sua globalidade (e não apenas este ou aquele episódio, trecho ou reinado), buscando *dois grandes objectivos: compreender os seus mecanismos de construção textual e situá-la no devir da cronística medieval e tardo-medieval portuguesa*. Objectivos cuja obtenção pressupõe e implica, por sua vez, a enunciação de outras metas e a necessidade de se fazerem escolhas a diversos níveis. Vejamos quais, acompanhando esquematicamente e a modo de roteiro preparatório o travejamento geral da presente dissertação¹³.

Num capítulo que se dirá prolegómeno, apresento o meu objecto de estudo privilegiado, a *Crónica de 1419*, dando conta dos manuscritos que dela subsistem, respectiva datação e conteúdo, e trato seguidamente, em jeito de comentário, a inevitável questão da autoria desta obra. Capítulo basicamente de síntese, em que apresento e criticamente analiso o que já é sabido ou vem sendo defendido, as suas novidades, a rigorosamente havê-las, residirão mais propriamente na perspectiva crítica e na avaliação de factos ou teses previamente delineadas¹⁴.

Os capítulos seguintes, genericamente colocados sob a designação de «Fontes e Estratégias», ligam-se sobretudo ao primeiro dos dois grandes objectivos há pouco referidos, ou seja, o de compreender os mecanismos de construção textual da *Crónica de 1419*. Neles, o caminho que mais demoradamente trilharei será o de identificar até onde seja actualmente possível as fontes da obra e perceber como foram elas usadas pelo redactor do século XV: o que reteve, o que não reteve, o que modificou, o que acrescentou, o que modelizou e com que sentido(s) o fez. Procurando como que refazer

¹³ Reservo para o início dos capítulos a explicitação de critérios e metodologias, limitando-me aqui a considerações introdutórias de carácter geral.

¹⁴ À excepção de dois manuscritos que contêm cópias fragmentárias da C1419 e cuja identificação será aqui feita pela primeira vez.

o processo de construção textual seguido por esse redactor, dividirei as suas fontes hoje conhecidas em «fonte estrutural básica», «fontes estruturais suplementares» e «fontes secundárias», procurando apreender, em cada caso, o tipo de aproveitamento a que foram sujeitas. Situo-me aqui, como aliás ao longo de praticamente toda a dissertação, no âmbito de práticas e considerações essencialmente filológicas, discursivas e/ou narratológicas, e espero, em síntese, poder ajudar a caracterizar um processo de escrita e a particular visão do mundo que nele se estrutura. Fazendo-o, estarei ainda a situar a *Crónica de 1419* na produção historiográfica medieval portuguesa, relevando o que nela é identidade e o que nela é diferença.

Por último, cuido, na parte intitulada “posteridade”, da sobrevivência da *Crónica de 1419*, rastreando ecos da sua difusão, recepção e utilização nos tempos que imediatamente se lhe seguiram, particularmente ao longo da centúria de quinhentos. Inverto, por assim dizer, a perspectiva dos capítulos anteriores, sendo agora a *Crónica de 1419* a obra que outros aproveitaram e sobre a qual outros processos de escrita se realizaram e outras mundividências se estruturaram. Ali foz, será ela aqui nascente, entendendo eu que só estudando-a nesta dupla vertente poderá o seu significado na cultura portuguesa ficar devidamente apreendido. O estudo de textos que denotam tê-la conhecido e utilizado pode, além disso, contribuir para colmatar algumas das lacunas actualmente verificáveis nos manuscritos que subsistem, ajudando a perceber que outros episódios dela fariam ou não parte. Esta será, por outro lado, e de vários pontos de vista (mesmo do estritamente factual), talvez a parte em que apresentarei maiores novidades, pois, segundo espero demonstrar, o conhecimento e aproveitamento da *Crónica de 1419* pelos historiógrafos das gerações seguintes foi maior do que se tem pensado ou dado a entender. Talvez não se me leve a mal, por isso, que entenda esta parte também como estímulo a que outros venham a percorrer a mesma senda.

Em jeito de síntese (provisoriamente) final, qual o contributo que com este trabalho pretendo dar ao estudo da cronística medieval em língua portuguesa, particularmente de uma das suas obras mais importantes? No essencial, e de resto como de uma dissertação deste tipo se esperaria, viso rever anteriores leituras, trazer outros elementos à discussão, propor diferentes interpretações e levantar novos problemas, tudo isto de forma o mais possível integrada, e não atomística – ou, melhor, atomística apenas enquanto etapa necessária à leitura globalizante e integradora que fundamentalmente ambiciono. Pretendo, depois, dar a conhecer e chamar a atenção para

textos ainda pouco conhecidos, pouco lidos e quase nada (ou mesmo nada) estudados, e se isto é válido sobretudo no que diz respeito à produção medieval e tardo-medieval, sê-lo-á também quanto a determinadas contribuições críticas contemporâneas nem sempre tidas na devida conta.

I – A *Crónica de Portugal de 1419*

«Já que muitos empreenderam compor uma narração dos factos
que entre nós se consumaram...»

LUCAS, 1, 1

A Crónica de Portugal de 1419

1. Manuscritos: datação, conteúdo e relações estemáticas

A obra actualmente conhecida pela designação de *Crónica de Portugal de 1419* (ou, mais simplificada, *Crónica de 1419*¹⁵ - C1419) chegou até nós em cinco manuscritos, dois dos quais contêm cópias relativamente íntegras da crónica, ao passo que os restantes incluem apenas um dos reinados por ela abrangidos.

. O ms. C

O mais antigo e também o mais extenso dos cinco é o códice actualmente à guarda da Biblioteca particular da Casa Cadaval (Muge, Santarém) com a cota M – VIII – 15¹⁶ (C), o qual consta de 217 fólios de papel. Foi copiado por várias mãos ao longo do século XVI e, conforme o demonstra o seu processo constitutivo, certamente com o propósito de dar corpo a uma história dos reis de Portugal o mais completa possível. Assim:

- a) A 1ª mão abriu o códice com um título («Estas sam as caronyquas dos Reys de Portugal ã que se declara a sua gronoligia e trõquo e linhaJem domde decemdem comesando ã o cõde dom anrjque ate elRey dom Johão ho segũdo»), copiou em seguida o prólogo da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, «versão vulgata», e, após ter intercalado uma notícia a respeito da chegada do Gama à Índia, prosseguiu o seu trabalho com os três primeiros capítulos dessa mesma obra, ocupando com tudo isto os fólios 1 – 5v; após isso e até ao último fólio em que comparece (179r), copiou o texto da *Crónica de 1419* propriamente dita, deixando todavia em branco vários fólios ou partes de fólios que outras mãos viriam a preencher;
- b) A 2ª mão modificou o título escrito pela primeira (riscou «Johão ho segundo» e acrescentou «aº deste nome o qto e setymo Rey de portugall») e bastante mais à frente, já no fólio 83r, copiou um pequeno excerto da *Crónica de D. Dinis* de Rui de Pina;

¹⁵ A paternidade da designação cabe a CINTRA (2009, I).

¹⁶ *Olim* 965. Foi já descrito por TAROUCA, ed. (1947), TAROUCA, ed. (1952-1953, I), CALADO, ed. (1998) e pelo sítio do BITAGAP: <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1146.html>, consultado a 5/11/2009. Concentro-me especialmente, nesta como em todas as restantes descrições de manuscritos, em aspectos de conteúdo, relações textuais e trajectos.

- c) A 3ª mão copiou várias passagens das *Crónicas* de D. Dinis e D. Afonso IV de Pina (fólios ou partes dos fólios 83v-87v; 95v - 96v; 99r; 113v-114v; 118r-128r; 129r-132r; 133r-137r; 144v-145v; 146v-150v; 163v- 164v; 165v-166v; 179r-194r; 194v-196r; 198v-205v; 208r; 210v- 213v; 216r-217r);
- d) A 4ª mão é responsável pelos actuais fólios 88 e 89, que tratam episódios do reinado de D. Dinis; tem, porém, uma característica que a diferencia de todas as outras, pois estes fólios faziam originalmente parte de um outro manuscrito, tendo sido, portanto, artificialmente inseridos em C; apesar de ser ainda situável, tal como as restantes, no século XVI, é esta a mais moderna das letras do códice¹⁷;
- e) A 5ª mão revezou-se com a terceira na tarefa de preencher as lacunas deixadas pela primeira com texto oriundo da *Crónica de D. Afonso IV* da autoria de Rui de Pina; são dela os fólios (ou partes dos fólios) 128r-128v; 132r-133r; 137v-138r; 139r-144r; 145v-146r; 194r-194v; 196v- 198r; 205v-207v; 208v-209v; 213v-215v.
- f) Em branco ficaram os fólios (ou partes dos fólios) 87v, 89v, 96v, 99r, 114v, 122v, 138v, 164v, 166v e um fólio não numerado entre o 96 e o 97.
- g) Além disso, mão coeva à 1ª (se não ela própria) deixou numerosas notas marginais acompanhando o texto pertencente à *Crónica de D. Afonso Henriques* e à *Crónica de 1419* propriamente dita.

Embora o Padre Carlos da Silva Tarouca tenha arranjado uma complexa explicação para o curioso aspecto deste manuscrito, vendo nele uma peça de trabalho dos cronistas ao serviço de D. Manuel (que assim iriam construindo o seu texto a partir de uma crónica anterior que teriam pretendido esconder¹⁸), o processo que conduziu à sua constituição é fácil de se perceber «quando [o] examinamos com o espírito aberto à evidência das coisas¹⁹». Tão fácil que a explicação ocorreu, independentemente, a Magalhães Basto²⁰, Costa Pimpão²¹ e Diego Catalán²², e foi aceite sem reservas por Adelino Calado: alguém, que terá inicialmente pretendido fazer uma história dos reis de

¹⁷ Sobre estes dois fólios, que considero conterem uma porção textual da própria C1419, veja-se o que digo em Apêndice.

¹⁸ TAROUCA, ed. (1947), TAROUCA (1951). A explicação correcta chegou, ainda assim, a ser ponderada – mas logo afastada – pelo Pe. Tarouca: TAROUCA (1951), p. 5.

¹⁹ CALADO, ed. (1998), p. XI.

²⁰ BASTO (1960), p. 534.

²¹ PIMPÃO (1972).

²² CATALÁN (1974), pp. 32-33.

Portugal até D. João II, copiou um exemplar da *Crónica de 1419* e, porque notou, pela falta de fólios ou pela quebra da matéria narrativa, a sua incompletude, lançou mão da Crónica de Galvão para a lacuna inicial do reinado de D. Afonso I e foi deixando em branco os fólios que entendeu suficientes para o preenchimento das restantes lacunas, todas elas situadas nos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV²³; posteriormente, outros indivíduos restringiram o alcance do conteúdo do manuscrito apenas até ao reinado de D. Afonso IV e foram completando as lacunas deixadas pela primeira mão com as passagens narrativa e cronologicamente correspondentes das Crónicas de Rui de Pina; por último, ainda um outro indivíduo segregou dois fólios de um manuscrito alheio e intercalou-os na parte de C consagrada ao reinado de D. Dinis.

Pelo facto de copiar o prólogo e os três primeiros capítulos da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, «versão vulgata», C começou a ser escrito necessariamente depois de 1505; e deve tê-lo sido antes de 1510, não tanto porque tenha que ser forçosamente anterior às Crónicas de Pina²⁴ (pois não é impensável que o facto de a 1ª mão não as ter aproveitado se deva apenas a desconhecimento delas, e não à sua inexistência), mas devido à circunstância de, no pequeno trecho relativo à viagem do Gama, o copista ter inicialmente escrito “1507”, que posteriormente corrigiu para “1497”²⁵, o que indicia que a década de 1500 lhe ocorria instintivamente à pena, certamente por estar ainda em curso. As características paleográficas de todas as mãos do códice permitem, em todo o caso, situá-las ao longo do século XVI, pelo que a sua feitura terá progredido faseadamente desde as primeiras até às últimas décadas dessa centúria.

Da sua origem e percurso até à entrada na Biblioteca da Casa Cadaval muito pouco se pode dizer. Uma série de referências, que Tarouca julga serem assinaturas autógrafas²⁶, ao conhecido Arcebispo de Braga e Bispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha (vivo entre 1577 e 1643) exaradas no último fólio possibilitam a hipótese de ter sido este, em algum momento, o seu possuidor²⁷. Para além disso, também se pode avançar a suposição de a sua feitura ter sido iniciada em Lisboa²⁸, graças, uma vez mais, a uma referência que consta da memória relativa a Vasco da Gama: “ElRey dom manuel nosso

²³ Na maioria dos casos, o texto da C1419 é suspenso ou retomado a meio de frases, o que denuncia claramente a perda de fólios no exemplar a partir do qual C foi copiado, ou em algum seu antecedente.

²⁴ CALADO, ed. (1998), p. X.

²⁵ CALADO, ed. (1998), p. XI.

²⁶ TAROUCA, ed. (1947), p. 11.

²⁷ CALADO, ed. (1998), p. XV, duvida, porém, e creio que com razão, desta tese.

²⁸ CALADO, ed. (1998), p. XI.

sr m̃odou daquy desta çidade de Lix^a [3r]; e, como a seu tempo veremos, é ainda possível relacionar a feitura deste còdice, ou de um seu antecedente, com a Ordem de Cristo.

O ms. C foi (re)descoberto por Carlos da Silva Tarouca, S. J., na Biblioteca da Casa Cadaval, em 1943, e por ele publicado, de forma parcial – reinado de D. Dinis – em 1950 (com data de 1947), e na íntegra em 1952-1953. Foi, além disso, o texto-base da edição crítica da *Crónica de 1419* da responsabilidade de Adelino de Almeida Calado (1998).

. O ms. P

O segundo dos manuscritos actualmente conhecidos que contêm o texto da *Crónica de 1419* é o nº 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto²⁹ (P). Trata-se de um còdice de 213 páginas escritas em papel, constituído por diversos textos copiados por uma mesma mão, de finais do séc. XVI ou princípios do seguinte, encontrando-se ainda em algumas páginas anotações posteriores à sua feitura.

A *Crónica de 1419* propriamente dita principia na página 1 e termina na página 178³⁰, no reinado de D. Afonso III (o que explica o título: «Cronica Dos 5³¹ primeiros Reis de Portugal Dõ Affonso 1º Dõ Sancho 1º Dõ Affº 2º Dõ Sancho 2º Dõ Affº 3º»³²). O seu texto apresenta várias lacunas certamente herdadas do modelo e apenas detectáveis pela leitura e comparação com C, pois, ao contrário do que sucedeu com este último manuscrito, o copista de P não deixou nenhum espaço em branco ao transcrever a C1419. A ela, seguem-se:

- a) Um relato da doação do castelo e vila de Santa Olaia ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, no tempo de D. Afonso Henriques (178-179);
- b) Uma cópia do letreiro que acompanhava a sepultura de D. Afonso I em Santa Cruz (179-183);
- c) Uma narrativa sobre o aparecimento de Santiago a um bispo da Grécia (183 - 185);

²⁹ Foi já descrito por CATÁLOGO (1879), BASTO, ed. (1945), CALADO, ed. (1998) e pelo sítio do BITAGAP: <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1077.html>, consultado em 5/11/2009.

³⁰ O manuscrito está, como se vê, numerado por páginas, e não por fólhos.

³¹ Adição de mão posterior.

³² Página inicial, não numerada. Na página 1, encontra-se um título muito semelhante: “Cronica de 5 reis de Portugal s. do primeir Dom Aº Henrriquez do 2º seu fº Dõ Sancho do 3º Dõ Aº Do 4º dom Sancho capello seu fº do 5º dom aº conde de Bolonha que foi dado por governador do rejno em vida delrej dom Sancho capello pello pe sto”.

- d) Um relato das aventuras e desventuras dos cinco mártires de Marrocos e sua trasladação para Coimbra por ordem de D. Pedro Sanches (186-205);
- e) Vários milagres atribuídos a esses mártires (205-209);
- f) Duas páginas em branco (210-211);
- g) Uma lista dos reis de Portugal de D. Afonso I a D. Manuel (212-213).

Também ao contrário do que se passa com C, a origem de P não oferece qualquer dúvida: trata-se de um códice originário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de onde foi para o Porto aquando da extinção das ordens religiosas na primeira metade do século XIX. É referenciado no catálogo da biblioteca daquele estabelecimento religioso elaborado por D. José de Avé Maria em princípios de oitocentos³³, e o próprio manuscrito fornece vários elementos que permitem adjudicá-lo a essa origem³⁴.

Foi descoberto, ou melhor, foi correctamente identificado, por Artur de Magalhães Basto, em 1942. O mesmo investigador deu dele uma leitura paleográfica em 1945, prometendo ainda uma edição modernizada que nunca chegaria a ultimar.

. A cópia fragmentária Pf

Para além destes códices, há ainda a considerar na tradição manuscrita da *Crónica de 1419* três cópias parciais. A primeira a ter sido identificada³⁵ é a que se encontra no ms. 848 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, e será aqui designada por «Pf».

O ms. 848 da BPMP³⁶, constituído por 244 fólios escritos em papel e, aparentemente, por uma só mão³⁷ entre 1586³⁸ e depois de 1597³⁹, é uma das muitas

³³ MADAHIL (1928).

³⁴ Por exemplo, na página 205, respeitante aos milagres operados pelos cinco mártires de Marrocos, lê-se: “Auia hũa molher em esta cidade de Coimbra [...]” Cf. BASTO, ed. (1945), p. 244. Refira-se que este manuscrito foi também referenciado, no séc. XVII (1631), por um monge de Santa Cruz, que dele resumiu os primeiros capítulos, respeitantes ao Conde D. Henrique e a D. Afonso Henriques, segundo nota BASTO, ed. (1945), na introdução não numerada.

³⁵ Por Magalhães Basto: BASTO (1960).

³⁶ Foi já descrito pelo CATÁLOGO (1879) e pelo sítio do BITAGAP [<http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1309.html>, consultado em 14 de Agosto de 2009], com elementos por vezes diversos dos que aqui apresento.

³⁷ Posteriormente, pelo menos um leitor acrescentou-lhe algumas notas marginais.

³⁸ Fólio 1r: “In Nomine Dominj Incipiunt Cronjcae Regum hujus inclitae lusitaniae Anno dnj 1586”

³⁹ Fólio 37v, referindo-se ao *Juramento da aparição de Cristo em Ourique*: “achouse em o cartório de Alcobaca o anno de 1597 este pergaminho”.

dezenas de cópias actualmente subsistentes das crónicas de Duarte Galvão e Rui de Pina, mas inclui também, e como não raro acontecia, alguns outros textos. Assim:

- a) Os fólhos iniciais, não numerados, estão completamente em branco;
- b) Os fólhos 1r-2v contêm um prólogo do compilador;
- c) Os fólhos 3r-31v contêm uma cópia da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, «versão vulgata»;
- d) O fólho 31v contém uma cópia do epitáfio antigo da sepultura de D. Afonso Henriques;
- e) O fólho 32r contém uma cópia do epitáfio do túmulo de D. Afonso Henriques mandado erigir por D. Manuel e um Soneto sobre o mesmo assunto (“Que quereis ou que buscais neste sepulchro”);
- f) Os fólhos 33r-35r incluem uma cópia do capítulo da *Crónica de D. Manuel*, de Damião de Góis, dedicado à ascendência e linhagem da rainha D. Mafalda⁴⁰;
- g) Os fólhos 35r-37v contêm uma cópia de outro capítulo da *Crónica de D. Manuel*, de Góis, este dedicado à ascendência e linhagem do Conde D. Henrique⁴¹;
- h) Os fólhos 37v-38v incluem uma cópia do *Juramento da aparição de Cristo em Ourique*, em latim, seguida da declaração do notário Tomé da Cruz acerca da sua fidedignidade;
- i) Os fólhos 39r-49r estão em branco;
- j) O fólho 50 contém um Index da *Crónica de D. Sancho I*;
- k) Os fólhos 50r-63v incluem uma versão algo resumida da *Crónica de D. Sancho I* da autoria de Rui de Pina⁴²;
- l) Os fólhos 64r-67v estão em branco;
- m) Os fólhos 68r-68v incluem um Index da *Crónica de D. Afonso II*;
- n) Os fólhos 69r-71v estão em branco;
- o) Os fólhos 72r-81r contêm uma versão, também algo resumida, da *Crónica de D. Afonso II* de Rui de Pina⁴³;

⁴⁰ Capítulo LXXI da 4ª Parte.

⁴¹ Capítulo LXXII da 4ª Parte.

⁴² O copista omitiu, por exemplo, os capítulos que Pina dedicara a feitos de D. Sancho quando ainda infante, deixando registada a razão por que o fez: “De como o Infante Dom Sancho foi cercado em Santarem por miramolim de Marrocos se achara na chronica de seu pay dom Afonso Amrriquez vede o capº 55” (fólho 57r).

- p) O resto do f6lio 81 cont6m um breve resumo do reinado de D. Sancho II;
- q) Os f6lios 82r-88v est6o em branco;
- r) Os f6lios 89r-90r cont6m um Index da *Cr6nica de D. Sancho II* de acordo com o texto da *Cr6nica de 1419*;
- s) Os f6lios 90v-91v est6o em branco;
- t) Os f6lios 92r-99r incluem uma c6pia do reinado de D. Sancho II de acordo com o texto da *Cr6nica de 1419*, mas com cap6tulos numerados sequencial e independentemente, como se de uma cr6nica individual se tratara;
- u) Os f6lios 100r-104v est6o em branco;
- v) Os f6lios 105r-106v incluem um Index da *Cr6nica de D. Afonso III*;
- w) O f6lio 107 est6 em branco;
- x) Os f6lios 108r-119r cont6m uma c6pia da *Cr6nica de D. Afonso III* da autoria de Rui de Pina;
- y) Os f6lios 119v-123v est6o em branco;
- z) Os f6lios 124r-126r cont6m um Index da *Cr6nica de D. Dinis*;
- aa) Os f6lios 124r-163v incluem uma c6pia da *Cr6nica de D. Dinis*, de Pina;
- bb) Os f6lios 164r-171v est6o em branco;
- cc) Os f6lios 172r-176v cont6m um Index da *Cr6nica de D. Afonso IV*;
- dd) Seguem-se 6 f6lios intercalados e n6o numerados que cont6m o Pr6logo de Pedro de Mariz 6 *Cr6nica de D. Afonso IV* da autoria de Rui de Pina;
- ee) Finalmente, os f6lios 177r – 228v cont6m uma c6pia da *Cr6nica de D. Afonso IV* da autoria de Rui de Pina, seguindo-se-lhe mais alguns f6lios totalmente m branco.

No f6lio 81v, e ap6s ter copiado uma «Summa da cr6nica delRey dom Sancho 2º do nome, E 4º na dignidade Real» essencialmente baseada na obra de Pina, escreveu o

⁴³ Para al6m de algo resumida, esta c6pia tem, tamb6m, um final diferente do texto can6nico de Pina. Transcrevo aqui esse final, destacando a it6lico o que n6o se encontra na *vulgata* de Pina: “Jaz em Alcobaça com a Rª dona Urraca sua molher na capella mor q elle em sua vida mandou fazer diante a porta do most.º *E jaz em h6s moimentos de pedra ch6mente feitos e depois por tempos sendo prior do dito mostr.º dom Jorge de Mello q depois foi Bpo da guarda mandou desfazer os muimentos e os meteo dentro na igreja em h6a capela q esta no cruzeiro a m6o esquerda e jaz tambem com elle o seu 2º filho q foi Conde de bolonha por sobrenome o bravo [81r]” (Compare-se com PINA, 1977, p. 111). Ter6 interesse fazer notar que D. Jorge de Melo foi Bispo da Guarda entre 1519 e 1548, e que as informaç6es aqui acrescentadas ao texto de Pina surgem tamb6m em diversos Sum6rios de Cr6nicas quinhentistas, de alguns dos quais falarei na 6ltima secç6o deste estudo.*

copista/compilador uma epígrafe que certamente anunciaria o texto seguinte⁴⁴; riscou-a, porém, logo de seguida, e deixou justificado esse seu acto:

«Depois de ter escrito a suma que acima fica delRey dom Sancho me veo ter a mão hũ volume antigo em que estava escrito mais destintante as cousas deste rey ainda que em hũ portugues feo E antigo E assi como o achei assi o pus, que he o que segue porq as cousas velhas são mais estimadas E saborosas»

“O que segue” é, após um Index e alguns fólhos em branco, uma cópia integral do reinado de D. Sancho II da *Crónica de 1419*, numerada, como já disse, de forma contínua (capítulo 1; capítulo 2, etc.), ao jeito das crónicas individuais. Considero provável que este fragmento seja já cópia de um outro fragmento, e não tirado directamente de um manuscrito completo da *Crónica de 1419*, pois de contrário não se entende por que razão o compilador prosseguiu o seu trabalho com a *Crónica de D. Afonso III* de Pina, e não com a parte correspondente a este monarca na obra quatrocentista.

Tal como P, o ms. 848 é oriundo do mosteiro de Santa de Cruz de Coimbra, tendo vindo para a Biblioteca Pública Municipal do Porto aquando da extinção das ordens religiosas na sequência das guerras liberais da primeira metade do séc. XIX. Está ainda completamente inédito.

. A cópia fragmentária T

Uma outra cópia fragmentária da C1419 encontra-se num manuscrito à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, com a cota «Frades Menores (Ordem dos), Província de Portugal, Santa Clara de Vila do Conde, Livro 20». A primeira notícia do conteúdo deste manuscrito deveu-se à equipa do Professor norte-americano Arthur Lee-Francis Askins⁴⁵, responsável pelo projecto BITAGAP; a identificação da cópia fragmentária da C1419 que nele se acha foi feita, independentemente, pelo Professor Askins e por mim próprio, no processo de feitura da presente dissertação.

⁴⁴ Cabe alguma dúvida nesta afirmação, pelo facto de alguns outros fólhos deste manuscrito conterem frases ou epígrafes riscadas, tendo sido copiado neles um texto diferente daquele que estava inicialmente previsto. Este facto denuncia a reutilização de fólhos inicialmente destinados a outro fim, e pode ser esse também o caso do fólho 81v.

⁴⁵ ASKINS et alii (2002), p. 18. O manuscrito aparece aí descrito como contendo a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão e as Crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV de Rui de Pina. Cf. também a descrição do códice em <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/3595.html>, consultado em 12 de Agosto de 2009.

O Livro 20 do Convento de Santa Clara de Vila do Conde é, tal como o ms. 848 da BPMP, uma das muitas dezenas de cópias quinhentistas das Crónicas de Duarte Galvão e Rui de Pina, mas inclui também alguns outros textos, aparentemente todos da mesma mão (que se diria de meados ou finais do séc. XVI). Assim:

- a) Nos fólhos 1r-49r, e após o título geral («Cronicas de todos os Reys de Portugal desde o Conde D. Henrique, até El Rey D. Manoel por seu Cronista Mor Duarte Galvão»), surge uma cópia da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Galvão;
- b) Os fólhos 50r-74r contêm uma cópia da *Crónica de D. Sancho I*, de Rui de Pina;
- c) Os fólhos 75r-90v contêm uma cópia da *Crónica de D. Afonso II*, de Pina;
- d) Os fólhos 91r-102r contêm uma cópia do reinado de D. Sancho II de acordo com o texto da *Crónica de 1419*;
- e) Os fólhos 103r-122r contêm uma cópia da *Crónica de D. Afonso III*, de Pina;
- f) Os fólhos 123r-177v contêm uma cópia da *Crónica de D. Dinis*, de Pina;
- g) Os fólhos 178r-255r contêm uma cópia da *Crónica de D. Afonso IV*, de Pina⁴⁶;
- h) Os fólhos 256r-349v contêm Sumários dos reinados de D. Pedro a D. João II⁴⁷.

No topo do fólio 91r, aparece, como título do texto que se segue, «Cronica del Rey Dom Samcho Capello deste nome o segº fº del Rey dom aº o segº que foy o quarto Rey de portuquall». Mas o que, na realidade, vem a seguir (a partir do fólio 92r) é uma cópia do reinado de D. Sancho II da C1419, dividida em capítulos não numerados. Tal como no caso de Pf, considero provável que também este fragmento decorra de uma cópia parcial da C1419, e não de uma cópia completa dessa obra. A simples existência de várias cópias que abrangem apenas o reinado de D. Sancho II denota, aliás, que a narrativa desse reinado terá circulado autonomamente.

Sendo um manuscrito originário do convento de Santa Clara de Vila do Conde (convento que possuía um riquíssimo espólio documental hoje integralmente depositado na Torre do Tombo), não se pode deixar de considerar extremamente plausível que a

⁴⁶ Como em parte se deduz pelo número de fólhos ocupados por cada reinado, as Crónicas de Pina estão aqui por vezes algo resumidas.

⁴⁷ Estes Sumários são, no essencial, cópia dos que se encontram no ms. 290 Alc. BN, de que tratarei na terceira e última secção deste trabalho.

sua redacção tenha ocorrido nesse mesmo mosteiro. Encontra-se ainda totalmente inédito.

. A cópia fragmentária L

O último dos manuscritos actualmente conhecidos que contêm porções textuais da C1419⁴⁸ é o COD. 11248⁴⁹ da Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. Trata-se de um manuscrito em papel com 66 fólhos escritos por, pelo menos, duas mãos, ambas aparentemente do século XVII. Inclui os seguintes textos:

- a) Os quatro fólhos iniciais, não numerados, contêm índices dos capítulos das Crónicas de D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III;
- b) Os três fólhos seguintes (quinto, sexto e sétimo dos não numerados) contêm uma cópia do Juramento de D. Afonso Henriques sobre a visão de Ourique, em Latim;
- c) O resto do fólho sétimo e o oitavo dos não numerados contêm uma declaração de um notário, “Vasco da crus”, acerca da fidedignidade da cópia desse Juramento;
- d) O nono e o décimo fólhos não numerados contêm um texto intitulado “como devẽ fogir os cativos”;
- e) Segue-se, entre os fólhos 1r-20r, uma cópia da *Crónica de D. Afonso II* de Rui de Pina;
- f) Os fólhos 21 r-33v contêm uma cópia do reinado de D. Sancho II da C1419;
- g) Os fólhos 34r-55r contêm uma cópia da *Crónica de D. Afonso III*, de Rui de Pina;
- h) Segue-se um fólho em branco e, após isso, 3 fólhos não numerados que contêm um «trintario de Santo Amadeu (?)» e uma cópia do “Testam.to del Rei D. João o 4º»; estes dois últimos textos são de mão diferente e algo posterior à dos textos anteriores, aparentemente todos da mesma mão.

No início do fólho 21r, lê-se como título do que segue: «Cronica Del Rei Dõ

⁴⁸ A identificação desta cópia fragmentária da C1419 foi feita por mim próprio, durante o processo de elaboração da presente dissertação. Devo, no entanto, ao Professor Arthur Lee-Francis Askins a chamada de atenção para este manuscrito.

⁴⁹ Descrição em <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1684.html>, consultado a 1 de Outubro de 2009.

Sancho 2º nome (*sic*) e 4º Rei de portugall o capello»; o texto que este título introduz é, porém, uma cópia do reinado de D. Sancho II de acordo com a C1419, numerada de forma sequencial e independente, como se de uma crónica individual se tratasse (Cap.1, Cap. 2, etc.). São nítidos os pontos de contacto entre este manuscrito e o já mencionado 848 da BPMP: ambos transcrevem as Crónicas de D. Afonso II e D. Afonso III da autoria de Rui de Pina, o reinado de D. Sancho II de acordo com a C1419 com capítulos numerados e o juramento de Afonso Henriques em Ourique (em Latim) seguido da declaração do notário Tomé da Cruz⁵⁰, e ambos apresentam, inclusivamente, na parte final do último capítulo da *Crónica de D. Afonso II*, um texto diferente do que corre nos manuscritos canónicos de Pina⁵¹. Parece-me evidente que o manuscrito da BN é cópia parcial do da BPMP, e por isso um *descriptus*: bastará para o provar a série de coincidências atrás notada, o erro “Vasco” por “Thomé” do COD. 11248⁵² e a circunstância de o formador do ms. 848 declarar ter copiado o reinado de D. Sancho II de «hũ volume antigo», o que significa ter sido ele a juntar esse texto às crónicas de Pina.

A respeito da origem e percurso do COD. 11248, a única pista que temos é um carimbo apostado a várias das suas páginas, que nos permite conhecer um dos seus antigos possuidores: “Quinta das Lágrimas Coimbra M. Osorio”. Esta informação é confirmada por uma indicação manuscrita exarada na parte interna do pergaminho que lhe serve de capa: «É da livraria de Antonio Maria Ozorio Cabral»⁵³. O códice está ainda totalmente inédito.

. Relações estemáticas entre os manuscritos da C1419

Como bem viu Adelino de Almeida Calado, os mss. C e P são totalmente independentes entre si, não sendo possível apontar-lhes erros comuns⁵⁴. «Os dois manuscritos não têm», portanto, «um antecessor comum em qualquer ponto da sua linha

⁵⁰ “Vasco da crus”, por lapso, no COD. 11248 BN. Veja-se o que digo a seguir.

⁵¹ Texto que acima transcrevi, segundo a lição do ms. 848.

⁵² Tomé da Cruz foi, com efeito, o notário responsável por uma das primeiras cópias (e respectiva certificação) do célebre juramento: GANDRA (2002), pp. 142-144. Para além da sua cópia, e como é bem sabido, haverá apenas a registar a de Bernardo de Brito na *Crónica de Cister* (1602). Destas duas cópias derivaram depois todas as restantes.

⁵³ Deve supor-se, além disso, e devido ao facto de este manuscrito copiar um códice oriundo de Santa Cruz de Coimbra (848 BPMP), que o seu copista (ou a pessoa que lhe encomendou o trabalho) tinha contactos com esse mosteiro.

⁵⁴ CALADO, ed. (1998), p. XVIII.

genealógica excepto o próprio original⁵⁵», pelo que «não teria sentido uma tentativa de desenhar um estema⁵⁶» a partir desses dois testemunhos, que constituem por si sós ramos diferentes da tradição manuscrita. Apenas em relação a Pf, T e L é possível apontar maior ou menor proximidade em relação a cada um daqueles manuscritos, e, como se poderá verificar pela lista de concordâncias que apresento em Anexo, são particularmente estreitas as relações de todas estas cópias fragmentárias com P, facto que, pelo menos no caso de Pf, que é um manuscrito oriundo (tal como P) do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, nada tem de estranho.

Questão diferente é a de tentar entroncar em cada um dos ramos representados por P e C os exemplares da C1419 hoje perdidos, mas que foram manejados e aproveitados por Duarte Galvão, Rui de Pina, Rodrigues Acenheiro e outros historiógrafos do séc. XVI. A essa questão, aliás importante para melhor percebermos o destino e percursos da C1419, dedico uma parte da terceira e última secção deste trabalho.

2. A *Crónica de 1419*: o conteúdo e o problema da autoria

Eliminadas de cada um dos manuscritos atrás mencionados as passagens seguramente pertencentes a Duarte Galvão e Rui de Pina ou a textos de outra natureza, obtemos o conhecimento daquela que é a obra central desta dissertação, contemporaneamente apelidada, como já disse, «*Crónica de Portugal de 1419*».

a) Conteúdo e datação

Trata-se de uma crónica dos reis de Portugal que, no estado em que nos chegou, abrange o lapso temporal que decorre entre a chegada de D. Henrique à Península Ibérica (final do século XI) e o reinado de D. Afonso IV (1325 – 1357), mas que, na intenção do seu redactor, ou em manuscritos diferentes daqueles que estiveram na origem dos actualmente conhecidos, alcançaria já o reinado de D. João I (1385 – 1433). Isso vê-se em pelo menos duas passagens. Assim, ao referir-se à conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, diz a crónica que

⁵⁵ CALADO, ed. (1998), p. XVIII.

⁵⁶ CALADO, ed. (1998), p. XVIII.

«estas igrejas ambas [dos mártires e de São Vicente] estão ora dentro dos muros da cidade depois que a cerquou el.rey dom Fernando, o noveno rey de Portugal, com.avante ouviredes[...]»⁵⁷»

O que indicia claramente que o cronista redigiu, ou tinha a intenção de redigir, matéria correspondente ao reinado de D. Fernando (1367 – 1383). Noutra ocasião, importante a vários títulos e presente unicamente em P (já que C contém no local correspondente os primeiros capítulos da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão), afirma ele:

«do qual dom Henrrique e dona Tareja vierão todos os reis de Portugal que forão atee a composição desta cronica, assi como adiante diremos, a qual foi começada o primeiro dia de julho da era de 1457 annos»⁵⁸

Facto que, lido à letra, e como notou Adelino Calado⁵⁹, significa que o texto alcançaria, ou teria a intenção de alcançar, também o reinado de D. João I⁶⁰.

A última passagem transcrita fornece-nos ainda uma datação muito precisa para a obra, indicando que ela terá sido redigida *a partir* de Julho de 1419⁶¹, o que está na origem da designação com que é presentemente conhecida.

Mas redigida por quem? E com que intenções? Eis-nos chegados a um dos problemas que, nas suas múltiplas vertentes, mais abundante e apaixonadamente têm sido debatidos por gerações e gerações de estudiosos: a autoria das crónicas dos sete primeiros reis de Portugal.

b) Autoria. A *Crónica de 1419* e as crónicas dos sete primeiros reis de Portugal.

Lê-se no ms. C, no fólio 22v, no contexto da conquista de Santarém por D. Afonso Henriques e os seus homens:

⁵⁷ CALADO, ed. (1998), pp. 48-49.

⁵⁸ CALADO, ed. (1998), p. 4.

⁵⁹ CALADO, ed. (1998), p. XXXVII.

⁶⁰ Cf. a nota seguinte.

⁶¹ Visto que toda a Crónica adopta a Era de César, não haverá grandes dúvidas em entender nessa chave o ano de 1457 que nela surge, e assim o tem feito praticamente toda a crítica. Não obstante, o Padre António Brásio propôs, a meu ver sem nenhuma razão, que se considerasse a possibilidade de a referência em causa ser mesmo ao ano de Cristo de 1457: BRÁSIO (1958), pp. 357-358.

«E começarrom [os monges de Cister] de viver aly segundo sua Regra, e acreçentando cada vez em ela. E aprouue a Deos, que asy fose sempre bem manteuda, e aguorra em tempo que nos o Jffamte fizemos esta Coronjqua»⁶²

O que concorda perfeitamente com P, página 41:

«e começarõ a viuer alj segundo sua regra e acreçentando cada vez aella aprouue a ds que assi foi sempre manteuda e he agora em tpo que nos Jff.te fizemos esta cronica»⁶³

Tudo indica, portanto, que a *Crónica de 1419* foi redigida por um / a mando de um dos filhos de D. João I (da famosa «ínclita geração»), pelo que o problema da sua autoria talvez devesse, a rigor, circunscrever-se à identidade desse Infante, considerado, à maneira medieval, *autor de uma obra porque a encomendou, patrocinou ou supervisionou e independentemente de qual o indivíduo que concreta e efectivamente a redigiu*. É nesse sentido que, por exemplo, ninguém hesita em atribuir a *Estoria de España* ou a *General Estoria* a Afonso X de Castela e Leão, mesmo sabendo-se da pluralidade de indivíduos que efectivamente as redigiram, assim como ninguém discorda da atribuição do *Livro da Montaria* a D. João I, apesar de o rei declarar explicitamente tê-lo feito com o concurso de diversos «bõos monteiros». A referida *General Estoria* inclui, aliás, uma passagem muitas vezes citada a respeito do que se há-de geralmente entender por «autoria» em contexto medieval:

«El rey faze un libro, non por quel escriua con sus manos, mas porque compone las razones del, e las emienda, et yegua e enderesça, e muestra la manera de como se deuen fazer, e desi escriue las qui el manda, pero dezimos por esta razon que el rey faze el libro»⁶⁴

Não obstante, a crítica tem, no caso da *Crónica de 1419*, trilhado rumos bem diversos. Praticamente ninguém parece, com efeito, duvidar de que o Infante em causa seja D. Duarte⁶⁵ (vivo entre 1391-1438 e rei entre 1433 e a data da sua morte), e isto por duas razões de inegável força: i) D. Duarte é o único filho de D. João I de quem se

⁶² TAROUCA, ed. (1952-1953, I), p. 62.

⁶³ BASTO, ed. (1945), p. 83.

⁶⁴ BRANCAFORTE, ed. (1999), p. 17.

⁶⁵ CINTRA (2009, I); AMADO (1997, 1999). DIAS (1998) coloca, porém, a possibilidade de o Infante em questão ser na realidade D. Pedro, conhecido autor (com Fr. João Verba) da *Virtuosa Benfeitoria* e vulgarmente apelidado de «o das sete partidas do mundo» (hipótese também afluada e logo rejeitada por BRÁSIO, 1959), ao passo que CALADO, ed. (1998) entende não ser possível dizer a qual dos filhos de D. João I se referem os manuscritos da C1419.

conhecem iniciativas historiográficas; ii) D. Duarte assinou vários documentos simplesmente como «o Infante», de forma em tudo idêntica à que ocorre nos manuscritos da C1419⁶⁶. Ainda assim, a D. Duarte é normalmente reconhecido *apenas* o papel de autor moral/patrocinador da iniciativa historiográfica em apreço. Mas esse reconhecimento, que em circunstâncias normais talvez bastasse para que o assunto da autoria por aí ficasse, nunca foi, que eu saiba, o suficiente para que se tenha alguma vez dito «D. Duarte, autor da *Crónica de 1419*», tão pouco «o Infante, autor da *Crónica de 1419*⁶⁷». E isto por uma razão que se diria *compreensivelmente a-científica*: é que existe a possibilidade de a *Crónica de 1419* ter sido efectiva e materialmente redigida pelo melhor, mais conhecido e mais lido dos cronistas medievais portugueses, Fernão Lopes, e esse não é um dado que se possa cómoda e racionalmente pôr de lado.

A problemática da autoria desta Crónica entronca, assim, necessária *e como que inapelavelmente*, naqueloutra problemática da redacção das crónicas dos primeiros reis de Portugal. Exporei de seguida os dados da questão, dando conta (i) das (poucas) certezas e (muitas) dúvidas com que actualmente contamos para deslindar o processo de elaboração das crónicas oficiais dos primeiros reis de Portugal, (ii) prosseguindo com a forma como a autoria da *Crónica de 1419* pode ser ou tem sido encarada no seio dessa problemática e (iii) pronunciando-me, finalmente, sobre os pressupostos teórico-metodológicos e a maior ou menor validade das propostas até agora em cima da mesa.

. As Crónicas oficiais dos primeiros reis de Portugal

Em 19 de Março de 1434, o rei D. Duarte, estanciando em Santarém, fazia sair da sua chancelaria um documento através do qual dava conhecimento de que:

«[...] teemos dado Carrego a fernam lopez nosso escpriuam de poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em portugal foram E esso meesso os grandes feytos e altos do muy uertuosso E de grãdes uertudes ElRey meu Senhor e padre cuja alma deus aja E por quãto em tal obra elle ha assaz trabalho e ha mujto de trabalhar Porem querendolhe agallardoar como a nos perteençe E querendolhe fazer graça e merce Teemos por bem [e] mandamos que ell aja de nos de teença em cada huñ ano Em todollos dias da ssua vyda des primeiro dia do mes de janeiro que

⁶⁶ Veja-se, por exemplo, em LIVRO I DE MÍSTICOS DE REIS, 1947, p. 59: “Nos o Iffante fazemos saber [...]”; por curiosidade, refira-se que aparece transcrito nesta mesma obra, p. 65, um documento do Infante D. Henrique, de 1431 (o de D. Duarte é do ano anterior), sendo evidente a diferença na forma de nomeação: “Eu o ifante dom Henrique [...]”.

⁶⁷ Apenas PIMPÃO (1972) admite a hipótese de autoria *efectiva* de um Infante.

ora foy da Era desta carta Em deante pera sseu mâtijmento quatorze mjll reaes⁶⁸ em cada hũ ano [...]»⁶⁹

Por aqui se vê que o rei encarregara Fernão Lopes, seu escrivão (e também guarda-mor dos arquivos da Torre do Tombo desde pelo menos 1418⁷⁰), de redigir a crónica dos feitos de todos os reis de Portugal até D. João I inclusive, dando-lhe em compensação por esse trabalho certa quantia em dinheiro, com efeitos vitalícios e a partir do início do ano vigente aquando da feitura do documento.

Que Lopes cumpriu o plano ali estabelecido, é facto que ninguém parece colocar em dúvida⁷¹, não obstante os testemunhos algo indirectos e/ou tardios que nos possibilitam afirmá-lo.

Assim, no rol dos livros constantes da biblioteca de D. Duarte à época da sua morte, surge uma «Coronica de Portugal»⁷² que talvez possa ser identificada com o trabalho entretanto realizado por Fernão Lopes.

Mais importante que isso, em documento datado de 11 de Janeiro de 1449, D. Afonso V aumentou a tença que ao cronista vinha sendo atribuída, considerando os

«grandes trabalhos, que elle ha tomado, & ainda ha de tomar em fazer ha Chronica dos feitos dos Reis de Portugal⁷³»

O que, se, por um lado, significa que o processo de redacção da obra não estaria ainda terminado, por outro, implica que uma porção dela estivesse já, evidentemente, redigida.

Pouco depois, logo em 1450, Gomes Eanes de Zurara (que mais tarde viria mesmo a ocupar as funções de cronista-mor e guardador das escrituras da Torre do Tombo⁷⁴), aparece como o homem encarregado da tarefa de continuar a redacção da crónica dos reis de Portugal ali onde Lopes a deixara. Denuncia-o às claras a seguinte passagem da chamada «terceira parte da *Crónica de D. João I*», vulgo *Crónica da Tomada de Ceuta*:

⁶⁸ BELL (1986), p. 72, lembra, num interessante exercício comparativo, que “no último terço do século XVI foi concedida a Camões a pensão de 15\$000 réis”.

⁶⁹ BRANCAAMP FREIRE, ed. (1915), p. XLV. Documento reproduzido da chancelaria de D. Afonso V, que no princípio do seu reinado o confirmou (ou, melhor, o regente D. Pedro confirmou, em nome do rei).

⁷⁰ BRANCAAMP FREIRE, ed. (1915), p. XXIX.

⁷¹ Com a única excepção de BRÁSIO (1958), autor que lançou a possibilidade, por ninguém mais adoptada, de ter Lopes redigido apenas a chamada *Crónica de D. João I*.

⁷² DIAS, ed. (1982), p. 207.

⁷³ GOÍS (1926), p. 93.

⁷⁴ A partir de 1454: PIMPÃO (1947), p. 260.

«Qual foi o primeiro movimento daquela demanda que era entre o reino de Castela e o nosso de Portugal e desi todos os aquecimentos que se disso seguiram, assaz tenho que fica declarado em um livro que disso é escrito, o qual foi posto em ordenança por uma notável pessoa que chamavam Fernão Lopes homem de comunal ciência e grande autoridade que foi escrivão da puridade do Infante D. Fernando. Ao qual el-Rei Duarte, em sendo Infante, cometeu encargo de apanhar os avisamentos que pertenciam a todos aqueles feitos, e os ajuntar e ordenar segundo pertencia à grandeza deles e autoridade dos príncipes e doutras notáveis pessoas que os fizeram. E, porquanto o dito Fernão Lopes não pôde mais chegar com a dita história que até a tomada de Ceuta, assim pela grandeza da obra que se naqueles feitos passados requeria, como pelos avisamentos disso serem caros e maus de apanhar, e isto porque a dita história foi começada tão tarde, que muitas das pessoas que verdadeiramente sabiam eram já partidas deste mundo, e as outras que ficaram eram departidas pelo reino, cada um onde lhe a ventura ordenara de ser agalardoado de seu trabalho [...].

Por cuja razão o dito Fernão Lopes despendeu muito tempo em andar pelos mosteiros e igrejas, buscando os cartórios e os letrados delas para haver sua informação, e não ainda em este reino mas ao reino de Castela mandou el-Rei Duarte buscar muitas escrituras que a isto pertenciam, porquanto seu desejo não era que os feitos de seu padre fossem escritos senão mui verdadeiramente. E assim por esta tardança e pela história ser começada tarde, o dito Fernão Lopes não pôde com ela chegar senão até o tempo em que os embaixadores deste reino foram a Castela primeiramente firmar as pazes com el-Rei Dom Fernando de Aragão e com a Rainha Dona Catarina que àquele tempo eram tutores de el-Rei. E por quanto o mui alto [...] el-Rei Dom Afonso, o quinto, ao tempo que primeiramente começou de governar seus reinos soube como os feitos de seu avô ficavam por acabar, considerando como o tempo escorregava cada vez mais [...], por cuja razão se perderia a memória de tão notáveis cousas, porém mandou a mim, Gomes Eanes de Zurara, seu criado, que me trabalhasse de as ajuntar e escrever per tal guisa, que, ao tempo que se houvessem de ordenar em crónica, fossem achadas sem falecimento.⁷⁵»

Ou seja, segundo Zurara, D. Duarte, *sendo ainda infante*, tinha encarregado Fernão Lopes de recolher e ordenar materiais respeitantes às guerras luso-castelhanas decorrentes da crise provocada pela sucessão de D. Fernando [1383 em diante], o que ele fez, mas só até às pazes entre os dois reinos, nas vésperas da tomada de Ceuta [1411 - 1415], o que explica que o próprio Zurara tenha prosseguido e rematado o seu trabalho a partir desse ponto.

Ora, o autor da chamada *Crónica de D. João I* (1ª e 2ª partes), embora nunca revele o seu nome, declara explicitamente que esta obra estava sendo redigida em 1443⁷⁶; além do mais, e embora seja nítida a intenção de a prosseguir⁷⁷, termina ela com

⁷⁵ BRASIL, ed. (1992), pp. 44-45. Tem sido objecto de reparo o facto de Zurara parecer referir-se aqui a Fernão Lopes como já falecido, o que é estranho, pois sabemos-lo ainda vivo em 1459. Podendo embora tratar-se de alteração posterior de copista (ou do próprio Zurara), o certo é que isto em nada diminui a importância da passagem em questão, e nisto toda a crítica concorda.

⁷⁶ LOPES (s/d), pp. 349-350: “A sexta [idade] em que ora amdamos, que ha mill e quatro çentos e quareemta e tres que dura” [Capítulo CLXIII da 1ª parte]. Apesar de a Crónica usar a Era de César, o

as pazes luso-castelhanas de 1411. Ninguém duvida, por isso, que o seu autor seja Fernão Lopes e que Zurara a tivesse em mente ao redigir as palavras acima citadas. São, por outro lado, evidentes os pontos de contacto que unem a dita *Crónica de D. João I* às chamadas *Crónica de D. Pedro* e *Crónica de D. Fernando*, desde as fontes utilizadas (por exemplo, Ayala é abundantemente usado em todas as três, e a *Crónica do Condestabre* é-o nas de D. Fernando e D. João I), às técnicas historiográficas (como o uso frequente de documentação oficial), às remissões diegéticas ou à arquitectura ideológico-narrativa e ao estilo (aspecto este todavia mais subjectivo e discutível). Daí que consensualmente⁷⁸ todas elas sejam atribuídas a Lopes. Mas ficar-se-ia por aí a sua contribuição para a História oficial do reino? Não, e as suas próprias palavras assim o indicam.

Com efeito, várias são as ocasiões em que essas três «crónicas» denotam ser, na realidade, parte de uma unidade textual maior e correspondente às histórias dos dez primeiros reis de Portugal. Um exemplo particularmente claro são as remissões feitas por cada uma dessas «crónicas» a matérias previamente narradas e respeitantes a algum dos sete primeiros reinados⁷⁹.

Assim, no prólogo da chamada «Crónica de D. Pedro», menciona Fernão Lopes

«a ordem do nosso razoado, no primeiro prologo ja tangida»

Sendo que a mesma obra principia da seguinte maneira:

«Morto El-Rei Dom Afonso como havees ouvido, reinou seu filho o Ifante Dom Pedro [...]. E porque dos filhos que houve, e de quem, e per que guisa, ja compridamente havemos falado, nom compre aqui razoar outra vez»

facto de a sexta idade do mundo se considerar iniciada com o nascimento de Cristo assegura que o ano em questão é o de 1443 da nossa era. Tal é ainda confirmado um pouco depois, a respeito de uma outra idade: “esta hidade que dizemos que sse começou nos feitos do Mestre [1383], a quall [...] ha agora seseemta annos que dura”. Cf. BRANCAAMP FREIRE, ed. (1915), p. XXI.

⁷⁷ Cap. CXLVIII da Segunda Parte: “E ouue elRey outro filho, que chamaram Ifante Eduarte, que nação na cidade de Visseu [...]; o qual reinou depois de seu padre como ao diante ouuyrees”, já notado, entre muitos outros, por MONTEIRO (1988), p. 98.

⁷⁸ Ainda assim, e porque quase nada que se relacione com este assunto é verdadeiramente pacífico, houve já quem sugerisse que o autor da *Crónica de D. Pedro* (e também da de D. Fernando) foi Gomes Eanes de Zurara: BRÁSIO (1958).

⁷⁹ Foram comodamente reunidas por DIAS (1998), pp. 434-435, de onde as retiro mantendo inclusivamente os úteis itálicos. A elas, haverá que acrescentar um outro caso, já notado e comentado por BASTO (1960), que se localiza no início do capítulo XII da *Crónica de D. Pedro*: “Ja vos ouvistes bem quanto os Reis antiigos fezerom por emcurtar nas despesas suas e do Reino, poemdo hordenações em si e nos seus ”.

E contém, noutros capítulos, remissões muito semelhantes:

«*Já teendes ouvido compridamente, u falámos da morte de Dona Enês [...]»
«Este verdadeiro amor houve El-Rei Dom Pedro a Dona Enês, como se dela namorou, seendo casado e ainda Ifante, de guisa que pero que dela no começo perdesse vista e fala, seendo alongado, como ouvistes [...], nunca cessava de lhe enviar recados, como em seu logar teendes ouvido»*

O mesmo sucedendo na «Crónica de D. Fernando»:

«Assi haveo em esta sazom que em Elvas havia ùu escudeiro bem mancebo, chamado per nome Gil Fernandez [...], neto de Gil Lourenço [...], o qual foi homem de bõo esforço e pera muito, *segundo dissemos na estoria d'El-Rei Dom Afonso o quarto»*
«*naceo o mui boom cavaleiro Fernam Rodriguez Pacheco, que teve o castelo de Celorico, quando o Conde de Bolonha veo por regedor deste reino, segundo comtámos em seu logar»*
«*naceo este Diogo Lopes [Pacheco]. E andando el assi em Castela por aazo da morte de Dona Enês, segundo ja teendes ouvido»*

E na «Crónica de D. João I»:

«*de guisa que como no começo desta obra nomeámos fidalgos algũus, que ao Conde Dom Hanrique ajudaram gaanhar a terra aos mouros, assi neeste segundo volume diremos ùus poucos dos que ao Meestre foram companheiros em defender o reino de seus ãmigos»*

O que significa que Fernão Lopes escreveu não apenas as histórias desses três reis, mas também as dos seus antecessores. É verdade que são explicitamente mencionados apenas episódios e personagens relativos à época do Conde D. Henrique, de D. Sancho II e de D. Afonso IV; porém, e como, na esteira de anteriores estudiosos, pitorescamente notou Costa Pimpão, «estas parcelas faziam parte de um corpo, e é de admitir que os fólhos intercalares não tivessem ficado em branco...»⁸⁰. Além disso, ficamos por estas remissões a saber que esse corpo se encontrava dividido em dois volumes⁸¹ e era precedido por um prólogo de que constava a explicitação da ordem historiográfica seguida. Lopes cumpriu, portanto, a solicitação de D. Duarte, e escreveu

⁸⁰ PIMPÃO (1972), p. 50.

⁸¹ A respeito da divisão da matéria por esses dois volumes, sustentam BASTO (1960), p. 369, MONTEIRO (1988), pp. 80, 97 e CALADO (1999), creio que com bom fundamento, que o primeiro incluiria os sete primeiros reis de Portugal, e o segundo os reinados de D. Pedro, D. Fernando e D. João I. É, no entanto, puramente conjectural a suposição, avançada por MONTEIRO (1988), p. 81, de que Lopes terá contado, para o primeiro desses volumes, “com o auxílio de alguns colaboradores que trabalharam sob a sua orientação”.

uma Crónica dos reis de Portugal em dois volumes, abrangendo o lapso cronológico que vai de D. Henrique a D. João I.

Sucede, no entanto, que a posteridade tratou de forma muito desigual as diversas parcelas dessa crónica. De acordo com uma tendência cada vez mais acentuada para a particularização historiográfica, os reinados de D. Pedro, D. Fernando e D. João I foram, talvez ainda no séc. XV, separadamente copiados e individualizados, levando a que se falasse, a partir desse momento, em *Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*. A corte manuelina e outros meios a ela afectos deram-lhes a dignidade de as preservar em manuscritos luxuosos, e a partir de inícios do séc. XVI (e mesmo que o nome de Fernão Lopes tenha sido por vezes esquecido), foram muitas vezes copiadas, resumidas ou citadas, originando assim uma tradição textual involuntariamente complexa para a Literatura portuguesa antiga⁸².

Mas a parte consagrada aos sete primeiros reis (e ao Conde D. Henrique) não gozou da mesma fortuna. Durante o reinado de D. Manuel, Duarte Galvão, primeiro, e Rui de Pina, depois, redigiram respectivamente uma *Crónica de D. Afonso Henriques* (em 1505⁸³) e umas *Crónicas* de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV (entre 1513 e 1522⁸⁴), para além das de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, que por essa altura Pina já tinha escrito⁸⁵. Crónicas que, tal como as três seguramente atribuídas a Fernão Lopes, foram também luxuosas e abundantemente copiadas, resumidas e citadas, possuindo uma tradição manuscrita igualmente (senão mais) complexa⁸⁶.

⁸² MACHI, ed. (2007a); MACHI, ed. (2007b); AMADO (2007a); CEPEDA (1995). A simples existência de tantos manuscritos destas crónicas (com expressa atribuição de autoria a Lopes ou sem ela) basta, por outro lado, para invalidar a ideia, sugerida por António José Saraiva e acolhida por MONTEIRO (1988), pp. 83 - 85, de que elas teriam corrido “em apógrafos anónimos e muito possivelmente sem qualquer espécie de circulação”, deixando “provavelmente de ser lidas”. Parcialmente baseada noutras considerações, também AMADO (1997a), p. 57, considera que “[MONTEIRO (1988)] contribuiu [...] com sugestões interessantes para o debate desta questão, *embora aceite um pouco precipitadamente a imagem de “travessia do deserto” (expressão sua) que Saraiva transmite*”. Itálicos meus.

⁸³ FONSECA, ed. (1995). O projecto inicial de Galvão era, todavia, o de redigir também as crónicas seguintes, conforme ele próprio e Rui de Pina (na *Crónica de D. Sancho I*) afirmam. Cf. FONSECA, ed. (1995), PINA (1977) e adiante. Não obstante, Rui de Pina foi, dos dois, o único a ter ocupado o cargo de cronista-mor do reino. Sucedeu, como é sabido, a Vasco Fernandes de Lucena que tinha, por sua vez, sido o sucessor de Gomes Eanes de Zurara.

⁸⁴ 1513 é a data em que estava sendo redigida a *Crónica de D. Sancho I*, primeira desta série; 1522 é a mais provável data da morte de Pina. Cf. PINA (1977).

⁸⁵ A *Crónica de D. Afonso V* e a *Crónica de D. João II* estavam já redigidas em 1504 (documentação que o corrobora em PINA, 1977, p. 484), e tudo indica que a *Crónica de D. Duarte* o tenha sido antes da de D. Sancho I.

⁸⁶ Mas a respeito da qual não existe ainda, muito infeliz e deploravelmente, qualquer estudo sistemático. O único elenco de manuscritos de todas as crónicas de Rui de Pina até agora elaborado é, aliás, o do sítio do BITAGAP. Deve notar-se, para que se tenha uma ideia da difusão alcançada por estes textos, que o

Ora, se Galvão e Pina redigiram as Crónicas desses monarcas abstendo-se de fazer o mesmo a respeito de D. Pedro, D. Fernando e D. João I (incluindo a parte devida a Zurara), a conclusão mais aceitável a tirar-se é a de que *em princípios do século XVI já não existiam oficialmente as crónicas dos sete primeiros reis*⁸⁷. Algo se passou, então, com o texto de Lopes, que cumpria exactamente essa função. Ter-se-ia ele perdido de forma irremediável? Mas quando e porquê? E, nesse caso, porque não se perderam também aquelas três *Crónicas*?

Várias tentativas de resposta a estas interrogações têm sido adiantadas pelos tempos fora, em ambiente por vezes crispado, mas, valha a verdade, nem sempre apoiado em dados e interpretações particularmente seguras, sequer defensáveis.

Que o assunto foi desde cedo alvo de dúvidas, demonstra-o claramente a circunstância de já no século XVI se terem verificado tentativas de o solucionar. João de Barros, homem das gerações seguintes à de Pina e Galvão, deixou algures⁸⁸ escrito que o autor da *Crónica de D. Afonso Henriques* se limitara a apurar a linguagem a uma crónica antiga, e Damião de Góis, como que retomando e ampliando muito as suas palavras, deixou-nos, no célebre capítulo XXXVIII da 4ª parte da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (1567)⁸⁹, aquele que se poderá considerar o primeiro tratado sobre os antigos cronistas portugueses.

O raciocínio de Góis (e, neste aspecto, honra lhe seja) assenta num travejamento rigorosamente lógico e, em parte, não muito diferente daquele que a generalidade da crítica depois viria a adoptar⁹⁰. Escuda-se no testemunho de Zurara e em alguns outros documentos para atribuir a autoria da *Crónica de D. João I* a Fernão Lopes; aponta semelhanças entre ela e as de D. Pedro e D. Fernando, concluindo que as três pertencem

BITAGAP regista a existência de 132 manuscritos contendo uma ou mais crónicas de Pina (não entrando na conta alguns de que há notícia mas se encontram perdidos), guardados em bibliotecas de locais tão díspares como Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Vila Viçosa, Madrid, Viena, Londres, Paris, Rio de Janeiro ou São Paulo, a que se deverá juntar um manuscrito da *Crónica de D. Dinis* adquirido pela BPMP já no decorrer do século XX, e cuja descrição aparecerá brevemente no BITAGAP. Quanto à *Crónica de D. Afonso Henriques*, essa mesma base de dados electrónica (que, por estar actualizada, deve preferir-se ao elenco apresentado por NYKL, ed., 1942) regista apenas 57 manuscritos. Deve, além disso, ter-se em conta a tradução desta última crónica para Latim, devida a D. Duarte, filho natural de D. João III: AUBIN (1975), nota 75.

⁸⁷ E também já não (ou ainda não...) existiam oficialmente as Crónicas dos sucessores de D. João I, assunto esse igualmente complexo, mas, no essencial, alheio aos propósitos da presente dissertação, pelo que me abstenho de o desenvolver. Veja-se, em todo o caso, PIMPÃO (1972), pp. 33-42 e DINIS (1950).

⁸⁸ Terceira *Década da Ásia*, Livro I, cap. 4.

⁸⁹ GÓIS (1926), pp. 89 - 95. Góis aborda o problema também na *Crónica do Príncipe D. João*, no mesmo ano publicada, mas de forma muito mais sucinta.

⁹⁰ Segundo nota bem CALADO (1996).

ao mesmo autor; e vai colhendo de cada uma delas várias das indicações redaccionais que há pouco aponteí, sustentando que Lopes teria escrito as histórias de D. Henrique e dos onze primeiros reis de Portugal, até à de D. Duarte inclusive⁹¹.

E que terá sucedido às partes desse todo entretanto desaparecidas, particularmente o correspondente a D. Henrique e aos reis seguintes até D. Afonso IV? *Góis não tem para isso elementos suficientemente probatórios*, e, por conseguinte, não emite qualquer juízo verdadeiramente taxativo⁹². Contudo, os que vai convocando não deixam margem para grandes dúvidas a respeito de qual seria o seu pensamento. Começa por afirmar, não poupando nos termos:

«mas quomo se lhe *roubou* [a Fernão Lopes] ho louuor de tamanho trabalho julgueho quem ho bem entender⁹³»

De seguida, exceptua da conta a *Crónica do Conde D. Henrique*, de que não conhece qualquer vestígio⁹⁴, e faz notar que o estilo das crónicas afonsinas de Rui de Pina diverge do estilo de outras obras de sua incontestável autoria, designadamente da *Crónica de D. João II*:

«& façilmente dira ser isto assi; [*sic*] quem per ho studo das boas letras, & artes alcançou ho dom de poder julguar antre stylo, & stylo⁹⁵»

Já a respeito da *Crónica de D. Afonso Henriques*, emite opinião de certo modo intermédia: não se conhecendo outras crónicas da autoria de Duarte Galvão, não pode verdadeiramente comparar estilos; mas vai notando, em todo o caso, que o estilo dessa Crónica é menos prolixo que o das cartas que Galvão escreveu enquanto embaixador de D. João II e D. Manuel⁹⁶...

Ora, se o estilo de todas essas crónicas, na opinião peremptória mas pouco fundamentada de Góis, diferia do das restantes obras de Rui de Pina e Duarte Galvão, torna-se evidente aonde o humanista queria chegar: muito simplesmente, à ideia de que por trás delas estariam, na realidade, crónicas de outrem. E quem seria esse outrem

⁹¹ GÓIS (1926), pp. 89-92.

⁹² Só a respeito da *Crónica de D. Duarte* sustenta ele que “nam ha i duuida senam que ho texto substancial della he de Fernam lopez”, p. 92.

⁹³ GÓIS (1926), p. 92. Itálico meu.

⁹⁴ GÓIS (1926), p. 92

⁹⁵ GÓIS (1926), p. 92.

⁹⁶ GÓIS (1926), p. 92.

senão Fernão Lopes, autor a quem Góis explicitamente atribui a feitura das crónicas dos primeiros reis de Portugal⁹⁷?

Embora nas entrelinhas, a sua tese é, portanto, a este respeito, basicamente a seguinte: Pina e Galvão (aquele com mais probabilidade que este – e já veremos a ironia disto) *ter-se-iam apropriado das crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*⁹⁸ *tal qual as escrevera Lopes*, e tê-las-iam apresentado publicamente como obra sua.

Não o diz explicitamente, mas dá elementos suficientes para que assim se deduza. E, já que alargou tanto as velas em expor o caso⁹⁹, termina convocando o depoimento de João Roiz de Sá de Meneses, «alcaide mór da cidade do Porto, senhor de sever» e homem que na altura teria mais de oitenta anos e a quem se podia dar «inteira fé pola muita, & vária liçam, & doutrina que nelle [havia] nas Artes liberaes, & Philosophia, & experiencia das cousas que de seu tempo anconceçeram nestes Regnos, & outros¹⁰⁰».

Este Sá de Meneses, sabendo Góis ocupado na feitura da *Crónica de D. Manuel*, endereçou-lhe uma carta em que rejubilava e o congratulava por isso, aproveitando ainda para o informar do destino das crónicas dos primeiros reis:

«& asi foram has Chronicas dos Reis passados de Portugal, que se perderam em poder de Frei Iusto¹⁰¹ Bispo de Septa Italiano, que elRei dom Afonso mandou buscar a Italia pera lhas screver em Latim, & elle morreo de peste em Almada, & ahi se perderam. Rui de Pina em tempo delRei dom Ioam segundo houue à mão, por mandado delRei hũas Chronicas dos Reis antiguas, que minguaũ, de hum homem desta çidade muim principal, que se chamaua Fernam nouaes, & hum seu filho que se chamaua também Fernam nouaes quomo elle, me mostrou a carta delRei, com ho conhecimento de Rui de Pina, & regnando elRei dom Emanuel, elle, ou por ter estas Chronicas, ou também por star em seu poder ho tombo, em que estauam has cousas daquelles tempos, & por Chronicas de Castella se offereçeo e elRei a lhe fazer has Chronicas que faleçiam, & a isso se veo da Guarda a Lisboa, & has fez com grande gosto delRei, & com lhe fazer muita merçe por isso¹⁰²»

Parece-me evidente que Góis aproveitou esta informação com o fim de confirmar a sua ideia de que as crónicas afonsinas de Pina eram, na realidade, aproveitamento de umas outras, mais antigas; e também me parece claro que, embora Sá de Meneses o não afirme, da argumentação do cronista de D. Manuel (e ainda que ele sugira mais do que

⁹⁷ Repare-se também que, segundo o humanista, as Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I “em muitas partes tem semelhança deste stylo has Chronicas dos reis atrás, excepto ha delRei dom Afonso Henriquez”, p. 92.

⁹⁸ E também, segundo afirma, da de D. Duarte e quiçá parte da de D. Afonso V. Repita-se, porém, não ser a autoria e trajecto destas crónicas matéria pertinente para esta dissertação.

⁹⁹ GOÍS (1926), p. 92.

¹⁰⁰ GOÍS (1926), p. 92.

¹⁰¹ Este “Frei Iusto” sabe-se hoje que foi Fr. Justo Baldino: CALADO (1996).

¹⁰² GOÍS (1926), p. 94.

diz) não se pode senão inferir que essas crónicas mais antigas, um de cujos exemplares estaria em finais do séc. XV em poder de um fidalgo do Porto, eram as de Fernão Lopes. De contrário não se entenderia o empenho de Góis em provar que Lopes escreveu as crónicas dos primeiros reis, como não se entenderia que, para além dessas, não tenha mencionado quaisquer outras crónicas dessa espécie. *As crónicas perdidas em poder de Fr. Justo, as crónicas que Pina aproveitou mediante um tal Novais e as crónicas escritas por Fernão Lopes só podem ter sido, portanto, em seu entender, a mesma obra*, e assim tem interpretado as suas palavras, explícita ou implicitamente, a generalidade da crítica¹⁰³.

Isto exposto, retenhamos desde já as seguintes conclusões:

- (i) Fernão Lopes escreveu as *crónicas* (chamemos-lhes comodamente assim) de D. Henrique e dos sete primeiros reis de Portugal;
- (ii) Em princípios do séc. XVI já essa parte da sua obra andava *oficialmente* perdida e era, por isso, alvo de controvérsia;
- (iii) Pela mesma altura, surgiu a ideia de que as crónicas afonsinas de Duarte Galvão e Rui de Pina eram, na realidade, resultado de aproveitamento indevido da obra de Fernão Lopes por parte desses dois autores;
- (iv) Esta suposição não se apoiava, contudo, no conhecimento de manuscritos da obra de Lopes julgada perdida, mas em hipóteses e conjecturas de mui variado aspecto.

Por sua vez, o que sobre este assunto se foi afirmando ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX e ainda primeira metade do XX, embora caloroso, variado e até contraditório, *também não se apoiou nunca no descobrimento ou conhecimento de algum novo manuscrito ou documento de outra espécie*, limitando-se, portanto, a repisar os argumentos de Góis, a atribuir conjectural e por vezes algo caprichosamente as crónicas dos primeiros reis a Pina ou a Lopes, e a carregar as tintas do suposto plágio por aquele autor (e por Galvão...) cometido. Alguns exemplos bastarão para documentar o que acabo de dizer.

O desembargador Duarte Nunes de Leão, na Primeira Parte das suas *Crónicas Reformadas dos Reis de Portugal* (1600), menciona por mais de uma vez a *Crónica de*

¹⁰³ PINA (1901); BRAGA (s/d); BASTO (1960); MARQUES (1974); SERRÃO (1977).

D. Afonso Henriques de Duarte Galvão¹⁰⁴, mas quando se refere às crónicas dos reis seguintes, até D. Afonso IV e D. Fernando inclusive, di-las escritas por “Fernão Lopez, scriptor [...] de muita diligencia & fee no que screve”¹⁰⁵. Não obstante, é à obra de Pina que, na realidade, se está referindo¹⁰⁶, o que talvez signifique aceitação incondicional das teses de Góis. Curioso é o facto de Duarte Nunes dar a entender não ter encontrado nenhuma crónica de D. Henrique nem de D. Afonso III¹⁰⁷, apesar de, quanto a este último monarca, existir pelo menos a de Pina, que o desembargador denota, aliás, ter aproveitado. *Et on passe...*

Também Fr. António Brandão convoca a cada passo as crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão, mas evidencia dúvidas a respeito da sua verdadeira autoria. Diz, por exemplo, a propósito da *Crónica de D. Afonso Henriques*, que ela fora copiada por Galvão em tempos de D. Manuel¹⁰⁸, e sobre a *Crónica de D. Afonso II* declara que o «nosso cronista português (ou fosse Rui de Pina ou Fernão Lopes) [...] ousou afirmar no cap.2 da crónica [...]»¹⁰⁹, etc. As obras a que se refere são, porém, sempre as de Pina e Galvão, e não quaisquer outras¹¹⁰. E, como se observa, nenhum manuscrito ou outro documento aduz o sábio frade em apoio das suas dúvidas.

Semelhante, embora mais substancial e interessante, é a atitude de seu sobrinho e continuador da *Monarquia Lusitana*, Francisco Brandão. Muito elogioso para com Fernão Lopes, «o qual de tudo o que anda escrito antiguo deste reyno he o de mais juízo¹¹¹», disputa (como então se dizia) sobre a extensão da sua obra em mais que uma ocasião. Assim, elogiando a atitude dos reis portugueses de auxílio desinteressado e *voluntário* aos castelhanos, e censurando a ingratidão destes, diz que já Fernão Lopes disse se queixara (no cap. 171 da Segunda parte da *Crónica de D. João I*), e conclui daí

¹⁰⁴ Ver, p. ex., NUNES DE LEÃO (1975), p. 5. Afirma aí Duarte Nunes que, a respeito da genealogia de D. Henrique, Galvão se baseou “em algũa memoria pouco authentica, ou na fama popular”, o que parece significar que o desembargador não tinha conhecimento de nenhuma crónica anterior.

¹⁰⁵ Ver, p. ex., NUNES DE LEÃO (1975), p. 162: “conforma Fernão Lopez, chronista antigo, que a chronica del Rei Dom Dinis screveo”. Lopes de Almeida reúne este tipo de referências na introdução a esta edição, pp. XXVIII-XXIX.

¹⁰⁶ Conforme notou BASTO (1960), pp. 313-321.

¹⁰⁷ Após-lhes, com efeito, a indicação “composta por”, ao contrário das restantes, que se dizem “reformadas por”. Notou-o Lopes de Almeida, na introdução a NUNES DE LEÃO (1975), p. XXIII.

¹⁰⁸ Facto aduzido por BASTO (1960), p. 127.

¹⁰⁹ BASTO, ed. (1945b), pp. 55. Brandão põe em causa, neste ponto, o chamamento do reis português às cortes de Afonso VIII de Castela, episódio aliás já constante da *Crónica de 1344*, que, por sua vez, o tomou da historiografia castelhana. Repare-se que o facto consta, efectivamente, do segundo capítulo da *Crónica de D. Afonso II* de Pina: PINA (1977), p. 86. Também na parte dedicada a D. Afonso III afirma, a dada altura, o monge de Cister que “diz o cronista Fernão Lopes ter fama que, quando a condessa de Bolonha veio a Portugal, trazia consigo um seu filho [...]”: BASTO, ed. (1946), p. 214.

¹¹⁰ BASTO, ed. (1945b), pp. XII-XXIV.

¹¹¹ BRANDÃO (2008a), 15r.

não ter sido da sua autoria a *Crónica de D. Afonso III*, a qual manifestaria certa credulidade em relação a escritos do reino vizinho. Curiosamente, era esta mesma *Crónica* que Duarte Nunes de Leão dissera nem sequer existir... Noutros pontos, atribui sem hesitação a Lopes a autoria da chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional*¹¹², discute a possibilidade de ter sido esse cronista o refundidor do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*¹¹³, e denota ter dúvidas a respeito da autoria da *Crónica de D. Dinis*, justamente a que mais lhe interessaria: «Os filhos bastardos, que o Chronista Fernão Lopes, ou Ruy de Pina dão a elRey Dom Dinis, são os seguintes¹¹⁴». Tudo isto, uma vez mais, sem recurso a documentação inédita ou desconhecida.

Pouco antes, Pedro de Mariz, no seu aliás interessantíssimo prólogo à edição da *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina (a qual viria a sair dos prelos apenas em 1653, já depois da morte do seu editor), confirma as dúvidas acerca do seu primeiro autor (Lopes ou Pina), mas, como que reabilitando a imagem do cronista ao serviço de D. Manuel, assevera que «quer a fizesse hum quer outro, he feita por Autor muy autorizado, & grave¹¹⁵». A parte mais substancial deste prólogo é, de resto, consagrada a atacar a atitude *pouco respeitosa* de Duarte Nunes de Leão para com os cronistas antigos, cujo trabalho é particularmente elogiado por Mariz.

Também nenhuma novidade trouxeram a este debate os eruditos do séc. XVIII. Continuaram a lançar dúvidas sobre a autoria das crónicas dos primeiros reis que corriam sob os nomes de Pina e Galvão, como se observa, por exemplo, nos pareceres dos censores às edições dessas crónicas da iniciativa de Miguel Lopes Ferreira¹¹⁶ (ou nas declarações do próprio Ferreira), mas sempre na ausência de qualquer dado novo. O mesmo se poderá dizer, já no final da centúria, do trabalho do Abade Serra¹¹⁷, muito meritório enquanto carreador de materiais para a biografia de Pina, e mesmo do ponto de vista da sua reabilitação enquanto escritor¹¹⁸, mas de escasso interesse para a problemática especificamente relacionada com as primeiras crónicas.

¹¹² BRANDÃO (2008a), 115r e 202r.

¹¹³ BRANDÃO (2008a), 183r-185r e 203r.

¹¹⁴ BRANDÃO (2008a), 174r e v.

¹¹⁵ PINA (1977), p. 326.

¹¹⁶ Podem ler-se, tal como as palavras de Ferreira, em PINA (1977).

¹¹⁷ Pode ler-se em PINA (1977). Interrompido o processo de edição das Crónicas de Pina com a de D. Dinis, retomou-o a Academia das Ciências, na última década do século XVIII, sob a segura orientação de Correia da Serra. Assim foram editadas as Crónicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II.

¹¹⁸ “Muito maior dignidade se acha nelle, que nos dois historicos que o precederaõ, muita sobriedade [...] e huma lingoagem que devia parecer delicada quando ainda não havia João de Barros nem Camoens”, in PINA (1977), p. 485.

Outrotanto haverá que dizer do século XIX, em que muito se escreveu sobre este tema, mas sem que qualquer elemento verdadeiramente novo tenha sido aduzido. Francisco Trigoso de Aragão Morato, por exemplo, deixou-nos uma erudita ponderação do problema na sua introdução às edições das *Crónicas* de D. Pedro e D. Fernando da responsabilidade da Academia das Ciências de Lisboa¹¹⁹, mas, para além de dar a conhecer alguns importantes documentos relativos à actividade dos cronistas-mores até então não aproveitados, limita-se, basicamente, a seguir a pegada de Góis e outros autores, considerando muito plausível que Rui de Pina e Duarte Galvão se hajam aproveitado do trabalho de Fernão Lopes. Pormenor interessante é, todavia, o facto de Aragão Morato considerar a *Crónica de D. Dinis* como a obra de Pina que mais nitidamente fazia lembrar o estilo de Fernão Lopes, notando, inclusivamente, que também Fr. Luís de Sousa assim pensava¹²⁰.

Não agiu diferentemente Alexandre Herculano, que, no entanto, e seguindo uma tendência que se vinha esboçando já desde João de Barros e Damião de Góis¹²¹, carregou muito as cores do libelo lançado contra Pina, levando o assunto a tocar as raiais do insulto e do ataque pessoal:

«[...] esse volume de Lopes [o dos sete primeiros reis], ou se perdeu, *ou foi aniquilado por Pina*, que, *ambicioso de pouco suada glória* quis, pobre corvo de D. João II, adornar-se com as brilhantes penas de pavão do Homero de D. João I¹²²»

Juízo que, apesar de ter sido depois muito citado e glosado (*magister dixit...*), repousa, como se vê, única e integralmente no arrazoado de Góis.

A respeito do que foi sendo escrito ao longo da segunda metade do séc. XIX e primeiras décadas do XX, nada de substancial haverá que acrescentar a este panorama. Continuou arraigada a convicção de que Pina e Galvão se apropriaram fraudulentamente da primeira parte da obra de Lopes, e os tons do libelo, já suficientemente enegrecidos

¹¹⁹ MORATO (1816).

¹²⁰ MORATO (1816), p. XXVIII.

¹²¹ São famosas, a este propósito, as alegações de Barros (estrategicamente repetidas por Góis), segundo as quais Afonso de Albuquerque teria *seduzido* Rui de Pina com umas pedras preciosas que lhe teria enviado da Índia, a fim de ver a sua imagem convenientemente lembrada na *Crónica de D. Manuel* em que, por essa altura, Pina trabalhava (mas que não chegou a concluir): GÓIS (1926), p. 89. O comentário de Herculano a esta situação é todo ele um tratado acerca da sua maneira de entender a História: “Aquele cujo nome devia encher o mundo [Albuquerque] não teve a consciência de que era o maior capitão do século, e creu que a sua imortalidade dependia de um cronista obscuro. Triste documento de que os génios mais portentosos estão como os homens ordinários sujeitos às mais ridículas fraquezas”, in PINA (1901), p. 10.

¹²² Citado in PINA (1901), p. 10. Itálicos meus.

por Herculano, pouca modelização conheceram¹²³. Aqui e além procedeu-se, em todo o caso, a certa reabilitação de Pina¹²⁴, bem como a observações estilísticas que depois não deixariam de ser aproveitadas¹²⁵.

Seja como for, uma coisa é clara: tudo quanto os eruditos de entre os séculos XVI – XIX, e ainda das primeiras décadas do século XX, disseram a respeito de crónicas dos primeiros reis de Portugal anteriores às de Rui de Pina e Duarte Galvão foi especulativo e conjectural. Melhor ou pior argumentado, com ataques pessoais ou sem eles, mais serenamente ou mais apaixonadamente – mas sempre especulativo e conjectural. Se existiam algumas cópias dessas antigas crónicas, ninguém parecia ter dado conta disso.

. A Crónica de 1419 e as crónicas «perdidas» de Fernão Lopes

Apesar disso, elas aí estavam. E apetece dizer, como de Malherbe se disse, que *enfin, le manuscrit vint*.

Com efeito, os dois manuscritos da C1419 que, numa dessas partidas em que é por vezes perito o destino, foram quase simultaneamente localizados por Magalhães Basto e Silva Tarouca, vieram mudar decisivamente os dados da questão, permitindo firmá-la sobre mais sólidas e palpáveis bases. Afinal, era verdade: tinha havido pelo menos uma crónica dos primeiros reis de Portugal anterior às de Pina e Galvão¹²⁶. Seria ela a parte julgada perdida da obra de Fernão Lopes¹²⁷?

Do ponto de vista dos defensores de tal autoria, a questão repousou desde o início¹²⁸ em três factos de inquestionável e imediata objectividade, que naturalmente convidavam à identificação da crónica recém-descoberta com a parte perdida da obra do primeiro cronista-mor português:

¹²³ Pode exemplificar-se com BRAGA (s/d), pp. 286-296.

¹²⁴ VEIGA (s/d).

¹²⁵ BELL (1931), p. 67, autor que considerava o estilo da chamada *Crónica da Conquista do Algarve* (texto que se ocupa de acontecimentos da época de D. Sancho II e D. Afonso III) muito próximo do de Fernão Lopes.

¹²⁶ Note-se, porém, que Magalhães Basto sentiu necessidade de, num primeiro momento, provar a efectiva anterioridade da C1419 em relação às crónicas de Pina e Galvão. Pode isso hoje parecer-nos estranho, mas a atitude é compreensível, sobretudo se tivermos em conta a grande quantidade de cópias mais ou menos modificadas e de resumos que dos textos de ambos esses cronistas se fizeram ao longo dos sécs. XVI e XVII. Em todo o caso, tanto a data constante do manuscrito do Porto, como as características linguísticas de ambos os apógrafos, não deram ocasião a que alguém viesse contestar a datação quatuorcentista para o texto original da C1419.

¹²⁷ Seguirei na exposição deste problema uma atitude diferente à que previamente assumi, na medida em que não darei conta das posições de cada um dos estudiosos que sobre ele se pronunciaram, mas expô-las-ei numa ordem tanto quanto possível lógica, convocando no momento pertinente os respectivos defensores.

¹²⁸ Ou seja, basicamente desde BASTO (1943).

- (i) a C1419 é uma obra contemporânea de Fernão Lopes;
- (ii) foi explicitamente redigida, tal como as crónicas de Lopes, no contexto da corte régia;
- (iii) contém, exacta e precisamente, os reinados correspondentes à parte desconhecida da obra desse cronista (Afonso I [e D. Henrique] – Afonso IV).

Convenhamos que não é um mau ponto de partida, sendo, aliás, possível encontrar na Medievalística portuguesa uma ou outra tese que foi sendo formulada e aceite na base de muito mais discutíveis e diáfanos argumentos. Não seria, apesar disso, suficientemente forte para, por si só, impor a identificação da C1419 com as crónicas «perdidas» de Fernão Lopes, pelo que outros indícios lhe teriam de ser acrescentados. E um dos primeiros a ocorrer¹²⁹ foi o da relação dessa obra com as Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão. Não era verdade que, como vimos, a crítica vinha sendo praticamente unânime em considerar que estes autores se haviam baseado no (ou mesmo fraudulentamente apropriado do) trabalho de Fernão Lopes? Nesse sentido, se pudesse ser demonstrado que a C1419 tinha sido a fonte principal de ambos, aí estaria, talvez, mais um e importante argumento a favor da autoria lopesina.

Ora, mesmo tendo em conta as lacunas (e, no caso de C, as contaminações com outros textos) dos dois apógrafos principais da C1419, a dependência de Pina e Galvão (este em ainda maior grau que aquele¹³⁰) face à crónica recém-descoberta era clara. Tão clara, que bastou a Magalhães Basto apresentar alguns cotejos entre passagens de cada uma dessas obras¹³¹, bem como uma súmula dos pontos comuns a elas¹³², para que ninguém o ficasse duvidando¹³³. Por isso, «se Galvão e Pina se basearam em Fernão

¹²⁹ Logo em BASTO (1943).

¹³⁰ E eis aí como a descoberta da C1419 veio tornar irónicas as palavras de Góis a respeito da maior subserviência de Pina em relação às crónicas anteriores, circunstância a que há pouco me referia. Todo o arrazoado do humanista é, aliás, um magnífico exemplo de como a limpidez de raciocínios não basta para atingir a *verdade* das coisas. E poderia ainda lembrar-se a forma algo desdenhosa como ele tratou a “suposta” existência de uma Crónica da Guiné da autoria de Zurara, existência que hoje se documenta em mais que um manuscrito que dessa obra subsiste.

¹³¹ BASTO (1943).

¹³² BASTO (1960).

¹³³ Entretanto, já hoje em dia será desnecessário tecer comentários ao suposto crime de plágio cometido por Galvão e Pina. Como, creio que pela primeira vez, comentou BELL (1986, p. 40 – a 1ª edição deste estudo é de 1921), “é claro que se um historiador moderno traduzisse [ou copiasse] longos períodos de outros autores sem os citar, levantar-se-ia grande celeuma e ele seria exautorado, *como plagiário indigno*. [Mas] muito diversa era a posição do historiador oficial nos séculos XV e XVI. O seu trabalho era compilar uma narrativa sequente da história de sucessivos reinados, usando de livre opinião na selecção e inclusão de materiais, anónimos ou de autor conhecido, e tratando de dar ao conjunto plano ordenado e

Lopes, a [Crónica de 1419] é – deve ser... - de Fernão Lopes»¹³⁴, concluía o investigador.

O argumento daria, sem dúvida, ocasião a alguma crítica, na medida em que se baseava numa premissa não demonstrada, e até virtualmente não demonstrável. Ainda assim, é manifesta a sua eficácia: não só se verificava terem existido, de facto, «crónicas» dos primeiros reis anteriores às de Pina e Galvão, como tinham sido essas «crónicas» – e não quaisquer outras – a base de trabalho dos historiógrafos manuelinos. A ideia do aproveitamento, por parte de ambos, da porção julgada perdida da obra de Lopes ganhava, assim, pelo menos uma importante dose de verosimilhança, visto que o uso de uma crónica anterior ficava demonstrado. E não era verdade que essa ideia se vinha tornando, desde há séculos, convicção profundamente arraigada em praticamente todos os estudiosos que trataram este assunto?

Mais e diferentes argumentos se foram, todavia, juntando a estes, por parte dos defensores da autoria de Fernão Lopes, cedo capitaneados por Magalhães Basto¹³⁵ e Lindley Cintra¹³⁶, que aliás praticamente esgotaram o manancial disponível. Começou-se, então, a realçar também os aspectos intrínsecos da obra recém-descoberta. E uma série de coincidências entre os seus métodos e o seu conteúdo com os métodos e conteúdo das três crónicas de Lopes foram sendo notadas.

Havia, em primeiro lugar, a muito importante questão das remissões feitas por cada uma dessas crónicas a matéria previamente narrada. Era esse, como se viu, o maior dos argumentos que vinham sendo aduzidos no sentido de atribuir a Fernão Lopes a feitura das crónicas de todos os reis de Portugal anteriores a Pedro I, começando no

uniformidade de estilo, que seria o da época em que escrevia”. A obscura afirmação de Rui de Pina segundo a qual “postoque até seu tempo [de D. João II] não fora costumado escrepver-se das bondades, e feitos notavees d’alguem; deste bemaventurado Rey per hũ singular, e maravilhoso ensino de Reis, era rezaõ que se começasse primeiro” (PINA, 1977, p. 890), creio, por outro lado, que (para além do significado panegírico) deve compreender-se no sentido de não ter sido hábito começar a escrever-se sobre os feitos de alguém *em vida desse alguém* – e não como significando uma qualquer ocultação de crónicas anteriores às suas. É meu entendimento (e nisso aproximo-me das considerações de RADULET, 1992, p. 35) que o documento de 1490 em que D. João II declara ter encarregado Pina de trabalhos historiográficos diz respeito apenas à narração de feitos ocorridos durante o seu próprio reinado: “careguo que lhe demos de escrepver e assentar os feitos famosos asy nossos como de nossos Regnos que em nossos dias sam passados, e ao diante se fizeram [sic]”, PINA (1977), p. 482. Pina menciona, além disso, e frequentemente, várias crónicas e outros escritos que serviram de fonte para os seus próprios textos.

¹³⁴ BASTO (1943), p. 53. O autor refere-se aqui apenas ao manuscrito do Porto, dito *Crónica de Cinco Reis*, mas, como logo se veio a verificar, a afirmação é válida também para os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, constantes apenas do manuscrito da casa Cadaval.

¹³⁵ BASTO (1960).

¹³⁶ CINTRA (2009, I); BASTO (1960), onde se publica a importante revisão de Cintra a um dos trabalhos de Magalhães Basto. Com a mesma convicção, mas sem argumentos propriamente novos, a autoria de Fernão Lopes foi também desde logo sustentada por TAROUCA (ed. 1947 e 1951).

Conde D. Henrique. Agora, que havia a possibilidade de essas crónicas terem sido encontradas, tais remissões não podiam deixar de ser consideradas um critério fundamental. Confirmariam elas a autoria desde logo proposta por Magalhães Basto?

Das oito remissões atrás elencadas, cinco (ou seja, *mais de metade*) não podem ser directamente verificadas, uma vez que respeitam ao reinado de D. Afonso IV, muito defeituosa e lacunarmente transmitido pelo ms. C, único dos testemunhos da C1419 que o abrange. Das restantes três, duas (o primeiro prólogo e os fidalgos que ajudaram D. Henrique a conquistar a terra) não constam de nenhum dos manuscritos da C1419 hoje conhecidos, e a terceira (acção de Fernão Rodrigues Pacheco no cerco de Celorico) consta dos dois e remonta, portanto, seguramente, ao original da crónica¹³⁷. São dados que não podiam deixar de ser usados – e de facto foram-no – por ambos os lados da refrega. Mas observe-se que a C1419 contém, ela própria, uma remissão de tipo proléptico, anunciando no reinado de D. Afonso Henriques um facto (a erecção das novas muralhas de Lisboa por ordem de D. Fernando¹³⁸) de que depois, ou seja, certamente no reinado deste último monarca, trataria. E isso está certíssimo com aquilo que no Cap. 88 da *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, se conta. Esta circunstância foi logo convocada por Magalhães Basto¹³⁹, servindo até, dir-se-ia, de atenuante para a relativa inoperacionalidade das remissões de sentido contrário, inoperacionalidade a que o erudito investigador não deixaria, porém, de responder¹⁴⁰. Entretanto, outros argumentos se foram arranjanando.

Segundo o próprio Fernão Lopes declarava, a ordem seguida no seu método historiográfico consistia em começar «cada hum reynado com parte das bondades [i.e. os principais feitos e virtudes] de cada hum rey¹⁴¹». E tal parece ser também o caso da C1419. Não, é certo, no caso de D. Afonso Henriques e D. Afonso IV. Mas o princípio do reinado de D. Afonso IV não chegou até nós, pelo que o de D. Afonso Henriques seria, talvez, a única excepção¹⁴². Em todos os restantes monarcas, sim, que se verifica

¹³⁷ Pode acrescentar-se um outro dado, muito pertinentemente aduzido por EFFGEN (2009), pp. 64 - 65: no cap. CXLVIII da segunda parte da *Crónica de D. João I*, Lopes menciona e parcialmente transcreve uma carta enviada pelo Papa João XXII ao Infante D. Afonso (futuro Afonso IV) aquando das suas desavenças com D. Dinis, carta essa que surge integralmente transcrita na C1419 (cap. 134 da edição Calado).

¹³⁸ CALADO, ed. (1998), p. 49.

¹³⁹ BASTO (1960).

¹⁴⁰ Veja-se o que digo adiante e BASTO (1960).

¹⁴¹ Prólogo da segunda Parte da *Crónica de D. João I*. A ideia é reiterada no cap. CXLVIII da segunda parte da *Crónica de D. João I*.

¹⁴² E excepção assaz compreensível, se atendermos à circunstância de os primeiros feitos de D. Afonso terem ocorrido quando ele ainda não era rei, bem como ao facto de a tradição cronística anterior

esse preceito de começar os respectivos reinados com as respectivas «bondades», as quais ocupam, inclusivamente, nos casos de D. Afonso III e D. Dinis, todo o capítulo inicial. A isto, haveria que acrescentar a forma idêntica de fazer remissões diegéticas em Fernão Lopes e na C1419, e mesmo certas semelhanças vocabulares¹⁴³. E também o facto de a C1419 ocupar, na evolução da historiografia medieval portuguesa, o lugar intermédio entre a *Crónica de 1344* e as obras de Pina e Galvão¹⁴⁴. A C1419 teve como fonte principal a *Crónica de 1344*, e ela própria foi a base das crónicas do tempo de D. Manuel. Era esse o espaço em branco, o *missing link* entre a historiografia hispanizante do Conde de Barcelos e as posteriores concepções de cariz progressivamente nacionalista. Uma vez ocupado esse espaço pela C1419, não parecia ter havido lugar para outras produções da mesma espécie.

Tão ou mais importante seria, porém, a circunstância de o recurso abundante e frequente a documentos de chancelaria, habitualmente considerado uma marca distintiva de Fernão Lopes na historiografia portuguesa medieval (e até na ibérica¹⁴⁵), se verificar também na C1419¹⁴⁶. Os reinados de D. Sancho II, D. Dinis e D. Afonso IV alicerçam-se, com efeito, maioritariamente em documentos oficiais (régios ou pontifícios), e também no reinado de D. Sancho I a eles se recorre, embora mais episodicamente. E tal não podia senão considerar-se um importante argumento interno a favor da identidade de autoria entre aquelas três «crónicas» e a C1419.

Mas enquanto os defensores da autoria de Fernão Lopes assim faziam valer a sua tese (chegando a convencer críticos tão informados e exigentes quanto Diego Catalán¹⁴⁷), a questão ia adquirindo foros de polémica. É que dados objectivos e razões

(*Primeira Crónica Portuguesa* – cujo texto sobrevive na chamada *IV^a Crónica Breve* (MOREIRA, 2008) – e *Crónica de 1344*), em que a regra de principiar cada reinado com as bondades do monarca já se verifica, ter optado pela mesma estratégia diferenciadora em relação ao nosso primeiro rei. Tenciono ocupar-me desta questão em estudo específico.

¹⁴³ A coincidência na forma de fazer remissões logo foi, no entanto, descartada dos argumentos válidos pelos próprios defensores da autoria de Fernão Lopes. Conforme indicou Cintra (in BASTO, 1960), expressões como «segundo adiante diremos» e afins são absolutamente estilizadas e características de praticamente toda a prosa historiográfica e narrativa medieva. O mesmo vale para as coincidências vocabulares, perfeitamente explicáveis pela contemporaneidade linguística. Mais importante é o facto, salientado pelo próprio Cintra, de tanto a C1419 como Fernão Lopes concederem a cada reinado uma relativa autonomia no conjunto da obra, através de expressões como «segundo contámos na estória d’el rei D. ...» ou semelhantes, que não ocorrem nos textos da escola afonsina.

¹⁴⁴ BASTO (1960), CINTRA (2009, I).

¹⁴⁵ Embora se registem antecedentes desta prática na Península Ibérica, sobretudo na crónica aragonesa do séc. XIV, não deixa de haver certa especificidade de Lopes no abundante uso de documentação oficial na sua obra, conforme admite RUSSELL (1996).

¹⁴⁶ Aspecto devidamente salientado por Lindley Cintra: BASTO (1960).

¹⁴⁷ CATALÁN (1955), CATALÁN (1962), CATALÁN (1974).

de ordem interna, havia-os também disponíveis para quem se recusasse a aceitar essa autoria.

O primeiro facto a notar (e não admira, dada a centralidade que lhe vimos caber) é o das remissões diegéticas. Segundo já indiquei, há pelo menos duas remissões da obra de Fernão Lopes a factos anteriormente narrados que não se encontram nos apógrafos da C1419: o prólogo e a lista de fidalgos que auxiliaram D. Henrique a conquistar a terra. Ora, – sustentam os adversários da «tese Fernão Lopes» – como conceber que, não incluindo tais factos, possa a C1419 ser identificada com a parte perdida da obra do primeiro cronista-mor nacional, que evidentemente deles tratava¹⁴⁸?

Outro dado positivo por eles manejado é a célebre carta de D. Duarte, lavrada de Santarém em Março de 1434 e atrás parcialmente transcrita. Não é evidente, dizem, que tal carta só pode significar que o trabalho de Lopes enquanto cronista *principiou em 1434*? Iria o rei lembrar-se de o recompensar por esse trabalho decorridos já, pelo menos, 15 anos desde o seu início¹⁴⁹?

Trata-se de argumentos sem dúvida interessantes, e, dado o seu carácter rigorosamente objectivo, não admira tenham sido convocados com particular ênfase por críticos de base documentalista, como Costa Pimpão¹⁵⁰. Mas, a seu lado, pouco a pouco aparecendo e paulatinamente dominando a cena, surge uma outra ordem de preocupações, de carácter mais subjectivo, e portanto mais escorregadio, mas nem por isso menos importante: o *estilo*.

Tem esta palavra, espécie de conceito guarda-chuva, abarcado, neste contexto, vários domínios, desde o mais frequente e tradicional de «forma de usar a língua» até o mais específico de «método (ou técnica) historiográfico». Com esta última acepção poderá ainda relacionar-se a problemática ideológica ou literária. E a questão, sucessivamente levantada e destacada, entre outros, por CIDADE (1944), COELHO (1951), PIMPÃO (1972), LAPA (1981), MACCHI (1963) ou CALADO, ed. (1998) é a seguinte: revela a C1419 afinidades literárias, ideológicas ou estilísticas com as três crónicas consensualmente atribuídas a Fernão Lopes?

E aqui, parece haver um assinalável consenso: pelo menos do ponto de vista dos recursos linguísticos (valorizados sobretudo pela crítica de inspiração spitzeriana de

¹⁴⁸ PIMPÃO (1972), BRÁSIO (1958).

¹⁴⁹ PIMPÃO (1972).

¹⁵⁰ Sobre os métodos de trabalho deste investigador, ele próprio forneceu um impressionante testemunho: PIMPÃO (1972).

meados do séc. XX¹⁵¹), a C1419 parece afinar pelos parâmetros arcaizantes e ainda relativamente rudes da prosa portuguesa do séc. XIV, longe do domínio, das inovações e do atractivo do nosso maior prosador da Idade Média. Todavia, e nisto também toda a crítica está de acordo, tal só pode ser categoricamente afirmado quando da obra de Lopes e da C1419 existirem estudos semânticos, gramaticais, lexicológicos, sintácticos e quejandos. Coisa ainda não feita¹⁵², e aliás dificultada, no que a Lopes respeita, pela espinhosa e prévia questão do estabelecimento de um texto crítico da sua obra, só em parte satisfatoriamente resolvida...

Em todo o caso, esta tácita aceitação do carácter estilística e literariamente diverso da C1419 em relação às três Crónicas de Fernão Lopes tem sido, porventura, o principal responsável do facto de a crítica dos últimos anos – quinze, digamos – se mostrar reticente em identificar aquela crónica com a parte «perdida» da obra do primeiro cronista-mor português, ao invés da das décadas anteriores, que, com as excepções que fui indicando, se revelou muito inclinada a admitir essa identificação¹⁵³. E aos argumentos há pouco expostos para impugnar tal tese, foi a crítica recente juntando ou explicitando outros, aliás praticamente esgotáveis nas seguintes diferenças que Adelino Calado encontra entre as Crónicas de Lopes e a C1419:

- «1º Fernão Lopes nunca utilizou as figuras de reis ou infantes como autores das suas próprias obras [...];
- 2º Fernão Lopes já não utilizou as frases de ligação ou suspensão tradicionais [...], substituindo-as, de forma original e inventiva, por outras literariamente mais elaboradas;
- 3º Fernão Lopes criou uma sequência histórica mais completa e objectiva [...];
- 4º Fernão Lopes relega a genealogia para um plano relativamente modesto [...];
- 5º Fernão Lopes já rejeita [a terminologia militar antiga] [...];

¹⁵¹ Como LAPA (1981), CIDADE (1943), COELHO (1951) ou mesmo MACCHI (1963). Mas já então, e curiosamente, um pertinaz adversário da «tese Fernão Lopes» desqualificava desta maneira a importância da análise estilística: “bem se sabe que isto de creditar ou desautorizar produções literárias *só à base* de uma falaz criteriologia estilística [...] não tem ares altamente científicos. [...] E se o critério já em si mesmo não é infalível, que dizer da infalibilidade de quem dele se serve, sobretudo quando se lança mão como último recurso para sustentar teses preconcebidas, teses-feitas [...]?” (BRÁSIO, 1958, p. 342).

¹⁵² Releve-se, em todo o caso, as teses de doutoramento de LOPEZ – ARIAS (1991) e FIGUEIREDO (2005), centradas na análise das particularidades estilísticas e genológicas da obra do primeiro cronista-mor português.

¹⁵³ É muito elucidativo, a este respeito, o confronto entre as posições de Luis Krus (“Crónica de Portugal de 1419”) e Teresa Amado (“Fernão Lopes”), expressas no *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, cuja primeira edição é de 1993: LANCIANI e TAVANI (2000). Teresa Amado viria ainda a precisar as suas reservas num trabalho posterior: AMADO (1999), reeditado com algumas alterações em AMADO (2007b). Registe-se, todavia, que a autoria de Fernão Lopes foi completamente aceite por ALFONSO-PINTO (1999), naquela que, tanto quanto sei, era até agora (juntamente com PORFÍRIO, 1967) uma das duas únicas dissertações académicas especificamente dedicadas à C1419, ainda que, no caso de PINTO, apenas ao reinado de D. Afonso Henriques.

- 6º O autor da Crónica de 1419 não ataca as fontes narrativas com a agressividade que Fernão Lopes tantas vezes emprega [...];
7º Fernão Lopes não concedeu espaço significativo à intervenção do sobrenatural nem acolheu versões lendárias [...]»¹⁵⁴»

A que se poderá juntar um outro facto também lembrado (e salientado) por Adelino Calado, que é a forma diferente como foram preservadas a C1419 e as Crónicas de Fernão Lopes, Zurara, Pina e Galvão. Com efeito, ao passo que estas crónicas foram cuidadosamente preservadas pela corte régia em luxuosos manuscritos de que se foram tirando dezenas e dezenas de cópias (foram, em suma, *muito e muito bem* copiadas), da C1419 apenas sobreviveram, e sabe-se lá como, poucas e defeituosas cópias – e «há-de haver alguma razão para isso»¹⁵⁵.

Mas serão todos os argumentos até aqui mencionados suficientes para rejeitar de vez a autoria de Fernão Lopes? Não parece, e a alguns deles foram já, de resto, respondendo os seus defensores. Veja-se o caso da carta de D. Duarte: o que ali se diz – alegam eles¹⁵⁶ – é que o rei encarregou Fernão Lopes de escrever os feitos dos seus antecessores, não *quando* é que o encarregou. A data de 1434 é, neste contexto, a data a partir da qual Lopes foi especificamente remunerado por essa tarefa, nada obstando que a ela se tivesse entregado já há algum tempo - e acaso a novidade esteja apenas no pagamento específico de uma tarefa que, até aí, se entenderia incluída nas funções burocráticas que ele vinha exercendo desde há muito. De resto mesmo alguns críticos que põem certas reservas à tese de Fernão Lopes como autor da C1419 não deixam de interpretar neste sentido o documento em questão¹⁵⁷. E não foi Zurara, cujo testemunho é por todos valorizado, quem nos garantiu que D. Duarte encarregou Fernão Lopes de trabalhos historiográficos *em sendo infante* (portanto antes de 1434)?

Quanto à falta, nos apógrafos actualmente conhecidos da C1419, do prólogo e da lista de cavaleiros adjuvantes de D. Henrique, sublinhe-se a ideia: nos apógrafos *actualmente conhecidos*. Não constariam essas passagens do texto original? É certo que a existência de manuscritos diferentes e *supostamente mais perfeitos* das obras medievais do que aqueles que até nós chegaram é, por vezes, argumento evasivo e, qual leito de Procusto, apto a fazer acomodar a realidade a teses pré-estabelecidas. Mas o

¹⁵⁴ CALADO, ed. (1998), pp. XL-XLI.

¹⁵⁵ CALADO, ed. (1998), p. XIX.

¹⁵⁶ BASTO (1960).

¹⁵⁷ AMADO (1997a), p. 51.

fenómeno não pode negar-se¹⁵⁸, e, neste caso em concreto, Magalhães Basto conseguiu, até, encontrar um argumento válido para o sustentar. Com efeito, o ms. P (único a incluir a passagem em causa) diz, logo no primeiro capítulo e a propósito do Conde D. Henrique:

«& [Afonso VI] lhe assinou certa terra de Mouros que conquistasse e que tomandoa que acrecentasse em seu condado a qual cousa elle fez mui bem e trabalhou muito em ello como vos adiante diremos¹⁵⁹»

Apesar disso, nem em P, nem em C, se conta como é que D. Henrique «trabalhou muito» no alargamento do território. Ora, C não contém nenhum dos capítulos iniciais da C1419, e P é, em vários pontos, um manuscrito truncado, quase seguramente por falta de fólios do seu modelo. É, por isso, perfeitamente *defensável* que, ao contrário dos testemunhos subsistentes, o texto original da Crónica contivesse algumas considerações acerca dos movimentos expansivos do Conde em que, tal como no texto de Fernão Lopes, se incluíam referências aos seus companheiros de armas¹⁶⁰. E é interessante notarmos, com Magalhães Basto¹⁶¹, que Duarte Galvão, certamente devido ao facto de o exemplar da C1419 por ele manejado (o qual, segundo lá mais para a frente demonstrarei, era um manuscrito *mais próximo de P do que de C*) ter já esse *defeito*, sentiu a necessidade de modificar aquela alusão:

«E ainda lhe assinou mais terra da que os mouros possuhiam, que a comquistasse, e tomandoa acreçemtasse em seu comdado, o que elle *e seus sobçessores*, com muito esforço e ualemtia, per muitos arriscados perigos e trabalhos *depois fizeram*, como adiante se dira¹⁶²»

No entanto, e curiosamente, esta e outras aparentes imperfeições do texto da C1419 que até nós chegou foram ainda explicadas de forma que se diria oposta: não pela menor perfeição dos testemunhos subsistentes em relação a um suposto original sem falhas, mas pela independência em relação a esse original. De acordo com esta

¹⁵⁸ Repare-se no que sucedeu com a própria C1419: se não tem aparecido o manuscrito da casa Cadaval, o mais provável é que a crítica ainda hoje estivesse falando numa “Crónica de *Cinco Reis*”. Não obstante, logo após o descobrimento do apógrafo do Porto, Magalhães Basto defendeu o seu carácter lacunar e a plausibilidade de que também os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV constassem do texto original.

¹⁵⁹ BASTO, ed. (1945), p. 45.

¹⁶⁰ Até Teresa Amado, não obstante as suas reservas à autoria lopesina, considerou, algures, que “é lícito admitir que essas referências a passagens que faltam nos manuscritos encontrassem coincidência nas respectivas versões originais”: AMADO (2001), p. 442.

¹⁶¹ BASTO (1960).

¹⁶² FONSECA, ed. (1995), p. 11. Itálicos naturalmente meus.

hipótese, o códice de que derivaram os testemunhos da obra hoje conhecidos não teria ainda alcançado a redacção definitiva, tendo ficado, por isso, lacunas por preencher e erros por corrigir, circunstâncias que explicariam também certo rudimentarismo estilístico que neles se nota. E é sem surpresa que vemos esta tese ter sido formulada por Lindley Cintra¹⁶³. Sem surpresa, porque Cintra, acabado de sair da floresta afonsina com a sua magnífica tese sobre a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, estava naturalmente a transportar para a historiografia portuguesa do séc. XV um conceito, o de «borrador compilatorio de fuentes», que tinha sido gizado por R. Menéndez Pidal a partir da complexa tradição manuscrita da *Estoria de España* (e que nesse contexto se ia revelando eficaz¹⁶⁴), mas que nada garantia fosse igualmente aplicável a outros universos textuais. Não é que esteja em causa a existência de rascunhos prévios – que certamente os houve, e podem até documentar-se na produção historiográfica portuguesa da época¹⁶⁵. O questionável da proposta de Cintra reside, antes, na concepção do rascunho da C1419 como ajuntamento de fontes à espera de harmonização e, *sobretudo*, na ideia de que foi esse rascunho que esteve na origem da tradição textual hoje conhecida. Ainda assim, é inegável que as estranhas características dos dois primeiros capítulos da Crónica, com repetições e lacunas aparentes, fornecem certa plausibilidade a essa proposta ou, pelo menos – e ao contrário do que tem sustentado a crítica recente¹⁶⁶ –, não permitem uma rejeição categórica¹⁶⁷.

Mas será isto suficiente para manter a tese da unidade de autoria entre a C1419 e as Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João? Ou deverá, pelo contrário, e como propõe Adelino Calado, considerar-se anónima, como tantas outras, aquela crónica¹⁶⁸? Eis que chega a altura de eu próprio me pronunciar sobre o assunto.

¹⁶³ Mau grado certa antecipação incipiente de Magalhães Basto (BASTO, 1960, p. 478) e Serafim da Silva Neto (lembrado por MACCHI, 1963, pp. 9, 13).

¹⁶⁴ Embora tenha tido os seus oponentes (GÓMEZ PEREZ, 1965), e tenha sido revisto em alguns pontos mais melindrosos (CATALÁN, 1962), o que para o caso pouco importa.

¹⁶⁵ Vejam-se as afirmações de Zurara e Fernão de Pina a esse respeito [cf. PIMPÃO, 1972, pp. 32 - 35], ou o caso, adiante estudado, do ms. ALC. 290 BN.

¹⁶⁶ CALADO, ed. (1998), p. XXV-XXVI; AMADO (1999).

¹⁶⁷ Devo, no entanto, salientar (e creio que esta dissertação o comprovará) que o texto da C1419 hoje conhecido apresenta, *globalmente*, todas as características de uma redacção acabada.

¹⁶⁸ Almeida Calado não chega, porém, a afastar por completo a hipótese da autoria lopesina. A conclusão final da sua argumentação, a que adiante voltarei, pode ler-se em CALADO, ed. (1998), pp. XLI-XLII. Nota-se, aliás, certo recuo em relação a CALADO (1996), trabalho em que a autoria de Lopes era mais categoricamente rejeitada.

E o que sobre isso tenho a dizer resume-se nesta fórmula talvez desoladoramente simples: o problema da autoria da C1419, e mais especificamente o da plausibilidade de identificarmos esta crónica com a parte julgada perdida da obra de Fernão Lopes, é um problema que, com os dados actualmente disponíveis, se deverá considerar irresolúvel. Ainda assim, devo confessar que a «tese Fernão Lopes» continua a afigurar-se-me a mais *provável*, pois os argumentos que têm sido convocados em sinal contrário não me convencem, de todo, da insustentabilidade dessa tese.

A alguns desses argumentos foram já respondendo, como há pouco indiquei, os defensores da autoria lopesina. E os restantes, mais recentes ou mais recentemente enfatizados, parecem-me também perfeitamente rebatíveis. Vejamos o caso dos que foram enunciados por Adelino Calado na introdução da sua edição crítica da C1419¹⁶⁹:

«1º Fernão Lopes nunca utilizou as figuras de reis ou infantes como autores das suas próprias obras [...]»;

Não utilizou na parte hoje conhecida. Quem garante que o não tenha feito na parte considerada «perdida»? Na C1419, tal autoria surge explicitada em apenas uma ocasião, e compreende-se porquê: uma vez explicitada, desnecessária se torna a sua repetição.

«2º Fernão Lopes já não utilizou as frases de ligação ou suspensão tradicionais [do tipo “ora deixa a história de falar de... e torna a...”], sem mais] [...], substituindo-as, de forma original e inventiva, por outras literariamente mais elaboradas»;

Seria talvez necessário um estudo aprofundado para o garantir. Entretanto, também na C1419 se registam fórmulas de suspensão e/ou ligação de matérias muito próximas das que se diriam tipicamente lopesinas:

«Mas ora leyxa o conto e estoria de falar do iffante, *que fica*¹⁷⁰ *em Beja muy temido*¹⁷¹ *dos mouros daquela terra*, e torna a dizer de hũa entrada que el.rey Ganim, mouro, e hum seu irmão fizeram em Portugal¹⁷² [...]»

¹⁶⁹ Também AMADO (2007b, p. 143), autora curiosamente reticente quanto à autoria lopesina da C1419, considera, embora não desenvolva a questão, que “a parte mais frágil e discutível da sua argumentação [de Adelino Calado] é, creio, a que aborda o problema da autoria”.

¹⁷⁰ “ficou” no ms. P.

¹⁷¹ “muito tempo” no ms. P.

«Ja avia hum ano e tres meses que esta guera tam cruel durava, fazendo-se grandes estraguos nos regnos, e morta ja muita gente de hũa parte e da outra. Mas quem poderia dizer o pesar e grão tristeza que a raynha dona Isabel tomava enquamto se estes males faziam, e quantas lagrimas espalhou e outras orações a Deos? E, como se esto fez [...]»¹⁷³»

«A esta carta não achamos reposta que el.rey de Castela dese *e portamto leixamos hum pouquo de perseguir esta estoria*. E diremos de três embaixadores de Framça que em este tempo chegaram a el.rey de Castela [...]»¹⁷⁴»

«Muytas outras [cousas] pequenas se fizerom em este tempo de hũa parte e da outra, as quaes, por não alongar a estoria, não curamos aquy de contar, *mas que hum sesudo pode entender as hobras que huns aos outros fariom enquanto durase esta descomcordia, pois se desafiavom* [os portugueses e os castelhanos] *como mortais inimiguos*»¹⁷⁵»

Podendo ainda acrescentar-se que nos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, também a C1419 não usa nunca expressões do tipo «ora deixa a história de falar de... e torna a...», sem mais.

«3º Fernão Lopes criou uma sequência histórica mais completa e objectiva [...]»;

Sem dúvida. Mas, se o fez, foi seguramente porque (aspecto que adiante desenvolverei) tinha à sua disposição fontes narrativas e/ou documentais que o permitiram. Tê-las-ia também para os reis anteriores a D. Pedro I? Na própria C1419 se nota o desnível entre, por um lado, os reinados de D. Afonso Henriques, D. Dinis e mesmo, com todas as lacunas actualmente verificáveis, D. Afonso IV, e, por outro, todos os restantes, pois esses três reinados (e particularmente os dois últimos), sobre serem mais longos, têm «uma sequência histórica mais completa e objectiva». E a

¹⁷² CALADO, ed. (1998), p. 76, itálico meu. E repare-se que Fernão Lopes não foi propriamente o criador deste tipo de fórmulas. Aprecie-se, por exemplo, o seguinte passo de um manuscrito da *Estoria de España*: “Agora dexamos aqui al rey don Alffonso folgar en parayso con Dios, et tornaremos a contar de la reyna donna Urraca, su fija [...]”, MENÉNDEZ PIDAL, ed. (1977), II, p. 645; ou estes versos de Gonzalo de Berceo: “Dexemos al bon ome com el rey folgar./ conviénonos un poco la matéria cambiar./ non pudimos sin esso la raçon acordar, / porque nos alonguemos bien sabremos tornar” (aduzidos, com outro propósito, por CONTRERAS MARTIN, 2002, p. 258). Simplesmente, e como refere AMADO (1997, p. 154), “Fernão Lopes levou [este processo] a um grau único de elaboração e variedade, explorando efeitos de distanciamento e de humor”. Algumas das suas expressões são irresistíveis: “he rezam [...] que em quanto [...] o escudeiro [...] for e vier com o recado que leva, que oucaes vos dous capitollas pequenos que bem podees leer em quanto el chegar a Çamora”; “Nós leixámos ante desto el-rei dom Pedro de Castella em Sevilha prendendo e matando como lhe viinnha aa vontade”, etc.

¹⁷³ CALADO, ed. (1998), p. 173.

¹⁷⁴ CALADO, ed. (1998), p. 230, itálico meu.

¹⁷⁵ CALADO, ed. (1998), p. 258, itálico meu. Compare-se com Fernão Lopes: “Pera que diremos golpes nem forças nem outras razões compostas por louvor dalguuns [...]? Abasta que dehuuma e doutra eram dados taaes e tamanhos golpes como cada hum melhor podia apresentar aaquele que lhe cahija em sorte” (*Crónica de D. João I. Parte Segunda*, cap. XLII).

diferença não reside certamente na autoria diversa¹⁷⁶, mas, e acima de tudo, no tipo de fontes disponíveis.

«4º Fernão Lopes relega a genealogia para um plano relativamente modesto [...]»;

E não me parece que a C1419 lhe conceda particular importância, uma vez que tenhamos em atenção que ela fornece genealogias praticamente só¹⁷⁷ de personagens ligadas à dinastia real, facto que nada tem de extraordinário numa crónica régia e se documenta também em Lopes.

«5º Fernão Lopes já rejeita [a terminologia militar antiga] [...]»;

Ainda aqui, seria talvez necessário um estudo mais aprofundado que o comprovasse. Em todo o caso, e como parece evidente, este argumento apenas como reforço de outros tem importância, não sendo por si só decisivo.

«6º O autor da Crónica de 1419 não ataca as fontes narrativas com a agressividade que Fernão Lopes tantas vezes emprega [...]»;

Depende. Veja-se o seguinte caso, relativo às guerras entre D. Dinis e seu filho:

«[...] pola qual razão lhe ele devera de ser muito omildozo. Ele, não embargando todo esto, foy.lhe senpre mui desobediente em muytas cousas que devera de ser pelo contrario. Mas, porque, segundo ley de Deos, os filhos são teudos de obedecer aos pais, e este não foy asy, *nós quyseramos escusar de poer aqui na estoria suas*

¹⁷⁶ Costa Pimpão chegou a duvidar “muito de que o autor da *Crónica de D. Dinis* tenha sido o mesmo da *Crónica de Cinco Reis*” (PIMPÃO, 1972, p. 59), mas isso torna-se extremamente difícil de sustentar (e nem sequer Pimpão verdadeiramente o fez) na medida em que (i) a «crónica de D. Dinis» foi copiada, no ms. C, pela mesma mão que transcreveu o resto da C1419, (ii) Pina conheceu-a e aproveitou-a, tal como fez com todos os restantes reinados da C1419, (iii) a fonte estrutural da «crónica de D. Dinis» é, como em toda a C1419 sucede, a *Crónica de 1344*. Costa Pimpão não chegou, de resto, a pronunciar-se sobre a autoria do reinado de D. Afonso IV do ms. C (o que é compreensível, pois ele estava ainda inédito à época da redacção daquele artigo), e seria curioso tentarmos compreender a quem o atribuiria ele: ao autor dos cinco primeiros reinados? Ao autor da «crónica» de D. Dinis? A um terceiro autor, *por acaso* também copiado pela 1ª mão do ms. C e *por acaso* também conhecido por Pina? Tudo isto não vem senão demonstrar a nenhuma pertinência da suposta existência de diversos autores para o texto da C1419.

¹⁷⁷ Este “praticamente” explica-se pelo pequeno excerto genealógico (não recua além de duas gerações) dedicado pela C1419 aos Sousa [CALADO, ed., 1998, p. 134], excerto que foi, em parte, herdado da C1344. Genealogias propriamente ditas, e excepção feita da dinastia real portuguesa, não há uma única em toda a C1419.

deligências se nos não constrañera neçesidade dos muytos estoriadores que as já puserom em seus livros, assy que, poes elas caladas sejam per nós e não se perdem porem de memoria, convem que contemos aqui o desvairo que ele ouve com seu padre, o qual diremos melhor e mais çerto que ne(n)hum dos que esto espereverom que ante nós forom, e esto porque as cousas em ele conteudas a alguns não apreçom graçiosas de ouvir porque sam muito d.estrñar. [...] E, ainda que pasamos por tão aspera mata d.omezyos quaes antre eles ouve per muitos tempos, não diremos porem senão muito pouquo. E os que escusar não pudermos diremos asaz brevemente¹⁷⁸»

A agressividade com que as fontes narrativas são ou não são atacadas parece poder relacionar-se com a importância que, do ponto de vista ideológico, era concedido aos factos narrados. Só uma visão diferente de um assunto ideologicamente pertinente mereceria ser rebatida com agressividade.

«7º Fernão Lopes não concedeu espaço significativo à intervenção do sobrenatural nem acolheu versões lendárias [...]»;

A isto, já Giuliano Macchi¹⁷⁹ respondeu: «basterá citare un solo passo della *Crónica de D. João I* (1ª parte) per dimostrare come il migliore Fernão Lopes non disdegni di raccontare favole del genere, e senza il minimo accenno di critica:

«E foi maravilha na noite seguinte, que Christãos e Mouros que vellavom o muro da parte de Sam Vicête de Fora, acerca domde he feita hũa capella que chamam dos Martires que forom na tomada da cidade, quando foi cobrada de Mouros, que aa mea noite, vellamdo alguũs, virom viinte homeẽs vestidos em vestiduras alvas assi como sacerdotes; e quatro delles tragiam nas mãos quatro cirios açesos, e hiam e viinham em proçissõ emtramdo demtro na egreja, e fallavõ muito baixo antressi, como sse rrezassem alguũas horas. Os do muro quando virom aquesto, ficarõ muito espantados, e começaram de chamar os outros que oolhassem tã grande millagre, e supitamente desapareçerom [...]»¹⁸⁰»

¹⁷⁸ CALADO, ed. (1998), p. 193. Itálico naturalmente meu. Recorde-se, aliás, que a *Crónica de D. Dinis* de Rui de Pina (cuja base é a C1419) vinha sendo tradicionalmente considerada pela crítica como estando muito próxima do estilo de Fernão Lopes.

¹⁷⁹ MACCHI (1963), p. 16. O próprio Adelino Calado precisa, por outro lado, que “em todo o caso, na crónica de 1419 o sobrenatural restringe-se ao campo da fé cristã e ao domínio da hagiografia”: CALADO, ed. (1998), p. XLI. E AMADO (1997a), p. 17, reconhecendo a presença deste tipo de temática em Lopes, afirma que “quando hoje nos espanta que Fernão Lopes, com uma cabeça tão bem arrumada e racional, conte nas suas crónicas casos de bebés que proferem sentenças, é possível que nos esqueçamos simplesmente de que a fé, no seu tempo, tinha implicações diferentes das que tem hoje”.

¹⁸⁰ A citação provém do cap. CXI da 1ª parte da *Crónica de D. João I*. Faço notar a inexistência de remissões para matéria previamente narrada a propósito da conquista de Lisboa, facto que nada tem, no entanto, de particularmente estranho. Repare-se como a C1419, *num episódio aliás muito parecido com este*, coloca D. Afonso XI de Castela e Leão a presenciarem um cortejo com as almas dos mártires de Tavira e, não obstante os ter mencionado aquando da conquista dessa cidade no reinado de D. Afonso III, não faz nenhuma remissão para essa parte do seu texto: CALADO, ed. (1998), p. 257.

O mesmo tipo de raciocínio é válido para a diferença de tratamento concedido à C1419 e às restantes crónicas oficiais portuguesas¹⁸¹ dos sécs. XV – XVI, diferença em boa verdade mais aparente que real. Com efeito, nem todas essas crónicas foram muito e bem preservadas: da *Crónica de D. Pedro de Meneses*, de Zurara, não subsiste um único manuscrito luxuoso¹⁸², e da *Crónica da Guiné*, do mesmo autor, se é certo que subsiste um manuscrito ricamente iluminado, não é menos certo que, para além dele, são escassos os testemunhos dessa obra com que podemos actualmente contar. Quão errática foi a sua difusão pode, de resto, facilmente comprovar-se pelas palavras de João de Barros, que dela apenas viu um exemplar roto e fora de ordem, ou de Damião de Góis, que chegou ao ponto de duvidar da sua existência¹⁸³. De entre estas duas crónicas de Zurara, ambas oficiais, uma foi, portanto, *muito mas mal copiada*, ao passo que a outra foi *bem mas pouco copiada*¹⁸⁴. Contingências de vária ordem entraram, sem dúvida, no seu percurso, e não me parece de espantar que o mesmo tenha sucedido com a C1419: basta imaginarmos a perda de manuscritos guardados na câmara régia e o escasso número de cópias entretanto feitas¹⁸⁵. O carácter oficial das obras dos cronistas-mores conferia-lhes, sem dúvida, maior probabilidade de preservação e difusão. Mas não era, por si só (como nada neste mundo o é), garantia do que quer que fosse...

Além de tudo isto, parece-me haver algo de falacioso na pretensão de comparar estilística, literária ou mesmo ideologicamente a C1419 com a obra reconhecidamente de Fernão Lopes, e erigir tal comparação a estatuto de critério *decisivo* em todo este processo de autoria¹⁸⁶. Falacioso, porque esse raciocínio aparenta basear-se num

¹⁸¹ i.e. Crónicas patrocinadas pela corte régia.

¹⁸² Ver elenco e descrição dos manuscritos desta obra em BROCARD, ed. (1997), pp. 23-113. Em 1999, a Biblioteca Pública do Porto adquiriu um manuscrito desta Crónica que não é conhecido pelos estudiosos, e cuja descrição aparecerá brevemente no BITAGAP.

¹⁸³ Ponto da situação sobre os intrincados problemas relacionados com a elaboração, difusão e preservação desta crónica em SOARES, ed. (1989), p. 185-227.

¹⁸⁴ E acrescente-se que a *Crónica de D. João I*, de Lopes, conquanto tenha sido muito e muito bem copiada, não escapou, também ela, a um certo percurso errático, segundo se depreende do facto de o arquétipo da tradição manuscrita hoje subsistente ter sido já um exemplar com ligeiras interpolações devidas aos Bragança: AMADO (1997a), pp. 74-77.

¹⁸⁵ Pouco importando para o caso quais seriam as crónicas perdidas nas mãos de Fr. Justo Baldino, conforme o relato de João Roiz de Sá de Meneses. Independentemente de qual o seu autor, nada impediria que delas se tivessem tirado outras cópias para além das que estiveram nas mãos desse frade dominicano.

¹⁸⁶ Para além do que em seguida direi, é interessante reter também algumas das reservas conceptuais e metodológicas a este tipo de procedimento formuladas por HORVAT (1997, p. 17), no contexto da problemática suscitada pela autoria da *Crónica do Condestabre*: “one cannot prove that two similar works are not by the same author, because in order to do so, one must assume that an accomplished author can write only in a single style. One must also assume that the writing of an accomplished author does not change over time, and, *reduction ad absurdum*, one must assume that the second draft of an accomplished writer will be essentially the same as the first draft since there cannot be significant differences in any

relativamente metafísico conceito de autor e, sobretudo, *denota alguma secundarização das condicionantes de vária ordem que subjazem à feitura do tipo de obras que aqui estamos considerando.*

Com efeito, parece poder concluir-se da argumentação dos críticos que têm apontado o caminho da comparação entre a C1419 e as três «crónicas» de Lopes como o mais aconselhável de se percorrer que deste autor se deveria esperar que fizesse sempre o mesmo tipo de texto. Que, digamos, escrevesse uma «Crónica de D. Afonso II» no estilo e com as características com que redigiu uma «Crónica de D. João I». Ora, eu permito-me duvidar de que tal fosse possível. Mesmo pondo de parte o pressuposto (que só disso se tratará, ainda mais em épocas como a medieva) segundo o qual autor e obra constituem como que uma unidade indissolúvel que nos permite conhecer aquele por esta (ou vice-versa), parece-me oportuno meditarmos no seguinte.

Segundo vários estudos¹⁸⁷ têm posto em relevo, a obra de Fernão Lopes, e apesar da genialidade que ninguém lhe contesta, tem como processo básico de construção a retoma, coordenação e harmonização de porções textuais oriundas de diversas fontes, de natureza predominantemente narrativa ou documental. Como a grande maioria dos historiadores medievais, ele é, antes de mais nada, um *compilador de escritos alheios* – e vai-o afirmando a cada passo. É claro que entre esta etapa inicial (cronológica e conceptualmente falando) de recolha de fontes e a realização final da sua própria obra, se interpõem processos de escrita vários e os consabidos factores de tempo, espaço e coordenadas mentais dele e de quem o patrocina, aspectos que, e como também sucede com qualquer outra obra historiográfica da época, diferenciam e singularizam o texto saído das suas mãos. Mas esses aspectos, ou outros mais subjectivos ainda (p.ex. a sua personalidade), actuam em boa medida sobre o material básico que são os escritos alheios previamente existentes, os quais se revelam, assim, uma condicionante (e uma importante condicionante) a ter em conta no momento de analisar, enquadrar ou explicar a produção lopesina. Por outras palavras: para além das suas qualidades pessoais e das exigências político-ideológicas do meio em que se inseria, *Fernão Lopes apenas conseguiu escrever as Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I que hoje*

works written by the same person”. E repare-se que estamos aqui a comparar obras de conteúdo parcialmente idêntico [*Crónica do Condestabre* e Crónicas de D. Fernando e D. João I], o que no caso da C1419 e das três Crónicas de Fernão Lopes não se verifica.

¹⁸⁷ Especialmente AMADO (1997a), mas também MONTEIRO (1988), MONTEIRO (1989) ou CIDADE (1931).

conhecemos porque contou para isso com o apoio de textos, alguns dos quais ainda hoje existentes, sobre os quais pôde alicerçar a sua própria obra.

É claro que a existência de escritos alheios não chega para explicar aquelas três crónicas. Eles são, acentue-se, um factor entre outros. Mas são um importante factor: sem esses escritos, Lopes teria podido redigir, ainda assim, a história desses três reinados; simplesmente, *o resultado final seria, sem dúvida, outro*. E a pergunta é: teria Fernão Lopes disponíveis, para o lapso temporal que vai de D. Afonso Henriques a D. Afonso IV, o mesmo tipo e a mesma quantidade de fontes que lhe permitiram relatos tão longos e pormenorizados como os que consagrou a D. Pedro e, sobretudo, a D. Fernando e D. João I? Existiriam tais fontes na primeira metade do séc. XV? Terão alguma vez existido?

Não parece. A produção historiográfica (ou para-historiográfica) anterior ao séc. XV e consagrada a esse período que actualmente se conhece é relativamente escassa e, sendo embora inegável que alguma se perdeu, não seria, ainda assim, particularmente elevado o seu número: Duarte Galvão e Rui de Pina, pouco mais de meio século depois de Fernão Lopes, não puderam senão consagrar crónicas relativamente pequenas a cada um desses reinados (sobretudo aos quatro que vão de D. Sancho I a D. Afonso III), muito mais pequenas do que as de D. Fernando e D. João I, ou do que a que o próprio Pina consagrou a D. Afonso V; e ainda hoje, dir-se-ia que quanto mais antigo é o reinado a tratar, mais os historiadores actuais se lamentam da *falta* de fontes (narrativas ou documentais) - e quanto mais recente, mais se lamentam do *excesso* de fontes¹⁸⁸.

A tarefa de Fernão Lopes para os sete primeiros reis estaria, assim, certamente mais dificultada do que para os monarcas seguintes. Ou, melhor: atendendo ao tipo e à quantidade de fontes ainda hoje disponíveis, bem como ao seu papel de estruturadores básicos do discurso cronístico, dificilmente Fernão Lopes (ou qualquer outro autor) teria conseguido escrever para cada um desses reinados obras tão extensas e articuladas quanto as que consagrou ao de D. Pedro e, sobretudo, aos de D. Fernando e D. João I. Isto não deixa, aliás, de ser reconhecido por Adelino Calado, embora «apenas de

¹⁸⁸ Basta ver as indicações que vão sendo deixadas em cada um dos livros da recente série de biografias dos reis de Portugal (Círculo de Leitores/Temas e Debates) pelos respectivos autores: o lamento pela falta de documentação é, ao longo dos primeiros quatro ou cinco volumes, uma constante; nos seguintes, a situação vai, porém, mudando e, em se chegando a Filipe I, já o seu biógrafo se queixa exactamente do contrário e declara ser possível traçar a vida deste rei *dia a dia*. O mesmo a respeito da produção historiográfica nacional: escassa e dispersa ao longo dos séculos XIII-XIV, ela aumenta exponencialmente ao longo dos séculos XV-XVI.

passagem»¹⁸⁹: «sem o recurso mais intensivo a outras fontes informais de âmbito monográfico – as “estórias” -, ricas em pormenores que só poderiam ser relatados por testemunhas oculares, o próprio Fernão Lopes não conseguiria ir muito mais além do que o autor da crónica de 1419»¹⁹⁰.

Por outro lado, da análise das três Crónicas indiscutivelmente de sua autoria, parece poder concluir-se pela existência de certas zonas que lhe mereceram um maior investimento textual. É o que sucede, por exemplo, com o período dito de Interregno (1383 – 1385): a estes dois escassos anos, Lopes dedicou mais do dobro das páginas que havia consagrado a todo o reinado de D. Pedro (10 anos), e quase tantas como as que tinha consagrado ao de D. Fernando (16 anos). Compreende-se porquê: estava ali em causa a ascensão ao trono de um bastardo régio de legitimidade porventura duvidosa, mas que se tornaria o fundador da dinastia ao abrigo e sob o patrocínio da qual Lopes redigiu a sua obra. Era um momento de fundação e ruptura, tudo isso aconselhando particulares cuidados. Mas nem todos os assuntos lhe mereceram igual investimento, ou foram por ele tratados da mesma maneira, nem tinham por que o ser. Que a primeira parte da sua obra apresentasse, por isso, desnivelamentos internos, ou fosse mesmo globalmente menos desenvolvida que os três reinados seguintes, não é coisa que nos deva surpreender – e tanto é assim, que esse cenário chegou a ser *previsto* por P. Russell¹⁹¹.

Também a sua atitude para com as fontes varia muito: ora nenhuma palavra lhes dedica; ora se limita a confrontá-las entre si, não se pronunciando ele próprio sobre a maior ou menor validade de cada uma; ora é irónico, sarcástico, áspero, mesmo violento para com elas¹⁹². Sente-se que, para além disso a que tradicionalmente se chamava a sua «probidade histórica», estão aqui em jogo diferentes níveis de pertinência: existindo versões de determinado acontecimento mais melindroso que contrariem aquilo que ele pretende ser a verdade oficial, Lopes liquida-as inapelavelmente; mas quando o que está em causa são assuntos secundários, pouco se importa: constata a divergência entre fontes, adopta uma delas ou passa imediatamente ao episódio seguinte.

¹⁸⁹ CALADO, ed. (1998), p. XXV.

¹⁹⁰ CALADO, ed. (1998), p. XXV.

¹⁹¹ RUSSELL (1941), pp. 10-11.

¹⁹² Vejam-se exemplos de todas estas atitudes em BELL (1986), pp. 43-47. Alguns casos: “E sse neste lugar alguñs escprevem que elRei rrespondeo, que já lhe cometera muitas preitesias...tall espritura avee por patranha, e nom lhe dees ffe, por seer mui comtraira da verdade”; “Mas huñ outro estoriador cujo fallamento nos parece mais rrazoado, comta esta estoria muito doutra guisa”; várias vezes limita-se a afirmar que “outros dizẽ”, mas de certo autor anónimo diz que “sonhou quamdo esto escprevia”, e de outros alega terem escrito “livrosinhos” com “desordenança”.

De modo que (e como, de resto, a crítica não tem deixado de vincar¹⁹³) existem várias e assinaláveis diferenças entre cada uma das três Crónicas de Fernão Lopes (e mesmo entre páginas ou capítulos dentro da mesma crónica), como existem lapsos, incongruências ou anomalias¹⁹⁴ aliás comuns na prosa extensa desta época. Isso deve levar-nos, creio eu, a uma certa relativização da importância habitualmente concedida à comparação estilística ou literária entre textos desta espécie, e designadamente entre a C1419 e as de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, com vista à confirmação ou infirmação de uma autoria comum.

Entre a C1419 e essas três crónicas haverá, certamente, muitas diferenças. Mas quais de entre elas não serão explicáveis pelo carácter diverso das fontes disponíveis, pelo processo de transmissão manuscrita ou pela natureza e pertinência dos assuntos tratados¹⁹⁵? Não poderão estes factores explicar essas diferenças, da mesma forma que explicam as que se verificam entre cada uma das crónicas de Fernão Lopes, ou entre os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV e o resto da C1419? E, num processo de atribuição de autoria, serão as diferenças mais relevantes que as semelhanças? Que dizer, com efeito, das similitudes que parece também haver entre Fernão Lopes e a C1419? Será uma mera coincidência que esta Crónica trate *justa e precisamente* dos sete reinados que constariam da parte perdida da obra de Lopes¹⁹⁶, prometendo ainda falar do reinado de D. Fernando, ou que conceda às fontes documentais o mesmo tipo de importância?

¹⁹³ MACCHI (1963), p. 3: “[il lettore] non potrà fare a meno di avvertire una notevole differenza tra le prime due cronache (di D. Pedro e D. Fernando) e la terza (di D. João I). Gli stessi tentativi per spiegare tale differenza con una diversità di epoche di redazione [...] più che convincere suscitano altre perplessità[...]”; BELL (1986), p. 45: “o estilo de Fernão Lopes foi-se aperfeiçoando com os anos. Não se encontrará na *Crónica de Dom Joam* [sic] um período repetindo oito vezes a palavra *que* como na anterior *Crónica de Dom Fernando* (Cap. IV)”. Também, entre vários outros, AMADO (2005), p. 270: “E no entanto, cada um dos seus quatro prólogos constitui um objecto inteiramente diferente dos outros”.

¹⁹⁴ Tome-se como exemplo o seguinte caso, pertinentemente aduzido por Salvador Dias Arnaut: no cap. 98 da *Crónica de D. Fernando*, o narrador diz que vai falar dos Infantes Dinis e João, tal como prometera «no reinado delRei Dom Pedro». Essa promessa não se encontra, todavia, em lado algum da *Crónica de D. Pedro*, “o que se presta às mais variadas conjecturas”. Cf. ARNAUT (s/d), pp. XVI-XVII.

¹⁹⁵ A respeito da decisiva importância de todos estes factores para a escrita cronística da época, veja-se, uma vez mais a título de exemplo, o que se passa com a primeira redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ou com a obra de Fernán Sanchez de Valladolid: antes do reinado de Ramiro I, a primeira redacção da C1344, e independentemente, claro está, do interesse historiográfico, ideológico ou cultural que tem, é sobretudo um amontoado de listas régias e linhas genealógicas; mas a partir daquele reinado, ela torna-se uma verdadeira crónica da tradição afonsina, o que só lhe foi possível porque pôde já contar com manuscritos da *Estoria de España* que lhe serviram comodamente de estruturador de discurso; quanto a Fernán Sanchez de Valladolid, como não ver o desnível entre a *Crónica de Alfonso X* (ou mesmo as de Sancho IV e Fernando IV) e a de Alfonso XI? Todavia, compreende-se: as fontes disponíveis, sobretudo para a época de Afonso X, não seriam particularmente desenvolvidas, e Afonso XI era o rei para o qual Fernán Sanchez trabalhava...

¹⁹⁶ Veja-se, em todo o caso, CALADO (1996).

Adelino de Almeida Calado afirma algures¹⁹⁷ que a existência de crónicas sobre os primeiros reis de Portugal contemporâneas das de Fernão Lopes não é inverosímil, e tem toda a razão. Mas eu propor-me-ia precisar a dúvida: visto que a C1419 se diz explicitamente feita, ou mandada fazer, por um Infante – no seio da corte régia, portanto – a questão não é apenas a verosimilhança da existência de duas crónicas sobre a mesma matéria na mesma época, mas sim a verosimilhança da existência de duas crónicas sobre a mesma matéria na mesma época *e originadas no mesmo meio*. Falássemos nós da corte de um Afonso X, por exemplo, frequentemente ocupada na composição, aperfeiçoamento e reescrita de diversos trabalhos historiográficos, e o fenómeno não seria de estranhar. Simplesmente, em Portugal nunca houve, durante a Idade Média, uma corte (régia, eclesiástica ou senhorial) com o tipo de disponibilidade, investimento e recursos necessários a empresas com essa envergadura. Aqui, pelo contrário, e como reconhece Teresa Amado (que, não nos esqueçamos, coloca certas reservas à autoria lopesina da C1419¹⁹⁸), «seria muito improvável, para não dizer inverosímil, que dois homens trabalhassem na corte ao mesmo tempo sobre o mesmo assunto, e ainda por cima no momento crucial de arranque da escrita de uma história de Portugal [entenda-se, certamente, de uma História de Portugal *extensa*]¹⁹⁹».

Não considero, portanto, e como há pouco dizia, suficientemente probatórios os argumentos que têm sido apresentados contra a tese da autoria de Fernão Lopes para a C1419. E convém acrescentar ainda os seguintes aspectos.

Em primeiro lugar, essa tese, e por muito contestável que eventualmente seja, tem o mérito de possuir consistência: baseia-se, como temos visto, em dados de diversa

¹⁹⁷ CALADO (1996), p. 87. Diga-se, a propósito, ser totalmente conjectural e sem um único ponto de apoio a velha hipótese de Rodrigues Lapa (aqui acolhida por Adelino Calado), segundo a qual a C1419 teria sido uma das fontes das Crónicas perdidas de Fernão Lopes. E isto por muito que Adelino Calado a considere, de forma que se diria convencionalmente retórica, “muito provável”.

¹⁹⁸ As reservas de Teresa Amado situam-se, a rigor, e se bem leio o seu artigo sobre o assunto (AMADO 1999, reeditado em 2007 sem grandes alterações para o caso em apreço), num plano que se diria muito curiosamente próximo de algumas posições de Magalhães Basto: não é que Amado negue que Fernão Lopes tenha redigido o texto original da C1419, apenas considera que, devido a um defeituoso processo de transmissão manuscrita, o texto que hoje lemos *já não é* propriamente o que ele escreveu. Esta posição, sendo lógica e de certo modo pertinente, parece-me ter o inconveniente de obrigar, se aplicada com coerência, a uma reconsideração de grande parte do corpus da prosa medieval portuguesa. Um caso flagrante seria o do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que sobrevive em manuscritos igualmente tardios, comprovadamente interpolados (discutindo-se embora o grau de tais interpolações) e só Deus saberá quão corrompidos, viciados ou desfigurados e, apesar de tudo isso, ninguém duvida, *hoje*, em chamar-lhe *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ora, o texto actualmente conhecido deste Nobiliário é tanto de D. Pedro (senão menos) quanto o texto actualmente conhecido da C1419 é do seu autor original (Fernão Lopes, segundo admite T. Amado).

¹⁹⁹ AMADO (1999), p. 303.

natureza e argumentos de diferentes níveis e tem já, inclusivamente, sabido opor-se a contestações que lhe têm surgido. Pelo contrário, não há, de momento (e afigura-se-me difícil que venha a haver) uma proposta alternativa de autoria que se possa considerar verdadeiramente viável. Quer isto dizer que os contraditores da «tese Fernão Lopes» se têm praticamente limitado a refutar os argumentos que vão sendo apresentados pelos seus defensores ou a encontrar eles próprios argumentos refutatórios, *sem que se tenha ainda conseguido formular uma outra tese com o mesmo grau de sustentabilidade*.

É verdade que, a rigor, outras propostas de autoria têm sido formuladas: um monge do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra²⁰⁰; o Infante que se auto-nomeia, quem quer que ele seja²⁰¹; ou, quiçá, o Infante D. Pedro²⁰². Nenhuma delas oferece, porém, nem a quantidade, nem a qualidade argumentativa com que conta a tese da autoria de Fernão Lopes - e a prova está, por um lado, no facto de os seus proponentes (excepto no caso de BRÁSIO, 1959, justamente o único cuja tese foi discutida – e rebatida) as terem formulado *apenas de passagem*; por outro, na circunstância de, para além de cada um deles, praticamente *ninguém mais as ter adoptado*²⁰³; e, finalmente, porque, com uma única excepção²⁰⁴, *ninguém realmente as discutiu*, ao contrário do que temos visto suceder com a possibilidade de a C1419 ter sido redigida por Lopes. E estes factores estão claramente interligados, pois *só uma tese verdadeiramente consistente consegue ser, ao mesmo tempo, defendida e contestada por diversos estudiosos*.

Há, além disso, em todo este problema, factores de ordem emocional que talvez não seja lícito ignorarmos. Isso mesmo foi reconhecido por Giuliano Macchi²⁰⁵, embora no quadro de certa «ética filológica»²⁰⁶ que não é propriamente aquela em que aqui me situo, e até por alguns dos intervenientes mais activos da polémica. Foi o desejo de não ver diminuídos os méritos literários e historiográficos de Fernão Lopes que, por

²⁰⁰ BRÁSIO (1959); SOARES (s/d), p. 39, nota.

²⁰¹ PIMPÃO (1972). A questão coloca-se, aqui, em termos de autoria efectiva da crónica, hipótese que tropeça inevitavelmente nas circunstâncias de (i) o único infante de Avis com iniciativas historiográficas conhecidas ter sido D. Duarte; (ii) nenhuma lista das obras redigidas por este príncipe incluir uma crónica; (iii) ter sido o próprio D. Duarte quem encarregou Fernão Lopes da execução de trabalhos historiográficos.

²⁰² DIAS (1998).

²⁰³ A única excepção que para isto encontro é a de Jean Aubin, que parece aderir à autoria crúzia: AUBIN (1975), p. 62, nota.

²⁰⁴ A hipotética autoria de um monge de Santa Cruz foi encarada e logo rejeitada por MACCHI (1963), pp. 16 - 17 e CALADO, ed. (1998), pp. XXIX-XXX. É, além disso, deveras curioso que essa hipótese possa ter sido formulada *apesar de a C1419 se dizer explicitamente feita ou mandada fazer por um Infante*.

²⁰⁵ MACCHI (1963), pp. 17-18.

²⁰⁶ Uso a expressão no sentido específico que lhe dá COELHO (1982), pp. 217-237: “trabalho dominado pelos princípios de *des-afectivação e refreamento do sujeito*”; “ideologia da supressão do sujeito”.

exemplo, e em boa medida, levou Costa Pimpão e António Brásio a recusarem energicamente que a C1419 lhe fosse atribuída²⁰⁷, como parece ter sido o facto de ter localizado um dos seus manuscritos, juntamente com a tendência bem humana de valorizar as suas próprias descobertas, que conduziu Magalhães Basto a uma persistente defesa dessa autoria; ou como, noutro sentido, foi ainda o apreço votado ao maior dos nossos cronistas que fez com que Silva Tarouca – também ele defensor da «tese Fernão Lopes» – excluísse da sua edição da C1419, e sem nenhum argumento textualmente válido, várias passagens que ele considerava indignas (porque heréticas) da pena do autor da *Crónica de D. João I*²⁰⁸. Manuel Tavares Teles disse-o algures, e lapidarmente: «todos nós já experimentámos situações em que a clarividência, quando ameaça conduzir ao desmentido do que antes sustentáramos, ou a conclusões que, por isto ou por aquilo, não nos agradam, resiste à convocatória ou torna-se menos potente, se não inoperante²⁰⁹».

Tudo isto me faz retornar ao ponto com que iniciei estas minhas considerações: o problema da autoria da C1419, e mais especificamente o da plausibilidade de identificarmos esta crónica com a parte julgada perdida da obra de Fernão Lopes, é um problema que, com os dados actualmente disponíveis, se deverá considerar irresolúvel. Não andarei, como se vê, formalmente muito longe da atitude de Adelino Calado, embora exista entre as nossas posições uma importantíssima variante: da sua argumentação conclui-se, com efeito, que o mais provável é que o autor da C1419 *não tenha sido Fernão Lopes*, embora haja elementos que levam a pensar o contrário, ao passo que eu sustento que o mais provável é que o autor da C1419 *tenha sido Fernão Lopes*, embora haja elementos que levam a pensar o contrário.

Seja como for, aí está ela convidando-nos à leitura e análise das suas páginas. E pode até acontecer que as incertezas quanto à autoria constituam, não propriamente uma insuficiência, mas uma vantagem, na medida em que impeçam a intromissão porventura abusiva de dados extrínsecos e preconceituosos em todo este processo, para além de ser ainda possível alegar-se que «nem o cronista [Fernão Lopes] acrescenta [ou diminui,

²⁰⁷ “chegamos a não compreender *que interesse possa haver*, da parte dos admiradores de Fernão Lopes, em lhe atribuírem a paternidade [da C1419], mesmo com todos os paliativos conhecidos”. BRÁSIO (1959), p. 66. Itálico meu.

²⁰⁸ “[...] *nunca poderíamos admitir* que um historiador *sério* como Fernão Lopes pudesse inseri-las [as histórias do bispo negro e da “caça ao Cardeal” (*sic*)] na sua obra”, TAROUCA (1951), p. 17, itálicos meus. Veja-se também o caso dos sonhos do Cavaleiro Henrique de Bona: TAROUCA, ed. (1952-53).

²⁰⁹ TELES (2009), p. 234.

precisaria eu] a sua glória literária com uma decisão a seu favor nem a crónica ganha mais significado do que aquele que lhe pode ser atribuído se continuarmos a desconhecer o seu autor»²¹⁰; ou que, independentemente do seu autor, a inserção desta obra no ambiente político e cultural da corte régia de Avis não sofre dúvidas, sendo isso o mais importante. Ninguém compreenderia, em todo o caso, que alguém dedicasse toda uma dissertação académica à C1419 sem analisar este, aliás, «appassionante problema»²¹¹, e por isso aqui o discuti.

²¹⁰ CALADO, ed. (1998), p. XLII.

²¹¹ MACCHI (1963), p. 17.

**II – A *Crónica de Portugal de 1419*:
Fontes e Estratégias**

«E esto foi posto aqui porque»
Crónica de Portugal de 1419

Procurarei, ao longo das páginas seguintes, dar cumprimento ao primeiro dos dois grandes objectivos apontados na Introdução, ou seja, o de compreender nos limites do possível os mecanismos de construção textual da C1419. Nesse sentido, começarei por situá-la em determinada tradição textual e por identificar os **processos** globais de construção usados pelo seu redactor, para num segundo momento circunscrever os principais **significados** que dessa construção emergem, recorrendo principalmente à análise do tipo de aproveitamento a que foram submetidas as suas fontes hoje identificáveis.

1. A C1419 e a tradição historiográfica: processos globais de construção textual

Adelino Calado afirmou, a dado passo da sua edição da C1419, que esta obra revela uma redacção acabada «segundo os parâmetros da escola historiográfica afonsina [...], cuja metodologia, modo de redigir e critério de selecção e inserção de episódios foram seguidos com bastante fidelidade²¹²». Assim é, com efeito. E podemos partir desta afirmação para, explicitando-a e aprofundando-a, caracterizarmos as linhas gerais do processo de construção daquela crónica.

1.1 Estruturação do discurso²¹³ com base na retoma de textos pré-existentes. A tradição afonsina e sua herança.

A historiografia medieval ibérica alicerçou-se desde muito cedo num processo de escrita aliás detectável em obras históricas anteriores e noutras tipologias textuais: tratava-se de construir textos *a partir de textos*²¹⁴, ou seja, de reunir e/ou seleccionar determinado *corpus*, procedendo posteriormente a um conjunto de operações linguísticas que conferissem ao conjunto assim constituído não só coesão e coerência no

²¹² CALADO, ed. (1998), p. XXVI.

²¹³ Tal como REBELO (1983), p. 90, uso a noção de «discurso» no sentido lato que lhe deu R. Barthes: «(...) conjuntos de palavras superiores à frase».

²¹⁴ COLLINGWOOD (1989), pp. 45 - 47, localiza o início desta prática, por ele apelidada de «método histórico de “cola e tesoura”», na historiografia do período helenístico (sécs. IV - II A.C.). Registam-se, porém, certos antecedentes em textos tão remotos quanto a historiografia régia mesopotâmica: veja-se CARREIRA (1993), trabalho aliás nascido da necessidade de refutar a imagem displicente que Collingwood fornece da historiografia pré-grega.

nível sintáctico-semântico, como, também, determinada orientação funcional, com vista à transmissão de valores, crenças ou ideologias²¹⁵.

Quando, na segunda metade de duzentos, Afonso X dá início ao seu magno projecto historiográfico (do qual apenas a *Estoria de España* aqui nos interessará²¹⁶), já esta tradição de escrita estava suficiente e solidamente estabelecida, ainda que quase só fazendo uso da língua latina. Não seria necessário recuar mais do que ao reinado de seu pai, o Santo rei Fernando, e à obra de três personalidades que Afonso ainda terá conhecido, Juan de Osma, chanceler régio, Lucas, Bispo de Tuy e Rodrigo Ximénez de Rada, Arcebispo de Toledo, para que pudéssemos constatar, na verdade, o grau de aperfeiçoamento já então alcançado por este método, assim como, e concomitantemente, a relevância político-institucional que rodeava as obras dessa maneira produzidas, bem visível na circunstância de pelo menos os dois últimos autores mencionados terem como patronos explícitos dos seus textos figuras da mais alta hierarquia (a rainha-mãe Berengária e o próprio monarca, respectivamente).

O Rei Sábio inseriu, portanto, a obra historiográfica por ele patrocinada numa tradição já consideravelmente aperfeiçoada por alguns séculos de prática redaccional. E a *Estoria de España* é, do ponto de vista metodológico, essencialmente isto: retoma e arranjo de textos anteriores, texto feito a partir de textos, «mosaico de citações» (poderia mesmo dizer, evocando célebre frase). Ainda assim, revela especificidades que vão além do facto, em si importante, de ser agora usado como língua de escrita «nuestro lenguaje de castiella».

Porque não há só uma maneira de construir textos a partir da retoma de textos anteriores. E aquela que veio a ser seguida pelos redactores da *Estoria de España* ter-se-á visto fortemente condicionada (haverá que presumi-lo) não só pela quantidade e pela tipologia dos textos objecto de retoma ou pela natureza dos assuntos em cada momento tratados, mas também pelos objectivos impostos ao trabalho compilatório. Pretendeu Afonso X redigir, com efeito, uma História geral da Espanha, i.e., e como admiravelmente sintetizou D. Catalán²¹⁷, a história de um solar e dos vários povos que sucessivamente o foram senhoreando até ao presente da escrita, fosse qual fosse a sua origem ou religião. Isso obrigava a uma exaustiva recolha de fontes e ao

²¹⁵ Entre tantos outros possíveis, podem ver-se exemplos deste tipo de procedimento por parte de vários textos historiográficos ibéricos dos séculos VII - XIII em DAVID (1947), MENÉNDEZ PIDAL (1952), GONZÁLEZ MUÑOZ, ed. (2000), HARTMANN, ed. (2002) e FALQUE, ed. (2003).

²¹⁶ Sobre as diferentes (por vezes muito diferentes) técnicas historiográficas usadas pela *Estoria de España* e pela *General Estoria*, veja-se FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ (1992), pp. 97 - 117.

²¹⁷ CATALÁN (1982).

estabelecimento de pautas estruturais capazes de fornecer critérios de selecção e organização de matérias que tornassem metodologicamente viável e funcionalmente pertinente a construção de um texto unitário a partir de tão extenso rol de materiais recolhidos. Levadas a cabo por uma equipa especializada, essas pautas, através das quais organização formal e conteúdo programático caminham a par e se interpenetram, são fundamentalmente as seguintes²¹⁸:

- Tradução das fontes que não estivessem já redigidas em castelhano;
- Escolha de um texto (em grande parte da obra, o *De Rebus Hispaniae*, de D. Rodrigo Ximénez de Rada) como estruturador geral do discurso, ou seja, como texto em que viriam a ser insertas as passagens, mais extensas ou menos extensas, provenientes das restantes fontes;
- Adição de glosas que visavam clarificar o texto base;
- Hierarquização das fontes reunidas: por regra, maior autoridade conferida ao Toledano do que a qualquer outra fonte, seguido, em ordem decrescente, pelo *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy, pelas restantes fontes em língua latina e pelas fontes vulgares hispânicas (designadamente cantares de gesta) ou árabes;
- Inserção de porções textuais de extensão variável e provenientes de diversas fontes no texto base de acordo com um critério predominantemente cronológico; as afinidades temáticas ou diegéticas são, porém, por vezes suficientemente fortes para levaram os redactores, em nome da clareza e da pertinência, a contarem determinado conjunto de episódios em bloco, independentemente do lapso temporal em que ocorreram ou da relação de anterioridade/posterioridade cronológica que mantêm com episódios vizinhos; esta prática, que poderemos apelidar de “estórias unadas²¹⁹”, implica frequentemente o recurso a técnicas de entrelaçamento narrativo²²⁰ (cujas face externa

²¹⁸ Não sendo a *Estoria de España* propriamente o objecto central da minha exposição, limito-me a considerações gerais acerca do seu método historiográfico e suas relações com o da C1419, ela, sim, alvo de maiores desenvolvimentos da minha parte. O que de seguida direi acerca da técnica historiográfica afonsina pode considerar-se tributário dos imprescindíveis trabalhos de CATALÁN (1992); FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ (1992); CATALÁN (1997); MARTIN (1997); FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ (2000); MARTIN (2000); FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ (2003).

²¹⁹ «unidades narrativas autónomas que (...) concentran en un punto histórico todo el saber vinculado a un suceso o a un personaje para realzar estructuralmente su relevancia» (FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, 1992, p. 32). Embora esta técnica tenha sido usada na *Estoria de España* e na *General Estoria*, é na segunda destas obras que a sua presença mais se faz notar: FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ (1992), p. 53.

²²⁰ «consiste en la interrupción y reanudación posterior de un episodio, protagonizado por un personaje, y así, de forma sucesiva con otros; de ese modo, se logra una narración densa en la que varios hilos narrativos se mantienen vigentes simultáneamente y se tejen en una unidad multiforme» (CONTRERAS MARTIN, 2002, pp. 259 - 260, autor que distingue ainda várias formas de entrelaçamento, as mais «puras» das quais não serão propriamente frequentes na historiografia hispânica).

mais visível são expressões do tipo “agora deixa a história de falar de... e torna a...”), já ocasionalmente praticada por D. Rodrigo Ximénez de Rada e não alheia a outros textos medievais hispânicos ou europeus;

– Harmonização de versões contraditórias dos mesmos factos mediante adopção da versão proveniente da fonte que ocupe um lugar mais alto na escala de credibilidade acima elencada, por vezes com recurso a um mecanismo suplementar, que consiste na justaposição de ambas as versões, sendo, nesse caso, especificada a maior credibilidade a dar a uma delas; em algumas ocasiões (sobretudo quando não parecem estar em causa as autoridades máximas), dá-se simplesmente conta da existência de versões contraditórias, sem mais;

– Referências não sistemáticas às fontes; quando elas surgem, obedecem basicamente a dois propósitos: credibilização do relato e (mais comumente) confronto de versões contraditórias;

– Fidelidade genérica às fontes adoptadas; *em princípio*, os redactores afonsinos poderiam omitir, deslocar, justapor ou ressemantizar (geralmente por razões de «decoro historiográfico»²²¹) informações das fontes, assim como acrescentar explicações e detalhes deduzidos do/apoiados no contexto; mas não procediam, eles próprios e sem qualquer apoio em textos preexistentes, à criação de personagens e episódios, ou à ficcionalização de materiais avulsos²²²;

– Divisão e sincronização dos factos narrados de acordo com um sistema de senhorios, ou seja, uma vez estabelecidos os anos de reinado das principais *potestas* cristãs (Reis das Astúrias, Leão e Castela, Imperadores da Alemanha, Reis de França e Papas, por esta ordem, que nada terá de casual) e, quando caso, árabes – ano x do reinado de fulano, ano y do reinado de sicrano e correspondência com as diferentes eras (cristã e hispânica, sobretudo) –, os episódios e as informações vão sendo distribuídos por cada um desses anos, o que, na prática, confere ao texto uma macroestrutura analística e implica determinada visão político-ideológica, assente numa ideia que se diria tendencialmente imperialista da dignidade régia. Consequência deste procedimento são frases do tipo “desdel [n] año del reinado de [x] fasta los [n] años non fallamos ninguna cosa que de contar sea que a la estoria de España pertenesça salvo que...”, destinadas, simultaneamente, a manter a estrutura analística apesar de um vazio de

²²¹ Sirvo-me da expressão de CATALÁN (1992), pp. 38-42.

²²² Ao contrário do que viria a suceder em parte da cronística pós-afonsina, mais propensa a mecanismos de novelização: CATALÁN (1992), pp. 139-156.

informações, e a dar conta desse vazio. Os reinos peninsulares cristãos “periféricos” (do ponto de vista castelhano-leonês assumido pelo texto) são, entretanto, e por norma, autonomizados, concedendo-se-lhes um bloco específico inserido no momento cronologicamente correspondente à sua emancipação da coroa castelhano-leonesa, considerada herdeira da dinastia Visigótica (daí que a história dos reis de Navarra e dos reis de Aragão surja no reinado de Vermudo III de Leão, e a dos reis de Portugal no reinado de Afonso VII de Castela e Leão²²³).

Apesar das dificuldades facilmente adivinháveis na prossecução de um projecto com esta envergadura, e da incompletude em que, precisamente devido a tais dificuldades, ele acabou por ficar, o facto é que o modelo de escrita aqui gizado viria a ser decisivo para o surgimento de grande parte da produção historiográfica peninsular dos séculos XIII - XV. Por um lado, as diversas «versões, códices e cadernos de trabalho»²²⁴ a que deu origem o labor das equipas afonsinas foram, nas décadas seguintes à morte do seu régio mentor, sendo copiadas, resumidas, misturadas e interpoladas das mais variadas maneiras, quase tantas quantas as combinatoriamente possíveis, originando um variado conjunto de “crónicas de Espanha”; por outro – e é isto que de momento mais nos interessa -, porque esse labor está também na origem de boa parte da produção historiográfica posterior, mesmo aquela que não lhe é directamente devedora.

Com efeito, a *Estoria de España* e seus derivados geraram em alguns dos seus receptores o que se poderia qualificar de “vontade de actualização”. Tendo acesso a textos que terminavam, as mais das vezes, no reinado de Fernando III, os meios régios, nobiliárquicos ou clericais de trezentos e quatrocentos intentavam, por vezes, completá-los o melhor e mais pertinentemente que pudessem, redigindo por sua conta a história dos reinados seguintes ou deitando mão de algum texto que já o tivesse feito. Muitas

²²³ CAMPA GUTIÉRREZ, ed. (2009), p. 146, fornece uma rápida e precisa síntese de todo este processo: «se empezaba por traducir al Toledano y añadirle glosas etimológicas y actualizaciones; en una segunda etapa, [se] combinaba a la traducción del Toledano la traducción del Tudense y, después, se añadían las narraciones de carácter particular (*Poema de Fernán González, Historia Roderici, Historia Arabum*; relatos épicos, etc.); sólo en una tercera etapa se encuadraba la narración en el casillero cronológico y se acoplaban a la historia nacional las referencias a la historia universal, sincronizando con los reyes hispanos los papas, emperadores y reyes de Francia, y se consignaba la era hispánica, el año de la encarnación y la era arábica. La *Estoria* al narrar el alzamiento de cada rey consigna normalmente la era, el año de la encarnación, el del imperio, el del rey de Francia, el del papa, el del rey de Córdoba y la era árabe (dentro de la hégira), y dentro del reinado, en cada año la era y el año de la encarnación, y se da cuenta, en su lugar correspondiente, de la sucesión de emperadores, reyes de Francia, papas y reyes de Córdoba».

²²⁴ CATALÁN (1997).

destas actualizações ficaram-se por escassas linhas de informação ocasional, dispersa e literariamente pouco elaborada que, como é evidente, pouco ou nada deviam aos métodos afonsinos. Mas, em alguns casos, verificou-se uma interessante osmose de modelos e processos de escrita ainda largamente tributários dos afonsinos com diferentes soluções discursivas que respondiam a novos contextos literários, sociais ou ideológicos.

Um exemplo disto, aliás de interessantes analogias com a C1419 (o que explica que a ele me refira), é o da historiografia patrocinada por Afonso XI, rei que, sob vários pontos de vista, se poderá considerar continuador da acção de seu bisavó e domina, com D. Juan Manuel – primeiro seu tutor, depois seu figadal inimigo – a produção literária ibérica de grande parte do século XIV²²⁵. Aí por 1340, D. Afonso

«mandó catar las corónicas e estorias antiguas, e falló en escripto por corónica en los libros de su cámara los fechos de todos los reyes que fueron en Espanna desde los primeros reyes godos fasta el rey don Rodrigo, et después desto el rey don Pelayo, que fue el primero rey de León, fasta que finó el santo e mucho bien aventurado rey don Ferrando²²⁶ [...]. Et porque acaesçieron muchos fechos en tiempo de los reyes que fueron después de aquel rey don Ferrando los quales non eran puestos en corónica, por ende este noble rey don Alfonso, [...] entendiendo que aquellos fechos quedavan en olvido sy en coronica non se pusiesen et porque fuesen sabidas las cosas que acaesçieron en el tiempo del rey don Alfonso el Sabio su bisabuelo, et en el tiempo del rey don Sancho el Bravo su abuelo, et en el tiempo del rey don Ferrando su padre, mandólos escribir en este libro porque los que lo leyesen sepan cómo pasaron las cosas destes reyes sobredichos²²⁷.»

Tratava-se, portanto, de *assumir a herança de Afonso X, prolongando-a*. Este projecto (cujo executante seria o chanceler Fernán Sánchez de Valladolid, homem da maior confiança do monarca) implicava, necessariamente, a manutenção de diversas pautas estruturais e ideológicas vindas já da *Estoria de España* tal qual a conheceram os

²²⁵ Para além das Crónicas, Afonso XI patrocinou ainda, recorde-se, um *Libro de Monteria* e a tradução castelhana da *Crónica Troiana*, bem como, muito plausivelmente, o *Poema de Alfonso Onceno*, ademais de ter sido também autor de uma das últimas cantigas da escola trovadoresca galaico-portuguesa, a conhecida «Em huum tiempo cogi flores». É possível que tenha composto uma outra cantiga, normalmente atribuída a Afonso X, «Senhora, por amor Dios»: TAVANI (2002), p. 67.

²²⁶ Referência, certamente, ao conjunto formado pelos manuscritos E1 e E2 da *Estoria de España*, cuja configuração final deverá imputar-se precisamente à corte de Afonso XI: CATALÁN (1997).

²²⁷ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, ed. (1998), pp. 3-4. Viria também a fazer parte deste projecto, como é sabido, a redacção de uma crónica sobre o reinado do próprio Afonso XI. São visíveis as semelhanças existentes entre este prólogo e, por um lado, a carta de D. Duarte de 1434, por outro, as declarações de Zurara acerca da necessidade de deixar escritos os feitos de D. João I, que transcrevi na secção anterior. Trata-se, em todos estes casos, de «pôr em crónica» os feitos de alguém (pela primeira vez ou como continuação de um trabalho precedente) e de o fazer o mais rapidamente possível, a fim de que não se percam. Implicitamente formulada, também, a excelência e primazia da Crónica enquanto veículo transmissor da memória histórica.

letrados da corte régia castelhana de meados do século XIV. E, com efeito, várias são as analogias apontáveis entre esses dois empreendimentos: a reunião, selecção, harmonização e/ou justaposição de fontes parece continuar a ser um procedimento importante na construção do texto, ainda que a conhecida rarefacção de manuscritos em ambiente hispânico obstaculize a clara percepção dos materiais usados²²⁸; a imagem de uma realeza forte e unitária é a que mais se pretende realçar, mormente na história do reinado do próprio Afonso XI, longo e pormenorizado relato que nos vai pondo defronte dos olhos as nefastas consequências decorrentes da ausência de um centro de poder forte e autónomo e a progressiva luta do monarca e seus aliados fiéis para se tornarem esse centro; até a macroestrutura analítica, as sincronizações cronológicas com os mais importantes senhorios de além-Pirinéus e os procedimentos de organização do discurso atrás aludidos (encadeamento cronológico e temático da matéria com predomínio do primeiro, por exemplo) mantêm, no essencial, a sua vigência²²⁹.

Mas mais de 60 anos tinham decorrido desde a iniciativa do Rei Sábio. Os tempos eram, sob vários aspectos, outros e as diferenças existentes entre ambos estes projectos de escrita não deixam de se fazer notar. A visão hispanizante de Afonso X é abandonada: os reis de Portugal, Navarra e Aragão deixam de ter direito a apartado específico ou a desenvolvimentos próprios, surgindo em cena apenas quando e *se* os seus caminhos se cruzassem com os dos reis de Castela e Leão. A história das Espanhas cede lugar à história deste último reino, ou, melhor, à história dos seus reis. É o início de um processo que conduzirá à historiografia nacionalista dos séculos XV e XVI. Por outro lado, e presumivelmente em consequência de uma conjugação de factores (escassez de fontes para os reinados anteriores e necessidade de deixar escrita uma versão oficial dos acontecimentos contemporâneos com recurso à memória de intervenientes directos), Afonso XI não só conseguiu o que o Rei Sábio apenas projectara – a redacção de uma crónica do seu próprio reinado²³⁰ –, senão que viu ser-lhe

²²⁸ CATALÁN (1992), pp. 248-257; GÓMEZ REDONDO (2000b); HIJANO VILLEGAS (2006), trabalhos que prestam particular atenção a uma das presumíveis fontes de Fernán Sánchez, a chamada **Historia Dialogada hasta 1288*. Ver, também, a introdução de GONZÁLEZ JIMÉNEZ, ed. (1998) e GÓMEZ REDONDO (1998).

²²⁹ E mesmo o prólogo que antecede o conjunto formado pelas crónicas de Afonso X, Sancho IV e Fernando IV (conjunto normalmente conhecido pela designação genérica de *Crónica de tres reyes*) é, em parte, resumo do prólogo da *Estoria de España*.

²³⁰ E é curiosa a analogia com outro monarca que conseguiu deixar uma crónica do seu próprio reinado, Afonso VII de Castela e Leão (*Chronica Adefonsi Imperatoris*). Afonso VII e Afonso XI são, justamente, os únicos reis castelhano-leoneses anteriores a finais do século XIV de que há notícia segura de que foram coroados e ungidos, cerimónia a que, de resto, as respectivas crónicas não deixam de prestar demorada atenção. Note-se que, em Portugal, D. Duarte, ao recompensar Fernão Lopes pela tarefa de redigir as

atribuído um lugar central: a *Crónica de Afonso XI* tem, sozinha e apesar de incompleta (termina com a tomada de Algeciras em 1344), praticamente o mesmo número de páginas que as Crónicas de Afonso X, Sancho IV e Fernando IV *juntas*. Fernán Sánchez conseguiu, além disso, urdir uma cuidadosa teia de significados que ainda mais realçava a centralidade do rei para o qual trabalhava: as tergiversações ou mesmo as derrotas de Afonso X face às reivindicações da nobreza surgem, por exemplo, em contraponto aos sucessos de Afonso XI e progressiva afirmação do seu poder.

Em termos de modelos e práticas de escrita, e em relação com os procedimentos afonsinos, as consequências e implicações de tudo isto são, portanto, e basicamente, as seguintes²³¹: estreitamento do horizonte historiográfico, que de hispânico passa a nacionalizante; valorização da história mais recente e conseqüente equiparação do testemunho oral e presencial ao testemunho escrito enquanto fonte de informações; progressiva autonomização de cada reinado. Do ponto de vista genológico, o que começou por ser a prossecução de uma «Crónica Geral» acabou por se tornar o protótipo da «Crónica Real»²³².

Não é muito diferente o panorama que se nos depara em Portugal, e que da *Crónica Geral de Espanha de 1344* conduziu à *Crónica de Portugal de 1419*. É este o ponto em que convém, a partir de agora, centrar atenções.

1.2. A *Crónica de Portugal de 1419* e a tradição afonsina: continuidades e rupturas.

Posta de lado a tradução, realizada em circunstâncias impossíveis de precisar, de uma parte da *Estoria de España* e da chamada *Crónica de Castela*²³³, a escola historiográfica de Afonso X conheceu em D. Pedro Afonso, terceiro Conde de Barcelos

Crónicas dos Reis, excluiu explicitamente o seu próprio reinado desse trabalho; e Rui de Pina declarou, no Prólogo da *Crónica de D. João II*, ter sido com este soberano que começou a prática de historiar ainda em vida os respectivos feitos, o que, podendo não ser exacto, é certamente significativo.

²³¹ A um nível mais específico, e com base na análise dos respectivos prólogos, as semelhanças e diferenças existentes entre a *Estoria de España* e as Crónicas patrocinadas por Afonso XI foram também objecto da atenção de MARTINEZ (2003), num artigo significativamente intitulado «Dos reyes sabios: Alfonso X y Alfonso XI [...]».

²³² Por oposição não só à Crónica Geral, mas também à Crónica Particular e à Crónica Universal: GÓMEZ REDONDO (2000a); GÓMEZ REDONDO (2000b).

²³³ Conjunto de que o manuscrito 8817 da BNE (tradução parcial da *Estoria de España* de acordo com o ms. E2 e tradução da *Crónica de Castela*) é directo representante: LORENZO, ed. (1975). Como bem se sabe, terá sido inicialmente traduzida a *Crónica de Castela*, e só depois foi traduzido o ms. E2 da *Estoria de España*, certamente como forma de ampliar e continuar retrospectivamente aquela primeira tradução

e filho bastardo do rei D. Dinis I, o seu momento inaugural de aclimação em Portugal. Partindo, segundo tem sido dito²³⁴, dessa tradução, D. Pedro abalçou-se, porém, a feitura de obra própria. Reuniu, para isso, uma série de materiais que foi adquirindo de mãos portuguesas e castelhanas (presumivelmente durante o seu exílio de 1317-1322) e redigiu a chamada *Crónica Geral de Espanha de 1344*²³⁵.

Esta obra pode considerar-se herdeira e continuadora da escola afonsina sob, pelo menos, três aspectos. Em primeiro lugar, metade, se não mais, do seu texto resulta da simples tradução ou combinação de materiais afonsinos e pós-afonsinos; é, se quisermos, o procedimento típico das «Crónicas», por oposição às «Versões»²³⁶ da *Estoria de España*: em lugar de empreender todo aquele processo compositivo que acima expus, Barcelos deitou mão de textos que já o tinham feito e foi misturando passagens oriundas de vários deles. Em segundo lugar, o Conde, excepção feita da parte inicial, muito marcada pelo modelo das listas de reis, e mau grado alguns desajustes narrativos de que praticamente nenhum texto em prosa daquela época se isentou, seguiu os processos historiográficos afonsinos mesmo nas partes em que procedeu, ele próprio, à incorporação de materiais que as crónicas anteriores tinham desprezado ou desconhecido - e de tal forma o fez, que Lindley Cintra pôde afirmar, com inteira justeza, que «a análise do conjunto da Crónica mostra-nos que o seu autor estava perfeitamente integrado nesses hábitos [os da escola afonsina]²³⁷». Por último, haverá que ter em conta a circunstância de também na *Crónica de 1344* se verificar aquela «vontade de actualização» a que há pouco aludia, pois D. Pedro não só redigiu por sua

(só isso podendo explicar que a tradução do ms. E2 termine justamente onde a *Crónica de Castela* começa).

²³⁴ É a ideia transmitida por CINTRA (2009), I, e depois genericamente aceite. Foi, no entanto, ultimamente posta em causa por FERREIRA (2006), Parte I, capítulo II. 1.1, que chama a atenção para a possibilidade de D. Pedro ter tido acesso a uma versão ainda castelhana da *Estoria de España*, de que também o ms. A derivaria.

²³⁵ Darei conta das diversas redacções desta obra no capítulo dedicado ao estudo das suas relações com a C1419.

²³⁶ Sobre esta importante distinção conceptual, específica do universo da *Estoria de España* e seus prolongamentos directos, veja-se, entre outros, CATALÁN (1997), pp.29-32 e CAMPA GUTIÉRREZ, ed. (2009). Diz este último autor: «Los conceptos de *Versiones* y *Crónicas* constituyen, dentro del enfoque crítico desarrollado bajo la dirección de Diego Catalán, la “piedra angular” de una nueva orientación crítica. [...] Sobre una redacción primitiva de la *Estoria de España* surgieron las varias *Versiones* como intentos independientes de ofrecer un texto lo más completo y perfecto posible que respondiera al plan alfonsí. [...] De las distintas *Versiones* se generaron las *Crónicas*. [...] Las *Crónicas* suponen un proceso de refundición de la *Estoria de España* bien distinto al de los procedimientos historiográficos que presidieron la inicial elaboración de la obra y de sus varias versiones: sus prototipos se formaron a partir de manuscritos particulares de las ya citadas versiones, sea reproduciendo tan solo una parte de la *Estoria*, sea combinando varios manuscritos de diverso carácter caídos en la mano del cronista, sea omitiendo materia que su formador consideraba superflua» [CAMPÁ GUTIÉRREZ, ed., 2009, pp. 28 - 30].

²³⁷ CINTRA (2009), I, p. CCCLXXXVI.

conta uma breve história dos reinados de Afonso X, Sancho IV, Fernando IV e parte do de Afonso XI, como prolongou outras secções do seu texto, entre elas a história de Portugal até ao reinado de seu meio-irmão, D. Afonso IV. Para redigir esta última, socorreu-se de uma obra anterior cujo texto sobrevive na chamada *IV^a Crónica Breve*²³⁸, mas, para além de ter prosseguido até parte do reinado de D. Afonso IV, inseriu vários episódios novos e remodelou alguns outros; o seu relato, apesar de ainda relativamente exíguo, tornava-se assim, e tanto quanto nos é dado saber, a mais extensa memória dos reis de Portugal até então elaborada.

Do ponto de vista da evolução da historiografia portuguesa, esta crónica desempenhou, pois, três importantes funções: assimilou os métodos da escola afonsina; deu início ao processo de elaboração de uma crónica que se ocupasse também da história mais recente e engrandeceu o espaço textual concedido à coroa portuguesa.

Quando, nas primeiras décadas do século XV, a corte de Avis dava início a um ambicioso projecto cultural de auto-legitimação e educação dos súbditos²³⁹ que incluía a redacção e preservação de uma memória oficial do reino, foi o legado da C1344 que, em parte, retomou.

Desconhece-se até que ponto a refundição desta obra efectuada ca. 1400 é uma iniciativa adjudicável a esses meios. Mas uma nota deixada numa cópia que, seguramente, pertenceu à câmara real²⁴⁰ permite-nos ver nas suas linhas gerais, e com clareza, o tipo de percurso que da *Crónica Geral de Espanha de 1344* conduziu à *Crónica de Portugal de 1419*. De acordo com a tradição afonsina²⁴¹, a *Crónica de 1344* contava a história dos reis de Portugal durante o reinado de Afonso VII de Castela e Leão, e esse esquema foi preservado pela sua refundição de finais do século XIV. O responsável por aquela cópia abandonou-o, porém. A sua intenção era outra:

«Onde sabe que en este logar jaz scripto em muitos livros donde deçendẽ os reys de Portugal e suas estorias delles, cõvem a saber: como o conde dõ Amrrique, que era casado com dona Tareyja, filha del rey don Afonso, o que tomou Tolledo a mouros, como ja dissemos, tinha aprazada a villa de Leon que, se a quatro meses lhe nõ acorresse o emperador, que fosse sua com todas sas perteeças: e como o conde morreo ante que o prazo fosse acabado; [...] e como, depois, este dom Afonso [Afonso Henriques] pelejou cõ cinco reis mouros e, ante que entrasse aa

²³⁸ MOREIRA (2008). Veja-se também o que digo no capítulo seguinte.

²³⁹ MONTEIRO (1988).

²⁴⁰ Trata-se do ms. L da C1344. Veja-se as referências no capítulo seguinte.

²⁴¹ Com excepção da Versão Crítica da *Estoria de España*, que insere as histórias de cada um dos monarcas portugueses no reinado castelhano cronologicamente correspondente.

batalha, foy alçado por rey. Mas desto e das cousas que acontecerom em sua vida, com todalas outras estorias dos reys de Portugal que depos el veherõ, nos nõ diremos aquy nada, mas contallas emos en fim deste livro por se entenderem melhor, posto que muitas cousas dellas fossem feitas en este tempo e as algũas estorias contem en este logar²⁴²»

Essa intenção não chegou a cumprir-se, pelo menos na forma anunciada. Contudo, e embora a existência de uma relação directa entre esta nota e a feitura da C1419 não seja mais que uma possibilidade²⁴³, a verdade é que ela alude justamente a dois dos três procedimentos que estiveram na génese desta obra: i) *recuperação do texto da C1344*; ii) *autonomização da história dos reis de Portugal*, desligando-a do contexto ibérico para que se possa «entender melhor» (leia-se também, certamente, «valorizar mais e melhor»). O terceiro não seria, como veremos, menos decisivo: tratava-se de reunir outras fontes que fornecessem informação mais extensa e detalhada. A tarefa estaria, de resto, parcialmente facilitada: em 1378, D. Fernando I oficializara a existência de um Arquivo da Coroa²⁴⁴, a «Torre do Tombo» do castelo de Lisboa, que viria a possibilitar aos funcionários régios, entre eles os cronistas, o acesso a uma documentação variada e tanto quanto possível organizada; e os inventários das bibliotecas de D. Duarte (que seria, para todos os efeitos, a biblioteca real) e seus irmãos D. Fernando e D. Henrique demonstram uma considerável riqueza bibliográfica, incluindo textos de cariz historiográfico²⁴⁵.

Estes três procedimentos deverão, além disso, entender-se à luz de diversas condicionantes. A crise de 1383-85, com os castelhanos a desempenharem o papel de inimigos principais da dinastia recém-criada, ajudou a enfraquecer o sentimento pan-hispânico que até aí marcara a produção historiográfica nacional. Essa era já, de resto,

²⁴² CINTRA (2009), I, pp. CDIII - CDIV.

²⁴³ Lindley Cintra, que foi quem primeiro chamou a atenção para este facto, parece, no entanto, bastante inclinado a estabelecer essa relação: CINTRA (2009), I, pp. CDIV e CDXCVIII. Foi também este investigador quem primeiro notou que a C1344 foi a fonte principal da C1419; antes dele, Magalhães Basto tinha já visto na C1344 uma das fontes da crónica por ele descoberta: BASTO (1960), pp. 183-192.

²⁴⁴ ALBUQUERQUE (1990).

²⁴⁵ BUESCU (2007); para alguns dos livros que pertenceram a D. Henrique, DINIS (1960), pp. 293-294 e 470-476. D. Duarte possuía uma «História Geral» (talvez um exemplar da tradução portuguesa da *General Estoria*), duas «Crónicas de Espanha» (possivelmente a de 1344 e uma afonsina, ou então duas cópias da de 1344, sendo quase certo que o ms. L era uma delas), para além de uma «Crónica de Portugal» a que na secção anterior fiz referência e poderá ter sido a C1419; D. Henrique tinha uma «Crónica de Espanha» que tanto poderia ser uma cópia da C1344 como uma obra da escola afonsina, e mesmo D. Fernando, não possuindo, que se saiba, obras historiográficas, tinha um exemplar da *Vida da Rainha Santa Isabel*, uma das fontes da C1419. Acrescente-se a tradução parcial da *Crónica de Alfonso X* contida no ms. L, o ms. P da C1344 (que foi pertença do Condestável D. Pedro e inclui no final súmulas dos reinados de Pedro I e Henrique II) e os conhecimentos revelados pelo Infante D. Pedro (de quem não se conhecem inventários dos livros que possuía), por Fernão Lopes e por Zurara, e ter-se-á uma ideia da ampla circulação de prosa historiográfica ibérica junto da corte régia portuguesa do século XV.

uma tendência que tinha vindo a impor-se noutras latitudes, segundo o demonstra o exemplo, atrás referido, de Fernán Sánchez de Valladolid, e os tempos pareciam, decisivamente, favoráveis a concepções historiográficas de índole progressivamente nacionalizante²⁴⁶. Por outro lado, a C1344 tinha sido redigida, na sua versão inicial, por um filho de rei e continha aquele que seria, à época, o mais extenso e articulado relato centrado na história dos reis de Portugal, facto que certamente facilitaria o trabalho de quem se quisesse consagrar à realização de uma crónica a eles especificamente dedicada. O seu texto não poderia, no entanto, deixar de parecer insuficiente: alguns reinados, designadamente os de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Afonso III, não ocupavam mais que escassas linhas; acontecimentos de tão potencial impacto historiográfico, por exemplo as batalhas da reconquista, mal eram mencionados; e a documentação disponível não deixaria de mostrar um passado mais rico em eventos... Impunha-se, por isso, a redacção de uma obra de mais amplo fôlego, paralela àquelas que vinham sendo dedicadas à monarquia castelhano-leonesa; uma obra que, partindo da produção anterior, realçasse o passado português e fornecesse dos seus governantes uma imagem de prestígio e continuidade suficientemente desenvolvida. Foi essa a missão de que se encarregou o autor da C1419.

1.2.1. A C1419: processos globais de construção textual

Acabámos de ver o percurso que, partindo da *Estoria de España* e passando pela C1344, conduziu à C1419:

- i) *Estoria de España* → C1344: retoma de textos da escola afonsina; assimilação dos seus métodos; prolongamento da matéria narrada até épocas mais recentes, com aumento do espaço consagrado aos reis de Portugal;
- ii) C1344 → C1419: retoma do texto dedicado por aquela crónica aos reis de Portugal, sua autonomização do contexto hispânico e reunião de informações provindas de outras fontes com vista à elaboração de uma obra de maior fôlego.

²⁴⁶ TATE (1970); CATALÁN (1982), pp. 37-49.

Em consequência dele, a C1419 acabaria por incorporar e prolongar grande parte dos métodos da escola afonsina. É o que em seguida veremos, ao identificarmos os seus processos globais de construção textual.

A C1419: processos globais de construção textual

i) Retoma de textos anteriores

São muito frequentes as ocasiões em que o redactor da C1419 afirma estar a seguir textos escritos. Por vezes, de forma vaga:

«Acha-se nas escripturas amiguas²⁴⁷», «segundo achamos esprito²⁴⁸», «E, posto que [...] sejam posto em esprito em muytos livros per desvairadas guisas²⁴⁹»

outras, parecendo recorrer a conceitos genológicos, por mais imprecisos que os possamos considerar:

«Comta a estoria que²⁵⁰», «mes a crónica não fala de seus nomes senom tão solamente de quatro²⁵¹», «que a pusese no livro das estorias²⁵²»

e, com menor frequência, deitando mão de designações um pouco mais concretas, através de qualificativos que identificam o conteúdo, as personagens principais ou a origem dos textos em causa:

«A coroniqua d. Espanha conta²⁵³»; «Segundo conta a crónica del rei dom Affonso²⁵⁴»; «Comta a estoria do marter Sam Viçente²⁵⁵»; «Contão as estorias dos araviguos²⁵⁶»; «acorda a crónica de Santo Ysidro²⁵⁷»; «conta a lemda de Sam Bernardo²⁵⁸»; «segundo conta a cronica dos feitos del rei dom Afonso, que foy achada em Coinbra²⁵⁹»

²⁴⁷ CALADO, ed. (1998), p. 73.

²⁴⁸ CALADO, ed. (1998), p. 80.

²⁴⁹ CALADO, ed. (1998), p. 83.

²⁵⁰ CALADO, ed. (1998), p. 134.

²⁵¹ CALADO, ed. (1998), p. 47.

²⁵² CALADO, ed. (1998), p. 32.

²⁵³ CALADO, ed. (1998), p. 1.

²⁵⁴ CALADO, ed. (1998), p. 2.

²⁵⁵ CALADO, ed. (1998), p. 25.

²⁵⁶ CALADO, ed. (1998), p. 26.

²⁵⁷ CALADO, ed. (1998), p. 26.

²⁵⁸ CALADO, ed. (1998), p. 38.

²⁵⁹ CALADO, ed. (1998), p. 81.

Expressões deste tipo são comuns na historiografia medieval e registam-se mesmo noutro tipo de obras, inclusivamente as novelescas, que tantos mecanismos de pseudo-historicidade adoptaram. A sua função parece ter sido, inicialmente, a de credibilizar o relato apelando para a *auctoritas* de um texto anterior, de existência concreta ou ficcional, mas digno de ser mencionado pela antiguidade ou posição social (real ou suposta) do seu autor²⁶⁰. Foi talvez devido ao facto de sucessivos textos o terem empregado que ele acabaria por perder, em alguns contextos, parte dessa função referencial, adquirindo uma função de conexão narrativa que se destinava a introduzir ou a ligar episódios. É o que sucede com os textos da escola afonsina, onde, se é verdade que a função referencial deste tipo de expressões não deixa de estar bem presente, se verifica também, sobretudo em início de capítulos, o seu uso com o significado apenas sintáctico a que me referia. E é o que parece suceder também com a C1419, que, sem dúvida, herdou este recurso da escola afonsina. Particularmente no caso das expressões «Conta a estória que» localizadas em início de capítulo, a hesitação sobre a função referencial ou narrativa que assumem é legítima.

Todavia, dúvida alguma pode subsistir de que o cronista português seguiu a tradição historiográfica que comecei por sinteticamente definir e construí o seu texto com base na retoma de textos anteriores. Confirma-o não apenas o recurso a expressões suficientemente individualizadoras como «Crónica d'el rei dom Affonso» e afins, mas também o facto de boa parte das suas fontes subsistir ainda, circunstância que nos permite, aliás, acercar da sua banca de trabalho e ir seguindo as diversas fases de elaboração do seu texto. Teremos, ao mesmo tempo, de lhe dar todo o crédito nos momentos em que ele afirma não apenas que segue textos escritos, mas que *só segue textos escritos*. Como em seu dia notou Lindley Cintra:

«repetidas declarações do autor de 1419²⁶¹ [...] revelam que entre os princípios que orientavam a sua maneira de historiar, estava o de não incluir que não tivesse encontrado em escrito, princípio, aliás, já de aplicação corrente na própria historiografia da escola afonsina²⁶²»

²⁶⁰ «Si en diferentes sociedades el libro escrito es sinónimo de verdad, los testimonios medievales son muy numerosos de un procedimiento similar»: BLECUA, ed. (2004), p. 95. Dir-se-ia que o testemunho escrito é, para quem trata de épocas remotas, o equivalente funcional do testemunho oral para quem trata de épocas próximas.

²⁶¹ Por exemplo, «mas como este apartamento foi e per que guisa e o que fez desta rainha D. Orraca não o achamos em escrito e por isso não o posemos aqui»; «nunqua o podemos achar assi em escrito saluo que», etc., citadas por CINTRA (1999a), pp. 195-196.

²⁶² CINTRA (1999a), p. 179. Não obstante, certa inclinação para desvalorizar aprioristicamente este tipo de afirmações deixadas pelos cronistas medievais, juntamente com o desejo de lhes atribuir as mais elaboradas intenções conduz, por vezes, a que se perpetuem informações simplesmente falsas. É o caso,

(ii) Adopção do texto da C1344 como texto base e inserção de porções textuais vindas de outras fontes de acordo com dois critérios: o cronológico e o temático

Guiado por este princípio geral, o redactor deitou mãos aos materiais por ele reunidos e começou a elaborar o seu texto. Para base escolheu a C1344 e foi inserindo no relato oriundo dessa obra diversas passagens provenientes das restantes fontes²⁶³. Foram dois os critérios principais que o nortearam nessa tarefa.

O primeiro, e mais importante, foi o cronológico. Os indicadores temporais presentes nas suas fontes (por exemplo, o ano no caso de textos analísticos e de chancelaria, ou expressões lexicais do tipo “depois disto” ou “antes disto”), a sucessão de eventos ou a lógica dedutiva permitiram-lhe dotar os episódios de uma ordenação cronológica que caminhava do mais antigo para o mais recente.

Em nome da clareza e/ou da pertinência, certos episódios que mantinham estreitas afinidades temáticas e diegéticas foram, porém, agrupados numa unidade narrativa e independentemente do lapso temporal em que ocorreram. Simultaneamente, quando um texto fornecia detalhes que permitiam acrescentar ou precisar informações constantes da fonte principal, o redactor da C1419 incluía-os no momento pertinente.

Recorrendo a análises esquemáticas da composição de cada reinado (que poderão funcionar também como resumo do seu conteúdo), pode ver-se como estes processos se mantêm constantes ao longo de todo o texto da C1419:

- **D. Afonso Henriques:** A C1344 forneceu o essencial das informações situadas entre o cap. 1²⁶⁴ (ascendência de D. Afonso Henriques e acção de D. Henrique) e 11 (reconquista de Leiria e vésperas da batalha de Ourique), mas outros textos, alguns dos quais desconhecidos, possibilitavam o acréscimo de informações ou a inserção de episódios novos. O primeiro caso é o mais numeroso e verifica-se, por exemplo, na

para dar um exemplo significativo, da ascendência húngara do Conde D. Henrique, em que a C1419 menciona como fonte uma «Crónica d’el Rei D. Affonso». Conhece-se um documento originário da Sé de Braga e datado de 1391 que já menciona essa ascendência (GOMES, 2005), o que garante não ter sido ela uma criação da C1419; apesar disso, ainda se atribui ao seu autor tal invenção, pelos vistos como parte de uma refinada estratégia historiográfica. É claro que essa ascendência é um dado historicamente falso e, como tal, inventado por alguém que teria, decerto, interessantes motivos para o fazer. Mas a circunstância de determinado facto aparecer pela primeira vez em determinada crónica não deverá nunca interpretar-se automaticamente como tendo ele sido uma invenção desse cronista. Só o estudo das técnicas historiográficas de cada cronista e a comparação do seu texto com textos anteriores permite admitir como *mais provável* ou como *menos provável* que tal ou tal facto tenha sido inventado por tal ou tal crónica.

²⁶³ A respeito daquelas originalmente redigidas em Latim é possível que o redactor as tenha submetido a um processo prévio de tradução para português. Nada permite, porém, confirmar este cenário.

²⁶⁴ É à numeração da edição de Adelino Calado que me refiro.

ascendência paterna do primeiro rei português: a C1344 nada dizia sobre isso, mas certa «Cronica d'el Rei D. Affonso²⁶⁵» informava que seu pai era filho de um rei da Hungria; o redactor da C1419 juntou, por isso, esse facto ao texto herdado da sua fonte principal²⁶⁶. É possível que essa mesma «Crónica d'el Rei D. Affonso» incluisse uma narrativa sobre a cura miraculosa do pequeno Afonso Henriques em correlação directa com a sua predestinação divina para destruir os inimigos da fé e com a fundação do mosteiro de Cárquere por Egas Moniz; o redactor da C1419, que, como iremos vendo, tinha manifesta predilecção por episódios de guerra santa e de mentalidade cruzadística, decidiu incluir essa narrativa e fê-lo no momento cronologicamente pertinente, ou seja, após a vinda de D. Henrique para a Península Ibérica (capítulos 1 e 2) e antes da passagem em que, acompanhando o pai nas manobras militares de Astorga, D. Afonso denotava a maturidade suficiente para entender o longo discurso que lhe foi dirigido (capítulo 4).

Sobre a batalha de Ourique (capítulos 12-14), não era muito o que a C1344 contava; por isso, a C1419, mantendo, embora, o essencial do texto da sua fonte principal, baseou o seu relato em outras obras. Uma delas (possivelmente a *Vida de Teotónio*) mencionava a captura de moçárabes na sequência da vitória do exército cristão numa batalha não identificada e a repreensão que, devido a isso, Fr. Teotónio, prior de Santa Cruz de Coimbra, dirigiu a D. Afonso Henriques. O redactor da C1419 (ou já o de uma sua fonte) aproveitou para identificar esse momento com a batalha de Ourique e localizar nesse contexto a notícia, fornecida por dois moçárabes, da localização do corpo de S. Vicente (capítulo 14); isso motivou, de acordo com a lógica temática acima exposta, uma analepse que, abrangendo todo o capítulo 15, narra o martírio de S. Vicente, ocorrido no século IV da era Cristã. O capítulo seguinte diz como o corpo do mártir veio parar ao Algarve e, após isso, reata a sequência cronológica que deixara suspensa no fim do capítulo 14, dando conta da primeira tentativa, mal sucedida, de D. Afonso recuperar as relíquias do Santo. Só depois disto volta a Crónica a retomar o texto da C1344, copiando dela os episódios dos confrontos do rei com Roma, incluindo a eleição canonicamente irregular de um Bispo Negro (capítulos 17-18), que na C1344 se seguiam a Ourique. O redactor de 1419 inseriu, porém, o pitoresco diálogo entre o Cardeal Romano e o Papa, em que aquele procura

²⁶⁵ Sobre esta obra, de cuja existência e proveniência crúzia não me restam grandes dúvidas, parecem-me especialmente produtivas as reflexões de Mónica Blocker-Walter retomadas por MAURÍCIO (1989), bem como as de DIAS (2008).

²⁶⁶ CALADO, ed. (1998), pp. 3-4.

justificar as suas acções, e fê-lo no momento cronologicamente pertinente, ou seja, após a saída do Cardeal de Portugal e antes que chegasse a resposta do Papa.

A C1344 prosseguia, após a história das desavenças de D. Afonso I com o Papado, narrando as conquistas na Estremadura. A C1419 acompanhou-a; mas, possuindo o seu redactor ampla informação sobre as tomadas de Leiria e, sobretudo, de Santarém (através do texto usualmente apelidado de *De Expugnatione Scalabis* e outras fontes), acrescentou muita matéria nova, ocupando com isso os capítulos 19 – 25. Entretanto, uma outra fonte possibilitava-lhe notícias acerca do casamento do monarca; sabendo a data desse casamento - «mil cl^{ta} xxxiiii^o anos²⁶⁷, avendo ja sete anos que fora alçado por rey²⁶⁸», o redactor inseriu-as no local cronologicamente correspondente: depois da reconquista de Leiria («era de mil clxxxiii anos²⁶⁹») e antes da de Santarém («era de mil clxxxv anos²⁷⁰»).

Na sequência daquelas conquistas, a C1344 mencionava a tomada de Lisboa com ajuda de guerreiros do Centro da Europa; a C1419 seguiu-a, mas intercalou muitas informações e episódios novos (providos de textos como o *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente*), construindo, assim, uma narrativa completa e cronologicamente coerente, desde a chegada dos cruzados até à capitulação da praça, escolha do seu primeiro Bispo, fundação das igrejas de S. Vicente e dos Mártires, e milagres a elas associados. Nos capítulos 32 e 33, a C1419 perde de vista a C1344, que nada, ou quase nada, dizia dos assuntos ali tratados (novas conquistas na Estremadura e celebração do casamento da Infanta D. Mafalda); mas logo a retoma nos capítulos 34 e 35, dedicados ao confronto de Badajoz, introduzindo, porém, elementos oriundos de fontes várias ali onde eles se revelassem pertinentes (insere, por exemplo, e de acordo com a cronologia expressamente consignada, a referência à menagem prestada pelos concelhos ao Infante D. Sancho²⁷¹). A matéria dos capítulos seguintes, 36 a 44 (maioritariamente ocupados com o resgate definitivo do corpo de S. Vicente, incursão militar a Sevilha chefiada pelo Infante Sancho e defesa de algumas cidades portuguesas ameaçadas por uma forte investida muçulmana) é totalmente estranha à C1344, que passava directamente do confronto de Badajoz à morte do rei. Só quanto a este último ponto poderia o seu texto

²⁶⁷ Recorde-se que toda a Crónica adopta a Era de César.

²⁶⁸ CALADO, ed. (1998), p. 34.

²⁶⁹ CALADO, ed. (1998), p. 33.

²⁷⁰ CALADO, ed. (1998), p. 34.

²⁷¹ CALADO, ed. (1998), p. 62.

ser aproveitado pela C1419, embora o laconismo das informações explique que a obra quatrocentista tenha acrescentado vários outros elementos.

- **D. Sancho I:** O espaço concedido pela C1344 a este reinado era muito exíguo, pelo que o redactor de 1419 tinha de se socorrer de várias outras fontes. O seu procedimento continua, no entanto, a basear-se nos dois grandes princípios, o cronológico e o temático, que habitualmente o norteiam. Assim, manteve no início as informações da C1344 respeitantes ao casamento e descendência do monarca²⁷² e, no fim, aquelas que diziam respeito à sua morte²⁷³, juntando-lhes elementos novos e intercalando entre umas e outras o texto procedente de diversas fontes. Inseriu, em primeiro lugar, uma carta do Papa datada da era de «mil iic xxbi annos²⁷⁴», informando sobre a queda de Jerusalém e incitando o monarca português a participar numa grande Cruzada que estaria sendo preparada. Prosseguiu com a reacção do rei, que apesar de não estar em condições de aceder à solicitação pontifícia logo começou a guerrear os mouros do Alentejo, e com a providencial chegada de cruzados estrangeiros ao porto de Lisboa, acontecimento ocorrido na era de «mil iic xxbii anos», tudo de acordo com a cronologia dos eventos. Narrou, a partir de então, com base numa fonte desconhecida e ao longo de praticamente seis capítulos (do 47 à quase totalidade do 52), a tomada de Silves, feita em colaboração dos exércitos portugueses com os cruzados estrangeiros. Uma outra fonte desconhecida fornecia-lhe, entretanto, informações acerca da entrada de Pedro Fernandez de Castro, na ocasião aliado dos mouros, em Portugal, e seu desbarato por acção de Martim Lopes, acontecimento ocorrido no mesmo ano da tomada de Silves. O redactor inseriu-a no local cronologicamente pertinente: logo após a notícia da conquista dessa cidade (final do capítulo 52²⁷⁵). Depois disso, e sempre de acordo com a cronologia dos eventos, dedicou um novo capítulo, o 53, à incursão de reis mouros por Portugal e devastação por eles causada; nesse mesmo ano de «mil iic xxbiiiº anos²⁷⁶» morria o rei de Leão (Fernando II), e o redactor aproveitou, por isso, para incluir essa notícia no final do capítulo em causa.

Ainda neste ano, ocorrera outro importante acontecimento: a separação, ordenada pelo Papa, do rei Afonso IX de Leão e sua primeira mulher, a rainha Teresa (filha de D. Sancho, rei de Portugal). Guiado pela cronologia, o redactor deu conta dele

²⁷² CALADO, ed. (1998), pp. 84-85.

²⁷³ CALADO, ed. (1998), p. 104.

²⁷⁴ CALADO, ed. (1998), p. 85.

²⁷⁵ «E em este ano mesmo que a cidade de Çilves foi tomada, dom Pedro Ffernandez de Castro [...] juntou.se com hos mouros e veyo corer com eles [...]»: CALADO, ed. (1998), p. 98.

²⁷⁶ CALADO, ed. (1998), p. 98.

no capítulo 54, mas a lógica narrativa fez com que contasse em bloco a razão pela qual esse casamento se fez (aliança de Sancho I de Portugal e Afonso IX de Leão contra Afonso VIII de Castela, que os armara cavaleiros), as consequências nefastas que daí advieram (catástrofes climatéricas várias, fomes, doenças e guerras) e o desenlace de tudo isso através da anulação do matrimónio ordenada por Celestino III. Conseguiu, assim, ordenar essas acções mediante um conjunto de relações de causa-efeito. A aproximação temática desta série de episódios com a separação de outra filha de D. Sancho, a Infanta Mafalda, do seu marido, o rei Henrique I de Castela, levou o redactor a desrespeitar uma vez mais a cronologia, explicando, em seguida, os antecedentes e causas de mais esta separação²⁷⁷. Após isso, volta a cronologia a estruturar o seu discurso: o último capítulo deste reinado, o 55, dá conta de alguns acontecimentos ocorridos após aquelas duas separações e antes da morte de D. Sancho, acontecimento que naturalmente finda o seu reinado.

- **D. Afonso II:** O procedimento da C1419 em relação a este reinado é muito idêntico ao que adoptara para o de seu pai: manteve no início as informações da C1344 respeitantes ao casamento e descendência do monarca²⁷⁸ e, no fim, aquelas que diziam respeito à sua morte²⁷⁹, juntando-lhes elementos novos e intercalando entre umas e outras o texto procedente de diversas fontes. Dois acontecimentos esgotam praticamente o relato: a conquista de Alcácer do Sal e as andanças de cinco frades franciscanos em Marrocos, seu martírio e envio de suas relíquias para Santa Cruz de Coimbra, por iniciativa do Infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II. Como o primeiro destes acontecimentos precedia cronologicamente o segundo, ele é contado em primeiro lugar (capítulos 58 – 62, praticamente todos baseados no Poema Latino da Conquista de Alcácer do Sal ou *Carmen Gosuini*), seguindo-se-lhe a história dos cinco mártires de Marrocos (capítulos 63 – 65²⁸⁰, este último terminando com a notícia da morte e sepultura do rei), de acordo com um texto aparentado com as duas Lendas destes mártires ainda hoje subsistentes. Após o capítulo inicial, e antes da narração da tomada

²⁷⁷ Baseando-se na C1344, que tratava do casamento de D. Mafalda com D. Henrique I na narração do seu breve reinado: CINTRA, ed. (2009), IV, pp. 346-347.

²⁷⁸ CALADO, ed. (1998), pp. 104-105.

²⁷⁹ CALADO, ed. (1998), p. 119.

²⁸⁰ Estes capítulos constam apenas de C, devido a lacuna de P, que, após a tomada de Alcácer do Sal, e dissimulando de forma imperfeita a incompletude do seu texto, copiou, não se percebe porquê, o letrado antigo da sepultura de D. Sancho I: CALADO, ed. (1998), pp. 113 e 276-277. Curiosamente, após ter transcrito a C1419, o copista de P transcreveu vários outros textos, entre eles uma versão do martírio destes cinco franciscanos, retocada com elementos posteriores à C1419. Veja-se a descrição de P na primeira secção deste trabalho e BASTO (1960), pp. 31-48.

de Alcácer do Sal, surge, porém, um capítulo (o 57²⁸¹) dedicado ao Infante D. Afonso, Conde de Bolonha e futuro rei de Portugal. Conta a ida deste Infante para fora do reino em companhia de sua irmã Leonor, a sua valentia junto das tropas francesas que combatiam uma invasão inglesa (incluindo o curioso episódio do resgate de D. João de Aboim, a quem o Infante «amava muy de vontade²⁸²») e subsequente casamento com a Condessa de Bolonha, tudo com base em fontes desconhecidas²⁸³. Nenhuma indicação cronológica possuía o cronista acerca destes acontecimentos; optou, por isso, por contá-los logo após o capítulo inicial, aproveitando a alusão que aí fizera ao facto de o Infante D. Afonso ter sido Conde de Bolonha. A função desses acontecimentos é, portanto, a de explicar esta alusão.

- **D. Sancho II:** O espaço dedicado a este rei pela C1344 era já um pouco maior. O redactor da C1419 manteve o início, acrescentando porém várias informações novas e, no momento em que a sua fonte principal mencionava as queixas dos portugueses ao Papa (violências de vários senhores que o rei não refreava como lhe competia), introduziu uma longa carta de Honório III admoestando o monarca²⁸⁴ e as promessas de regeneração deste, ocupando com tudo isto o capítulo 66. Prosseguiu dando conta das malfetorias que continuavam a ser praticadas no reino, e repetiu, em seguida, as queixas dos portugueses ao Papa (desta vez, precisa o redactor, Inocêncio IV), retomando o texto da C1344, que, neste ponto, contava como os portugueses pediram um governador, escolhendo para essa função o Infante D. Afonso, Conde de Bolonha²⁸⁵ (cap. 67). O capítulo seguinte foi integralmente ocupado com o juramento do Infante, em Paris, documento de data obviamente posterior à da decisão do Papa de substituir D. Sancho no governo de Portugal. Os capítulos 69 e 70 são também integralmente ocupados com documentos oficiais, designadamente duas cartas do Papa, uma dirigida às Ordens do Hospital, de Santiago e Calatrava, outra dirigida aos Franciscanos. A

²⁸¹ Tal como com os cinco mártires de Marrocos sucede, também este capítulo, e ainda o capítulo inicial do reinado de D. Afonso II, estão presentes apenas em C, devido a lacuna de P certamente herdada do seu modelo.

²⁸² CALADO, ed. (1998), p. 105.

²⁸³ A existência de mais que uma fonte é assegurada pelas palavras do cronista: «e dizem alguns que [...] mas as mais das estorias comtom que [...]», CALADO, ed. (1998), p. 105. Repare-se também que estes episódios contêm alusões historicamente comprováveis, tais como a participação de D. Afonso em combates militares por terras francesas e a forte camaradagem que sempre o parece ter unido a João de Aboim; parece, no entanto, haver aqui uma confusão com o pai desta última figura, Pêro Ouriques, que, a julgar pelo relato de Joinville, seria quem acompanhou militarmente o Infante português - veja-se VENTURA (2006), pp. 52-72, onde vem uma boa súmula do que actualmente se sabe desta fase da vida de D. Afonso.

²⁸⁴ Esta carta parece, contudo, ter sido realmente enviada não a D. Sancho II, mas a D. Afonso II: TAROUCA, ed. (1952-1953), I, p. 213.

²⁸⁵ A C1419 duplica, portanto, a embaixada ao Papa.

cronologia é, como se vê, o princípio que regula a construção de toda esta série de capítulos, e continuará a sê-lo até ao fim deste reinado. Com efeito, os capítulos 71-73 retomam o texto da C1344, que contava a vinda de D. Afonso a Portugal e peripécias seguintes até ao exílio de D. Sancho em Castela (incluindo o chamado «episódio de Trancoso»), embora acrescentem, como de costume, várias informações novas onde estas se revelassem pertinentes. Precisam, por exemplo, o nome do delegado enviado pelo Papa para acompanhar D. Afonso²⁸⁶; incluem uma nova carta do Papa Inocêncio²⁸⁷; e aumentam consideravelmente o episódio em que D. Sancho II vai a Castela pedir auxílio contra as hostes do irmão, cometendo, inclusivamente, o anacronismo de considerar que o rei castelhano era já Afonso X – anacronismo que, como lá mais para a frente veremos, é de grande utilidade para quem quiser estudar a posteridade da C1419. Os capítulos 74-76 narram, a partir de fontes desconhecidas, as celebérrimas façanhas de Fernão Rodrigues Pacheco, alcaide de Celorico da Beira (com o episódio da truta fresca lançada por uma ave para dentro da povoação sitiada, adaptação evidente de um motivo muito antigo²⁸⁸) e de Martim de Freitas, alcaide de Coimbra, últimos alcaides que se recusaram a entregar os castelos ao novo governador, enquanto D. Sancho II fosse vivo. É precisamente com a morte do rei que termina o relato (cap. 76), e o redactor nota, inclusivamente, divergências entre as suas fontes quanto ao número de anos em que D. Sancho reinou²⁸⁹. A última frase refere-se, todavia, ao facto de o rei de Castela, D. Fernando III, ter conquistado a cidade de Sevilha, após cerco prolongado, no ano seguinte ao da morte de D. Sancho em Toledo²⁹⁰ – dado histórico²⁹¹, que contradiz, no entanto, o que a própria Crónica afirmara acerca de quem reinava em Castela quando o rei português foi deposto.

- **D. Afonso III:** O espaço concedido a este rei pela C1344 era consideravelmente escasso, pelo que o redactor de 1419 teve de lhe juntar muitas outras informações. O seu procedimento continua, no entanto, rigorosamente idêntico ao dos restantes reinados. Assim, manteve, no primeiro capítulo (77) as informações genéricas

²⁸⁶ «avya nome frey Desyderyo»: CALADO, ed. (1998), p. 129.

²⁸⁷ CALADO, ed. (1998), pp. 130-131.

²⁸⁸ E originário, segundo parece, da Antiguidade clássica: AZEVEDO (1947), pp. 100-101.

²⁸⁹ 24 ou 26, conforme se inclua ou não na contagem os dois anos de exílio castelhano do monarca. Como noutra ocasião sustentei, parece-me evidente que esta divergência se deve ao posicionamento das fontes da C1419 (em parte desconhecidas) a respeito do alcance jurídico da deposição do rei Capelo, isto é, se, para além da perda do governo efectivo do reino, ela implicou ou não também a perda da dignidade régia: MOREIRA (2006).

²⁹⁰ CALADO, ed. (1998), pp. 141-142.

²⁹¹ Em rigor, D. Sancho morreu nos princípios do A.D. 1248, mesmo ano da tomada de Sevilha; a quase simultaneidade de ambos os eventos está, em todo o caso, certa.

sobre a actuação do rei que constavam já da C1344²⁹², acrescentando-lhe, simultaneamente, muitas outras. O facto de ter aí mencionado o primeiro casamento do rei com a Condessa de Bolonha e a situação de bigamia a que ele conduziu (pois D. Afonso tinha entretanto casado com D. Beatriz, filha de Afonso X de Castela e Leão) levou o redactor, de acordo com a lógica temática, a contar a forma como aquele primeiro casamento terminou. É a isso que ele dedica os dois capítulos seguintes (78 – 79), que contêm a vinda da Condessa a Portugal acompanhada de um suposto filho dela e de D. Afonso; a violenta reacção do monarca, que justifica as suas atitudes com o interesse supremo do reino; e o interdito que, devido às queixas da Condessa de Bolonha, foi lançado pelo Papa, interdito que obrigou D. Afonso a gastar boa soma de dinheiro com a posterior legitimação do Infante Dinis, entretanto nascido. No início do capítulo 80, e uma vez terminado o bloco temático em torno da bigamia do rei, a Crónica refere os filhos nascidos do casamento de D. Afonso com D. Beatriz e, após isso, principia a narrar a tomada de várias praças algarvias por acção da Ordem de Santiago e, no caso de Faro, também do próprio rei. É este o tema de todos os capítulos seguintes, até ao 88 (incluindo a ida de D. Beatriz a Castela, para pedir a seu pai que ceda ao rei de Portugal os direitos de conquista no Algarve), e a lógica que os estrutura é a cronologia. Finalmente, e sempre de acordo com a cronologia, o capítulo 89 ocupa-se dos últimos tempos de vida do rei, dando conta das pazes firmadas com Afonso X, da instituição de casa ao Infante Dinis e, por último, da morte de D. Afonso III, recuperando, aqui, informações vindas da C1344.

- **D. Dinis:** Não conhecemos o texto integral deste reinado, em virtude de ele ter sido preservado, e com lacunas, unicamente em C. Mas o que dele nos chegou basta para constatar a permanência dos dois grandes critérios de construção textual, o cronológico e o temático, usados pelo redactor da C1419. O primeiro capítulo (90), retoma os feitos e qualidades principais de D. Dinis conforme o texto da C1344, acrescentando diversos outros elementos. Após isso, prossegue a narração do reinado de acordo com a cronologia dos eventos. O episódio mais antigo de que a Crónica iria dar conta era o casamento do rei, ocorrido «na era de mil iiic xbiiiº anos²⁹³», e é ele que se segue; para que o assunto ficasse convenientemente esclarecido tornava-se, porém, necessário mostrar a ascendência da esposa escolhida, D. Isabel de Aragão, suas

²⁹² Excepto a alusão às vitórias militares alcançadas por D. Afonso, quando ainda Infante, em França; essa omissão deve-se, obviamente, ao facto de a C1419 ter tratado esta fase da vida do Conde de Bolonha durante o reinado de seu pai.

²⁹³ CALADO, ed. (1998), p. 165.

virtudes e milagres que Deus por ela mostrou, assim como as negociações e consumação das bodas. Tudo isto ocupa os capítulos 91-93, provenientes maioritariamente de uma fonte muito usada neste reinado, a *Vida da Rainha Santa Isabel*. O capítulo 94 é ocupado com o elenco de filhos legítimos (evidentemente nascidos após o casamento do rei) e ilegítimos de D. Dinis, e o capítulo seguinte com as desavenças entre o rei e seu irmão, o Infante D. Afonso, iniciadas, diz a Crónica, cinco anos após o início do reinado. Encontramos aqui a primeira lacuna textual, que os formadores de C preencheram, em grande medida, recorrendo à *Crónica de D. Dinis* de Rui de Pina. Mas quando o texto de 1419 regressa, lá vem a cronologia enquanto princípio estruturador do relato. Assim, os capítulos 96 – 102 são ocupados com a narração sequencial das guerras entre D. Dinis e D. Fernando IV de Castela e Leão, motivadas pelo atraso deste em cumprir a promessa de casamento com a filha do rei português²⁹⁴, e levam o assunto até à assinatura das pazes, recorrendo à C1344 e a outras fontes. Os capítulos 103-105 contam as desavenças havidas entre os reis de Castela- Leão e de Aragão, incluindo a arbitragem de D. Dinis e outros intervenientes por iniciativa do Papa. O redactor recorre frequentemente ao texto da C1344, mas acrescenta-lhe vários dados e, baseado nos próprios tratados de paz, chega a contradizê-la. No final do capítulo 105, surge mais uma lacuna em C, posteriormente preenchida com texto de Rui de Pina. O capítulo 106 menciona a intenção de Fernando IV guerrear os mouros de Algeciras e a ajuda que lhe facultou o rei português, tudo eventos ocorridos após a arbitragem de D. Dinis acima mencionada. No final deste capítulo, o redactor aproveita referências anteriormente feitas à fundação dos Estudos Gerais em Portugal, à autonomização do ramo português da Ordem de Santiago e à criação da Ordem de Cristo para narrar detalhadamente estes eventos. A lógica é agora a temática, mas cada um desses eventos é contado de forma unitária e sequencial, assim se ocupando os capítulos 107 – 114, incluindo mais uma lacuna que os formadores de C preencheram com texto de Rui de Pina. Daqui até ao final do reinado (capítulos 115-134), o espaço é praticamente todo ocupado com os confrontos entre o rei e o Infante herdeiro, D. Afonso, e respectivos partidários. A C1344 continua a ser o texto base, embora a C1419 tenha, desta vez, uma visão muito diferente e igualmente *comprometida* dos acontecimentos, o que motiva vários afastamentos em relação ao texto da sua fonte; o redactor recorre também à *Vida da Rainha Santa* e, muito

²⁹⁴ É possível que esta promessa, feita ainda por D. Sancho IV de Castela e Leão, constasse do texto da C1419 que nos é actualmente desconhecido.

frequentemente, a documentação oficial, especialmente aos sucessivos manifestos do rei e a bulas papais. A cronologia é sempre o critério seguido na ordenação das matérias. Após o capítulo 134, uma nova lacuna impede-nos de conhecer o texto que a C1419 dedicou ao final do reinado.

D. Afonso IV: Tal como sucede com o anterior, também não conhecemos na totalidade o texto da C1419 dedicado a este reinado, pois ele foi apenas preservado, e com lacunas, em C. Mas o que dele nos chegou basta para constatar a permanência dos principais critérios de construção textual usados ao longo de toda a obra. Assim, o primeiro capítulo conservado (135) ocupa-se de um torneio organizado pelo rei de Castela e Leão, Afonso XI, em que se destacou a acção de um português, Gonçalo Ribeiro. Por essa altura, e como se vê pelo início do capítulo seguinte, já o casamento entre o Infante D. Pedro de Portugal e D. Constança Manuel estava contratualizado, faltando apenas a anuência do rei de Castela para que a prometida esposa pudesse passar pelos seus domínios, a caminho de Portugal. É este assunto, com as sucessivas promessas quebradas por parte de Afonso XI e a crescente radicalização por parte de Afonso IV a conduzirem a uma guerra entre os dois reinos, que ocupa praticamente toda a restante parte conhecida da C1419. O redactor apoia-se maioritariamente em cartas escritas pelos protagonistas mais importante da questão (Afonso XI, Afonso IV, D. Juan Manuel, D. Constança), embora os capítulos dedicados à guerra entre Portugal e Castela aparentem basear-se em fontes narrativas. Em qualquer dos casos, a ordem pela qual os acontecimentos são relatados é a cronológica. Mesmo o único episódio sem relação directa com o antagonismo entre os dois reinos provocado pela demora na viagem de D. Constança, ou seja, a vinda de embaixadores do rei de França e outros senhores europeus à Península Ibérica a fim de proporem a participação dos reis de Castela, Aragão e Portugal numa grande cruzada que se estava planeando, é inserida na narrativa de acordo com critérios cronológicos (capítulos 142 – 143). No momento em que o Papa, preocupado com a situação de guerra entre dois reinos cristãos e suas possíveis consequências, envia uma embaixada a Afonso XI e Afonso IV com o fim de os levar à paz (capítulos 160 – 166), termina o texto da C1419 actualmente conhecido. As lacunas verificadas impedem-nos, por outro lado, de verificar a manutenção da C1344 como texto base do relato.

Constata-se, assim, a permanência, ao longo de toda a C1419, de dois grandes critérios de organização do discurso: o cronológico e o temático. Não deixa, apesar

disso, e como acima indiquei, de haver certa hierarquização entre eles, com predomínio do primeiro. É o que se verifica pelo facto de a maior parte do texto seguir uma ordenação cronológica das matérias e também por repetidas afirmações do compilador, que ora faz coincidir a ordenação do seu relato com a cronologia dos eventos narrados, ora justifica os momentos em que a clareza ou a pertinência narrativa o forçam a uma organização temática. Por exemplo:

«E, posto que estas cousas que disemos fosem feytas per espaço de tempo em vida del.rey dom Afonso, pero nós contamo.las aquy todas juntas porque pertemçem à estoria da tomada de Lixboa. E ora diremos outras cousas que acontecerom loguo seguinte, depois da tomada da dita cidade de Lixboa²⁹⁵»

«E ouve el.rey dom Sancho quynze filhos e filhas, convem a saber, xi lidimos e iiii bastardos. E, posto que os ouvesse por espaço de tempos em sua vida, pero nós pusemo.los aquy todos juntos por nos não torvarem depois a coronica²⁹⁶»

«Mas, porque no começo da estoria del.rey dom Denis faz menção como ele ordenou em seu regno estudo geral e tirou da sogeição de Castela a Ordem de Samtiago, e esto foy em esta sazão, porem diremos aqui brevemente como estas cousas foram feytas e depois como ordenou a ordem de Christos novamente e foy estabelecida em Portugal²⁹⁷»

«E esto dizemos aqui porque em esa sazão aconteceu²⁹⁸»

«E, não embargando que algũas destas cousas foram feytas por espaço e não no tempo em que as nós esprevemos, por não pormos aqui tudo junto por se entender melhor, e aguora diremos doutras cousas que aqueçerom em esta çezão, segimdo a estoria ordenadamente ata o acabamento del.rey dom Denis²⁹⁹»

«E el.rey mandou pôr em esprito totalas cousas que Gonçalo Ribeiro fez em sua terra por se não perderem de memoria, do qual nós, avemdo o trelado, as pusemos no tempo que acontecerom³⁰⁰»

(iii) Harmonização e clarificação textual

Uma vez dividido o texto da C1344 e insertas nele as porções textuais provenientes de outras fontes de acordo com critérios cronológicos e/ou temáticos, o redactor aplicou uma série de operações que transformaram esse conjunto num texto tanto quanto possível claro, coerente e coeso. Grande parte dessas operações foi herdada

²⁹⁵ CALADO, ed. (1998), p. 54.

²⁹⁶ CALADO, ed. (1998), p. 85.

²⁹⁷ CALADO, ed. (1998), p. 182.

²⁹⁸ CALADO, ed. (1998), p. 184.

²⁹⁹ CALADO, ed. (1998), p. 192.

³⁰⁰ CALADO, ed. (1998), p. 221.

da escola afonsina (como, aliás, sucede também com a adopção de um texto base e inserção nele de porções de diversa proveniência, segundo aqueles dois critérios), e podemos dividi-las em dois grandes grupos:

a) *Adição de glosas ou comentários*

Com vista à actualização de determinados factos, ou à explicitação de certos conceitos, o redactor foi adicionando algumas glosas e comentários ao texto oriundo das suas fontes, assim o tornando mais inteligível para o público coevo:

«ca a vista dos homens não se pode fartar esguardando comtra oriente os campos chãos e muyto avondosos de todo pam por espaço de cto lx estados. Onde saberês que çimquo pes fazem hum passo e cxxv passos fazem hum estado e biiiº estados, que som mil passos, fazem hũa milha, e ðÿ passos, que som tres milhas, fazem hũa legoa de tera³⁰¹.»

«o iffante mandou a dom Pero Paiz que fose pela oste e emcomendase a cada hum como avia de fazer porque em aquel tempo o alferez avia aquel poder que ora am os condestabres³⁰²»

«diserom alguns ao papa duodeçymo Benedito, que em aquele tempo estava em Avinhão³⁰³»

Há ainda um outro tipo de comentários funcionalmente destinados à inteligibilidade e/ou coerência do texto: trata-se dos momentos, ainda mais numerosos, em que o compilador, denunciando a incompletude, inexactidão ou inconveniência das suas fontes, acrescenta explicações e detalhes deduzidos do/apoiados no contexto ou, muito simples e terminantemente, sobrepõe a sua própria voz à voz delas. Alguns exemplos:

«e des que de Castela estava seguro que lhe nom faziam guera, esto por algũas razões que a estoria não declara³⁰⁴»

«E, posto que os anos de sua idade sejam postos em esprito em muytos livros per desvairadas guisas, porem nós com deligêmcia e cuidado trabalhamos de saber a verdade de cada hũa das cousas conteudas em este livro e achamos que forom noventa e hum anos³⁰⁵ [...]»

«Outras cousas muytas feas d.ouvir e de maravilhar muyto se afirmom que aquela gente fez naquela terra com avoreçada crueza, que, nom avendo nós delo comprida

³⁰¹ CALADO, ed. (1998), p. 35.

³⁰² CALADO, ed. (1998), p. 71.

³⁰³ CALADO, ed. (1998), p. 258.

³⁰⁴ CALADO, ed. (1998), p. 17.

³⁰⁵ CALADO, ed. (1998), p. 83.

çertidom, te leyxamos d.esprever. E ora asy fose que elas não fossem verdade, por tal que não fose necesayro de per nós serem recomtadas³⁰⁶»

«E não sabemos em que tempo casarom estes filhos, porem pareçem ser casados depois da morte de seu padre, segumdo os pouquos anos que ele vyveo³⁰⁷»

«E, posto que na coroniqua d.Espanha faça menção que el.rey dom Sancho chegou com estas gemtes atee Abul, pero não diz em ela nem achamos em nehũa das estorias que desto falom, peroo nos muyto trabalhamos por saber, como vierom e que fizeram quando entrarom pelo regno ou por que se tornarom tão asynha³⁰⁸»

«E, posto que em alguns livros seja conteudo que ele reynou xxiiiiº anos, e em outros xxbi, e todo he verdade, mas huns lhe contarom os anos de seu reinado os que vivera em Portugal, que forom xxiiiiº e mais não, e outros lhe derom dous que andara em Castela e asy disserão que reynara xxbi anos³⁰⁹»

«Huns contam que yom laa pera aver seu conselho que aviom de fazer, pois Sylves e Tavila erom tomados e os dous lugares que dito avemos, e alguns outros dizem que yom a vodas, peroo mais rezoada cousa parece que elas yom a casamentos, porquanto os mouros d.Aljazur os sayrom a receber a hums lavrados a hũa legoa do lugar³¹⁰ [...]»

«E mais arrezoadada cousa parece, em durando a guera entre estes senhores, fosem escolheitos dous ou tres juizes que os tirasem de suas contendadas ante que as ouvesem que escolherem hum juiz soo, como quer que asy fora mais proveitoso³¹¹»

«E presume.se que a mostrou a seu padre e que por conselho dele espreveo a el.rey de Castela, em reposta, a carta seguinte³¹²»

E, pelo menos num caso, a intervenção do compilador vai ao ponto de tomar posição perante os acontecimentos narrados. Trata-se da guerra civil entre D. Dinis e o Infante herdeiro, D. Afonso, em que as atitudes do rei são claramente justificadas e as do Infante vilipendiadas:

«[...] pola qual rezão lhe ele devera de ser muito omildozo. Ele, não embargando todo esto, foy.lhe senpre mui desobediente em muytas cousas que devera de ser pelo contrario. Mas, porque, segundo ley de Deos, os filhos são teudos de obedecer aos pais, e este não foy asy, nós quyseramos escusar de poer aqui na estoria suas deligençias se nos não constranjera neçesidade dos muytos estoriadores que as já puserom em seus livros, assy que, poes elas caladas sejam per nós e não se perdem porem de memoria, convem que contemos aqui o desvairo que ele ouve com seu padre, o qual diremos melhor e mais çerto que ne(n)hum dos que esto espereverom

³⁰⁶ CALADO, ed. (1998), p. 87.

³⁰⁷ CALADO, ed. (1998), p. 105.

³⁰⁸ CALADO, ed. (1998), pp. 132-133.

³⁰⁹ CALADO, ed. (1998), p. 141.

³¹⁰ CALADO, ed. (1998), p. 159.

³¹¹ CALADO, ed. (1998), p. 178.

³¹² CALADO, ed. (1998), p. 222.

que ante nós foram, e esto porque as cousas em ele conteudas a alguns não pareçom graçiosas de ouvir porque sam muito d.estranhar³¹³»

«Tres rezões achamos çertamente que moverom ho iffante dom Afonso a ser desobediente a seu padre, segundo vereis ao diante, e nenhũa delas porem não he razoada [...]. Pero nehũa destas cousas não era aguisada per muitas rezões que não curamos de dizer³¹⁴»

Estes dois últimos conjuntos de exemplos são particularmente interessantes, pois mostram, com clareza, que o compilador adopta uma atitude de exame das fontes, criando uma razão formalizante que assume a responsabilidade pelo discurso produzido. É um aspecto em que a C1419 se afasta da C1344, aproximando-se, no entanto, de outras produções da escola afonsina, designadamente da chamada «Versão Crítica da *Estoria de España*³¹⁵».

b) Justaposição de versões contraditórias

Várias vezes, o redactor limita-se, porém, a notar a existência de versões contraditórias, justapondo-as sem optar por (nem comentar) nenhuma delas:

«E huns contom que mandou poer o filho em terra e que o levassem a seu padre, dizendo que nunca com ela iria cousa que sua fosse. E outros dizem que lho mandou ela depois que foy em sua tera, asy que o moço foy trazido a seu padre e sayo mui bom cavaleyro e era muito amado del.rey e dos cavaleyros e foy casado com hũa filha do iffante dom Pedro de Castela³¹⁶ [...]»

«Da Albofeira não conta a estoria çertamente em que guisa foy ganhada porque huns dizem que, depois que Paderna e outros lugares foram ganhados, que os mouros foram Albufeira, os outros contão que a ganhou dom Lourenço, mestre d.Avis³¹⁷»

«[...] mas a desventura, que negou aos portugueses ho vemçimento da batalha, fez, como alguns esprevem, que se alevantou vento contrayro, o qual foy azo de as gales de Castela ho cobrarem melhor sobre as outras. Outros dizem que³¹⁸ [...]»

(iv) Elaboração de uma macroestrutura

³¹³ CALADO, ed. (1998), p. 193.

³¹⁴ CALADO, ed. (1998), p. 193. Seguem-se três dessas «rezões».

³¹⁵ A atitude explicitamente mais interventiva da Versão Crítica da *Estoria de España* (ou *Crónica de Veinte Reyes*) em relação às suas fontes foi já notada, por CINTRA (2009), I, pp. CCLXXI - CCLXXV e CCCXVII-CCXCVIII.

³¹⁶ CALADO, ed. (1998), p. 144.

³¹⁷ CALADO, ed. (1998), p. 160.

³¹⁸ CALADO, ed. (1998), p. 256.

Finalmente, o texto foi sujeito a uma pauta macroestrutural. Os episódios foram agrupados em segmentos coincidentes com os sucessivos reinados, e cada reinado (excepto o de D. Afonso Henriques, pelo facto de os seus primeiros feitos terem ocorrido não sendo ele rei³¹⁹) obedece a uma estrutura típica: em primeiro lugar, a notícia da elevação ao trono e um resumo dos principais feitos e características do monarca em questão; seguidamente, a narração dos seus feitos e/ou de feitos ocorridos durante o seu governo, de acordo com os dois grandes critérios já referenciados, o cronológico e o temático; finalmente, a morte do rei em causa. Cada reinado foi, além disso, dividido em capítulos titulados, e as epígrafes iniciais (excepto no caso de D. Afonso I, pela razão exposta) revelam uma formulação típica: «Do reinado de D. Fulano, n [ordinal] rei de Portugal e de x [assuntos com ele relacionados]». A atribuição destas divisões ao próprio redactor (e não a um hipotético processo de transmissão manuscrita) é garantida tanto pela coincidência entre C e P, como por afirmações contidas no próprio texto da Crónica:

«Comtado avemos ante desto em seu lugar, no reynado del.rey dom Afonso Anriquez³²⁰»; «Ja disemos, no capitulo antes deste³²¹»; «Comtado avemos no capitulo antes deste³²²»; «Comtado avemos no capitulo d.ante este³²³»; «no começo da estoria del.rey dom Denis faz menção³²⁴»; «segundo contamos em seus lugares nos capitulos ante deste³²⁵»

Verifica-se, assim, que cada reinado revela uma certa autonomia³²⁶, que não chega, contudo, a pôr em causa a unidade da obra. Poderá dizer-se que a C1419, partindo da retoma e ampliação da C1344, redefiniu horizontes até os fazer coincidir com as fronteiras do reino de Portugal; elegeu a sucessão dos seus reis como princípio ordenador da História; e concebeu cada reinado como uma unidade relativamente autónoma e digna de valorização *per si*. Ao modelo «Crónica Geral de Espanha» preferiu o modelo «Crónica Geral do Reino», ao mesmo tempo que abria caminho para

³¹⁹ Recorde-se, por outro lado, que o princípio e o fim do reinado de D. Afonso IV não nos são conhecidos.

³²⁰ CALADO, ed. (1998), p. 98.

³²¹ CALADO, ed. (1998), p. 103.

³²² CALADO, ed. (1998), p. 136.

³²³ CALADO, ed. (1998), p. 161.

³²⁴ CALADO, ed. (1998), p. 182. Trata-se de uma referência intratextual.

³²⁵ CALADO, ed. (1998), p. 267.

³²⁶ Este aspecto foi, como vimos na secção anterior, primeiro realçado por L. Cintra (in BASTO, 1960, pp. 553-554), servindo como argumento a favor da autoria de Fernão Lopes, dada a semelhança de procedimentos entre a C1419 e as Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João quanto a este aspecto.

o modelo «Crónica Real», de forma análoga ao que, como vimos, ocorrera em Castela sete décadas antes.

A perspectiva nacionalizante e a relativa autonomia de cada reinado explicam, por outro lado, que a C1419, ao mesmo tempo que, por intermédio da C1344, incorporava muitos dos processos da escola afonsina, tenha rejeitado ou refuncionalizado outros³²⁷. Foram rejeitadas a macroestrutura analítica e a sincronização dos factos narrados de acordo com um sistema de senhorios; foram refuncionalizadas pelo menos as expressões do tipo «desdel [n] año del reinado de [x] fasta los [n] años non fallamos ninguna cosa que de contar sea que a la estoria de España pertenesça salvo que...», que na *Estoria de España* suportavam a macroestrutura analítica, mas na C1419, que abandonou essa forma de organização textual, se destinam unicamente a fazer a transição entre episódios, sofrendo as necessárias adaptações:

«E porque des este tempo ataa que o corpo de Sam Vicemte foy trazido a Lixboa, nom achamos outra cousa que de contar seja, porem vos queremos aquy pôr e dizer como e em que guysa ele hy veyoo³²⁸»; «E porque, depois da tomada deste lugar ate morte deste rey dom Afonso, que pasaron seis anos, nom achamos cousa que ele nem outrem fizese no regno que de contar seja, salvo que³²⁹...»

2. A C1419: fontes e estratégias.

Depois de situar a C1419 em determinada tradição redactorial e de identificar os seus **processos** globais de construção, a minha atenção voltar-se-á para os **significados** que dessa construção emergem. Continuarei seguindo a formação da obra, mas agora debaixo de uma perspectiva mais especificamente discursiva e semântico-ideológica. Estudarei, assim, a forma como a C1419 usou as suas fontes hoje conhecidas e claramente identificáveis (que manteve, que omitiu, que modificou e com que sentidos o

³²⁷ É possível que, para além destas razões, tenha influído também na C1419 o que chamaria de «força da tradição». Verifica-se, com efeito, este interessante dado: a *Estoria de España* sujeitou o discurso cronístico ao modelo analítico e, a partir dela, todas as Crónicas régias castelhanas até finais do século XV (Fernán Sánchez, Ayala, etc.) seguiram esse modelo; mas em Portugal, as Crónicas régias da Idade Média e princípios do Renascimento seguem outro modelo, o qual implica basicamente, e com pequenas variantes, a narração cronológica dos feitos ocorridos em determinado reinado antecedida por uma súpula das principais realizações do monarca em causa (é o que Fernão Lopes apelida de «bondades»), bem como do seu casamento e descendência. A prática foi criada (tanto quanto estas coisas o sejam), em Portugal, pela *Primeira Crónica Portuguesa*, e daí foi passando de Crónica régia em Crónica régia, até Rui de Pina e Duarte Galvão, incluindo também a C1419. Pensarei ocupar-me mais detalhadamente deste assunto noutra ocasião.

³²⁸ CALADO, ed. (1998), p. 64.

³²⁹ CALADO, ed. (1998), p. 113.

fez), discutindo, num segundo momento, um conjunto de textos cuja relação com a obra quatrocentista se revela problemática e está sujeita a debate; finalmente, resumirei as conclusões obtidas, circunscrevendo as ideias chave da Crónica. Torna-se, entretanto, necessário deixar alguns esclarecimentos prévios.

Na grande maioria dos casos, subsiste apenas um testemunho das fontes da C1419 actualmente passíveis de identificação, mas de algumas delas escaparam à voragem do tempo diferentes manuscritos e, até, diferentes versões. Estes últimos casos obrigam, sempre que possível e a bem do rigor analítico, a uma ponderação prévia, que é a de saber de qual das versões existentes terá derivado o texto da C1419, pois só assim poderemos evitar interpretar como inovações do seu redactor certos aspectos que podem, muito simplesmente, ser consequência da consulta de uma versão específica (ou de um manuscrito específico) de determinado texto; e é também possível, em algumas circunstâncias, postular ou suspeitar um conhecimento indirecto e mediado de determinada obra por parte da C1419. Mas em relação às fontes em que, pelo contrário, não há elemento algum que permita equacionar um destes cenários, *partirei sempre do principio* de que as modificações verificadas entre o seu texto e o da C1419 se devem a intervenções do autor desta obra. Estas diferenças explicam que em alguns casos me detenha inicialmente na elucidação de problemas estemáticos, e noutros não.

Dividi, por outro lado, as fontes da C1419 actualmente passíveis de identificação em três categorias, de acordo com a importância relativa que assumem para a estruturação do discurso. Assim, «fonte estrutural básica» é o texto a partir do qual se organizou toda a crónica (e já vimos tratar-se da C1344); «fontes estruturais suplementares» são os textos que cumprem a mesma função a respeito de determinado episódio (por exemplo, o *De Expugnatione Scalabis* é o texto em que assenta a tomada de Santarém); e «fontes secundárias» são os textos que foram usados unicamente como complemento da «fonte estrutural básica» e/ou das «fontes estruturais suplementares», fornecendo informações suplementares ou permitindo corrigir e precisar determinados aspectos das fontes principais. Trata-se de uma divisão meramente funcional e narrativa, que não implica quaisquer considerações semânticas nem, e muito menos, valorativas, até porque, como veremos, nem sempre a lição das fontes principais foi aquela que o redactor de 1419 reteve. Dentro dessas três categorias, analisarei o aproveitamento de cada uma das fontes de acordo com a ordem pela qual o seu texto foi aproveitado pela C1419, excepto no caso das fontes documentais, cuja especificidade me levou a estudá-las em conjunto.

2.1. Fonte estrutural básica: a C1344

Fruto do labor historiográfico de Pedro Afonso, terceiro Conde de Barcelos e filho bastardo de D. Dinis, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, um dos mais extensos de entre os primeiros textos originais em língua portuguesa, foi, sem surpresa (e como vimos), a obra que o redactor da C1419 usou como fonte estrutural do seu relato. Sem surpresa, porque a crónica de D. Pedro, mau grado o espaço ainda relativamente escasso nela concedido aos reis de Portugal (e também apesar de um hispanismo ideológico pouco consentâneo com a visão progressivamente nacionalizante do discurso historiográfico de quatrocentos), tinha a vantagem de apresentar um texto organizado e pode dizer-se que coerente em que facilmente se podiam ir agregando informações ou episódios provenientes de outras fontes. Para além disso, redigida que fora por um filho de rei, não seria difícil aos meios letrados da corte régia de inícios do séc. XV ter acesso a pelo menos uma cópia dela.

Precisamente neste ponto começam, porém, as dificuldades da análise do uso da C1344 pela C1419, uma vez que a tradição manuscrita da obra de D. Pedro que até nós chegou se revela especialmente imbricada na secção em que se inclui a história dos reis de Portugal. Recordemos os dados nesse sentido apurados por Lindley Cintra.

De acordo com as conclusões deste investigador, os manuscritos da C1344 actualmente conhecidos poderão dividir-se em três grandes grupos, consoante a redacção a que pertençam. Assim:

- (i) Da redacção primitiva, única verdadeiramente da autoria do Conde de Barcelos, apenas subsistem um manuscrito relativamente íntegro (M³³⁰) e um outro, fragmentário (E³³¹), que abrange somente uma pequena parte da secção dedicada à história da Península Ibérica anterior à reconquista; M, por sua vez, termina truncado no princípio do reinado de D. Afonso VII de Castela e Leão; conseqüentemente, *não se conhece um único manuscrito da redacção original que inclua os reis de Portugal*; apesar da forma defeituosa com que nos chegou esta redacção, Cintra julga, creio que com razão, que ela terminaria com um prolongamento da história dos reis de

³³⁰ Ms. 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca (finais do séc. XV), que representa uma tradução castelhana. Descrição em CINTRA (2009, I) e CATALÁN e ANDRÉS, ed. (1970).

³³¹ Descrição em CINTRA (2009, I), autor que pela primeira vez o adjudicou correctamente à C1344.

Castela e Leão desde D. Afonso X até D. Afonso XI (mais concretamente, até à batalha do Salado), semelhante à que se encontra em alguns dos manuscritos da segunda redacção desta crónica;

- (ii) Algures pelos finais do séc. XIV, e plausivelmente também em língua portuguesa, o texto original da Crónica foi alvo de uma refundição cuja face mais visível foi a substituição da parte inicial³³² (genealógica e universalista) da primeira redacção por um texto basicamente constituído por extensas secções – incluindo o prólogo – retiradas da *Estoria de España* de Afonso X; esta redacção teve muito maior difusão que a primeira, e dela preservam-se vários manuscritos, tanto em língua portuguesa (C, L), como castelhana (S, U, V³³³);
- (iii) Por último, haverá que considerar ainda uma terceira redacção, representada por um manuscrito em língua portuguesa (P), do qual se foram tirando algumas cópias que ainda sobrevivem (Li, Ev³³⁴). As suas principais características são o prolongamento da história dos reis de Portugal até o reinado de D. Afonso V (mais concretamente, até cerca de 1460), e um constante trabalho de abreviação do texto da segunda redacção³³⁵;

Uma primeira questão a resolver é, portanto, a de saber qual das redacções da C1344 foi usada pelo redactor da C1419 (dúvida que, na prática, e dada a cronologia da terceira redacção, envolve apenas o texto primitivo e a sua refundição). É claro que, não subsistindo qualquer testemunho directo da versão original de D. Pedro nos capítulos consagrados aos reis de Portugal, a averiguação não poderá senão fazer-se indirectamente; e é também verdade que, a julgar pelo comportamento da segunda redacção nas secções que ela deixou estruturalmente intocadas da primeira (que são todas de Ramiro I em diante), não é crível que tenham sido muito numerosas as

³³² Ou seja, tudo o que antecede o reinado de Ramiro I, ponto a partir do qual a primeira redacção contava já com um manuscrito da *Estoria de España*. Da parte anterior a esse rei, apenas a matéria oriunda da *Crónica do Mouro Rasis* e uma ou outra passagem genealógica foram preservadas pelo refundidor de finais do séc. XIV. Porque tudo isto é assunto alheio à presente dissertação, limito-me a estas indicações gerais. As diferenças estruturais entre a primeira e a segunda redacção da C1344 acham-se muito bem detalhadas em CINTRA (2009, I), pp. XXIX-XL; um útil quadro sinóptico de ambas em DIAS (2003), pp. 455-519.

³³³ Descrição de todos eles em CINTRA (2009, I) e CATALÁN e ANDRÉS, ed. (1970).

³³⁴ Descrição de todos estes manuscritos em CINTRA (2009, I) e CATALÁN e ANDRÉS, ed. (1970).

³³⁵ Não obstante, está ainda por realizar um cotejo pormenorizado entre ambas estas redacções.

diferenças entre o texto primitivo e a refundição na parte que aqui nos interessa. Sem embargo, a questão acha-se pertinentemente justificada por duas razões. Em primeiro lugar, porque (e temos aqui um caso concreto do princípio geral que há pouco enunciei), circunscrevendo até onde seja possível as características do texto da C1344 usado pela C1419, estaremos em melhores condições para analisarmos a forma como aquela foi usada por esta, evitando interpretar como *inovações* ou *especificidades*³³⁶ da C1419 certos aspectos que podem, na realidade, ter sido muito simplesmente herdados do texto da sua fonte tal qual o conheceu o redactor do séc. XV. Depois, pelo que isso nos permitirá compreender do tipo de trabalho operado pelo refundidor da C1344 nas partes de que se desconhecem presentemente testemunhos directos da versão primitiva. Procuremos, então, e antes de mais nada, averiguar se o manuscrito da C1344 manejado pelo cronista de Avis continha uma cópia do texto original dessa crónica, ou já uma cópia da sua refundição³³⁷.

2.1.1. A C1419 e as duas redacções da C1344

A questão foi já tratada por Lindley Cintra, ainda que de forma não muito desenvolvida, especialmente no VI e último capítulo da sua tese, destinado a traçar a evolução da historiografia portuguesa até princípios do séc. XV. Aí, o investigador português, ponderando as relações entre a C1419 e a C1344³³⁸, chegava a duas conclusões aparentemente contraditórias. Com efeito, depois de defender que a *Crónica de Portugal* manejava a segunda redacção da *Crónica de Espanha* – facto que inclusivamente considerou como um argumento para situar a feitura dessa redacção algures pelos finais do século XIV³³⁹ –, viria a sustentar que o cronista de quatrocentos teria baseado o seu texto não na segunda, mas na primeira redacção da *Crónica Geral*³⁴⁰, única, como vimos, atribuível ao Conde de Barcelos. Esta última opinião chegou a ser acolhida por Diego Catalán³⁴¹, mas sem que o ilustre investigador tenha precisado as razões da sua concordância, nem que ninguém, depois dele, tenha voltado

³³⁶ Uso estes termos para me referir a passagens que constam de determinado texto, mas não da fonte presumível desse texto.

³³⁷ Retomo e amplio, a partir deste ponto, o que expus em MOREIRA (2009a).

³³⁸ A partir daqui, farei uso das siglas empregadas por DIAS (2003), apelidando a primeira redacção da *Crónica* de «1344a», e a segunda de «1344b».

³³⁹ CINTRA (2009, I), p. XL. Em nota, Cintra remete, porém, para as páginas finais do seu estudo, sugerindo a ideia de que o redactor da C1419 tenha tido acesso a ambas as redacções da C1344.

³⁴⁰ CINTRA (2009, I), p. CDVII, nota 244.

³⁴¹ CATALÁN e ANDRÉS, ed. (1970), p. XXXVIII e nota 27.

ao assunto. Torna-se, portanto, necessário proceder a uma cuidadosa revisão e ponderação dos factos.

a) a IV^a Crónica Breve, a C1344 e a C1419

Não são particularmente claras as razões que terão levado Cintra a postular, inicialmente, que a C1419 derivaria de 1344b³⁴². Em contrapartida, sabemos o que o terá levado a mudar de opinião:

« [...] o cronista de 1419, em lugar de tomar como base o texto da segunda, da mais recente redacção da Crónica de 1344, partiu da primeira. Só assim se pode explicar um facto que uma simples comparação de certos trechos da Crónica de 1419 [...] com os textos correspondentes da segunda redacção da Crónica de 1344 e com os da IV^a Crónica Breve facilmente revela: o texto de 1419 aproxima-se mais, aqui e além, da IV^a Crónica Breve do que da segunda redacção da Crónica Geral, sem deixar no entanto de incluir passos que a primeira não abrange. Isto nos faz remontar a um texto intermediário que não pode deixar de ser o da primeira redacção da Crónica»³⁴³

Tenhamos em atenção que, conforme o próprio Cintra demonstrava no mesmo estudo, a história dos reis de Portugal contida na chamada *IV^a Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*³⁴⁴ foi a principal fonte da C1344 no que a essa matéria diz respeito, sendo isso que lhe permite – e bem – considerar o fragmento crúzio como uma peça importante no que toca ao estabelecimento das relações entre a Crónica devida a D. Pedro e a de 1419.

Todavia, e decerto porque o assunto não deixava de ser algo lateral no seu estudo, a verdade é que o saudoso medievalista não foi particularmente concreto nas suas conclusões, limitando-se a indicar uns poucos de trechos onde se verifica que o texto da C1419 está mais próximo do da *IV^a Crónica Breve* que do de 1344b³⁴⁵.

³⁴² Terá influído no seu raciocínio o facto – para o qual chama explicitamente a atenção – de o mais antigo dos manuscritos portugueses da segunda redacção omitir a História de Portugal com a expressa intenção de a incluir, por separado, no final da Crónica, o que, no entanto, não veio a acontecer. Cf. CINTRA (2009, I), pp. CDII - CDV.

³⁴³ CINTRA (2009, I), p. CDVII, nota 244.

³⁴⁴ Esta *IV^a Crónica Breve* poderá considerar-se um prolongamento trecentista da *Primeira Crónica Portuguesa*, obra anterior a 1282 (MOREIRA, 2008, na sequência de CATALÁN, 1962). Como é evidente, foi do original desse texto do século XIV, ou de alguma sua cópia, que se socorreu o Conde de Barcelos. Mantenho a designação *IV^a Crónica Breve* para que seja facilmente identificável o texto a que me estou reportando.

³⁴⁵ CINTRA (2009, I), p. CDVII, nota 244.

Convém, portanto, atentar pormenorizadamente na relação entre as três crónicas mencionadas, explicitando e ampliando as palavras de Lindley Cintra.

O cotejo entre 1344b e a *IV^a Crónica Breve* revela-nos que, para além de diferenças mais ou menos de pormenor, a *Crónica Geral de Espanha* acrescentou à matéria vinda da sua fonte diversos episódios, sobretudo nos reinados de Afonso Henriques (feito de Egas Moniz; o rei português despindo-se e mostrando as feridas do seu corpo ao legado do papa; reunião do rei com os seus homens antes da conquista de Santarém; fuga do alcaide desta cidade...), e Sancho II (episódio de Trancoso), para além de ter expandido enormemente o reinado de D. Dinis e de ter esboçado o de D. Afonso IV. Atendendo às características dos relatos dos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV (com certeza devidas ao envolvimento pessoal do Conde de Barcelos em muitos acontecimentos da época), bem como à visível dependência genérica dos relatos dos cinco primeiros reinados em relação ao texto da *IV^a Crónica Breve* – que aliás já tinha sido a fonte principal do *Livro de Linhagens* do Conde para a mesma matéria –, podemos admitir com segurança que 1344b não se afastou muito do conteúdo de 1344a no que à História de Portugal diz respeito. Por outro lado, todas as novidades que 1344b apresenta face à *IV^a Crónica Breve* encontram-se igualmente, e pela mesma ordem, na C1419, o que nos garante que a C1344, em alguma das suas redacções, foi uma das suas fontes principais, conforme, de resto, o próprio cronista parece explicitamente afirmar em vários casos³⁴⁶.

No entanto, quanto à redacção, o seu texto afasta-se frequentemente de 1344b, aproximando-se antes da *IV^a Crónica Breve* ora no que concerne à amplificação/redução estilística das frases mediante ligeiros acrescentos/abreviações, ora no que diz respeito ao uso do discurso directo. Por exemplo:

IV^aCrónica Breve³⁴⁷

1344b³⁴⁸

Crónica de 1419³⁴⁹

«E morreu o conde Dom Anrique, <i>ante este prazo dous meses e cinco dias</i> , em	«E, depois que [D. Henrique] ouve castigado o filho destas cousas e doutras	«depois que [D. Henrique] ouve castigado seu filho destas cousas e doutras que
--	---	--

³⁴⁶ «A cronica d.Espanha conta que el.rei dom Affonso o 5º...» (CALADO, ed. 1998, p. 3); «segundo se conta na cronica d.Espanha...» (CALADO, ed. 1998, p. 3); «E, posto que na coroniqua d.Espanha faça menção...» (CALADO, ed. 1998, p. 132), etc. Todas estas remissões encontram-se efectivamente na *Crónica de 1344*.

³⁴⁷ Uso a edição de PEIXOTO, ed. (2000), destacando a itálico as passagens em que esta crónica diverge de 1344b, aproximando-se da *Crónica de 1419*.

³⁴⁸ Uso a edição de Cintra (2009, IV).

³⁴⁹ Uso a edição de CALADO, ed. (1998), destacando a itálico as passagens em que esta crónica diverge de 1344b, aproximando-se da *IV^a Crónica Breve*.

Astorga. E ante que morresse chamou seu filho Dom Afonso Anriques [...]» [pág. 111]	muytas que aquy no dizemos, morreo.» [pág. 214]	aqui não disemos, <i>amte dous meses e cimquo dias que o prazo da vila de Lyam fose acabado</i> , moreo ele» [pág. 9]
«Conde, vosco quero entrar na[s] azas, e haveredes que fazer polo meu amor. <i>E todavia prendede Afonso Henriques, meu filho, ca melhor poder tēedes ca ele</i> » [pág. 112]	«Conde, cōvosco quero hir na aaz e averees que fazer por meu amor!» [pág. 216]	«Convosco quero eu ir na az e averês que fazer mais polo meu amor, <i>e todavia trabalhay muyto por prender-des o primcepe dom Afonso Amriquez, meu filho, que mayor poder temos que ele</i> » [pág. 10]
«Afonso Henriques tomou dous castelos a sa madre, e ùu foi Névia, e o outro o castelo da Feira, <i>que é em terra de Santa Maria</i> » [pág. 111]	«E elle [Afonso Henriques], quando este vyo, furtoulhe dous castellos: hũu foy Nevha e outro o castello da Feira» [pág. 216]	«[Afonso Henriques] furtoulhe dous castelos e hum deles foy Neiva e o outro foy o castelo da Feyra, <i>que he em Terra de Santa Maria</i> » [pág. 10]
«Nom andemos em este preito, ou iredes vós migo a Galiza ou leixaredes a terra a vosso filho, se mais puder ca nós» [pág. 112]	«Nõ nos faz mester de pallavras, ca ou leyxa-remos a terra a vosso filho, se mais poder que nós, e hiremos en Galiza, ou de todo ficaremos ã Portugal» [pág. 217]	«Nom andemos em este preyto, mas ou vós iredes comiguo pera Galiza ou leyxaredes a terra a vosso filho se mais puder que vós» [pág. 10]
«”E teu padre como há nome?” El el disse: “Senhor, Soleima.” E el.rei lhe disse: “És boo clérigo?” Disse el: “Senhor, nom há milhores dous na companhia”» [pág. 113]	«El rey, por que o vyo assy negro, preguntoulhe por o nome de seu padre e elle lhe disse que avya nome Çolleyma. E el rey lhe perguntou se era boo clerigo ou se sabia bem o officio da egreja. E elle lhe disse: “Senhor, nõ há ã Espanha dous que o melhor saybham que eu”» [pág. 226]	«”E teu padre como avia nome?”. E ele lhe respondeo: “Avya nome Soleyma”. E el.rey lhe dise: “Es bõo cleriguo ou sabes bem ho ofiçio da igreja?” E ele respondeo: “Nom há milhores dous nas Espanhas nem que o melhor sayba que eu”» [pág. 28]
«E andava en ùa <i>carreta</i> [...]» [pág. 117]	«E sempre se des ally ã diante fez trager ã andas e ã collos d’homês. E assy ãdou toda sua vida.» [pág. 236]	«[...] mes andou sempre <i>em caro</i> , como soyom andar os reys amtuamente, e algũas vezes em andas e em colos d.omens» [pág. 62]
«E disse o apostólico: “Qual rei quiserdes filhar tal filhade, que seja natural do regno e que saiba fazer justiça» [pág. 118]	«E elle disse que qual governador elles entendessen por prol da terra que lho daria» [pág. 239]	«Entam o papa lhe dise: “Tomade por regedor qual entenderdes que sera melhor pera a terra, contamto que seja naturall do regno” [pág. 125]

Tal situação leva-me a admitir que a obra de inícios do século XV usou um texto intermédio entre as outras duas, circunstância que talvez bastasse para aderir à segunda das opiniões que Cintra emitiu no seu estudo, considerando a C1419 em parte derivada de 1344a, o que muito provavelmente faz dela a única crónica portuguesa com essas características. Não obstante, julgo conveniente proceder à ponderação de uma hipótese que, conquanto não tenha ocorrido a Cintra, talvez pela sua escassa plausibilidade, não deixa de poder ser encarada: a de que o cronista de 1419 tenha usado na feitura da sua obra tanto 1344b como o texto da crónica representada pela *IV^a Crónica Breve*, o que poderia ser uma explicação alternativa para as passagens em que a crónica de quatrocentos se aproxima do fragmento crúzio. Convenhamos que não deixaria de ser uma solução o seu tanto insólita, que nos obrigaria a imaginar o compilador de 1419 manejando consistentemente uma fonte que todavia, e vá-se lá saber porquê, abandonaria para seguir uma outra, precisamente em episódios que constavam da sua fonte principal. A questão pode, porém, ser levantada. E tem, ainda, como interesse adicional, o facto de nos permitir equacionar desde já a possível relação existente entre o texto da *IV^a Crónica Breve* e a C1419. Sucede, com efeito, que ao longo do tempo, digamos que de Costa Pimpão³⁵⁰ a Teresa Amado³⁵¹, tem sido afirmado ou sugerido que a pequena crónica copiada pelos crúzios foi uma das fontes da obra de inícios do séc. XV, sem que, todavia, e tanto quanto sei, o facto tenha sido consistentemente averiguado. Consideremos, então, esse problema.

b) A *IV^a Crónica breve*, fonte da C1419?

A afirmação ou a sugestão da dependência parcial da C1419 face ao texto da *IV^a Crónica Breve* deve-se provavelmente às passagens nas quais o texto da crónica de quatrocentos se aproxima muito do do fragmento de Santa Cruz, algumas das quais já tive ocasião de transcrever. Simplesmente, essas são passagens cuja matéria coincide com 1344b, de modo que a coincidência entre a C1419 e a *IV^a Crónica Breve* pode muito bem ser explicada pelo uso, por parte do cronista de Avis, de um texto intermédio, que só pode ter sido 1344a. Para que o uso do texto da *IV^a Crónica Breve* pelo cronista de 1419 ficasse solidamente estabelecido seria necessário que se

³⁵⁰ PIMPÃO (1947), p. 249.

³⁵¹ AMADO (1999), p. 307.

verificasse na sua obra a existência de passagens exclusivas da pequena crónica copiada pelos crúzios, e mesmo assim haveria que ponderar a possibilidade de tais passagens remontarem a 1344a, que assim continuaria sendo a fonte da obra de quatrocentos, e terem sido omitidas pelo redactor de 1344b. Particularizemos o nosso raciocínio.

É verdade que há na C1419 passagens que são comuns a esta crónica e à *IV^a Crónica Breve* e que não se encontram em 1344b:

IV^a Crónica Breve

«E como el-rei Dom Afonso foi armado, em cima de seu cavalo, deu das esperoras ao cavalo, mui trigosamente. E, quando saiu pola porta, acertou a perna perante o ferrolho da porta. E tam rijo saía, que lhe quebrou a perna, e foi logo cair em ùu centeal. *E Dom Fernando Rodrigues, o castelão que o viu cair do cavalo, saía logo a dizê-lo a el-rei Dom Fernando: “Senhor, aqui jaz el-rei Dom Afonso, com ùa perna quebrada. E prendede-o, ca pouca gente tem ainda consigo”*. E ali o prendeu logo el-rei Dom Fernando» [pág. 116]

1344b

«Mas o que abriera a porta nõ colhera bem o ferrolho. E el rey levava o cavallo afficado das esporas, como aquelle que era o mais vallente e esforçado cavalleiro que se podia saber. Quando chegou aa porta, nõ se guardando daquelle ferrolho, topou o cavallo en elle de tam grande força que se britou a perna a el rey. E o cavallo steve para cayr em terra, pero foy fora e chegou aos seus. Mas, des que começarão a lidar, nõ o pode soffrer o cavallo, ca era chegado aa morte do grande golpe que dera no ferrolho, e leixousse cayr com elle. E cayulhe sobre aquella perna e britoulha toda. E os seus quiserõno levãtar e poer ã outro cavallo e nom poderom, ca era a perna britada pella coixa. E entom chegou el rey dõ Fernãdo e predeoho e muytos dos seus cõ elle» [pág. 235]

Crónica de 1419

«[...] e o cabo do ferolho da porta ficara fora, que o não abriera para dentro o porteyro quando abrio a porta, e o cavalo del.rey, como ya rijo, topou el.rey neele e quebrou-lhe a perna. Mas el.rey nom leyxou de chegar aos seus e, quando vio que se mesclavom com as outras gemtes, nom se pôde soportar que os nom ajudasse. E, pero levava a perna quebrada e o cavalo, como ya ferido da topada que dera na perna, não se pôde ter mais, cayo com el.rey em hum çenteal e cayo.lhe sobre a perna e quebrou.lha mais, e os seos nom no poderom alevantar nem poer no cavalo, pola perna que tinha quebrada. *E Fernão Rodriguiz, castelão, que o vio quando cayo, foy.o dizer a el.rey dom Fernando: “Senhor, aly jaz el.rey dom Afonso com hũa perna quebrada. Yde e prendede-o, ca melhor vo-lo deo Deos que eu nom cuidava que o nós achasemos”*. Antam el.rey, que se não podia levantar, e os seus, que erom pouquos e os outros muytos, ouve a ser tomado» [pág. 61]

«E [D. Afonso II] foi mui boo cristão no começo, e depois na cima foi peor. *E este rei*

«e este foy muy boo cristão logo no começo, mas depois nõ foy tam boo. E este casou

«e foy muy bõo christão no começo, mas depois não foy asy bõo, seguindo muito sua

Dom Afonso gaanhou Alcácer e outros lugares; e casou coa rainha Dona Orraca, filha d'el-rei D. Afonso, o que venceu a batalha do Muradal» [pág. 118]

com dona Orraca, filha del rey dõ Affonso de Castella, o que venceu a batalha das Naves de Tollosa» [pág. 238]

vontade, e avya ja tres anos que era casado com dona Uraca, filha del rey dom Afonso de Castela, o que vemço a batalha alem do porto do *Muradal*, açerqua do castelo que chamom as Noves» [pág. 104]
«em alguns livros é esprito que *este rey ganhou Alcaçer* aos mouros e nom diz mais nem aquelo em que jaz» [pág. 106]

«mais [D. Sancho II] houve maos conselheiros, e depois dali em diante nom foi justicoso, e saiu demandado da rainha Dona Biring[u]eira, sua tia, e casou-se com Micia Lopez» [pág. 118]

«Mas ouve maos conselheiros e leyxou de fazer justiça, em tal guisa que desperecia a terra e hia todo ã perdiçom, ca roubavã os caminhos e faziã todo dãpno na terra e elle nõ tornava a ello nõ hũa cousa. Casou este dõ Sancho com dona Meçia Lopez» [pág. 238]

«e depois, por sua synpreza e maos conselheyros, ya-se a tera toda a perder, fazendo-se todo mal em ela, e *sayo.se do mandado da raynha Berengena, sua tya*, e casou.se com dona Meçia Lopez» [pág. 119]

Mas nestes casos, e tal como sucedia nas divergências de cariz mais estilístico que atrás aponteí, as *inovações* de 1419 surgem em passagens cuja fonte foi, sem dúvida, uma das redacções da *Crónica de 1344*, e isso obriga-nos a equacionar a possibilidade de tais *inovações* derivarem de 1344a, a qual, assim, estaria mais próxima do texto da *IVª Crónica Breve* – sua fonte principal – do que 1344b.

Será altura de lembrarmos que, pese embora a afirmação generalizada de que a partir do reinado de Ramiro I (ou seja, a partir do momento em que a fonte passa a ser, directa ou indirectamente, a *versão amplificada de 1289 da Estoria de España*) o redactor de ca. 1400 se teria limitado a transformações estilísticas³⁵², a verdade é que ainda faltam estudos que o comprovem satisfatoriamente. Investigações recentes têm inclusivamente mostrado como, mesmo em trechos que 1344b manteve de 1344a, as modificações introduzidas pelo refundidor são, por vezes, muito mais do que meramente formais³⁵³, pelo que nada impediria que também na história dos reis

³⁵² Afirmação originária de CINTRA (2009, I), p. XXXVIII. A «descoberta» e conceptualização da *versão amplificada de 1289 da Estoria de España* deve-se a CATALÁN (1962); os seus limites foram depois estabelecidos, de forma que me parece definitiva (pelo menos tanto quanto estas coisas o sejam), por BAUTISTA (2003).

³⁵³ Cf. FOURNIER (1995 e 2001), DIAS (2003) e FERREIRA (2006).

portugueses, de que muito azaradamente não subsiste nenhum testemunho da primeira redacção, não tivesse o refundidor apenas modificado o estilo da obra, permitindo-se certas alterações de fundo que, apesar de plausivelmente pouco numerosas³⁵⁴, não deixariam contudo de ser significativas.

Por outro lado, creio que a dependência parcial da C1419 face ao texto da *IV^a Crónica Breve* pode considerar-se muito duvidosa se tivermos em conta que o fragmento crúzio inclui determinadas informações que, atendendo aos hábitos do cronista de Avis, dificilmente ele deixaria de aproveitar, se as tivesse tido em conta. Um caso particularmente expressivo é o da descendência de D. Sancho I. Com efeito, a *IV^a Crónica Breve*, algo surpreendentemente, é de todas as antigas crónicas portuguesas a que fornece um elenco mais completo, correcto e pormenorizado da descendência deste rei³⁵⁵. 1344b omite os filhos bastardos³⁵⁶, ao passo que a C1419 fornece uma lista incompleta e um tanto confusa que, dada a concordância entre os manuscritos C e P, não pode ser apenas atribuível a uma hipotética degradação textual³⁵⁷. Ora, dado que esta crónica se preocupa constantemente em fornecer listas rigorosas da descendência dos reis, sendo os seus elencos quase sempre mais completos que o das suas antecessoras (a única excepção é esta de D. Sancho I), por que razão desaproveitaria a informação tão completa proporcionada pela *IV^a Crónica Breve*? A resposta mais provável é que não a aproveitou porque a desconheceu.

Caso semelhante, embora mais complexo, é o da identificação da personagem que veio de Castela auxiliar o agonizante D. Sancho II. Na *IV^a Crónica Breve* essa personagem é correctamente indenticada como sendo o «ifante Dom Afonso, filho d'el-rei Dom Fernando de Castela e de Leam»³⁵⁸. Em 1344b é um vago «iffante dom Affonso»³⁵⁹, e na C1419 passa a ser «dom Afonso de Vilhena»³⁶⁰, tio de Afonso X, a quem a Crónica supõe já rei quando Sancho resolve ir a Castela pedir auxílio contra a

³⁵⁴ Recorde-se o que atrás dizia sobre a dependência de muitas passagens de 1344b em relação ao texto da *IV^a Crónica Breve* e sobre as especiais características dos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, factos que nos garantem a fidelidade genérica do redactor de ca. 1400 ao texto do Conde de Barcelos.

³⁵⁵ PEIXOTO, ed. (2000), pp. 117 e 118.

³⁵⁶ CINTRA (2009, IV), p. 237.

³⁵⁷ CALADO, ed. (1998), p. 84 e 85.

³⁵⁸ PEIXOTO, ed. (2000), p. 118.

³⁵⁹ CINTRA (2009, IV), p. 239.

³⁶⁰ CALADO, ed. (1998), p. 132. A lição do manuscrito P, «Dõ Affonsso de Molina», é talvez preferível. Rui de Pina, que, segundo lá mais para a frente procurarei demonstrar, terá tido acesso a um manuscrito da C1419 mais próximo do texto de P do que do de C (embora naturalmente mais antigo e completo), substituiu correctamente Afonso X por Fernando III e regista «Da quaal couza prouve ha ElRey Dom Fernando, e pondoa em obra ordenou logo pera vir ha Portugal ho Ifante Dom Affonso de Molina, seu irmão» (PINA, 1977, págs. 140-141). O infante em causa é, além de irmão do Rei Santo, pai da Rainha Maria de Molina e avô de Fernando IV.

falange do irmão. Que estes erros decorrem da consulta de fontes hoje desconhecidas³⁶¹ e não de arranjo premeditado do cronista, vê-se claramente pelo facto de, ao terminar o reinado de D. Sancho II, ele nos informar de que ao tempo em que este rei morria em Toledo, «tomou aos mouros o muy noble rey dom Fernando de Castela e de Lyão a çidade de Sevilha»³⁶², assim contradizendo o que capítulos atrás dissera sobre quem reinava em Castela quando o rei português foi deposto. É uma contradição típica da imperfeita justaposição de fontes e, sendo assim, pergunta-se por que não se reflectem no seu texto as informações que a este respeito dava a *IVª Crónica Breve*. Uma vez mais, porque é provável que o cronista de quatrocentos não tenha usado o texto do fragmento crúzio.

Um único caso, que propositadamente deixo para o fim, poderia ser invocado como sinal aparentemente decisivo da dependência parcial da C1419 em relação ao texto da *IVª Crónica Breve*. Aludo ao relato da miraculosa fundação do mosteiro de Alcobaça no contexto da conquista de Santarém, relato em que intervém um tal Pedro Afonso, suposto irmão de D. Afonso Henriques, e se menciona reverentemente Bernardo de Claraval³⁶³. É esta uma narrativa que, para além da C1419, apenas se encontra num manuscrito alcobacense de que logo falarei e na *IVª Crónica Breve*³⁶⁴, o que poderia indiciar um estreito parentesco entre este último texto e a obra do século XV. Todavia, se virmos de perto, verificaremos que o cronista de quatrocentos se refere à fonte onde foi colher esta passagem não como sendo uma história dos reis de Portugal, mas sim como se de uma *estória* centrada no miraculoso relato da fundação daquele mosteiro se tratasse: «E, segundo conta a lemnda de Sam Bernardo»³⁶⁵.

Embora, evidentemente, não se possa atribuir ao cronista de 1419 uma rigorosa classificação das fontes utilizadas conforme as suas características genológicas, a verdade é que, pelo menos, se nota nele certo pendor para lhes atribuir classificações diferentes, fazendo uso de conceitos como «caronica»³⁶⁶, «estoria»³⁶⁷, «espritura»³⁶⁸ ou, como neste caso, «lenda», o que deverá estar relacionado com as diferentes

³⁶¹ Também a *Crónica de Alfonso X* dá a deposição de D. Sancho como ocorrida já no reinado de Afonso X, embora desenvolva de forma muito diversa os acontecimentos subsequentes (Cf. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, ed. 1998, pp. 19-21).

³⁶² CALADO, ed. (1998), pp. 141 e 142.

³⁶³ CALADO, ed. (1998), pp. 37-39.

³⁶⁴ PEIXOTO, ed. (2000), pp. 115 e 116.

³⁶⁵ CALADO, ed. (1998), p. 38.

³⁶⁶ Por exemplo, CALADO, ed. (1998), p.4.

³⁶⁷ Por exemplo, CALADO, ed. (1998), p.21.

³⁶⁸ Por exemplo, CALADO, ed. (1998), p. 80.

características das obras que ia manejando. Assim sendo, se a sua fonte tivesse sido a *IV^a Crónica Breve*, tê-la-ia ele apelidado de «lenda de S. Bernardo»? Não me parece. A sua fonte deve, pelo contrário, ter sido um relato autónomo da lenda da fundação do mosteiro alcobacense, como aliás parecem pensar Lindley Cintra – que chama a atenção para o facto importante de se verificarem algumas diferenças entre a narrativa da crónica e a do fragmento crúzio³⁶⁹ – e Teresa Amado³⁷⁰. De resto, conhece-se um manuscrito em que efectivamente essa lenda é transcrita independentemente da história dos reis de Portugal, onde se insere no manuscrito de Santa Cruz. Trata-se do manuscrito Alcobacense 415 da BN³⁷¹, que inclui também o conhecido relato latino sobre a Conquista de Santarém por D. Afonso I usualmente apelidado de *De Expugnatione Scalabis*. Ora, este último texto foi a fonte com que mais se abonou o cronista de Avis para narrar tal conquista (capítulos 20 a 25 da numeração de Adelino Calado). Nada mais lógico, portanto, do que supormos que o manuscrito acima aludido possa ter sido o texto efectivamente manejado pelo cronista de 1419 conforme, aliás, argutamente já tinha proposto o padre Carlos da Silva Tarouca³⁷². Mesmo que não³⁷³, a simples existência desse manuscrito demonstra que a narrativa da fundação de Alcobça teve circulação autónoma, tendo sido nessa forma que, com toda a probabilidade, a conheceu o cronista de Avis, e não através do texto da *IV^a Crónica Breve*.

c) A primeira redacção da C1344, fonte da C1419. Implicações.

Portanto, e embora não possamos nunca ter certezas no que diz respeito a textos perdidos, a possibilidade de a C1419 decorrer em parte da primeira redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344* afigura-se-me como forte se tivermos em conta (i) que essa crónica, embora acolha todas as inovações que a *Crónica Geral* tinha introduzido na historiografia portuguesa, está em diversas ocasiões mais próxima da fonte imediata desta última, a História de Portugal da *IV^a Crónica Breve*, seja no estilo seja no

³⁶⁹ CINTRA (2009, I), p. CDVI, nota 241.

³⁷⁰ AMADO (1997b), pp. 148-149.

³⁷¹ CINTRA (2009, I), p. CCCLXXIII.

³⁷² TAROUCA (1951), p. 19. O manuscrito contém ainda, entre outros textos, um poema latino sobre a conquista de Alcácer do Sal (*Carmen Gousini*) que, segundo já indiquei, está na base de grande parte dos capítulos a ela consagrados pela *Crónica de 1419* [Cf. também PEREIRA, 1996].

³⁷³ O facto de a C1419 localizar o diálogo entre Afonso Henriques e Pedro Afonso na Serra de Alvarados (e não da Mendiga, como o faz a *IV^a Crónica Breve*) lança, com efeito, dúvidas sobre a hipótese de que o referido manuscrito Alcobacense tenha sido a fonte da obra quatrocentista para essa passagem. Veja-se, adiante, o capítulo dedicado às relações entre a C1419 e o *De Expugnatione Scalabis*.

conteúdo – o que nos obriga a postular um texto intermédio, certamente 1344a, que lhe tenha servido de fonte; (ii) que algumas informações consignadas pela *IV^a Crónica Breve* dificilmente deixariam de ter sido acolhidas pelo cronista de quatrocentos caso ele as tivesse conhecido e que, por último, (iii) certa narrativa comum à C1419 e ao fragmento crúzio colheu-a o cronista de Avis num texto que não é necessariamente identificado com o da *IV^a Crónica* – o que nos permite admitir que esta última não tenha sido usada pela obra de princípios do séc. XV³⁷⁴.

Assim sendo, o estudo da forma como a C1419 aproveitou a C1344, embora tenha de basear-se no texto de 1344b, deverá ter em conta que as passagens em que a obra quatrocentista se afasta de 1344b aproximando-se da *IV^a Crónica Breve* remontam a 1344a e, portanto, nem são especificidades da C1419, nem resultam da consulta adicional de fontes por parte do seu redactor. Valerá a pena elencar as mais importantes, até pelo que possam proporcionar quanto a indícios do tipo de trabalho operado pelo refundidor de ca. 1400 na secção especificamente dedicada aos reis de Portugal, trabalho que apenas indirectamente poderá ser ajuizado:

- Circunstâncias da prisão de Afonso Henriques em Badajoz: segundo a *IV^a Crónica Breve* e a C1419 (e por isso também, deve supor-se, 1344a), a prisão de Afonso Henriques em Badajoz deveu-se, em grande medida, à acção oportunista e algo cobarde de Fernão Rodrigues de Castro, «o castelhano» (personagem central de vários episódios lendários da menoridade de Afonso VIII), que, aproveitando a queda do rei português, o denuncia a Fernando II de Leão³⁷⁵; 1344b omitiu a referência a Fernão Rodrigues; consequentemente, a captura de Afonso Henriques deve-se nela à acção do rei Fernando II e, mais que isso, aos efeitos da maldição previamente lançada por D. Teresa; simultaneamente, a imagem do «castelhano» torna-se aqui isenta de mácula³⁷⁶.

³⁷⁴ Por outro lado, a ideia sugerida por Cintra, segundo a qual o redactor da C1419 teria aproveitado ambas as redacções da C1344, embora não improvável, é talvez desnecessariamente complexa.

³⁷⁵ A presença temporária deste Fernão Rodrigues de Castro no séquito de Fernando II de Leão é um facto histórico e decorrente das lutas pela tutela do rei menino de Castela, Afonso VIII (MARTINEZ DIEZ, 2007, pp. 30-37). Não parece, no entanto, haver qualquer indício positivo de que tenha estado em Badajoz aquando da captura de Afonso I de Portugal, muito embora se possa considerar verosímil essa presença: MATTOSO (2006), p. 230. Independentemente disso, a funcionalidade narrativa do facto parece clara: MOREIRA (2008), p. 43; MIRANDA (2009).

³⁷⁶ Repare-se que 1344b não deixa de mencionar, no início do capítulo dedicado ao confronto de Badajoz (DCCXIV da edição Cintra), a presença de Fernão Rodrigues de Castro (e de Diogo de Haro) na batalha, ao lado de Fernando II de Leão.

- Conquista de Alcácer do Sal por parte de D. Afonso II: dizem a *IV^a Crónica Breve* e a C1419 (e portanto diria também 1344a), que «este rey ganhou Alcaçer aos mouros»; o facto (aliás anti-histórico³⁷⁷) não consta, todavia, de 1344b³⁷⁸.

- Início do reinado de D. Sancho II: a *IV^a Crónica Breve* e a C1419 (presumindo-se, por isso, que também 1344a o faria) indicam que D. Sancho começou por estar debaixo da tutela de sua tia materna, D. Berengária, e que o fim dessa situação foi uma das causas (juntamente com a acção de maus conselheiros e o casamento do rei com Mécia Lopes de Haro) que explicam o posterior desgoverno do monarca; nada disto surge em 1344b, que omite qualquer referência à poderosa dama castelhana e refere o casamento com D. Mécia de forma meramente factual, assim concentrando culpas na actuação dos conselheiros³⁷⁹.

2.1.2. Uso da C1344 pela C1419

Prosseguindo uma tradição historiográfica iniciada, segundo parece, com a *Primeira Crónica Portuguesa* (cujo texto, com acrescentos, deu origem à *IV^a Crónica Breve*³⁸⁰), a C1344 inicia a história dos reis de Portugal com a figura do Conde D. Henrique, considerando-o, simultaneamente, o primeiro senhor da terra portuguesa e o tronco de que procederam, em sucessão linhagística ininterrupta, todos os seus reis, a começar por seu filho, D. Afonso Henriques. Foi também este o esquema escolhido pela C1419, embora com a importante diferença de a história de Portugal surgir agora autonomizada do contexto hispânico em que as crónicas portuguesas anteriores a situavam.

À excepção de uma ou outra alusão ocasional, a C1344 refere-se com alguma demora ao Conde em duas ocasiões. A primeira delas situa-se no reinado de D. Afonso VI (a quem a Crónica por vezes chama «o quinto³⁸¹») e insere-se no capítulo em que se nomeiam as filhas do rei e respectivos casamentos³⁸². D. Henrique é aí visto como

³⁷⁷ A própria C1419 denota a falta de informações mais concretas sobre a acção de D. Afonso e acaba por seguir o relato, muito mais desenvolvido, do Poema Latino da Conquista de Alcácer do Sal (*Carmen Gosuini*), em que o rei não entra.

³⁷⁸ CINTRA (2009), IV, p. 238.

³⁷⁹ Segundo pormenorizo em MOREIRA (2006).

³⁸⁰ Recorde-se o que digo nas notas dos subcapítulos anteriores.

³⁸¹ CINTRA (2009), IV, p. 3. Para esta parte do texto existe ainda o testemunho do ms. M. Veja-se CINTRA (2009), I, pp. CDLXXXIII-CDLXXXV.

³⁸² Capítulo DXL da edição Cintra, no qual a C1344 segue de perto a *Crónica de Castela* (e, através dela, a *Estoria de España* de Afonso X), embora introduza novidades por sua conta.

parente de D. Raimundo de Proença e de D. Raimundo de S. Gil, tendo acompanhado, juntamente com o senhor de S. Gil, o primeiro destes fidalgos numa viagem à Península Ibérica destinada a desposórios com a filha legítima, maior e herdeira do rei de Castela e Leão, a infanta D. Urraca. Sem qualquer informação adicional, a crónica prossegue afirmando que o rei decidiu também casar duas das suas filhas bastardas, D. Teresa e D. Elvira, com D. Henrique e D. Raimundo de S. Gil (à semelhança do que fizera com Raimundo de Proença e D. Urraca), proporcionando-lhes ricos festejos matrimoniais e importantes dotes. A este respeito, e após mencionar rapidamente o dote de D. Elvira e D. Raimundo, espraia-se a Crónica em considerações acerca do dote de D. Teresa e D. Henrique (sendo a tónica colocada neste último), o Condado de Portugal, dando conta dos seus limites territoriais e das condições jurídicas, tipicamente feudais, da concessão:

«Outrossi ao conde dom Arrique – que era casado cõ dona Tareyja – deulhe el rey dõ Affomso Coymbra cõ toda a terra que elle avya ã Portugal ataa o castello de Lobeira, que he aalẽ de Ponte Vedra hũa legoa, e fezelho, de todo, condado. E deulho cõ esta condiçon que, quando a elle comprisse serviço, que lho vehesse fazer cõ trezẽtos cavalleiros que entõ avya no condado de Portugal; e que fosse aas suas cortes cada que o elle mandasse chamar e, se allo nõ podesse hyr por embargo d’algũa door, que entõ lhe ãvyasse os cavalleiros e algũu homẽ bõo, dos melhores que ouvesse, por caudel; e que ficasse obrigado pera sempre, qualquer que fosse senhor do dicto condado de Portugal, a fazer este trebuto a todollos reis de Castella e de os servyr em algũas cõquistas, que se fezessem aos mouros. E outrossy assiinou el rei a este conde dom Arrique ataa onde conqueresse. E, nõ lhe querendo fazer o dicto trebuto, que qualquer que fosse rey de Castella podesse tomar e aver a dicta terra do condado, cõ toda a outra que o conde e seus socedores guanhassem, e fazer della todo o que lhe aprouvesse.»³⁸³

Após isso, surge uma alusão ao hábito de naquela época se chamarem «rainhas» às filhas dos reis (o que explica esse tratamento dado a D. Teresa) e ao facto de D. Henrique nunca se ter chamado rei, dignidade que apenas seu filho, Afonso Henriques, viria a obter. O capítulo seguinte (DXLI da edição Cintra) relaciona-se com o anterior através do dote concedido por Afonso VI a seu genro, pois explica as origens do nome «Portugal»³⁸⁴, prossequindo com um breve resumo da vida de D. Afonso Henriques e seus esforços para a autonomização da terra, que inclui a batalha de Ourique e consequente mudança de sinais heráldicos por parte de D. Afonso, bem como o pedido

³⁸³ CINTRA (2009), IV, p. 4.

³⁸⁴ O ms. M, que ainda abrange esta parte do texto, diz que o Condado de Portugal se chamou inicialmente Condado do «Poniente». A ausência desta designação tanto nos manuscritos da segunda redacção da C1344, como na C1419 e, inclusivamente, no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, inclina a suspeitar que se trate de uma interpolação do tradutor castelhano ou do próprio copista de M.

dirigido ao Papa para que, na sequência daquela batalha, a Santa Sé lhe reconhecesse a dignidade régia.

A outra referência a D. Henrique (para a qual já só contamos com testemunhos da segunda redacção) localiza-se no reinado de Afonso VII de Castela e Leão, e é com ela que se inicia o apartado especificamente dedicado aos reis de Portugal. A C1344 segue aqui uma fonte diferente (neste caso, um texto próximo do da *IV^a Crónica Breve*) e isso nota-se em algumas repetições e desajustes em relação aos capítulos previamente comentados. Assim, à motivação para a vinda de D. Henrique à Península Ibérica anteriormente fornecida – acompanhamento de D. Raimundo - acrescenta-se agora uma romaria a Santiago³⁸⁵; além disso, o Conde manifesta tendências autonomistas e, para além de conquistar terras aos mouros (o que estava previsto na doação do rei), guerreia também os leoneses. No seguimento desta informação, e de forma algo descosida, aparecem os filhos de D. Henrique e D. Teresa: D. Afonso Henriques e D. Teresa Henriques. Logo após, e no contexto das lutas com leoneses, surge o discurso do Conde a seu filho, espécie de testamento político proferido em Astorga num momento em que o Conde estava já gravemente enfermo, vindo a falecer pouco depois.

A C1419 mantém-se, nestes pontos, globalmente fiel ao texto da sua fonte principal, acompanhando até a divisão da matéria em capítulos. Verifica-se, com efeito, que o capítulo 1 da Crónica quatrocentista corresponde *grosso modo* ao capítulo DCXL da C1344 (acrescentando, embora, informações vindas de outras fontes), o capítulo 3 corresponde ao início do capítulo DCXLI (explicação, muito resumida, da origem do nome «Portugal») e o capítulo 4 corresponde ao início do capítulo DCCV, tendo o capítulo 2 e o final dos restantes capítulos uma origem diferente. A matéria do capítulo 1 (Genealogia de D. Henrique, sua vinda à Península Ibérica e casamento com D. Teresa, de quem também se mencionam os pais) é, no entanto, estranhamente repetida, embora de forma mais abreviada, no capítulo 2. Aquele capítulo contém, além disso, uma remissão que não encontra correspondência no texto da C1419 a que hoje temos acesso:

«& [Afonso VI] lhe assinou certa terra de Mouros que conquistasse e que tomandoa que acrecentasse em seu condado a qual cousa elle fez mui bem e trabalhou muito em ello como vos adiante diremos³⁸⁶»

³⁸⁵ CINTRA (2009), IV, p. 215.

³⁸⁶ BASTO, ed. (1945), p. 45. Já mencionei estas circunstâncias na secção anterior, mas a respeito, apenas, do que isto poderá significar quanto à autoria da Crónica.

São factos que admitem duas explicações, sugeridas, respectivamente, por Lindley Cintra³⁸⁷ e Magalhães Basto³⁸⁸: ou (i) os capítulos iniciais da C1419 actualmente conhecidos – e preservados unicamente em P – derivam de um rascunho inacabado no qual o redactor teria deixado para mais tarde a narração desenvolvida dos feitos de D. Henrique; ou (ii) o exemplar a partir do qual P foi copiado (ou um seu antecedente) teria perdido um ou mais fólios que incluíam esses feitos. Independentemente disso, o plano da crónica parece claro: dedicar a parte inicial do seu texto ao Conde D. Henrique, considerando-o, tal como a C1344, o primeiro senhor de Portugal e a origem genealógica dos seus reis.

A sua estratégia não se limita, porém, a copiar o texto da C1344 acrescentando-lhe novas informações, pois a imagem de D. Henrique sofrerá aqui significativas alterações. A C1419 fornece, em primeiro lugar, rápidas informações acerca de D. Afonso VI (a quem chama, tal como a sua fonte principal, «o 5^o³⁸⁹»), tornadas necessárias pela perspectiva nacionalizante da Crónica e correlativa ausência de um enquadramento ibérico da matéria histórica. Deve notar-se que as qualidades escolhidas para definir o monarca são a reunião dos reinos que seu pai havia dividido e, com mais delonga, a sua luta constante contra os infiéis:

«Este dom Affonso foi nobre homem e em seus dias se juntarão todos os reinos que seu padre repartira. Este dom Affonso foi nobre homem e em seus dias nunca quedou de guerrear os mouros e meteo muita da terra que elles avião sojigada sob seu senhorio de Castella, em tal guisa que muitas gentes estrangeiras se vinhão pera elle pera servirem a Deus e achavão em elle muitas merçes e bem³⁹⁰»

Esta última qualidade, para além de encarecedora da acção do rei, destina-se também a explicar a vinda do Conde e seus parentes à Península Ibérica, pois D. Henrique e os dois Raimundos são precisamente, segundo a Crónica, três dos jovens guerreiros que vieram para servir a Deus na guerra contra os infiéis e assim alcançar honra e mercês. De acordo com a C1419, D. Henrique é, portanto, um guerreiro ao serviço da fé, um cruzado, adquirindo contornos que estão de todo ausentes da C1344. Isto explica duas outras modificações introduzidas pelo redactor do século XV: em primeiro lugar, a motivação cruzadística do Conde desfuncionalizou o motivo da

³⁸⁷ In BASTO (1960), pp. 549-562.

³⁸⁸ BASTO (1960), pp. 425-428.

³⁸⁹ CALADO, ed. (1998), p. 1.

³⁹⁰ CALADO, ed. (1998), p. 1.

Romaria a Santiago, que foi, por isso, omitido; além disso, a C1419 antecipou para o capítulo inicial a descrição dos sinais heráldicos de D. Henrique («armas brancas sem sinal algum»³⁹¹), que na C1344 eram pela primeira vez mencionados no contexto da batalha de Ourique e serviam apenas para sinalizar uma diferença de estatuto entre ele e seu filho. E se esta mudança se explicará, antes de mais, pelo propósito de conseguir uma maior coesão textual, a verdade é que ela arrastou consigo pelo menos duas importantes consequências: por um lado, subalternizou o nexu lógico que a sua fonte estabelecia entre a descrição dos sinais de Afonso Henriques e os do Conde seu pai, assim autonomizando as armas, que aqui se tornaram um elemento pertinente para a caracterização desta última personagem; por outro, ao inserir a sua descrição num contexto semântico fortemente marcado pelas ideias de cruzada e procura de glória militar, abriu caminho para que nelas se insinuasse um significado várias vezes relacionado com a exclusividade da cor branca, mas ausente da C1344: o objectivo de um novel cavaleiro conseguir proezas guerreiras que lhe possibilitassem a aquisição de sinais heráldicos próprios³⁹². Deixando de ser apenas sinal da *ausência de insígnias*, o branco passou a ser, portanto, também sinal de *desejo de insígnias*.

A outra grande modificação operada na imagem do Conde é de ordem genealógica. A C1344 nada dizia acerca das origens familiares de D. Henrique, salvo uma vaga referência ao seu parentesco com D. Raimundo de Tolosa. Mas a C1419, socorrendo-se, segundo ela própria afirma, de uma «Crónica d’el Rei D. Afonso», acrescentou que ele era filho de um rei da Hungria e de uma irmã de D. Raimundo (circunstância que fazia de D. Henrique sobrinho deste último). Parece evidente que a existência desta suposta irmã de D. Raimundo se deve, apenas, ao propósito de manter a antiga ligação familiar de D. Henrique com D. Raimundo, ao mesmo tempo que, por via paterna, se lhe atribuía uma nova filiação, também ela investida de uma finalidade específica. É, com efeito, graças a esta nova filiação que a C1419 afirma (não se sabe até que ponto ecoando literalmente a «Crónica d’el Rei D. Afonso») que a geração de D. Afonso Henriques «he de reis, assi da parte do padre como da madre³⁹³». Enriqueciam-se, assim, as origens dinásticas de D. Henrique e, conseqüentemente, as da Casa Real Portuguesa.

³⁹¹ CALADO, ed. (1998), p.3.

³⁹² A exclusividade da cor branca como sinal de guerreiros ainda sem proezas dignas de realce remonta literariamente longe, vislumbrando-se já, por exemplo, no Canto IX da *Eneida*. Sobre a forma como as crónicas portuguesas dos séculos XIV-XVI tratam as origens e os significados das cores nas armas reais, veja-se MOREIRA (no prelo).

³⁹³ CALADO (1998), p. 4.

Também com base numa fonte desconhecida (possivelmente a mesma «Crónica d'el Rei D. Afonso»), a C1419 introduz, durante a narração dos feitos do Conde, um episódio de todo ausente da C1344. Trata-se do pedido feito por Egas Moniz (aqui considerado um nobre oriundo da mesma terra que D. Henrique, ou seja, a Hungria³⁹⁴) para criar o filho de D. Henrique e D. Teresa, a que se segue: o nascimento do pequeno Afonso Henriques com as pernas entrevadas; uma aparição da Virgem Maria a D. Egas construída com base em elementos narrativos tradicionais³⁹⁵, em que a Virgem garante que Deus irá curar o menino ao mesmo tempo que indica ao fidalgo o que ele deve fazer para que esse desígnio se cumpra; e, finalmente, a cura milagrosa do pequeno Afonso e subsequente fundação do Mosteiro de Cárquere por iniciativa de Egas Moniz.

Tal como sucede com a ascendência de D. Henrique, também aqui não estamos propriamente perante modificações ao texto da C1344, mas sim perante acrescentos vindos provavelmente de outras fontes. Esses acrescentos são, no entanto, suficientemente fortes para imprimir nas figuras de D. Henrique e D. Afonso Henriques características muito diversas das que possuíam na obra de D. Pedro. D. Henrique torna-se, como vimos, uma personagem genealogicamente mais prestigiada; e D. Afonso Henriques é agora, e conforme explica a Virgem Maria a Egas Moniz, um herói predestinado:

«e sabe que seraa são e guarido, e faze.o bem guardar, **que o meu filho quer por elle destruir os imigos da fee**³⁹⁶»

Predestinado, repare-se bem, para a destruição dos infiéis³⁹⁷. Segundo a Crónica, era esse também o principal objectivo que tinha D. Henrique ao vir para a Península Ibérica. A acção das duas figuras mais importantes dos primórdios do reino adquiria, assim, plena consistência, ao mesmo tempo que se operava entre elas uma verdadeira

³⁹⁴ CALADO, ed. (1998), p. 6. Note-se que esta fantasiosa origem de D. Egas contradiz frontalmente as suas origens familiares tal qual relatadas pelos *Livros de Linhagens* portugueses. A versão da C1419 acaba por negar à mais importante fidalguia portuguesa origens mais remotas que as da Casa Real.

³⁹⁵ Tais como a cor branca da figura celeste, a pergunta que ela dirige ao humano a quem aparece (“Dormes?”), ou a previsão de feitos ilustres por parte do herói, que, neste caso, é D. Afonso Henriques. Pode ver-se uma série de exemplos construídos com base nos mesmos tópicos e colhidos em textos historiográficos, épicos ou hagiográficos em ARMISTEAD (2000), p. 165.

³⁹⁶ CALADO, ed. (1998), p. 6. Negrilo meu. Note-se que a Virgem Maria é aqui apenas a mensageira ou a intermediária de Cristo, que é quem verdadeiramente predestina.

³⁹⁷ Convém realçar este aspecto: D. Afonso Henriques aparece aqui investido de um carisma pessoal que lhe garantia a eficácia na luta contra os mouros, mas não necessariamente a aquisição de um reino. Só mais tarde, e veremos que plausivelmente durante a época de D. Manuel I, surge a ideia da predestinação divina do reino de Portugal. Independentemente disso, e de acordo com os esquemas mentais da época, esse carisma pessoal não deixaria de marcar também a descendência do rei.

hierarquização: D. Afonso Henriques, que dos dois foi o único a alcançar a dignidade régia, é também, e cumulativamente, o único herói predestinado. Posso acrescentar que, em toda a C1419, é também ele a única personagem a quem se aplica este tipo de mecanismos proféticos.

A partir do discurso proferido por D. Henrique a seu filho em Astorga (que inclui normas de governação e a ordem, que acabou por não ser seguida, para que D. Afonso não acompanhasse o cortejo fúnebre), e até à batalha de Ourique (ou seja, desde o final do capítulo DCCV até parte do capítulo DCVIII da C1344³⁹⁸), a C1419 segue muito fielmente a sua fonte principal. Devem, ainda assim, notar-se alguns desvios. É visível, desde logo, que o redactor quatrocentista manifesta preocupações constantes com a clareza e coerência do discurso. Sujeita, por isso, o texto da C1344 a uma divisão em capítulos mais racional e homogénea³⁹⁹, usando geralmente a mudança de episódios ou o culminar das acções como critério divisório. Foram estes critérios que lhe permitiram dividir o extensíssimo capítulo DCCV da sua fonte em unidades menores, cujos inícios correspondem sempre a mudanças na acção: regresso de Afonso Henriques a Portugal para enterrar o pai (cap. 5); início da revolta de Afonso Henriques contra a mãe e o padrasto (cap. 6); confronto com Afonso VII e suas tropas em Valdevez (cap. 7); regresso de Afonso VII a Portugal, com intuitos de vingança (cap. 8). Cada um dos capítulos seguintes continha já muito menos matéria e a sua divisão foi, por isso, genericamente aceite pela C1419. Além disso, o redactor do século XV evita repetições. A C1344 mencionava, como vimos, os dois filhos de D. Henrique e D. Teresa no início do capítulo DCCV; mais à frente nesse mesmo capítulo, voltava a referir-se a um desses filhos, D. Teresa Henriques, desta vez a respeito do seu casamento com D. Vermuim Paiz. Mas a C1419 apenas neste contexto se refere a essa Infanta, aproveitando para acrescentar uma referência à outra irmã de D. Afonso Henriques, D. Sancha Henriques, sobre a qual nada informava a sua fonte principal⁴⁰⁰.

³⁹⁸ Os episódios principais deste bloco são: a) lutas de Afonso Henriques com a mãe e o padrasto (Fernão Peres de Trava), culminando na batalha de S. Redanhas [i.e. São Mamede] e no aprisionamento de D. Teresa pelo filho, aprisionamento que motiva o lançamento de uma maldição por parte da rainha; b) batalha de Valdevez entre tropas de Afonso Henriques e Afonso VII, com derrota destas últimas; c) cerco de Guimarães por Afonso VII, em retaliação da derrota; d) promessa feita por Egas Moniz ao Imperador e suas consequências.

³⁹⁹ É certo que 1344b pode ter alterado a divisão capitular de 1344a. Todavia, dado que uma das características do trabalho do refundidor é precisamente a de tornar a narração mais clara e escorreita (CINTRA, 2009, I), a única coisa que haverá que presumir é que o texto de D. Pedro seria ainda mais caótico.

⁴⁰⁰ CALADO, ed. (1998), p. 9: «E outra filha ficou hy do conde dom Amrique, que avia nome dona Samcha, que foy casada com dom Fernando Mendez».

Uma pequena, mas curiosa, modelação ocorre no discurso de D. Henrique ao filho. A C1419 manteve na íntegra o texto da C1344, mas introduziu por sua conta algumas frases que lhe conferiram um acréscimo de significados. Assim, lá onde a C1344 se situa num plano, relativamente antiquado, de relação pessoal entre o rei e os seus homens, a obra quatrocentista denota uma concepção diferente do poder real, que parece reconhecer a existência de poderes delegados, e até de normas jurídicas abstractas:

«E non consentas os teus homens seer sobervosos e atrevidos em mal fazer nem façam força a nehũu, ca perderias teu boo preço se taaes cousas nõ castigasses» [C1344]⁴⁰¹

«E trabalha.te muyto de saberes se fazem justiça e dereyto compridamente os que estiverem em teu luguar e, se a fizerem, faze.lhe merçe e bem compridamente. E, se achares que não fazem, dá.lhe pena segundo seu mereçimento por hos outros tomarem castigo. E não consentas em nẽhũa guisa que os teus homens sejam sobervosos nem atrevidos em mal fazer a nẽhum outro a torto, ca perderias teu bõ prees se taes cousas não cavidaçes» [C1419]⁴⁰²

Poderia ainda notar-se, neste bloco textual, uma significativa omissão. A seguir à batalha de Valdevez, a C1344 dizia que

«despois que [Afonso Henriques] venceu a batalha, foise d'alli e conquistou todas as fortalezas de Portugal que eram contra elle assy como se fossem de mouros e levou cõsigo sua madre presa⁴⁰³»

Facto que entrava em alguma contradição com uma afirmação anterior, segundo a qual, no momento em que souberam que Afonso VII se dirigia a Portugal, «os Portugueses tiveram todos com o príncipe [Afonso Henriques]⁴⁰⁴». Esta incongruência pode ter levado o redactor do século XV a omitir essas frases, reforçando, ao mesmo tempo, a união entre os portugueses e o seu governante. Deve, porém, ter-se em atenção que o ms. P (apesar de lacunar) está isento de tais omissões e revela-se, aliás, genericamente mais próximo da C1344 no episódio de Valdevez⁴⁰⁵. É portanto provável

⁴⁰¹ CINTRA (2009), IV, pp. 215-216.

⁴⁰² CALADO, ed. (1998), p. 8. Itálicos meus.

⁴⁰³ CINTRA (2009), IV, p. 218.

⁴⁰⁴ CINTRA (2009), IV, p. 218.

⁴⁰⁵ Compare-se CALADO, ed. (1998), pp. 11-15, com CALADO, ed. (1998), pp. 271-273. Parece-me, todavia, poder demonstrar, com a ajuda de Duarte Galvão, que a parte final do trecho exclusivo de P (fundações piedosas de Egas Moniz) é uma interpolação específica desta rama textual e que, portanto, será C quem, desta vez, reteve a lição do original (veja-se a parte III. 4. deste trabalho). Este tipo de divergências são, em todo um caso, uma demonstração cabal de que a edição crítica da C1419 (como a

que seja ele quem esteja, neste caso, mais próximo do original da C1419, embora Adelino Calado, fiel à sua opção editorial, tenha retido a lição de C⁴⁰⁶.

Quando se chega à batalha de Ourique, o comportamento da C1419 para com a sua fonte principal é idêntico ao que se verifica nos capítulos iniciais: embora não rejeite nenhuma das suas informações, acrescenta muitos factos novos que, por si só, bastam para imprimir ao episódio diferentes significados.

A C1344 começava por dizer, muito laconicamente, que após o regresso de Egas Moniz de Castela e subsequente reforço dos castelos portugueses (a fim de evitar a repetição de episódios como o do cerco de Guimarães por Afonso VII), D. Afonso Henriques «ajuntou todas suas gentes⁴⁰⁷», correu terra de mouros até Santarém e daí passou o Tejo, chegando ao Campo d'Ourique. Já aqui, a C1419 introduz duas importantes novidades: põe o Infante a aconselhar-se com os seus homens e coloca a empresa sob o desígnio da guerra santa:

«e ele que sempre tivera vontade de fazer serviço a Deos em guera de mouros, ouve conselho com os seus de fazerem guera em terra de Lusytania, que he Alentejo»

A C1344 prosseguia, sempre laconicamente, dando conta da vitória alcançada contra Ismar e outros cinco reis mouros⁴⁰⁸, em Ourique, e como, antes da batalha, Afonso Henriques fora feito rei pelos seus homens. Mas a C1419, juntando muitos dados novos (alguns dos quais possivelmente oriundos da já referida e crúzia *Crónica d'el rei Dom Afonso*⁴⁰⁹) tem um relato consideravelmente mais extenso e de significado diverso. São três as diferenças fundamentais entre um e outro texto.

edição crítica de qualquer obra), conquanto imprescindível, não dispensa em absoluto a consulta dos manuscritos.

⁴⁰⁶ Há, por outro lado, mas apenas em C, e no momento em que Egas Moniz e seus familiares se dirigem ao Palácio de Afonso VII, em Toledo, oferecendo a sua vida pelo incumprimento da promessa de menagem do Infante português, um curioso acréscimo: «e asy entraram **pelo paço de Galiana**, onde sya o emperador com seus nobres homens» (CALADO, ed., 1998 - negrito meu). O exemplar da C1419 que, no século XVI, foi manejado por Duarte Galvão, também não incluía este acréscimo (o que não é estranho, pois, como veremos na terceira secção, esse exemplar estava mais próximo de P do que de C), e é difícil saber se ele constaria ou não do texto original da Crónica, embora a concordância entre P e a C1344 incline a pensar que não.

⁴⁰⁷ CINTRA (2009), IV, p. 224.

⁴⁰⁸ A presença de cinco reis mouros em Ourique é uma informação antiga, e vem já na *Vita Theotonii*, texto do século XII: CRUZ, ed. (1968), p. 63. Parece-me, todavia, ainda insuficientemente meditada a provável ligação deste motivo a algumas passagens Bíblicas em que os israelitas defrontam exércitos pagãos capitaneados por cinco reis, como sucede em Js 10: 1 - 11 e Nm 31: 7 - 9.

⁴⁰⁹ CINTRA (1999a); MAURÍCIO (1989).

Em primeiro lugar, noticia-se a morte de Egas Moniz a caminho de Ourique⁴¹⁰, a tristeza que ela provocou em D. Afonso Henriques e a ordem para que alguns dos seus homens o fossem honradamente sepultar a Paço de Sousa⁴¹¹. O dado é rigorosamente anti-histórico, pois sabemos que D. Egas vivia ainda alguns anos após a célebre batalha. Pode ter acontecido que o seu nome não constasse de uma qualquer lista de participantes em Ourique, e daí tenha surgido a necessidade de justificar a sua ausência pela mais terminante das razões, a sua morte⁴¹². Mas haverá que notar os efeitos do episódio para a imagem de D. Afonso Henriques. Ele amplia e enriquece, com efeito, um processo que era já o da C1344 (e da *Primeira Crónica Portuguesa*, que deve ter sido quem o criou⁴¹³), de acordo com o qual se vai assistindo a um progressivo fortalecimento de D. Afonso, correlativo, entre outras coisas, a uma menor dependência face a adjuvantes. A morte de D. Egas simboliza, assim, o importante momento em que o Infante se liberta da tutela de quem contribuíra para a cura da enfermidade com que nasceu⁴¹⁴, para a vitória militar contra a mãe e o padrasto e, posteriormente, lhe garantira uma saída airosa para a difícil situação em que o cerco de D. Afonso VII o lançara. O episódio mimetiza e supera, além disso, a situação inicial originada pela morte de D. Henrique: num e noutro caso, tratava-se de garantir um enterro digno da personagem falecida; mas, se a respeito do pai, Afonso Henriques, não cumprindo as suas ordens, levou a imprudência ao ponto de acompanhar o cortejo fúnebre (o que lhe valeu a perda de terras), desta vez limitou-se a dar ordens a alguns dos seus homens para que acompanhassem devidamente o corpo do fiel aio: o erro de Astorga já não seria cometido em Ourique.

A segunda grande diferença é a muito maior pormenorização da batalha e dos momentos que a enquadram, que a C1419 ficou possivelmente devendo à já

⁴¹⁰ A C1344 diz também que D. Egas morreu a caminho de Ourique, mas mais adiante, no contexto da conquista de Santarém, e de forma muito resumida: «Mê Muniz, e era irmão meor de dõ Egas Muniz que a esta sazom ja era morto, ca morrera no caminho ante que fosse feita a lide d’Ourique» [CINTRA, ed., 2009, IV, p. 231]. Considero bastante possível que o relato da C1419 tenha sido construído a partir desta breve alusão da C1344, por ela própria, ou talvez mais plausivelmente, pelo autor da «Crónica d’el rei D. Afonso». Veja-se o que digo adiante, a respeito das relações literárias entre Ourique e os episódios do tempo do Conde castelhano Fernão Gonçalves.

⁴¹¹ CALADO, ed. (1998), p. 18.

⁴¹² Um exemplo destas listas de participantes é-nos fornecido por António Brandão (BRANDÃO, 1974, p. 123), que a diz oriunda de uma memória de Santa Cruz (mas em que, todavia, surge o nome de D. Egas, o que leva, aliás, Brandão a criticar a ideia tradicional de que o fidalgo tenha morrido antes da batalha). Basta, porém, a circunstância de aparecer nessa memória o nome de D. Fuas Roupinho, para que a consideremos relativamente moderna.

⁴¹³ MOREIRA (2008), pp. 45-49.

⁴¹⁴ Digo «contribuíra» porque, como se viu, quem, de acordo com o texto, curou o pequeno Afonso foi o próprio Cristo.

mencionada *Crónica d'el rei D. Afonso*⁴¹⁵. Limitava-se a C1344, com efeito, a um muito breve enunciado, segundo o qual D. Afonso Henriques «entrou com elles [os cinco reis mouros] ã batalha no logar que he dito Crasto Verde e venceos e matou e prendeo a mayor parte de todas suas gentes⁴¹⁶», tendo sido previamente feito rei pelos seus homens. Mas a C1419 ampliou consideravelmente estas notícias, ao mesmo tempo que introduziu muitas informações novas.

Primeiramente (antes da chegada das tropas a Castro Verde), diz que Ismar, sabendo da ofensiva cristã, convocou multidões de guerreiros muçulmanos para que o auxiliassem; após a chegada de Afonso Henriques e seus homens «a hum lugar que ora chamom as Cabeças del.Rey, que he a par de Crasto Verde⁴¹⁷», surge-nos a reacção do exército cristão, amedrontado face à desproporção numérica dos dois campos, e o discurso que lhes dirige o Príncipe, discurso que ajuda a conferir ao episódio certas coordenadas semânticas que de seguida indicarei. Depois, vem a fala dirigida por um ermitão a D. Afonso, garantindo-lhe a vitória e o aparecimento de um sinal celeste que a confirmaria; uma oração de D. Afonso Henriques; a aparição de Cristo nos céus, tal qual prevista pelo ermitão; os preparativos para a batalha; a elevação do Príncipe à dignidade régia mediante aclamação pelos seus homens; e, finalmente, a batalha propriamente dita. De tudo isto, apenas a chegada do exército cristão à zona de Castro Verde, a elevação de D. Afonso à dignidade régia pelos seus homens e a batalha propriamente dita aparecem já na C1344. Mas mesmo estas últimas acções estão sensivelmente ampliadas na C1419, que introduziu um diálogo e um cerimonial específico («“Real, real, por el.rey dom Afonso Amriquez de Portugal⁴¹⁸!”») no momento da elevação do Príncipe a Rei, e descreveu com alguma minúcia a disposição das tropas cristãs, bem como os confrontos bélicos. Este último ponto levou à introdução de personagens de todo ausentes do relato da C1344: Pero Pais (Alferes), Lourenço Viegas, Gonçalo de Sousa, Martim Moniz e Diogo Gonçalves. Todas elas foram, efectivamente, contemporâneas de D. Afonso Henriques, mas os anacronismos não deixam de se fazer notar, designadamente em atribuir-se a Pero Pais o cargo de Alferes, que ele apenas viria a desempenhar alguns anos mais tarde. Todas pertenciam, além disso, à mais alta nobreza portugalense, e delas se pode afirmar o que Odília Gameiro sustentou especificamente no que respeita aos membros da linhagem de Sousa: a sua acção

⁴¹⁵ CINTRA (1999a); MAURÍCIO (1989).

⁴¹⁶ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 224.

⁴¹⁷ CALADO, ed. (1998), p. 19.

⁴¹⁸ CALADO, ed. (1998), p. 22.

aparece-nos «como subordinada e dependente do passado dos reis de Portugal, que é sem dúvida mais valorizado, sendo em nome da realeza, e ao seu serviço⁴¹⁹», que se evocam os actos destas altas figuras⁴²⁰ – algo assim como «uma nobreza representada, anacronicamente, como submissa e cortesã⁴²¹». O narrador vai-nos, aliás, informando de que «todos o faziam muy bem e sobre todos el.rey dom Afonso Amriquez⁴²²».

Estes acrescentos imprimem também (e eis a terceira principal diferença entre os relatos da C1344 e da C1419) um significado muito particular a toda a jornada de Ourique, que aqui se coloca sob o signo da guerra santa. É o que resulta, antes de mais, das palavras do narrador:

«Ho primçepe dom Afonso Amriquez, quando soube que el.rey Ismar vinha a ele, foy delo muy ledo e moveo loguo contra ele *com grande vontade de servir a Deos*⁴²³»

Ou das próprias personagens, sobretudo D. Afonso Henriques, no discurso feito a seus homens:

«Bons vasalos e amiguos, bem vos devia de lembrar a emtemçom com que partimos de nosas terras e as vomtades que trazíamos pêra servir a Deos [...] E, pois nos Deos guisou tanto bem como este, o qual he que, *em vemçemdo, serviremos a Deos, e gamçaremos honra e riquezas em este mundo e esperança, por que o servimos, de aver o outro, e os que aquy morerem serem certos que loguo yrão ao parayso*⁴²⁴ [, etc.]»

E o ermitão, na fala dirigida a D. Afonso:

«Primçepe dom Afonso, Deos te envya dizer per mym que, porque tu ás grande vontade de o servir, que por esto sejas esforçado, qua ele te fará de menhá vemçer⁴²⁵ [, etc.]»

⁴¹⁹ GAMEIRO (2000), p. 181.

⁴²⁰ Odília Gameiro [GAMEIRO, 2000, p. 179] traz-nos também um interessante dado adicional, segundo o qual a C1419 (nesta e em algumas outras passagens) acha-se desencontrada dos Livros de Linhagens na medida em que faz intervir maioritariamente os chefes ou os principais membros das linhagens (cometendo até certos anacronismos ou *desacertos* históricos), ao contrário dos nobiliários, que prefeririam atribuir maior protagonismo aos secundogénitos. Para além de Ourique, os episódios em que a historiadora se apoia são, sobretudo, as conquistas de Santarém e a incursão militar pela Andaluzia, comandada pelo Infante D. Sancho. Há que notar que na conquista de Santarém, a C1419 apoia-se no *De Expugnatione Scalabis* e na C1344 (que todavia, e como veremos, divergem a respeito dos participantes na empresa), ao passo que, segundo pensam Mônica Blocker-Walter e MAURÍCIO (1989), a incursão militar pela Andaluzia faria parte da perda *Crónica d’el rei D. Afonso*.

⁴²¹ GAMEIRO (2000), p. 180.

⁴²² CALADO, ed. (1998), p. 23. Itálico meu.

⁴²³ CALADO, ed. (1998), p. 19. Itálico meu.

⁴²⁴ CALADO, ed. (1998), p. 20. Itálicos meus.

⁴²⁵ CALADO, ed. (1998), p. 20.

E é o que resulta também da configuração geral do episódio. O Prof. Cintra sustentou, num célebre e notável artigo⁴²⁶, que a C1419 ter-se-ia baseado na perdida *Crónica d'el rei D. Afonso*, a qual, por sua vez, teria construído o episódio tomando como modelo principal a narração das batalhas de Lara e Hacinas pelas tropas de Fernão Gonçalves, de acordo com o relato da C1344. Aí se teria baseado o anónimo autor daquela crónica para construir o discurso de D. Afonso Henriques a seus homens, o aparecimento de um ermitão que prediz a vitória do herói e alguns detalhes estilísticos, por exemplo o sol brilhando nas armaduras dos guerreiros. Sem pretender contestar esta filiação (aliás assegurada pela referência, no discurso de D. Afonso, ao próprio Fernão Gonçalves⁴²⁷), parece-me porém oportuno acrescentar-lhe dois vectores interpretativos.

O primeiro tem que ver com a inserção do episódio em determinada tradição literária, a qual não me parece poder ser outra, que não a dos relatos comemorativos de batalhas contra os infiéis, frequentemente redigidos em língua latina. Há textos portugueses (ou relacionados com Portugal) pertencentes a esta tipologia e escalonados no tempo desde finais do século XII até meados do século XIV, alguns dos quais foram, aliás, aproveitados pela C1419: o *De Expugnatione Scalabis*; o Poema Latino da Conquista de Alcácer do Sal (*Carmen Gosuini*); e a Memória *In Sancta et admirabilii Victoria*⁴²⁸ (celebrativa da batalha do Salado), a que se poderão juntar, devido a afinidades em alguns pontos importantes, a «Carta do Cruzado R. sobre a conquista de Lisboa⁴²⁹» e a «Carta sobre a Conquista de Silves⁴³⁰». No seu conjunto, estes textos – que prolongam e ecoam, por sua vez, narrativas anteriores, as mais célebres das quais o relato de Eusébio sobre o Imperador Constantino e os textos bíblicos centrados nas campanhas de Josué e Gedeão (personagens aliás várias vezes invocadas nos relatos comemorativos medievais⁴³¹) – apresentam certa unidade de construção, apoiada num esquema actancial que, reduzido ao mais básico, comporta: desproporção numérica entre as forças oponentes, com predomínio das tropas pagãs; discurso galvanizador de um líder das tropas que combatem pelo verdadeiro culto; milagre que sinaliza e antecipa a vitória destas últimas forças; derrota final dos pagãos. Consoante os contextos

⁴²⁶ CINTRA (1999a). Também ESTEVES (1995). Veja-se que o artigo de L. Cintra é dos anos 50.

⁴²⁷ Fernão Gonçalves e Afonso Henriques surgem-nos aqui aparelhados de forma que, de resto, pouco terá de casual, tratando-se dos heróis fundadores de, respectivamente, Castela e Portugal. Não pode, porém, olvidar-se que o que explicitamente os irmana no texto da C1419 é a sua característica de *guerreiros pelejando em nome da fê*.

⁴²⁸ RAMOS (1997).

⁴²⁹ NASCIMENTO, ed. (2001).

⁴³⁰ PIMENTA, ed. (1948).

⁴³¹ Por exemplo, no *De Expugnatione Scalabis*.

epocais, sociais, religiosos ou outros, este esquema vai sendo preenchido e enriquecido com diversos elementos, por exemplo uma violenta tempestade que, cumprindo os desígnios de Deus, desvia uma tripulação da sua rota, fazendo-a arribar a uma zona de combate com os infiéis; ou a referência à recuperação de terras que estavam outrora na posse dos detentores da verdadeira fé e passaram depois, por pecados vários, para as mãos dos infiéis.

É patente que o relato da batalha de Ourique de acordo com a C1419 cumpre rigorosamente esta pauta, nada lhe faltando: lá estão, com efeito, a desproporção numérica entre cristãos e mouros, com predomínio destes últimos; o discurso de D. Afonso Henriques a seus homens apontando (i) que a razão lhes assistia em virtude de pelejarem pela verdadeira fé e pela recuperação de territórios ilegitimamente usurpados pelos infiéis e por isso (ii) Deus não deixaria de os amparar, tal como no passado amparou outros guerreiros que lutavam pelo Seu nome e conseqüente recuperação de terras (tal o caso de Fernão Gonçalves); e também o prodígio celeste anunciando a vitória dos cristãos, que, efectivamente, vem a ocorrer. Notar-se-á que a presença de um intermediário entre o plano divino e o plano terreno (o ermitão) não parece tão frequente e dever-se-á ao influxo directo das histórias do conde castelhano⁴³². Mas, na sua globalidade, o relato da batalha de Ourique que aqui nos surge prolonga claramente toda esta tradição de escrita e, como tal, tem como função principal a de colocar o prélio sob o designo da guerra santa, deixando o seu resultado nas mãos de Deus. O receptor coevo estaria, aliás, certamente consciente da existência dessa tradição, e incluiria nela o texto da C1419, pondo D. Afonso Henriques e seus fiéis aliados a par de uma longa galeria de heróis que combatiam pela fé.

Por outro lado, e tal como sucedia com as mortes de D. Henrique e Egas Moniz, parece-me haver um nível de correlação que liga a batalha de Ourique a um outro episódio, desta vez o da cura milagrosa de D. Afonso. Antes de mais, porque nesse combate se começa a cumprir, de forma explícita, o desígnio de Cristo destruir infiéis por intermédio de Afonso Henriques; depois, porque o aparecimento de Cristo a D. Afonso mimetiza o aparecimento da Virgem Maria a Egas Moniz, no que me parece constituir uma estratégia de hierarquização entre as personagens semelhante à que atrás

⁴³² Mas pense-se, por exemplo, no enviado de Deus sob a aparência de pastor que, na batalha das Navas de Tolosa, indica aos reis cristãos um trilho secreto que, sendo percorrido, lhes garantiria uma posição estratégica que lhes daria a vitória militar contra os mouros (personagem que é já mencionada em textos pouco posteriores à batalha: BREA, ed., 1999, p. 52). Embora, no plano literal, este episódio lembre alguns estratagemas militares clássicos (como o da batalha das Termópilas), basta a presença explícita de um enviado de Deus para que o aproximemos funcionalmente do ermitão de Ourique.

apontei acerca de D. Henrique e seu filho; ou seja: D. Afonso Henriques, *porque rei*, é agraciado pela visão de uma figura celeste de mais alta hierarquia – e talvez isto ajude a explicar o facto, relativamente inusual, de ser o próprio Cristo a protagonizar o milagre de Ourique⁴³³.

Não procedendo, portanto, propriamente a rasuras ou modificações – mas antes a acrescentos –, a C1419 acaba por dotar a jornada de Ourique de significados bem diversos dos que ela possuía na C1344, acrescentando-lhe vectores de guerra santa. Diga-se, entretanto, que esses acrescentos não chegam a alterar a forma como uma e outra crónica tratam a fonte da legitimidade régia de D. Afonso, que continua sendo a virtude guerreira e a eleição pelos seus homens. Quer isto dizer que o milagre não tem aqui a função, que depois lhe virá a ser associada, de escolha divina do rei ou garantia providencial da existência e manutenção do reino de Portugal enquanto entidade autónoma⁴³⁴. Virtude guerreira e eleição são, de resto (há interesse em mencioná-lo), juntamente com a hereditariedade⁴³⁵, os três principais processos de instituição da dignidade régia (e dos governantes, em geral) que o Infante D. Pedro aponta na sua *Virtuosa Benfeitoria*⁴³⁶, reconhecendo que a elevação de reis por intervenção divina

⁴³³ A relativa inusualidade do aparecimento de Cristo foi notada e comentada por MAURÍCIO (1989). Antecipe-se, todavia, que na C1419, Cristo voltará a aparecer, desta vez a um exército de portugueses e cruzados europeus, no contexto da tomada definitiva de Alcácer do Sal. A batalha de Ourique e a cura milagrosa de D. Afonso devem, como já sugeri, ter constado de uma mesma fonte (a *Crónica d'el Rei D. Afonso*), embora possamos atribuir ao redactor de 1419 um trabalho harmonizador.

⁴³⁴ Segundo já antecipei numa nota anterior, a predestinação divina parece situar-se, na C1419 (e ao contrário do que sucede, como noutra secção veremos, na *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão), a um nível específico de carisma pessoal conferido a D. Afonso Henriques. Não obstante, a crítica vai propendendo a anular diferenças entre as várias narrativas do milagre, construindo uma espécie de *Ur-Ourique* que, no essencial (i.e., no suposto amparo divino ao reino de Portugal), poucas alterações teria sofrido ao longo do tempo. Entende-se assim que, por exemplo, o Prof. António José Saraiva, lendo a aparição de Cristo em chave tipicamente nacionalista, relacione o surgimento do milagre com as guerras luso-castelhanas de finais do século XIV: SARAIVA (1988). Devemos, por outro lado, procurar ter sempre presente que não existem propriamente *contextos* históricos, mas sim *contextualizações* históricas (segundo nos lembra V. M. Aguiar e Silva num muito refrescante artigo intitulado «A “leitura” de Deus e as leituras dos homens»: SILVA, 1987). O perigo consiste em que, várias vezes, se constroem *contextos* a partir de textos que depois, e num processo ferido de circularidade, são interpretados à luz desses mesmos *contextos*. Como nos recorda D. Catalán, a sincronia entre as mudanças textuais e as causas materiais ideológicas que pretensamente as condicionam «suele admitir[se] demasiado expeditivamente (si es que no se cae, de forma aún más grave, en el circularismo de datar la novedad acudiendo a la historia y luego ponerla en relación con esse determinado “tiempo” sócio-histórico)» [citado por I. Fernández-Ordóñez no Prefácio a DIAS, 2003].

⁴³⁵ E recorde-se o empenho da C1419 em dizer que D. Afonso Henriques descendia de reis tanto pelo pai, como pela mãe.

⁴³⁶ Especialmente no capítulo XVIII do Livro II. Vejam-se os comentários de SCARLATTI (1974), que recolhe também as interpretações, divergentes entre si, de Paulo Merêa e António José Saraiva, mas não se dispense a leitura directa da *Virtuosa Benfeitoria*, sem dúvida o mais interessante tratado político-ideológico da Idade Média portuguesa, disponível na edição crítica de CALADO, ed. (1994).

directa, podendo acontecer, não será todavia muito frequente⁴³⁷. A C1419, mantendo, neste ponto, o essencial da C1344, está, por isso, também em perfeita sintonia com a produção teórica saída da corte régia portuguesa⁴³⁸.

A introdução do milagre obrigou, porém, a C1419 a adaptar a descrição do escudo real herdada da C1344:

«el rey dom Affonso de Portugal, por memoria daquelle boo aqueecimêto que lhe Deus dera⁴³⁹, pos no seu pendom cinco escudos por aquelles cinco reys e poseos em cruz por renêbrança da cruz de Nosso Senhor Jhesu Christo. E pos em cada hũu escudo XXX dinheiros por memoria daquelles XXX dinheiros por que Judas vendeo Jhesu Christo» [C1344⁴⁴⁰]

«Estando ay el.rey, por se nembrar da merçe que lhe Deos fizera acreçentou em suas armas synais que fosem demostrados em rrenembrança das cousas que lhe acontecerom e eso mesmo da merçe que lhe Deos fizera. E *pelo aparecimento que lhe Nosso Senhor Jhesu Christo apareçera em a +* pos sobre as armas bramquas que ele trazia *hũa + toda azul*⁴⁴¹ e polos cimquoo reys que lhe Deos fizera vemçer departyo a + em cinco escudos e em cada hum escudo meteo trinta dunheyros a reveremçia da morte e payxão de Noso Senhor Jhesu Christo, que foy vendido por XXX dinheyros» [C1419⁴⁴²]

Ao mesmo tempo que introduzia uma das suas habituais actualizações:

«E os reys que depois vierom, vendo como se não podia meter em cousas pequenas em que se armas trajem, asy como em maças de espadas e em outras taes semelhantes cousas que pequenas sejam, puserom em cada hum escudo çimquo dinheyros em aspa e, contando cada hũa careyra da + cada vez com meyo escudo, fizerom xxx dinheyros e asy os trazem aguora quando esta caroniqua foy começada⁴⁴³»

⁴³⁷ E talvez haja que distinguir entre a origem divina da instituição régia e a ocupação efectiva do trono por este ou aquele indivíduo.

⁴³⁸ Muito antes disso, já a *Vita Theotonii* considerava a «invencibilidade e coragem» de Afonso Henriques «nas lutas marciais», juntamente com a «sua ilustre nobreza [i.e. ascendência]», as causas da sua elevação à dignidade régia: MATTOSO (2006), p. 122.

⁴³⁹ Aprecie-se como a C1344, apesar de não desenvolver a imagética da guerra santa, não é de todo insensível ao auxílio divino em Ourique.

⁴⁴⁰ CINTRA, ed. (2009), I, pp. 224-225.

⁴⁴¹ Repare-se como aqui é ainda escassa a funcionalidade desta cruz azul, que, posteriormente, uma parte da historiografia nacionalista do século XVI transformará em signo da antiguidade do reino, considerando-a anterior a D. Afonso Henriques e mesmo, em alguns casos, a D. Henrique: MOREIRA (no prelo).

⁴⁴² CALADO, ed. (1998), pp. 23-24. Itálicos meus.

⁴⁴³ CALADO, ed. (1998), p. 24. É genericamente aceite que foi com D. Fernando que as armas reais portuguesas passaram a ter um número fixo de besantes (cinco) em cada escudete; não obstante, já em épocas anteriores, e notoriamente durante o reinado de D. Dinis, se encontram diversos escudos com essa característica: ABREU E LIMA (1998). Deve, por outro lado, lembrar-se que o Conde de Barcelos, ao descrever as armas reais portuguesas, *estava também a descrever as armas da sua própria linhagem*. E bastará termos presente o seu grandioso túmulo, em que as armas da Casa Real ocupam lugar de destaque, para nos apercebermos da importância que D. Pedro atribuía a esse sinal identitário.

A seguir à batalha de Ourique, a C1344 dedica dois capítulos (DCCIX e DCCX na edição Cintra) aos confrontos do rei português com as autoridades eclesiásticas, incluindo a célebre cena da eleição canonicamente irregular de um Bispo Negro. A C1419, por sua vez, prossegue com um par de capítulos (15 e 16) dedicados à primeira e mal sucedida tentativa de D. Afonso resgatar o corpo de S. Vicente, mas logo a partir do capítulo 17 retoma a C1344, copiando dela os confrontos entre a autoridade régia e as autoridades eclesiais. A transcrição é muito fiel, havendo a notar somente duas pequenas, mas significativas, modelações. A primeira delas afecta a personagem de D. Teresa. De acordo com a C1344, foi o facto de D. Afonso ter prendido a mãe após a batalha de S. Mamede que originou os seus conflitos com as autoridades eclesiásticas, pois, tendo essa prisão chegado aos ouvidos do Papa, logo o Sumo Pontífice encarregou o Bispo de Coimbra de exortar o rei a pôr-lhe cobro. Este esquema foi mantido pela C1419, mas, nela, é a própria rainha quem se queixa ao Papa, de forma semelhante ao que sucedera anteriormente com seu sobrinho, Afonso VII:

«Ao Papa foy dito como el rey dõ Affonso de Portugal tiinha sua madre presa e que a nõ queria soltar. E elle lhe mandou dizer per o bispo de Coimbra que soltasse sua madre» [C1344⁴⁴⁴] ~ «Estando el.rey dom Afonso Amriquez em Coimbra, sua madre se enviou querelar ao papa em como a tinhão em prisão tantos tempos avia e o padre santo teve aquela cousa por muyto estranha e muy mal feyta. E o bispo de Coimbra era entom la na corte de Roma e o papa ho chamou⁴⁴⁵ e mandou.lhe que viesse a el.rey e lhe trouvese suas letras e lhe disese que lhe mandava que tirase sua madre de prisão» [C1419, p. 27⁴⁴⁶]

O que, conjugado com a forma como a Crónica tinha vindo a justificar as acções de Afonso Henriques para com a mãe, acentua o carácter negativo de D. Teresa, responsabilizando-a por mais um conjunto de obstáculos que o rei teria de ultrapassar⁴⁴⁷. Por outro lado, aquilo que na C1344 são ameaças dirigidas ao rei e à sua terra (num sentido que parece essencialmente patrimonial), transforma-se na C1419, e por diversas ocasiões, em ameaças ao *reino*, vocábulo que, como veremos, o redactor quatrocentista usa frequentemente para se referir, com tonalidades afectivas e numa acepção simultaneamente humana e geográfica, a Portugal:

⁴⁴⁴ CINTRA (2009), IV, p. 225.

⁴⁴⁵ Note-se também a introdução de elementos realistas, estratégia muito usada pelo redactor da C1419.

⁴⁴⁶ Sempre que uso esta forma abreviada de fazer remissões para o texto da C1419 é às páginas da edição de Adelino Calado que me refiro.

⁴⁴⁷ Segundo viu bem ALFONSO - PINTO (1999), pp. 221-222. Estratégia semelhante é usada a respeito do Cardeal romano que vem «pregar a fê» ao rei, personagem a quem a C1419 adjudica o adjectivo *traidor*, assim acentuando que a razão estava do lado do rei de Portugal, circunstância para que também chama a atenção ALFONSO - PINTO (1999).

«e que, se o nõ quisesse fazer, que o escomũgaria [C1344]» ~ «e, se fazer não quysese, que posese antredito em todo o reygno [C1419, p. 28]»; «e, ao cantar dos gallos, escomũgou toda a villa e foyse [C1344]» ~ «Quando cantava o galo escumungou toda a vila e el.rey e todo o reyno, e cavalgou e foy.se seu caminho [C1419, p. 30]»

Além disso, a C1419 continua a manifestar preocupações com a coesão do discurso. Após ter narrado a perseguição de Afonso Henriques ao Cardeal romano com a intenção de lhe cortar a cabeça, o pedido de clemência do prelado e as condições impostas pelo rei (que o Papa lhe enviasse uma carta garantindo que Portugal nunca mais fosse escumungado), a C1344 diz que

«o cardeal outorgou todo o que el rey quis e desy foisse sua vya. E, ante que os IIII meses fossem conpridos, lhe veo a carta. E, des ally em diante, fez el rey dõ Affonso en toda sua terra arcebispos e bispos e beneficiados quaaes elle quis⁴⁴⁸»

Logo a seguir, e de forma tão desconchavada que denuncia às claras o recurso a uma fonte diversa⁴⁴⁹, retorna, porém, ao encontro entre o rei e o Cardeal, inserindo uma cena em que D. Afonso se despe com o intuito de revelar uma série de cicatrizes ganhas nas lutas contra os mouros⁴⁵⁰. Este desajustamento narrativo levou o redactor quatrocentista a aperfeiçoar o texto, deslocando a amostragem das cicatrizes para antes da chegada da carta, ao mesmo tempo que, com base numa fonte desconhecida, inseria uma nova cena, mais cómica que patética:

«E, esto feito, amtes que o cardeal partise, desvestyo el.rey sua capa pele e amostrou.lhe muytos synais de feridas que tinha no corpo e dise: “Cardeal, em como eu sam irege bem se mostra nestes synais destas feridas [...]”. Entam se foy o cardeal. [...] E o papa o reprendeo muyto por elo, dizendo que tal cousa como aquela somente pertemçia à see apostoliqua e não era dado a ele nem a outro nêhum prometer nem fiquar por tal razom. “Senhor santo padre”, dise o cardeal, “eu não diguo a carta, mas se a cadeira de Sam Pedro fora minha eu lha deixara de boa mente por escapar de suas mãos, ca, se vós virades hum cavaleyro tam forte e tão espantoso como ele e ter.vos hũa mão no cabeção e a outra com a espada alçada pêra vos cortar a cabeça, e o seu cavalo não asoçegamdo, e esgaravatava que já parecia que fazia a cova em que me avia de soterar, vós lhe deres a carta e o papado por escapar da morte. Porem não me devês de culpar” [C1419, pp. 31 – 32]»

⁴⁴⁸ CINTRA (2009), IV, p. 229.

⁴⁴⁹ No que diz respeito aos confrontos de D. Afonso com Roma e até à chegada da carta exigida pelo rei, a C1344 limita-se, com efeito, a seguir a *Primeira Crónica Portuguesa*. Mas a cena seguinte é alheia a esta fonte. Se a passagem em causa não documentar o recurso a outra fonte, documenta pelo menos, e deveras, uma inabilidade compositiva por parte do Conde de Barcelos.

⁴⁵⁰ Sobre esta cena, é fundamental ter presente as considerações de ROSA (1996).

Só depois concluiu o episódio:

«E entom lh.outorgou ho papa a carta pela guisa que o ele quis e mandou.lha a el.rey amte de quatro meses. [...] E fez el.rey dom Afonso, enquanto viveo, bispos e arcebispos em suas terras quaes ele queria [C1419, p. 32]»

Prosseguia a C1344, após os episódios de confronto entre o Rei e as autoridades eclesiásticas, dando conta (capítulo DCCXI da edição Cintra) de uma série de conquistas no Centro:

«Conta a estoria que, quando el rey dom Affonso compria XXIII anos de sua idade, que entom tomou aos mouros Leirea e Torres Novas, a el rey Ismar que era rey da Estremadura. E andava a era em mill e [...] anos⁴⁵¹»

O redactor quatrocentista aproveitou-as, mas, porque possuía mais informações sobre essas campanhas, construiu um relato mais desenvolvido e procedeu a alguns importantes arranjos textuais. Uma fonte desconhecida (ou umas fontes desconhecidas) mencionava(m) a união de Ismar com Abezerey, alcaide de Santarém, e a destruição por ambos provocada no castelo de Leiria (incluindo a captura do Alcaide Paio Guterrez), bem como a posterior retaliação do prior de Santa Cruz, Teotónio, que, pegando em armas, conquistou Arronches, entregando-a à autoridade do Rei depois deste ter recuperado a posse de Leiria⁴⁵². Foi este conjunto de acções que o autor da C1419

⁴⁵¹ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 230.

⁴⁵² O episódio é aliás curioso, porque parece simultaneamente conferir e recusar ao prior Teotónio o direito a exercer prerrogativas militares. Conferir, porque vemos Teotónio pegar *muito naturalmente* em armas após lhe terem chegado notícias da captura de Leiria (cujo domínio pertencia, diz o texto, ao mosteiro de Santa Cruz); recusar, porque, para além de Teotónio ser explicitamente culpado da perda temporária dessa cidade («E, porque el.rey vyo que o prior a que ele a amte dera nom a gardara bem, pos no alcaçer e na vila guarda qual convinha pêra a sua defenssom», CALADO, ed., 1998, p. 33), o texto atribui-lhe uma fala destinada a assinalar o carácter excepcional da sua pegada em armas: «[...] pero, pelos nossos pecados foy tomada [Leiria] de mouros, como vós bem sabês, pela qual cousa eu ouve tão grande tristeza que não soube al que fazer senão leyxar a maneyra de meu vier [*sic*] ordenada e tomar vida de andar em guera», CALADO, ed. (1998), p. 33. Vai ainda um pouco nesse sentido o desenlace do episódio, com D. Afonso Henriques a considerar que «os negócios temporaes não convinhão a tal auto a religiosos, mormente em feyto de guera», pelo que concedeu a jurisdição espiritual de Leiria e Arronches a Santa Cruz, mas reservou para a Coroa a jurisdição temporal de ambas estas localidades. Alvitria também que esta narração tenha cumprido, em algum momento, a função de justificar que estas cidades pertencessem à Coroa, porventura num contexto de disputa entre ela e o mosteiro crúzio. Veja-se, por fim, que a chamada *Iª Crónica Breve* (compilação historiográfica que resultou da cópia, na primeira metade do século XV e em Santa Cruz de Coimbra, de materiais historiográficos que se achavam na biblioteca desse mosteiro) inclui [CRUZ, ed., 1968, p. 94] um resumo desta mesma narrativa, mas em que o protagonista, sendo também prior de Santa Cruz, é todavia apelidado de «Dom Joham». É possível que a *Iª Crónica Breve* reflecta a mesma fonte que a C1419, e tenha sido o cronista quem substituiu João por Teotónio, de acordo com a verosimilhança histórica. E haverá, decerto, algo de perturbador em nos surgir aqui um prior João que realiza feitos militares no Centro de Portugal e se aproxima, por isso, de outro – e célebre – abade João guerreiro, naturalmente o Abade de Montemor, personagem já conhecida pelo (mal) chamado *Poema da Batalha do Salado* de Afonso Giraldes (meados do séc. XIV).

colocou na sequência da batalha de Ourique (cap. 19⁴⁵³), introduzindo-as mediante uma habitual frase de orientação: «E ora leyxa a estoria de falar de.rey dom Afonso e torna às cousas que fez el.rey Ismar depois de vençido no campo d.Ourique, e diz desta maneira⁴⁵⁴». Já num momento anterior, situado entre o regresso de Egas Moniz de Castela e a campanha de Ourique (final do capítulo 11), a Crónica tinha mencionado as conquistas de Leiria e Torres Novas, e a entrega da primeira destas localidades ao Mosteiro de Santa Cruz. Fê-lo, certamente, por razões cronológicas, pois a tomada de Leiria é aí explicitamente localizada a «dez dias de novembro, andando então a era em mil e çemto e cinquenta e çinquo anos», tendo D. Afonso «xxiii anos de idade⁴⁵⁵». É exactamente essa a cronologia da C1344 (sendo irrelevante para o caso, e possivelmente devida ao processo de cópia, a divergência de um ano na vida de D. Afonso entre ela e a obra quatrocentista), significando isso que a C1419 tornou mais coerente o texto da sua fonte principal, ao mesmo tempo que lhe juntava informações vindas de outros textos.

A partir daqui, e até ao final do reinado de Afonso I (capítulos DCXI – DCCXIV da edição Cintra), a C1419 vai geralmente incorporando o texto da C1344, acrescentando-lhe episódios ou informações colhidas noutras fontes. Assim, na conquista de Santarém, mistura o texto de D. Pedro (conversa junto ao rio Arnado entre o Rei, Lourenço Viegas, Gonçalo de Sousa e Pêro Pais; tomada nocturna da cidade, em que se destacaram Mem Moniz, o bastardo régio Pedro Afonso e Pêro Pais; fuga do alcaide de Santarém) com o relato muito mais extenso e pormenorizado do *De Expugnatione Scalabis*. Por razões de clareza e coerência expositiva, a C1419 omitiu, todavia, a alusão à morte de Egas Moniz a caminho de Ourique (pois havia-a mencionado no local cronologicamente correspondente) e inseriu os nomes de Lourenço Viegas e Gonçalo de Sousa entre os homens que subiram os muros da cidade⁴⁵⁶ (a C1344 só mencionava estas figuras a propósito da conversa do rio Arnado). Preferiu, além disso, o texto do DES em algumas passagens em que o seu conteúdo era idêntico

⁴⁵³ Há aqui uma interessante divergência entre P e C. Em C, este capítulo não tem epígrafe, não obstante o desenho da capital sinalizar o início dele [CALADO, ed., 1998, p. 32]. P, pelo contrário, tem graficamente uma epígrafe, que corresponde ao que em C é a última frase do capítulo anterior: «Ora leixa a historia da cronica de falar delrey dom affonssso e torna a elrey jsmar das cousas que fez despois q. Foi vencido nos câpos de Ourique» [BASTO, ed., 1945, p. 78]. Trata-se da única epígrafe com essa estrutura frásica em toda a crónica, o que garante que foi o copista de P, ou o de um seu antecedente, quem transformou em epígrafe o que inicial e funcionalmente não o era. O facto de a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão estar, neste ponto, próxima de C, indica que tenha sido o próprio copista de P quem procedeu a essa operação, pois, como adiante se verá, o exemplar da C1419 manejado por Galvão pertencia ao mesmo ramo que P.

⁴⁵⁴ CALADO, ed. (1998), p. 32.

⁴⁵⁵ CALADO, ed. (1998), pp. 16-17.

⁴⁵⁶ CALADO, ed. (1998), p. 45.

ao da C1344 (tomada nocturna da cidade), mas noutras (substituição do Mem Ramires que aparecia no texto latino pelo Mem Moniz que aparecia no texto em vulgar), acolheu, pelo contrário, a lição da Crónica trecentista. Nenhuma destas fontes deixa, portanto, de estar sujeita ao crivo de uma razão ordenadora, embora as opções do compilador nem sempre obedeçam a lógicas facilmente discerníveis. Um acrescento particularmente curioso ocorre no momento da fuga do alcaide de Santarém em direcção a Sevilha. Segundo a C1344, o Rei de Sevilha, estando «ẽ cima da Torre do Ouro», viu vindo o alcaide «e, como o devisou, logo o conheceo⁴⁵⁷». É manifesta a inverosimilhança: tão longe, lá do alto da torre, como saberia o Rei que aquele homem que ali vinha era o alcaide de Santarém? Pois é precisamente esse aspecto que a C1419 realça, mediante o acrescento de um pequeno diálogo entre o monarca sevilhano e os seus homens:

«E el.rey de Sevilha, mouro, estava emtam em syma da torre do ouro e, quando ho vio, como quer que o devisase de lonje, loguo o conheço e dise àqueles que com ele estavom: “Vedes aquele que vem a grande presa? He Abezero, alcayde de Santarem, se o eu mal não conheço”. “Como o podes vós conhecer de tam longe?” , disserom os outros. “Sem dúvida”, disse ele, “aquele he. [...]” [C1419, p. 45⁴⁵⁸]]»

Prossegue a C1344 (início do capítulo DCCXIII da ed. Cintra) com a conquista de Lisboa e subsequente divisão de terras pelos grandes senhores estrangeiros que ajudaram o Rei a tomá-la. Quase todas essas informações são aproveitadas pela C1419, que as dilui no meio de texto oriundo da sua fonte principal para este feito, o *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente (RFV)*. Sempre que a C1344 fornece algum dado não existente no RFV (doação de terras a quatro capitães europeus e estabelecimento das suas linhagens em Azambuja, Vila Verde, Lourinhã e Atouguia), a C1419 retém-nos, misturando-os com o texto oriundo do RFV (capítulos 26 e 27 da C1419); mas,

⁴⁵⁷ CINTRA, ed. (2009), p. 232. O desenvolvimento do episódio é bem conhecido: conforme a atitude do alcaide, disse o Rei, assim saberiam a sorte de Santarém, pois, se o alcaide parasse para dar de beber ao cavalo, tal significaria a perda da cidade. E, efectivamente, o alcaide parou, o cavalo bebeu, e Santarém perdeu-se.

⁴⁵⁸ Coloco em itálico as inovações da C1419. Note-se também que na C1344 o alcaide de Santarém é chamado «Cetrim». O nome «Abezerey» surge na C1419, pela primeira vez, na notícia da tomada de Leiria pelos mouros, e pode acontecer que ele constasse da fonte aí seguida. Adelino Calado identifica-o com «Abu Zacaria» [CALADO, ed., 1998, p. 283], e considera que é também a ele que a Crónica se refere numa fala de D. Afonso Henriques sobre as excelências de Santarém: «nem Abzera, que teve o senhorio dela [Santarém] per espaço de xxxiiiiº anos» [CALADO, ed., 1998, p. 36]. É uma identificação que tenho dificuldade em subscrever, pois tudo nessa frase aponta para um indivíduo que teria vivido no passado. A. Calado deve, aliás, ter seguido a opinião de Machado de Faria, que apresenta a mesma identificação em TAROUCA, ed. 1952-1953, III, p. 112.

havendo concordância entre a C1344 e o RFV (tomada da cidade «per força d'armas⁴⁵⁹» e data em que isso ocorreu⁴⁶⁰), é o texto deste último, por mais completo, que a obra quatrocentista acolhe. Esta mesma lógica explicará o comportamento da C1419 para com o resto deste capítulo da C1344. Efectivamente, o redactor quatrocentista dispunha de um maior número de informações sobre grande parte das acções aí contidas, designadamente sobre as conquistas na Estremadura e Alentejo, e as fundações de Alcobaça e S. Vicente de Fora⁴⁶¹, e preteriu, por isso, o texto do Conde de Barcelos pelo texto de outras fontes que foi reunindo. Só acerca do casamento e descendência do Rei seguiu literalmente a lição da obra trecentista. Ao contrário da C1344, que, de acordo com as convenções genealógicas, fala em conjunto do casamento e da descendência do Rei, a C1419, guia-se, contudo, pelo critério cronológico, tratando primeiro (capítulo 19) do casamento do Rei, e só muito depois (capítulo 32) da sua descendência. A cronologia sobrepõe-se aqui claramente à genealogia enquanto princípio ordenador do discurso. Diferente é o que sucede com a parte final deste capítulo, totalmente rejeitada pela C1419. E se a omissão da mudança na atitude de D. Afonso para com o divino⁴⁶² poderá explicar-se por incompatibilidade com o carácter de predestinado que o Rei tem no texto quatrocentista, confesso-me impotente para deslindar a lógica subjacente (se alguma há) à exclusão do seguinte trecho:

«E este rey dom Affonso começou a hordem de Santiago e deu ao espital de Jherusalem LXXX mil maravedis en ouro pera comprar herdade de tanta renda, per que dessem aos enfermos da enfermaria senhos pães quêetes e senhos vasos de vinho por que o metessem cada dia ã oraçom⁴⁶³.»

⁴⁵⁹ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 232.

⁴⁶⁰ A C1344 é todavia menos precisa que o RFV, limitando-se a apontar o mês, Outubro, da conquista da cidade. Apesar disto, diz um pouco depois, e a respeito da fundação do Mosteiro de São Vicente, que «E o dia que a cidade [Lisboa] foy tomada era dia de Sam Crespim, VIII dias de Novêbro na era de mil [...] anos» [CINTRA, ed., 2009, IV, p. 234]. Não é impossível que esta segunda informação reflecta um conhecimento do RFV por parte do redactor da C1344. Para uma descrição global do texto latino, veja-se o capítulo consagrado às relações entre o RFV e a C1419.

⁴⁶¹ «a que [D. Afonso I] pos nome San Vicente de Fora» [CINTRA, ed., 2009, IV, p. 234].

⁴⁶² «Este rey dom Affonso, ã sua mancebia, foy muy bravo e esquivo. Mas despois foy muy manso e mesurado e bõ cristãao e fez muyto serviço a Deus. E este era o mais esforçado cavalleiro assi em armas como en força que avya em Espanha nã de que os mouros mayor medo avyam» [CINTRA, ed., 2009, IV, p. 234]. A C1344 herdou este fraseado da *Primeira Crónica Portuguesa*, que, conforme procurei defender em MOREIRA (2008), pp. 67-70, o usou como forma de harmonizar o episódio do bispo negro com um bloco analítico essencialmente dedicado às conquistas e fundações piedosas do monarca.

⁴⁶³ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 234. A passagem vem já da *Primeira Crónica Portuguesa*, e consta também do *Livro de Linhagens* (que todavia se revela especialmente interessado nas dádivas do Rei às ordens militares), pelo que não será operacional pensar-se numa hipotética interpolação na segunda redacção da C1344. Como noutra secção se verá, a passagem reaparece na Crónica de Duarte Galvão.

Pelo contrário, o último capítulo da C1344 especificamente consagrado ao reinado de D. Afonso Henriques (CDXIV da ed. Cintra), no qual se narra o confronto de Badajoz em que Fernando II de Leão capturou e sujeitou a menagem o primeiro rei português, foi total e integralmente aproveitado pela C1419 (capítulo 34). Ela revela-se, porém, mais distanciada em relação ao facto de isso ter sido provocado por uma maldição lançada por D. Teresa aquando da sua captura na sequência da batalha de S. Mamede, pois, enquanto a C1344 assume sem cerimónias uma relação de causalidade, dando conta dela no momento da captura do Rei:

«E elle fezeo assy como lhe foy demãdado, ca lhe nõ cõvinha de fazer outra cousa. E entom foy comprida a maldiçõ que lhe lançou sua madre quando lhe disse que ferros lhe quebrassem as pernas e preso fosse como ela era. E el rey dom Fernando, depois que teve as fortalezas e recebo delle a menagem, soltuo⁴⁶⁴»

A C1419 desloca este comentário para o final do episódio (e do capítulo⁴⁶⁵) e parece colocar-lhe certas reservas, atribuindo-o a opinião alheia:

«E sabey que este quebrantamento da perna lhe aveo a el.rey dom Afonso, segundo dizem, por o que lhe sua madre dise quando a ele pos em prisão de feros, por praga e maldição [C1419, p. 62]»

Apesar de a C1344 terminar o reinado de D. Afonso Henriques com o confronto de Badajoz⁴⁶⁶, é ainda a ela que a C1419 vai buscar a matéria do capítulo seguinte (o 35), em que se diz «Como os mouros çercarom el.rey dom Afonso em Santarem e como ho descerquou el.rey dom Fernando de Lyam», assunto a que D. Pedro, seguindo aliás a tradição afonsina, se referia apenas na narração dos feitos do Rei leonês (capítulo DCCXLV da ed. Cintra). A transcrição é fiel, embora o texto quatrocentista acrescente diversos elementos novos, tais como precisões cronológicas⁴⁶⁷, detalhes sobre o exército mouro⁴⁶⁸ e um pequeno discurso de Afonso Henriques a seus homens, porventura

⁴⁶⁴ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 236.

⁴⁶⁵ É aliás curioso verificarmos que de texto para texto este comentário foi-se afastando cada vez mais do início da narração do episódio. Na *Primeira Crónica Portuguesa* (MOREIRA, 2008, pp. 135 - 136), o comentário (em que, de resto, e contrariamente aos textos posteriores, está mais em causa a acção do Rei do que a maldição proferida por sua mãe) surge logo no início da narração e cumpre a função de a introduzir; na C1344, ele vem no seguimento da captura de D. Afonso, e na C1419, como se viu, apenas no fim da narração do episódio.

⁴⁶⁶ Depois dele surge apenas, e como é normal, a alusão à morte do Rei.

⁴⁶⁷ «E, andando então a era em mil iic ix anos e ele [o Rei mouro] açerqua de Santarem [...]», CALADO, ed. (1998), p. 63.

⁴⁶⁸ «o Albuyache juntou grande multidão de mouros de toda Andaluzia e atrevesarom per terá de Lusytanya, que he d.Amtre Tejo e Hudiana», CALADO, ed. (1998), p. 62.

oriundos da *Crónica d'el Rei D. Afonso*⁴⁶⁹. Da exclusiva responsabilidade do compilador deverá ser apenas o comentário psicológico com que se encerra o assunto:

«E sabê que, depois que foy preso el.rey dom Afonso na batalha que ouve com este rey dom Fernando de Liom, que nunca depois ouve prazer como ante avia e, quando lhe lembravom as cavalarias que soya de fazer com os mouros, e entom nom podia, loguo entresteçia. [C1419, p. 64]»

Nos reinados de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Afonso III, muito esquematicamente narrados pela C1344 (que consagra apenas um breve capítulo a cada um deles), o comportamento do redactor quatrocentista limita-se aos procedimentos genéricos atrás enunciados⁴⁷⁰: divisão da matéria pelos capítulos iniciais (casamento, filhos e principais feitos dos respectivos monarcas) e finais (morte e local de sepultura) de cada reinado, com omissão dos dados que se revelassem redundantes face ao conteúdo das restantes fontes reunidas⁴⁷¹. Antes do reinado de D. Dinis, apenas o de D. Sancho II era mais desenvolvidamente tratado pela C1344, e o redactor quatrocentista, embora aproveite esse relato de forma genericamente fiel, introduz-lhe muitas novidades⁴⁷² e algumas clarificações, estas últimas baseadas, sobretudo, em documentos de chancelaria. É certamente com base neles que, no pedido dos portugueses ao Papa para que este encontre um novo governador para Portugal, o cronista do século XV nomeia o bispo de Braga («dom Yohão⁴⁷³») e acrescenta alusões a Rui Gomes de Briteiros e Gomes Viegas (capítulo 67⁴⁷⁴), e é também a partir de fontes documentais que a C1419 acrescenta o nome do delegado papal que acompanhou o Conde de Bolonha a Portugal («avya nome frey Desyderyo⁴⁷⁵»). A C1419 antecipa também, por razões de clareza narrativa, a referência aos nobres castelhanos que fizeram parte do séquito do Infante D. Afonso de Castela na sua vinda a Portugal em auxílio da causa de D. Sancho II. Com efeito, a C1344 apenas mencionava os nomes desses nobres («Diago

⁴⁶⁹ Dada a semelhança de conteúdo, e mesmo no plano lexical, que se verifica entre estas passagens e algumas outras cuja origem tem sido adjudicada a tal Crónica, por exemplo a batalha de Ourique ou a campanha pela Andaluzia capitaneada pelo Infante D. Sancho.

⁴⁷⁰ Capítulo 1.2.1.

⁴⁷¹ Sucede isto com a alusão da C1344 a feitos militares praticados pelo Infante D. Afonso, Conde de Bolonha e futuro rei D. Afonso III, em França, alusão que a C1419 não reteve por contar com informações muito mais detalhadas sobre esse assunto.

⁴⁷² As mais importantes das quais são a transcrição de diversos documentos e os episódios de resistência dos alcaides de Celorico da Beira e Coimbra ao Conde de Bolonha (capítulos 74 e 75).

⁴⁷³ CALADO, ed. (1998), p. 125; a C1344 diz só que os portugueses enviaram «o arcebispo de Bragaa» [CINTRA, ed., 2009, IV, p. 239].

⁴⁷⁴ O redactor quatrocentista ter-se-á baseado no juramento do Conde de Bolonha em Paris, documento que transcreve no capítulo 68.

⁴⁷⁵ CALADO, ed. (1998), p. 129. A fonte para esta informação é a carta de Inocêncio IV, que surge transcrita no capítulo 71.

Lopez, senhor de Bizcaya, e dom Nuno Gonçalves de Lara, a que depois chamarõ dom Nuno, o boo, o que matou el rey Abeuça d'aalen mar en Eçyja, e outros homẽs boos⁴⁷⁶) no contexto do chamado «episódio de Trancoso», mas a C1419 insere-os logo no momento em que D. Sancho vai a Castela pedir ajuda, acrescentando, com base em fontes documentais, outras personagens:

«vinha dom Diego Lopez, senhor de Bisquaya, e dom Nuno Gonçalvez de Lara e dom Ruy Gomez de Galiza, e dom Ramiro Froyla e dom Rodrigo Froyla e dom Fernand.Eanes de Lima e outros grandes senhores, e muytas gentes [...] entraram por Portugal⁴⁷⁷ [C1419, p. 132]»

A C1419 introduz ainda um outro acrescento que, embora pareça destinado, tal como os anteriores, a precisar e clarificar o texto da C1344, acaba por ter diferentes consequências. A C1344 dizia, com efeito, na cena em que D. Sancho vai a Castela pedir auxílio contra as tropas do irmão:

«E el rey nõ quis catar por nõ hũa destas cousas; ante se foi pera Castella ao iffante dom Affonso e rogouo que veese cõ elle a Portugall e que, depois de sua morte, que lhe leixaria o regno. E o iffante veo com elle a Portugal⁴⁷⁸»

Mas esta informação terá parecido insuficiente (ou ambígua) ao redactor quatrocentista, que terá recorrido a outras fontes com vista a precisar melhor a identidade desse Infante castelhano. Essas fontes cometiam, porém, o anacronismo de considerar que o Rei castelhano a quem D. Sancho solicitou ajuda era Afonso X, e também que o Infante que se dirigiu a Portugal era D. Afonso de Molina, irmão de Fernando III⁴⁷⁹:

«[D. Sancho II] se sayo do regno e se foy a Castela pedir ajuda a el.rey dom Afonso, filho del.rey dom Fernando, o que tomou Sevilha a mouros, que então reynava. [...] E el.rey dom Afonso partira de Sevilha e, quando chegou a Toledo, achou hy el.rey dom Samcho [...]. E emvyou com ele dom Afonso de Vilhena, seu tyo, irmão de seu pay, com muitas gemtes [...] [C1419, pp. 131-132]»

⁴⁷⁶ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 239.

⁴⁷⁷ Rui Gomes, Ramiro Froila, Rodrigo Froila e Fernando Eanes de Lima são mencionados numa Carta do Arcebispo de Braga aos franciscanos da Guarda e da Covilhã, a qual foi publicada por BASTO, ed. (1946), pp. 104-106, e é referida pela C1419 [CALADO, ed., 1998, p. 133].

⁴⁷⁸ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 239.

⁴⁷⁹ Que estas informações têm origem em fontes desconhecidas e não numa iniciativa do próprio redactor vê-se pelo facto de, ao terminar o relato do reinado de D. Sancho II, a Crónica afirmar que o Rei Fernando III conquistou Sevilha no ano seguinte ao da morte de D. Sancho (cap. 76), e também pela circunstância de já a *Crónica de Alfonso X* de Fernán Sánchez de Valladolid ter cometido o mesmo anacronismo.

Por outro lado, o redactor quatrocentista não deixa de notar insuficiências na sua fonte principal, mesmo que não encontre meios de as suprir. É o que se verifica aquando do regresso de D. Sancho II e das tropas do Infante D. Afonso a Castela, passagem em que a C1344 apresentava uma simples justaposição narrativa que deixava a sequência de eventos sem a devida explicação⁴⁸⁰:

«E el rey nõ quis catar por ne hũa destas cousas; ante se foi pera Castella ao iffante dom Affonso e rogouo que veese cõ elle a Portugall (...). E o iffante veo com elle a Portugal e chegou ataa Abyul, que he IIII legoas de Leirea. E entom era ho conde dom Affonso en Obidos ca lho aviam entregado. E entom tornaronsse el rey dõ Sancho e o iffante dõ Affonso pera Castela e, en se tornando, foram pousar hũu dia ã Moreiras (...) [C1344⁴⁸¹]»

«E, posto que na coroniqua d.Espanha faça menção que el.rey dom Sancho chegou com estas gemtes atee Abul, pero não diz em ela nem achamos em nehũa das estorias que desto falom, pero nos muyto trabalhamos por saber, como vierom e que fizeram quando entraram pelo regno ou por que se tornarom tão asynha [C1419, pp. 132-133]»

O relato do reinado de D. Dinis é na C1344, juntamente com o de D. Afonso Henriques, um dos mais extensos e articulados, e não admira que o seja, vistas as relações que uniam o Conde de Barcelos ao monarca⁴⁸². Apesar da sua extensão, circunscrevem-se facilmente nesse relato quatro núcleos fundamentais: informações genéricas sobre a acção governativa e o casamento do Rei (capítulo DCCXIX da ed. Cintra); conflitos com o Infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, e com Fernando IV de Castela e Leão (cap. DCCXIX); arbitragem das contendas territoriais entre os reis de Aragão e Castela-Leão, com assinatura de pazes em Ágreda (capítulos DCXX-DCXXIII); conflitos entre o Rei de Portugal e o Infante herdeiro (capítulos DCXXIII-DCCXXV⁴⁸³). A C1419 copiou integral e fielmente os dois primeiros núcleos, acrescentando-lhes embora informações provenientes de diversas fontes documentais ou narrativas (sobretudo da *Vida da Rainha Santa Isabel*), mas modificou pontualmente o terceiro núcleo e sujeitou o quarto a uma profunda revisão de sentidos.

A respeito da arbitragem de D. Dinis no conflito territorial que opunha Fernando IV de Castela-Leão a Jaime II de Aragão, a C1344 afirmava, certamente como parte da

⁴⁸⁰ Como digo em MOREIRA (2006), o redactor da C1344 terá tido dificuldades em harmonizar a versão dos acontecimentos subsequentes à deposição de D. Sancho contida na *Primeira Crónica Portuguesa* com o episódio de Trancoso.

⁴⁸¹ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 239.

⁴⁸² Sobre a forma como a C1344 trata este reinado, veja-se PIZARRO (2005) e GOMES (2009).

⁴⁸³ Por entre a narração destes conflitos surge, todavia, um breve relato sobre o ataque do Infante D. Filipe de Castela a Badajoz, e a defesa preparada pelo Infante herdeiro de Portugal (início do cap. DCCXXIV).

estratégia de encarecimento da acção do rei português⁴⁸⁴, que D. Dinis fora o único juiz da questão:

«o Papa, sabendo esto, mãdoulhes dizer que non levãtasse guerra mas que escolhessem antre sy hũu juiz que visse a cõtêda que antre elles avya e que a determinasse e a sentença que elle hy desse, que elle a faria comprir. E elles, vêedo o mãdado do Papa, ouverõ acordo cada hũu cõ seus cõselheiros e acharom antre sy, en acordo d'ambas as partes, que en toda Espanha nõ era homẽ a que esto tanto pertêcesse como a el rey dom Denis de Portugal. [...] E cada hũu delles mandou dizer ao Papa que el rey dom Denis de Portugal era muy dereito e muy bõo e que non avya ã Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe ãvyar seu recado que o fizesse. E o Papa, vêedo a boa enformaçõ que lhe os reys delle mãdarom dizer, teve por bem de o fazer [...]»⁴⁸⁵

O redactor quatrocentista contestou, todavia, esta versão dos acontecimentos. Moveu-o a isso, certamente, a consulta dos próprios documentos assinados pelos intervenientes da questão, pois esses documentos, cujo aproveitamento pela Crónica facilmente se comprova, afirmavam a existência de outros juizes⁴⁸⁶. Contudo, se o compilador aceitou a versão dos documentos (e não a da C1344), isso deveu-se não apenas à autoridade intrínseca desses documentos, mas também ao facto de a sua versão parecer mais verosímil. Comprova-se, assim, que todas as fontes da C1419 estão sujeitas ao crivo de uma razão ordenadora:

«E di.la coroniqua que soube o papa o grande desamor amtre eles e que lhe envyou a dizer que não ouvesem amtre sy guera sobre esta rezão, mês que escolhessem hum juiz que vyse ho direito que cada hum tinha [...]. E que os reis anbos, obedecendo ao mandado do papa, acordarom antre sy que el.rey dom Denis fosse juiz daquele feyto [...]. *E mais arzezoada cousa parece, em durando a guera amtre estes senhores, fossem escolheyto dous ou tres juizes que os tirassem de suas contendas ante que as ouvesem que escolherem hum juiz soo, como quer que asy fora mais proveitoso.* Mas nós vemos sempre ho contrairo desto e, por qualquer destas rezões que fosse, a verdade he que el.rey dom Ffernando e el.rey dom James d.Aragão, por sy e por por seus soçesores, todos se louvarom *em el.rey Dom Denis e no iffante, filho del.rey dom Afonso que foy de Castela, e Amtam Xemenex, bispo de Çeragoça, que eles todos tres vysem ho direito que cada hum tinha e asy o julgasem segundo suas comçiencias e que toda cousa que eles detriminasem fosse valyosa antre eles pẽra todo sempre* [C1419, pp. 177-178]»

⁴⁸⁴ Repare-se, contudo, que também a *Vida da Rainha Santa Isabel* considera que D. Dinis foi o único árbitro desta contenda. Veja-se adiante, capítulo 2.3.3.

⁴⁸⁵ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 247.

⁴⁸⁶ O final do capítulo 103 e parte do capítulo 105 decorrem, com efeito, de documentos emitidos pelos intervenientes da questão e arquivados no chamado *Livro 5º da chancelaria de D. Dinis* (ou *Livro das Lezírias*). Estes documentos foram editados por SÁ-NOGUEIRA (2003), pp. 43-57. Há um bom resumo do contexto e das conclusões da arbitragem em PIZARRO (2005), pp. 115-123.

O restante texto da C1344 sobre este assunto já não contradiza o testemunho de outras fontes e foi, por isso, integralmente aproveitado pela C1419, com recurso a fontes documentais como forma de precisar ou complementar informações (capítulo 104⁴⁸⁷).

No relato dos conflitos entre D. Dinis e o Infante herdeiro, D. Afonso, a C1419 afasta-se consideravelmente da sua fonte principal. O texto da C1344 organiza-se em torno de dois grandes vectores: por um lado, mantém-se equidistante entre os dois lados do conflito; por outro, procura justificar as acções do Conde de Barcelos. Assim, a C1344 atribui ao diabo a origem das discórdias, e preocupa-se, desde o início do relato dos confrontos, em justificar as acções de D. Pedro:

«E, por que o diaboo he contrayro a todo bem, meteo a algũus ã coraçõ de meter todo mal antre elle [Afonso Sanches] e o iffante [D. Afonso, o filho legítimo e herdeiro], fazendolhe entender que non amava o seu serviço. E esto avyam elles por que Affonso Sanchez nõ guardava o iffante nõ se chegava a elle como compria e en esta maneira se ajuntava a elle o outro irmão que avya nome Joham Affonso que era o menor. Dom Pedro, que era o mayor, chegavasse ao iffante e aguardavao e conhocialhe senhorio. E por esta razom ouverõ os outros irmãos delle muy grande escândalo e buscarõlhe mal cõ el rey, seu padre⁴⁸⁸.»

Esta atitude mantém-se nas cenas e episódios seguintes. Com efeito, segundo a C1344, D. Pedro foi alvo de uma desleal emboscada preparada por Afonso Sanches e ajudada por João Afonso; foi vítima de intrigas que conduziram D. Dinis a confiscar-lhe as terras e o forçaram ao exílio em Castela, por onde «amdou IIII anos e meo⁴⁸⁹»; serviu de intermediário entre o Rei e o Infante, levando-os à assinatura de tratados de paz⁴⁹⁰ (tudo isto no cap. DCCXXIII); e justificou-se perante o Rei, declarando-lhe lealdade e mostrando-lhe que as acusações de que o Conde era vítima não tinham fundamento (cap. DCCXXIV). Por outro lado, assim como no início das desavenças entre os filhos do Rei as culpas eram assacadas ao diabo, é também a uma entidade externa que a

⁴⁸⁷ Há apenas uma pequena discrepância entre as duas Crónicas. Com efeito, enquanto a C1344 diz que a comitiva de D. Dinis era constituída por mil cavaleiros de linhagem, dos quais apenas refere o bastardo régio Pedro Afonso (o próprio autor do texto) [CINTRA, ed., 2009, IV, p. 248], a C1419, para além de especificar os nomes de alguns dos homens que acompanharam o rei, fala em «outros riquos homens, infanções e cavaleiros e outras muitas gemtes» [CALADO, ed., 1998, p. 179]. O redactor quatrocentista terá, pois, achado excessivo, ou pouco verosímil, o número de mil cavaleiros...

⁴⁸⁸ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 252.

⁴⁸⁹ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 253.

⁴⁹⁰ A acção de D. Pedro é aqui muito explicitamente louvada: «E, en fazer estas avêeças, foy muy boo o conde dom Pedro, ca lhe pesava muyto da maa maneira que andava antre el rey e o iffante» [CINTRA, ed., 2009, IV, p. 255].

Crónica atribui responsabilidades no começo dos confrontos entre D. Dinis e o Infante herdeiro:

«E, en este tempo, ouvesse a desavãir o iffante dõ Affonso cõ seu padre por mizcramêtos que poserom antre elles. E dizẽ que este desvayro pos antre elles hũu vylãao vogado que avya nome Gomez Lourẽço de Beja que era filho de hũu carpẽteiro dessa villa e despois foy freire de Santiago. Este, per suas fremosas pallavras, enduse muytos dos cõcelhos e outrossy dos fidalgos, fazendolhes creer suas mentirosas pallavras⁴⁹¹.»

Tratar-se-á de uma estratégia destinada a desresponsabilizar o Rei e o Infante. A imagem de ambos não é, aliás, nunca propriamente denegrida ao longo do relato, ao contrário do que sucede com outras personagens, a quem vão sendo atribuídas todas as culpas:

«[O Infante] foy sobre o castello da Feira que he ã terra de Sancta Marya e tiinhao hũu cavalleiro que avya nome Gonçalo Roiz de Maçada. E, logo que hy chegou, entregoulhe o castello, por que elle mandara dizer que veese hy e que lho entregaria. E assy cobrou o iffante o castello e elle ficou por treedor⁴⁹²»;

«Partyosse o iffante da Feyra e tornousse ao Porto e desy foyse deitar sobre Guymarãaes. E esto fez elle per consselho de Martym Anes de Briteiros que fallara com elle em puridade que ãtendia de lha fazer aver per aazo d'algũus que dentro jaziam. Mas esto achou elle en contrayro, ca stava hy hũu muy noble cavaleiro que tiinha a villa e o Alcácer [...] por a qual razõ lhe fez despois el rey Dõ Denis muytas mercees. E este cavaleyro avya nome Mãe Roiz de Vasconcelos⁴⁹³»;

«E, logo en esse verãao, tornou o iffante a Lixboa por veer seu padre e lhe mover outras cousas affora aquello que antre elles era posto. E esto per cõselho do vilãao vogado que ante dissemos e doutros que andavam fazendo estas maneiras. [...] E aquelle vogado Gomez Lourenço andava ãduzendo os cõcelhos a esta maneira⁴⁹⁴»;

«Conta a estoria que o iffante dõ Affonso, despois que foi ã Sanctarem, aquelle Gomez Lourenço vogado e Martim Anes de Briteiros e outros cõselharõlhe que se tornasse a Lixboa e que a poderia tomar a seu padre⁴⁹⁵»

A C1419 sujeitou, porém, o texto da C1344 a uma autêntica montagem destinada a justificar as acções do Rei. O redactor quatrocentista atribuiu, nesse sentido, todas as culpas ao Infante herdeiro, recorrendo a duas estratégias fundamentais. Por um lado, o redactor foi inserindo no seu relato diversos comentários pessoais; por outro, modificou o texto da C1344, com apoio, por vezes, em documentação emitida pelo próprio Rei, sobretudo os sucessivos manifestos contra o Infante.

⁴⁹¹ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 253.

⁴⁹² CINTRA, ed. (2009), IV, p. 253.

⁴⁹³ CINTRA, ed. (2009), pp. 253-254.

⁴⁹⁴ CINTRA, ed. (2009), pp. 256.

⁴⁹⁵ CINTRA, ed. (2009), p. 257.

Logo no começo da narração dos confrontos entre D. Dinis e o Infante herdeiro, o redactor insere um longo e muito bem estruturado arrazoado que, para além de servir como condenação das atitudes de D. Afonso, tem ainda o interesse adicional de tornar explícito o que a análise dos processos de escrita da Crónica nos revela: que o redactor sujeita constantemente as suas fontes ao crivo de uma razão ordenadora, podendo até omitir ou subverter o que elas dizem:

«[...] pola qual rezão lhe ele [D. Afonso] devera de ser muito omildozo. Ele, não embargando todo esto, foy.lhe senpre mui desobediente [ao Rei] em muytas cousas que devera de ser pelo contrario. Mas, porque, segundo ley de Deos, os filhos são teudos de obedecer aos pais⁴⁹⁶, e este não foy asy, *nós quyseramos escusar de poer aqui na estoria suas deligençias se nos não constranjera neçesidade dos muytos estoriadores que as já puserom em seus livros, assy que, poes elas caladas sejam per nós e não se perdem porem de memoria, convem que contemos aqui o desvairo que ele ouve com seu padre, o qual diremos melhor e mais çerto que nêhum dos que esto espereverom que ante nós foram*, e esto porque as cousas em ele conteudas a alguns não pareçom graçiosas de ouvir porque sam muito d.estrinhar. *E não he porem mal de se poerem cada hũa de tres rezões: a primeira, por louvaminheyros e mixcladores nom averem lugar antre os padres e os filhos; e a segunda, por se não dar pela a algũas pesoas por mal que delas seja dito, ainda que traga color de verdade ataa que seja sabido ho certo sem contradyção que se posa poer; e a terçeira, contando as desobediências deste iffante e a vertude na qual o contrairo desta obra resprandeçe mais craramente. E, ainda que pasamos por tão áspera mata d.omezyos quaes antre eles ouve per muitos tempos, não diremos porem senão muito pouquo. E os que escusar não pudermos diremos asaz brevemente.* [C1419, p. 193]»

Uma vez deixadas estas palavras, ficaria claro que a Crónica tomaria posição por um dos lados da contenda, o Rei. Elas funcionam, pois, como uma espécie de prólogo do relato da guerra civil, destinado a orientar a leitura desse relato. Não contente com isso, o redactor vai, contundo, deixando vários comentários que apontam sempre no mesmo sentido, o da culpabilização do Infante:

«Tres rezões achamos çertamente que moverom ho iffante dom Afonso a ser desobediente a seu padre, segundo vereis ao diante, *e nenhũa delas porem não he razoada* [...]. *Pero nehũa destas cousas não era aguisada* per muitas rezões que não curamos de dizer [C1419, p. 193]»;
«e el.rey não podia deles fazer justiça nem doutros muytos malfeytores que se yom ao iffante, *e não sem grão rezão el.rey era muyto anojado com esto* [C1419, p. 204]:

⁴⁹⁶ Notemos que o respeito e a obediência que os filhos devem aos pais são uma temática muito presente nos escritos saídos da Corte de Avis. Pode exemplificar-se com o capítulo XCVIII do *Leal Conselheiro* de D. Duarte (capítulo cujo texto fez inicialmente parte de uma carta enviada aos Infantes de Aragão), ou com o capítulo CXLIX da segunda parte da *Crónica de D. João I*.

«E, quando se as cortes ouverom de fazer, mandou.lhe el.rey dizer que vyese a elas e ele não quis hy vir nem mandar. *Com tantas palavras andou e tão fora de rezão* até que as el.rey começou sem ele, sendo porem o iffante na çidade. [C1419, p. 214]»

Além disso, a Crónica atribui a D. Afonso um vasto conjunto de malfeitorias que lhe enegrecem a imagem e servem, em contraponto, de justificação das acções do Rei. Com efeito, de acordo com o relato da Crónica (que se apoia, por vezes, nos sucessivos manifestos de D. Dinis⁴⁹⁷), o Infante pretendia para si o encargo de aplicar a justiça no reino e tinha ódio ao bastardo régio Afonso Sanches, pelo que foi arranjando várias maneiras de condicionar a acção do pai:

- mandou os seus homens participarem numa emboscada a João Afonso, outro bastardo régio (cap. 116);
- desobedeceu a uma ordem de D. Dinis para que não fosse falar com D. Maria de Molina, regente de Castela (cap. 118);
- forjou documentos nos quais constava que Afonso Sanches o tentara envenenar (cap. 119);
- difamou o Rei, dizendo que D. Dinis solicitara ao papa a legitimação de Afonso Sanches porque o Infante herdeiro andava comendo aranhas pelas paredes e por isso não tinha capacidades para vir a ser Rei de Portugal (cap. 123);
- arregimentou os malfeitores que seu pai condenara e assim ia formando bandos que assolavam e aterrorizavam o país (cap. 124), etc.

Ora, esta negativização da imagem do Infante (correlata à justificação das acções do Rei) vai afectar também alguns dos episódios que a C1419 herdou da C1344. Assim, a emboscada de que, segundo a C1344, o Conde de Barcelos foi vítima, torna-se na C1419 uma emboscada preparada pelo próprio Conde de Barcelos. Este teria sido desleal para com o Rei seu pai, e por isso teve o apoio do Infante herdeiro:

«E, por que o diaboo he contrayro a todo bem, meteo a algũus ã coraçõ de meter todo mal antre elle [Afonso Sanches] e o iffante [D. Afonso, o filho legítimo e herdeiro], fazendolhe entender que non amava o seu serviço. E esto avyam elles por que Affonso Sanchez nõ guardava o iffante nẽ se chegava a elle como compria e en esta maneira se ajuntava a elle o outro irmão que avya nome Joham Affonso que era o menor. Dom Pedro, que era o mayor, chegavasse ao iffante e aguardavao e conhocialhe senhorio. E por esta razom ouverõ os outros irmãos delle muy grande escândalo e buscarõlhe mal cõ el rey, seu padre. E tanto foy crecendo este escandallo, que ouverõ dom Affonso Sanchez e seu irmão de ajuntar todos seus

⁴⁹⁷ Um deles foi resumido por BRANDÃO (2008b), pp. 367-372. Veja-se também PIZARRO (2005), pp. 189-200 e CINTRA, ed. (2009), I, p. CXLVII, nota 55.

vassallos e amigos e ainda grande parte dos del rey per seu conssentimêto e êvyarõ todo este poder cõ Joham Affonso que fosse fazer mal e deonrra a seu irmãoo, o conde dõ Pedro. E entom Joham Affonso mãdou desaffiar o conde e mãdoulhe dizer que o esperasse IIII dias em certo lugar, ca se queria veer com elle. E o conde era muyto amado dos filhos d'algo e ajuntou tâtos vassallos e amigos que forom mais que os outros [...], ataa que veo o iffante dom Affonso de Lixboa por partir a cõtenda e tragia tam grande aguça, que, segundo dizẽ algũus, que o caminho qu epodera amdar en IIII dias, pos ã elle tres domaas. Despois desto, ordenou dom Affonso Sanchez com el rey que tolhesse a terra ao conde dom Pedro; e elle foyse pera Castella e amdou la IIII anos e meo. [C1344⁴⁹⁸]]»

«Porem [o Infante herdeiro] trabalhou muito per induzimento de seus servidores que o desaviesem del.rey seu padre. E foy per tal guisa que ho conde dom Pedro leixou todo ho amor da boa vontade que amte avya de ho servir e veyo.se pera ho iffante, servindo.o e acompanhando.o como d.amte fazia a el.rey. E, posto que ho iffante ante desto lhe quijese mor mal que a Afonso Sanches, em guisa que nam avia homem de que tamto mal disese como dele, depois que leixou de fazer vontade a el.rey seu senhor e o desservio, des então ho amou ele e lhe mostrou grande bẽequerença. E hũa vez lhe foy feyta asuada da parte do conde dom Pedro contra dom Yohão Afonso, seu irmão, o mayor filho que avia el.rey. E o iffante enviou seus vasalos com ho dito conde em sua ajuda contra vontade de seu padre, ao qual dom Yohão foy feita injuria. E por esto tirou el.rey ao conde a terra que avia e ele foy.se entom pera Castela. E o iffante enviou rogar asynadamente à raynha dona Maria por ele, que o ouvесе em sua encomenda. [C1419, p. 194]]»

E assim como a C1419 omitiu, nesta passagem, a alusão ao diabo, também a figura de Gomes Lourenço, o filho de um carpinteiro de Beja a quem a C1344 atribui as maiores responsabilidades nas desavenças entre D. Dinis e o Infante⁴⁹⁹, é totalmente silenciada pelo redactor quatrocentista. Para ele, havia apenas um grande culpado por todos os confrontos e males que daí decorreram: o Infante herdeiro, D. Afonso⁵⁰⁰.

Por outro lado, as lacunas do ms. C impedem-nos de perceber de que forma a C1419 usou o relato do reinado de D. Afonso IV constante da C1344 (capítulos DCCXXVI e DCCXXVII da ed. Cintra), ou mesmo se o usou.

2.2. Fontes estruturais suplementares.

2.2.1 O De Expugnatione Scalabis.

⁴⁹⁸ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 252.

⁴⁹⁹ CINTRA, ed. (2009), IV, pp. 253 e 256.

⁵⁰⁰ Além disso, até a afirmação, historicamente correcta, da C1344, segundo a qual D. Pedro Afonso era o mais velho dos filhos ilegítimos do Rei, foi rejeitada pela C1419, que atribui esse lugar a D. Afonso Sanches (porventura sugestionada pelos importantes cargos desempenhados por este bastardo): CALADO, ed. (1998), p. 94, numa passagem em que o ms. C contém, todavia, um texto aparentemente lacunar. No excerto acima transcrito [CALADO, ed., 1998, p. 194], a Crónica parece, porém, dizer que João Afonso era o filho mais velho do Rei.

Assim como a C1344 é o texto em que assenta todo o relato da C1419, sendo nele insertas as passagens provenientes das restantes fontes, há outros textos que cumprem a mesma função a respeito de determinado episódio, e a que chamarei, por isso, de «fontes estruturais suplementares». Seguindo a ordem do discurso, o primeiro a considerar é um relato latino sobre a conquista de Santarém [A. D. 1147] possivelmente redigido no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra⁵⁰¹ em meados ou finais do século XII (embora o único manuscrito conhecido seja originário do Mosteiro de Alcobaça e se encontre actualmente à guarda da Biblioteca Nacional⁵⁰²), ao qual Alexandre Herculano atribuiu o título convencional de *De Expugnatione Scalabis* (DES)⁵⁰³. Foi, com efeito, nele que a C1419 baseou o essencial dos capítulos dedicados a essa conquista (20 a 25 na numeração de Adelino Calado), completando-o com recurso a fontes adicionais.

Pode dizer-se que a Crónica se manteve genericamente fiel ao conteúdo do DES, mas procedeu a importantes reformas discursivas e organizacionais. A modificação mais visível na passagem do texto comemorativo ao texto historiográfico diz respeito à voz de enunciação. Em DES, e após uma introdução inspirada no modelo da «liturgia do ofício coral – especificamente, [do] invitatório de matinas⁵⁰⁴» da responsabilidade de «um director de coro virtual⁵⁰⁵», ela é assumida pelo próprio rei, Afonso Henriques. Na C1419, ela é, pelo contrário, adjudicada a um narrador externo à acção e implícita ou explicitamente situado a uma grande distância temporal dela. Tratar-se-á de uma modificação condicionada pelas regras próprias do discurso cronístico, que parece exigir esse tipo de narrador. Observe-se, porém, que, ao contrário do que neste caso sucede, a C1419 inclui com relativa frequência a transcrição de cartas régias, documentos pontifícios ou outros textos oficiais redigidos na primeira pessoa, mantendo essa modalidade e usando verbos *dicendi* ou epígrafes de capítulos como elementos diferenciadores em relação ao discurso do narrador. Esta divergência pode significar que o cronista apreendeu as motivações literárias e o artifício retórico subjacentes ao uso da primeira pessoa em DES e agiu em conformidade, concedendo-lhe um

⁵⁰¹ CINTRA, ed. (2009), I, p. CCCXCII, nota 214, defendeu, inclusivamente, que o seu autor seria o mesmo que compôs a *Vita Theotonii*. NASCIMENTO (2005), p. 1221, discorda e chega a pôr em causa a proveniência crúzia do texto, propondo-se modestamente adjudicá-la à Sé de Coimbra.

⁵⁰² Ms. Alcobacense 415. Veja-se CINTRA (2009), I, p. CCCXCII; PEREIRA (1996); NASCIMENTO (2005).

⁵⁰³ Ele próprio parece ostentar, todavia, um outro título: «Quomodo sit capta Sanctaren ciuitas a rege Alfonso comitis Henrici filio» (NASCIMENTO, 2005, p. 1224).

⁵⁰⁴ NASCIMENTO (2005), p. 1217.

⁵⁰⁵ NASCIMENTO (2005), p. 1218.

tratamento diferenciado em relação aos textos em que o sujeito da enunciação e o autor empírico coincidem.

As reformas organizacionais introduzidas por C1419 dotam o texto de maior precisão cronológica e maior clareza expositiva, eliminando, ao mesmo tempo, as características paralitúrgicas da sua fonte.

Em DES, Afonso Henriques (aliás repetindo uma ideia já presente na introdução) começa por enaltecer hiperbolicamente o feito que se propõe narrar, considerando-o um milagre superior àqueles outrora protagonizados por Josué⁵⁰⁶, vindo a seguir uma enumeração de algumas características da cidade de Santarém que demonstra as razões dessa afirmação: tanto pelas suas muralhas e torres, como pela sua posição geográfica (que, por outro lado, a tornava extremamente fértil), Santarém parecia inexpugnável. Em confirmação disto, o rei cita os exemplos de seu avô, Afonso VI, e de Ciro, rei dos moabitas, que apenas pela fome a conseguiram tomar. A invocação destas figuras destina-se também, certamente, a reforçar a superioridade dos feitos de Afonso Henriques sobre os de quaisquer outras figuras, ao mesmo tempo que confirma uma afirmação, de nítido recorte bíblico, segundo a qual “in nuissimis temporibus nous mirabilibus non renouat [Cristo], sed supergreditur antiqua mirabilia⁵⁰⁷”. Só depois disto começa a narração do feito propriamente dito, facto assinalado, aliás, por uma frase de orientação: “Sed ad rem gestam ueniamos, et qualiter capta sit aperiamus⁵⁰⁸”. E começa situando no tempo o acontecimento:

«Capta est Idus Martii illuescente die sabbati in era M^a centesima LXXX^a V^a, quo anno Mauri qui arabice Mozamida uocantur, ingressi Yspaniam destruxerunt Yspalim cuitatem, me tunc agente tricesimum ferme ac septimum etatis annum, et regni X.um VIII.um, anno nondum euoluto quo duxeram uxorem Mahaldam nomine comitis Amidei filiam, ex qua primogenitus est natus Henricus filius mus III^o Nonas eiusdem mensis quo ciuitas est hoc ordine⁵⁰⁹»

A C1419 dá, porém, preferência à cronologia, abrindo o seu relato justamente com esta notação temporal:

«Em tempo que os mouros a que chamom pello aravico enezaamidas emtrarom por Espanha e estroyram a cidade de Sevilha na era de mil clxxx anos, estava el.rey dom Afonso em Coimbra e era entam de idade de xxxbii anos e avendo ja xix

⁵⁰⁶ NASCIMENTO (2005), p. 1224.

⁵⁰⁷ NASCIMENTO (2005), p. 1224. PEREIRA (2002) faz um levantamento das intertextualidades bíblicas detectáveis em DES.

⁵⁰⁸ NASCIMENTO (2005), p. 1225.

⁵⁰⁹ NASCIMENTO (2005), p. 1225.

anos que regnava e não era ainda pasado hum ano que filhara molher dona Mafalda, a que já disemos [p. 34]»

O redactor omitiu, contudo, a referência ao Infante Henrique, primogénito do rei. Penso que não terá encontrado nenhuma outra atestação da sua existência⁵¹⁰, e, na dúvida, terá optado por nem sequer o mencionar. Ao mesmo tempo, deixou-se cometer uma incongruência. Efectivamente, DES, aliás de acordo com o que parece ser a corrente maioritária dentro das narrativas do século XII⁵¹¹, atribui o início da realeza de Afonso Henriques ao ano de 1128, ou seja, à batalha de S. Mamede; a partir do século XIII (talvez a começar pela *Primeira Crónica Portuguesa*⁵¹²), e de forma que parece curiosamente mais próxima do historicamente ocorrido, essa batalha seria, todavia, suplantada pela de Ourique enquanto momento inaugural do reinado⁵¹³, com progressiva mitificação. A C1419 reflecte já, como vimos no capítulo anterior, este paradigma; não obstante, o seu redactor manteve intacta a alegação de DES, segundo a qual Santarém fora tomada no *décimo nono* ano do reinado de D. Afonso.

Após situar cronologicamente a conquista, DES explica as razões que levaram D. Afonso a empreendê-la: formosura e fertilidade de Santarém, por um lado; ameaça que constituía para «Colimbrie et meum regnum⁵¹⁴», por outro; o facto de anteriores tentativas não terem sido coroadas de êxito, por último. A alusão à formosura e características geográficas da cidade repetia uma informação que o texto já anteriormente explorara, facto que levou à introdução de mais um elemento de orientação: «Quam non poteram debellare, quia, *ut predixi*, erat inexpugnabilis⁵¹⁵». A C1419 contornou, todavia, esta duplicação, pois começou por se referir às razões da conquista e, ao falar da fertilidade e características geográficas de Santarém, juntou os dados que em DES se achavam dispersos, ao mesmo tempo que introduzia comentários e glosas clarificadoras:

⁵¹⁰ O pequenino Henrique, que terá falecido com apenas oito anos de idade e, de acordo com os costumes da época, tinha o nome do avô, acha-se todavia documentado em algumas ocasiões: MATTOSO (2006), pp. 158, 163, 190, 192, 196, 235.

⁵¹¹ Veja-se o *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente* ou o *Cronicon Lusitano*.

⁵¹² MOREIRA (2008), p. 130.

⁵¹³ O documento mais antigo actualmente conhecido em que D. Afonso se intitula «rex» é de 1140, havendo a registar uma lacuna testemunhal para a segunda metade do ano de 1139. Leia-se, a respeito da problemática histórica em torno do início da realeza de Afonso Henriques e seus significados, MATTOSO (1987); a vertente jurídica da questão (que não vejo porque deva menozar-se) foi sistematizada por AMARAL (2003).

⁵¹⁴ NASCIMENTO (2005), p. 1225. Note-se a especificação de Coimbra, talvez denunciando um redactor aí localizado.

⁵¹⁵ NASCIMENTO (2005), p. 1225. *Itálico meu*.

«E avya muyto tempo que el.rey com grande vontade desejava em seu coração de tomar a vila de Santarem, e esto por duas razões: a hũa porque era lugar muy forte e guereyro [...] e a outra porque era melhor vila de todo seu reyno pela nobreza de seu asentamento ca a vista dos homens não se pode fartar esguardando comtra oriente os campos chãos e muyto avondosos de todo pam. *Onde saberês que çimquo pes fazem hum passo e cxxv passos fazem hum estado e biii° estados, que som mil passos, fazem hũa milha, e ìì passos, que som tres milhas, fazem hũa legoa de tera.* Outrosy ao ouçideme e avrego desfalece a vista dos olhos da bondade do seu termo e ao aguyom, comtra os montes, muy grande avondança de vinhas e olivães. E porem muitas vezes, quando el.rey dom Afonso com os seus falava do seu avondamento e como não era minguada de nêhũa cousa [...] e chamavom.lhe parayso deleytoso, era el.rey muy magoado em sua vontade e coraçom porque a não podia filhar com quanto trabalho já filhara sobre ele [...] E tanto era grave de conquistar que seu avoo dom Afonso, emperador da Espanha, nunca a pôde tornar senão per fame, nem Çirre, rey dos mouros [, etc.] [pp.34 – 36⁵¹⁶]]»

A C1419 apenas omitiu uma comparação com Apúlia, cidade comumente usada como símbolo de riquezas em textos do período clássico da Literatura latina⁵¹⁷.

A partir deste momento, o relato da C1419 segue já a ordem de DES, limitando-se, praticamente, a acrescentar-lhe elementos provenientes de outras fontes. DES começa por aludir à decisão de Afonso Henriques enviar um dos seus homens, Mem Ramires (Menendum Ramiridem⁵¹⁸), inspeccionar as condições de Santarém e encontrar o lugar por onde ela pudesse ser mais facilmente tomada, prosseguindo com as informações que este espião forneceu ao rei, e o início dos preparativos. Tudo isto foi acolhido, de forma muito fiel, pela C1419 (capítulo 21), que apenas substituiu Mem Ramires por Mem Moniz, certamente porque era este último que a C1344 mencionava como tendo sido um dos participantes na empresa. O texto oriundo desta Crónica, que, como se viu no capítulo anterior, dedicava também um espaço considerável à conquista de Santarém, vai, aliás, alternando com o texto oriundo de DES e outras fontes, de acordo com um critério essencialmente cronológico. Assim, a alusão ao segredo em que o rei queria manter os seus projectos levou a que, após as informações concedidas por Mem, o redactor inserisse a entrevista de Afonso Henriques com Lourenço Viegas, Gonçalo de Sousa e Pêro Pais junto ao rio Arnado, e a conhecida historieta em que uma velha regateira denuncia em voz alta as intenções do rei, que, ouvindo isto, garante aos seus homens que, caso eles se tivessem separado dele, fossem certos que lhes teria mandado cortar a cabeça, por supor ter sido um deles o informante da velha – passagem

⁵¹⁶ Vai a itálico a passagem que é da exclusiva responsabilidade do compilador.

⁵¹⁷ NACIMENTO (2005), p. 1219.

⁵¹⁸ NACIMENTO (2005), p. 1225.

oriunda da C1344⁵¹⁹. O redactor quatrocentista retomou, depois, o DES, dando conta dos preparativos e referindo-se à acção de Fernão Pirez (início do capítulo 22), para logo em seguida se socorrer da *Vita Theotonii*, contando o pedido feito pelo rei ao prior de Santa Cruz, no sentido de ele e os seus monges rogarem aos céus um desfecho favorável para a empresa. Prosseguiu com texto oriundo de DES, narrando a partida das tropas e o caminho por elas percorrido, propositadamente escolhido para despistar os mouros. Da exclusiva responsabilidade do cronista é apenas uma clarificação destinada a tornar o relato mais claro para o público coevo:

«Sequenti die mansimus in Chornudelos, unde misimus Martinum Mohab et alios duos qui renuntiarent habitatoribus Sanctaren solutam fore pacem usque in tercium diem. Qui, iussa perficientes, uenerunt ad nos feria III^a in Abdegas [DES⁵²⁰]]» ~ «e em o outro dia se partirom e veerom dormir a Corvadellos e aly mandou el.rey Martim Mohado que fosse dizer aos mouros de Santarem que ele lhe deytava a trégua daly en diante e que a paz d.amtre ele e sy fosse quebrada ata tres dias, *qa, segundo costume daquele tempo, cada hum podia emjeytar tregoa a seu immiguo quando lhe prouvesse, contanto que lho fizese a saber primeyro*, o qual foy alla, e, cumprido o mandado, tornou.se à quarta ffeyra a Aldeguas, onde el.rey ja estava [C1419, p. 38]»

No momento em que DES menciona a chegada das tropas a Alvarδος (Aluardos⁵²¹), insere a C1419 o diálogo, proveniente de certa «lemda de Sam Bernardo [C1419, p. 38]», entre Afonso Henriques e seu irmão, Pedro Afonso, sobre a promessa do rei doar determinado território à Ordem de Cister, em reconhecimento das orações através das quais os monges dessa Ordem estariam dispostos a colaborar na tomada de Santarém. É um acrescento certamente motivado pelo facto de a sua fonte localizar em Alvarδος esse diálogo⁵²². A C1419 continua a seguir muito fielmente DES nos episódios seguintes: discurso de Afonso Henriques aos seus homens declarando a estratégia a seguir e exortando, de forma típica nos relatos imbuídos do espírito de cruzada, à chacina de todos os mouros, homens ou mulheres, velhos ou crianças, que encontrassem; reacção dos soldados portugueses, que receiam pela vida do seu rei e

⁵¹⁹ Há interesse em repararmos que as personagens mencionadas pela C1344 a respeito da tomada de Santarém pertencem, por norma, a um escalão social mais elevado do que aquelas que DES refere. A C1419, harmonizando tudo isso, acaba por neutralizar esta diferença.

⁵²⁰ NASCIMENTO (2005), p. 1226.

⁵²¹ NASCIMENTO (2005), p. 1226.

⁵²² Veja-se que a *IV^a Crónica Breve* localiza-o, antes, na Serra da Mendiga [PEIXOTO, ed., 2000, p. 115], o que é mais um argumento para que não tenha sido ela a fonte da C1419. É, por outro lado, neste contexto que surge a conhecida e importantíssima actualização segundo a qual «aprouve a Deos que asy fosse sempre bem manteuda [a Ordem de Cister em Portugal] e he aguora em tempo que nós, o iffante, fizemos esta coroniqua» [CALADO, ed., 1998, p. 39].

pedem-lhe que renuncie a lutar; resposta negativa de Afonso Henriques, que confirma a sua intenção de participar na peleja; chegada de noite aos olivais de Santarém; aparecimento de dois fenómenos celestes, interpretados pelos cristãos e pelos «sabedores» mouros como sinais, respectivamente, de vitória e de que Santarém teria em breve novo rei, «que [os sabedores] emtemderom que seria o ffilho del.rey mouro que era em Sevilha [C1419, p. 42]⁵²³». Este último pormenor é, todavia, uma das poucas inovações da C1419 em todos estes trechos, pois DES limitava-se a afirmar que «et prophetauerunt inter eos sapientes nouum regem hebere Sanctaren⁵²⁴». Poderá explicar-se esta inovação pela referência ulterior, e herdada da C1344, ao rei de Sevilha⁵²⁵; mas ela tem um importante efeito, que é o de desacreditar os mouros sábios, que assim se revelam incapazes de deciframos correctamente os sinais celestes, podendo isso funcionar também, e em registo paródico, como demonstração da falibilidade da(s) sua(s) crença(s). Para além da precisão da data da chegada a Santarém, oriunda da C1344, outra inovação da C1419 face a DES ocorre no já mencionado fenómeno que surge nos céus de Santarém prognosticando, de acordo com os «sabedores», a chegada iminente de um novo rei. Em DES, esse prodígio é uma «colubram ferri per celi medium comis ignitum a cauda usque ad caput», que Aires Nascimento traduz por «uma espécie de serpente a arrastar-se pelo meio do céu com o topete a arder desde a cauda à cabeça⁵²⁶», mas a C1419 transforma, não sei porquê, num «touro que ya per meyo do ceoo, que levava como a asas de foguo des o cabo ate à cabeça [p. 42]».

Segue-se um episódio oriundo da *Vita Teothonii*, o das orações prodigalizadas pelo prior de Santa Cruz e seus monges para que a conquista de Santarém fosse levada a bom termo⁵²⁷, e o relato da tomada nocturna da cidade (final do capítulo 24 e capítulo 25). Em tudo isto, o texto de DES continua a ser fielmente transposto, sendo-lhe acrescentadas passagens provenientes da C1344⁵²⁸ e, por influxo desta fonte, substituído, uma vez mais, Mem Ramires por Mem Moniz. A conclusão do relato resulta, porém, de

⁵²³ Note-se como DES (e a C1419 após ele) segue a pauta típica dos relatos comemorativos de batalhas contra os infieis a que me referi no capítulo anterior, introduzindo o discurso do chefe e um, neste caso dois, prodígios celestes que prognosticam a vitória dos verdadeiros crentes.

⁵²⁴ NASCIMENTO (2005), p. 1227.

⁵²⁵ No episódio da fuga do alcaide de Santarém rumo a Sevilha.

⁵²⁶ NASCIMENTO (2005), p. 1231.

⁵²⁷ Veja-se que a C1419 mistura duas tradições diferentes de assistência espiritual à empresa de Santarém, a cisterciense (diálogo entre Afonso Henriques e Pedro Afonso) e a crúzia (orações de Teotónio e os seus monges), sem conceder primazia a nenhuma delas.

⁵²⁸ E porventura outras fontes, especialmente no que diz respeito à captura de três mouros (CALADO, ed., 1998, p. 45). A intervenção dos Templários (CALADO, ed., 1998, p. 44) aparece, por outro lado, mencionada apenas em C e, conforme noutro capítulo (III.4) se verá, creio-a uma interpolação específica da rama textual representada por esse manuscrito.

uma interessante operação do redactor. Segundo começámos por ver, em DES, Afonso Henriques inicia a sua narração anunciando que o feito que irá contar supera em grandeza as proezas realizadas por Josué. Este anúncio foi deslocado pelo cronista do século XV para após o relato do feito, invertendo, assim, a ordem da sua fonte; acrescentou-lhe, além disso, uma oração de Afonso Henriques, proferida aquando da entrada na cidade e que DES contava no momento cronologicamente correspondente, ao mesmo tempo que colocou tudo isto na boca do próprio rei, atribuindo a um verbo *dicendi* a função de diferenciar o discurso de D. Afonso do do narrador:

«E, contando à raynha sua molher como acontecera a filhada do lugar, e a a outros muytos, dise estas palavras: “Dou testemunho a Deus dos çeeos [...] que eu não tenho por maravilha em como pelo seu poder em outro tempo os muros e torres de Gerico foram derribados e destruydos, outrosy em como o soll esteve quedo que não coreo por espaço de hum dia contra Gabaão a roguo de Josoe, em comparação da grande piedade e miserycordia que fez em mim Deos, em me dar tam forte lugar com tão pouqua jemte. Porem eu louvo e glorifiquo o seu nome e as suas obras, que soo maravilhosas, qua el per sy mesmo e pela sua graça fez piadade nos nosos dias renovando as suas maravilhas dos outros tempos, mas subrepujando-as em nós. [//]⁵²⁹ E porende, quamdo eu vy as portas da vila abertas e os meus jyolhos fincados em terra, com tanto prazer e devação da minha alma eu orey a Deos e as palavras que lhe dise ele o sabe, nem ora não as direy, que me fogiram da memoria [...]. E esto avonde por por lediçe de meu coração” [pp. 45 – 46]»

Desta maneira, o que em DES era anúncio da grandiosidade de um facto a relatar, torna-se aqui súmula de um facto já relatado. Na C1419 é, portanto, o comentário que conclui e descodifica a narração e não a narração que confirma o comentário, de acordo com uma lógica que se diria mais racionalizadora que comemorativa e parece ir ao encontro das reformas discursivas e organizacionais a que comecei por aludir. Esta forma de terminar o relato acentua, por outro lado, a visão cruzadística e providencialista (Afonso Henriques e os seus homens enquanto instrumentos de Deus na luta contra os infiéis) que subjaz a todo o episódio e se manteve intacta na passagem do texto monástico do século XII para a Crónica aúlica do século XV. O cronista não terá, porém, encontrado melhor maneira de encaixar na narrativa um conjunto de informações acerca da origem do nome «Santarém», e optou

⁵²⁹ Uso este sinal para assinalar o momento em que a C1419 passa a transcrever um outro bloco textual oriundo de DES. Até “em nós”, o texto da C1419 decorre de NASCIMENTO (2005), p. 1224; a partir de «quamdo eu vy as portas», decorre de NASCIMENTO (2005), p. 1228, sendo «E porende» um elemento linguístico de ligação da exclusiva responsabilidade do redactor do século XV. O recurso a este elemento revela-se, aliás, especialmente avisado, pois ele instituiu uma relação de dependência entre o primeiro e o segundo blocos oriundos de DES, contribuindo, assim, para reforçar a sua coesão textual.

por terminar com elas a história da sua conquista, recorrendo a um elemento de ligação tópico e de fraco conteúdo semântico («Onde sabede que»):

«Onde sabede que Santarem antigamente soya de aver nome Cabelicam e depois se chamou per tempo Cabelicano e depois per continuação de tempo se chamou Cabelicasto e depois da morte de Santa Eyria lhe puserom nome os christãos Samtarem, que se comprio e derivou do nome de Santa Eyria, que foy nela [p. 46⁵³⁰]»

2.2.2: O Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente

2.2.2. 1: As duas versões do Relato e a C1419

Para os eventos relacionados com a conquista de Lisboa, que praticamente se seguiu à de Santarém, dispunha o cronista, além da C1344, de pelo menos uma outra fonte conhecida: o *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente (Indiculum foundationis monasterii Beati Sancti Vincentii Ulixbone – ISV)*, sem dúvida saído do *scriptorium* desse mesmo mosteiro e redigido pelos finais do século XII, mais concretamente em 1188⁵³¹. Acabaria por ser ele a fonte principal do relato dessa conquista, certamente pela quantidade de elementos que fornecia.

Subsistem duas versões desse texto: a original em língua latina, preservada num manuscrito da Torre do Tombo⁵³², e uma tradução portuguesa de finais do século XIV ou princípios do século XV, representada por um códice actualmente à guarda da BN⁵³³, que teve ampla fortuna e chegou a ser impressa no século XVI (1538), por ordem de D. João III. A existência destas duas versões, uma seguramente, e a outra quase seguramente, anteriores à C1419 coloca dúvidas a respeito de qual delas foi a usada

⁵³⁰ O ms. P oferece uma lição mais económica, porventura devido a um salto de cópia provocado pela similitude de termos (“Cabelicam...Cabelicano...Cabelicastro”). A *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão [FONSECA, ed., 1995, p. 118] e as *Sumas* de Cristóvão Rodrigues Acenheiro [ACENHEIRO, 1824, p. 35], obras que, como veremos na terceira parte desta dissertação, aproveitaram manuscritos da C1419 mais próximos de P do que de C, têm lições idênticas ao primeiro destes manuscritos. Isso significa que o salto de cópia, a ter realmente existido, não foi da responsabilidade do copista de P.

⁵³¹ NASCIMENTO (1993); NASCIMENTO, ed. (2001); DIAS (2003). O Prof. Aires considera todavia a possibilidade de uma redacção primitiva anterior a 1173: NASCIMENTO, ed. (2001), p. 200.

⁵³² Ms. 152 da Casa Forte do ANTT, consensualmente visto como sendo uma cópia feita durante o reinado de D. Afonso II, entre outras razões porque a sua letra se assemelha deveras à letra usada em documentos da chancelaria deste Rei: NASCIMENTO, ed., 2001, p. 200 e bibliografia aí mencionada.

⁵³³ MENDES (1993); FONSECA, ed. (1995). O manuscrito da BN [cuja cota é FG 10623] ostenta o extenso título de «Chronica da fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henriquez, Iº Rei de Portugal: e como tomou a dita çidade aos Mouros». Trata-se, porém, de um título acrescentado por mão posterior à que copiou o texto; por isso, e porque o próprio texto nunca usa o termo «crónica» para se referir a ele próprio (mas sim os de “história” e “lenda”), prefiro chamar-lhe, simplesmente, «versão portuguesa».

pelo cronista. Torna-se portanto necessário, e de acordo com o que dizia na introdução a estes capítulos, começar por averiguar com qual destas versões se relaciona o texto da Crónica; tanto mais que a versão portuguesa «não é [...] uma simples tradução do *Indiculum*, mas sim um trabalho pessoal, tardio, de ampliação da história e do discurso do sintético texto latino⁵³⁴».

São precisamente estas diferenças que permitem afirmar, segundo creio, que o redactor da C1419 aproveitou já a versão portuguesa de ISV, e não o original latino. Vejamos alguns exemplos que o indicam:

(i)

De acordo com o texto latino, dizia-se (noticiava-se) pela cidade de Lisboa, após a sua tomada, que Deus fazia milagres junto da sepultura do cavaleiro Henrique de Bona:

«Quo sepulto ut ceteris in eodem cimiterio sancti Vincentii indicare ceperunt miracula ad tumbam eius diuina operatione crebrer[r]ime facta, eundem fuisse uerissimum martyrem Christi⁵³⁵»

Na versão portuguesa, essa pequena *nuance* desaparece, e a existência de milagres é dada como um facto, sem mais:

«E jazendo este cavaleiro enterrado no dito mosteiro, como dito é, Nosso Senhor Jesus Cristo, que sempre quer dar galardom a todos aqueles que o servem, fazia por el muitos milagres e mui maravilhosos, em aquela sepultura, em que jazia⁵³⁶»

O mesmo sucedendo na C1419:

«o qual foy enterado em Sam Viçente, honde fazia muytos milagres [p. 50]»

(ii)

Na narração do primeiro desses milagres, diz o texto latino que Henrique de Bona apareceu a dois jovens surdos e mudos que vieram com os francos⁵³⁷ e vigiavam a sua sepultura:

⁵³⁴ DIAS (1997), p. 139.

⁵³⁵ NASCIMENTO, ed. (2001), p. 184.

⁵³⁶ FONSECA, ed. (1995), p. 83.

⁵³⁷ PEREIRA (2005), p. 24, alerta-nos, contudo, para a circunstância de o termo *Franci* não remeter «necessariamente para uma origem étnica e territorial precisas» pois, ao que parece, «era o mais comum para identificar os guerreiros ocidentais no seu conjunto».

«duo iuuenes ambo surdi, ambo muti a natiuitate, qui uidelicet in stolo cum ipsis uenerant Francis, singillatim iuxta sepulchrum Christi militis Henrici excubarent⁵³⁸»

Mas a tradução portuguesa, e apesar da sintaxe ambígua, parece dizer que os jovens em causa tinham vindo também de Colónia; além disso, o facto de se encontrarem junto ao túmulo de Henrique surge como uma casualidade:

«dous mancebos, que veeram com este cavaleiro de terra de Colonha e com as outras companhas, que veérom na frota sobre os Mouros. E estes mancebos eram ambos surdos e mudos de sua nacença. E fôrom ùu dia ao muimento daquel cavaleiro e deitárom-se a par dele⁵³⁹»

Também neste último pormenor a C1419 a acompanha:

«Dous que vyerom na frota erom ambos surdos e mudos de sua naçemça e foram ao muymento daquele cavaleyro [p. 50]»

(iii)

E no momento em que o próprio Henrique lhes aparece vestido de romeiro, a tradução portuguesa e a C1419 têm uma redacção visivelmente amplificada, chegando a introduzir uma fala em discurso directo; por outro lado, enquanto o texto latino considera um grande milagre o facto de os dois jovens, para além de poderem ouvir e falar, entenderem todos os seus companheiros (pois eram de terras diferentes em que se falavam línguas diferentes), já a tradução portuguesa omite esse facto, devido, possivelmente, a ter afirmado antes que eles vieram de Colónia, e também a C1419 não o menciona:

«ipso ut fertur martyre in efigie peregrini palmam ad scapulas deferentis, illis apparente, et ad excubias inuitante. Ubi cum paululum quieuis[s]ent, mirabile dictu, inuenerunt se ita diserte loquentes, simul et audientes, ac si semper loquela usi fuisent pariter et auditu. Quodque multo mirabilius est, ut terra diuersi erant et natione, sic diuersa conceditur eis et ipsa loquela. [ISV]⁵⁴⁰»

«apareceu-lhes o dito cavaleiro em hábito de palmeiro, e tragia em sua mão ùu bordom de palma; e falou aaqueles mancebos e dise-lhes asi: «Ergede-vos e folgade e havede grã prazer e ide e falade e ouvide, ca pelos meus merecimentos e destes outros mártires, que aqui jazemos em este moesteiro que é assituamento e

⁵³⁸ NASCIMENTO, ed. (2001), p. 184.

⁵³⁹ FONSECA, ed. (1995), p. 83.

⁵⁴⁰ NASCIMENTO, ed. (2001), pp. 184-186.

morada de grã virtude, havedes graça guanhada do Nosso Salvador Jesu Cristo. E a sua graça e mercêe convosco é. E depois que lhes esto houve dito desapareceu-lhes. E os mancebos acordárom ledos e sãos e quites de toda enfermidade, e forô-se a el-rei e aos prelados da santa igreja que era em Lixboa e a todos os arreaes dos cristãos, que ainda entom estavam na dita cidade, e contárom a todos o milagre, que lhes Deus havia feito pelos merecimentos do santo cavaleiro e dos outros mártires [Versão portuguesa⁵⁴¹]

«apareçeo.lhes loguo em sonhos o dito cavaleyro Amrique vestido asy como romeyro, e trazia em sua mão hum bordom de palma. E falou àqueles mançebos e dise.lhes asy: “Levantade.vos, filhos, e folgai e avee grande prazer e ide e falade e ouvide, ca pelos meus merecimentos e destes marteres que aquy jazem avedes ganhadas as graças do Senhor Deos, a qual graça he convosquo”. E, esto dito, desapareçeo e eles acordarom e acharom.se sãos de todo. E aqueles que Dante nunca falarom, com voz chlara começaram a contar a todo o povo o milagre que Deos em eles fizera pelos merecimentos daquele cavaleyro. E entom el.rey e todos que esto ouvirom derom muytas graças a Deos [C1419, pp. 50 – 51]»

(iv)

De forma a realçar a ligação privilegiada do Rei com o Mosteiro de S. Vicente, a versão portuguesa introduz uma passagem alheia à versão latina original do ISV:

«E veendo el-rei este milagre e os outros, que Deus fazia no dito moesteiro, quise-o haver por sua câmara estremada, e, cada que sentia em si algũu abalamento d'enfermidade ou algũu nojo grande, deitava-se no dito moesteiro em sua oraçam, e, essa oraçam acabada, logo recebia consolaçom e prazer e saúde de enfermidade⁵⁴²»

Que se encontra também na C1419⁵⁴³:

«Por estes milagres e outros muytos que Deos fazia pelos santos martires avia el-rey grande devaçã em eles e cada vez que semtia em sy algum abalamento de enfermidade deytava-se em meyo dos seus jazigos em oraçom e loguo semtia em sy todo refryjerio e conforto [C1419, p. 52]»

(v)

Bastará citar mais um, e último, caso. Segundo notou DIAS (1997, pp. 142 – 143), uma das principais diferenças entre ISV e a versão portuguesa é que esta última se revela frequentemente preocupada em mostrar que as decisões do rei foram sancionadas pela autoridade papal. Embora nem todas essas passagens tenham sido retidas pela C1419, as que o foram seguem claramente o texto português; é o que se observa no momento da ordenação do primeiro bispo, facto a que ISV não dedica grande espaço:

⁵⁴¹ FONSECA, ed. (1995), pp. 83-84.

⁵⁴² FONSECA, ed. (1995), p. 84.

⁵⁴³ A proximidade entre a versão portuguesa do ISV e a C1419 nesta passagem não escapou a PEREIRA (2005), p. 36.

«Ob quam causam ad se fecit uenire antistitem ciuitatis, quem tunc nouiter fecerat ordinari, Gilibertum nomine, natione Anglicum [ISV⁵⁴⁴]»

«E, depois que assi foi enlegido o dito bispo, enviou el-rei todo esto dizer ao Padre Santo, e o que lhe acontecera na entrada da dita cidade e o seu propósito qual era e em como havia enlegido bispo novamente pêra serviço de Deus e da Santa Igreja e que lhe outorgasse e confirmasse o dito bispo e todo o al, que queria fazer [...]. E entom o Padre Santo, veendo tantas boas obras quantas el-rei fazia [...] outorgou-lhe todalas cousas, que lhe enviou pedir [Versão portuguesa⁵⁴⁵]»

«E, como foy enlegido em bispo, enviou loguo el.rey dizer ao papa toda sua fazenda como pasara na tomada de Lixboa e como avia novamente enlegido bispo pêra serviço de Deos e que prouvesse a sua samtidade de o confirmar. E o papa lhe outorgou todo esto e outras cousas que lhe ele enviou pedir [C1419, p. 53]»

Parece-me, assim, perfeitamente demonstrado que o texto conhecido e aproveitado pela C1419 foi já a versão portuguesa⁵⁴⁶, e não o original latino. Será, por isso, ela que em seguida considerarei, de forma a analisar esse aproveitamento.

2.2.2.2. Uso do *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente (RFV)* pela C1419

Ao contrário do que fez em relação a DES, o redactor da C1419 não aproveitou na totalidade as informações e os episódios que RFV lhe proporcionava. Pelo contrário, seleccionou apenas alguns deles, ao mesmo tempo que modificava a ordem pela qual eles surgiam na sua fonte. Para além de eliminarem incongruências e racionalizarem o discurso, estas manipulações tiveram, parece-me, duas grandes consequências: por um lado, deslocaram o foco de atenções da fundação do Mosteiro para a tomada da cidade e a acção do Rei; por outro, intensificaram a visão cruzadística já presente na fonte. Vejamos como.

RFV começa por credibilizar a sua versão dos acontecimentos apelando para a autoridade de duas testemunhas presenciais dos factos narrados, Fernão Peres⁵⁴⁷ e um religioso «gontónico⁵⁴⁸» de nome Ota, aos quais, e decerto não sem intenção⁵⁴⁹, se

⁵⁴⁴ NASCIMENTO, ed. (2001), p. 188.

⁵⁴⁵ FONSECA, ed. (1995), p. 88.

⁵⁴⁶ Este dado permite circunscrever um pouco melhor a cronologia da tradução, que terá sido forçosamente efectuada antes de 1419.

⁵⁴⁷ Poderá ser Fernão Peres Cativo, personagem que ocupou importantes cargos na cúria régia de D. Afonso Henriques, como os de alferes-mor (1129-1137) e mordomo-mor (1146-1159): NASCIMENTO, ed. (2001), p. 200. A. Nascimento acha todavia intrigante que, tendo o seu nome deixado de aparecer na documentação em 1159, pudesse ele ser considerado ainda vivo à época da redacção do *Indiculum*. É necessário fazer notar que o original latino considera Fernão Peres como uma testemunha dos acontecimentos relatados que, estando ainda viva, poderia confirmar a sua veracidade, ao passo que a versão portuguesa o considera um dos autores do texto.

⁵⁴⁸ FONSECA, ed. (1995), p. 78.

adjudica a autoria do texto. A acção é depois situada no tempo (no quadragésimo ano da vida de D. Afonso Henriques), seguindo-se, de forma pouco detalhada, os preparativos para a tomada de Lisboa, a chegada de frotas europeias que vinham com a vontade de participar nessa empresa «e da[r] sangue por amor de Jesu Cristo⁵⁵⁰», e a entrada na cidade, incluindo o cativo de alguns mouros que «eram cavaleiros⁵⁵¹» e se submeteram voluntariamente. Começa depois a tratar-se, já com bastante delonga, do assunto fundamental do texto, ou seja, a fundação das igrejas dos Mártires e de S. Vicente, com as circunstâncias que a rodearam. Podem circunscrever-se, a partir daqui, três grandes conjuntos de acções: a) intenção de Afonso Henriques erigir igrejas em honra dos mártires caídos em nome da fé e início da construção (com a colocação prévia de duas pedras benzidas pelas autoridades eclesiásticas, a que se segue o pedido para que o Papa sancione a iniciativa do Rei); b) milagres ocorridos junto às sepulturas dos mártires; c) instauração da Ordem Cristã na cidade, incluindo a sagração da mesquita; estabelecimento de Episcopado; doação das igrejas recém-construídas à Coroa (S. Vicente) e ao Episcopado (Mártires), por decisão do Rei; referência à eleição dos primeiros priores de S. Vicente. A organização cronológica e a verosimilhança narrativa são, contudo, por vezes minorizadas face à intenção ideológico-propagandística de enaltecimento do Mosteiro de S. Vicente e do seu patronato régio⁵⁵², chegando o texto a fornecer indicações aparentemente contraditórias sobre o momento de erecção das igrejas (antes ou depois da tomada da cidade) e até a incluir numa fala de D. Afonso Henriques uma frase de orientação que apenas o narrador poderia pronunciar⁵⁵³, revelando, ao mesmo tempo, pouca preocupação em fornecer indicações temporais precisas⁵⁵⁴.

⁵⁴⁹ Já que, e como bem salienta FOURNIER (1997), p. 176, esta associação de um cavaleiro português com um religioso estrangeiro concentra em si os traços principais das personagens do relato, que são todas guerreiros e/ou eclesiásticos portugueses e/ou europeus actuando em conjunto. A primazia concedida aos cruzados e ao Rei é todavia notória. Tão notória, que levou PEREIRA (2005), p. 19, a afirmar que os guerreiros portugueses «são por completo ignorados nesta narrativa».

⁵⁵⁰ FONSECA, ed. (1995), p. 79.

⁵⁵¹ FONSECA, ed. (1995), p. 79.

⁵⁵² De acordo com uma tendência observável noutras latitudes, e que Lurdes Rosa nos resume como «sinal [a fundação régia] de prestígio e supremacia sobre as restantes instituições eclesiásticas»: ROSA (2002), p. 402. À superioridade hierárquica da realeza no conjunto da sociedade corresponderá, portanto, a superioridade hierárquica (real, suposta ou *desejada*) das Casas religiosas por ela fundadas em relação às restantes.

⁵⁵³ «e ora veede em como Deus quis fazer compridamente mercêe aos Portugueses, em lhes tragendo de muitas nações, pelas águas do mar, gentes em sua ajuda, a saber de Franceses e Bretões e Gontónicos e de terra de Colonha e dos outros lugares que vos já ditos fôrom»: FONSECA, ed. (1995), p. 80.

⁵⁵⁴ FOURNIER (1997); DIAS (1997).

Uma parte do trabalho do redactor da C1419 consistiu, por isso, em clarificar, harmonizar e racionalizar o discurso. A sequência inicial de RFV (autoria do texto e localização cronológica dos eventos) foi totalmente rejeitada. Manteve-se, porém, o recurso à cronologia como forma de iniciar o relato, com o cronista a reflectir explicitamente sobre as informações que lhe eram fornecidas pelas fontes, acabando por lhes dar crédito e afastar eventuais dúvidas:

«E, como quer que nós achamos em esprito que ouve muy pouquo tempo da filhada de Santarem ata a tomada de Lixboa, esto não monta nada porque çerto he que, depois que ele [Afonso I] tomou Santarem, foy tomada Lixboa e como a el.rey dom Afonso cobrou foy nesta maneyra. [C1419, pp. 46-47]»

Introduziu, depois, informações vindas de outras fontes acerca da conquista de alguns castelos dos arredores de Lisboa como forma de enfraquecer a resistência muçulmana, designadamente os de Mafra, que foi doado pelo Rei a «dom Fernão Monteyro», «primeyro mestre d.Avis que ouve em Portugal [C1419, p. 47]», e Sintra, sobre o qual não seriam muitas as notícias disponíveis, pois «como ele [Afonso Henriques] a ouve, se per força, se per preytesia, ou de que guysa, não no achamos em esprito, senão tam somente que a tomou [C1419, p. 47]». RFV também mencionava a conquista de territórios na Estremadura, mas parecia indicar que Lisboa fora a última cidade dessa região a ser tomada⁵⁵⁵; isso ia um pouco de encontro a outras fontes de que dispunha o cronista do século XV, que situavam as conquistas, geograficamente próximas, de Sesimbra e Palmela num momento cronologicamente posterior⁵⁵⁶, e terá sido essa a razão que o levou a passar totalmente em claro as informações que RFV fornecia a esse respeito. O redactor ter-se-á socorrido, logo após, de uma fonte desconhecida (a *Crónica d'el Rei D. Afonso?*) para dar conta da chegada de cruzados europeus. Essa fonte coincidia, porém, em alguns pontos, com RFV, embora, aparentemente, acentuasse certos aspectos constituintes de uma ideologia de cruzada. Assim, se em RFV a chegada de contingentes europeus é intencional, tendo sido a fama dos feitos de D. Afonso que os levou a empreender a viagem:

«Entom os cristãos do senhorio de França e de Bretanha e de Quitânia e as nações dos Gontónicos, veendo eles que era grande serviço de Deus e salvação das almas dos cristãos o que el-rei Dom Afonso de Portugal fazia, houvérom-lhe enveja e quisérom seer participantes em tal guerra come esta; porque tal enveja, como dito

⁵⁵⁵ FONSECA, ed. (1998), p. 78.

⁵⁵⁶ CALADO, ed. (1998), pp. 58-60.

é, cabe em Deus, que é enveja d' acrecentar o seu serviço. [...] Depois que el-rei houve estas novas que ditas som, logo sem outra demora começou de combater com suas gentes e outrossi com a crelizia a cidade⁵⁵⁷»

Já no texto da C1419, e de forma em tudo conforme à tradição literária dos relatos comemorativos de batalhas contra os infiéis a que me referi ao tratar de Ourique, essa chegada, à primeira vista casual, revela-se uma acção providencialmente ordenada por Deus⁵⁵⁸:

«moverom em aquele tempo muytas jentes de Ingraterra e d.Alemanha e de Framça e vierom em muyto grande frota pelo mar, de guisa que achamos esprito que erom oytenta velas. E, vindo totalas naos de mar em fora buscar terra à roqua de Syntra, el.rey, que estava em çima no castelo com seus fidalguos, devisarom.nos e, quando virom tão grande frota como aquela, foram muy espantados. E el.rey mandou loguo quatro cavaleyros⁵⁵⁹ que fossem à ribeyra saber que gentes erom aquelas. [...] E des que todos forom apousentados em aquel lugar e el.rey soube, pelos quatro cavaleyros que mandara, como erom christãos e as entenções que traziam pera servir a Deos, el.rey foy daquela cousa muyto alegre e bem teve que Deos fizera mover aquela gente e portar em sua terra por lhe fazer tanta merçe que a cidade de Lixboa fose tomada e deu muytos louvores a Deos [...]. E loguo, sem mais tardar, lhe enviou seus mensajeyros per que lhes mandou dizer como ele soubera os bõos movimentos de suas vontades que traziam pera servir a Deos e que fossem bem çertos que Deos os trouxera a tal lugar em que bem podiam servir a Deos e comprir seus desejos, e suas omrras serem acrecentadas. E esta era hũa grande çidade dos mouros que nom era mais lonje de çinquo leguoas [...]. E, pois que os Deos aly trouxera, que nom leyxassem tal empresa por outra [...] [C1419, pp. 48-49]»

O cronista optou, pois, por esta versão em detrimento da de RFV (talvez introduzindo elementos de sua inteira responsabilidade⁵⁶⁰), e com isso acentou os significados providencialistas do episódio. Ao mesmo tempo, introduziu os nomes dos cavaleiros europeus que, segundo a C1344, tinham participado na conquista da cidade, afirmando, numa manobra típica de junção de fontes, que eles vieram na referida frota⁵⁶¹. Tal como RFV, que continua basicamente a seguir, também a C1419 não se demora nos pormenores bélicos da tomada da cidade, limitando-se a informar acerca do início da erecção, durando ainda o cerco, de duas igrejas, uma por iniciativa do Rei (viria a ser a de S. Vicente), outra por iniciativa dos «ingrezes e [...] outras gemtes

⁵⁵⁷ FONSECA, ed. (1995), pp. 78-79.

⁵⁵⁸ O mesmo esquema é também usado, entre vários outros exemplos possíveis, na «Carta do Cruzado R. sobre a conquista de Lisboa» e no Poema Latino sobre a conquista de Alcácer do Sal (*Carmen Gosuini*).

⁵⁵⁹ Poderá haver alguma relação entre esta cena e uma outra (derivada da C1344) em que quatro anónimos cavaleiros impedem que D. Afonso Henriques desbaste a cabeça do cardeal romano.

⁵⁶⁰ Veja-se o que digo mais à frente, a propósito da maneira como a C1419 usou o *Carmen Gosuini*.

⁵⁶¹ CALADO, ed. (1998), p. 47.

estranjeyras⁵⁶²» (viria a ser a de Santa Maria dos Mártires), as quais, de acordo com uma actualização da responsabilidade do cronista, «estam ora dentro dos muros da cidade despois que a cerquou el.rey dom Fernando, o noveno rey de Portugal, com.avamte ouviredes⁵⁶³»; e também acerca do dia em que a cidade foi entrada (25 de Outubro, festividade dos mártires Crispim e Crispiniano).

Estes factos resultam, porém, de escolhas do redactor. Com efeito, RFV fornece duas datas para a entrada dos cristãos na cidade. Uma delas, justamente o dia dos mártires S. Crispim e S. Crispiniano, diz respeito ao momento em que, acabados os combates e começadas já (ou concluídas, o texto não é claro quanto a isso) as obras de construção daquelas igrejas, os cristãos entram pacífica e, por assim dizer, simbolicamente na cidade, organizando uma solene procissão⁵⁶⁴. A outra é a da tomada militar, ocorrida, segundo o texto, «no mês de Junho da era de mil e cento e quarenta e oito [*sic*] anos⁵⁶⁵». Optando por referenciar apenas a primeira destas datas, considerando-a, ao contrário do que parece fazer a sua fonte, como o momento da tomada militar da cidade, a C1419 acaba por colocar a empresa sob o patrocínio de dois mártires, intensificando, assim, a visão cruzadística e providencialista do episódio⁵⁶⁶, aliás reforçada também por breves comentários do narrador:

«E, quando veyo em dia dos marteres Crispim e Crispinyany [...], foy a cidade combatida e com ajuda de Deos fizeram os christãos ser tão fortes que pareçiom que nom temyam feridas nem morte nem cousas que lhes aviesem, tanto erom desejosos de servyrem a Nosso Senhor Deos e ganharem homra [C1419, p. 49⁵⁶⁷]

As cerimónias de purificação dos espaços religiosos não são, todavia, esquecidas, pois, após a conquista e entrada da cidade «pela porta que ora chamoom d.Alfama e deshy pelas outras partes⁵⁶⁸» (mais uma actualização do compilador) o

⁵⁶² CALADO, ed. (1998), p. 48.

⁵⁶³ CALADO, ed. (1998), pp. 47-48.

⁵⁶⁴ FONSECA, ed. (1995), pp. 86-87.

⁵⁶⁵ FONSECA, ed. (1995), p. 94. Prévia e algo contraditoriamente, tinha sido deixada a informação de que o cerco da cidade começara nesse mesmo mês de Junho: FONSECA, ed., 1995, p. 78.

⁵⁶⁶ Outubro de 1147 é, de resto, a data histórica da conquista da cidade [MATTOSE, 2006, p. 178], e essa informação, porventura chegada ao cronista por diferentes meios, pode ter também contribuído para que a C1419 apenas a mencionasse a ela.

⁵⁶⁷ Tem interesse notar que, no passo correspondente, RFV menciona o grito tradicional por Jesus Cristo e Santiago, ao mesmo tempo que refere a ajuda dispensada por Deus: FONSECA, ed. (1995), p. 79. A C1419 adaptou visivelmente a passagem de forma a fazê-la corresponder ao auxílio de Deus e dos dois mártires em cuja festividade situa a entrada em Lisboa. A eliminação do grito a Santiago contrasta, por outro lado, com a sua manutenção aquando da tomada de Santarém [CALADO, ed., 1998, p. 44], pelo que o seu alcance não deverá exagerar-se.

⁵⁶⁸ CALADO, ed. (1998), p. 49.

primeiro acto referido – início do capítulo 27 – é precisamente o da solene consagração da Mesquita, que, após ter sido limpada «das serimonias que aly erom feytas da seyta de Mafamede⁵⁶⁹», foi colocada sob os auspícios da «Virgem Santa Maria Nosa Senhora», vindo a dar origem à Sé de Lisboa.

Quanto ao momento do início da construção das igrejas dos Mártires e de S. Vicente, RFV começa por situá-lo após a tomada de Lisboa⁵⁷⁰, mas acaba por atribuir ao Rei uma fala segundo a qual ele havia edificado «em esta cidade dous mosteiros em tempo que éramos em hoste sobre a dita cidade⁵⁷¹». Uma vez mais, o redactor da C1419 eliminou a contradição retendo apenas uma destas versões (neste caso a última), ao mesmo tempo que transformava num enunciado do narrador o que a fonte atribuía a uma fala de Afonso Henriques⁵⁷², e inseria esse enunciado no momento cronologicamente pertinente, ou seja, e como há pouco vimos, antes da informação sobre a tomada da praça⁵⁷³. O início de edificação dessas igrejas num momento anterior ao da conquista da cidade acaba por conferir-lhes, além disso, significados adicionais, na medida em que poderemos ver nessa edificação uma obra piedosa que ajudou a garantir o apoio das forças divinas. Mas ele tem também efeitos na racionalização do discurso, pois, servindo essas igrejas de sepultura aos mortos que iam tombando no cerco, é mais lógico que a sua construção se iniciasse durante o próprio cerco.

Após as cerimónias de sagração da Mesquita (início do capítulo 27), o trabalho do redactor quatrocentista consiste, essencialmente, em duas operações: selecção e reorganização. Ele retém, com efeito, apenas algumas das informações fornecidas por RFV, organizando-as de acordo com os dois grandes princípios (o cronológico e o temático) que estruturam toda a crónica, ao mesmo tempo que denota preocupações com a coerência do discurso – e tudo isto acaba por ter também, como se verá, implicações semânticas. RFV, de acordo com uma lógica que valoriza, acima de tudo, a propaganda institucional do Mosteiro de S. Vicente, após ter dado muito rapidamente conta da conquista da cidade, detém-se na intenção de D. Afonso Henriques de construir

⁵⁶⁹ CALADO, ed. (1998), p. 49.

⁵⁷⁰ FONSECA, ed. (1995), p. 81.

⁵⁷¹ FONSECA, ed. (1995), p. 89.

⁵⁷² A fala do rei foi, no entanto, mantida no seu contexto original, embora um pouco mais abreviada: CALADO, ed. (1998), p. 53. Mas, enquanto em RFV, ela provoca uma incongruência com o que fora anteriormente narrado, na C1419, e pelas razões que aqui exponho, ela confirma o que o narrador já tinha dito.

⁵⁷³ CALADO, ed. (1998), p. 48. O desenvolvimento retrospectivo de episódios a partir de factos mencionados nas falas das personagens ou a narrativização dessas falas são, de resto, estratégias frequentemente usadas nas narrativas medievais.

dois mosteiros em honra dos guerreiros mortos pela fé, projecto que constitui o elemento aglutinador de todo o restante texto, por vezes (e segundo já indiquei) com sacrifício da notação cronológica ou da simples verosimilhança. A erecção, o enquadramento institucional e o enriquecimento das igrejas dos Mártires e – sobretudo – de S. Vicente são, por isso, os pontos para que converge toda a atenção, e os aspectos que mais saem realçados. Na C1419, pelo contrário, é a conquista *em si* que interessa, sendo a institucionalização dos mosteiros uma de entre várias acções que nela ocorreram. É esta a lógica subjacente às opções discursivas do cronista, que, após a sagração da Mesquita, inclui a doação de terras pelo Rei aos cruzados, numa mistura de informações oriundas de RFV com outras oriundas da C1344 (capítulo 27), e só depois menciona os milagres feitos por Deus junto da sepultura de um dos mártires caídos em nome da fé (capítulos 27-29); a criação do Episcopado de Lisboa por decisão do Rei e anuência do Papa (capítulo 30), e a escolha dos primeiros priores de S. Vicente também por decisão de D. Afonso Henriques, incluindo a recusa do Rei em abdicar de direitos da Coroa em favor da ordem religiosa a que pertencia o primeiro prior desse mosteiro (capítulo 31). Todos estes episódios derivam de RFV, mas estão aí diluídos no meio de várias outras informações relacionadas com a institucionalização dos mosteiros de S. Vicente e dos Mártires. Ao não reter essas outras informações, a C1419 atenua a centralidade dessas casas religiosas, relacionando, em contraponto, a atmosfera cruzadística (milagres junto à sepultura de um cavaleiro mártir) e a acção do Rei.

Estes últimos aspectos são ainda visíveis em duas outras circunstâncias. Em primeiro lugar, e conforme o redactor adverte, nem todos os milagres da sua fonte foram aproveitados⁵⁷⁴. RFV menciona, com efeito, pelo menos quatro acções milagrosas, três das quais relacionadas com o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e sua sepultura no Mosteiro de S. Vicente (cura de dois surdos-mudos de nascença; aparecimento do mártir em sonhos exigindo, furioso, que o seu escudeiro fosse sepultado junto a ele; nascimento de uma palmeira com propriedades miraculosas perto do seu túmulo) e uma outra, acerca de uma cerimónia eucarística em que o pão da comunhão, quando cortado, jorrou sangue. Mas a C1419 reteve apenas os três primeiros, nada dizendo sobre o último. A sua escolha recaiu, portanto, nos *milagres que configuravam uma retórica cruzadística*, na medida em que foram protagonizados por um cavaleiro que morreu em nome da fé e mobilizavam símbolos destinados a envolver a guerra com os infieis numa

⁵⁷⁴ «muytos milagres, dos quaes somente alguns diremos aquy»: CALADO, ed. (1998), p. 50.

teia de significados eminentemente religiosa, como sucede com as vestes de romeiro que Henrique traz numa das suas aparições, ou com a palmeira que lhe nasce junto ao túmulo⁵⁷⁵. Quanto à acção de D. Afonso Henriques, ela adquire certa centralidade em virtude das epígrafes iniciais dos capítulos, cujo enfoque vai precisamente para essa acção e não para os seus resultados: «Como el.rey ordenou o bispado do [sic] Lixboa e quem foy dela primeyro bispo» (capítulo 30); «Como el.rey dom Afonso ordenou prior no moisteyro de Sam Viçente de Fora e qual foy o primeyro prior e de que ordem o fez» (capítulo 31)⁵⁷⁶.

Observe-se, por último, que estes episódios (milagres do cavaleiro Henrique, criação do Episcopado de Lisboa e eleição dos primeiros priores de S. Vicente) são agrupados de acordo com a lógica temática, embora a transição de uns para os outros pressuponha uma progressão cronológica, como se vê no início do capítulo dedicado à instituição do Episcopado: «Ditas todalas cousas que vos contamos ante destes mylagres, repartida a terra como dito he, fez el.rey ajumtar todalas gentes que hy erom e dise.lhes [...] [CALADO, ed., 1998, p. 53]»; e também no início do capítulo seguinte, sobre os priores de S. Vicente: «Despois desto consirou el.rey como ffose provido o seu moisteyro [...] [CALADO, ed., 1998, p. 54]». A conquista de Lisboa constitui, porém, uma unidade narrativa em si, e é por isso contada em bloco, desde a decisão do Rei e a chegada dos cruzados estrangeiros (capítulo 26), até à eleição dos primeiros priores de S. Vicente (capítulo 31). É o que nos diz o próprio redactor:

«E, posto que estas cousas que disemos fosem feytas per espaço de tempo em vida del.rey dom Afonso, pero nós contamos.las aquy todas jumtas porque pertemçem à estoria da tomada de Lixboa [CALADO, ed., 1998, p. 54]»

2.2.3. O Poema Latino da Conquista de Alcácer do Sal (*Carmen Gosuini*)

Entre as fontes da C1419 actualmente identificáveis, a última que, de acordo com os critérios atrás estabelecidos, pertence à categoria das «fontes estruturais suplementares» é um Poema Latino sobre a Conquista de Alcácer do Sal (*Carmen Gosuini* - CG), texto em que se alicerçam os capítulos consagrados a esse feito bélico na

⁵⁷⁵ A leitura simbólica destes elementos e o seu papel na criação de uma retórica de guerra santa podem ver-se em PEREIRA (2005), autor que se concentra especialmente na leitura do ISV e convoca outros textos em que surge o cavaleiro Henrique de Bona.

⁵⁷⁶ Algumas cópias tardias de RFV incluem, todavia, epígrafes que, embora diferentes das da C1419, destacam já a acção do Rei: FONSECA, ed. (1995), pp. 95-96.

parte correspondente ao reinado de D. Afonso II (58-62 na numeração de Adelino Calado). Trata-se de um Poema constituído por 230 versos distribuídos irregularmente por 15 estrofes e redigido num Latim medieval que apresenta, segundo parece, «erros em relação à gramática clássica⁵⁷⁷», o que «evidenciaria algum desconhecimento das regras de poesia por parte do copista; ou sobretudo dever-se-ia às liberdades poéticas do autor⁵⁷⁸». Esse autor identifica-se mediante um estratagema denunciado por ele próprio, que consiste em reunir as iniciais das últimas sete estrofes, o que dá GOSUINUS⁵⁷⁹ (daí a designação por que o texto é conhecido, não obstante a única cópia preservada ostentar como aparente título a expressão «Quomodo capta fuit alcazer a Francis»). Entende-se geralmente que este Gosuíno seria um clérigo franco (e aquele «a Francis» ajuda deveras a suposição) que participou pessoalmente na tomada da praça, glorificando-a em verso possivelmente a instâncias do então Bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas, personagem que, para além de sair relacionada da narrativa, se acha também aludida nas iniciais das primeiras sete estrofes: SVERIUS⁵⁸⁰. Subsiste, como já disse, uma única cópia do Carmen, a qual se encontra num manuscrito miscelânico originário do Mosteiro de Alcobaça actualmente à guarda da BN com a cota 415 Alc. É o manuscrito que inclui, entre outros textos, o *De Expugnatione Scalabis*⁵⁸¹, sendo a cópia do Carmen datável paleograficamente da segunda metade do século XIII⁵⁸², portanto presumivelmente pouco posterior ao original.

A forma como a C1419 usou o CG assemelha-se à forma como usou o DES: aproveitamento quase integral do seu conteúdo; reformas discursivas aparentemente condicionadas por exigências do género cronístico; recurso pontual a outras fontes⁵⁸³

⁵⁷⁷ PEREIRA (1996), p. 321.

⁵⁷⁸ PEREIRA (1996), p. 321. Veja-se como não é aqui considerada a hipótese de «algum desconhecimento das regras de poesia» por parte do autor, mas apenas por parte do copista.

⁵⁷⁹ PEREIRA (1996), p. 329.

⁵⁸⁰ PEREIRA (1996), pp. 328-329.

⁵⁸¹ Os outros textos são as obras de S. Fulgêncio de Ruspe e duas cartas a ele dirigidas; as *Histórias* de Orósio [PEREIRA, 1996, p. 321, nota] e também um pequeno fragmento de uma versão da *Primeira Crónica Portuguesa*. Observe-se que o aparente título do CG tem evidentes semelhanças com o título atribuído a DES (“Quomodo sit capta Sanctaren ciuitas a rege Alfonso Comitit Henrico filio”).

⁵⁸² PEREIRA (1996).

⁵⁸³ Tal como aconteceu com, por exemplo, a conquista de Lisboa, também a tomada de Alcácer do Sal originou um importante caudal de textos de vária espécie (cartas, entradas em anais, etc.) destinados a perpetuar e glorificar a sua memória Europa fora. Pode ver-se o elenco completo dos que subsistem em PEREIRA (1996), permanecendo úteis as indicações e resumos fornecidos por HERCULANO (2007). PEREIRA (1996) e HERCULANO (2007) coincidem, aliás, na metodologia de confrontar a par e passo o CG com outras fontes de modo a destrinçar no texto latino o que seja ficção e o que *possa considerar-se* histórico, e é também isso o que encontramos em VILAR (2005), pp. 133-143, autora que, erigindo

como meio de completar e/ou precisar informações. A par disto, o redactor procedeu, desta vez, a duas modelações semântico-ideológicas: realçou a vertente providencialista já presente na fonte e concedeu ao Bispo de Lisboa um protagonismo ainda maior do que ele possuía já no texto latino.

Ao contrário do que sucede em DES, no CG o sujeito de enunciação é um narrador que, embora se inclua num dos campos em confronto (os Cristãos, a quem frequentemente chama «os nossos») e se veja a ele próprio como participante na acção descrita, recorre à narração na terceira pessoa. Por outro lado, se a pauta estrutural do texto sobre a tomada de Santarém se rege, como vimos no momento pertinente, por convenções para-litúrgicas, já o Poema sobre a conquista de Alcácer do Sal foi construído com base em modelos épicos⁵⁸⁴. Abrem-no, por isso, uma Proposição, uma Invocação e uma Dedicatória⁵⁸⁵, em que o sujeito de enunciação expõe o seu objectivo (contar «o que há pouco⁵⁸⁶ aconteceu aos cruzados⁵⁸⁷», «quod nuper Cruce signatis evenerat ecce⁵⁸⁸»), solicita o auxílio da divindade e dedica o relato ao seu vigário na Terra («Scribo, licet vili carmine, Christe, fave [...] Ergo scribo, fave, qui Trinus es & Deus unus [...] Ac tu quaeso fave, cui carmina nostra laborat, Cui Petro Petri cimba regenda datur⁵⁸⁹»), ao mesmo tempo que expõe as razões que o levaram a compô-lo, as quais estão basicamente relacionadas com a necessidade de não deixar esquecer tão memorável e potencialmente imitável feito, e também com a fuga ao ócio que tal narração proporcionaria.

Estas três partes iniciais foram completamente rejeitadas pela C1419, que assim atenuou as características épicas do relato. Em seu lugar, o redactor quatrocentista optou por introduzir o episódio mediante uma estratégia tipicamente historiográfica, que consiste no confronto de fontes. Sucedem que a C1344 afirmava que D. Afonso tinha conquistado Alcácer e outros castelos, sem que, contudo, fornecesse quaisquer pormenores sobre a sua actuação ou sobre a forma como tinham ocorrido essas conquistas. Por sua vez, o redactor da C1419 tinha à sua disposição outros textos sobre a tomada de Alcácer em que o Rei não era mencionado. E como estes outros textos lhe forneciam muitas mais informações, optou por segui-los, deixando todavia expressa a

tipicamente a origem em significado, se revela especialmente preocupada com o local de produção do Carmen. PEREIRA (1996) está, contudo, igualmente atenta a aspectos estruturais e simbólicos.

⁵⁸⁴ PEREIRA (1996).

⁵⁸⁵ PEREIRA (1996), p. 327.

⁵⁸⁶ Este «há pouco» é, decerto, parte da estratégia de credibilização do relato.

⁵⁸⁷ BRANDÃO (1975), p. 133 [tradução de Santos Alves, de que me irei servindo].

⁵⁸⁸ BASTO, ed. (1945b), p. 273.

⁵⁸⁹ BASTO, ed. (1945b), p. 273.

discrepância entre as suas fontes. Constatou, além disso, a existência de poucas coisas *que de contar fossem*⁵⁹⁰ sobre o reinado de D. Afonso:

«dom Afonso reynou pouquos anos, qua nom foram mais de doze e nom achamos do tempo de seu reynado cousas que de contar sejam, salvo que em alguns livros é esprito que este rey ganhou Alcaçer aos mouros e nom diz mais nem aquelo em que jaz, a estoria como foy tomado e per que guisa não o nomea nem faz deloo mençom, mais conta per esta guisa [C1419, p. 106]»

Tal como vimos suceder nas conquistas de Lisboa e Santarém, também o relato da tomada de Alcácer principia, no texto historiográfico, com indicações cronológicas: «Andados seis anos do reynado deste rey dom Afonso, convem a saber, na era de mill iic lb anos [C1419, p. 106]». Pouco depois, começará a Crónica a seguir o CG, que, após as referidas Proposição, Invocação e Dedicatória, dava início à narração do feito bélico com a viagem de uma frota de Cruzados que rumava à Terra Santa, e sua primeira paragem. Este esquema foi preservado pelo redactor quatrocentista, que todavia o fez anteceder por um conjunto de informações colhidas noutras fontes e graças às quais foi possível dar nome a algumas personagens⁵⁹¹:

«aviom grande guera os christãos com os mouros em Jerusalem. Ouvyndo esto, as nações dos alemães e farmenguos e outras gentes da parte do aguião ajuntarom.se todos em grão frota, çemto e çimquo naos, përa lhe irem ajudar a tomar a Casa Santa, da qual erom capitães Ilinquino, conde de Olanda⁵⁹², e Jorge, conde de Frysya, e outros muytos senhores e riquos homens que em ela erom [C1419, p. 106]»

Há, no entanto, duas importantes divergências a assinalar, que assumo devidas à iniciativa do cronista. Assim, enquanto no CG a primeira paragem da frota é localizada em Faro (Galiza) e foi aparentemente decidida de forma voluntária, o que lemos na

⁵⁹⁰ Esta fórmula, sendo corrente nas crónicas da tradição afonsina, é, antes de mais, uma espécie de *cliché* de escola. O seu semantismo oferece, todavia, interessantes particularidades, uma vez que está aqui em causa não a inexistência de informações sobre determinado reinado, mas a inexistência de informações que, *à luz de determinados critérios*, **devam** ser contadas. Desse ponto de vista, e atendendo ao que disse em II.1.2.1, será este mais um dos momentos em que assistimos à emergência de uma razão formalizante que assume a responsabilidade pelo discurso produzido.

⁵⁹¹ CG não refere, com efeito, o nome de **nenhuma** personagem (quando muito menciona dignidades como a de «Bispo de Lisboa» ou «Comandante do castelo»), no que talvez constitua uma forma de mostrar que os méritos da empresa se deveram unicamente à acção divina, ou então, e atendendo ao artifício de mencionar os nomes de Gosuíno e de Soeiro nas iniciais das estrofes, uma forma de dar exclusiva visibilidade ao autor e ao presumível patrocinador do Poema.

⁵⁹² Tratar-se-á de Guilherme, Conde da Holanda, que algumas fontes incluem entre os participantes da tomada de Alcácer: HERCULANO (2007), p. 533. Este mesmo Conde Guilherme escreveu, aliás, uma carta ao Papa Honório III em que lhe relata o evento e solicita alguns favores: VILAR (2005), p. 140.

C1419 é, pelo contrário, que essa paragem se deveu a uma tempestade que colheu os navios numa zona bem mais a Sul, concretamente na costa Algarvia:

«Innumeris ratibus sulcarunt aequora Faram/ Venerunt plures, damna tulere prius
[CG]⁵⁹³»

«E, indo eles per ala⁵⁹⁴, foy o vento tanto, e tão grande tormenta que fez perder algũas das naos e as outras corerom com ele ao cabo de Sam Viçemte ataa hum lugar que chamom Farom, a qual vila e toda outra terra e comarquã era ainda estomçes de mouros [C1419, p. 106]»

Esta nova localização geográfica poderá, evidentemente, dever-se a confusão de topónimos; haverá, não obstante, que considerar a proposta de M. T. Pereira, que conexiona a referência algarvia com as relíquias de S. Vicente «que, vindas do Algarve, aportaram a Lisboa, tal como os cruzados aí chegaram depois de grandes tormentas e perigos⁵⁹⁵». O que aqui estaria em causa seria, então, uma forma de, «com alguma subtiliza», procurar «exaltar o mártir S. Vicente, cujas relíquias permaneciam em Portugal, em detrimento das do Apóstolo Santiago, existentes na Galiza⁵⁹⁶». A C1419 dedica, aliás, grande espaço ao martírio e trasladação das relíquias deste Santo, o que fornece certa plausibilidade co-textual à interessante proposta de M. T. Pereira. A transformação de uma paragem voluntária da frota em paragem condicionada por uma violenta tempestade lembra, por sua vez, o tipo de procedimento que pudemos observar na forma como a C1419 usou o RFV, pois também aí a Crónica fala de tempestade onde a sua fonte tem chegada intencional. Torna-se portanto necessário admitir, em ambos os casos, uma reescrita intencional e funcionalmente orientada por parte do redactor do século XV. Funcionalmente orientada, decerto, para conceder ao episódio aspectos providencialistas (a mão de Deus guiando o percurso dos homens), embora desta vez, e ao contrário do que sucedia na tomada de Lisboa, isso não chegue a explicitar-se.

A estratégia é, de resto (e já anteriormente o disse), comum na tradição dos relatos comemorativos de batalhas contra os infiéis, e o próprio CG a ela recorre, explicando assim o destino da frota de Cruzados após a partida da Galiza:

⁵⁹³ «Sulcaram os mares com inúmeros barcos; muitos vieram a Faro e fizeram destruições» [BRANDÃO, 1975, p. 133]. A identificação deste Topónimo com uma localidade desse nome na Galiza deriva do percurso indicado pelo Poema. Há pelo menos uma outra fonte que, não obstante certa degradação textual, parece assinalar também a passagem por essa região espanhola: HERCULANO (2007), p. 534.

⁵⁹⁴ *Sic.* Porventura deva entender-se «pera la».

⁵⁹⁵ PEREIRA (1996), p. 350.

⁵⁹⁶ PEREIRA (1996), p. 350.

«Aura datur, mare sulcatur quampluribus alnis/ Portugal ratibus terra uiuenda patet./ Portus transitur, irascitur eolus, armat/ Euros in classem, deperit aura fauens/ Anchora nulla ratem retinet, quia restis in ista/ Rumptur, Hic uerit anchora iacta solum/ Hec ruit ad cautes, in humo colliditur illa/ Vertitur ista ratis, illa repletur aquis/ [...] Auriferi reliqua classis petir ostia tagi/ hanc recipit portus nomen ulixis habens⁵⁹⁷»

Passagem que a C1419 manteve. O seu redactor eliminou, porém, as redundâncias e intensificações próprias do discurso poético, concentrando as acções fundamentais num curto enunciado, ao mesmo tempo que, por razões de coerência textual, introduzia elementos destinados a assinalar que esta era a segunda tempestade de que falava. Essa concentração foi todavia compensada pelo recurso a estratégias de encarecimento, que consistem em afirmar esta tempestade maior que a primeira e em invocar explicitamente – desta vez, sim - os desígnios divinos:

«Vendo que não estavom aly [Algarve] bem seguros, e deshy por coregimento dalgũas naos e cousas que lhes compriom, alçarom suas velas pera se yrem a Lixboa. E, vindo pelo mar, deu em elas muyto mor tormenta da que primeyro ouverom, na qual perderom algũas das naos, e toda a companha que em elas vinhom corerom grande risquo e deshy prouue a Deos que, çesando aquela tempestade, veyo logo vento de viagem e entrarom ante o porto da cidade⁵⁹⁸ [C1419, p. 106]»

A partir da chegada da frota de Cruzados a Lisboa, a narração do CG organiza-se em torno das seguintes acções: discurso do Bispo propondo-lhes a tomada de Alcácer do Sal, a qual é recusada por uns e aceite por outros⁵⁹⁹; viagem marítima para Alcácer; cerco da cidade e primeiros combates, com os Cristãos enchendo os fossos de lenha e os

⁵⁹⁷ «Portugal abre-se como terra para aí viverem as naus./ Passam o porto; Éolo enfurece-se e arma os ventos contra a armada/ A brisa propícia desaparece/ Rota a amarra, a âncora já não segura os barcos;/ E a âncora arremesada para longe, varre o solo./ Um barco é atirado para os rochedos, outro parte-se/ Contra a terra; este volta-se, aquele é inundado de água/ [...] O resto da armada dirige-se para a foz do aurífero Tejo./ O porto que tem o nome de Ulisses [Lisboa] recebe-a» [BRANDÃO, 1975, pp. 133-134]. Facilmente se reconhecerão nestes versos o eco de famosas tempestades náuticas da Literatura clássica, por exemplo a do Canto I da *Eneida*.

⁵⁹⁸ Note-se, também, a completa omissão das referências clássicas (Éolo, Zéfiro), a qual é uma constante ao longo dos capítulos em que a C1419 segue o CG e poderá aproximar-se da omissão da Apúlia, topónimo que, como atrás vimos, surge mencionado no DES mas não na Crónica quatrocentista.

⁵⁹⁹ A proposta da Prof. Vilar, de acordo com a qual o CG teria tido como fonte de inspiração para este pormenor a carta do Cruzado R. sobre a conquista de Lisboa (em que surge um discurso do Bispo do Porto aos cruzados funcional e conteudisticamente próximo deste), apesar de possível, deverá, penso eu, relativizar-se se tivermos em conta o carácter tópico deste tipo de discursos, que nos remete para a existência de um modelo literário que vai sendo actualizado em (e adaptado a) diversos contextos. H. Vilar vai, aliás, um pouco neste sentido quando reconhece, em alternativa a essa sua hipótese, a possibilidade de existência de um «arquétipo comum» ao CG e à Carta do Cruzado: VILAR (2005), p. 143. Permanece, além disso, a dificuldade adicional de não haver, que se saiba, indícios plausíveis de que a «Carta de R.» tenha circulado em Portugal, pois não só não há cópias dela em território nacional, como nenhuma das nossas Crónicas denota tê-la conhecido.

Muçulmanos retaliando através do lançamento de archotes em fogo; chegada de três Reis mouros em auxílio da cidade sitiada e de uma armada de Cristãos em auxílio dos sitiadores; preparativos para a batalha com o desânimo a alastrar por entre alguns Cristãos; avanço das tropas muçulmanas provocando o recuo dos adversários; aparecimento de sinais celestes que prognosticam a vitória das hostes Cristãs; nova batalha, em que os Cristãos vencem e matam numerosos mouros, entre os quais dois Reis; combates junto às muralhas; vitória final das tropas cristãs; baptismo do Alcaide mouro e repartição dos despojos, considerada injusta para com o Bispo de Lisboa, que deveria ter recebido mais. Tratar-se-á, portanto, de uma narrativa moldada de acordo com os parâmetros habituais nos relatos comemorativos de batalhas contra os infieis, muito direccionada para a actuação dos Cruzados europeus e do Bispo de Lisboa, e em que os grandes ausentes são o Rei e a nobreza⁶⁰⁰.

Em tudo isto, a C1419 vai seguindo de perto o Poema Latino, normalmente abreviando e concentrando o discurso⁶⁰¹. Introduce, no entanto, elementos provenientes de outras fontes e realça, segundo comecei por aludir, o papel do Bispo de Lisboa. Assim, após o discurso do Bispo no momento da chegada dos cruzados ao porto dessa cidade (capítulo 58 da C1419, corresponde aos versos do CG), fornece a Crónica algumas informações sobre a constituição do exército que se preparava para tomar Alcácer, alheias ao Poema mas constantes (pelo menos algumas delas) de outros textos conhecidos, especialmente de uma carta dirigida pelos bispos de Lisboa e Évora, pelo mestre do Templo, pelo prior do Hospital e pelo comendador de Palmela (justamente as personagens mencionadas pela Crónica) ao Papa Honório III pouco tempo depois da conquista da praça⁶⁰²:

⁶⁰⁰ Como salienta PEREIRA (1996). A ausência do Monarca nas hostes Cristãs parece ser um dado histórico, pois, conforme nota HERCULANO (2007) e confirma VILAR (2005), a documentação disponível permite dizer que D. Afonso se foi alongando das operações de guerra, deslocando-se progressivamente para Norte. HERCULANO (2007), p. 544, insinua até que o Rei «se afastava à medida que o estrépito das armas crescia e que se aproximava ao passo que esse importuno ruído diminuía», também nisso – prossegue o historiador - revelando ser homem mais para os bastidores da governação que para os campos de batalha. A Literatura, porém, nem sempre existe para que nela confirmemos a História e, segundo veremos na terceira parte deste trabalho, houve quem posteriormente incluísse Afonso II entre os participantes na conquista de Alcácer do Sal.

⁶⁰¹ O exemplo talvez mais interessante deste tipo de operações ocorre no discurso do Bispo de Lisboa aquando da chegada da frota de cruzados ao porto dessa cidade. De acordo com o Carmen [BRANDÃO, 1975, p. 134], a primeira e principal razão que o Bispo alega para persuadi-los à conquista de Alcácer é o tributo anual de cem Cristãos imposto pelos seus habitantes aos moradores de Lisboa, adaptação evidente de um antiquíssimo motivo (veja-se o caso do Minotauro). A Crónica omite este dado, e declara apenas [C1419, p. 107] que Lisboa recebia muito dano de Alcácer, sem mais especificações. Toda a sua lógica concentra-se na oposição Cristãos/Muçulmanos, suficiente por si só para justificar a guerra.

⁶⁰² VILAR (2005), p. 140.

«E, indo os portugueses d.acordo com aquelas gemtes, guisarom sua frota pelo mar, e muytas companhas per terra, das quaes erom capitães dom Pedro, mestre da cavalaria do Temple, e dom mestre Gonçalo, prior do Espritall, e Martim Baregom, comendador de Palmella, e dom Martim Pirez. Estes levavom consyguo per tera, de Lixboa e de Evora e de seus termos, XX homens de pe e alguns de cavallo e foram.se todos sobre o dito lugar [C1419, p. 107]»

Acrescento que tem o efeito de aumentar o protagonismo dos portugueses (especificamente distinguidos dos estrangeiros, como é habitual no texto quatrocentista) em relação ao que sucedia no Carmen, que, para além do Bispo de Lisboa, não mencionava nenhuma outra figura nacional. Outros pequenos acrescentos baseados em fontes desconhecidas e destinados, basicamente, a fornecer um acréscimo de informações ao relato, são a especificação da localidade de proveniência das naus que, enviadas por «aquele que governava totalas cousas⁶⁰³», vieram em socorro dos cristãos, e a notícia da perda de uma nau portuguesa em que iam duzentos homens, acrescentos localizados no capítulo 60. Diferente é o que sucede quando, no início desse mesmo capítulo, e num momento posterior ao dos primeiros confrontos bélicos, a Crónica nos fala da chegada de «quatro reys mouros da Espanha, convem a saber, rey de Sevilha e rey de Cordova e rey de Jaen e rey de Badalhouse⁶⁰⁴», em ajuda das forças sitiadas. A vinda de reforços muçulmanos é também referida pelo Carmen, que, todavia, fala apenas em três reis, sem mais especificações. É plausível que a fonte da Crónica para esta passagem tenha sido a acima aludida carta a Honório III, pois ela menciona efectivamente a chegada daqueles quatro reis em ajuda dos habitantes de Alcácer⁶⁰⁵. Se foi o caso, temos aqui mais um exemplo⁶⁰⁶ do que parece ser uma tendência da C1419, e consiste em *dar preferência à documentação oficial quando ela contradiz os dados das fontes narrativas*.

Quanto ao papel do Bispo, ele sai reforçado do texto da Crónica mediante o acrescento de duas intervenções dessa personagem. Em seguida aos confrontos iniciais entre o exército cristão e as defesas muçulmanas, mal sucedidos para os primeiros, limita-se o Poema a notar o recuo dos cruzados. A Crónica, todavia, introduz um discurso galvanizador do Bispo:

«E, quando veo a noyte seguinte, sentyo o bispo o grande mermurar que era antre eles e vyo a oste toda torvada e chea de temor, e dise.lhes: “Eu ouvuy bem esta

⁶⁰³ CALADO, ed. (1998), p. 109.

⁶⁰⁴ CALADO, ed. (1998), p. 108.

⁶⁰⁵ VILAR (2005), p. 138.

⁶⁰⁶ Lembre-se o que sucede com a intervenção de D. Dinis nas pazes de Ágreda.

desaventura e her grande mal que sobre nós veyo, a qual fez a grande perseguição que ouvestes quando chegamos e, confiando das vosas forças e multidões, esquecendo.vos do ajudadoyro de Deos, que ora foy contrario pera o nós conhecermos. E, pois asy he que já aqui viemos e somos forneçidos de gemtes e d. armas e de mantimentos, não queiramos desconfiar, mes brademos em ho coração ao Senhor Deos e roguemos.lhe aficadamente que converta sua ira, se a contra nós tem, e a torne pêra nossos inimguos”. E orou o bispo com grande devação, dizendo em esta guisa: “Senhor, padre das miserycordias, ajudador na tribulação, ex as nações dos infieys vyerom pera nos destroyr, pois como poderemos durar amte a face deles se nos tu, Deos, não ajudares? E nom te queiras erguo, Senhor, lembrar dos nossos males nem tomes aqui de nós vimgamça, mas dá-a a estes inimguos de tua ffee em nas mãos dos teus servos, por tal que todolos que em ti crem louvem teu nome [C1419, p. 110]»

O qual acentua a visão sacralizadora do episódio, colocando explicitamente nos desígnios de Deus a sorte da batalha e instiuindo o bispo como mediador privilegiado entre o celeste e o terreno⁶⁰⁷. A importância da sua acção sai ainda reforçada da cena seguinte. Efectivamente, no CG, ao recuo dos cristãos segue-se o aparecimento de uma cruz nos céus e, logo após, o surgimento de um exército celeste de vestes brancas com uma cruz vermelha que combate ao lado dos cruzados contra os muçulmanos⁶⁰⁸. Mas a C1419, que introduz o discurso do Bispo de Lisboa entre o recuo das tropas e o visionamento de um prodígio celeste, acaba por construir um *continuum* textual que insinua uma estreita relação entre a oração do bispo e o aparecimento desse prodígio, o qual sofre também, por sua vez, importantes alterações: o exército celeste desaparece e, em lugar de uma *simples* cruz, é o próprio Cristo quem surge nos céus envergando umas vestes brancas com uma cruz vermelha. Dir-se-ia que a aparição de Cristo é suficientemente forte para, por si só, insuflar ânimo nos cruzados, tornando assim desnecessária a presença de um exército celeste entre eles:

⁶⁰⁷ O discurso galvanizador do chefe (militar ou religioso) após um momento inicial de derrota, desânimo ou incerteza por parte das suas tropas é, além disso, uma estratégia comum nos relatos comemorativos de batalhas contra os infieis, como fomos constatando em capítulos anteriores. Mas o CG, embora possa sem dificuldades incluir-se nessa tipologia, não o contempla (mas apenas, o que não é bem o mesmo, um discurso inicial do Bispo de Lisboa exortando os cruzados a modificarem os seus planos de modo a irem tomar Alcácer do Sal). A C1419 terá, por isso, tomado por modelos desta passagem outras fontes pertencentes a essa tipologia, por exemplo o DES, que foi, como vimos, a fonte principal para a tomada de Santarém e contém um discurso galvanizador de D. Afonso Henriques. A mesma função é, com ligeiras variações, desempenhada noutras passagens da Crónica, por exemplo, pelo próprio Afonso Henriques em Ourique (cap. 13), pelo Infante Sancho na Andaluzia (cap. 39) e por D. Sancho I e os Bispos presentes na tomada de Silves (cap. 50). Este último caso, para além de mais abreviado que os restantes, tem ainda a singularizá-lo um comentário realisticamente irónico do narrador: «E, porque os dões prometidos soem a espertar os priguissos, dezia el.rey que os que mais fizesem que àqueles faria mayores merçees»: CALADO, ed. (1998), p. 93.

⁶⁰⁸ Estes prodígios, componentes típicos de uma simbologia sacralizadora da actividade bélica (e especificamente de cruzada no caso da cruz vermelha), são também mencionados noutros textos sobre a conquista de Alcácer, designadamente na já referida carta dos Bispos portugueses e na obra de um tal monge Godofredo: HERCULANO (2007), p. 539.

« “[...] por tal que todolos que em ti cem louvem teu nome”. E emtom o Senhor, pera os consolar, apareço em vysom no séo, convem a saber, hum homem esprandeçente como ho sol e asy alvo como a neve, e no peyto trazia hum synal de + vermelho mais luzente que as estrelas. Quando os christãos esto virom, foram muy alegres, entendendo que Deos era em sua ajuda, e com grande prazer e alegria dormirom asy aquela noyte [C1419, p. 110]»

O redactor não perdeu, porém, a oportunidade de fazer surgir mais uma vez em cena o Bispo de Lisboa, pondo-lhe na boca uma pequena fala exortatória:

«E em o outro dia na manhã, sem mais tardança ou perlongamento do tempo, falou o bispo àquelas gentes e dise asy: “Amiguos, bem vistes os synais maravilhosos que nos Deos quis mostrar pera nos esforçarmos, pois não avemos por que mais tardar, mas loguo em esforço de Deos e de todos seus martyres, per tal dia como oje he, vamos ferir em nos inimguos e agoa os acharemos menos perçebydos que ante, pela vitoria que de nós ouverom” [C1419, p. 111]»

Deverá notar-se que este acréscimo de protagonismo aqui concedido ao Bispo de Lisboa encontra paralelo em pelo menos duas outras passagens da Crónica, de fonte desconhecida. A primeira situa-se no reinado de D. Sancho I, e num capítulo, o 55 na numeração de Adelino Calado, destinado a contar «cousas que acontecerom em tempo de.rey dom Sancho, e da sua morte⁶⁰⁹». Aí, ao lado da alusão a diversas obras do Rei e a catástrofes climáticas várias, aparecem também referências a dois outros acontecimentos. Um é a fundação das Ordens de S. Domingos e S. Francisco⁶¹⁰; o outro envolve mais uma vez (cronologicamente é a primeira) o Bispo olissiponense, desta feita explicitamente referido pelo seu nome: «E no ano de mil iic Ri anos foy dado por o bispo de Lixboa, dom Sueiro, o foral aos d.Alhandra de quanto aviom de pagar em todallas cousas [C1419, p. 104]» – o tipo de informação que as Crónicas costumam reservar para os Reis. A segunda localiza-se, tal como a tomada de Alcácer, no reinado

⁶⁰⁹ Conforme reza a respectiva epígrafe: CALADO, ed. (1998), p. 103.

⁶¹⁰ Anote-se que o ms. C, único que contém esta passagem (P está manifestamente lacunar devido a perda de fólhos no seu modelo ou em algum seu antecedente), contém o que se me afigura um salto do mesmo ao mesmo que mescla a fundação destas ordens com a alusão a umas tempestades: «Sam Domingos e Sam Ffrançaço escreçerom per vertuosa vida as ordens dos Pregadores e dos Frades Menores, e foram primeyro estetuydas per eles a cabo de iiii anos, convem a saber, na era de mil iic Riios anos choveu muyta pedra contynuadamente sobre a cidade d.Evora» [CALADO, ed., 1998, p. 104]. Diria que no texto original haveria um primeiro «na era de...», respeitante à fundação daquelas ordens, e um segundo «na era de...», alusivo às chuvadas de Évora, tendo o copista de C (ou do seu modelo) saltado de um para outro.

de D. Afonso II, e respeita à fonte usada para o episódio dos cinco mártires de Marrocos⁶¹¹:

«a qual estoria aquy diremos segundo foy sabida per muytos que com o iffante [D. Pedro Sanches] andavom em Maroquos, espiçialmente por hum cavaleyro natural de Santarem, chamado por nome Estevom Pirez, homem honrado e de bõos costumes, segundo desto dá testemunho dom Mateus, bispo de Lixboa, em cujas mãos, por juramento dos santos Avanjelhos, ele contou toda a estoria como se aconteçera, estando ele com outros muytos fidalguos em Maroquos em companhia do dito iffante dom Pedro [C1419, p. 113]»

Parece, assim, que o redactor quatrocentista teve acesso a um conjunto de textos relacionados com o/emanados do Episcopado de Lisboa (o próprio Carmen neles se poderá incluir), e procurou engrandecer a acção dos seus Bispos, bem como governadores, bem como instigadores da guerra santa, bem como testemunhas privilegiadas de determinados eventos. Penso, porém, que, de um ponto de vista mais abrangente, esta atitude deva relacionar-se com uma tendência da Crónica, da qual fomos já vendo alguns exemplos, e consiste no que chamaria uma *atenção especial concedida à cidade de Lisboa*. Raro é, com efeito, o reinado em que os habitantes, os prelados, a situação geográfica, as instituições e/ou os patronos religiosos desta cidade não têm lugar de destaque. Verifica-se, por exemplo, que não só a sua conquista (no reinado de D. Afonso Henriques) ocupa grande espaço, como o seu santo, S. Vicente, é o único *em toda a Crónica* com direito a biografia; que, como acabámos de ver, a acção dos seus bispos é convenientemente realçada, especialmente nos reinados de Sancho I e Afonso II; que é ela quem primeiro acolhe Afonso III quando ele vem assumir a governação do reino para remediar os descalabros provocados pelo mau governo de seu irmão; que o porto de Lisboa assume uma posição estratégica de defesa do reino (veja-se os episódios de Fuas Rupinho, ou as guerras luso-castelhanas do tempo de D. Afonso IV), sendo, além disso, quase sempre a esse porto que chegam os cruzados providencialmente enviados por Deus para a guerra contra os infiéis e para a conquista do território; ou que, nas guerras civis do final do reinado de D. Dinis, o concelho de Lisboa, e apesar da conduta *duvidosa* do seu Bispo, esteve do lado do Rei contra o Infante (ou seja, do lado certo da história, de acordo com o ponto de vista explicitamente assumido pelo narrador), funcionando a cidade como uma espécie de quartel-general do monarca (e veja-se como, neste caso, a censura do Bispo é como que

⁶¹¹ A qual fonte, estando genericamente próxima das versões da *Lenda dos Cinco Mártires de Marrocos* hoje subsistentes, não deverá porém confundir-se com nenhuma delas: DIAS (2009a).

contrabalançada pelo elogio das forças concelhias). Lisboa será, pois, e por assim dizer, uma das personagens principais do texto, adquirindo um relevo que quantitativa e qualitativamente não equivale ao de nenhuma outra localidade⁶¹². E é nesta perspectiva que me parece dever encarar-se o acréscimo de protagonismo concedido ao Bispo de Lisboa na tomada de Alcácer do Sal.

2.3. Fontes Secundárias

2.3.1. A *Vita Theotonii*⁶¹³

Ao contrário do que sucede com os textos que tenho vindo a considerar, algumas fontes foram apenas pontual e/ou parcialmente usadas pelo redactor quatrocentista, como forma de complementar as informações fornecidas pela «fonte estrutural básica» e/ou pelas «fontes estruturais suplementares». Apelido-as, por isso, de «fontes secundárias» e, como facilmente se suporá, uma das questões mais interessantes a ter em atenção na análise do seu aproveitamento pela C1419 são os critérios de selecção de matérias que terão presidido às opções do compilador.

Sempre de acordo com a ordem do discurso, a primeira a considerar é a *Vita Theotonii*⁶¹⁴ (VT), biografia hagiográfica do primeiro Prior e um dos fundadores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, elaborada nesse cenóbio pouco antes de 1163⁶¹⁵, embora o texto actualmente conhecido⁶¹⁶ contenha já alguns acrescentos ligeiramente posteriores⁶¹⁷.

⁶¹² Recorrendo ao precioso «Índice Toponímico» da edição de Adelino Calado [CALADO, ed., 1998, p. 290-295], verifica-se, com efeito, que Lisboa é, juntamente com Coimbra e Santarém, uma das três cidades mais mencionadas pelo texto actualmente conhecido da Crónica. Estas duas últimas cidades não assumem, contudo, a mesma importância global na sua economia narrativa. Anote-se, entretanto, que os topónimos mais mencionados são, em absoluto, «Portugal» e «Castela», e também isto não será fruto do acaso.

⁶¹³ Sigo uma recomendação de NASCIMENTO (2005), p. 1221, e apelido o texto aqui em apreço de *Vita Theotonii* (não *Vita S. Theotonii*). Veja-se as notas seguintes.

⁶¹⁴ Embora DIAS (2001, 2003 e 2008) considere provável que a C1419 tenha conhecido indirectamente, através da perdida *Crónica d'el Rei D. Afonso*, os episódios constantes da *Vita Theotonii*, penso que essa hipótese, ainda que certamente possível, não a tem a sustentar argumentos especialmente fortes. Tanto a ausência de elementos linguísticos que assinalam a mudança de fonte seguida, como a inserção de episódios em diferentes contextos narrativos registam-se demasiadas vezes na C1419 [veja-se, por exemplo, as conquistas de Santarém e Lisboa, e o tratamento aí concedido ao DES e ao RFV] para que as possamos considerar sinais do conhecimento indirecto e mediado da Vida de Teotónio.

⁶¹⁵ NASCIMENTO (1993); NASCIMENTO (2005), p. 1221. 1163 é a data da canonização de Teotónio, circunstância ainda não mencionada por esta sua biografia, que todavia já fala da sua morte, ocorrida em 18 de Fevereiro de 1162.

⁶¹⁶ Ms. 52 da BPMP, originário de Santa Cruz de Coimbra e ainda do século XII. Há, como se sabe, também uma tradução portuguesa quatrocentista (ou já do século XVI, segundo pondera SILVA, 1998), consistentemente fiel ao original latino, num outro manuscrito originário de Santa Cruz e actualmente à guarda da BPMP [CRUZ, ed., 1968, pp. 149-173]. O seu texto não apresenta pontos de contacto literais

Organiza-se a VT, de acordo com as convenções biográficas que a regem, em torno do percurso vivencial de Teotónio, narrando as principais etapas desse percurso, desde a apresentação dos seus genitores e sua infância até à sua maturidade, velhice e morte. Desde o início apresentado como modelo de virtuosa vida, é este o ângulo a partir do qual todo o texto se estrutura, convenientemente realçando as orações, peregrinações, miraculosas intervenções, recusa das tentações e outras muitas acções piedosas do primeiro prior de Santa Cruz, bem como as circunstâncias que rodearam a fundação desse mosteiro, desde logo considerada acção da Graça de Deus, e o seu funcionamento interno.

De tudo isto, a C1419 não reteve mais que duas pequenas acções, ambas directamente relacionadas com D. Afonso Henriques, personagem a cujas relações com Teotónio a Vita dedica certo espaço⁶¹⁸. Segundo o texto latino, a dada altura (a ausência de referências cronológicas precisas é uma constante nesta obra⁶¹⁹), Afonso Henriques comandou uma expedição militar pelas terras dos sarracenos (até à região de Sevilha), na sequência da qual cativou dúzias de homens, entre eles moçárabes. De regresso a Coimbra, a passagem das suas tropas foi presenciada por Teotónio, o qual repreendeu o rei⁶²⁰ por ter sujeitado à escravidão homens que, como eles, professavam a fé Cristã. Convencido pelas palavras do prior, D. Afonso tê-los-ia imediatamente libertado. Mais à frente, contava-se como, aquando da conquista de Santarém, o rei solicitara auxílio espiritual aos crúzios, e como as orações do prior e dos seus monges foram decisivas para o sucesso da empresa. São estas as duas únicas acções que o redactor quatrocentista aproveitou, não sem proceder a algumas importantes alterações.

Com efeito, na Vita, elas obedecem a uma lógica exemplificativa: o texto centra atenções em Teotónio e vai-lhe enumerando as virtudes, funcionando as narrativas

com o da C1419, havendo, pois, fortes razões linguísticas e cronológicas para presumirmos a dívida da Crónica para com a versão latina original.

⁶¹⁷ MATTOSO (2006), pp. 116-117, que se propõe corrigir e precisar o que a este respeito já dizia A. Nascimento.

⁶¹⁸ De modo a associar o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra aos sucessos da nascente monarquia portuguesa, conferindo ao seu prior o papel de conselheiro e aliado do rei, com assinalável ascendente sobre ele. Veja-se também a nota seguinte.

⁶¹⁹ Com excepção da fundação do mosteiro de Santa Cruz e da morte de Teotónio, que se acham muito precisamente localizadas no tempo: CRUZ, ed. (1968), pp. 54 e 67. É aliás visível, ao longo do texto, a intenção de exaltar propagandisticamente o mosteiro.

⁶²⁰ Interessantemente, o texto começa por referir-se a Afonso Henriques como o «nobilis infans Portugalis», mas logo a seguir atribui-lhe o título de «rex»: «[Teotónio] egressus obuiam regi, et cuncto exercitui, dixit: “O rex, inquiens, et cuncti barones [...]”». Cf. CRUZ, ed. (1968), p. 58.

como momentos que comprovam e exemplificam essas virtudes⁶²¹. Porém, na Crónica, a lógica é outra, e assenta na sucessão dos reis de Portugal e na narração de feitos ocorridos durante os respectivos reinados, de acordo com um encadeamento temático ou, e maioritariamente, cronológico. Tornava-se, pois, necessário encontrar elos de ligação temáticos ou cronológicos entre aquelas duas acções e os restantes episódios do reinado de Afonso I. No caso da tomada de Santarém, o cronista teria a vida mais facilitada: o DES e a C1344 permitiam-lhe uma narração extensa e articulada do episódio, bastando-lhe, por isso, encaixar as orações de Teotónio no momento cronologicamente pertinente (véspera da tomada):

«Em esta noyte e dia seguinte, o prior de Santa +, com grande cuydado de rogar a Deos per el.rey, mandou fazer orações propias e espiçiais a seus coniguos muy devotamente. E, antre as orações que ele fazia, em sengular pidia a Deos que o ajudase, e dizia asy: “Senhor Deos todo poderoso, que fizeste cair os muros de Geriquo sem ffero e sem arquo, e que, a rogo de Josuee, fizeste estar o sol quedo contra Gabaão, rogo à tua infinda piedade que tu queyras dar, segundo tua misericórdia, vitoria a el.rey sob a sonbra do qual vivemos por tua ordenança e lhe dês a vila que quer ganhar pera teu serviço⁶²² [...] [C1419, p. 42]»

Mas o primeiro caso era diferente. A Vita não fornecia pormenores explícitos acerca da campanha militar na sequência da qual Teotónio repreendeu o Rei por ter capturado moçárabes, limitando-se a informar de que as tropas cristãs se teriam aproximado de Sevilha⁶²³. Teve de ser o redactor quatrocentista a integrar o pequeno episódio na sucessão de eventos do reinado de D. Afonso Henriques, e fê-lo de forma particularmente hábil. Antes de mais, identificou a campanha com a batalha de Ourique,

⁶²¹ Veja-se a forma como é introduzida a repreensão de Teotónio a Afonso Henriques: «Qualem etiam compassionis affectum erga miseros habuerit, quamquam pius extiterit, uel hec res sola indicium est» [CRUZ, ed., 1968, p. 58]; e as orações aquando da tomada de Santarém: «Quantam sollicitudinem uir Dei pro rege habebat uel quantum rex in eo semper confidebat uel in illo uno miraculo de Sanctaren considerari potest» [CRUZ, ed., 1968, p. 62].

⁶²² Texto latino: «Prior autem preter magnitudinem precum quas iugi meditatione Deo obtulit sic orabat: “Domine, domine, inquit, omnipotens, qui muros Ihericho sine gladio et arcu subruisti qui etiam ad preces Iosue contra Gabaon solem stare precepisti tuam deprecamur ineffabilem clementiam ut regi nostro famulo tuo sub umbra cuius te protegente uiuimus uictoriam propitius concedere digneris de inimicissima christiani populi ciuitate [...]”» [CRUZ, ed., 1968, p. 63].

⁶²³ CRUZ, ed. (1968), p. 58. Visto que a VT menciona, um pouco depois e explicitamente, a lide de Ourique [CRUZ, ed., p. 63], não me parece muito possível que se estivesse já referindo a essa célebre batalha no momento da repreensão de Teotónio, ao contrário do que sugere o Prof. Mattoso, baseado nos *actuais* conhecimentos históricos: «só pode, creio, referir-se ao fossado de Ourique, porque não há qualquer referência a outro fossado profundo dirigido pelo rei», MATTOSO (2006), p. 117. A menos que se pense, como o próprio J. Mattoso, que a alusão explícita a Ourique se deva a «acrescentos apócrifos feitos trinta ou quarenta anos mais tarde» [MATTOSO, 2006, p. 116]. Todavia, o Prof. Mattoso aceita que a batalha de Ourique se tenha ferido nas campinas sul - alentejanas, e isso não parece harmonizar-se bem com a referência a Sevilha explicitamente usada pelo texto latino para caracterizar o fossado de que resultaria a repreensão de Teotónio ao Rei.

o que lhe permitiu inserir comodamente a repreensão de Teotónio logo após ter dado conta do regresso das tropas cristãs a Coimbra:

«Depois dos tres dias pasados que ele esteve no campo [...] tornou.se pera Coinbra. E, antre os prisioneyros que ele trazia, vinhom hũa companhia de gentes que chamavom moçaraves, os quaes erom christãos e os tinhom os mouros em aquela terra por cativos. E, quando chegou a Coinbra, ho prior de Santa + sayo a receber el.rey e entom lhe dise: “Ó senhor rey e vós outros, barões nobres, que sois ffilhos da santa Igreja, por que trazês vossos irmãos asy presos e cativos, asy como se fosse infieis, os quaes vós devies aguardar asy caridosamente como vós mesmos? Hora vos rogo, senhor, que estes que som da ley de Jhesu Christo sejam despachados e livres da prisom”. E el.rey dom Afonso Amriquez, quando esto ouvyo dizer, foy movido à soguygaçom da rezom, a qual no seu fundamento he a ley que he “Amarás a Deos sobre totalas cousas e o teu prouxyimo como a ty mesmo”. E, porque ele vyo que estes erom seus prouxyimos, foy movido à razom que lh.o prior dezia e mandou.os soltar e livrar do cativeyro. [C1419, pp. 24-25⁶²⁴]»

Seguidamente, aproveitou o facto de algumas fontes considerarem o testemunho de dois moçárabes acerca da localização das relíquias de S. Vicente como o factor que levava Afonso Henriques a procurar recuperá-las⁶²⁵, e transformou esses moçárabes em dois dos prisioneiros cuja libertação tinha sido exigida por Teotónio: «E amtres estes moçaraves vinhom dous que erom homens de grande idade e d.estremada vida, os quaes comtarom a el.rey [...] [C1419, p. 25]». Conseguiu, assim, resolver a um tempo o problema da inserção narrativa da fala de Teotónio a D. Afonso e da informação prestada por dois moçárabes⁶²⁶, fornecendo-lhes um enquadramento cronológico perfeitamente integrado na sucessão de eventos. A reprimenda de que o Rei foi alvo seria, além disso, mais compreensível num momento recuado do seu reinado, em que D.

⁶²⁴ VT: «Quod cum Alfonsus [...] uersus remociiores Hispanie partes que metropoli adiacent, que Hispalis dicitur [...]; uiri bellatores eius inter infinitam predam, quandam christianorum gentem, quos uulgo mozarabes uocitant, inibi sub ditione paganorum detentos, sed tamen utcumque christiano nominis ritum obseruantes, pariter captiuarunt, atque iure bellantium seruituti subiugarunt. Quo uir Deo plenus auditio ualde condoluit, et qui nunquam ne ad exteriorem quidem portam monasterij de claustro exierit, inferuescente zelo fidei, egressus obuiam regi, et cuncto exercitui, dixit: “o rex, inquiens, et cuncti barones, qui sancte matris ecclesie filij estis, cur fratres uestros uobis in seruos et ancillas subiugatis? Peccatis enim super hoc Domino Deo uero cumque pro ut debuit compendiose tamen eas allocutus fuisset, et quod, nisi eos liberos dimisissent, magnus eis furor domini immineret, rex et cuncti bellatores totum illud genus hominum dimiserunt, et coram eo liberum abire permiserunt» [CRUZ, ed., 1968, p. 58]. No seguimento disto, diz-nos a Vita que muitos dos moçárabes libertados ficaram em Coimbra, tendo sido ajudados e mantidos por Teotónio.

⁶²⁵ Veja-se o capítulo seguinte.

⁶²⁶ A qual, segundo se verá, era também insuficientemente localizada no tempo na fonte seguida pela C1419.

Afonso denotaria ainda resquícios da imaturidade com que desrespeitara parte das últimas vontades de seu pai, ou saíra derrotado dos embates iniciais de S. Mamede⁶²⁷.

Por outro lado, é a própria escolha destes dois pequenos episódios que merece comentário. Como facilmente se constata, e segundo comecei por dizer, os únicos trechos da VT aproveitados pela C1419 envolvem a figura de Afonso Henriques. Não são, pois, a acção e o percurso de Teotónio que interessam à Crónica, mas sim os episódios em que intervenha o primeiro rei português. Mais que isso, e ao contrário do que sucede na Vita, em que a narração dos feitos de Afonso I está subordinada ao percurso vivencial de Teotónio, na Crónica são as acções do prior que dependem do percurso de Afonso Henriques, sendo ele a personagem em torno da qual, e em função da qual, se acolhem e perspectivam essas acções⁶²⁸.

Convém, todavia, lembrar que nem só dos reis de Portugal, ou da família real, se ocupa a C1419. Verifica-se, com efeito, que na extensa narrativa da conquista de Alcácer do Sal (cap. 58-62), e como atrás se viu, a cena é inteiramente ocupada com o Bispo de Lisboa, alguns outros eclesiásticos portugueses e os cruzados estrangeiros; que também no reinado de Afonso II, boa parte dos capítulos (63-65) são ocupados com a pregação e martírio de cinco frades franciscanos por terras marroquinas; que na tomada do Algarve (cap. 80-88), é concedido grande protagonismo a Paio Peres Correia e seus espatários; e que o cronista vai ao ponto de dizer quem foi o primeiro Mestre de Avis em Portugal (cap. 47), ou quais os anos em que se fundaram as Ordens de S. Francisco e S. Domingos, e em que o Bispo de Lisboa deu foral a Alhandra (cap. 55). Não obstante, e ao contrário do que nestes casos sucede, a Crónica quase nada reteve acerca da vida de Teotónio, e nem sequer o ano da fundação de Santa Cruz de Coimbra transcreveu. Ressaltará, pois, uma diferença de tratamento, e a partir dela poderemos ir desde já adiantando mais uma tendência da C1419: *para além da família real e da cidade de Lisboa (cf. 2.2.3), as entidades que mais lhe parecem interessar são as Ordens Militares e certas Ordens Mendicantes, especialmente a de S. Francisco.*

2.3.2 Os *Miracula Vicentii*

⁶²⁷ Embora, e claro está, não deva esperar-se das narrativas medievais o tipo de coerência e linearidade psicológica das personagens que, muito mais tarde (e notoriamente durante o século XIX e o que dele sobreviveu no século XX), seria uma das características mais comuns nas narrativas de largo fôlego.

⁶²⁸ Tanto isto é assim, que mesmo na cena da repreensão do Rei, o cronista omitiu o facto de o prior de Santa Cruz ter ajudado e mantido os moçárabes libertos que decidiram permanecer em Coimbra, bem como a afirmação de que nunca antes tinha Teotónio saído do mosteiro.

Denotando especial atenção ao resgate das relíquias de S. Vicente do Algarve para Lisboa, a C1419 dedica alguns trechos a esse assunto baseada, em boa medida, nos *Miracula Vicentii* (MV), texto redigido por Mestre Estevão, chantre da Sé de Lisboa, por volta de 1180⁶²⁹.

Estruturam-se os MV de forma simples: primeiro, um breve relato sobre a ida das relíquias do Santo de Valência para o Algarve e daí para Lisboa por ordem de D. Afonso Henriques; depois, e de forma bem mais extensa, um conjunto de milagres atribuídos ao Santo, incluindo, nos primeiros deles, a forma como as relíquias foram parar à Sé desta cidade (narrativa claramente feita com o propósito de defender a Catedral contra as reivindicações do Mosteiro de S. Vicente).

A C1419 reteve praticamente na íntegra o relato da trasladação das relíquias, mas, e em contrapartida, aproveitou apenas os primeiros dois milagres relatados pelo texto latino. Mantendo-se globalmente fiel à letra dos trechos seleccionados, o redactor quatrocentista procedeu, todavia, a algumas importantes modificações, sobretudo no que concerne à primeira tentativa de resgate das relíquias por parte de D. Afonso Henriques⁶³⁰.

Assim, os MV, após um exórdio dedicado a enaltecer a acção piedosa do Rei e expor os objectivos do texto, começam por contar rapidamente a forma como as relíquias de Vicente vieram parar ao Algarve e foram aí, durante algum tempo, servidas por religiosos que lhes organizavam e garantiam o culto. Esse exórdio foi totalmente rejeitado pelo redactor do século XV, talvez devido à incompatibilidade dele com as regras próprias do discurso cronístico (a mesma razão terá determinado, como vimos, a rejeição das partes iniciais do *De Expugnatione Scalabis* e do *Carmen Gosuini*), e o mesmo sucedeu com as informações sobre o percurso das relíquias do Santo de Valência para o Algarve, pois elas coincidem com o que diziam outras fontes da C1419, designadamente as «estórias dos araviguos⁶³¹» [Crónica do Mouro Rasis, directamente ou via C1344⁶³²] e a «crónica de Santo Isydro⁶³³».

⁶²⁹ Sobrevivem num manuscrito originário do mosteiro de Alcobaça e actualmente à guarda da BN com a cota Alc. 420. Subsiste ainda uma outra colectânea de milagres de Vicente, parcialmente idêntica à primeira e redigida em data anterior a 1248. Para tudo isto, NASCIMENTO (1993b) e DIAS (2003).

⁶³⁰ DIAS (2001) procedeu já a uma análise comparativa do texto dos MV e da C1419 cujas conclusões me parecem inteiramente de reter, e por isso coincidem com muito do que aqui direi. Apenas a sua ideia de que as especificidades da C1419 são «certamente atribuíveis à ou às fontes intermédias utilizadas pelo seu autor» [DIAS, 2001, p. 242] me suscita reservas, pelas razões expostas no início do capítulo anterior, dedicado às relações entre a C1419 e a *Vita Teothonii*.

⁶³¹ CALADO, ed. (1998), p. 26.

⁶³² Veja-se, adiante, o capítulo 2.4.2. É muito interessante a sugestão de DIAS (2001 e 2003, pp. 118-119), segundo a qual os MV podem ter conhecido o texto árabe original do *Rasis*.

Após isso, contam os MV, sem especificações cronológicas, uma primeira tentativa de D. Afonso Henriques resgatar as relíquias do Santo do Algarve para Braga ou Coimbra, mal sucedida por vontade do próprio Vicente, que, segundo pensava o Rei, queria repousar em Lisboa, então ainda em mãos muçulmanas. É uma acção que nos surge desgarrada de qualquer causa ou motivação:

«[D. Afonso] dirigiu-se ao local antes nomeado, armado com a força tanto da fé como de soldados, com o intuito de trazer consigo de lá o corpo santíssimo. Mas a piedosa devoção do rei foi anulada não tanto pela falta de cuidado ou pelo trabalho menos constante, como pela vontade do próprio mártir. Deve nisto salientar-se o juízo do próprio rei, que disse que o santo mártir não se queria deixar encontrar pelo rei, porque era do seu agrado ser antes venerado pelo povo de Lisboa, quando a intenção do rei, se o descobrisse, era estabelecê-lo em Braga ou Coimbra.⁶³⁴»

Essas só viriam depois. Efectivamente, segundo o texto, pela mesma altura em que se dava esta tentativa falhada, o Rei teria resgatado «da escravidão dos infieis para terras cristãs⁶³⁵» numerosos moçárabes, entre os quais vinham dois religiosos de crescida idade que tinham servido o culto das relíquias de Vicente e foram prestando informações acerca da sua localização. Foram estas informações que provocaram, «passado algum tempo⁶³⁶» (continua, como se vê, a imprecisão cronológica) uma segunda tentativa de resgate, protagonizada não directamente pelo rei, mas por «alguns, de ânimo corajoso e guiados pelo espírito divino⁶³⁷». Favorecida por umas tréguas entretanto celebradas entre o rei português e os chefes árabes, e certamente ocorrida já depois da conquista de Lisboa, foi, ao contrário da primeira, uma iniciativa coroada de êxito.

A C1419 aceitou estes desenvolvimentos, mas clarificou e racionalizou a narrativa, sendo essa uma preocupação que, conforme temos observado, o seu texto frequentemente patenteia. Como se viu no capítulo anterior, também a *Vita Theotonii* aludia a um momento em que o Rei trouxera consigo, no rescaldo de operações

⁶³³ CALADO, ed. (1998), p. 26. Trata-se de um texto de difícil, senão impossível, caracterização, mas registe-se, em todo o caso, as ponderações de DIAS (2003), pp. 203-204. Quiçá tenham contribuído para as escolhas do redactor quatrocentista a antiguidade (no caso da crónica de S. Isidoro) e a proveniência árabe (no caso das «estórias dos aráviguos») das suas fontes, enquanto elementos potencialmente mais credibilizadores do relato. No que respeita às «estórias dos aráviguos», a origem árabe não seria relevante por si, mas porque os acontecimentos narrados se desenrolaram em território então ainda sob domínio muçulmano.

⁶³⁴ Tradução de Santos Alves in BRANDÃO (1974), p. 183.

⁶³⁵ BRANDÃO (1974), p. 183.

⁶³⁶ BRANDÃO (1974), p. 183.

⁶³⁷ BRANDÃO (1974), p. 183.

militares, um conjunto de moçárabes⁶³⁸, embora não fornecesse indicações cronológicas precisas. O redactor quatrocentista aproveitou para identificar esse momento com a batalha de Ourique e, misturando o texto oriundo da *Vita* com o texto oriundo dos *Miracula*, transformou os dois homens de grande idade em dois dos moçárabes que, a rogo de Teotónio, teriam sido libertados pelo Rei. Conseguiu, assim, situar cronologicamente o episódio, ao mesmo tempo que o enquadrava num conjunto de relações de causalidade⁶³⁹. Com efeito, a primeira tentativa de resgate do Santo, que nos MV resultam de uma decisão algo caprichosa (ou pelo menos mal explicada) do Rei num momento indeterminado, é aqui situada de forma mais precisa no tempo (após Ourique) e tem como motivação explícita a informação prestada pelos dois anciãos:

«[...] mandou.os soltar e livrar do cativeyro. E amtre estes moçaraves vinhom dous que erom homens de grande idade e d.estremada vida, os quaes contarom a el.rey como estiverom no cabo da terra que departe o mar Oçeano donde se começa ho mar Mediteraneo, e que naquele lugar jazia o corpo do marter Sam Viçemte, ao qual eles virom fazer muytos milagres. E, quando el.rey dom Afonso esto ouvyo, foy movido com bõo desejo d.aver aquele corpo santo em sua terra. [C1419, p. 25]»

A lógica temática levou, porém, o redactor a interromper aqui a narração desse feito, introduzindo uma analepse centrada no martírio de Vicente e ida das suas relíquias de Aragão para o Cabo S. Vicente:

«E ora leyxemos aquy de falar desto, qua depois o contaremos no lugar que pertence à estoria, e tornemos a dizer como Sam Vicente foy marteryzado e deshy como foy gardado dos christãos e os milagres que Deos por ele fez, em soma, e qual hocasyom o fez vir ao cabo de Sam Viçente e per a guisa que foy buscado por el.rey dom Afonso Anriquez [C1419, p. 25]»

Analepse que, embora pareça à primeira vista inusitada, terá boas motivações⁶⁴⁰ de ordem narrativa (contar a forma como as relíquias foram parar ao Algarve), co-textual (estratégia de enaltecimento da cidade de Lisboa visível ao longo da Crónica) e contextual (especial devoção da dinastia de Avis em particular, e da monarquia

⁶³⁸ Diga-se a propósito que esta coincidência estará indicando a possível historicidade do facto, cujas circunstâncias serão todavia impossíveis de precisar (e veja-se que a *Vita* tem captura de moçárabes onde os MV falam em resgate de moçárabes).

⁶³⁹ Para além de ser uma constante no trabalho do redactor do século XV, este tipo de operações deverá também, obviamente, relacionar-se com as convenções e exigências do discurso historiográfico. Como diz I. Dias, «a criação de nexos historicamente lógicos é uma exigência do discurso da historiografia, mas não do da hagiografia» [DIAS, 2001, p. 243].

⁶⁴⁰ Segundo digo no capítulo dedicado a uma das presumíveis fontes para esta analepse, a *Crónica do Moro Rasis*.

portuguesa em geral, por S. Vicente). Uma vez fechada a analepse, retomou a Crónica o relato da primeira tentativa de resgate das relíquias: «Camdo el.rey ouvira falar daqueles homens e como deziã que estiverom aly com ho corpo de mártir Sam Viçente, teve conselho com os seus em que guysa o poderião aver, [etc.] [C1419, p. 27]». A única diferença merecedora de reparo é que a razão para o malogro da empresa é aqui identificada não apenas com a vontade de Vicente, mas também – e sobretudo – com a vontade de Deus, que é, aliás, um verdadeiro *leit-motiv* do texto⁶⁴¹:

«nunca pôde ser achado porque Deos tinha ordenado que o jaziguo do mártir Sam Viçente fosse em Lixboa ali onde oje jaz. E ela entom era de mouros e por aquilo prougue a Deos e ao marter de não ser achado por el.rey. E, quando el.rey vio que não podia achar o corpo do marter, por muyto que lhe pesase confortou.se tendo que Deos o gardava pêra algũa outra melhor cousa. [C1419, p. 27]»

A segunda, e bem-sucedida, tentativa de resgate das relíquias foi integral e fielmente transposta para a Crónica, embora o seu redactor não tenha optado por contá-la na sequência da primeira, como o dos MV, mas sim com muitos capítulos de permeio⁶⁴². Tratar-se-á de uma divergência facilmente entendível no quadro das diferentes convenções discursivas por que se regem ambos os textos (hagiográficos num caso, historiográficos noutro), pois a opção do redactor do século XV explica-se pelo recurso à ordenação cronológica das matérias. Contudo, e uma vez que os MV se limitavam a dizer que essa segunda tentativa decorrera passado algum tempo da primeira, o cronista teve de se socorrer de outros meios para situar o episódio no tempo. Ora, reparando no final do capítulo 37, lemos aí que «mandou el.rey esprever ho tempo e a era em que o corpo do martere Sam Viçente foy trazido a Lixboa e acharom que fora aos xb dias de Setembro da sobredita era de mil iic xi anos [C1419, p. 66]», expressão que lembra uma outra, surgida após a narração do breve episódio em que o Cardeal Romano se justifica perante o Papa⁶⁴³: «E a carta que lhe.enviou ho seu escudeiro mandou [o Rei] a seu esprivão que a pusese no livro das estorias [C1419, p. 32]». Parece, assim, ter existido uma espécie de recolha documental ou livro de apontamentos ficcionalmente atribuído à iniciativa do próprio Rei e porventura destinado a credibilizar

⁶⁴¹ Segundo vimos, por exemplo, no tratamento do *Carmen Gosuini* ou do *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente*.

⁶⁴² A primeira tentativa de resgate das relíquias localiza-se no capítulo 16, e a segunda só vem no capítulo 36.

⁶⁴³ Veja-se atrás, o capítulo dedicado às relações entre a C1344 e a C1419.

uma série de acontecimentos relacionados com a época de Afonso I⁶⁴⁴. A ele terá recorrido o autor da C1419 para inserir a transladação de Vicente no seu texto, localizando-a, de acordo com a cronologia, após a menagem prestada pelos concelhos ao Infante herdeiro D. Sancho («era de mill e duzentos e oyo anos, em dia da Assunção de Santa Maria⁶⁴⁵») e antes do fossado dirigido às profundezas da Andaluzia sob comando do mesmo Infante («na era de mil iic xi anos⁶⁴⁶»).

A narração do episódio propriamente dita baseou-se, contudo, exclusivamente nos MV⁶⁴⁷. O cronista copiou/traduziu daí, com efeito, a viagem marítima de que resultaria a recolha do corpo de S. Vicente (incluindo a cegueira de um dos seus participantes, por ter furtado um osso do Santo), bem como a razão pela qual elas foram depositadas na Sé de Lisboa (iniciativa do Deão Roberto, posteriormente caucionada pelo Rei) e uma nova viagem, sugerida por D. Afonso Henriques e destinada a verificar «se ficara hy [Algarve] algũa cousa dele [de S. Vicente]⁶⁴⁸», ocupando com tudo isto os capítulos 36 e 37. A cegueira do tripulante e as circunstâncias da deposição das relíquias na Catedral são os primeiros milagres narrados por MV, mas nenhuns dos restantes, geralmente relacionados com o culto organizado pela Sé, foram aproveitados. Verifica-se, pois, que o redactor quatrocentista estaria especialmente interessado nas acções do Rei e na trasladção do Santo para Lisboa, e não propriamente na propaganda desta ou daquela instituição religiosa⁶⁴⁹. Assim se compreenderá que aquilo que nos MV funciona como uma espécie de preâmbulo histórico destinado a contextualizar o culto das relíquias adquira na C1419 uma personalidade própria, enquanto episódio do reinado de D. Afonso I.

2.3.3 A *Vida da Rainha Santa Isabel*

Um dos reinados mais extensos de toda a C1419, mas cujo texto não nos chegou na íntegra⁶⁵⁰, é o de D. Dinis. E se o espaço que lhe é consagrado indicia, por si só, uma

⁶⁴⁴ Nesse sentido, a suposta carta do Cardeal credibilizaria documentalmente o episódio das lutas do Rei com as autoridades romanas, e a alusão à data da transladação do corpo de Vicente credibilizaria as circunstâncias dessa transladação (a qual, mesmo sendo um evento historicamente comprovável, nem por isso deixaria de beneficiar desse tipo de estratégias).

⁶⁴⁵ CALADO, ed. (1998), p. 62.

⁶⁴⁶ CALADO, ed. (1998), p. 66.

⁶⁴⁷ Podendo ser que o tal suposto «livro de apontamentos» se limitasse a uma entrada de tipo analítico sobre a trasladção das relíquias para Lisboa por ordem do Rei.

⁶⁴⁸ CALADO, ed. (1998), p. 65.

⁶⁴⁹ Tendência igualmente observável, por exemplo, no tratamento do *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente* ou da *Vita Teothonii*, como se viu em capítulos anteriores.

⁶⁵⁰ Devido às lacunas da transmissão manuscrita da C1419 detalhadas na Parte I.

atenção especial, a verdade é que isso apenas foi possível porque o redactor do século XV pôde contar com uma sólida base textual a partir da qual erigiu o seu próprio edifício. Dela faziam parte não só um rico espólio documental preservado nos arquivos reais, mas também duas consideravelmente extensas narrativas escritas por contemporâneos dos acontecimentos relatados: a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que o redactor quatrocentista continuou a usar como fonte estrutural, e uma anónima *Vida da Rainha Santa Isabel* (VRS), a que recorreu com alguma frequência⁶⁵¹ de modo a precisar, completar ou enriquecer o seu texto.

Redigida em português certamente pouco tempo após a morte de D. Isabel de Aragão (4 de Julho de 1336⁶⁵²) e talvez por um clérigo⁶⁵³ que poderá identificar-se com o seu confessor D. Salvado Martins, Bispo de Lamego⁶⁵⁴, a VRS segue uma estrutura tipicamente hagiográfica⁶⁵⁵: concentra atenções na Rainha⁶⁵⁶, e vai-lhe sucessivamente narrando a vida, a morte⁶⁵⁷ e os milagres que Deus foi fazendo por intermédio dela⁶⁵⁸. Ao redactor da C1419 não interessou, contudo, propriamente o trajecto pessoal de D. Isabel, mas sim aqueles momentos em que a acção da Rainha se cruzava ou relacionava

⁶⁵¹ O aproveitamento da VRS pela C1419 foi também alvo das atenções de SOBRAL (2005), com especial incidência nas diferenças entre os modelos discursivos hagiográfico e historiográfico. Quem, todavia, primeiro apontou o uso da Vida pela Crónica foi CINTRA (2009), I, pp. CXLII - CLIV, em várias das suas notas.

⁶⁵² O texto fala já da morte da Rainha e diz que «ora chamam rey em Sicilia» a «D. Fraderic» seu irmão [NUNES, ed., 1919, p.18], referência a D. Frederico II, que reinou entre 1296 e 1337. O melhor estudo sobre a tradição textual da obra é o de DIAS (2009b), do qual, e por especial amabilidade da autora, pude consultar uma versão melhorada. Resumem-se os testemunhos principais a (i) uma cópia do século XVI actualmente à guarda do Museu Machado de Castro em Coimbra (a partir dela terá sido feita a edição de Fr. Francisco Brandão na VI Parte da *Monarquia Lusitana*), (ii) uma outra cópia, esta do século XVII e à guarda da BN, e (iii) duas traduções latinas da Época Moderna. Todos estes testemunhos derivam, segundo as conclusões de DIAS (2009b), de uma cópia quatrocentista outrora guardada no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e actualmente perdida ou de localização desconhecida. Eles ostentam, além disso e geralmente, o título de «Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal D. Isabel, e de seus bons feitos e milagres em sa vida e depois da morte», que a mesma investigadora admite ter constado já do original. Como fui lembrando noutras ocasiões, o Infante D. Fernando (filho de D. João I) possuía uma cópia da *Vida da Rainha*, que legou em testamento ao Mosteiro das Donas de S. Salvador de Lisboa.

⁶⁵³ MACHADO (1993), autora que salienta bem o facto de estarmos perante «a primeira hagiografia escrita inicialmente em português».

⁶⁵⁴ Hipótese de A. G. Ribeiro de Vasconcelos citada por CINTRA, ed. (2009), I, p. CXXXV, nota 21.

⁶⁵⁵ Sendo que MACHADO (1993) vê nela «um certo hibridismo genológico pela presença de elementos constituintes da hagiografia e da crónica». Escusado será dizer que, enquanto hagiografia, a Vida tem também muito de biografia, ou que, mau grado tais elementos hagiográficos, D. Isabel não seria elevada aos altares antes da primeira metade do século XVII.

⁶⁵⁶ «Pera se nom perder per tempo de memoria dos omês» e «nom adendo, nem errando de verdade», diz o intróito de forma convencionalmente tópica: NUNES, ed. (1919), p. 17.

⁶⁵⁷ Convenientemente ritualizada com base em elementos muito próximos dos da «boa morte»: percepção de que a morte se avizinha e aceitação dela sem grandes angústias; preparação do corpo e da alma para a sua chegada (através sobretudo de orações); morte lúcida e tranquila; milagre realizado por Deus (o corpo, contra todas as leis da natureza, emana durante consecutivos dias um aroma agradabilíssimo).

⁶⁵⁸ MACHADO (1993). Boa parte dos milagres resulta todavia de acrescentos ao texto primitivo, estando concentrados no final da Vida, após a narração da morte de D. Isabel.

de perto com a trajectória do rei de Portugal, de forma análoga (mas, como veremos, não inteiramente coincidente) ao que sucede com o aproveitamento da *Vita Teothonii*.

De tudo quanto narra a VRS, o redactor quatrocentista apenas reteve, com efeito, cinco blocos temáticos⁶⁵⁹: a ascendência de D. Isabel, razões para o casamento com D. Dinis e pormenores desse casamento (factos estritamente ligados entre si); alguns dos milagres que Deus fez por intermédio da Rainha; a sua acção pacificadora em duas guerras civis, que opuseram o Monarca ao Infante D. Afonso seu irmão e ao Infante D. Afonso seu filho e herdeiro, respectivamente no início e no fim do reinado; e também certas alusões às pazes de Ágreda, em que D. Dinis arbitrou a contenda que opunha os Reis de Aragão e de Castela-Leão. Embora maioritariamente fiel à sua fonte, o cronista do século XV alterou o ângulo de abordagem destes assuntos e procedeu mesmo, em alguns casos (arbitragem de Ágreda e guerra civil com o Infante herdeiro) a reescritas pontuais ou censuras explícitas.

A mudança de perspectiva é a alteração mais visível na passagem do texto trecentista para o quatrocentista. Enquanto na VRS, todo o texto se organiza em função da presença em cena da Rainha, funcionando os sucessivos episódios como manifestações externas da sua bondade e méritos espirituais⁶⁶⁰, na C1419, pelo contrário, é o percurso do Rei que orienta e dá sentido à narração. Assim, a Vida começa, de acordo com as convenções biográfico-hagiográficas que a regem, por apresentar os ascendentes e o ambiente familiar de D. Isabel, refere-se depois muito brevemente à sua infância e trata, seguidamente, do seu casamento com o Rei português⁶⁶¹. A C1419, por seu lado, mantém a estrutura dos reinados anteriores, começando por dedicar um capítulo, aliás extenso, às «bondades» de D. Dinis⁶⁶², e prosseguindo, no capítulo seguinte (91) e também de acordo com os critérios habituais, com o casamento do Rei. É a referência ao casamento que motiva o acolhimento da parte inicial da VRS, com o cronista a copiar fiel, mas por vezes abreviadamente, a

⁶⁵⁹ Dirá alguém não ser impossível que a C1419 se tenha socorrido da VRS noutros momentos, designadamente os correspondentes às lacunas da tradição textual da Crónica hoje conhecida. Todavia esse cenário parece improvável, tendo em conta as matérias de que presumivelmente (e tanto quanto nos é dado saber disso) tratariam essas lacunas, bem como a análise da *Crónica de D. Dinis* de Rui de Pina, cuja fonte estrutural é a C1419 (veja-se o capítulo 5 da Parte III desta dissertação).

⁶⁶⁰ É o tipo de estratégia que atrás presenciámos na *Vita Teothonii*.

⁶⁶¹ NUNES, ed. (1919), pp. 17-20.

⁶⁶² Segundo já aludi, D. Dinis e seu pai, D. Afonso III, são os monarcas a quem a C1419 dedica as mais extensas sùmulas de bondades, que ocupam todo o capítulo inicial dos respectivos reinados. Noutra ocasião, dirá ainda o cronista «quantas bondades achamos espritas em quantos lugares deste rei dom Denis, que não podemos de todo escusar que algũas delas não ajamos de dizer», CALADO, ed. (1998), p. 182.

genealogia da Rainha, os muitos pretendentes que teve⁶⁶³, o discurso que seu pai lhe fez na despedida, a viagem da comitiva real por Castela até Portugal (incluindo a conversa com o futuro Sancho IV⁶⁶⁴) e a chegada a Trancoso, onde se realizou o matrimónio. Os milagres que Deus fez por intermédio da Rainha e as suas boas acções, que na Vida se encontram dispersos um pouco por todo o texto (embora se dedique aos milagres um apartado específico no final), são, por sua vez, concentrados na Crónica e apresentados logo após a notícia do casamento (capítulos 92 e 93). E também as informações sobre os filhos nascidos desse casamento, bem como a paciência assaz evangélica com que D. Isabel ia suportando as constantes infidelidades de D. Dinis, que na VRS serviam justamente para louvar a atitude da Rainha, são usados pela Crónica (capítulo 94) para completar o que a C1344 dizia sobre a descendência do Rei. Este procedimento mantém-se nos restantes momentos em que a obra do século XV se socorre da VRS: quer nos confrontos entre D. Dinis e seu irmão (capítulo 95), quer na arbitragem das contendas entre os Reis de Castela e de Aragão (capítulo 103), quer na guerra civil do final do reinado (capítulos 126, 127, 132⁶⁶⁵), é sempre a propósito das acções do Rei, e com o objectivo de complementar informações vindas de outras fontes, que a Crónica recorre à Vida. Por isso, se, nesta última, o Rei é personagem secundária e a Rainha é personagem principal, na C1419 os papéis invertem-se, de forma análoga ao que vimos suceder no aproveitamento da *Vita Teothonii*.

Há, contudo, uma interessante diferença no uso que o redactor quatrocentista deu a ambos estes textos. De facto, as boas acções de Teotónio, ou os milagres que lhe iam acontecendo, parece que não interessaram especialmente ao cronista; porém, no caso de D. Isabel, a Crónica copiou da VRS algumas dessas acções e milagres – apenas

⁶⁶³ E, diz a Vida, D. Dinis foi o escolhido porque não era, ao contrário dos restantes, um simples infante, mas já um Rei: «E, consiirando elrey D. Pedro [III de Aragão] em como este, que sa filha demandava, era já rey e que a sa filha de sa casa partiria com nome de rainha, e consiirando em como elrey D. Dinis e el nom aviam tanto de parentesco [...]», NUNES, ed. (1919), p. 22. De resto, o início da Vida parece destinado não apenas a informar acerca da ascendência e ambiente familiar de D. Isabel, mas também a mostrar que alguém com essas características (neta, filha, irmã, tia e esposa de Reis) estava, à partida, especialmente habilitada a grandes feitos. Entender-se-á assim, por exemplo, que a Vida lhe atribua a seguinte memória do funeral de seu avô: «se acordava que, em levando elrey D. James pera Poblete, u ele escolhera sa sepultura, que viira em pos el dous reys, seus filhos, e tres rainhas», NUNES, ed. (1919), p. 20.

⁶⁶⁴ Em que D. Sancho se desculpa de não a poder acompanhar até Portugal, pois está em guerra com seu pai, e «agora [lhe] recrecem grandes guerras e feitos», NUNES, ed. (1919), p. 25. Nesta cena revelam-se já duas isotopias, digamos assim, que reaparecerão na VRS, a propósito das guerras civis do começo e (sobretudo) do fim do reinado de D. Dinis: os malefícios da guerra entre Cristãos e certa tendência para apoiar os Infantes herdeiros contra os Reis seus pais.

⁶⁶⁵ Neste caso e no anterior, indico apenas os capítulos da C1419 em que se verificam empréstimos e aproveitamentos da VRS.

algumas, é certo⁶⁶⁶, mas copiou –, e dedicou-lhes até dois capítulos específicos. Vale a pena reter as justificações fornecidas pelo próprio compilador:

«E, pois que os feitos mundaes são postos em lembranças por se não perder da memoria, muito mais com grande rezão as obras espirituaes merecem de ser lembradas. E, pois que o seu galardão he enxemplo e de mais alto louvor e gloria, porque esta raynha dona Isabel foy d.estremados feitos em toda sua vida, e porem nos parecee guisada rezão não leixarmos esquecer hos seus vertuosos merecimentos. E porem diremos, primeiramente que outra cousa comecemos, a maneira de seu viver quejanda foy e alguns milagres que Deos por ela obrou em sua vida e deshy contaremos alguns outros que Deos por ela fez depois de sua morte, em guisa que neste capitulo e no segimte contaremos brevemente a mor parte de sua vida [C1419, p. 166]»

Ele assume, pois, e explicitamente, as preocupações espiritualizantes e a função morigeradora do seu texto. Mas então, cabe perguntar, porque será que, ao contrário do que ocorre com D. Isabel, o cronista não copiou nenhuma das acções piedosas ou nenhum dos milagres associados a Teotónio, conforme relatados pela sua biografia? Dir-se-ia que ao contrário do que inculcam as palavras do redactor, não são apenas os milagres em si, ou as acções piedosas em si, que interessam à Crónica, mas também a pessoa que as pratica ou lhes surge associada. Ora, D. Isabel é ascendente de todos os Reis de Portugal subsequentes e legitima-os espiritualmente. O interesse do cronista pelas suas acções piedosas, e não pelas de Teotónio, explicar-se-á talvez por isso. Deve, porém, notar-se que, após elencar os antecedentes de Isabel de Aragão e o ambiente familiar em que ela se criou, a Vida inclui o seguinte apontamento, nitidamente destinado a marcar a Rainha com o selo do nascimento irregular, típico dos heróis predestinados:

«e esta Dona Isabel, a qual, quando naceo, naceo envistida, envolta e cuberta de ãa pele, que lhe nom parecia nembro algũu, a qual pele ou teagem a rainha, sa madre, fez poer em ãa coussela em sas arcas.⁶⁶⁷»

O qual não foi incluído entre os «milagres que Deos mostrou por esta raynha em sua vida⁶⁶⁸», nem em lado algum da C1419. A atenção do redactor para com a Rainha tem, portanto, limites, e não só os que decorrem de preocupações com a brevidade do

⁶⁶⁶ A brevidade é, aliás, e temo-lo vindo a constatar, uma preocupação constante da Crónica. Recorrentemente vemos o narrador/redactor afirmar que falará «muito brevemente» de determinado assunto, ou que apenas mencionará alguns dos factos que encontrou narrados, sendo que a análise comparativa do seu texto com o das suas fontes confirma que não estamos perante um simples tópico.

⁶⁶⁷ NUNES, ed. (1919), p. 19.

⁶⁶⁸ Epígrafe do capítulo 93 da C1419.

relato⁶⁶⁹. Poderá pensar-se que a Crónica já tinha o seu herói predestinado – Afonso Henriques⁶⁷⁰ –, e isso tornava desnecessário, ou mesmo contraprodutivo, juntar-lhe qualquer outro.

Mas nem sempre o redactor quatrocentista se limita a alterar o ponto de vista e a importância relativa das personagens nos trechos que seleccionou da Vida. Em pelo menos duas ocasiões, e usando diferentes recursos, modifica ou censura o texto da sua fonte. A primeira delas, localiza-se nas pazes de Ágreda, em que D. Dinis arbitrou a contenda territorial que opunha Fernando IV de Castela – Leão a Jaime II de Aragão. Tal como a C1344 viria a fazer, também a VRS considera o rei português como o único juiz da questão⁶⁷¹, ao mesmo tempo que, de acordo com os parâmetros hagiográficos que a regem, destaca e sobrevaloriza a acção conciliadora da Rainha:

«esta rainha Dona Isabel, consiirando quanto dano e mal per esta guerra em Espanha averia e se seguiriam muitas mortes de muitos e de muitas sem merecimento em reyno de Castela, e de Aragon e doutros muitos senhorios, e logares que se amesturam, e entendendo e temendo-se que, se esta guerra e descórdia antre eles muito durasse, que os mouros, ãmiigos da Fee Catholica, cobrariam poder contra os christãos, pêra se escusar esta guerra e descórdia, que antre os ditos reys avia e se recrecia, esta rainha trabalhou per si e per outros que os ditos reys de Castela e de Aragon elegerom e comprometerom que elrey D. Dinis de Portugal fosse juiz sobre este feito.⁶⁷²»

Porém a C1419 não só secundariza o papel da rainha atribuindo a outras figuras o desencadear do processo, como coloca explicitamente em dúvida a versão da Vida (e da C1344), segundo a qual D. Dinis fora o único árbitro da contenda:

«E di.la coroniqua que soube o papa o grande desamor amtre eles e que lhe envyou a dizer que não ouvesem amtre sy guera sobre esta rezão, mês que escolhesem hum juiz que vyse ho direito que cada hum tinha [...]. E que os reis anbos, obedecendo ao mandado do papa, acordarom antre sy que el.rey dom Denis fosse juiz daquele feyto [...]. E a raynha dona Isabel, molher del.rey dom Denis, vendo o mal que se seguia desta guera, trabalhou muito por virem a tal avemça e que sua contenda fosse livre por juiz e não por armas, em que eles entendiom por seu proveito de o fazer por os mouros não aver azo de lhe corer a terra. Em que de seu grado vierom avença. *E mais arzeoada cousa pareçe, em durando a guera amtre estes senhores, fosse escolhetyos dous ou tres juizes que os tirassem de suas contendas ante que as ouvesem que escolherem hum juiz soo, como quer que asy fora mais proveitoso.*

⁶⁶⁹ Mesmo porque o último milagre narrado pela Crónica, o da transformação da água em vinho para que a Rainha o pudesse beber [CALADO, ed. 1998, p. 168], não consta de nenhum dos testemunhos da VRS hoje conhecidos e deve, por isso, ter-se baseado numa outra fonte.

⁶⁷⁰ Veja-se atrás, o capítulo dedicado ao uso da C1344.

⁶⁷¹ É saliente-se a precedência da VRS face à C1344, muito embora não deva pensar-se em influência de um texto sobre o outro.

⁶⁷² NUNES, ed. (1919), p. 32.

Mas nós vemos sempre ho contrairo desto e, por qualquer destas rezões que fose, a verdade he que el.rey dom Ffernando e el.rey dom James d.Aragão, por sy e por por seus soçesores, todos se louvarom *em el.rey Dom Denis e no iffante, filho del.rey dom Afonso que foy de Castela, e Amtam Xemenez, bispo de Çeragoça, que eles todos tres vysem ho direito que cada hum tinha e asy o julgasem segundo suas comçiencias e que toda cousa que eles detriminasem fose valyosa antre eles përa todo sempre* [C1419, pp. 177-178]»

O comportamento do redactor quatrocentista nesta passagem explica-se basicamente por razões de confronto e hierarquização das fontes. No que respeita à iniciativa das pazes, ele misturou, com efeito, a versão da C1344 («di.la coroniqua») com a da Vida, e, porque a obra de D. Pedro, que é a sua fonte estrutural, atribuía essa iniciativa ao papa, o acolhimento desta versão dos acontecimentos acabou por secundarizar o papel aí desempenhado por D. Isabel. A mesma lógica subjaz à questão dos juízes escolhidos. Apesar de a C1344 e a VRS afirmarem a uma voz que a decisão da contenda foi entregue unicamente ao rei português, o redactor quatrocentista tinha defronte dos olhos os próprios tratados de paz então firmados⁶⁷³, e podia ler neles a existência de pelo menos dois outros juízes. Considerando as opções do redactor, que frequentemente copia, traduz, resume ou aproveita documentação oficial, não é de surpreender que ele tenha, por isso, dado preferência a esses tratados em detrimento de duas *simples* fontes narrativas, por muito que uma delas fosse a sua fonte principal⁶⁷⁴.

Também na narração das guerras civis do fim do reinado de D. Dinis a C1419 se afasta da VRS, mas, desta vez, usando outros procedimentos. Tal como sucede com as pazes de Ágreda, é com o propósito de mostrar e realçar as virtudes pacificadoras da Rainha que a Vida narra o assunto. Desta vez, parece, porém, insinuar-se no seu texto uma velada censura à atitude do Rei. Efectivamente, o que nele lemos⁶⁷⁵ é uma sucessão de episódios em que, mesmo não sendo exploradas a causalidade dos eventos ou a motivação das personagens, é ao Rei que acabam por ser assacadas as principais responsabilidades pela criação de um clima de insegurança e chacinas iminentes: é ele que tenta prender o Infante no momento em que este vai em romaria a S. Vicente de Lisboa, e prepara tudo de forma o mais encoberta possível; é ele que decide como que exilar a Rainha nos confins do Alentejo e confiscar-lhe as rendas, de modo a evitar que

⁶⁷³ Podem ler-se em SÁ NOGUEIRA, ed. (2003). Súmula das decisões então avançadas em PIZARRO (2005), pp. 115-123.

⁶⁷⁴ Concomitantemente, veja-se que o redactor apela para a razão («mais arreoada cousa parece»), que funciona, aliás, explicita ou implicitamente, como o critério por excelência de todo o seu texto.

⁶⁷⁵ NUNES, ed. (1919), pp. 34-40.

ela ajude o filho; é ele que vai cercar Coimbra, que o Infante «já tiinha per amantimento seu e dos seus⁶⁷⁶»; é ele, enfim, que barra o caminho do Infante para Lisboa⁶⁷⁷.

A C1419 vai, contudo, alterar decisivamente este ponto de vista, sujeitando o texto da VRS (como fizera com o da C1344⁶⁷⁸) a uma autêntica montagem destinada a justificar as acções do Rei. Parte da estratégia seguida afecta os episódios da guerra civil na sua totalidade, e referi-me já a ela ao analisar o uso da obra de D. Pedro: trata-se da inserção de comentários do redactor quatrocentista, incluindo um que funciona como prólogo dessa matéria, em que as acções do Infante são claramente vilipendiadas à luz de considerações éticas; e também do facto de o redactor se apoiar frequentemente em documentação oficial, fazendo coincidir a voz do Rei com a voz da narração⁶⁷⁹. Ora, a criação destes factores provoca que, ao ser transplantado para a Crónica, o texto da Vida fique enquadrado por esta nova moldura, e as acções contadas adquiram novos significados. Assim, ao contrário do que sucede com o leitor da VRS, que nada sabe dos antecedentes da questão no momento em que o Infante decide ir em romaria a S. Vicente (o que torna arbitrário o comportamento do Rei), o leitor da Crónica, ao chegar aí, está já na posse de um conjunto de elementos nada edificantes para a imagem de D. Afonso. Sabe que ele tinha grande ódio ao bastardo régio Afonso Sanches (e ao Conde de Barcelos, enquanto este não se bandeou para o seu lado...); que mandou os seus homens participarem numa emboscada a João Afonso, outro filho ilegítimo do Rei; que entendia que devia ser ele a ficar encarregado de aplicar a justiça no reino; que tinha forjado documentos nos quais constava que Afonso Sanches o tentara envenenar; que arregimentava os malfeitores que seu pai condenava e assim formava bandos que assolavam e amedrontavam o país, etc. Em se chegando, por isso, ao momento em que o Infante decide peregrinar até Lisboa (cap. 126), o seu historial está já tão carregado que a acção de D. Dinis, aí e em todas as outras passagens cuja fonte é a VRS, fica plenamente justificada.

⁶⁷⁶ NUNES, ed. (1919), p. 38.

⁶⁷⁷ Um elemento presente em muitas destas cenas é a alusão a que o Monarca agiu como agiu porque foi (mal) aconselhado. Em contraste, e como já indiquei, é sempre à Rainha que se fica devendo a pacificação destes conflitos, com o texto a vincar, por vezes, a mudança de atitude do Rei (por exemplo, depois da Rainha ter impedido que o sangue jorrasse em Coimbra, D. Dinis «veendo tanta mesura desta rainha e as obras em que andava, entregou a ela os logares, vilas e rendas que a ela tolhera»: NUNES, ed., 1919, p. 39).

⁶⁷⁸ Veja-se atrás. E repare-se que a narração do Conde de Barcelos acaba por ser mais equidistante que a da VRS, não se inclinando para o lado do Rei, nem para o do Infante. Outra diferença entre a C1344 e a Vida, é que a C1344 faz intervir na contenda um conjunto mais alargado de actores (refere-se aos fidalgos e aos concelhos), enquanto na Vida da Rainha, e exceptuado o papel atribuído a anónimos conselheiros do Rei, tudo se passa *em família*.

⁶⁷⁹ Maiormente através do aproveitamento dos sucessivos manifestos do Rei contra o Infante.

Mas não é só através desta operação de recontextualização que o redactor de 1419 subverte, por assim dizer, a sua fonte, pois é a própria letra do texto que chega a ser alterada. Logo na passagem em que menciona a romaria do Infante, o redactor quatrocentista modaliza fortemente o discurso, introduzindo elementos de dúvida e usando uma fala do Rei para reforçar a imagem negativa de D. Afonso; no seguimento da cena até a imagem de D. Isabel chega a ser afectada, uma vez que o que, para o seu biógrafo, eram preocupações da Rainha para com o reino, transformam-se na Crónica em preocupações para com o destino do filho (o que de certa forma coloca D. Isabel do lado errado da história):

VRS ⁶⁸⁰	C1419 (cap. 126)
<p>«E viindo já o dito rey D. Afonso, seendo ifante, por [l]o reyno em sa parte com sa molher, de mandado delrey, seu padre, fazendo morada na ciidade de Coimbra, <i>por ir em romaria a S. Vicente de Lixbõa</i>, (e) leyxou a ifante, sa molher, e o ifante D. Pedro, seu filho, que já em aquel tempo era nado, em Coimbra. E, des que comprio sa romaria, tornando-se de Lixbõa pera ùa villa a que dizem Syntra, el rey seu padre e a rainha, sa madre, viinham-se de Santarem a Lixbõa. E el rey [foi] enduzido, segundo se dizia, pera apoderar o dito ifante seu filho; e esto nom no sabiam, nem entendiam senom aqueles que eram em aquele conselho. [...] e emtanto esto durou, a rainha com sas donas tiinha grande oratorio e fazia dizer missas e rezar muitas oras, e per sa oraçam e per percibimento que fez tenerom que foi arredado gram dano e gram mal que se seguir podera ao reyno de Portugal, se el rey em aquel logo seu filho apoderar podera, porque iam aaquel logo com el rey algũus a que, segundo se dizia, prouguera de receber dano o ifantee o que por si fazer nom podiam, segundo que parecia, quiserm-no acabar em aquela noite por el rey. E a rainha mandou a seu filho que entendesse elrey e que o onrasse e servisse.»</p>	<p>«[...] pero de todo [D. Afonso] não perdeo ele a maa vontade que avia a Afonso Sanches, seu irmão, nem foy mais obediente a seu pay de que amte era. E leyxou a molher em Coinbra, onde ho iffante estava, e dom Pedro, seu filho, e levou consyguo todos aqueles malfeitores e degradados e outras gentes e foy.se caminho de Leiryra, <i>dizendo que queria ir a Lixboa em romaria a San Vicente</i>. E el.rey, que estava então em Santarem, quando soube que ele ya pera la e que levava consyguo aqueles omiziados, <i>dise que, pois ho iffante ya tão perto dele com aquelas gentes, que mais ya à maneira de almogaravia que de romaria</i> .[...]»</p> <p>«E a raynha orava emtanto e fazia dizer misas <i>rogando a Deos de vontade que quisese guardar ho iffante que não reçebese algum dapno de seu padre</i>. Quando el.rey chegou a Syntra e os do iffante viroom as suas gentes e seu pendão, armou-se ho iffante e os seus e puserom-se contra el.rey[...].»</p>

Igualmente a ida da Rainha para Alenquer, que na VRS era vista como uma má acção do Rei (não obstante a paciência evangélica com que D. Isabel o suportou...) é na

⁶⁸⁰ NUNES, ed. (1919), p. 34.

Crónica narrada de forma seca, ficando claramente subentendida a razão que assistia a D. Dinis:

VRS ⁶⁸¹	C1419 (cap. 127)
«A cabo de tempo, seendo elrey D. Dinis em Santarem, conselharam-no que partisse de si a rainha e que el rey tolhesse as villas e os logares que per [l]o reyno tiinha e as rendas que avia, dando a entender que se nom podia ordiãr em sa casa contra o ifante [...], que sempre a rainha faria acorrimento ao ifante pera se manter. Elrey, segundo aquel conselho, mandou a rianha pera ãa vila que dizem Alenquer, e tolherom-lhe os logares e vilas e rendas que avia. E, a rainha seendo bem obediente [...] respondia aaqueles que desto [a] conselhavam que melhor era de padecer ela mingoa e de consiirar ela o que a ela faziam ca consentir em se fazer guerra por aquela causa [...]»	«E mandou el.rey a raynha pera Alenquer, por tal que ho iffante não ouvesse recado por ela do que ele contra o iffante quysese fazer.»

E mesmo na celebérrima cena em que D. Isabel se atravessa entre as tropas do marido e do filho em cima de uma mula, poderemos ver alguma modelização por parte do redactor quatrocentista. Com efeito, se na Vida é ao Rei que ela primeiro se dirige, na Crónica esse papel cabe ao Infante (e, atendendo a tudo quanto vinha sendo dito por ambos os textos, a prioridade de cada uma dessas figuras poderá bem significar que aquele a quem a Rainha primeiro se dirige é quem tem mais responsabilidades na questão):

VRS	C1419 (cap. 132)
«[...] tanta foi a door que ouve e o amor que [foi] per meo das azes, cavalgada em ãa mua, sem levando-a omẽ nem molher per renda e soo, [por que], por razom das [pedras] que lançavam da ãa parte e da outra, omõe nem molher nom ousava d'ir em pós dela. E, pero que, indo ela assi, nom leixavam de lançar dardos e pedras, quis Deus, em cujo serviço andava esta rainha, a guardar que nom recebesse ferida, nem outro cajom nenhũu, e foi u elrey estava e du elrey estava tornou ao ifante, e por vezes, viindo de ãa parte pera outra, tratou antre eles per tal maneira que o	«E dizem algũas estorias que, feryndo.se eles às espadas e aos dardos, jazendo alguns mortos, que chegou a raynha dona Isabel muyto apresada por este periguo em que vya estar el.rey, seu senhor e marido, e o iffante seu filho. E, por escusar mortes de muitos que hy estavom, per metade das azes, em çima de hũa mula, sem a levando nẽhum de redea, pasou perante eles, não embargando que se lançavom armas de hũa parte a outra, chegou ao iffante e dise.lhe muitas rezões, que se lenbrase do juramento que fizera, e rougou.lhe que não anojase seu padre, mas que lhe

⁶⁸¹ NUNES, ed. (1919), pp. 36-38. Vai o texto falando da santa vida que a Rainha levava em Alenquer, e de como D. Dinis veio, por isso, a arrepender-se da sua atitude. Nada disto foi retido pela C1419.

ifante fosse beijar as mãos a seu padre e que elrey bēezesse seu filho, e partirom d’ali amigos ⁶⁸² »	obedeçese e fizese seu mandado, que bem sabya ele ho juramento que ela fizera. E tornou a falar a el.rey, depois ao iffante, de guisa que os pos em avemça»
--	---

O cronista, em suma, não só atenua ou elimina os aspectos hagiográficos da sua fonte, como subordina as notícias e acções que a ela vai buscar ao percurso do Rei e, de forma análoga ao que fizera com a C1344, modifica a orientação do relato sobre a guerra civil do final do reinado no sentido de mostrar que toda a razão estava do lado de D. Dinis. Lá onde a C1344 se preocupa em justificar as acções do Conde de Barcelos, permanecendo equidistante entre o Rei e o Infante e atribuindo as culpas a terceiros elementos (o diabo e o filho de um carpinteiro de Beja), e onde a VRS se preocupa em ver os confrontos pelo prisma de D. Isabel, salientando-lhe o papel conciliatório, sem, todavia, deixar de se mostrar contrária à actuação de D. Dinis, a C1419 inclina decisiva e incisivamente a balança para o lado do Rei.

2.3.4. Fontes documentais

Vejamos agora, para terminar este capítulo, um dos aspectos que, imediatamente após a descoberta da C1419, mais chamaram a atenção dos investigadores, ou seja, o uso abundante de fontes documentais no texto da Crónica⁶⁸³. Analisarei o uso destas fontes pelo redactor quatrocentista de baixo de duas perspectivas: tipo de documentos aproveitados e forma de aproveitamento.

A respeito dos documentos utilizados, notar-se-á que, com poucas excepções, o redactor se socorre de documentação emanada de duas entidades: o Papa e o Rei de Portugal. Tais excepções localizam-se especialmente no reinado de D. Afonso IV, onde se aproveitam extensamente documentos emitidos por Afonso XI de Castela-Leão, por D. Juan Manuel e por sua filha, D. Constança Manuel. Mas mesmo nestes últimos casos encontraremos um traço de união a ligá-los com os anteriores: trata-se, com efeito, de documentação certamente guardada no Arquivo Real, na medida em que, ou os seus destinatários eram figuras da dinastia reinante em Portugal, ou estas figuras estavam muito directamente implicadas nas questões de que se ocupavam os documentos emitidos por aquelas personagens castelhanas. Fora do alcance previsível dos Arquivos

⁶⁸² NUNES, ed. (1919), p. 40.

⁶⁸³ Incluindo cartas que hoje diríamos particulares, mas dificilmente teriam esse estatuto à época em que foram redigidas.

Reais, são muito escassos os exemplos que se podem apontar: os arquivos episcopais de Lisboa devem, como já aludi, ter sido aproveitados pelo redactor em certas ocasiões⁶⁸⁴, e porventura o mesmo poderá dizer-se a respeito de algumas ordens militares ou mendicantes, como as do Templo/Cristo e a de S. Francisco⁶⁸⁵. Voltamos, portanto, a encontrar aqui a atenção privilegiada concedida pela Crónica à Corte régia e a certas instituições eclesiásticas⁶⁸⁶.

Quanto às formas de aproveitamento dos documentos, elas são basicamente três. Por vezes, o redactor transcreve na íntegra o documento, usando as epígrafes de capítulos e/ou verbos *dicendi* (normalmente inseridos em pequenos segmentos narrativos) como elementos introdutórios e diferenciadores do seu próprio discurso. Este procedimento verifica-se especialmente nos reinados de D. Sancho II e D. Afonso IV. Assim, no primeiro capítulo do reinado do Capelo (66 na numeração de A. Calado), surge transcrita uma carta do Papa Honório III, à qual se alude logo na epígrafe desse capítulo («Do reynado del.rey dom Sancho Capello, quarto rey de Portugall, segundo deste nome, e da carta que lhe o papa mandou⁶⁸⁷»), e cujo texto é introduzido pelo narrador da seguinte forma:

«E ele [D. Sancho] perseverou em seus maos usos, não se querendo coreger, e o papa, por mais avondamento, nom embargando todas estas cousas que pasadas erom, por ele depois não aver rezão de escusa escreveo.lhe esta carta que diz asy [C1419, p. 120]»

O mesmo sucede, nesse reinado, com o juramento do Conde de Bolonha em Paris (capítulo 68), e com cartas de Inocêncio IV dirigidas às ordens do Hospital, de Santiago, de Calatrava (capítulo 69) e de S. Francisco (capítulo 70) em Portugal. No reinado de D. Afonso IV, o procedimento acima descrito é ainda mais comum, pois a narração dos confrontos luso-castelhanos provocados pela demora da vinda de D. Constança Manuel para Portugal apoia-se maioritariamente na transcrição integral de cartas redigidas por

⁶⁸⁴ E notoriamente, no que a fontes documentais diz respeito, no caso do foral de Alhandra, que mencionei no capítulo dedicado às relações entre o *Carmen Gosuini* e a C1419.

⁶⁸⁵ É assim que no capítulo 69 é transcrita uma carta enviada pelo Papa (que é Inocêncio IV) às Ordens do Hospital, de Santiago e de Calatrava em Portugal; no capítulo 70 vem uma carta enviada pelo mesmo Papa aos franciscanos portugueses, e nos capítulos 109-114 aparecem, ao lado de informações certamente de origens diversas, várias notícias relacionadas com a fundação e a extinção da Ordem do Templo que podem provir dos arquivos da Ordem de Cristo, sua herdeira em Portugal.

⁶⁸⁶ Embora possa também argumentar-se, no caso da origem dos documentos aproveitados pela Crónica, que isso seja um efeito de a Corte régia, os Bispos e as Ordens militares ou mendicantes terem, por certo, arquivos mais ricos e melhor organizados que outros actores históricos, por exemplo os concelhos ou as casas senhoriais.

⁶⁸⁷ CALADO, ed. (1998), p. 119.

cada um dos principais intervenientes na questão (D. Afonso IV, D. Afonso XI, D. Juan Manuel e D. Constança Manuel). Veja-se o que sucede com o primeiro documento dessa série, uma carta enviada por D. Constança Manuel ao rei castelhano após este ter proposto à filha de D. Juan Manuel que ela não aceitasse casar com o Infante D. Pedro de Portugal:

«E dona Costança [...] asaz claramente entendeo que el.rey não lhe enviava dizer taes rezões senão pola desviar da boa andamça que lhe vinha à mão. E presume.se que a mostrou a seu padre e que por conselho dele espreveo a el.rey de Castela, em repostada, a carta seguinte.

Da carta que Dona Costança envyhou a el.rey de Castela e como el.rey quisera azar pera aver guerra com os portugueses

“Muyto poderoso e eyçilente senhor, a quem Deos onradamente proveo de suas vertudes e fortuna, largamente dotou de seus bões, dom Afonso, o muy temido senhor e de grande poder, digno rey de Castela e de Liom [, etc]” [C1419, p. 222]»

Verifica-se o mesmo procedimento com cartas de Afonso XI a Afonso IV (capítulo 140); de Afonso IV a Afonso XI (capítulo 141); de Afonso IV a Afonso XI (capítulo 142); de Afonso XI a D. Juan Manuel (capítulo 145); de D. Juan Manuel a Afonso IV (capítulo 145); de Afonso IV a Afonso XI (capítulo 147); e também com uma carta do papa Bento XII dirigida aos reis de Portugal e Castela, solicitando-lhes que pusessem fim à guerra (capítulo 162). Nos restantes reinados, este procedimento é mais raro. Pode, ainda assim, apontar-se exemplos no reinado de D. Sancho I, em que nos surge uma carta do papa Inocência III dirigida ao rei português (capítulo 46), e D. Dinis, no qual o redactor transcreve um dos manifestos do Rei contra o Infante herdeiro (capítulos 121 e 122), uma carta do papa João XXII dirigida a D. Dinis (capítulo 125), e uma outra carta do mesmo papa, mas dirigida ao Infante (cap. 134).

Noutras ocasiões, o redactor limita-se a retirar dos documentos certas informações que usa para precisar ou corrigir os dados colhidos em fontes narrativas. Assim, lá onde a C1344 se limita a mencionar a vinda a Portugal de um legado do Papa em companhia do Conde de Bolonha quando este substituiu o seu irmão na governação do país, a C1419 precisa o nome desse delegado (Desidério), com base numa carta do Papa (capítulo 71). Ainda no reinado de D. Sancho II, a C1419 transcreve da C1344 a embaixada dos portugueses ao Papa, mas acrescenta referências a personagens ausentes dessa fonte, baseando-se certamente no juramento do Conde de Bolonha em Paris, documento que a Crónica quatrocentista transcreve, aliás, na íntegra (capítulo 68):

«E entom ãvyarõ la o arcebispo de Braga e dom Tiburcio que era bispo de Coimbra» [C1344⁶⁸⁸]

«E foram a elo por esta rezão *dom Yohão*, arcebispo de Bragua, e dom Tiberyo, bispo de Coimbra, e *Ruy Gomez de Barçeiros e Gomez Viegvas, ambos cavaleyros*» [C1419, pp. 124-125]

E no reinado de D. Dinis, a C1419 copia da *Vida da Rainha Santa* a narração dos preparativos do casamento do Rei com D. Isabel de Aragão, mas aponta, com base em documentação de chancelaria, o nome dos procuradores do rei português que se dirigiram a Aragão: João Velho, João Martins e Vasco Pires (capítulo 91).

Finalmente, o compilador resume, por vezes, o conteúdo dos documentos, com recurso ao discurso indirecto. É o que sucede com três cartas de Afonso XI, dirigidas respectivamente a D. Afonso IV, D. Juan Manuel e D. Constança Manuel⁶⁸⁹:

«E mandou hũa carta a el.rey dom Afonso, em que lh.escreveo as bondades d.armas que em suas terras avyom feytas e fez.lhe mais a saber em ela como per hy pasara o mestre d.Avis por lhe trazer a perposyto o casamento de seu filho, dizendo que bõe lhe aprazeria ser concordado dom Yohão Manuel por casar ho iffante dom Pedro com dona Costança, mas que lhe rogava que se tivesse, não dando a esto grande trigança porque ele era çerto que dom Yohão lhe daria quanto ele soubese demandar, e que por aguora mostrase que tynha temção de lhe dar do que lhe prometer inviara, que ele sabya que era muito riquo d.ouro e que avya grão talante de casar sua filha e portanto faria sua vomtade se o per geyto soubese levar. E mandou outra carta muito em contrairo a dom Yohão Manuel, em que lhe fazia saber que per sua casa vyera o mestre d.Avis, o qual lhe dysera que ele era concordado com el.rey de Portugal pera lhe dar sua filha por molher do iffante dom Pedro, com a qual lhe prometera iic mil dobras, e que lhe parecia que lhe dava muyto alem do arzeado, que, portanto, aconselhando diretamente, lhe dizia que lhe não quisesse mais dar, e a rezão por quẽ ele lho deria loguo se chegar quysese onde ele estava. E, por ainda ho mais desviar de todo ponto este feyto, enviou outra carta a dona Costança, em a qual lhe espreveo muitas e boas rezões dizendo asy caladamente, antr.elas, que por dito de maos conselheyros e homens que não sentiom os intrinçicos padecimentos, o desviaram de seu deleitoso perposyto fazendo de todo quitar dela⁶⁹⁰, o que ele não desejava, ca aquela cousa fora hũa das que ele fizera de que se mais rependera. E que portanto lhe rogava que, pois ja hũa vez fora sua, que ora novamente não quisesse ser doutrem [...] que fose certa que, não a podendo aver por grado, que ele se trabalharia de a posoyr por força. [C1419, pp. 221-222]»

Deve também notar-se que o redactor mantém uma atitude de permanente fidelidade aos documentos: sempre que seja possível confrontar o texto da Crónica com

⁶⁸⁸ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 239.

⁶⁸⁹ D. Afonso XI de Castela e Leão parece-me, aliás, uma das personagens mais interessantes (senão a mais interessante) de toda a Crónica, e é notável como o redactor conseguiu desenhar a figura do Rei castelhano através, sobretudo, de documentos escritos pelo próprio Afonso ou por outras figuras históricas. Espero poder ocupar-me noutra ocasião da imagem de Afonso XI construída pela C1419.

⁶⁹⁰ Afonso XI teve, de facto, casamento tratado com D. Constança Manuel, antes de decidir casar-se com D. Maria, filha de Afonso IV.

o das suas fontes documentais, verifica-se, com efeito, uma estreita correspondência entre ambos, que tanto poderá ser literal, como situar-se ao nível das informações veiculadas (nos casos em que a Crónica abrevia ou resume o texto dos documentos)⁶⁹¹.

2.4. Fontes Problemáticas

2.4.1. Terá a C1419 conhecido uma versão da *Estoria de España*?

Segundo fomos vendo, terá sido por influxo da C1344 que o redactor da C1419 incorporou, prolongou ou refuncionalizou os métodos historiográficos da escola afonsina na feitura da sua própria obra. Não pode, porém, afastar-se a possibilidade de um contacto directo com alguma(s) Crónica(s) dessa escola, e isto tanto por razões culturais, como, e *sobretudo*, devido a certas particularidades internas do texto do século XV.

Conhece-se, com efeito, a existência de duas «Crónicas de Espanha» na biblioteca de D. Duarte (certamente o Infante que, no sentido medieval do termo, assume a responsabilidade autoral pela C1419), e, parecendo embora mais razoável concluir-se pela identificação desses textos com cópias da C1344, uma das quais, aliás, seguramente identificável com o ms. L, não é todavia impossível que um deles fosse, na realidade, alguma Crónica castelhana da escola afonsina. O mesmo se poderá dizer da «Crónica de Espanha» que surge referenciada num rol de livros que pertenceram ao Infante D. Henrique, ou das remissões para uma obra com esse título que aparecem em certos trechos da *Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro, de quem, aliás, e bom será lembrá-lo, se desconhecem quaisquer listas de livros que possuísse⁶⁹². A circulação de cópias da *Estoria de España* ou de alguma crónica sua derivada pela Corte de Avis e/ou

⁶⁹¹ Compare-se, por exemplo, a transcrição do juramento do Conde de Bolonha em Paris (cap. 68) com o texto original desse juramento (BASTO, ed., 1946, pp. 361-363); o aproveitamento do primeiro manifesto de D. Dinis contra o Infante herdeiro nos capítulos 121 e 122 com a publicação que desse manifesto fez Fr. Francisco Brandão (BRANDÃO, 2008b, pp. 367 - 372); ou a Bula do Papa João XXII transcrita no capítulo 125 com o seu texto original (também editado por BRANDÃO, 2008b, pp. 365-366). Também as informações avulsas colhidas pela Crónica em documentação oficial podem comprovar-se. Veja-se, a este propósito, a exactidão da notícia acerca dos procuradores de D. Dinis nos preparativos para o casamento do Rei com D. Isabel de Aragão: PIZARRO (2005), p. 76.

⁶⁹² Veja-se, a respeito de tudo quanto disse neste parágrafo, a nota 245. Há também alguma pertinência em recordar que D. Duarte possuía cópias da *General Estoria* e da *Primeira Partida*, possivelmente em traduções portuguesas (e a História Universal terá sido traduzida por ordem de D. João I), o que confirma o conhecimento de obras afonsinas na Corte de Avis. Quiçá fosse também da autoria de D. Afonso X algum dos dois Livros de Astrologia mencionados na lista de obras pertencentes à biblioteca do Eloquent, que, aliás, chama «Astrólogo» ao Rei Sábio em pelo menos uma passagem do *Leal Conselheiro*. E é ainda Afonso X quem poderá estar em causa numa outra referência dessa lista, respeitante a certo «liuro das trovas d el rey dom afonso», não obstante a indicação de que o «copilou .f. de montemor o nouo»: DIAS, ed. (1982), pp. 207-208.

por círculos a ela intimamente ligados deve, por isso, admitir-se, e não será descabido pensar-se que o redactor da C1419 tenha manjeado alguma delas.

O que, porém, mais contribui para essa suspeita é a existência, no interior da Crónica, de um ou outro trecho alheios à C1344 (pelo menos aos testemunhos subsistentes), mas muito próximos do que se lê nos textos afonsinos.

Assim, logo no capítulo inicial, informa-nos a Crónica que, «segundo dizem as historias⁶⁹³», o rei Afonso VI de Leão e Castela «foi casado cinco vezes⁶⁹⁴». Trata-se de um dado que parece contrariar a C1344, pois, de acordo com ela, o Monarca «foi seis vezes casado⁶⁹⁵». Cinco é, no entanto, exactamente o número de casamentos que a generalidade das Crónicas da tradição afonsina atribui ao rei. Por exemplo, a *Versão Amplificada* (ou «Sanchí», como há quem lhe chame) da *Estoria de España*: «Ovo este rey don Alfonso V mugieres a bendiciones et dos amigas⁶⁹⁶»; ou a *Versão Crítica* (alguns preferem «Versão ca. 1283») da *Estória de España*: «El rrey don Alfonso ovo çinco mugeres a bendiçion una en pos otra⁶⁹⁷».

Por outro lado, a Crónica fornece um conjunto de informações sobre a acção governativa de D. Henrique (que constituem parte das suas «bondades»):

«Ele com grande devação fez a see de Coimbra e do Porto e de Bragua e de Viseu e de Lameguo e pos em elas bispos que as ouvesem de reger per mandado e licemça do padre santo [C1419, p. 7]»

Estas não constam dos testemunhos actualmente conhecidos da C1344, mas estavam já, de forma muito próxima, em textos da escola afonsina:

«Et el conde gano de los moros la tierra, tanto que refizo las siellas catedrales de los obispos que fueran en tiempo de los godos, et estavan ya desbaratadas de los

⁶⁹³ CALADO, ed. (1998), p. 3.

⁶⁹⁴ CALADO, ed. (1998), p. 3.

⁶⁹⁵ CINTRA, ed. (2009), III, p. 410 e IV, p. 3.

⁶⁹⁶ PIDAL, ed. (1977), II, p. 520.

⁶⁹⁷ CAMPA GUTIÉRREZ, ed. (2009), p. 462. Diga-se, assaz perfunctoriamente, que ambos estes textos decorrem aqui (reinado de Afonso VI) da Versão Primitiva da *Estoria de España* (de que não se conhecem testemunhos directos a partir do reinado de Fernando I), o que explica a sua semelhança. Uma outra obra da escola afonsina, a *Crónica de Castela*, considera, porém, que D. Afonso VI «ouue seys mollerres» [LORENZO, ed., 1975, p. 405]. Esta *Crónica de Castela* foi a fonte principal da C1344 a partir do reinado de Fernando I, o que explica que a Crónica portuguesa fale também em seis casamentos. A divergência está em considerar-se ou não a Moura Zaida como esposa legítima do rei, e deve observar-se (i) que mesmo a Versão Amplificada da *Estoria de España* alude, noutros momentos, ao casamento da Moura com o rei [PIDAL, ed., 1977, pp. 521, 553] e (ii) que a *Crónica de Castela*, que nesta secção tem como base um texto muito próximo do do ms. F (que é maioritariamente uma mistura da Versão Amplificada com, talvez, a Versão Primitiva da *Estoria de España*) terá tornado a narração mais coerente, falando desde o início e explicitamente em seis casamentos.

moros et yermas et desfechas: Viseo, Lamego, et la villa que dizen Portugal. [...] Et aun en su tiempo deste conde don Henrric fue el primero obispo de Coymbria [...]. Sobre esto cobro et refizo la cibdad de Bragana [...] et fue cobrada et refecha et tornada all antigua dignidad [...] [Versão Amplificada]⁶⁹⁸»

«Este conde estableçio eglesias obispales en Viseo e en Lamego e en el Puerto; [...] estonçes fue el primero obispo de Coynbra don Burdin [...]. Et Bragana , que era estonçes destroyda, rrenouo la este conde [...] [Versão Crítica⁶⁹⁹]»

A estas passagens poderá juntar-se ainda uma outra, respeitante ao Mestre da Ordem de Santiago, Paio Peres Correia, e sua actuação nas campanhas de Fernando III pela Andaluzia, a propósito da qual a C1419 menciona «Crónicas de Espanha» (e não apenas a «Crónica de Espanha», como quando se refere à C1344):

«E, quando el.rey dom Ffernando de Castela tomou Sevyilha aos mouros, segundo que he conteudo nas coroniquas d.Espanha, era hy com ele em aquele çerquo este mestre dom Payo Corea, trazendo consyguo muitos e bõos cavaleiros da Ordem de Santiago de Castela, de que ele era mestre⁷⁰⁰ [C1419, p. 146]»

Estes casos tornam provável que o redactor da C1419 tenha conhecido alguma Crónica da tradição afonsina, para além da C1344. Provável, mas não seguro. Com efeito, os cinco casamentos de D. Afonso VI e as obras piedosas do Conde D. Henrique constam também do *De Rebus Hispaniae* do Arcebispo Rodrigo de Toledo, que foi aliás a fonte da *Estoria de España*, e pode acontecer que essa tenha sido a obra a que recorreu o redactor quatrocentista nas passagens acima transcritas.

2.4.2 Conheceu a C1419 uma cópia da *Crónica do Mouro Rasis*?

⁶⁹⁸ PIDAL, ed. (1977), p. 651.

⁶⁹⁹ CAMPA GUTIÉRREZ, ed. (2009), p. 560. A relação existente entre a Versão Crítica e a Versão Amplificada da *Estoria de España* nesta secção (reinado de Afonso VII) revela-se especialmente problemática. A tese clássica será a de Diego Catalán, que postula a inexistência de um texto compilatoriamente acabado da versão primitiva a partir do final do reinado de Afonso VI e a derivação da Versão Amplificada e da Versão Crítica de diferentes traduções do *De Rebus Hispaniae* a partir do reinado de Afonso VII. Não obstante, Mariano de la Campa Gutiérrez, que retoma e, por assim dizer, amplia hipóteses avançadas por I. Fernández - Ordóñez, inclina-se a admitir a existência de «un protótipo completo» que abrangeria até à morte de Fernando II e teria estado na base da Versão Crítica na secção que aqui nos interessa: CAMPA GUTIÉRREZ, ed. (2009), p. 231. A divergência entre as suas ideias e as de Catalán residirá, pois, não propriamente na independência da Versão Crítica e da Versão Amplificada a partir do reinado de Afonso VII, mas no estatuto e no grau de acabamento do texto de que decorre a primeira destas Versões. Adicionalmente, deve notar-se que tanto a Versão Crítica, como a Versão Amplificada, seguindo fielmente o *De Rebus Hispaniae*, referem que a consagração destas Sés se deveu à autoridade eclesiástica do Arcebispo de Toledo. A C1419, se verdadeiramente conheceu alguma cópia da *Estoria de España*, terá, portanto, rasurado essas alusões de forma a dissimular a supremacia hierárquica do Arcebispo de Toledo.

⁷⁰⁰ O ms. P tem «na cronica», o que lança dúvidas quanto à lição do original da C1419. Penso, todavia, que «nas coroniquas» possa ser considerada uma espécie de *lectio difficilior*. Uma vez que «crónica de Espanha» é uma expressão comum na C1419, é possível que isso tenha levado o copista de P (ou o de algum seu antecedente) a registá-la automaticamente.

No seguimento de uma interessante manobra de junção e recontextualização de fontes, a C1419 liga a jornada de Ourique à tentativa de recuperação das relíquias de S. Vicente (dois eventos especialmente carismáticos do reinado de D. Afonso I) mediante o testemunho de dois moçárabes que, capturados nessa batalha, teriam informado o Rei acerca da localização de tais relíquias⁷⁰¹. Isso motivou uma relativamente longa e inusitada analepse (capítulo 15 e parte do 16) em que se traça uma breve biografia do Santo que viria a ser o padroeiro de Lisboa e se dá conta do seu martírio e trasladação dos seus restos para o Algarve, de acordo com a lógica temática. Entre as fontes referidas para essa analepse contam-se «as estórias dos araviguos⁷⁰²». Quais estórias?

É sabido que no tempo do rei D. Dinis I e, a crermos nas indicações dos manuscritos⁷⁰³, a seu mando, foi traduzida para português uma compilação historiográfica árabe⁷⁰⁴ que ficou conhecida pela designação de *Crónica do Mouro Rasis* (CMR). Embora não nos tenham chegado manuscritos completos desta *Crónica*, sabemos, pelos testemunhos da C1344 (que a aproveitou como fonte) e de André de Resende (que manejou e citou uma das suas cópias no século XVI⁷⁰⁵), que ela mencionava, na narrativa dos feitos de Abd al-Rahmān I, a trasladação dos restos mortais de Vicente para o Algarve em termos próximos dos que constam da C1419:

⁷⁰¹ CALADO, ed. (1998), pp. 24-25.

⁷⁰² CALADO, ed. (1998), p. 26.

⁷⁰³ E não vejo razões especialmente relevantes para não o fazermos. Sobre a tradição manuscrita do texto aqui em causa veja-se CATALÁN, ed. (1974); para a descrição dos vários testemunhos localizados depois de feita esta edição, anotem-se os dados registados no BETA: <http://sunsite.berkeley.edu/cgi-bin/Philo/philobiblon?title=rasis&author=&keyword=&manid=&texid=&dbase=all&results=0>, consultado a 17/06/2010. Como é sabido, sobrevivem apenas cópias de uma tradução castelhana feita a partir da tradução portuguesa.

⁷⁰⁴ Ecoo neste ponto os resultados da investigação de REI (2008), autor que demonstrou convincentemente que o texto árabe que esteve na base da tradução portuguesa não foi simplesmente a obra do historiador cordovês do século X Al-Razi, mas sim uma compilação posteriormente realizada, que combinava materiais desse autor com outros de proveniência diversa. O ponto oferece, todavia, certas dificuldades, na medida em que não subsistem testemunhos directos do texto árabe original de Al-Razi. Outras ideias de A. Rei (cf. também REI, 2009), especialmente a adjudicação da iniciativa da tradução portuguesa à casa senhorial Aboim-Portel e a possível responsabilidade de D. Juan Manuel na tradução castelhana, já me suscitam, pelo contrário, profundas divergências. A segunda destas hipóteses, em concreto, para além de não ter a apoiá-la um só dado positivo, creio-a derivada de um insuficiente conhecimento da obra historiográfica deste magnate (i.e. da *Crónica Abreviada*, que é resumo de uma perdida *Crónica Manuelina*, a qual, mau grado a designação por que é conhecida, não foi da autoria de D. Juan Manuel, que aliás a julgava a verdadeira *Estória de España* de Afonso X). Mais sólida e fundamentada me parece a argumentação de CATALÁN, ed. (1974), pp. XV-XVII, no sentido de adjudicar a tradução castelhana da CMR à iniciativa de Pedro de Corral, autor castelhano da primeira metade do século XV.

⁷⁰⁵ As citações de Resende foram comodamente reunidas por CINTRA, ed. (2009), I, pp. CDLXVII-CDLXXII.

C1344a ⁷⁰⁶	C1344b ⁷⁰⁷	André de Resende ⁷⁰⁸	C1419
<p>E quando andava la era de los moros en çiento e treynta e ocho años, vino Abderrahamen, el fijo de Moabia, a España [...]. E este [Abdarrahamen] çerco los christianos d'España en guisa que nunca en España ovo villa nin castillo que se le defendiese, sino aquellos que se acogieron a las Esturias. E este nunca llego en España a buena iglesia que la non estruyese; e avia en España muchas e buenas de tiempo de los godos e de los rromanos. E este tomava todos los cuerpos de los que los christianos creyan e adoraban e llamavan santos, e quemavolos todos. E quando esto vieron los christianos, cada uno como podía fuyr, fuja con estas cosas tales para las sierras e para los lugares fuertes. E todas las mas de las cosas que en España avia onrradas, según la fee de los christianos, todos los christianos llevaron a las sierras e a las montañas. E quando el entro en Valençia, tenían ay los</p>	<p>E, quãdo andava o ãno dos mouros ã cento e triinta e oyto annos, veeo Abderame, o filho de Moabya, a Espanha [...]. E este [Abdarrahamen] cercou os cristãaos d'España de tal guisa que nũa em Espanha ouve villa nẽ castello que se lhe defendesse, se nom aquellas que se acolherom aas Esturas. E este nunca achou em Spanha boa igreja que nõ destruyse; e avya hy muytas e boas do tempo dos Godos e dos Romãaos. E este filhava todollos corpos dos que os cristãaos tiinham e honrravam e chamavam sanctos e queimavaos todos. E, quãdo esto viron os cristãaos, cada huñ como podya fugyr, assy fugia con estas cousas ataaes pera as serras e pera os logares fortes. E todallas das mais das cousas que em Espanha avya hõrradas, segundo a fe dos cristãaos, todallas os cristãaos levarom aas serras. E, quando elle entrou em Vallença, tinham</p>	<p>[...] Sic Rases. [«] Anno, inquit, Saracenorũ centesimo trigesimo octavo, Abderamen ab Hispali cum exercitu mouit, ut expugnatum iret Valẽtiam. Et appropinquavit Valentiae. Christiani autẽ qui ibi habitabant, habebant ibi corpus quisdam hominis mortui, cui nomen era Vincentius. Et ipsi adorabant illum, tanquam Deum. Et qui eius corpus in potestate habebãt, persuadebant vulgo, quod ille caecos faciebat uidere, mutos loqui, et claudos recte ambulare. Et sic dementabant stultam gentem. Quum autẽ cognouerunt de Abderamenis aduentu, timuerunt ne haec fallacia detegeretur, et fugerunt, corpus illius hominis secum portanes (<i>sic</i>). Et dixit Alliboaces ille bonus eques Faecensis, se quum quadam die cum suis comitibus, uenationis causa, uenisset ad oram maris in Algarbio, in</p>	<p>«Contão as estorias dos araviguos e eso medês acorda a cronica de Santo Isydro, que foy bispo de Sevilha, que, quando a era dos mouros andava em xxxbiii⁷⁰⁹, que se alevamtu em as Espanhas hum poderoso homem a que chamavom Odonamer e começou de conquistar as Espanhas e meter sob seu senhorio tambem mouros como christãos e nunca achou samtuario de christãos que nom destruyse, nem os ossos dos corpos dos santos e muymentos que não queymase e destroyse. E, andando asy em sua conquista, encaminhou pera Aragom, e os homes bõos que têm o corpo do mártir Sam Viçente, quando souberom que Adonaamer vinha tão apoderado e souberom as cousas que fazia às reliquias dos corpos dos santos onde quer que os achavom, ouverom seu acordo de se irem com ele e o levarem a terra donde fose guardado. E prouve a Deos de os guiar</p>

⁷⁰⁶ CATALÁN E ANDRÉS, ed. (1970), pp. 181, 183-184. Ponho em negrito as divergências com 1344b. Notar-se-á que o refundidor de ca. 1400 atenuou o ponto de vista árabe (depreciação do culto cristão dos Santos, e especificamente de S. Vicente), mais integralmente mantido em 1344a.

⁷⁰⁷ CINTRA, ed. (2009), II, pp. 366-368.

⁷⁰⁸ *Vincentius levita et martyr*, transcrito por CINTRA, ed. (2009), I, p. CDLXIX. A negrito, as concordâncias com M.

⁷⁰⁹ O ms. P, cuja lição, à vista da lição dos restantes textos aqui considerados, parece em parte preferível, tem «cento e trinta e çinquo annos» [CALADO, ed., 1998, p. 26].

<p>christianos que ay moravan un cuerpo de un hombre que avia nombre Veçeynte; e onravanlo como si fuese Dios. E los que tenían aquel cuerpo fazian creyente a otra gente que fazia ver los çiegos e fablar los mudos e andar a los çopos, desta guisa enbauocavan a las gentes que eran sandias. E quando ellos vieron Abdarrahame, ovieron miedo que el sabria desta burla, e fuyeron con el. E dixo Abolaçen, un caballero natural de Fez, que andava con su compañia a monte en la rribera de la mar, que fallara, en cabo de la sierra que va sobre el Algarve e entra sobre aquel mar de Lixbona, el cuerpo de aquel onbre con que los christianos fuyeron de Valençia; e que fizieron hy casas en que moravan; e que matara el los onbres e que dexara hy los huessos del onbre.</p>	<p>hi os cristãos que hy moravam huũ corpo dhuũ homen que avya nome Vicente; e oravanno como se fosse Deus. E os que tiinham aquelle corpo faziam creer a outra gente que fazia veer os cegos e falar os mudos e andar os çopos. E, quando os cristãos viron Abderame, ouverõ medo delle e fogiram com elle. E disse Abelfacem, huũ cavalleiro natural de Fez, que andava con sua companha a mote na ribeira do mar, que achara, em cabo da serra que vem per sobre o Algarve e entra em aquelle mar de Lixboa, o corpo daquelle homẽ con que aquelles fugiron de Vallença con elle; e que fezeron hi casas em que moravã; e que elle matara os homeens e que leixara hy os ossos do homen.</p>	<p>fine montis qui mare illud ingredietur, inuenisse ibi corpus illius hominis cum iis qui cum illo fugerant a Valentia, qui ibi fecerant domuculas in quibus habitabant. Homines autem obcidisse, et pueros duxisse captiuos corpus uero hominis illius ibi reliquisse. [»]. Haec ad uerbum transtulimus.</p>	<p>àquele luguar que vos ja disemos, a que dizem o cabo de Sam Viçente, onde ele foy enterado e escondido, e aqueles homens bõos que com ele vierom estiverom sempre continuadamente com ele ata que por aly chegou hum cavaleyro mouro que morava na terra dos Algarves, natural de Fez, a que chamavom Albofaçem. E dizem as estorias dos aravigos que dise ele que, andando por aly ao monte, que achara aqueles homens que gardavom aquele corpo, que matara os homens e que leyxara o corpo [pp. 26 – 27]»</p>
---	---	--	---

Isso levou Magalhães Basto⁷¹⁰ e Diego Catalán⁷¹¹ a afirmarem que o *Rasis* português foi a fonte da Crónica quatrocentista. A circunstância, porém, de a C1344 ter incorporado o seu conteúdo, e de ter sido ela a fonte principal da C1419, torna possível que tenha sido a essa obra trecentista – e não directamente à *Crónica de Rasis* – que o redactor do século XV recorreu na passagem em causa. Certas coincidências entre a C1419 e a segunda redacção da C1344 (abreviação do texto de Rasis e alusão a

⁷¹⁰ BASTO (1960), pp. 74-77.

⁷¹¹ CATALÁN, ed. (1974), p. XXVI.

«estórias dos aravigos» presente na narração dos feitos de Abd al-Rahmān I segundo os testemunhos de 1344b, mas ausente do ms. M e das citações de Resende) levou mesmo Isabel Dias a afirmar que «o autor da C1419 tomou como fonte a segunda redacção da *Crónica Geral*⁷¹²».

Direi, todavia, que este cenário não deverá arredar de vez o hipotético conhecimento directo da CMR por parte do redactor da C1419. Acontece, na verdade, que:

- (i) Como alguns capítulos atrás vimos, o redactor da C1419 terá baseado o seu texto não propriamente na segunda, mas na primeira redacção da C1344;
- (ii) O texto da C1419, se se revela abreviado quando comparado com o de 1344a e o das citações de Resende, não menos abreviado se mostra quando comparado com 1344b; o redactor quatrocentista abreviou, portanto, a sua fonte e tanto poderá tê-lo feito a partir de um testemunho da C1344 (e aí teríamos, por assim dizer, a abreviação de uma abreviação), como a partir de um testemunho da CMR (e aí só uma abreviação, ocasionalmente coincidente com 1344b);
- (iii) A expressão «estória dos aravigos» ocorre em 1344b numa passagem que não é propriamente a que a C1419 reteve, sendo, aliás, esperável que o cronista do século XV se referisse à CMR como «estória(s) dos aravicos»; além do mais, não é comum que a C1419 copie das suas fontes as designações com que elas se referiam às suas próprias fontes⁷¹³.

Em todo o caso, mais importante do que identificar com precisão qual a fonte da

⁷¹² DIAS (2003), p. 202. Também AMADO (1997b) postula que a C1419 recorreu à C1344, e não directamente à CMR. Em DIAS (2003), pp. 202-210, encontramos uma excelente análise comparativa dos textos da C1344 e da C1419, a respeito da passagem aqui em apreço. No trabalho do redactor quatrocentista (e é isto válido independentemente de qual a sua fonte, pois os textos de 1344a, 1344b e CMR são, como se viu, muito próximos), salientaria a introdução de um elemento providencialista na ida das relíquias de Vicente para o Algarve («E prouve a Deos de os guiar àquele lugar que vos ja disemos, a que dizem o cabo de Sam Viçente»), atitude que a *Crónica* toma noutras ocasiões (cf. os capítulos dedicados ao estudo do aproveitamento do RFV e do CG), bem como a total eliminação do ponto de vista árabe, estremando uma tendência já verificável na passagem da primeira para a segunda redacção da C1344.

⁷¹³ O único caso que poderia apontar seria o das referências à «*Crónica de Espanha*» que surgem na chamada *Crónica da Conquista do Algarve* e na C1419. Contudo, e como logo se verá, a alteridade e anterioridade dessa *Crónica do Algarve* face à C1419 parece-me discutível.

C1419 para a trasladação dos restos de Vicente para o Algarve, será repararmos no próprio facto de esse relato surgir na crónica quatrocentista. À primeira vista inusitada (porque nem Vicente era português, nem a trasladação dos seus restos mortais para o extremo Ocidente da Península ocorreu durante o reinado de um monarca português), a sua presença na C1419 encontra, a meu ver, três explicações possíveis e igualmente operacionais. A primeira é *narrativa*: o facto de a Crónica mencionar o resgate do corpo de S. Vicente do Algarve para Lisboa tornaria pertinente que fossem contados os seus antecedentes, especialmente as circunstâncias da chegada dos restos mortais do Santo ao Algarve. A segunda é *co-textual*: a exaltação do padroeiro de Lisboa estará ao serviço de uma estratégia, visível um pouco ao longo de toda a Crónica, de enaltecimento dessa cidade e do papel por ela desempenhado na história do reino. A terceira, enfim, é *contextual* e remete-nos para a especial devoção que a dinastia de Avis, de cujo patrocínio nasceu a C1419, sempre teve para com S. Vicente, devoção aliás já tradicional na monarquia portuguesa, a começar pelo próprio Afonso Henriques⁷¹⁴.

2.4.3. A chamada *Crónica da Conquista do Algarve* e a C1419.

Em 1792, Fr. Joaquim de Santo Agostinho publicava um texto que havia poucos anos encontrara nos arquivos da Câmara de Tavira e de que, entretanto, já tinha dado notícia: a *Crónica de como dom Paio Correia, mestre da Ordem de Santiago de Castela, conquistou este reino do Algarve aos mouros*. Dela restariam duas cópias, uma mais antiga que a outra⁷¹⁵, nas quais se baseou o douto frade para a sua edição. A mesma obra fora anteriormente consultada por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo⁷¹⁶, que dela transcreveu uma breve passagem no *Elucidário...*, mas tempos depois viria a

⁷¹⁴ Vejam-se os testemunhos aduzidos por DIAS (2003), que menciona atitudes de culto para com este Santo por parte de reis como D. Afonso I, D. Afonso III, D. Dinis, D. João I e D. Duarte, ou de Infantes como D. Fernando, o «mártir de Marrocos». Acrescenta esta autora que «tudo leva a crer que à devoção da casa real por S. Vicente (que se deverá ter reflectido nas elites aristocráticas e eclesiásticas do tempo) tenha correspondido também um activo culto popular. Fernão Lopes retratou essa realidade em mais do que um passo da *Crónica de D. João I*, afastando, assim, a ideia defendida nalguns estudos de que o culto a S. Vicente em Portugal foi sempre de natureza aristocrática». Note-se também que já a *Primeira Crónica Portuguesa* e a C1344 dedicavam espaço ao resgate das relíquias de S. Vicente por ordem de D. Afonso Henriques.

⁷¹⁵ Nenhuma das quais seria, em todo o caso, anterior ao séc. XV, o que tem a sua importância para tudo aquilo que em seguida direi. José Pedro Machado, José Joaquim Nunes e Fernando Venâncio da Fonseca, baseados no texto da edição de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, julgam que o mais antigo dos dois manuscritos seria já do século XVI ou XVII: MACHADO, ed. (1979) e FONSECA (1986), p. 207, onde vem um muito preciso resumo dos trabalhos do frade setecentista.

⁷¹⁶ Segundo aduz pertinentemente MACHADO (1979).

desaparecer⁷¹⁷. Por isso, quando Alexandre Herculano empreendeu a sistemática publicação dos antigos monumentos literários Portugueses, não pôde senão reeditar o texto conforme o dera a conhecer Fr. Joaquim de Santo Agostinho. Essa circunstância não obistou, todavia, a que a comunidade científica contasse, desde essa época, com a *Crónica da Conquista do Algarve* – designação sucinta adoptada por Herculano – como uma possível fonte de informações acerca dos acontecimentos nela relatados, os quais eram, conforme a sua epígrafe inicial claramente o anunciava, a conquista de diversas praças algarvias empreendida pela Ordem de Santiago comandada pelo seu mestre, Paio Peres Correia, em meados do séc. XIII.

A descoberta da C1419 por Magalhães Basto e Silva Tarouca originou, porém, uma mudança de perspectivas na forma de encarar o texto que Fr. Joaquim tinha outrora resgatado do olvido. Rapidamente se constatou, com efeito, que parte muito significativa do reinado de D. Afonso III era, nos dois códices que transmitiam aquela obra quatrocentista, literalmente idêntica à crónica algarvia. Isso levou alguns estudiosos a considerarem que o que em tempos se encontrava na Câmara de Tavira era, não uma cópia de uma Crónica entretanto perdida e especificamente dedicada à conquista do Algarve, mas sim uma cópia parcial da própria C1419. Foi Magalhães Basto quem primeiro equacionou este novo cenário⁷¹⁸, publicando um confronto de largos trechos da suposta *Crónica da Conquista do Algarve* com passagens da C1419 e das obras de Rui de Pina e Cristóvão Rodrigues Acenheiro que versavam o mesmo assunto, não deixando, inclusivamente, de aproveitar certa afirmação em tempos proferida por Aubrey Bell – a de que a *Crónica do Algarve* se assemelharia estilisticamente às obras de Fernão Lopes – para considerar estes novos factos como mais um argumento a favor da autoria lopesina da Crónica quatrocentista, tese em que, como sabemos, o erudito investigador colocou sempre um prudente mas entusiástico empenho. A tese de Magalhães Basto foi imediatamente secundada por Lindley Cintra⁷¹⁹ (que, recorde-se, também acolheu favoravelmente a hipótese da autoria de Fernão Lopes), e a questão parecia, desde esse momento, resolvida.

⁷¹⁷ Todavia, o segundo e mais moderno dos manuscritos achados por Fr. Joaquim subsiste e acha-se ainda na Câmara Municipal de Tavira. Devo esta preciosa informação, contrária a tudo quanto vem sendo dito pela crítica, ao Professor Arthur Lee-Francis Askins, por sua vez informado do facto por Pedro Pinto. Este investigador encontrou, ainda, uma terceira cópia do texto sobre o Algarve (relacionada com aquela que tinha já sido editada no séc. XVIII e está, actualmente, desaparecida) num manuscrito da Biblioteca Nacional, do qual espero poder ocupar-me noutra ocasião. Não posso deixar de manifestar, a ele e ao Prof. Arthur Askins, que me deu notícia de tudo isto, o maior dos agradecimentos.

⁷¹⁸ BASTO (1943).

⁷¹⁹ CINTRA, ed. (2009), I, p. CCCLII, n. 94.

O final do século passado assistiria, porém, a uma nova reviravolta na consideração deste problema, iniciada, segundo creio, por José Pedro Machado, autor que ao reeditar, em 1979, o texto da *Crónica do Conquista do Algarve*, a fez acompanhar de um breve mas importante estudo, no qual, contradizendo frontalmente a hipótese de Magalhães Basto (embora mencionasse apenas Cintra), considerava a obra que Fr. Joaquim descobrira como autónoma e anterior em relação à C1419. Da análise do seu conteúdo, creu, inclusivamente, poder retirar argumentos para situar a sua feitura algures pelos meados do séc. XIV, num ambiente favorável aos Espatários e desfavorável à imagem e às políticas de D. Afonso III e D. Dinis, já que, e de acordo com Machado, pretenderia a Crónica ilustrar, entre outros aspectos, a eficácia de uma Ordem de Santiago Ibérica (visão contrária à separação dos ramos português e castelhano advogada pelo segundo daqueles monarcas), por isso que menorizava e desprestigiava o papel do *bolonhês* na expansão do território para as zonas mais a sul. Também a cena em que D. Beatriz se dirige a Castela para pedir a seu pai, Afonso X, que renuncie aos direitos sobre o Algarve teria sido inspirada no célebre episódio da vinda de D. Maria a Portugal rogando a participação de seu pai, Afonso IV, na batalha do Salado, e tudo isto apontaria, enfim, para a anterioridade do texto de Tavira em relação ao da crónica quatrocentista.

Embora as suas ideias, aliás interessantes, não sejam frequentemente citadas, a verdade é que, depois dele, outros autores vieram, paulatinamente, a rejeitar as conclusões de Magalhães Basto e Cintra, defendendo a autonomia e anterioridade da *Crónica da Conquista do Algarve* face à C1419. Foi o caso de Teresa Amado⁷²⁰, Luis Krus⁷²¹ e, com argumentação mais visível e consistente, António Branco⁷²². Desta maneira, a crítica mais recente parece inclinada a considerar os manuscritos em tempos encontrados em Tavira por Fr. Joaquim de Santo Agostinho como um importante testemunho de um filão historiográfico de que muito poucos vestígios restam na produção portuguesa: uma cronística bélica relacionada com as (e provavelmente emanada das) ordens militares.

Mas será mesmo assim? Seria o texto de Tavira efectivamente um testemunho de uma antiga crónica, anterior à de 1419 e de que se não conhecem hoje quaisquer testemunhos da época? Têm razão Machado, Branco e os seus seguidores, e não a

⁷²⁰ AMADO (1997a), p. 47.

⁷²¹ In LANCIANI e TAVANI (2000), p. 176.

⁷²² BRANCO (1997).

tinham Cintra e Magalhães Basto? Pode ou não considerar-se a *Crónica da Conquista do Algarve* uma obra do século XIV, e deve-se ou não analisá-la enquanto fonte da C1419⁷²³?

Começemos por caracterizar o problema. Não se nega que tenha havido textos sobre a conquista das praças algarvias pelos Espatários e que a C1419 a eles tenha recorrido para basear a sua própria narração de tais eventos. *O que se tem de discutir é se um desses textos é o que se encontrava em Tavira no século XVIII*, e para isso só vejo os seguintes procedimentos metodologicamente possíveis: (i) confrontar o seu texto com o da C1419; (ii) assinalar as semelhanças e diferenças entre eles verificáveis; (iii) havendo apenas duas possibilidades de explicação das diferenças (exclusão ou inclusão de uma unidade textual menor em relação a uma unidade textual maior), ponderar argumentos linguísticos, narrativos e discursivos que tornem mais defensável uma dessas alternativas.

Esta será, enfim, a metodologia genérica a que recorrerei no tratamento desta questão. Quanto ao percurso, será o seguinte: começarei por confrontar os dois textos, salientando as (poucas) diferenças entre eles existentes; exporei e discutirei as teses defendidas por António Branco no sentido de postular a alteridade e anterioridade da *Crónica da Conquista do Algarve* face à C1419 (as quais teses me parecem o único momento até agora verificado de perspectivação global e articulada do problema); concluirei, por último, em sentido mais favorável ou menos favorável a essas teses.

2.4.3.1 A CCA e a C1419: semelhanças e diferenças

Principio por fornecer um quadro em que, de forma sintética, se poderão visualizar as semelhanças e diferenças entre ambos os textos⁷²⁴:

⁷²³ Não darei grande importância à existência de uma hipotética *Crónica de Paio Peres Correia*, texto referenciado por escritos castelhanos do século XV e, segundo alega parte da crítica portuguesa (mas de forma totalmente gratuita), possível fonte de CCA e/ou de C1419, por me parecerem muito residuais os vestígios que dela restam, os quais foram reunidos e analisados por AVALLE - ARCE (1974).

⁷²⁴ Coloco entre parêntesis rectos, a seguir às epígrafes dos capítulos, as divergências de fundo existentes entre um e outro texto. Incluo também o começo dos capítulos iniciais, apesar das escassas diferenças entre eles existentes, devido à importância que, tanto na argumentação de A. Branco, como na minha, eles assumem.

CCA ⁷²⁵	C1419 ⁷²⁶
<p>[I] «Coroniqua de como dom Payo Correa mestre de Santiago de Castella tomou este reino do Algarve aos mouros [5]» [«<i>Reinando em portugall ellRey afomso o treseiro deste nome que hera casado com dona beatrix, filha de ellRey de Castella ouve della estes filhos convem a saber ho ymfante dom denis, que nasceo em Lisboa dia de S. denis, aos vymte de Outubro era de mill e duzemos e noventa e nove annos e ho ymfante dom afomso que foi mui bom ymfante e a ymfante dona samcha que morreo em Sevilha e depois a trouxeraõ a allcobaça e outra filha que ouve nome dona bramqua que foi senhora do mosteiro de llorvão e nelle morreo segumdo a Coronnica de Espanha faz menção e este rey dom afomso tomou aos mouros faraõ e outros lugares e ho mestre dom payo correa era seo compadre e seo naturall e ganhou tavira e a maior parte do allguarve e não diz como nem porque guisa mas queremos vos dizer aqui brevemente como estes lugares foram tomados segundo ho achamos escripto»]</i></p>	<p>[I] «Como o mestre dom Payo Corea ganhou aos mouros Mertola e Aljustre e a torre d.Estonbar e Alvor [145]» [«<i>E, sendo casado el.rey dom Afonso, conde que foy de Bolonha, com esta raynha dona Briatiz, como disemos, ouve dela estes ffilhos: ho primeiro, o iffante dom Denis, que nação em Lixboa, que depois foy rei, o qual nação em dia de Sam Denis, a 9 dias d.oytubro, era de mill iic lRix anos; e o iffante dom Afonso, que foy muy bõo iffante; e a iffante dona Sancha, que moreo em Sevilha e depois a trouxeram a Alcobaça; e outra iffante que ouve nome dona Branqua, que foy senhora do moisteyro de Lorvão e hy moreo, segundo a coroniqua d.Espanha faz menção. E este rei dom Afonso tomou aos mouros Farom e outros lugares. E o mestre dom Payo Corea era seu compadre e seu natural e ganhou Tavila e mayor parte do Algarve, e não diz como nem per que guisa. Porem queremos nós aquy dizer brevemente como estes lugares foram tomados, segundo achamos em esprito»]</i></p>
<p>[II] «Como os mouros deraõ ao mestre Cacella por deichar a tore de Estombar, e Alvor [6]»</p>	<p>[II] «Como os mouros derom ao mestre Caçela por leixar a tore d’Estonbar e Alvor [147]»</p>
<p>[III] «Como o mestre peleyou com os moros e os desbarattou e venceo [7]»</p>	<p>[III] «Como o mestre dom Payo Corea pelejou com os mouros e os desbaratou [148]»</p>
<p>[IV] «Como os moros deraõ de supito nos chrisptaons hindo seo caminho e se acolhe o mestre e os seus a hum monte [7]»</p>	<p>[IV] «Como os mouros derom de supito nos christãos, indo de caminho, e se acolherom o mestre e os seus a hum monte [149]»</p>
<p>[V] «Como o comendador mor e sinco cavalleiros foraõ com elle caçar as Anttas alem de Tavira huma legua e sahiraõ os moros a elles e os mataraõ [8]»</p>	<p>[V] «Como ho comendador mor e çinco cavaleiros com ele forom caçar a Tavilla e sayrom os mouros a eles e os matarom [150]»</p>
<p>[VI] «De como o mestre acudio aquelles cavalleiros, e pelleyou e tomou Tavira e os</p>	<p>[VI] «Como o mestre pelejou com hos mouros e os desbaratou e tomou Tavila [152]»</p>

⁷²⁵ Entre parênteses rectos, a ordem dos capítulos e o número da página em que se encontram em MACHADO, ed. (1979).

⁷²⁶ Entre parênteses rectos, a ordem dos capítulos e o número da página em que se encontram em CALADO, ed. (1998). Deve notar-se que as epígrafes do ms. C da C1419 (que serviu de base à edição de A. Calado) estão mais afastadas das epígrafes da CCA do que as epígrafes do ms. P.

<p>desbaratou [9]»</p> <p>[VII] «Como o mestre se lançou sobre Silves em quanto seo rey Alamafom era fora, e como pelleyou com elle e lhe tomou o lugar [10]»</p> <p>[VIII] «Como a rainha dona Beatrix foi com seu padre a Tolledo, e como elle lhe otorgou tudo o que lhe requireo por mandado de seo marido ell rey dom Afomso de Portugall [11]»</p> <p>[IX] «Como o mestre dom Payo Corea ganhou Loulé e Aliezur [13]» [O mestre conquista Loulé; conversa entre Afonso III e o mestre acerca dos espatários mortos em combate (justificação e glorificação das suas mortes, que foram em serviço de Deus); o mestre sabe que os mouros se estão movimentando;</p> <p><i>Cerco a Aljezur, que logo se rende ao mestre; as vitórias, deveu-as o mestre a Deus e ao santo serviço a Ele prestado.]</i></p>	<p>[VII] «Como se o mestre lançou sobre Sylves enquanto el.rey Albomafe era fora, e como pelejou com ele e tomou o lugar [154]»</p> <p>[VIII] «Como a raynha dõa Briatiz foy ver el.rey seu padre a Toledo e como el.rey de Castela deu a conquista do Algarve a el.rey de Portugall [156]»</p> <p>[IX] «Como o mestre dom Payo Corea ganhou Loule e Aljazur [159]» [O mestre conquista Loulé; conversa entre Afonso III e o mestre acerca dos espatários mortos em combate (justificação e glorificação das suas mortes, que foram em serviço de Deus); o mestre sabe que os mouros se estão movimentando;</p> <p><i>existência de versões contraditórias entre as fontes da crónica: segundo uns, os mouros reunir-se-iam em conselho, segundo outros haveria umas bodas (versão preferida pelo cronista); o mestre ataca de surpresa os mouros que se dirigiam a Aljezur, mata-os e, na sequência, conquista essa cidade; mais versões contraditórias entre as fontes, desta vez sobre a conquista de Albufeira; descrição do Algarve; acção contínua de Afonso III⁷²⁷ contra os mouros de África leva o Papa a exortá-lo à cruzada; morte de Paio Correia e enterro secreto do seu corpo em Tavira.]</i></p>
---	---

Como se vê, e para além das pequenas diferenças organizacionais do capítulo inicial, a única divergência verdadeiramente de fundo entre um e outro texto reside no fim; digamos desde já que isto nada tem de surpreendente e estranho, nem para o caso de CCA ser anterior a/e fonte de C1419, nem na situação contrária, pois é perfeitamente normal que a inserção de uma unidade textual menor numa unidade textual maior

⁷²⁷ O texto é, neste ponto, ambíguo, e não é pacífico que o agente seja Afonso III (BRANCO, 1997, p. 360, considera, com efeito, que é Paio Peres Correia). A minha opção, para além de sintacticamente viável, acha-se respaldada pelo facto de Rui de Pina, na sua *Crónica de D. Afonso III*, e numa passagem cuja fonte é a C1419, ter também atribuído estas acções ao rei (e, atendendo aos seus métodos, não é muito provável que tenha deliberadamente alterado a informação da fonte). Cf. PINA (1977), p. 193.

implique acrescento de matérias e respectiva reordenação sintáctica, da mesma maneira que a cópia parcial de um texto arrasta consigo, frequentemente, a alteração do seu começo e/ou do seu fim.

2.4.3.2 A Tese da autonomia e anterioridade da CCA

Vejam, no entanto, a argumentação aduzida por António Branco no sentido de defender a autonomia e anterioridade de CCA.

Começa este autor por atentar nas diferenças verificáveis no primeiro capítulo que ambos os textos têm em comum [I da tabela supra]. Segundo ele,

«não parecem nada naturais as opções discursivas do autor da C1419: depois de 3 capítulos sobre o rei, apresenta no 4º o nome da rainha e a lista dos descendentes de ambos. Este facto obriga-o a remeter para assunto já tratado no Cap. 1º e produz uma insuficiência no Cap. 3, onde fala dos “lídimos filhos”, nomeando apenas D. Dinis e esquecendo-se de chamar a atenção do leitor para o capítulo seguinte, em que dá a lista completa⁷²⁸.»

Portanto, uma anomalia discursiva na C1419, a que em CCA corresponderia, pelo contrário, uma sequência «coerente com o espírito que [...] presidiu à sua elaboração», o qual seria a) situar o herói Paio Peres Correia «num espaço e num tempo histórico cuja referência é um reinado⁷²⁹»; b) «reservar para a família real um lugar no *incipit*, estratégia que atenua o efeito negativo que a história a narrar provocará na imagem do monarca»; e, finalmente, c) «ligar essa informação histórica com a intenção da crónica – a de repor a verdade». Repor a verdade, digamo-lo desde já, em relação à C1344, a qual, pelos vistos, se revelaria não só insuficiente, mas também *falsa*.

Segundo argumento de António Branco: «o Cap. 12 da C1419 [IX da tabela supra] contém informação que a CCA deveria ter incluído, se fosse cópia daquela». Trata-se de achar incompreensível que uma cópia (parcial) da C1419 omitisse as circunstâncias que rodearam as conquistas de Aljezur e Albufeira, a descrição do

⁷²⁸ BRANCO (1997), p. 359.

⁷²⁹ Anote-se, porém, que o próprio texto declara que a acção conquistadora de Paio Peres Correia e dos seus Espotários começou a efectivar-se no território nacional «reynando ainda seo irmão [de D. Afonso III] dom samcho capello, tres annos antes que elle fosse dado por regedor de portugall»: MACHADO, ed. (1979), p. 5. O mesmo se lê na C1419: CALADO, ed. (1998), p. 146.

Algarve, o incitamento à cruzada e o louvor de Afonso III⁷³⁰ pelo Papa e a morte de Paio Peres Correia. Compreensível, pelo contrário, que a C1419, socorrendo-se, aliás explicitamente, de várias fontes, tenha falado de tudo isso.

Terceiro e último argumento de António Branco: as divergências entre as epígrafes que encimam o primeiro capítulo comum a ambos os textos [I da tabela supra]. Segundo o investigador da Universidade do Algarve, não só a epígrafe de CCA é um verdadeiro título, como se entende que a referência à «Ordem de Santiago de Castela», presente unicamente nesse texto, tenha sido omitida pela C1419 por razões políticas, sendo mais difícil aceitar, pelas mesmas razões, que CCA a tenha acrescentado. Isto porque:

«na primeira metade do séc. XV, limite *ad quem* provável da suposta transcrição [da C1419 em CCA], Portugal tinha já encontrado a estabilidade fundada na nova dinastia de Avis [...]. Antes disso, numa tentativa de evitar as perturbações causadas pelo facto de uma Ordem tão forte em Portugal poder ter como Grão-Mestre um castelhano, [...] D. Dinis decide autonomizar o ramo português [...]. Assim sendo, é lícito afirmar que os embaraços provocados pela separação dos dois ramos dos Espatários estariam completamente sanados nas primeiras décadas do séc. XV. Ora, ao fazer a transladação textual [de C1419 em CCA], o copista alteraria a redacção da epígrafe do Cap. 4º da C1419 [I da tabela supra], para, no título da CCA, ligar Paio Correia, conquistador do «reino do Algarve», à Ordem de Santiago de Castela. No contexto descrito, essa opção de escrita teria sido perigosa e contraproducente, porque contrária à política iniciada por D. Dinis e concluída por D. João I. Pelo contrário, compreende-se que um cronista que trabalhasse para a dinastia de Avis na redacção de uma crónica do reino (talvez Fernão Lopes) e que encontrasse numa fonte a expressão “Dom Payo Correa mestre da Ordem de Santiago de Castella” evitasse a referência a Castela⁷³¹»

Mas serão estes argumentos suficientemente fortes para que aceitemos a dependência de C1419 face a CCA?

Consideremo-los um a um.

2.4.3.2.1 Dúvidas acerca dessa teoria

(i)

A existência de uma anomalia no primeiro capítulo da C1419 aqui em apreço depende do que se considere ser o modelo discursivo ao qual, supostamente, esse

⁷³⁰ Para A. Branco, de Paio Peres Correia (veja-se o que digo na última nota da tabela apresentada em 2.4.2.1.).

⁷³¹ BRANCO (1997), pp. 361 - 362.

capítulo não se conforma. António Branco julga “não naturais” as opções do redactor, mas o “não natural” não existe *per se*, sendo apenas consequência de um desvio em relação a determinado modelo erigido em “natural”. E, neste caso, qual seria esse modelo? A partir da exposição das ideias de A. Branco, entende-se que consistiria em mencionar o casamento e os filhos do monarca logo no capítulo inicial do seu reinado e, caso houvesse repetição dessa informação, em salientá-la devidamente, mediante fórmulas estereotipadas de suspensão/ligação de matérias (p.ex., «segundo dissemos» ou «segundo diremos»). Como tal não se verifica no caso de Afonso III⁷³², teríamos aqui uma anomalia, e isso dever-se-ia à configuração discursiva da fonte seguida, a CCA, a qual se regeria por diferentes pautas estruturais. Quer dizer, o redactor da C1419 adoptaria habitualmente determinado modelo discursivo, mas, dadas as características específicas de uma das suas fontes, nem sempre terá conseguido manter esse modelo.

Sucedo, porém, que a observação das opções do redactor no que respeita ao início de cada reinado nos leva à conclusão de que existem vários atropelos a esse “modelo natural”, que nem sequer será quantitativamente mais frequente que qualquer outro.

Com efeito, e postos de lado os casos de Sancho II (que não teve filhos) e Afonso IV (cujo casamento e respectiva lista de filhos não se preserva em nenhum dos manuscritos da C1419 actualmente conhecidos), verifica-se que esse modelo é efectivamente usado nos reinados de D. Sancho I e D. Afonso II, mas “*desrespeitado*”⁷³³ nos restantes. Assim:

- no caso de D. Afonso Henriques, a referência ao casamento com D. Mafalda surge no capítulo 19 da edição Calado, entre as conquistas de Arronches e Santarém, mas a lista de filhos daí resultantes apenas será registada 13 capítulos depois (32º); portanto, nem o casamento aparece mencionado no primeiro capítulo deste reinado, nem a lista de filhos o acompanha.

- o caso de Afonso III, único que foi objecto da atenção de A. Branco, é diferente: primeiro (cap. 77), vem um longo elogio do monarca, com as respectivas bondades, incluindo uma alusão ao casamento com D. Beatriz ainda em vida da Condessa de Bolonha; no fim deste capítulo, insere-se um diálogo entre o *bolonhês* e um seu apaniguado que lhe censura a bigamia, diálogo esse que serve para introduzir e

⁷³² Não se verifica no que respeita aos filhos, aspecto especialmente notado, como vimos, por A. Branco.

⁷³³ Em itálico aspado, visto que só considerando a efectiva existência de um modelo que o redactor deveria respeitar se poderá, logicamente, falar em desrespeito.

preparar a matéria dos capítulos seguintes (78 e 79), centrados na infrutífera vinda da Condessa de Bolonha a Portugal e decorrente interdição do reino com suas consequências, entre elas a necessidade de gastar uma elevada quantia na legitimação do Infante Dinis, entretanto nascido⁷³⁴; só no capítulo 80, quarto do reinado de Afonso III (e I da tabela *supra*), e após nova referência ao casamento com D. Beatriz, aparece a lista completa dos filhos do régio casal; a lista de filhos acompanha, por conseguinte, a referência ao casamento, mas não se localiza no capítulo inicial do reinado;

- quanto à estrutura adoptada no reinado de D. Dinis, ela é muito semelhante à que foi seguida no de seu pai: primeiro, um extenso capítulo (90) exclusivamente dedicado às bondades do monarca; em seguida, as diligências havidas para que D. Dinis se casasse com D. Isabel, filha dilecta do rei de Aragão (cap. 91); depois, e seguramente devido a afinidades temáticas existentes entre todos estes blocos, questão que em seguida retomarei, surgem a santa vida por ela levada (cap. 92) e alguns «milagres que Deos mostrou por esta raynha em sua vida» (cap. 93); apenas na sequência de tudo isto, no cap. 94, lá vem a lista de filhos do rei, primeiro os legítimos, depois os bastardos.

O que sucede com este último reinado é particularmente importante para o problema que agora nos ocupa, pois ele não só adopta uma estrutura semelhante ao de Afonso III, como, e graças à circunstância de nos serem conhecidas as suas fontes, nos permite avaliar o tratamento a que o redactor as submeteu. Efectivamente, se o cap. 90, o das bondades de D. Dinis, repousa quase integralmente na C1344, já os restantes, até o 94 (último que aqui nos interessa), seguem preferentemente a *Vida da Rainha Santa*⁷³⁵. Todavia, e como noutra ocasião já pudemos constatar, seguem não de forma mecânica, transpondo inclusivamente as opções discursivas, mas, pelo contrário, desarticulam e reorganizam o discurso da fonte, adoptando diferentes critérios expositivos. Em termos mais concretos, o redactor transformou numa sequência coerente de módulos o que, na sua fonte, se encontrava diluído no meio de vários outros episódios. E fê-lo de acordo com os dois grandes princípios, o cronológico e o temático, que habitualmente regem o seu texto: após abrir o reinado com as bondades do monarca (A) – esta, sim, uma verdadeira regra do seu método historiográfico -, mencionou os preparativos para o casamento com Isabel de Aragão (B) - acontecimento que antecedeu temporalmente todos os restantes de que iria dar conta -, seguindo o princípio

⁷³⁴ A referência à legitimação do Infante Dinis explicar-se-á pela sua qualidade de herdeiro do trono.

⁷³⁵ Apenas no capítulo 94 volta a C1344 a ser usada como fonte importante, em companhia da *Vida*.

cronológico; motivado pela presença em cena da rainha, e pelos elogios que, entretanto, já lhe havia consagrado, aproveitou para dar conta da sua santa vida e de alguns milagres que Deus por ela fazia (C), seguindo assim o princípio temático. Após isto, volta a cronologia a estruturar o seu discurso, sendo mencionados os filhos legítimos e ilegítimos do monarca (D) e os conflitos havidos entre ele e seu irmão, o Infante D. Afonso (E), os quais, segundo a crónica, tiveram início cinco anos após o casamento do rei. Na *Vida da Rainha Santa*, a sequência é diversa (B – D – E – C) e, mais que isso, estas informações surgem intercaladas com muitas outras, intencionalmente não aproveitadas pela C1419; conclusão a reter: a estratégia discursiva seguida por esta crónica no início do reinado de D. Dinis *não depende das (nem está condicionada pelas) fontes*, mas resulta do trabalho e das opções do seu redactor.

Ora, a estrutura do início do reinado de Afonso III, que a A. Branco se afigura «anormal», parece-me, e segundo já antecipei, seguir rigorosamente a mesma que viria a ser adoptada no de seu filho: primeiro, as bondades do monarca (A); seguidamente, a vinda da Condessa de Bolonha a Portugal (B) e seus desenvolvimentos [interdito do reino (C) e destino do filho supostamente saído desse casamento (D)], acontecimento que se deu logo após o alçamento de Afonso ao trono, antecipando-se, por isso, cronologicamente, a praticamente tudo quanto viesse a ser narrado ao longo do reinado. A correcta elucidação deste episódio exigiria, porém, que fosse previamente exposta a situação de bigamia do rei, o que explica que o cronista se lhe tenha referido no final do capítulo anterior, aproveitando ainda, e de acordo com a proximidade temática, para introduzir o diálogo entre o rei português e um homem seu, cuja fonte de todo desconhecemos; uma vez acabada esta série de eventos intimamente ligados entre si, passa a Crónica a mencionar os filhos saídos da relação entre Afonso e Beatriz (E), que assim se entende que tenha sido novamente convocada, e a conquista dos territórios Algarvios (F), em que, e de acordo uma vez mais com o princípio temático, nos são relatados acontecimentos ocorridos em épocas diferentes mas inter-relacionados.

Portanto, se a estrutura seguida no início do reinado de Afonso III é a mesma que vimos adoptada no de D. Dinis, e se, neste último caso, podemos assegurar que essa estrutura resultou de opções discursivas do próprio redactor (e não das suas fontes), parece-me poder retirar daqui a conclusão de que também a arquitectura expositiva do reinado do *bolonhês* poderá ser imputada ao cronista do séc. XV. Ao contrário do que sustenta A. Branco, as opções discursivas da C1419 não são, por isso, “anormais”, e não deverão ser encaradas como indício da estrutura da fonte adoptada. O seu primeiro

argumento para sustentar a autonomia e anterioridade da CCA parece-me, assim, perfeitamente rebatível.

(ii)

O segundo argumento é talvez o mais forte de todos. Trata-se de explicar por que razão CCA, no caso de ser uma cópia (parcial) da C1419 não teria retido as informações que, no capítulo IX da tabela *supra*, constavam do seu hipotético modelo. É este o terreno em que A. Branco situa a questão, e bem, pois o facto de os textos divergirem na sua secção final nada diria, por si só, da anterioridade de um texto em relação ao outro.

Vejamos se haveria alguma razão que pudesse explicar a omissão dessas informações. Trata-se, como em parte já vimos, das circunstâncias que rodearam as conquistas de Aljezur e Albufeira, da descrição do Algarve, do incitamento à cruzada e louvor de Afonso III⁷³⁶ pelo Papa e, por último, da morte de Paio Peres Correia.

De todas elas, as informações respeitantes a Afonso III teriam, seguramente, menos cabimento do que as restantes num texto que, conforme o demonstra o seu título, se ocuparia da conquista do Algarve e não propriamente dos feitos do rei sob cujo reinado essa conquista (ou uma parte dela) se verificou. Não seria, portanto, de estranhar que num hipotético processo de cópia parcial da C1419 elas fossem omitidas. O mesmo tipo de raciocínio pode também ser válido para a morte de Paio Correia, e mesmo A. Branco não deixa de afastar da CCA quaisquer objectivos biográficos: o propósito deste texto seria historiar a tomada do Algarve pelas armas, e não a (virtuosa) vida do seu principal agente. Basta, por isso, supormos um copista guiado por semelhante desiderato para que a omissão das circunstâncias que rodearam a morte do Mestre deixe de ser motivo de estranhamento.

A ausência dos outros dois factos (pormenores sobre as conquistas de Aljezur e Albufeira e descrição do Algarve) é, no entanto, mais difícil de compreender. Poderíamos, em todo o caso, supor que a descrição de determinado território oferece, face à narração da sua conquista, a autonomia suficiente para levar alguém interessado nesta a omitir aquela. Mas esse argumento não seria igualmente válido para as conquistas de Albufeira e Aljezur. Só uma possível recusa da forma como se desenrolou

⁷³⁶ Para A. Branco, de Paio Peres Correia (veja-se o que digo na última nota da tabela apresentada em 2.4.2.1.).

um desses eventos poderia, neste caso, invocar-se. E, com efeito, segundo a C1419, os Mouros que se dirigiam a Aljezur «não yom percebidos de guera⁷³⁷» e estariam, por conseguinte, indefesos⁷³⁸. Ora, e sempre de acordo com a Crónica, os Espatários, liderados por Pêro Correia, aproveitaram-se desta situação saindo-lhes ao caminho «mui de suspeita» e matando quantos quiseram, pelo que esta sua vitória (e subsequente tomada da praça), em lugar de se ficar devendo a qualquer acto heróico ou a uma intervenção sobrenatural que lhes garantisse apoio celeste, foi conseguida mediante um estratagema de legitimidade porventura duvidosa. Poderá isto explicar que se tenha omitido este excerto nos manuscritos de Tavira⁷³⁹?

Não deixo, em todo o caso, de reconhecer a relativa inoperacionalidade desta última hipótese. E se, ainda assim, não concedo ao argumento de A. Branco o carácter de decisivo, é porque encontro, para além da razão de ordem discursiva acima enunciada, outros factores que me levam a considerar duvidosa a tese da autonomia e anterioridade de CCA face a C1419.

(iii)

Vejamos, entretanto, o último dos argumentos de A. Branco. Considero-o, em contraste com o anterior, o mais fraco e até o menos compreensível de todos eles. Entende o investigador da U. do Algarve que a diferença entre as primeiras epígrafes comuns a ambos os textos depõe a favor da anterioridade de CCA, pois a sua epígrafe, ademais de constituir «nitidamente um título⁷⁴⁰», menciona a «Ordem de Santiago de Castela», que, por razões políticas próprias da sua época, o redactor da C1419 teria omitido.

Devo começar por dizer que estou longe de atribuir aos títulos dos manuscritos o tipo de importância que A. Branco aqui lhes parece conceder. Julgo, pelo contrário, que a sua labilidade e variabilidade são tais que dificilmente se poderão, a partir deles, extrair conclusões que ultrapassem o nível da *transmissão do texto* para chegarem ao da

⁷³⁷ CALADO, ed. (1998), p. 159.

⁷³⁸ «a mayor parte deles [estava] sem armas», não se esquece de anotar o cronista: CALADO, ed. (1998), p. 159.

⁷³⁹ Além disso, e no que respeita às circunstâncias da conquista de Albufeira, o próprio A. Branco encontra uma possível explicação para a sua omissão em CCA: «é aceitável a ideia de que, ao copiar a C1419, a CCA tivesse deliberadamente anulado o protagonismo do Mestre de uma Ordem concorrente» (BRANCO, 1997, p. 360; a C1419 considera, de facto, provável que a tomada dessa cidade se ficasse devendo à acção do Mestre de Avis).

⁷³⁹ CALADO, ed. (1998), p. 159.

⁷⁴⁰ BRANCO (1997), p. 361.

produção do texto, ou, e dito de outra forma, conclusões que digam respeito à *obra* e não ao *testemunho*. Se um manuscrito ostenta um título, esse será, em princípio, e a menos de indicações intratextuais que o corroborem, o título que determinado receptor (copista e comunidade de leitores em que ele se insere ou para a qual trabalha) lhe atribuiu, não propriamente o que o autor do texto entendeu dar-lhe. Podemos observar, nesse sentido, e para não nos afastarmos em excesso do que de momento nos vai ocupando, o que sucede com o ms. P da C1419: ele ostenta um título, «Crónica de Cinco Reis de Portugal», e inclui um texto de características historiográficas que se ocupa efectivamente dos cinco primeiros reis de Portugal, sendo, portanto, perfeita a adequação título/conteúdo; simplesmente, tudo isso se deve a circunstâncias fortuitas da transmissão manuscrita e à iniciativa do seu copista, não à vontade autoral do responsável pelo texto que esse copista estava copiando. Outro exemplo: a tradução em língua portuguesa do *Indiculum foundationis monasterii S. Vicentii*, uma das fontes da C1419 para os eventos dessa época, não ostentava, inicialmente, qualquer título, mas mão posterior adjudicou-lhe o de «Chronica da fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pello Inuictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henrriquez Iº Rei de Portugal e como tomou a dita çidade aos Mouros», o qual só poderá ser atribuído aos (e relacionado com os) hábitos de leitura de determinado meio receptor, nunca a nenhuma espécie de vontade autoral.

Ora, nada impede que mecanismo semelhante a este tenha ocorrido com os mss. outrora encontrados em Tavira por Fr. Joaquim de Santo Agostinho: alguém (certamente um algarvio, a julgar pelo deíctico «este» que se encontra no título) que estivesse unicamente interessado na conquista do Algarve, e copiasse da C1419 os capítulos para isso pertinentes, poderia perfeitamente atribuir a essa cópia um título de sua própria lavra⁷⁴¹. Seja como for, e devido à ausência de indicações intratextuais que o corroborem, o título «Crónica de como dom Paio Correia, mestre da Ordem de Santiago de Castela, conquistou este reino do Algarve aos mouros» deverá, por princípio, situar-se ao nível do testemunho (os próprios mss. achados por Fr. Joaquim ou um seu antecedente) e não ao nível da obra.

⁷⁴¹ Algo de muito semelhante ocorreu também com as cópias T e L da própria C1419: embora os copistas tenham transcrito um fragmento de uma obra mais vasta, atribuíram-lhe um título em tudo conforme ao de uma verdadeira Crónica individual (pouco importando para o caso se a cópia foi directa ou não, pois interessa realçar, apenas, o processo que leva uma cópia parcial de um texto a adquirir, no decurso da sua transmissão manuscrita, um título que lhe seja específico).

Mas mais difícil de aceitar é o argumento político aduzido por A. Branco: segundo este autor, e como vimos, o cronista de 1419 teria omitido a referência à Ordem de Santiago *de Castela* constante da sua fonte (supostamente CCA) em virtude da impertinência que assumiria, em tempos de D. João I, uma alusão ao carácter ibérico - e de sede castelhana - dessa Ordem. Acontece, porém, que o próprio cronista não sentiu o mesmo tipo de escrúpulos no interior dos capítulos:

«E, quando el.rey dom Ffernando de Castela tomou Sevyilha aos mouros, segundo que he conteudo nas coroniquas d.Espanha, era hy com ele em aquele cerco este mestre dom Payo Corea, trazendo consyguo muitos e bõos cavaleiros da **Ordem de Santiago de Castela, de que ele era mestre**⁷⁴²».

Como conceber, portanto, que «um cronista que trabalhasse para a dinastia de Avis na redacção de uma crónica do reino (talvez Fernão Lopes) e que encontrasse numa fonte a expressão “Dom Payo Correa mestre da Ordem de Santiago de Castella” evitasse a referência a Castela⁷⁴³» na epígrafe de um capítulo, ao mesmo tempo que deixava perfeitamente incólume uma referência em tudo idêntica a essa no interior desse próprio capítulo? Parece-me pouco provável que a diferença entre as epígrafes iniciais de CCA e C1419 tenha as implicações políticas que A. Branco lhe atribui, e por isso essa diferença não oferece particular importância a respeito da anterioridade de um texto em relação ao outro.

Mas há ainda outras razões que me levam a pôr em dúvida a tese da anterioridade e autonomia de CCA face a C1419. Relaciona-se a primeira delas com o facto de ambos estes textos invocarem, de forma idêntica, e em pelo menos duas ocasiões, uma «Coronica de Espanha» que é, certamente, a de 1344:

«e hũa filha que ouve nome dona Branca que jouve nas Olgas de Burgos e foy ende senhora» (C1344⁷⁴⁴)

«e outra filha que ouve nome dona bramqua que foi senhora do mosteiro de llorvão e nelle morreo **segundo a Coronica de Espanha faz menção**» (CCA⁷⁴⁵)

«e outra iffante que ouve nome dona Branqua, que foy senhora do moisteyro de Lorvão e hy moreo, **segundo a coroniqua d.Espanha faz menção**» (C1419⁷⁴⁶)

⁷⁴² CALADO, ed. (1998), p. 146. Não há, na parte destacada a negrito, diferenças substanciais entre P e C.

⁷⁴³ BRANCO (1997), pp. 361 - 362.

⁷⁴⁴ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 242.

⁷⁴⁵ MACHADO, ed. (1979), p. 5.

⁷⁴⁶ CALADO, ed. (1998), p. 146. Note-se que o ms. P regista «outra filha» e não «outra iffante».

«Mas o mestre dō Paae Correa e os outros que primeiro aconselharon o cerco de Sevilha» (C1344⁷⁴⁷)

«quando ellRey de Castella tomou Sevilha aos mouros **segundo ho achamos escrito na coronnica de espanha** era alli com elle naquelle cerquo este mestre dom payo correa» (CCA⁷⁴⁸)

«quando el rey.rey dom Ffernando de Castela tomou Sevyilha aos mouros, **segundo que he conteudo nas coroniquas d.Espanha** era hy com ele em aquele cerquo este mestre dom Payo Corea» (C1419⁷⁴⁹)

Alusões com as quais se poderá relacionar uma outra:

«E este rey [Afonso III] tomou Faarão aos mouros e outros logares no Algarve. Pero diz a estoria que o meestre dom Payo Correa, que era seu compadre e seu natural, tomou o demais do Algarve aos mouros.» (C1344⁷⁵⁰)

«e este rey dom afonso tomou aos mouros farão e outros llugares e ho mestre dom payo correa era seo compadre e seo naturall e ganhou Tavira e a maior parte do allguarve e não diz como nem porque guisa mas queremos vos dizer aqui brevemente como estes lugares foram tomados segundo ho achamos escripto» (CCA⁷⁵¹)

«E este rei dom Afonso tomou aos mouros Farom e outros lugares. E o mestre dom Payo Corea era seu compadre e seu natural e ganhou Tavila e mayor parte do Algarve, e não diz como nem per que guisa. Porem queremos nós aquy dizer brevemente como estes lugares foram tomados, segundo achamos em esprito» (C1419⁷⁵²)

Ora, este tipo de referências à C1344 é muito comum na C1419, que usou a obra trecentista como sua fonte estrutural e frequentemente a menciona, seja para creditar o seu próprio relato, seja para corrigir, precisar ou acrescentar o relato da sua fonte. Já anteriormente, e com outros propósitos, aludi a esta questão, mas vale a pena recordar alguns dos casos em que a C1419 se refere, *de forma em tudo idêntica ao que aqui sucede*, à C1344:

«segundo se conta na cronica d.Espanha⁷⁵³»; «segundo a coroniqua d.Espanha faz menção⁷⁵⁴»; «E, posto que na coroniqua d.Espanha faça menção que el.rey dom Sancho chegou com estas gentes atee Abeul, pero não diz em ela nem achamos em nêhũa das estoria que de esto falom, pero nos muyto trabalhamos por saber, como vierom e que

⁷⁴⁷ CINTRA, ed. (2009), p. 440. Paio Peres Correia é mencionado diversas outras vezes, no contexto da tomada de Sevilha e restantes conquistas do Rei Santo.

⁷⁴⁸ MACHADO, ed. (1979), p. 5.

⁷⁴⁹ CALADO, ed. (1998), p. 146. Uma vez mais, o ms. P está mais próximo de CCA, omitindo «dom Ffernando» e registando «na crónica» e «alj com ele».

⁷⁵⁰ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 242.

⁷⁵¹ MACHADO, ed. (1979), p. 5.

⁷⁵² CALADO, ed. (1998), p. 146. Tanto em C1419 como em CCA, este excerto surge entre os dois anteriormente transcritos, pelo que o contexto verbal indica que o sujeito de «não diz como nem per que guisa» é a «Crónica de Espanha».

⁷⁵³ CALADO, ed. (1998), p. 4.

⁷⁵⁴ CALADO, ed. (1998), p. 102.

fizerom quando entrarem pelo regno ou por que se tornaram tão asynha e nunca o pudemos achar em esprito⁷⁵⁵»

De igual modo, a referência ao facto de os acontecimentos que irão ser narrados terem origem em fontes escritas («segundo achamos em esprito») é muito comum na C1419, conforme, aliás, o último caso anteriormente transcrito já o exemplifica:

«nunca o pudemos achar em esprito⁷⁵⁶»; «nós achamos esprito⁷⁵⁷»; «segundo achamos em esprito⁷⁵⁸»; «quantas bondades achamos espritas⁷⁵⁹»

Nada haveria a estranhar, por isso, no caso de CCA ser, na realidade, uma cópia parcial de C1419. Pelo contrário, se considerarmos CCA uma obra autónoma e anterior a C1419 teremos de admitir pelo menos um par de muito curiosas coincidências: (i) que duas obras praticamente contemporâneas tenham recorrido à mesma fonte e (ii) se lhe tenham referido em termos em tudo idênticos *apesar dos diferentes propósitos que as moviam* (crónica régia num caso, crónica comemorativa de determinados feitos bélicos noutra).

Mas mesmo a contemporaneidade de ambas (admitindo temporariamente e *for the sake of the argument* a autonomia de CCA) não deixa de causar certas estranhezas. Que CCA seja, quando muito, um texto da segunda metade do século XIV é facto sempre admitido pelos defensores da sua autonomia; levou-os a isso, certamente, as referências iniciais a uma «Coroniqua de Espanha» cuja identificação com a de 1344 nunca ninguém questionou. Mas, ao mesmo tempo, foi sendo reconhecido que CCA contém «importantes notícias de natureza socioeconómica, só possíveis de recolher por uma fonte que utilizou informações não muito distantes dos acontecimentos que relata (Luis Krus⁷⁶⁰)». E como conciliar isso com a datação atribuída a CCA? Eis aqui, se não erro, uma das razões subterrâneas que terão levado à ideia de que a suposta *Crónica de Mestre Paio Peres Correia* tenha sido fonte de CCA: sendo aquela uma obra admissivelmente contemporânea dos factos narrados, ou quase, tudo ficaria assim explicado⁷⁶¹.

⁷⁵⁵ CALADO, ed. (1998), pp. 132-133.

⁷⁵⁶ CALADO, ed. (1998), p. 133.

⁷⁵⁷ CALADO, ed. (1998), p. 160.

⁷⁵⁸ CALADO, ed. (1998), p. 162.

⁷⁵⁹ CALADO, ed. (1998), p. 182.

⁷⁶⁰ In LANCIANI e TAVANI (2000), p. 176.

⁷⁶¹ Não obstante, deve ter-se em atenção que AVALLE - ARCE (1974), pp. 50-51, autor que, aliás, nunca se refere nem a CCA nem a C1419, considera os últimos anos do reinado de Afonso XI como a mais provável data de composição da suposta *Crónica de Mestre Paio Peres Correia*.

Se, pelo contrário, considerarmos CCA uma cópia parcial de C1419, o processo ficaria consideravelmente simplificado, pois quem teria, nesse caso, recorrido a fontes próximas dos acontecimentos narrados [*Crónica de Mestre Paio Correia* ou outra(s)] seria a própria C1419, o que nos conduziria não a dois, mas apenas a um estágio intermédio na transmissão de informações acerca da acção dos Espatários no Algarve em meados do século XIII.

Por outro lado, as diferenças existentes entre a parte final de CCA e a secção respectiva da C1419 parecem-me também susceptíveis de interpretação contrária às teses de A. Branco. Após a conversa entre Paio Correia e Afonso III existente em ambos os textos, CCA termina dizendo:

«e loguo o mestre partio de Loule e foyçe lançar sobre Aljesur e quando os moros soberaõ que faraõ e loule e os outros luguares eraõ tomados e deramçe loguo ao mestre com a condiçaõ que se deu faraõ e o Mestre por ho cançasso que havia recebido elle e suas gentes nos otros luguares aprouvelhe com esto e de se tomar loguo aljesur como vos dito avemos e deos lhe deu todos estes vencimentos porque sabia quaõ de vontade ho Mestre hera no seu santo serviço⁷⁶²»

Ao passo que C1419 prossegue da seguinte forma:

«Hum dia cavalgou ho mestre deste lugar [Loulé] contra o cabo corer com suas gentes. Indo pera llaa, soube novas como muitos mouros yom a Aljazur. Huns contam que yom laa pera aver seu conselho que aviom de fazer, pois Sylves e Tavilla erom tomados, e alguns outros dizem que yom a vodas, peroõ mais rezoada cousa parece que elas [*sic*] yom a casamentos, porquanto os mouros d.Aljazur os sayrom a receber a hums lavrados a hũa legoa do lugar, mais qualquer cousa destas a que eles fosem não yom percebidos de guera e aly foy o mestre dar em eles mui de suspeita e matou à sua vontade deles quantos quis como aqueles que yom dessegurados, e matou a mayor parte deles sem armas, e não ouverom outro acorimento senão fogir pera a vila quamto mais podiom, e os christãos seguindo.os, e fizeram em eles grande matança ata a entrada do lugar. E tanto foy o seu desacordo que não ouverom syso de çerarem as portas pera o defenderem, e foy gançado entom pelo mestre».

Os dois textos fornecem, portanto, versões muito diferentes acerca da tomada de Aljezur. Poderá, à primeira vista, parecer que o facto de C1419 mencionar mais que uma fonte milita a favor da ideia de que o seu redactor tinha, até aí, seguido CCA. Mas, nesse caso, teríamos de admitir (i) que a versão de CCA acerca da tomada de Aljezur (rendição dos seus moradores) foi totalmente passada em claro pela C1419, não obstante a total fidelidade com que, até aí, o redactor quatrocentista a vinha acolhendo, e (ii) que, *para além de CCA* existiriam, pelo menos, duas outras fontes sobre a tomada

⁷⁶² MACHADO, ed. (1979), p. 13.

do Algarve anteriores a 1419 (havendo divergências entre elas a respeito do que conduziu os mouros a Aljezur), *que só agora seriam aproveitadas pela Crónica*. A hipótese alternativa, de que CCA seja cópia parcial de C1419, desbasta, pelo contrário, a primeira dificuldade⁷⁶³ e permite supor, como parece mais razoável e económico, que as fontes a que se refere o redactor quatrocentista na passagem citada tenham já sido utilizadas nas partes anteriores do seu relato. Acrescente-se que a omissão e arranjo do texto da C1419 poderão, talvez, relacionar-se com uma reacção negativa do copista de CCA ao ataque desapiedado dos cristãos a uns mouros indefesos, levando-o a redigir um final de sentido contrário mas também não muito narrativamente elaborado.

Devo dizer, por último, que não concordo com a ideia, veiculada por Machado e repetida por Branco, segundo a qual a versão da conquista do Algarve fornecida por ambos os textos (e supostamente elaborada pelo redactor de CCA) seja desprestigiante para a figura de D. Afonso III. Só o relativamente escasso espaço que lhe é concedido poderá induzir essa leitura, mas não vejo como contornar outras circunstâncias que vão em sentido contrário:

- i) A ênfase dos textos em afirmarem que Paio Peres Correia era *natural* do rei Afonso III, ênfase a meu ver explicável pela necessidade de sobrepor aos laços decorrentes da sua ligação a uma Ordem militar castelhana o laço mais forte da naturalidade, de forma a justificar que as terras conquistadas viessem a pertencer à coroa portuguesa⁷⁶⁴;
- ii) O papel desempenhado por D. Afonso III no processo que garantiu a validade jurídica da posse do Algarve pelos portugueses e a acção pessoal do monarca na conquista de Faro. Afonso III é, com efeito, explicitamente apresentado como mentor do plano que, através da ida de D. Beatriz a Castela, conduziu à cedência, por parte de Afonso X (seu pai), dos direitos de conquista do território algarvio, cedência decisiva para os destinos desse território e em cujo processo a rainha mais não foi, segundo esta perspectiva, do que um pião instrumentalmente jogado pelo rei⁷⁶⁵; e é também D. Afonso quem, no seguimento daquela cedência,

⁷⁶³ Sobre a dificuldade contrária a esta (ou seja, a de explicar a omissão de certos trechos da C1419 na CCA), veja-se o que digo em 2.4.2.2.1., alínea ii.

⁷⁶⁴ Repare-se que não está em questão apenas a informação de que Paio Correia era natural do rei português (informação que já consta da C1344), mas o facto de essa informação ser repetidamente convocada.

⁷⁶⁵ A intencionalidade subjacente à historieta da ida de D. Beatriz a Castela solicitando a seu pai a cedência dos direitos de conquista no Algarve poderá ganhar ainda mais visibilidade se nos lembrarmos

mais se destaca na conquista de Faro, cidade cujas excelências não deixam, aliás, de ser realçadas.

Não considero, por isso, que o texto comum a CCA e C1419 transmita uma imagem desprestigiante de D. Afonso III; muito pelo contrário, parece-me certo o resumido juízo de Joaquim Romero Magalhães, quando conclui, após ter constatado o carácter encomiástico da narração dos feitos de D. Afonso na tomada de Faro, que «o aparecimento do rei na orientação do cerco e conquista, segundo a Crónica, não é difícil de explicar. Trata-se de um texto áulico [...] e como tal o soberano não deveria nele faltar⁷⁶⁶». Romero Magalhães nota ainda que «no entanto, e revelando uma verdade menos oficial, a Crónica dá o cerco como já iniciado quando o monarca vem a Faro⁷⁶⁷». Dir-se-ia que o texto de que dispomos, e que se perserva tanto nos manuscritos de Tavira, como na C1419, resulta da harmonização de duas versões sobre a actuação do Rei nesse cerco, uma mais favorável que a outra. O autor desse texto não só enaltece a acção de D. Afonso, *como parece até preocupar-se em dissimular possíveis versões anteriores e menos dignificantes para a sua memória*.

A imagem do Rei aqui construída parece, assim, ajustar-se mais e melhor a uma Crónica régia como a C1419, do que a uma suposta Crónica celebrativa dos feitos bélicos de Paio Peres Correia em terras algarvias, já que, e uma vez posto em causa o alegado carácter depreciativo dessa imagem, a presença de D. Afonso surge-nos como que desfuncionalizada num discurso laudatório da acção do Mestre da Ordem de

de que o episódio não é compatível com a História feita a partir de documentos. Como nos diz Ana Rodrigues Oliveira, «a conquista de Faro, documentada em 1249, precedeu de quatro anos a celebração do acordo matrimonial luso-castelhano que fez de Beatriz rainha de Portugal». Esta mesma autora conclui razoavelmente que «quando Fernão Lopes [na C1419] e Rui de Pina atribuem à rainha Beatriz um papel central na efectiva incorporação do reino do Algarve na coroa portuguesa, atropelando a cronologia e deturpando o real significado de alguns dos factos relatados, acabam por ladear e silenciar qualquer sujeição de Afonso III à vassalagem de Afonso X, negando, nesse sentido, históricos precedentes de uma política subordinação de Portugal a Castela e Leão»: OLIVEIRA (2000), p. 168, parecendo-me todavia, e pelo que acima digo, ser ainda mais «central» a acção de Afonso III enquanto mentor do plano. Diga-se, por outro lado, que, como lá mais para a frente se verá, Rui de Pina baseou o seu relato da conquista do Algarve justamente na C1419, embora tenha também consultado documentação oficial, porventura a mesma a partir da qual A. R. Oliveira fala no «real significado de alguns dos factos relatados» pelas Crónicas.

⁷⁶⁶ MAGALHÃES (1987), p. 130.

⁷⁶⁷ MAGALHÃES (1987), p. 130. A posição deste autor acerca do estatuto da CCA não é, porém, linear. J. Romero, com efeito, fala constantemente em «Crónica da Conquista do Algarve» (começando pelo título do artigo), mas toma como referência o texto da edição do ms. P da C1419, e chega a dizer que Peres Correia é a «figura central de outra das crónicas que se encontram misturadas no texto de que dispomos» [MAGALHÃES, 1987, p. 130].

Santiago, e será mais pertinentemente entendida como parte de um discurso laudatório da monarquia portuguesa.

Direi, pois, e resumindo: (i) que CCA está construída com base nos mesmos princípios que a C1419, designadamente no que respeita ao encadeamento cronológico e temático das matérias com predomínio do primeiro destes critérios; (ii), e concomitantemente, que nada haverá de anómalo nos capítulos da C1419 coincidentes com CCA; (iii) que CCA se refere à C1344 e a outras (e não nomeadas) fontes escritas de forma em tudo idêntica ao que habitualmente encontramos na C1419; (iv) que nada existirá de particularmente relevante nas diferenças entre o título de CCA e a epígrafe que lhe corresponde na C1419; (v) que é possível, com maior ou menor acribia, justificar as diferenças verificáveis entre o último trecho de CCA e a porção correspondente da C1419 como resultado de um processo de cópia parcial; (vi) que a imagem de D. Afonso III desenvolvida em ambos os textos não será facilmente classificável de «desprestigiante» e parece melhor ajustada a uma Crónica régia do que a uma suposta Crónica celebrativa de feitos militares de Paio Peres Correia.

Em consequência do que, proponho uma reconsideração do estatuto dos manuscritos outrora encontrados em Tavira por Fr. Joaquim, os quais seriam, não cópias de um texto anterior à C1419 e fonte dela, mas sim cópias parciais e pontualmente modificadas da própria C1419, decerto elaboradas no Algarve por alguém que estaria apenas interessado no relato da conquista desse território. Regresso, como se vê, às posições de Cintra e Magalhães Basto, sem todavia lhes repetir a argumentação, mesmo porque eles verdadeiramente não a tinham para além da estreita semelhança entre ambos os textos em apreço.

CONCLUSÃO

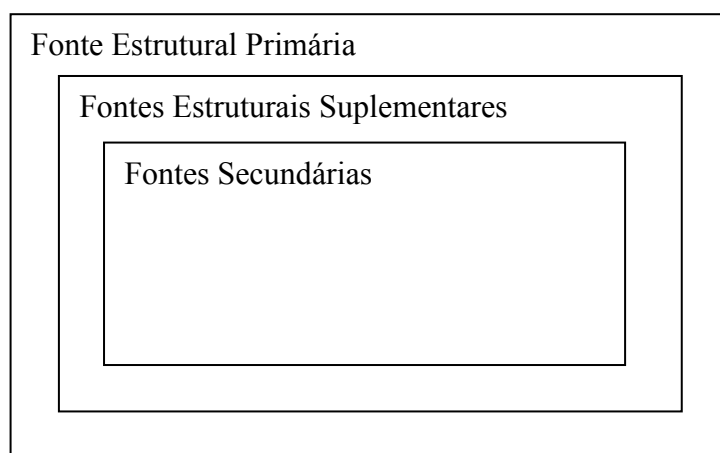
Proponho agora uma sucinta visão de conjunto do que tenho vindo a dizer nesta II parte, dedicada aos processos de construção textual da C1419 e suas implicações discursivas.

Os processos básicos de construção adoptados pelo redactor quatrocentista ter-lhe-ão sido facultados pelo contacto com as crónicas da tradição afonsina, e maximamente com a mais directa representante dessa escola no Ocidente peninsular, a chamada *Crónica Geral de Espanha de 1344*: trata-se de *construir texto a partir de*

textos, ou seja, de reunir, seleccionar e ordenar numa estrutura autónoma e tanto quanto possível coerente e coesa um conjunto de episódios e/ou notícias provenientes de diversas fontes.

O percurso seguido na elaboração da C1419 terá sido o seguinte: adopção da história dos reis de Portugal constante da primeira redacção da C1344 como estruturador geral do discurso; inserção de passagens mais extensas ou menos extensas provenientes das restantes fontes de acordo com dois grandes critérios, o cronológico e o temático, com predomínio do primeiro; adição de elementos funcionalmente destinados a clarificar, precisar ou harmonizar o texto, tais como glosas e comentários que, adicionalmente, sinalizam a emergência de uma razão formalizante que assume a responsabilidade do que vai sendo enunciado; elaboração de uma macroestrutura, de acordo com a qual os episódios foram agrupados em unidades coincidentes com os sucessivos reinados, que assim revelam certa autonomia que não chega, porém, a pôr em causa a unidade da obra.

É possível dividir as fontes da C1419 actualmente conhecidas, de acordo com a função que assumem na estruturação do discurso, em «fonte estrutural primária», «fontes estruturais suplementares» e «fontes secundárias». «Fonte estrutural primária» é o texto a partir do qual se organizou toda a Crónica, cabendo esse papel à C1344; «fontes estruturais suplementares» são os textos que cumprem a mesma função a respeito de determinado episódio (por exemplo o *De Expugnatione Scalabis* para a conquista de Santarém no reinado de D. Afonso I, ou o *Carmen Gosuini* para a conquista de Alcácer do Sal no reinado de D. Afonso II); «fontes secundárias» são aquelas a que se recorre unicamente com o propósito de adicionar informação à «fonte estrutural primária» e/ou às «fontes estruturais suplementares». Visual e graficamente, teríamos algo como:



A esta hierarquização narrativa não corresponde, porém, uma hierarquização semântico-ideológica. Parece, com efeito, poder dizer-se, quanto a este último aspecto, que a Crónica concede primazia às fontes documentais e ao que me permiti designar de «relatos comemorativos de batalhas contra os infieis» (por exemplo o *De Expugnatione Scalabis* ou o *Carmen Gosuini*), dando geralmente preferência às suas versões sobre as dos restantes textos em caso de contradições entre eles. A *autoridade* máxima é, contudo, o próprio redactor, que explícita ou implicitamente sujeita todas as fontes ao crivo da sua razão, omitindo, deslocando, justapondo, reescrevendo ou comentando quando e quanto lhe apraz. Este processo, passível de observação a partir do confronto entre o texto da Crónica e o das suas fontes hoje conhecidas, e conjugado, quando pertinente, com a referência a outras passagens cujas fontes ignoramos, permite-nos ainda identificar os mais recorrentes e estruturantes significados da obra quatrocentista, os quais penso poder condensar e reunir em quatro níveis de crescente formalização/precisão:

- a) Num primeiro nível, direi que a C1419 é uma *Crónica dos Reis de Portugal*, em que se elege a sua sucessão como princípio ordenador da história, e se vão narrando os respectivos feitos, de acordo com uma lógica encomiástica funcionalmente orientada para conferir prestígio e continuidade à dinastia real.
- b) Dá-se porém o caso de a atenção da Crónica não se ater nos feitos dos reis de Portugal, ou dos membros da família real. Outros actores vão passando pelas suas páginas, e o compilador assume explicitamente esse alargamento de perspectiva em frases como esta: «nom achamos cousa que ele [D. Afonso II] nem outrem fizesse no regno que de contar seja⁷⁶⁸». Mais do que simplesmente narrar os feitos dos reis de Portugal, trata-se, pois, de narrar *feitos acontecidos em Portugal*⁷⁶⁹.
- c) Ainda assim, nem todos os feitos acontecidos em Portugal parecem dignos de figurar na Crónica. Lendo o seu texto, ou comparando-o com o das suas fontes conhecidas, verifica-se, com efeito, que, para além dos Reis e da

⁷⁶⁸ CALADO, ed. (1998), p. 113.

⁷⁶⁹ E eis como o título que Lindley Cintra gizou e Almeida Calado adoptou, *Crónica de Portugal de 1419* (não «Crónica dos Reis de Portugal»), se revela especialmente avisado. «Crónica de Portugal» seria, de resto, e como adiante veremos, já uma das designações pelas quais a obra era conhecida nos séculos XV e XVI.

família real, há um outro conjunto de actores que sai especialmente favorecido: os bispos (sobretudo o de Lisboa), as ordens militares e certas ordens mendicantes, especialmente a de S. Francisco. Esta supremacia não é apenas (ou não é tanto) quantitativa, mas qualitativa. Não é o caso de que estas entidades apareçam mais que as restantes, excepto os reis (embora isso possa verificar-se), é o caso de que, em toda a Crónica, só elas manifestam autonomia a respeito da vontade ou interesses imediatos do monarca: o bispo de Lisboa dá forais e prepara a tomada de Alcácer sem que o Rei seja visto nem achado, da mesma maneira que os cinco franciscanos rumam a Marrocos por iniciativa própria, ou que Paio Peres Correia e os seus espatários agem sozinhos em boa parte da tomada do Algarve. Com a aristocracia e os concelhos, por exemplo, tal nunca sucede⁷⁷⁰. Uma outra entidade que sai especialmente favorecida das páginas da Crónica é a cidade de Lisboa, cuja posição estratégica, papel nas guerras civis, protagonismo dos seus bispos ou importância do culto do seu Santo são constantemente lembrados e realçados.

- d) A acção de todas estas personagens acha-se todavia subordinada a três grandes princípios. Primeiro, o *serviço ao Rei*, a quem cumpre guardar⁷⁷¹, auxiliar⁷⁷², aconselhar⁷⁷³ e manter lealdade⁷⁷⁴. Outros dois princípios são, todavia, ainda mais abrangentes e constantes, não só porque, como já disse, nem sempre os reis são o foco das atenções, mas também porque eles próprios se lhes devem submeter. São o *interesse do reino* e o *serviço a Deus*. O interesse do reino é frequentemente invocado, e chega a colocar-se acima de quaisquer outros interesses. Por exemplo, Sancho I escusa um pedido do Papa para que passe ao Ultramar, alegando o perigo em que o reino ficaria (capítulo 47); Afonso III responde a um apaniguado que lhe censura a bigamia, dizendo que «se em outro dia achase outra mulher que lhe desem outra tanta terra no regno pêra o acreçentar, que loguo casaria com

⁷⁷⁰ Embora aos concelhos se reconheça a autonomia suficiente para que prestem menagem ao Infante herdeiro, em certa passagem do reinado de D. Afonso Henriques (capítulo 34).

⁷⁷¹ «E emtão acordaram que era bem de sayrem fora em toda guysa, e eles já prestes pera hum dia çerto e coregidos como aviom de ser e quaes aviom de guardar el.rey» [CALADO, ed., 1998, p. 63], etc.

⁷⁷² Egas Moniz, para dar um exemplo significativo.

⁷⁷³ «E, presente muitos de seu conselho e outros que chamados foram pera esto, ante todos dise el.rey [...] [CALADO, ed., 1998, p. 248], etc.

⁷⁷⁴ «ho iffante que caya em caso de treição em tomar armas contra ele, que era seu senhor e padre» [CALADO, ed., 1998, p. 209]. etc.

ela⁷⁷⁵», ou impõe certas condições ao Papa para poder guerrear os mouros da Terra Santa, «salvo se guera ou outra neçesidade o torvase⁷⁷⁶»; Afonso IV vai no mesmo sentido ao afirmar que não deixaria o seu reino para combater os infiéis de longes terras e ao aconselhar Afonso XI a que tome idêntica atitude («E os que nos vysem ir a tan longes terras buscar guera de semelhantes gemtes arzeoadamente nos chamaryom sem syso [...]. E curaríamos d.apagar o fumo na casa alhea leixando a nossa de todo arder⁷⁷⁷»); e D. Dinis pretende impedir que os bens da Ordem do Templo passem para as mãos de uma Ordem não portuguesa porque, entre outras razões, «se, dos poderios de Castela e fortalezas e de vasalos e de rendas quaes estas hordens am nos ditos regnos, fosem juntas em hum poderio, que se poderia seguir ao rey e às suas gemtes grande periguo⁷⁷⁸». Também o serviço a Deus e a Sua vontade perpassam um pouco por toda a Crónica⁷⁷⁹, e as personagens devem submeter-se-lhe, seja do ponto de vista moral⁷⁸⁰, seja guerreando os mouros⁷⁸¹. Estes são, aliás, frequentemente tratados como o inimigo principal, e não admira, pois são-no duplamente, tanto do reino, como de Deus (i.e., da fé). Isto explica que a luta contra os muçulmanos ocupe tão grande espaço, e que eles sejam considerados com maior severidade e intransigência do que quaisquer outros inimigos do reino, por exemplo os castelhanos, a quem todavia é igualmente concedido espaço assinalável, sobretudo nos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV. Como que anunciando novos tempos, o mar assume já aqui uma importância estratégica, e os combates náuticos chegam a ser descritos com mais minúcia que os combates terrestres⁷⁸².

⁷⁷⁵ CALADO, ed. (1998), p. 143.

⁷⁷⁶ CALADO, ed. (1998), p. 160.

⁷⁷⁷ CALADO, ed. (1998), p. 232.

⁷⁷⁸ CALADO, ed. (1998), p. 191. A recorrência, aliás, com que se mencionam perigos que ameaçam o reino acaba por dotá-lo de uma aura de fragilidade, que o torna algo de muito precioso, mas potencialmente efêmero. Estaremos longe do optimismo expansionista que iremos encontrar na *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão.

⁷⁷⁹ Não têm conta as ocorrências dos sintagmas «serviço a Deus», «vontade de Deus» ou afins. E notemos que vários teóricos consideram a redundância, juntamente com as lacunas ou omissões, um dos indícios reveladores do efeito ideológico dos textos (como lembra FOURNIER, 1997, p. 185).

⁷⁸⁰ «segundo ley de Deos, os filhos são teudos de obedecer aos pais» [CALADO, ed., 1998, p. 193], etc.

⁷⁸¹ «E eu asy fyem em Deos, que nós vamos servir, que nos dará tanta homra e poder que venceremos esta gente que contra nós vem» [CALADO, ed., 1998, pp. 19-20], etc.

⁷⁸² Veja-se os capítulos dedicados a Fuas Roupinho (41 e 42), ou aos confrontos marítimos entre portugueses e castelhanos no reinado de D. Afonso IV (156-158). Nada há, com efeito, de semelhante na historiografia portuguesa anterior (sendo que a importância do mar na C1419 foi já apontada por

A importância destes três últimos factores é tal, que muito dificilmente se encontrarão ao longo da Crónica episódios ou acções que não possam entender-se no seu âmbito⁷⁸³. *Serviço ao Rei, ao Reino e a Deus* serão, pois, os valores máximos do texto e os eixos em função dos quais se valorizam as personagens e se inserem, constroem ou organizam os episódios e as acções.

Vasconcelos e Sousa: SOUSA, 2009, p. 173). Usando de raciocínios mais presos ao circunstancial, poderá também ver-se nos episódios de Fuas Roupinho uma espécie de chamada de atenção para o perigo marroquino, com vista à justificação das conquistas no Norte de África em que a Corte de D. João I se tinha já empenhado.

⁷⁸³ A menos que se pense em informações algo desgarradas, como, por exemplo, a notícia da morte de Fernando II de Leão (capítulo 53).

III – A *Crónica de Portugal de 1419*: Posteridade
(A *Crónica de 1419* e a historiografia ibérica dos séculos XV e XVI)

«[El Rei D. Manuel] Era mui entedido nas historias, & sobre tudo nas Chronicas dos Reis destes Regnos, nas quaes se deleitaua tão, q perante si has fazia ler aho Príncipe dõ Ioam seu filho, & emquanto foi viuuo da Rainha dõna Maria me parece que poderei affirmar, que não passou sesta nehua em que ho não fizesse ler nellas»

Damião de Góis, *Crónica do felicissimo Rei D. Manuel*

PROPÓSITOS E METODOLOGIAS

Apresentada a C1419 (Parte I) e analisados os seus principais mecanismos de construção textual (Parte II), é agora altura de finalizar o plano inicialmente traçado para esta dissertação, procedendo à análise do devir dessa crónica, isto é, do *quando*, *como*, *em que circunstâncias* e *porquê* foi ela conhecida e aproveitada pelos vindouros.

Duas grandes razões o aconselham. Em primeiro lugar, suponho consistentemente pacífica a assunção de que estudar a história da leitura/recepção de determinada obra (na ocasião, a C1419) é ainda uma forma de compreender essa obra. Por esta via poderemos, com efeito, caracterizar o tipo de leituras de que foi alvo; os públicos a que se dirigiria ou a que acabou por estar associada; os circuitos por que as suas cópias passaram; as manipulações a que foi sujeita; o interesse ou desinteresse que suscitou, etc. Aprender, em suma, e devidamente salientar, o lugar por ela ocupado na história da cultura portuguesa.

Por outro lado, quando uma obra chegou até nós com uma tradição manuscrita e/ou impressa de alguma maneira deficitária (devido a cópias lacunares, contaminadas, deturpadas, mutiladas ou por qualquer outra razão imperfeitas), o estudo das diferentes obras que denotam tê-la conhecido e aproveitado poderá, com as devidas cautelas, ajudar a circunscrever melhor, se não a *hipotética* pureza do texto original, pelo menos as linhas gerais do seu conteúdo e estrutura. No caso vertente da C1419, e tendo em conta a sua tradição textual, este pressuposto poderá revelar-se especialmente operativo para os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, muito imperfeita e lacunarmente transmitidos por apenas um dos códices que até nós chegaram. E isto porque não é impossível (e diria que é até provável) que algum historiógrafo tenha chegado a aproveitar uma cópia mais completa do que aquelas com que podemos actualmente contar, e tenha daí extractado, resumido ou copiado algumas porções especificamente relacionadas com um daqueles (ou com ambos aqueles) reinados, permitindo-nos, assim, perceber um pouco melhor que episódios fariam ou não parte da crónica quatrocentista⁷⁸⁴.

⁷⁸⁴ O caso da C1419 é, em vários aspectos, comparável ao da *Gran Crónica de Alfonso XI*, cuja tradição manuscrita defeituosa levou CATALÁN (1974), p. 30, a afirmar (e a pôr em prática) “la importancia que concedí [...] al testimonio complementario de algunas obras historiográficas de los siglos XIV - XVI influídas por la *Gran Crónica*”.

Ora, e se não erro, nada disto foi ainda feito em relação à C1419, a não ser de forma muito parcial. Sabemos já, é um facto (e cumpre salientá-lo), que Duarte Galvão, na *Crónica de D. Afonso Henriques*; Rui de Pina, nas *Crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV*; Rodrigues Acenheiro na parte inicial das suas *Sumas*; e também a chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional* a conheceram e aproveitaram. Mas sobre a forma como a aproveitaram é ainda pouco e, sobretudo, esparso o que tem sido afirmado. Além disso, nem mesmo a questão de saber a qual das duas ramas textuais actualmente conhecidas da C1419 pertenceriam os códices manejados por esses autores parece ter suscitado grande interesse, não obstante a importância dessa averiguação com vista ao estabelecimento dos circuitos por que passou a obra, ou mesmo, porventura, a um aperfeiçoamento do trabalho de edição do seu texto. O mesmo vale para a sua difusão, que, a julgar pelo que de momento tem sido apurado, se diria praticamente confinada à corte manuelina e a um obscuro e modesto historiógrafo alentejano. E, no entanto, se ainda hoje existe mais que uma cópia da C1419, e se aqueles autores a puderam ler, quem garante que não haja outros ecos da sua difusão e recepção?

Todas estas razões me levaram, enfim, à convicção da pertinência de se procurar rastrear e compreender, tanto quanto possível, o devir da crónica sobre que incide este trabalho. Convém, entretanto, deixar algumas considerações metodológicas.

Antes de mais, o *corpus*. Restringi-o aos séculos XV e XVI por duas grandes razões, ambas de ordem eminentemente prática: em primeiro lugar, porque não tinha, em relação a épocas posteriores, o tipo de conhecimentos (nem, valha a verdade, a motivação) que me permitissem um trabalho realmente produtivo; e, em segundo lugar, porque correria o risco da dispersão, quando não da pura e simples perda de tempo. Não é, evidentemente, impossível que historiógrafos dos séculos XVII ou XVIII tenham também podido consultar alguma cópia da C1419 (pois se até nós, no século XXI temos ocasião de o fazer!), mas (i) a ajuizar pelas declarações de vários eruditos da época acerca das crónicas dos primeiros reis, não parece especialmente provável que tal tenha sucedido, e (ii) a historiografia portuguesa sofreu, em finais do século XVI, uma importante metamorfose formal e metodológica (do ponto de vista semântico/ideológico terá sofrido várias), cujas consequências para este tipo de análise cumpre salientar, na medida em que se abandonou a prática, tipicamente medieval, da retoma mais ou menos literal de porções textuais alheias, e passou-se à redacção de textos cada vez mais alongados das suas fontes ou modelos.

Rui de Pina, Duarte Galvão, Acenheiro e os anónimos autores dos numerosos Sumários de Crónicas quinhentistas (que me permito considerar a última manifestação tipológica da historiografia medieval) eram ainda, desse ponto de vista, escritores medievos: compilavam escritos alheios e construía os seus próprios textos na base da retoma, várias vezes literal, desses escritos. As suas obras admitem, portanto, e com indelével pertinência, a busca de relações explícitas de intertextualidade com a produção anterior, na qual se inclui a C1419. Mas no que diz respeito a textos historiográficos elaborados a partir de finais do séc. XVI, e devido à mudança formal e metodológica a que há pouco aludia, esse tipo de análise perde muita da sua eficácia: as relações intertextuais tornam-se menos visíveis, por mais dissimuladas ou menos frequentes; a voz pessoal(izada) dos autores vai sendo progressivamente hegemónica; e dir-se-ia que o texto historiográfico deixa de ser predominantemente narrativo, ostentando agora características discursivas marcadamente argumentativas. Em termos concretos, tudo isto contribui para que o estudo das fontes e do tratamento a que foram submetidas, clássico e imprescindível em se tratando de textos medievais ou do início do Renascimento, se torne pouco viável, ou mesmo de todo inútil, se e quando aplicado à historiografia posterior. Compare-se o que sucede, por exemplo, com as obras de Rodrigues Acenheiro (homem da geração de D. Manuel) e Duarte Nunes de Leão (falecido, parece que carregado de anos, já na década de 1600): para além da diversidade de propósitos, em si elucidativa (o primeiro *sumariou* crónicas, o segundo *reformulou* crónicas), vê-se que Acenheiro está, quantas vezes literalmente, muito próximo da C1419, de Pina ou de Galvão, ao passo que Nunes de Leão se afasta constantemente da letra das suas fontes, mesmo quando as segue na informação adoptada. A *originalidade* (conceito de resto fundamentalmente moderno) dos historiadores medievais está na selecção, na reordenação e na reescrita localizada; a dos autores de finais do séc. XVI em diante está, sobretudo, na criação de um discurso próprio e em certa secundarização da narratividade⁷⁸⁵. E neste quadro, não faria grande

⁷⁸⁵ A historiografia portuguesa do século XVI não especificamente ultramarina ou religiosa (digamo-la, comodamente, “régia”) tem estado, por regra, ausente da investigação nacional. O que aqui fica dito pode, por isso, considerar-se essencialmente fruto da minha experiência de leitor desses textos. Encontram-se, ainda assim, dados interessantes em FRANCO (2000) e CURTO (2007). O primeiro é um exaustivo estudo centrado na análise da obra de um dos mais importantes historiógrafos da época, Fernão de Oliveira (Fernando, prefere o autor) e o segundo é uma das poucas sistematizações até hoje elaboradas da produção historiográfica portuguesa de quinhentos, sistematização todavia muito centrada em textos ultramarinos e impressos (embora Ramada Curto reconheça que “um inquérito às diferentes crónicas reais no século XVI não se poderá limitar exclusivamente às obras impressas”, CURTO, 2007, p. 110).

sentido, nem seria particularmente fácil ou produtivo, rastrear o aproveitamento da C1419 em épocas mais recentes.

Deve, por outro lado, dizer-se que não pretendi uma busca exaustiva, e suponho que apenas quem nunca contactou com a selva de manuscritos historiográficos contendo obras dos séculos XV e XVI a poderia julgar viável neste contexto. Aconteceu-me ir lendo diversos textos (sobretudo Sumários de Crónicas) arquivados em manuscritos do tempo de D. Manuel, D. João III ou D. Sebastião, e encontrar em alguns deles várias passagens que certamente não tinham relação alguma com as crónicas de Pina e Galvão, mas poderiam tê-la com a C1419. Reuni, assim, um conjunto que me pareceu razoavelmente significativo, e tratei de o analisar do ponto de vista das suas relações com essa crónica.

Este ponto deve também salientar-se: não pretendo estudar cada um dos textos em si, mas, e especificamente, aquilo que neles se possa relacionar com a C1419. *O meu objectivo não é traçar uma história da historiografia portuguesa dos séculos XV e XVI, e o meu objecto não é propriamente essa historiografia, mas uma parte dela encarada do ponto de vista relacional.* É claro que isso não dispensa um conjunto de informações/reflexões sobre esses textos; e, sendo boa parte deles praticamente desconhecidos e estando ainda inéditos, com certeza que fornecerei indicações acerca do seu conteúdo, características materiais, autoria ou época de redacção. Simplesmente, (i) a análise de cada um deles estará, em última instância, funcionalmente subordinada às suas relações com a C1419; (ii) o tipo e a extensão das informações fornecidas variarão consoante a sua pertinência em face do meu objectivo central e do estado actual de conhecimentos: é normal, por exemplo, que diga algo sobre o conteúdo ou sobre o provável autor de um Sumário de Crónicas que ainda ninguém editou e praticamente ninguém leu, mas seria absurdo que me alongasse em considerações sobre personagens tão conhecidas como Rui de Pina, Duarte Galvão ou mesmo Rodrigues Acenheiro; nestes casos, concentro-me desde o início nas relações das suas obras com a C1419. Por outro lado, é igualmente compreensível que dê conta das relações existentes entre cada um desses textos (quando for caso disso), ou de alguma importante e ocasional descoberta a que julgue ter chegado; mas esse tipo de informações ocupará, por regra, menos espaço do que aquele que concederei à descrição global dos textos e às suas relações com a C1419: sempre que possível, procurarei remetê-las para as notas de rodapé ou para os anexos.

Quanto à metodologia aqui seguida, ela estará próxima da que adoptei nos capítulos dedicados ao rastreio e forma de aproveitamento das fontes da C1419, mas agora com ela como ponto de partida. Trata-se, portanto, de comparar o seu texto com o de produções historiográficas posteriores, ponderar semelhanças e diferenças e, a partir daí, estabelecer relações de filiação, caracterizar o tipo de aproveitamento e procurar identificar circuitos de produção/recepção/circulação textual bem como, quando caso, uma aproximação ao conteúdo de algumas secções da obra quatrocentista não preservadas em nenhum dos apógrafos actualmente conhecidos. Sob este (aparentemente) fácil programa escondem-se, todavia, dificuldades, problemas e, enfim, *matizes* vários, de que convém dar conta. São fundamentalmente as seguintes, em ordem pouco menos que arbitrária:

- *Testemunhos utilizados*

Socorrer-me-ei, em boa parte dos casos, de testemunhos manuscritos das obras em apreço, e isto não apenas pelo que de confiança textual este procedimento implica, mas também pela incontornável e, digamos, arreliadora razão de muitas delas permanecerem inéditas. Casos há, porém, em que me sirvo de edições. Uma e outra situação exigem diferentes tipos de ponderação.

(i) *Uso de testemunhos manuscritos*: há a distinguir, neste ponto, entre obras de testemunho único (ou que como tal se me afiguram) e obras de testemunhos múltiplos. O primeiro caso não necessita de explicações: recorro ao manuscrito existente e por aí me fico. Mas o segundo obriga a escalonamentos vários e, sobretudo, a uma clarificação. O ideal seria, com efeito, um estudo prévio e autónomo da tradição textual de cada obra, com vista a, por um lado, identificar o melhor manuscrito (i.e. aquele que apresente um texto com menos erros) e, por outro, a rastrear possíveis interpolações ao texto primitivo, de maneira a precisar o mais possível se o aproveitamento da C1419 se deveu já ao responsável por esse texto ou, e hipoteticamente, a algum refundidor ou interpolador posterior. Porém, e reconhecendo embora a pertinência de todo este trabalho, tal não me foi possível adentro dos limites desta dissertação. Limito-me, por isso, nestes casos, ao uso de um manuscrito e à comparação perfunctória com outros. Os

Sumários de Crónicas quinhentistas, aliás maioritários no *corpus* de obras que permanecem inéditas, exigiram, ainda, uma terceira e prévia operação: a de identificar, de entre os vários manuscritos que me foi possível consultar, textos idênticos que, *em princípio*, representam cópias diversas de uma mesma obra, e não obras diferentes. Isso feito, prossegui o caminho já apontado, ou seja, seleccionei um manuscrito e considerei-o representativo do texto do respectivo Sumário.

(ii) *Uso de edições*: das obras aqui consideradas, há seis que mereceram já a honra dos prelos⁷⁸⁶: as Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão, os Sumários de Acenheiro, a *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, a terceira redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (na secção pertinente) e o *Memorial Português de 1494*. Nestes casos, recorro às edições existentes (em geral, apenas uma⁷⁸⁷) e tomo-as como referência em todas as citações ou transcrições que fizer. A diversidade de critérios de cada uma destas edições ou o tipo de tradição textual de cada obra levou-me, porém, a recorrer *também* aos manuscritos em alguns casos. Assim, a *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, a terceira redacção da C1344 e o *Memorial Português*, tendo já sido alvo de edições produzidas mediante critérios filológicos contemporânea e consensualmente aceites, foram por mim lidos apenas nas respectivas edições⁷⁸⁸. Mas o caso de Rui de Pina, Duarte Galvão e Acenheiro é diferente, pois destas obras não existem edições do mesmo tipo, ou com a mesma fiabilidade, das anteriores, mas apenas a) da *Crónica de D. Afonso Henriques*, uma edição crítica parcial e três edições de manuscrito único; b) das Crónicas de Pina e das Sumas de Acenheiro edições sete ou oitocentistas também de manuscrito único e sem critérios explicitados. Consequentemente, recorri, nestes casos, *também* a manuscritos, embora tome sempre o texto das edições como referência. Isto porque, e segundo pude apurar, as diferenças existentes entre os mss. e as edições, embora não

⁷⁸⁶ Seis, se considerarmos pragmaticamente como uma só as várias crónicas de Pina, bem entendido.

⁷⁸⁷ Excepto no caso da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, da Terceira redacção da C1344, da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Galvão e da *Crónica de D. Dinis*, de Pina, as quais foram já objecto de mais que uma edição.

⁷⁸⁸ No caso da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, e embora não tenha lido o manuscrito considerado como o original, consultei, todavia, duas cópias posteriores, uma das quais não tinha sido ainda referenciada.

negligenciáveis, não chegam a prejudicar as conclusões do trabalho a que procederei, o qual, não sendo de tipo linguístico (fonético, sintáctico ou morfológico), situa-se predominantemente ao nível dos episódios, das personagens e da estruturação geral da narrativa, recorrendo a aspectos mais microscópicos da superfície textual *apenas* como critério de definição de famílias de manuscritos, ponto em que, naturalmente, e tanto quanto possível, a eles recorri. Porém, e na linha do que há pouco disse, deve salientar-se que o meu objectivo não é, nestes casos, traçar famílias de manuscritos de cada uma das obras quinhentistas aqui consideradas, mas sim, e unicamente, situar o códice da C1419 usado pelo arquétipo dessas obras no estema daquela crónica actualmente passível de reconstrução; continuarei usando, para isso, as edições de Pina, Galvão e Acenheiro como ponto de referência, servindo os manuscritos por mim consultados como fiscalizadores do texto dessas edições. Em qualquer caso, forneço a lição dos manuscritos apenas quando e se existirem divergências consideradas pertinentes (para a questão em cada momento tratada) entre eles e as respectivas edições.

- Textos/testemunhos

Segundo já indiquei, mas convém explicitar um pouco mais, tomarei sempre, no caso dos Sumários de Crónicas quinhentistas, um manuscrito como representativo de determinado texto, pondo de parte outros testemunhos desse mesmo texto. Posso exemplificar com o Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP. Existem outros manuscritos que contêm o mesmo Sumário, ou um texto muito semelhante, ainda que mais abreviado (p.ex., o 248 da BN ou o 760 da BPMP), sendo possível que todos estes manuscritos sejam cópia de um antecedente comum, e até que esse antecedente comum ainda subsista; não tendo podido proceder a um estudo exaustivo desta questão, limitei-me, porém, a seleccionar, de entre os manuscritos que consultei, um que contivesse um texto completo e tanto quanto possível correcto (no caso, o ms. 1198), concentrando nele a minha análise. Consequentemente, ao defender que esse Sumário conheceu e usou a C1419, é ao nível do texto – não do testemunho – que me situo, apesar de, por razões basicamente de clareza expositiva,

e na ausência de designações convencionais já consuetudinárias, me referir ao «Sumário de Crónicas do ms. 1198».

É também possível, no caso dos Sumários de Crónicas ou de outros textos aqui considerados, que o uso da C1419 não tenha sido directo, ou seja, que um texto x tenha usado como fonte um texto y que, esse sim, conheceu a C1419. Todavia, e aliás como no caso das fontes da própria C1419 sucedia, não havendo indícios concretos que levem a equacionar esse cenário partirei sempre do princípio de que, verificando-se coincidências entre determinado texto e a C1419, tal significa uma relação directa entre eles.

- *Estrutura expositiva*

Tratarei de cada uma das obras que penso poderem relacionar-se com a C1419 seguindo, tanto quanto possível, uma ordem cronológica (da mais antiga para a mais recente) e, para cada uma delas, adoptarei basicamente a seguinte estrutura: a) demonstração do uso da C1419 pelo texto em causa; b) tentativa de entroncamento do códice da C1419 manejado pelo redactor do texto em causa no estema da obra quatrocentista actualmente passível de reconstrução; c) análise da forma como o texto em causa usou a C1419; d) considerações acerca do trajecto da C1419 e/ou do conteúdo das suas partes não preservadas por P e C.

Esta estrutura sofrerá, contudo, alguns ajustes determinados pelas particularidades de cada texto em concreto. Será, por exemplo, desnecessário provar que Rui de Pina ou Rodrigues Acenheiro conheceram a C1419, pois tal é já um dado mais do que adquirido pela comunidade científica; mas todos os restantes passos acima elencados mantêm a sua pertinência em relação a estes dois autores, vindo, por conseguinte, a ser explorados. E se é verdade que em alguns casos, sobretudo no que respeita à *Crónica Breve do Arquivo Nacional* e ao *Memorial Português de 1494*, não são muitos os dados disponíveis para reflexão, não deixarei, por isso, de lhes prestar a devida atenção. Trazer à luz do dia materiais desconhecidos, ou simplesmente fornecer pistas de trabalho são duas das ambições que procurei ter sempre presentes.

1. A *Crónica Breve do Arquivo Nacional* e a C1419

Os primeiros sinais de difusão da C1419 encontram-se num texto contemporâneo e produzido nos mesmos ambientes. No livro IV das Inquirições de D. Afonso III⁷⁸⁹, cópia, efectuada em tempos de D. João I, de documentos originais daquele rei, acha-se lançada, no seguimento da «távoa das matérias», uma «renembrancha dos Reys que fforom destes Reynos de Portugal⁷⁹⁰» (fólios 6v – 7v) redigida, segundo ela própria informa, em 1429⁷⁹¹. Alexandre Herculano, que foi quem primeiro a editou, apelidou-a de *Crónica Breve do Arquivo Nacional* (CBN), designação cómoda que aqui adoptarei.

É possível, dada a coincidência entre a datação da obra e as características materiais do manuscrito, que este seja o próprio original; existem, ainda assim, duas outras cópias do texto, ambas muito posteriores. A primeira foi localizada por Magalhães Basto⁷⁹² e está num códice seiscentista oriundo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra actualmente à guarda da BPMP com o número 86 do fundo geral (folhas 389 - 392). O monge copista (D. José de Bretiandos) deixou consignada a origem do texto que estava transcrevendo: veio ele de «hũ livro da Torre do Tombo Real q. se intitula Tº de Colleitas dos Mouros, e doutros memoriais. He de taboa de Couro baio ferrado e m.to velho⁷⁹³»; à margem, uma nota coeva (e possivelmente do mesmo D. José) acrescenta: «Este livro foi feito ã tempo del Rej D. João Primeiro. Sendo feita a matéria de q. se trata ã tempo delRej D. Aº Conde de Bolonha⁷⁹⁴». Esta cópia praticamente não tem variantes em relação ao manuscrito da Torre da Tombo, à excepção de uma importante omissão, correspondente a um parágrafo que mais à frente transcreverei e em que se indicam os fins a que a *Crónica* se destinava. Pensou Magalhães Basto poder, por isso, afirmar a independência de ambos os manuscritos, o da Torre do Tombo e o de Santa Cruz, que teriam, assim, um antecedente comum a cujo texto o manuscrito de Lisboa teria acrescentado aquele parágrafo. Creio, porém, que a contemporaneidade existente entre o códice da Torre do Tombo e a data do texto (1429), bem como a circunstância de nele se acharem documentos da época de D.

⁷⁸⁹ Actualmente tem o número 67 da Casa Forte da Torre do Tombo. Descrição em <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1493.html>, consultado em 27/02/2010.

⁷⁹⁰ PIMENTA, ed (1948), p. 48.

⁷⁹¹ “ataa esta presente Era que ora corre do nacimiento de nosso sennor Jeshu christo de mil e quatrocentos e uijnte e noue annos.”: PIMENTA, ed. (1948), p. 48.

⁷⁹² BASTO (1960), pp. 347 - 352.

⁷⁹³ BASTO (1960), p. 349.

⁷⁹⁴ BASTO (1960), p. 349.

Afonso III, tal como sucedia com o original da cópia de D. José de Bretiandos, inclina antes a pensar que o ms. de Santa Cruz decorre do de Lisboa. Seria, aliás, muito estranho que em tempos de D. João I se fizessem duas cópias do mesmo texto, e que ambas (é este o motivo maior de estranhamento) fossem transcritas em documentos da Torre do Tombo cujos originais remontavam à época do Bolonhês⁷⁹⁵.

A segunda cópia actualmente conhecida encontra-se num outro manuscrito da BPMP, o número 80 do Fundo Azevedo (fólios 115r – 116v), e ninguém a tinha, até agora, identificado como tal⁷⁹⁶. Ao contrário da anterior, esta acrescenta alguns dados novos (apelida, por exemplo, D. Sancho I de «o Bravo»), mantendo-se, embora, globalmente fiel ao texto da Torre do Tombo. Por tudo quanto indiquei, será este último o meu texto de referência, através da edição de A. Pimenta.

A CBN obedece, segundo palavras nela expressas, a fins eminentemente práticos:

«A qual rrenemrança serue a proll por que muytas uezes mostram perante El Rey nosso sennor e perante os seus iuizes algumas doações e outras escripturas, que fazem em periuizo dos direitos e coussas da coroa dos Regnos, fazendo taees cartas de doações e escripturas mençõ que forom outorgadas per huum Rey o quall segundo a data dessa escriptura já era finado. E pera tirar estas duuidas aproueitam muito estas eras. Porque em ellas faz mençõ quando cada huum Rey começou de rregnar, e quando sse finou, e onde jaz sepultado. E estas eras forom escriptas çertamente sabendo-se primeiro a uerdade do que em ellas he contheudo. As quaes som escriptas na maneira que sse segue. E per ellas se pode ssaber a escriptura que nom for uerdadeira⁷⁹⁷.»

⁷⁹⁵ D. José de Bretiandos declarou, além disso, e a propósito do manuscrito que estava copiando, que na “folha seista verso diz *que* foi feito era de nosso senhor jesu christo Mil quatrocentos e Vinte e nove anos”. E essa informação consta, efectivamente, do fólio 6v do códice da Torre do Tombo. Magalhães Basto, que não chegou a transcrever esta indicação fornecida por D. José, também não consultou (como ele próprio esclarece) o manuscrito da Torre do Tombo; bastaria tê-lo feito para que nunca chegasse a formular aquela hipótese.

⁷⁹⁶ Efectivamente, nem Afonso de Dornelas, que editou este manuscrito (DORNELAS, ed., 1931), nem Armindo de Sousa (SOUSA, 2009), que a ele se referiu, notaram a ligação do texto em causa com a CBN. O Prof. Sousa mostra-se, aliás, triplamente equivocado, pois, além disso e de supor inédito o manuscrito, atribui-lhe a cota ms. 80 «do Fundo Antigo». Outra coisa em que não reparou foi na circunstância de o manuscrito ser, no geral, cópia de uma obra atribuída a António Rodrigues, rei de Armas de D. Manuel, o «Tratado Geral da Nobreza» (título com que aparece na edição de Afonso de Dornelas, que menciona correctamente o nome de Rodrigues). Ainda assim, a exacta responsabilidade de A. Rodrigues na autoria ou transcrição das diversas partes do códice está ainda por apurar. A própria versão da CBN diz-se feita em tempos de D. Afonso V; e os Professores H. L. Sharrer e Arthur Lee-Francis Askins, a quem comuniquei a identificação dessa versão, localizaram neste manuscrito várias passagens de traduções portuguesas de obras de Diego de Valera, grande parte das quais eram totalmente desconhecidas até agora.

⁷⁹⁷ PIMENTA, ed. (1948), pp. 49 - 49. É este o parágrafo ausente da cópia de Santa Cruz de Coimbra. Repare-se que ele contém afirmações típicas de um autor, o que é mais um argumento contrário à ideia de Magalhães Basto, de que se trataria de uma interpolação ao texto original.

Ela é, portanto, tanto ou mais do que um texto historiográfico, um verdadeiro instrumento de chancelaria, elaborado por algum burocrata da corte régia preocupado com as falsificações que iam sendo apresentadas ao rei e aos seus juízes como garantia de direitos adquiridos. O próprio fraseado denota, aliás, uma mente habituada ao manuseamento de documentação e dotada de suficiente autoridade legal para considerar que apenas as escrituras que se acomodassem aos dados da Crónica (especialmente à data da morte de cada rei) seriam verdadeiras.

Em que materiais se baseou este anónimo burocrata? A questão foi já deslindada, nos seus pontos essenciais, por L. Cintra⁷⁹⁸, e as suas conclusões parecem-me inteiramente de reter, embora a brevidade do texto nem sempre permita filiações seguras. Como em seguida veremos, a principal das suas fontes terá sido justamente a C1419.

Assim, as informações dedicadas a D. Henrique e D. Afonso Henriques (casamento, filhos, local de sepultura e anos de nascimento, morte e, no caso de Afonso I, duração do reinado) coincidem, praticamente na íntegra, com o que se lê na C1419 e podem considerar-se derivadas dela. Posta de lado uma divergência facilmente explicável por descuido⁷⁹⁹, a única excepção é a filiação da esposa do primeiro rei português, que CBN considera «filha do Conde dom afonso de moliana filho dEl Rey dom afonso de castela⁸⁰⁰». Conforme notou Cintra, é provável que isto se devesse a que o redactor da CBN tenha tido acesso a um texto próximo do da *IV^a Crónica Breve* (isto é, a uma cópia da *Primeira Crónica Portuguesa*), mas mais perfeito; nele se diria que D. Mafalda era filha do «Conde de Moliana» (ou de «Morianas⁸⁰¹»), e não de «Molina», como se lê no manuscrito da *IV^a Crónica*.

O uso de uma versão da *Primeira Crónica Portuguesa* por parte da CBN fica, de resto, plenamente comprovado pela análise das informações respeitantes a D. Sancho I, pois quase todas elas (e nomeadamente as que respeitam ao casamento, filhos legítimos

⁷⁹⁸ CINTRA (2009), I, pp. CCCLII - CCCLIII.

⁷⁹⁹ Trata-se da data da morte de D. Afonso Henriques, ocorrida, segundo CBN, na «Era de mil e dozentos e uijnte e dous anos» (PIMENTA, ed., 1948, p. 50), ao passo que C1419 regista «era de mil e iic xxiii anos» (CALADO, ed., 1998, p. 84)

⁸⁰⁰ PIMENTA, ed. (1948), p. 49. Este rei D. Afonso de Castela deve ser Afonso VIII, pois um neto dele (e irmão do rei Fernando III) foi Conde de Molina. A C1419, copiando a C1344, afirma que D. Mafalda foi filha de Manrique de Lara, que era o Conde de Molina à época de D. Afonso Henriques. Na raiz está a *Primeira Crónica Portuguesa*, que, mais de acordo com a verdade histórica, afirmaria a senhora filha do Conde de «Moliana» (por «Morianas»). Veja-se o que digo a seguir.

⁸⁰¹ «Morianas» é a lição da Versão Crítica da *Estória de Espanha*, obra que se socorreu de um manuscrito necessariamente muito antigo da *Primeira Crónica Portuguesa*: MOREIRA (2008), pp. 149 - 151.

e bastardos, local de sepultura) são visível e literalmente derivadas de um texto igual ao da *IV^a Crónica Breve*, mas mais perfeito⁸⁰². Só no final, volta CBN a relacionar-se com a C1419, tirando dela as datas da morte e número de anos de reinado de D. Sancho, uma vez mais com pequenas divergências explicáveis pelo processo de cópia⁸⁰³. Além disso, e talvez com documentação oficial à vista, CBN acrescenta por sua conta que D. Sancho deu Vila do Conde à Ribeirinha, bem como a data do nascimento do rei. As informações respeitantes a D. Afonso II e D. Sancho II (nascimento, morte, anos de reinado e local de sepultura para ambos; filhos no caso de D. Afonso II e motivos para a sua deposição no caso de D. Sancho II) estão também todas baseadas na C1419, com muito pequenas diferenças devidas ao processo de cópia. Apenas no que toca ao segundo destes reis acrescenta CBN um dado novo, segundo o qual D. Sancho «jaz soterrado na see de Toledo, *que elle fez acabar aa sua custa*⁸⁰⁴».

Também as informações sobre D. Afonso III (casamento, filhos, número de anos do reinado, data da morte e local de sepultura) assentam maioritariamente na C1419. Como inovações da CBN há apenas a registar: a informação correcta de que a Infanta D. Branca foi monja nas Olgas de Burgos e a alusão a dois filhos do rei que morreram muito pequenos, dos quais um foi sepultado em Alcobaça e outro em S. Vicente de Fora, bem como ao dia exacto da morte de D. Afonso III. As referências às Olgas de Burgos e aos pequeninos Infantes constam também da C1344⁸⁰⁵, um texto que sabemos muito conhecido da corte régia de Avis, e é possível que tenha sido ela a fonte para estes passos. Todavia, nem tudo fica assim explicado⁸⁰⁶, pois a C1344 limita-se a mencionar a existência de filhos do rei precocemente falecidos, sem especificar que

⁸⁰² O texto de CBN não contém, por exemplo, um salto do mesmo ao mesmo que se encontra na *IV^a Crónica Breve* e em virtude do qual se atribui a D. Sancho I a paternidade do rei Henrique I de Castela, por confusão do seu nome com o do Infante D. Henrique e correlativa omissão da referência à Infanta D. Mafalda, que casou com aquele rei castelhano. Compare-se PIMENTA, ed. (1948), p. 50, com PEIXOTO, ed. (2000), p. 117. O testemunho da CBN parece confirmar, por outro lado, que certas informações da *IV^a Crónica Breve* sobre sepulturas não constavam da versão original da *Primeira Crónica Portuguesa*, conforme indiquei (sem, todavia, recorrer a CBN) em MOREIRA (2008), pp. 87 - 88. CBN atribui, porém, ao Infante herdeiro o nome «Sancho», certamente numa má leitura de «Afonso Sanches», que é a informação correcta e ocorre na *IV^a Crónica Breve*.

⁸⁰³ CBN diz que D. Sancho viveu 58 anos, ao passo que a C1419 (e C é o único ms. que inclui esta parte, devido a lacuna de P) tem 57; quanto à data da morte, CBN alega o ano de César de 1249, e a C1419 o de 1248. Tudo divergências perfeitamente atribuíveis a processos de cópia, sobretudo estando em causa numeração romana. Compare-se PIMENTA, ed. (1948), p. 51 com CALADO, ed. (1998), p. 104.

⁸⁰⁴ PIMENTA, ed. (1948), p. 52. O itálico assinala a novidade de CBN.

⁸⁰⁵ CINTRA (2009), IV, p. 242.

⁸⁰⁶ Talvez por isso, esta hipótese não foi sequer ponderada por CINTRA (2009), pp. CCCLII - CCCLIII.

foram dois nem lhes apontando local de sepultura⁸⁰⁷. Quanto ao reinado de D. Dinis, curiosamente o último a ser abrangido pela CBN, a sua dependência em relação à C1419 apenas em parte pode ser directamente observada, devido ao estado defeituoso da tradição manuscrita desta obra. Foi, muito provavelmente, à C1419 que a CBN foi buscar as informações sobre o casamento, filhos e ano do início de reinado do monarca; e, dada a total dependência que, nos reinados anteriores, CBN revela em relação à C1419 no que diz respeito às datas das mortes e número de anos que durou a governação dos sucessivos monarcas, é quase certo que também para D. Dinis esses dados (e possivelmente o seu local de sepultura) têm a mesma origem, embora desta vez não o possamos comprovar directamente. As últimas linhas (prerrogativa régia de eleição da abadessa do mosteiro de Odivelas) provêm, no entanto, e explicitamente, de um dos testamentos do rei.

Estes dados, embora não nos forneçam informações particularmente valiosas acerca do trajecto da C1419 (uma vez que a vemos ser aproveitada, pouco tempo após a sua feitura, no mesmo ambiente em que fora produzida), possibilitam, todavia, duas interessantes reflexões. Em primeiro lugar, observa-se que, considerados os fins legalistas que motivaram a CBN, a circunstância de a C1419 ter sido a sua fonte principal deve querer dizer que, para o anónimo burocrata que compôs a «renembrancha», a C1419 revestia-se de uma autoridade suficientemente forte para que as informações nela contidas pudessem servir como critério na elucidação de possíveis falsificações documentais; ou, por outras palavras, que *a C1419 devia ser ainda vista, pouco tempo decorrido desde a sua redacção, como uma Crónica oficial* (o que, aliás, vai ao encontro da responsabilidade autoral de um Infante, certamente D. Duarte, nela registada). Tanto mais que os dados relativos às datas da morte de cada rei, assunto de máxima relevância para os propósitos do texto de 1429, foram integralmente retirados da C1419, embora para D. Dinis não o possamos comprovar directamente⁸⁰⁸. De resto, o autor da CBN recorreu a outras fontes apenas quando a C1419 se revelava menos completa (por exemplo, a respeito dos filhos de D. Sancho I e D. Afonso III), e não propriamente para refutar as suas afirmações. Todas estas circunstâncias levam-me, por

⁸⁰⁷ Há, além disso, uma divergência no ano da morte do rei, nitidamente provocada por erro do ms. C da C1419, único a contemplar esta parte: “mil e **trezentos** e dezeseite annos” (PIMENTA, ed., 1948, p. 52) ~ “mil **iiic** xbii anos” (CALADO, ed., 1998, p. 162). Negritos meus.

⁸⁰⁸ É, aliás, possível que tenha sido a dependência de CBN face à C1419 a razão para que o texto de 1429 usasse a Era de César, apesar de o ano da sua feitura ter sido assinalado de acordo com a Era de Cristo.

último (e é a segunda reflexão a que há pouco me referia), a colocar a possibilidade de em 1429 não estar ainda redigido o reinado de D. Afonso IV da C1419, não tendo o anónimo redactor da CBN conseguido reunir informações suficientemente articuladas sobre esse rei. Trata-se, no entanto, de uma possibilidade formulada com todas as reservas, até porque a sua boa fundamentação é virtualmente não demonstrável.

2. A TERCEIRA REDACÇÃO DA *CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344* E A *CRÓNICA DE 1419*

Segundo Cintra demonstrou no seu exaustivo estudo, o ms. P da *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁸⁰⁹ (e os seus derivados Li⁸¹⁰ e Ev⁸¹¹, que apenas o copiam) representa uma terceira redacção desta obra⁸¹², a qual, embora se limite quase sempre a abreviar a letra da segunda redacção, contém algumas omissões e acrescentos que lhe conferem particular identidade. Entre estes, destacam-se, pela extensão, o prolongamento da História dos reis de Portugal desde o reinado de D. Afonso IV⁸¹³ até o de D. Afonso V e o dos reis de Castela de Pedro I a Henrique II⁸¹⁴, momento em que termina o manuscrito.

O prolongamento da História portuguesa específico deste texto tem uma constituição heterogénea⁸¹⁵: o reinado de D. Afonso V resulta com certeza da memória, mundividência e interesses do próprio redactor, sendo seguramente adjudicável ao Condestável D. Pedro, que aliás possuiu o códice e pode considerar-se o patrono da sua feitura⁸¹⁶. Bastante elogioso para com o Regente e seus filhos, mostra-se também particularmente interessado nas movimentações do Condestável e não inclui, como já José de Bragança⁸¹⁷ devidamente salientou, qualquer alusão às iniciativas marítimas em que por essa altura se encontrava envolvido o Infante D. Henrique. A referência à morte do Cardeal D. Jaime (um dos filhos do Regente), facto ocorrido em 1459, é o mais recente dos acontecimentos nele invocados e permite-nos datar o texto de ca. 1460. O reinado de D. Duarte deve, tal como o de seu filho e sucessor, ter sido da exclusiva responsabilidade do redactor, limitando-se a um breve elogio do monarca, seu casamento, descendência, morte e enterro em Santa Maria da Vitória, bem como aos

⁸⁰⁹ Biblioteca Nacional de Paris, ms. portugais n°9 [antigo n°4]. Cf. CINTRA (2009), I, pp. DII - DXVIII e <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1155.html>, consultado a 17/06/2010.

⁸¹⁰ Biblioteca Nacional, Cod. 8650. Cf. CINTRA (2009), I, pp. DXVIII - DXXI.

⁸¹¹ Biblioteca Pública de Évora, CV/ 2 - 23. Cf. CINTRA (2009), I, pp. DXXI.

⁸¹² CINTRA, ed. (2009), I, p. XLI, embora a designação «terceira redacção» surja aí de forma algo hesitante.

⁸¹³ Tanto a primeira como a segunda redacção da Crónica terminariam a história portuguesa a meio do reinado de D. Afonso IV, com uma referência à batalha do Salado. Veja-se a nota seguinte.

⁸¹⁴ Apesar de apenas alguns dos manuscritos da segunda redacção da *Crónica de 1344* actualmente subsistentes prolongarem a história de Castela e Leão com um resumo dos reinados de Afonso X, Sancho IV, Fernando IV e parte do de Afonso XI, pode considerar-se seguro que tal prolongamento constava já tanto do texto de D. Pedro, como do do seu refundidor: CINTRA (2009), I.

⁸¹⁵ A respeito dos reinados compreendidos entre D. Pedro e D. Afonso V retomo e resumo ou amplifico as considerações de CINTRA (2009), I. O texto pode ler-se em CINTRA (2009), IV, pp. 537 - 546 e em BASTO, ed. (1945), pp. 318 - 336.

⁸¹⁶ CINTRA (2009), I. Também BECEIRO PITA (2006), nota 16.

⁸¹⁷ Citado por CINTRA (2009), I, p. CDII, nota 233.

acontecimentos de Tânger. Quanto aos de D. João I, D. Fernando e D. Pedro, alicerçam-se nitidamente nos textos que Fernão Lopes lhes consagrou, acrescentando porém algumas (poucas) informações que neles não se encontram, a mais célebre das quais a fala dirigida por um dos responsáveis pela morte de Inês de Castro ao seu algoz, no momento do suplício ordenado e cruelmente observado pelo rei⁸¹⁸. No resumo do reinado de D. João I, no momento em que se referem as batalhas e escaramuças havidas entre portugueses e castelhanos após Aljubarrota – passagem visivelmente derivada, tal como todo este reinado, da obra de Lopes –, acha-se claramente identificada a fonte que vinha sendo seguida pelo texto: «Outros recôrtros e escaramuças e çercos e tomadas de vilas nõ se contã aquy por que **som escriptas largamete na Cronica de Portugal**⁸¹⁹». Já sabemos que aquilo que hoje se conhece pelo nome de «Crónica de D. João I» é, na realidade, uma porção de uma entidade textual mais vasta, identificável com uma Crónica de D. Henrique e dos dez primeiros reis de Portugal, e é sem dúvida esta a razão que explica que a terceira redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344* se refira ao texto de Fernão Lopes usando a designação «Crónica de Portugal⁸²⁰».

O que, porém, de momento mais nos interessa é o reinado de D. Afonso IV. E isto porque, ao compararmos o resumo que da parte final desse reinado faz o manuscrito de Paris com o texto da *Crónica de 1419*, logo verificaremos a exacta correspondência de ambos.

Assim, após umas breves palavras sobre a batalha do Salado, que, para além de salientarem a bravura dos portugueses nela presentes, têm a evidente função de introduzir o resumo que segue ligando-o ao texto primitivo da crónica, trata o ms. P das desavenças entre o rei português e o rei castelhano provocadas pelo casamento de D. Constança Manuel com o Infante D. Pedro. Começa por se referir ao desagrado que tal casamento provocou em Afonso XI e suas tentativas de o impedir, e vai prosseguindo com a embaixada enviada por Afonso IV e subsequente acordo matrimonial, tudo com uma notória correspondência em relação ao texto da *Crónica de 1419*:

⁸¹⁸ É, todavia, bem possível que o conteúdo deste pequeno trecho fosse já conhecido de Lopes, que declara explicitamente ter omitido as palavras ditas por Álvaro Gonçalves ao seu carrasco e refere, inclusivamente, a pouca experiência desta última personagem, circunstância que se adequa na perfeição ao conteúdo acrescentado por P. Cf. AMADO (2003a). Há que notar, também, a existência desse trecho em pelo menos um manuscrito da *Crónica de D. Pedro*: AMADO (2007b), pp. 66 - 67.

⁸¹⁹ CINTRA (2009), IV, p. 542. Negrito meu.

⁸²⁰ Veja-se, adiante neste mesmo capítulo, as conclusões que deste facto se poderão tirar.

«El rey dō Afonso de Castela, nō lhe prazendo do casamēto de dona Costamça cō o iffante dō Pedro, trazya todas maneiras pera estorvar. El rey de Portugal mādou a Castela seus embayxadores, Vasco de Gooes e Gonçalo Vaaz e frey Diogo, seu confessor. E aly forō recebidos per sofficiente procuraçō o iffante cō dona Costança.» [Ms. P⁸²¹]

«Como el.rey de Castela quisera torvar o casamento de dona Costamça» [C1419]⁸²²; «E, loguo que se os mensageiros de dom Yohão espedirom del.rey dom Afonso, ordenou ele de enviar a Castela seus embaxadores que fosem receber dona Costamça por molher do iffante dom Pedro e mandou alla a Vasquo de Goys, cavaleyro, e a Gonçalo Vasquez, tisoureiro de Vyseu, e frey Diogo, seu confesor» [C1419]⁸²³].

De seguida, refere-se ao encontro dessa embaixada com o rei de Castela, em Valladolid, aproveitando para notar a dissimulada atitude do monarca, que encobre os seus verdadeiros sentimentos sobre o casamento em causa garantindo-lhe o seu apoio, prodigalizando dádivas monetárias e dando ordens para que se fizessem festas e torneios que comemorassem a união dos futuros esposos. Também aqui a correspondência com a *Crónica de 1419* é evidente:

«E partyrōsse e forōsse a el rey de Castela, onde estava em Valhadolid, e pedironlhe alvyssara de casameto. El rey, pero lhe nō prouesse, dessymolouo, mostrando que lhe prazia e mandoulhes dar a cada hūu tres mil dobras e duas peças de chamaalote e senhos cavalos e mandou jugar canas e fazer outras festas» [Ms. P⁸²⁴]

«Em esto espedirom-se os embaixadores de dom Yohão Manuel e chegaram a Valhadolid, donde el.rey de Castela estava, e contarom.lhe os esporios como foram feytos e de que guisa, e pedirom.lhe alvissara daquele casamento. E el.rey de Castela, pero lhe muito desprouese, não deu a entender nēhūa cousa e outorgou que lhe daria. E mandou dar a cada hum deles iic dobras e senhos cavalos e senhas peças de chamalote. [...] Isto dezia el.rey não com gesto mui alegre por que nas obras mostrase o contrairo, porque, estando hy os embaixadores, mandou fazer festas de camtar e de jogoos de canas e de corer touros e de lançar a tavolado» [C1419]⁸²⁵]

Após isso, é-nos narrada a ruptura total entre ambos os reis, assacando-se responsabilidades ao de Castela e dando-se conta das entradas de cada um deles no reino do rival. A proximidade com a *Crónica de 1419* é, uma vez mais, claríssima:

«Depoys, el rey de Castela, dando lugar aa sua nã boa entençã, tanto escandalizou el rey de Portugal que ele ronpeo guerra cō Castela e fez algūas entradas ã Castela e el rey de

⁸²¹ CINTRA (2009), IV, p. 537.

⁸²² CALADO, ed. (1998), p. 221. Cito a epígrafe, que resume o conteúdo do capítulo. A atitude negativa do rei de Castela para com este casamento é frequentemente mencionada na crónica.

⁸²³ CALADO, ed. (1998), p. 226. Segue-se a cerimónia de celebração do casamento por procuração.

⁸²⁴ CINTRA (2009), IV, p. 537.

⁸²⁵ CALADO, ed. (1998), p. 227.

Castela ã Portugal, sem fazerem feytos de grande estima. No mar, pelejou o almirãte de Portugal cõ a frota e gente de Castela e foy o almirante vençido e a frota de Portugal tomada» [Ms. P⁸²⁶]

«Das razões que el.rey dom Afonso dise aos do seu conselho e como acordou de fazer guera a el.rey de Castela» [C1419⁸²⁷]; «Como foy comesada a guera amtre os portugueses e os castelhanos e como el.rey dom Afonso emtrou por Castela» [C1419⁸²⁸]; «Como el.rey de Castela soube os presebimentos que el.rey dom Afonso fazia e da maneira que teve em fazer guera aos portugueses⁸²⁹» [C1419]; «outros dizem que, vendo os castelãos a sua frota que se perdia de todo, cobrarom tão grão coraçã e pelejarom asy esforçadamente que toda a frota de Portugal foy vemçada e desbaratada e forom mortos em esta pelejaa muytos de hũa parte e da outra e, tomadas as galees e cativo miçe Manuel [almirante da frota portuguesa], tornou.se a frota de Castela com gram prazer pera Sevilha, e presos todolos portugueses que da peleja escaparam vyvos» [C1419]⁸³⁰

Prossegue o relato com a vinda de um legado enviado pelo Papa a fim de tratar pazes entre os reinos, as condições impostas por ambas as partes para que D. Constança pudesse dirigir-se com segurança a Portugal e o generoso de seu pai, D. Juan Manuel. Precisamente nas diligências efectuadas pelo legado pontifício junto de ambos os reis termina a porção hoje conhecida da *Crónica de 1419*, mas a semelhança do seu texto com o do manuscrito P da *Crónica de 1344* pode, ainda assim, ser parcialmente observável:

«O Papa mandou hũu bispo a poer paz antre os reys. E, depoy de muytas falas, foy a paz cõcertada, cõ algũas condiçõoes, antre as quaaes foy que el rey de Castela leixasse lyvremete vñir dona Costança, que logo foy trazida onradamete e Portugal. Deu dõ Joham Manuel, seu padre, cõ ela em dote ao iffante dõ Pedro trezentas mil dobras» [Ms. P⁸³¹]

«Como chegou a el.rey de Castela hum bispo da parte do papa e da carta que lhe apresentou» [C1419⁸³²]; «Como ho bispo chegou a Portugal e da carta do papa que apresentou a el.rey dom Afonso» [C1419⁸³³]; «Capitolo como ho bispo comtou a el.rey de Castela o que lhe avyera com el.rey de Portugal e do que el.rey a elo respondeo» [C1419⁸³⁴]

Ora, em vista de tão constantes e flagrantes semelhanças, julgo-me autorizado a concluir ter sido a *Crónica de 1419* uma das fontes que usou o Condestável D. Pedro (ou algum amanuense a seu serviço) no prolongamento da História de Portugal específico da terceira redacção da *Crónica de 1344*. Tão insólitas seriam, com efeito,

⁸²⁶ CINTRA (2009), IV, p. 537.

⁸²⁷ CALADO, ed. (1998), p. 248. Cito a epígrafe, que resume o conteúdo do capítulo.

⁸²⁸ CALADO, ed. (1998), p. 250. Cito a epígrafe, que resume o conteúdo do capítulo.

⁸²⁹ CALADO, ed. (1998), p. 251. Cito a epígrafe, que resume o conteúdo do capítulo.

⁸³⁰ CALADO, ed. (1998), p. 256.

⁸³¹ CINTRA (2009), IV, p. 537.

⁸³² CALADO, ed. (1998), p. 258. Cito a epígrafe, que resume o conteúdo do capítulo.

⁸³³ CALADO, ed. (1998), p. 261. Cito a epígrafe, que resume o conteúdo do capítulo.

⁸³⁴ CALADO, ed. (1998), p. 267. Cito a epígrafe, que resume o conteúdo do capítulo.

tais coincidências se encaradas de outra forma (por exemplo pelo acesso comum a fontes diversas), que não as creio sequer ponderáveis: só o aproveitamento da *Crónica de 1419* pela terceira redacção da *Crónica de 1344* consegue explicar satisfatoriamente que esta conte, em resumo, *os mesmos acontecimentos pela mesma ordem e com o mesmo ponto de vista com que aquela o faz*.

Mas, se assim foi, duas outras e muito importantes considerações se impõem: uma a respeito do conteúdo da obra quatrocentista actualmente não preservado em qualquer manuscrito; outra, quanto às suas possíveis relações com as «crónicas» de Fernão Lopes.

No resumo do reinado de D. Afonso IV específico da terceira redacção da *Crónica de 1344*, apenas o seu início (batalha do Salado) e o seu fim (descendência de Pedro I e mortes de Inês de Castro e Afonso IV) – trechos que imediatamente antecedem e se seguem aos que acima transcrevi – não têm correspondência alguma no texto conhecido da *Crónica de 1419*. Entre ambos há, porém, uma importante diferença a assinalar, pois, ao contrário do que sucede com o segundo, o da batalha do Salado serve unicamente para ligar o texto específico desta redacção ao que constava já da forma primitiva da *Crónica de 1344* e pode, por isso, ter sido redigido sem o apoio de qualquer fonte. A sua função meramente sintáctica ressalta, aliás, de um curioso pormenor: tanto o texto original da *Crónica de 1344* como a sua continuação específica de P ordenam as matérias de forma cronológica, mas o refundidor de ca. 1460, ao continuar a redacção primitiva ali onde o seu autor a deixara (batalha do Salado [1340]⁸³⁵), e ao prosseguir o seu próprio texto com as guerras luso-castelhanas provocadas pelo casamento de D. Pedro e D. Constança [1336-1338], não terá notado que, de acordo com a exacta cronologia dos acontecimentos, a *Crónica de 1344* tinha já mencionado esse assunto antes de se referir brevemente ao Salado. Provocou, com isso, uma dupla anomalia: colocou o confronto com os mouros antes das guerras entre portugueses e castelhanos, assim violentando a ordem cronológica dos eventos, e, ao tratar esse último tema, repetiu parte do que a redacção original já dissera.

Os trechos finais têm, contudo, características diversas, e pelo menos no que respeita a Inês de Castro, detalhes como o do local exacto da sua morte ou o nome dos seus carrascos só se justificam pela consulta de algum texto anterior. Basta, por isso, a

⁸³⁵ Sempre apelidada «de Tarifa» no texto de 1344.

circunstância de tudo o que os antecede (peripécias relacionadas com o casamento do Infante D. Pedro) derivar seguramente da *Crónica de 1419* para pensarmos que também esses trechos tenham nela a sua origem, ou seja, é bastante provável que o texto dessa crónica tal qual o escreveu o seu autor contivesse um capítulo (ou uma série de capítulos) dedicado à morte de Inês de Castro, que, apesar de naturalmente mais extenso, coincidiria nas suas linhas gerais com o que actualmente se lê no ms. P da *Crónica de 1344* e suas cópias.

A isso não se opõe, de resto – antes o reforça – a comparação do texto desse manuscrito com o da *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina e o das *Chronicas de Acenheiro*, autores que seguramente se serviram da *Crónica de 1419* e que por isso aqui convoco. Efectivamente, tudo quanto, no reinado de D. Afonso IV, o ms. P acrescenta à redacção original da *Crónica de 1344* encontra-se também narrado, na mesma posição relativa e em termos muito próximos, por ambos aqueles historiógrafos do séc. XVI:

MS. P DA *CRÓNICA DE* RUI DE PINA
1344

ACENHEIRO

Guerras com Castela

(O casamento de D. Constança Manuel e D. Pedro não agrada a Afonso XI, que procura impedi-lo; guerra entre os dois reinos; a frota portuguesa é capturada; pazes tratadas por um enviado do Papa, com condições)

Guerras com Castela

(O casamento de D. Constança Manuel e D. Pedro não agrada a Afonso XI, que procura impedi-lo; guerra entre os dois reinos; a frota portuguesa é capturada; pazes tratadas por um enviado do Papa, com condições)

Guerras com Castela

(O casamento de D. Constança Manuel e D. Pedro não agrada a Afonso XI, que procura impedi-lo; guerra entre os dois reinos; a frota portuguesa é capturada; pazes tratadas por um enviado do Papa, com condições)

D. Pedro e D. Constança

(Nascimento de D. Fernando, que sucedeu a seu pai no trono de Portugal; D. Constança morre ainda em vida de Afonso IV)

D. Pedro e D. Constança

(Nascimento de D. Fernando, que sucedeu a seu pai no trono de Portugal; D. Constança morre ainda em vida de Afonso IV)

D. Pedro e D. Constança

(Nascimento de D. Fernando, que sucedeu a seu pai no trono de Portugal; D. Constança morre ainda em vida de Afonso IV)

Inês de Castro

(Morta D. Constança, D. Pedro “ouve”⁸³⁶ dona Inês e teve dela dois filhos; a conselho de Diogo Lopes Pacheco, Pero Coelho e

Inês de Castro

(Morta D. Constança, D. Pedro “teve” dona Inês e gerou nela dois filhos; a conselho de Diogo Lopes Pacheco, Pero Coelho e

Inês de Castro

(Morta D. Constança, D. Pedro “veo ter parte com” dona Inês e gerou nela dois filhos; a conselho de Diogo Lopes Pacheco, Pero Coelho

⁸³⁶ As expressões aspidas são transcritas *ipsis verbis* dos respectivos textos. A coincidência praticamente literal entre todos eles é, aliás, mais um argumento a favor de que tenham tido uma fonte comum. Veja-se, respectivamente, CINTRA, ed. (2009), IV, p. 538; PINA (1977), pp. 459, 465-466; ACENHEIRO (1824), pp. 108 - 109.

<p>Álvaro Gonçalves, o rei matou-a nos paços de Santa Clara de Coimbra; a acção foi “crua e feita cõ sanha”, e o rei por isso dignamente repreendido; D. Pedro revolta-se contra o pai, que morreu pouco depois e foi enterrado na Sé de Lisboa)</p>	<p>Álvaro Gonçalves, o rei matou-a nos paços de Santa Clara de Coimbra; a acção foi feita “com abominável crueza”, e o rei por isso repreendido; D. Pedro revolta-se contra o pai, que morreu pouco depois e foi enterrado na Sé de Lisboa)</p>	<p>e Álvaro Gonçalves, o rei matou-a nos paços de Santa Clara de Coimbra; a acção foi feita “cruamête”; D. Pedro revolta-se contra o pai, que morreu pouco depois e foi enterrado na Sé de Lisboa)</p>
--	---	--

E mesmo que, no que respeita a Acenheiro, nem sempre possamos garantir que tenha sido a *Crónica de 1419*, e não o próprio Rui de Pina, a sua fonte⁸³⁷, a verdade é que tão curiosas séries de coincidências (do ms. P com a *Crónica de 1419* e daquele com Acenheiro e/ou Pina) não podem, a meu ver, explicar-se satisfatoriamente senão admitindo o conhecimento da obra de inícios do século XV por parte tanto dos círculos ligados ao Condestável D. Pedro, como dos historiógrafos cortesãos do tempo de D. Manuel e D. João III. A concordância genérica entre Acenheiro e Pina no que à morte da Castro diz respeito e a maior abundância de pormenores no texto do compilador eborense já tinham, aliás, servido a Magalhães Basto⁸³⁸ para postular que ambos se teriam aí socorrido da *Crónica de 1419*, e a terceira redacção da *Crónica de 1344* (texto que antecipa em décadas a obra daqueles dois autores), quando encarada à luz que aqui exponho, não vem senão confirmar e reforçar, a meu ver decisivamente, essa hipótese.

Por outro lado, não posso deixar em silêncio a circunstância de a *Crónica de 1419* ter sido com toda a probabilidade usada por um texto que, a propósito do reinado de D. João I, e como vimos, menciona certa *Crónica de Portugal* onde estariam narrados com mais desenvoltura alguns episódios que, por isso mesmo, ele apenas resume. Esses episódios (guerras e escaramuças entre castelhanos e portugueses que se seguiram à batalha de Aljubarrota) constam, segundo já disse, da *Crónica de D. João I de Fernão Lopes*, e podemos, por isso, atribuir-lhe com toda a naturalidade a autoria da *Crónica de Portugal* ali referenciada. Ao constatarmos, agora, que também a *Crónica de 1419* denota ter sido manejada e sumariada pelo redactor de P, não podemos deixar de nos interrogar: será isto um acaso, ou antes sinal de que por meados do século XV ainda aquela crónica era vista como parte de uma obra mais vasta, que incluía também os reinados de D. Pedro, D. Fernando e D. João I tal qual os redigiu Lopes e a que se

⁸³⁷ Trato das relações entre Acenheiro e a C1419 mais adiante.

⁸³⁸ BASTO (1943), BASTO (1960).

atribuía a designação de *Crónica de Portugal*⁸³⁹? Por outras palavras: não será o ms. P um importante testemunho de que a *Crónica de 1419* e as crónicas de Fernão Lopes constituíam, para os seus contemporâneos, *uma mesma obra*? E *mesma obra* não implicará, neste caso, *mesmo autor*? Sem ser, evidentemente, definitivo, parece-me este mais um argumento a ter em conta no que respeita à possível autoria lopesina da C1419. Independentemente disso, há este importante dado a reter a respeito do trajecto e difusão das crónicas quatrocentistas: *o Condestável D. Pedro teve acesso tanto à C1419 como às Crónicas de Fernão Lopes*.

O conhecimento e o uso da C1419 por parte da continuação da História de Portugal específica do ms. P da *Crónica de 1344* e suas cópias permite-nos ainda reapreciar em novos moldes um pormenor já devidamente transcrito por Cintra e mais recentemente lembrado, de forma que considero todavia muito discutível, por Maria Ana Ramos⁸⁴⁰. Ao copiar da segunda redacção da *Crónica de 1344* o reinado de D. Afonso III, inclui P a seguinte nota marginal, escrita, segundo o seu editor, em letra contemporânea à feitura do códice:

«[Este] rey era casado cõ a condessa de Belonha [e tii]nha dela hũu filho [qua]ndo casou outra vez, dizêdo que o fazia [por] acrecetar seu [rei]no. Esta cõdessa [veo] a Portugal. El rey [man]douha tornar [cõ] grandes ameaças. [Por] isto foi posto [int]jerdicto no reino e durou [ata]a que morreo a cõdessa»⁸⁴¹

Limitou-se Cintra a notar o facto. Mas a Prof. Ramos, numa série de páginas não particularmente claras, parece retirar daqui a conclusão de que a historieta da vinda da Condessa de Bolonha a Portugal seria já conhecida pelo Conde de Barcelos (autor da primitiva redacção da *Crónica de 1344*) e que este, omitindo-a, teria provocado certa ambiguidade que a investigadora da Universidade de Zurique julga ver na forma como D. Pedro trata o casamento de seu avô paterno com D. Beatriz:

⁸³⁹ A simples lógica levava já CINTRA (2009), I, pp. CDII - CDIV, nota 233, a afirmar que, no prolongamento da história de Portugal específico do ms. P da C1344 “os primeiros [reinados] – Afonso IV a João I – estão principalmente baseados numa obra que aparece citada sob o nome de *Crónica de Portugal* (na parte referente a D. João I)”. A circunstância de, à época deste estudo, estar ainda inédito o reinado de D. Afonso IV segundo a C1419 impediu-o, porém, de estabelecer uma relação directa entre ele e o texto de P. Há, por outro lado, algum interesse em lembrar o facto de **ter existido na biblioteca de D. Duarte uma «Coronica de Portugal»**.

⁸⁴⁰ RAMOS (2005).

⁸⁴¹ CINTRA (2009), IV, p. 242.

«E este rey dō Affonso, ã sendo conde de Bolonha, ouve muytas batalhas ã França e sempre foy vencedor. Depois per tempo casou com D. Beatriz, filha del rey dō Affonso de Castella e de Leon [...]»⁸⁴²

Sustentando, além disso, que naquela anotação à margem se preserva o mesmo texto de que teria resultado a extensa narração que do assunto viriam a fazer Rui de Pina⁸⁴³ e o redactor da *Crónica de 1419*⁸⁴⁴, os quais teriam assim procedido a uma autêntica «*amplificatio* da nota marginal da *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁸⁴⁵».

Observe-se, porém, as dificuldades desta interpretação: crendo-a, teríamos, com efeito, de admitir que alguém vivendo à roda de 1460 teve acesso exactamente à mesma narrativa (ou embrião de narrativa) que mais de cem anos antes tinha já sido manejada pelo Conde de Barcelos e viria depois a sê-lo, sucessivamente, pelo autor da *Crónica de 1419* e Pina, *apesar de actualmente não restar dela o menor vestígio em nenhum outro códice da Crónica de 1344 e apesar de, na passagem em causa, ser clara a dependência de Pina em relação à obra de princípios do século XV*. Tão pouco verosímil se me afigura este cenário, que o creio apenas derivado do facto de a Prof. Ramos não distinguir suficientemente bem o texto do manuscrito P do da *Crónica de 1344* tal qual a escreveu o Conde de Barcelos. E, no entanto, basta essa distinção para afastarmos de D. Pedro Afonso, e mesmo de quem por volta de 1400 lhe refundiu a *Crónica* (pois que em nenhum outro manuscrito da segunda redacção vemos figurar o episódio), qualquer sinal positivo de que alguma vez tenha tido conhecimento da vinda da Condessa de Bolonha a Portugal.

A nota marginal de P é, além disso, facilmente explicável se a encarmos com os olhos abertos à evidência das coisas: trata-se com toda a probabilidade de uma informação registada por alguém que já conhece e resume a *Crónica de 1419* e, porque é esse precisamente o comportamento que vimos caracterizar pelo menos uma parte do trabalho do responsável pela continuação da História de Portugal específica da terceira redacção da *Crónica de 1344*, podemos concluir ter sido, senão ele próprio, pelo menos alguém do seu círculo quem veio a apostilhar o códice⁸⁴⁶.

⁸⁴² CINTRA (2009), IV, p. 242.

⁸⁴³ PINA (1977), pp. 171 - 174.

⁸⁴⁴ CALADO, ed. (1998), pp. 143 - 145.

⁸⁴⁵ RAMOS (2005), p. 407.

⁸⁴⁶ Acrescente-se que também no reinado de D. Dinis, o ms. P da C1344 tem uma nota marginal da responsabilidade da mesma mão, e relativa à fundação da Ordem de Cristo, que coincide *em tudo* com o que se lê na C1419. Compare-se CINTRA, ed. (2009), IV, p. 247, aparato crítico, com CALADO, ed. (1998), p. 192.

Conclusões

Seja como for, e reunindo tudo aquilo que fomos vendo ao longo deste capítulo, a análise da terceira redacção da C1344 permite-nos tirar as seguintes conclusões a respeito do conteúdo e trajectos da C1419:

– em meados do século XV, havia ainda pelo menos uma cópia da C1419 disponível em meios próximos da corte régia, designadamente no círculo do Condestável D. Pedro;

– nesse contexto, a C1419 mantinha a autoridade suficiente para, servindo de continuação à C1344, fornecer a versão escolhida para completar o reinado de D. Afonso IV;

– graças a isso, e à comparação do texto da terceira redacção com os de Pina e Acenheiro, podemos afirmar, creio que com assinalável segurança, que a C1419 incluía o relato do assassinato de Inês de Castro;

– outro dado importante a reter é que os círculos do Condestável D. Pedro tiveram acesso, simultaneamente, à C1419 e às crónicas de Fernão Lopes, o que, para além de ser um dado valioso em si, pode ainda indiciar que, nesse meio, a C1419 seria vista como fazendo parte de uma unidade textual maior que incluiria também as chamadas *Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I*; esta circunstância poderá considerar-se mais um argumento a favor da autoria lopesina de todo esse conjunto.

3. A C1419 E O MEMORIAL PORTUGUÊS DE 1494

Em meados da década de 90 do século passado, István Szászdi Leon-Borja e Katalin Klimes-Szmik⁸⁴⁷ chamaram a atenção da comunidade científica para uma curiosa peça de propaganda política escrita em castelhano no tempo dos Reis Católicos, e que os referidos estudiosos apelidaram de *Memorial Português de 1494*. Trata-se de uma pequena obra redigida em estilo argumentativo, cujas palavras denunciam, com clareza, a origem portuguesa do autor. As suas intenções são também expressas com suficiente nitidez: incitar a rainha Isabel I, numa conjuntura marcada pela proximidade do tratado de Tordesilhas, a reclamar direitos à coroa portuguesa, expondo a fundamentação histórico-jurídica desses direitos. Baseado numa análise global desta peça e seu enquadramento epocal, OLIVERA SERRANO (2005, pp. 422 - 432) identificou, parece-me que muito certamente, os seus promotores com o núcleo de portugueses exilados em Castela, designadamente com a Casa de Bragança⁸⁴⁸.

São basicamente três os argumentos através dos quais o autor do *Memorial* defende os direitos de Isabel, *a Católica*, ao trono português. O que mais espaço ocupa é a ilegitimidade da dinastia inaugurada por D. João I, bastardo que, segundo o texto, cingiu a coroa sem apoio em qualquer norma sucessória juridicamente válida; afastados também os direitos de D. Beatriz, filha de D. Fernando, ao trono (devido à suspeita legitimidade do casamento de seu pai com Leonor Teles), e rejeitado igualmente o casamento de Pedro I com Inês de Castro, a sucessão teria que passar pela descendência de D. Maria, filha legítima de D. Afonso IV e esposa de Afonso XI de Castela; é nessa qualidade que D. Isabel tinha, de acordo com o *Memorial*, todo o direito a reclamar para si o trono português⁸⁴⁹. O outro argumento é de ordem histórica. Segundo ele, é a própria autonomia de Portugal que deverá ser posta em causa, pois os seus reis teriam começado por ser vassallos dos reis de Leão e Castela, sem que se tenha alguma vez verificado uma verdadeira quebra desses laços de subordinação. Finalmente, e é aqui que, como argutamente viu OLIVERA SERRANO (2005, p. 431), «se condensa todo el rencor de la nobleza exiliada en Castilla desde 1483», porque o actual ocupante do trono

⁸⁴⁷ LEON-BORJA e KLIMES-SZMIK (1994).

⁸⁴⁸ OLIVERA SERRANO (2005), p. 422: “El documento en cuestión no tiene autor conocido, pero es indudable que se trata de un portugués del entorno de los Braganza”.

⁸⁴⁹ Com o seguinte encadeamento: D. Maria - Pedro I de Castela - D. Constança - D. Catarina de Lencastre - D. João II de Castela - D. Isabel. Ver, nas referidas páginas de OLIVERA SERRANO (2005), a análise da argumentação desenvolvida pelo *Memorial*.

português (D. João II), é, para além de um rei ilegítimo, um rei tirano que deve ser deposto.

Trata-se, como facilmente se constata, de uma versão dos acontecimentos muito diferente daquela que o talento de Fernão Lopes tinha elaborado ao serviço da nova dinastia portuguesa⁸⁵⁰. Mas interessa-nos, de momento, apenas o segundo dos argumentos atrás referidos. É que para apoiar a sua ideia de que a subordinação dos reis de Portugal aos reis de Castela e Leão não só era um facto histórico, como não fora nunca revogado, o autor do *Memorial* recorreu a exemplos da época de D. Afonso Henriques e D. Afonso III, tirados, segundo afirmava, de crónicas portuguesas.

Mas que crónicas seriam essas? Temos a certeza de que não eram as de Duarte Galvão e Rui de Pina, pois elas só viriam a ser redigidas mais de uma década depois. A questão impõe-se: terá o autor do *Memorial* conhecido a C1419?

Vejamos as passagens, apenas duas, em que se mencionam crónicas portuguesas a respeito de reinados anteriores ao de D. Pedro I. Ao introduzir o segundo dos argumentos atrás mencionados, diz o autor:

«El ssegundo titulo hy derecho muy claro que Vuestra Alteza al dicho Reyno tiene, es que originalmente ell fue del Reino de Castilha hy los Reies de Castilha lo ganaron a los moros hy El-Rey de Castilha lo dio al conde don Henrique **dize en la coronica de Portogall** que era fijo del Rey de Ungria hy casado con una ssu fija no se ssy legitima ssy bastarda, hy i elo dio en titulo de condado que sse lhamava conde de Portugal, hy ssu vassallo⁸⁵¹.»

O texto prossegue dizendo que de então para cá se sucederam doze reis no trono português⁸⁵² e fornece, de seguida, uma breve súmula do reinado de D. Afonso Henriques (curiosamente apelidado de «el Bravo⁸⁵³») destinada, acima de tudo, a apresentá-lo como um rebelde de legitimidade muito duvidosa:

⁸⁵⁰ Embora as duas versões coincidam no que respeita à desconsideração jurídica dos casamentos de D. Pedro com Inês de Castro e de D. Fernando com Leonor Teles. As motivações que movem o autor do *Memorial* são, todavia, bem diversas das que movem Fernão Lopes, pois enquanto o primeiro concentra atenções na descendência de D. Maria, Lopes declara que o trono português está dinasticamente vago, assim justificando a legitimidade das cortes de Coimbra para elevarem ao trono quem reunisse as melhores qualidades pessoais, ou seja, o Mestre de Avis.

⁸⁵¹ LEON-BORJA e KLIMES-SZMIK (1994), II, p. 130. Negrito meu.

⁸⁵² Contando com D. João II foram, no entanto, treze. Deve tratar-se de lapso do autor e não de estratégia deliberada, caso contrário o seu pensamento seria certamente explicitado.

⁸⁵³ Veremos noutro capítulo que este epíteto andou, no século XVI, migrando de rei em rei, acabando por se fixar em D. Afonso IV. Pudemos já constatar, de resto, a sua aplicação a D. Sancho I.

«sse elevanto contra el Rey de Castilha hy por los tienpos le ajudasen sse intitulo en Rey hy fue despues preso en Badajoz que el tenia tomado, por capitanes hy jentes del Rey de Castilha⁸⁵⁴ que sobrell venieron con que el ssalio a pelear hy porque lo tomaron con una pierna quebrada le tomaron la fe hy pleito hy omenaje de vassalhaje al Rey ssu ssenhor hy que tanto que fuesse en dysposiçion de su pierna para poder cavalgar que luego iria a ssu corte hy conpliria todo lo que ell le mandasse, lo que no conplio ny guardo, aqueste gano Lixbona a los moros⁸⁵⁵.»

E, após isso, reforça os seus pontos de vista invocando os direitos que os reis de Castela legitimamente teriam sobre os territórios algarvios. É neste contexto que as crónicas portuguesas voltam a ser convocadas:

«El Reino del Algarve de Portogall, El-Rey de Castilha lo dio al Rey de Portogall hy creo yo que El-Rey don Halonso ell que vençio la dell Salado cabe Tarifa, i digo yo que aqueste Rey Don Halonso porque yo tengo libro muy autentico en que faze mençion como aqueste Rey Don Halonso de Castilha tenia hy era ssuyo el Algarve i ell hobispo hy jentes dell sse lhamavan ssus vassalhos, hy las **coronicas de Portogall dizen** que El-Rey de Castilha lo dio a un ssu nieto fijo del Rey de Portogall que le fue a ver a Sevilla⁸⁵⁶.»

Ora, a primeira destas referências, respeitante à origem húngara do Conde D. Henrique, tem correspondência exacta com o que se lê na C1419:

«E com o conde dom Reimom de Tolosa veio a casa del.rei dom Affonso hum seu sobrinho, filho de hũa sua irmam que era casada com el.rei de Ungria, que avia nome dom Henrique e era o segundo filho lídimio del.rei de Ungria⁸⁵⁷.»

E também as alusões à batalha de Badajoz e à conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques correspondem ao conteúdo de diversos capítulos desta crónica (designadamente o 34 e os 26 a 28 da edição CALADO⁸⁵⁸). Mas o que mais chama a atenção é que a expressão «Coronica de Portugal», que foi usada na primeira daquelas referências e se ajusta perfeitamente ao conteúdo da C1419, é exactamente a mesma que se encontra no inventário da Biblioteca de D. Duarte e também na terceira redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, datada de ca. 1460. É possível que o inventário se referisse já à C1419 e, como há pouco vimos, a terceira redacção da C1344 certamente que a conheceu, pois baseou nela todo o seu relato acerca do reinado de D. Afonso IV.

⁸⁵⁴ Note-se a confusão, não se sabe até que ponto deliberada, entre o rei de Leão e o rei de Castela, entidades políticas autónomas no tempo de D. Afonso Henriques; quem está aqui em causa é, naturalmente, Fernando II de Leão.

⁸⁵⁵ LEON-BORJA e KLIMES-SZMIK (1994), II, pp. 130-131.

⁸⁵⁶ LEON-BORJA e KLIMES-SZMIK (1994), II, p. 131. Negrito meu.

⁸⁵⁷ CALADO, ed. (1998), p. 1; também na página seguinte.

⁸⁵⁸ Embora, e como é natural atendendo aos propósitos do seu autor, a acção de Afonso Henriques seja, no *Memorial*, perspectivada de forma muito diferente do que sucede na C1419.

Esta série de coincidências leva-me a colocar a hipótese de o autor do *Memorial* ter tido acesso a uma cópia da C1419, apelidando-a de «Crónica de Portugal».

É verdade que o episódio da ida de um Infante português (seguramente D. Dinis) a Castela para que seu avô lhe cedesse os territórios algarvios, episódio mencionado na última das referências atrás transcritas, não se acha na C1419, mas só em crónicas castelhanas e, posteriormente, na *Crónica de D. Afonso III* de Rui de Pina. E é também verdade que, em vários momentos (a começar por este último, em que se confunde Afonso X com Afonso XI), o autor do *Memorial*, e como já OLIVERA SERRANO (2005, p. 430) notou, «aunque cite las crónicas de Portugal, no parece que las haya tenido en cuenta ni que las conozca a fondo⁸⁵⁹». Por isso falei em *hipótese* de conhecimento da C1419. Mas repare-se, em todo o caso, que a expressão «Crónica de Portugal» – «la Coronica de Portogall» –, em que sobretudo me baseio para a formular difere da expressão, mais genérica, usada a respeito do Algarve: «coronicas de Portogall».

Seja como for, e devido ao espaço diminuto que o *Memorial* concede à história portuguesa anterior a D. Pedro I, essa hipótese, a verificar-se, teria como principais atractivos, por um lado a confirmação de que a C1419 foi, durante o século XV, conhecida pela designação de «Crónica de Portugal»; por outro, a inclusão da Casa de Bragança nos círculos que a conheceram. Este último facto teria também o interesse adicional de poder constituir mais um indício de que a C1419 e as Crónicas de Fernão Lopes tenham circulado juntas ainda no século XV, pois, e segundo chamou a atenção Teresa Amado, o arquétipo da tradição manuscrita da *Crónica de D. João I* actualmente conhecida era um exemplar com pequenas interpolações e actualizações devidas, justamente, a esse meio nobiliárquico⁸⁶⁰, cujas ligações familiares com a dinastia de Avis certamente lhe facilitariam o acesso às crónicas oficiais. De resto, e como iremos vendo ao longo das páginas seguintes, o testemunho incerto do *Memorial de 1494* é o único sinal que temos acerca da possível circulação da C1419 em ambientes senhoriais.

⁸⁵⁹ Serrano não menciona, todavia, a C1419.

⁸⁶⁰ AMADO (1997a), pp. 74-77. Note-se, contudo, que, neste caso, os Bragança se limitaram a pequenas actualizações e interpolações que em nada afectam a armadura conceptual da obra de Lopes, bem diferente, como vimos, da do *Memorial*.

4. DUARTE GALVÃO E A *CRÓNICA DE 1419*

A compreensão das relações existentes entre a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão e a *Crónica de 1419*, relações mais complexas do que à primeira vista poderíamos julgar, é um problema que a fim de poder ser correctamente perspectivado deverá subdividir-se em pelo menos dois níveis de análise, correspondentes a dois conjuntos diferenciados de testemunhos da primeira destas obras. Dela contamos, com efeito, e muito ao invés do que habitualmente sucede na Literatura Portuguesa antiga, não apenas com cópias de uma versão definitiva, mas também com pelo menos um manuscrito – o conhecido «Alcobacense 290 da Biblioteca Nacional» – cujas particulares características o remetem para um estágio textual anterior, genericamente classificável de «rascunho». Deveremos, por isso, começar por analisar este último manuscrito tanto do ponto de vista da sua constituição interna como do das suas relações com a *Crónica de 1419*, para posteriormente conjugarmos os dados dessa forma obtidos com uma leitura do texto canonicamente atribuído a Galvão, pois só assim estaremos em condições de entender a recepção da obra quatrocentista nos meios cultos da corte de D. Manuel, objectivo que mais de perto se relaciona com a presente dissertação. De salientar que, ao que julgo saber, e apesar de a sua necessidade ter já sido reconhecida pela crítica⁸⁶¹, esta será a primeira vez que se levará a efeito um confronto verdadeiramente sistemático entre ambas as crónicas.

4.1. – Relações entre o ms. Alcobacense 290 BN e a *Crónica de 1419*

4.1.1. O Ms. Alcobacense 290 BN

Devemos aos historiadores da *Monarquia Lusitana*, posteriores em mais de um século a Duarte Galvão, tanto a preservação como a primeira chamada de atenção para o manuscrito quinhentista actualmente pertencente ao fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional com o número 290. Bernardo de Brito, que o possuiu, apôs-lhe a indicação de que se trataria do «proprio original e rascunho de Duarte Galvão feito de sua mesma letra»⁸⁶², e Fr. António Brandão estava provavelmente também a referir-se-lhe quando

⁸⁶¹ Cf. as palavras de José Mattoso in «Duarte Galvão», LANCIANI E TAVANI (2000).

⁸⁶² Fólio 1r. A menos de indicação em contrário, todas as referências a fólios que aqui faço respeitam a este manuscrito, que leio através de reprodução fotográfica.

alegava a crónica manuscrita do primeiro rei português «copiada», segundo afirmava⁸⁶³, por Galvão em tempos de D. Manuel. Tais dizeres, juntamente com o estranho aspecto do manuscrito, pleno de interlineados, rasuras e notas marginais, originaram em tempos mais recentes um interessante conjunto de reflexões destinadas, sobretudo, a confirmar ou infirmar a categórica e inegavelmente importante afirmação de Brito. Antes, porém, de a elas me referir, vejamos sumariamente quais as características deste «unique and most interesting manuscript»⁸⁶⁴.

Características materiais e conteúdo

O manuscrito já foi descrito codicológica e paleograficamente em pelo menos cinco ocasiões⁸⁶⁵. Tomo da última delas, devida à equipa do «Philobiblon», a resenha que aqui apresento e que se destina unicamente a fornecer referências que possam interessar ao que irei expondo ao longo desta secção:

«Place / date: Copied 1501 - 1525.

Format description:

[Format] fólho. [Foliation / pagination] 155 [Type] ff. [Hand] cursiva.

Physical Description:

[Size] Leaf: [Height] 310 [Width] 215 mm. [Material] PAPEL. [Watermark(s)] Mão enluvada com flor de cinco pontas, Jarro coroadado.

Previous owner(s): [...] Mosteiro de Alcobaça (OCist) (Previous Call No CCCXLI).»⁸⁶⁶

Quanto ao conteúdo, inclui os seguintes textos, de que apenas os dois primeiros aqui nos interessarão:

- i) Fólios 1r – 47r: *Crónica de D. Afonso Henriques*, abrindo com o prólogo atribuído a Duarte Galvão e dirigido ao rei D. Manuel I. Frequentes emendas, correcções, rasuras e indicações redaccionais;
- ii) Fólios 47v – 150v: Sumários das Crónicas dos reis D. Sancho I a D. João II. Também emendados, rasurados e comentados, embora com menor frequência do

⁸⁶³ BRANDÃO (1974).

⁸⁶⁴ NYKL, ed. (1942), p. xvii.

⁸⁶⁵ MELO (1932), NYKL, ed. (1942), BITAGAP, AMOS (1990), Bibliografia séc. XVI.

⁸⁶⁶ <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1192.html>. Consultado em 12 de Julho de 2009.

que o texto da *Crónica de D. Afonso Henriques*. Ao sumário do reinado de D. Sancho I segue-se, num fólio hoje muito degradado [48r], o prólogo da respectiva Crónica de Rui de Pina;

iii) Fólios 151r – 155v: Vários documentos e cartas.

4.1.2 O Ms. 290 e a historiografia portuguesa. O que se apurou e o que ainda pode ser apurado. O Ms. 290 e a *Crónica de 1419*.

A fortuna crítica do manuscrito em questão foi traçada, de forma modelar, pelo Prof. Lindley Cintra naquele que julgo ter sido o último estudo que dele mais demoradamente se ocupou⁸⁶⁷. Dispensso-me, por isso, de a repetir, apenas achando conveniente resumir tanto as conclusões a que chegou o ilustre medievalista no citado artigo, como as de dois outros investigadores que, em conjunto com Cintra, são responsáveis pelo actual estado da investigação nesta matéria, o qual, por sua vez, me servirá de ponto de partida para tudo quanto sobre este assunto venha a dizer.

Tendo em vista a possível atribuição a Duarte Galvão de alguma das mãos reconhecíveis no manuscrito (possibilidade que já vimos antes de mais derivada das anotações de Fr. Bernardo de Brito nele exaradas), e daí derivando para outras considerações, Cintra atingiu as seguintes e, na sua maioria, definitivas conclusões:

– A primeira mão identificável no manuscrito, a que podemos atribuir o texto primitivo da *Crónica de D. Afonso Henriques*, é igualmente responsável pelos *Sumários das Crónicas* dos reis D. Sancho I a D. João II que se lhe seguem;

– Para além desta, e pondo de parte os textos exarados após o fólio 150, visivelmente mais tardios, haverá a considerar ainda uma segunda mão, à qual deveremos imputar as numerosas correcções, cortes e acrescentos que percorrem toda a *Crónica de D. Afonso Henriques* e que, embora em menor número, se verificam também nos *Sumários de Crónicas*; e uma terceira mão, responsável por várias indicações de deslocação de matéria tais como “este capítulo vai atrás” ou “vai adiante esta historia”;

– Todas as correcções e acrescentos da responsabilidade da segunda mão passaram a fazer parte do texto oficial da *Crónica de D. Afonso Henriques* presente nos

⁸⁶⁷ CINTRA (1999b).

luxuosos manuscritos pergamináceos que actualmente se conservam em diversas bibliotecas nacionais;

– O texto primitivo da *Crónica de D. Afonso Henriques*, e independentemente de ter ou não sido escrito pelo punho de Galvão, é sem dúvida da sua autoria, dado que já lá se encontram tanto o prólogo dirigido a D. Manuel como, e sobretudo, os capítulos cujas epígrafes indicam comentários do autor;

– Pelo contrário, a segunda mão não pode ser atribuída a Duarte Galvão, pois é ela que, após o final da *Crónica de D. Afonso Henriques*, escreve o prólogo da *Crónica de D. Sancho I* de Rui de Pina, no qual o próprio Galvão é mencionado como tendo sido a pessoa inicialmente encarregada de escrever as crónicas dos primeiros reis de Portugal;

– Visto serem da mesma mão tanto o texto primitivo da *Crónica de D. Afonso Henriques* como os *Sumários de Crónicas* que se lhe seguem, é defensável que também estes sejam da autoria de Galvão, tanto mais que é possível rastrearem-se ecos consistentes de uma tradição quinhentista que lhe atribui a autoria de resumos dos reinados que se seguiram ao de D. Afonso Henriques⁸⁶⁸;

– Por último, mas seguramente não *the least*, Cintra só encontra uma explicação possível para as estranhas características deste manuscrito: Galvão (ou alguém a seu mando) teria nele redigido uma *Crónica de D. Afonso Henriques* e Sumários dedicados aos reis seguintes, conjunto sobre o qual Rui de Pina (ou algum amanuense às suas ordens) viria a iniciar a sua tarefa de concluir as crónicas dos primeiros reis; considerando globalmente satisfatório o trabalho do seu antecessor no que diz respeito a D. Afonso I, procedeu todavia a cortes, acrescentos e correcções; posteriormente, e prosseguindo a sua tarefa neste mesmo manuscrito, Pina (ou o tal amanuense a seu serviço) viria ainda a redigir nele o prólogo da *Crónica de D. Sancho I* mas, talvez verificando a exiguidade do espaço físico disponível, terá continuado alhures o seu

⁸⁶⁸ A importância deste último argumento deve, no entanto, ser muito relativizada, pois há vários manuscritos dos séculos XVI e XVII sem qualquer relação entre si que atribuem a autoria dos seus textos a Galvão – p. ex. o ms. 2122 da BNE e o ms. «Frades Menores (Ordem dos), Província de Portugal, Santa Clara de Vila do Conde, Livro 20» da Torre do Tombo; embora este último manuscrito aproveite o Sumário do ms. 290 BN Alc. a partir do reinado de D. Pedro, atribui a Galvão a autoria de *todos* os textos nele copiados (parecendo-me, contudo, inaceitáveis as afirmações que tece Aida Dias em ASKINS et alii, 2002, p. 18). É talvez necessário insistir na ideia de que a imprensa não veio aniquilar a produção/circulação manuscrita e suas características de variação textual e flutuação na atribuição de autorias, entre outras. Daí que seja pouco significativa *em si* a tradição de ter Galvão redigido textos dedicados aos reis sucessores de D. Afonso I.

trabalho. O que, concluo eu, faz de Rui de Pina um co-autor não nomeado daquilo a que vulgarmente se chama «*Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão*».

Por sua vez, Magalhães Basto (a quem aliás se deve a primeira aproximação à problemática das relações da *Crónica de 1419* com a vulgata do texto atribuído a Galvão⁸⁶⁹), emitindo embora uma prudente reserva quanto à possibilidade de Alc. 290 ser um rascunho do cronista ao serviço de D. Manuel⁸⁷⁰, tinha já dado a conhecer certo manuscrito à guarda da Biblioteca Pública de Évora (CIII 2-12) que contém um Sumário de Crónicas desde D. Sancho I a D. Afonso V cujo texto é muito semelhante ao do Sumário de Crónicas que em Alc. 290 se segue à *Crónica de D. Afonso Henriques*, publicando-o parcialmente nos «muito úteis apêndices»⁸⁷¹ da sua edição da *Crónica de Cinco Reis de Portugal*⁸⁷². Isso permitiu a Lindley Cintra, no já mencionado artigo, classificar o texto de Évora como sendo «uma versão refundida (pouco afastada do original⁸⁷³)». Entretanto, o erudito investigador portuense tinha já demonstrado que o sumário do reinado de D. Sancho I que se encontra nestes dois manuscritos é, salvo ligeiras variantes, idêntico ao que sobre o mesmo assunto se lê na chamada *IIª Crónica Breve de Santa Cruz*⁸⁷⁴, a qual, por sua vez, não será senão uma cópia ligeiramente modificada das inscrições que outrora acompanhavam os túmulos dos dois primeiros reis de Portugal (outra importante descoberta de Magalhães Basto⁸⁷⁵).

Finalmente, a Diego Catalán se devem duas considerações de vulto sobre esta matéria⁸⁷⁶. Em primeiro lugar, o grande investigador espanhol identificou certamente o Sumário de Crónicas do Ms. 290 como tendo sido a fonte de Cristóvão Rodrigues Acenheiro para a parte da sua *Abreviaçam* respeitante aos reinados de D. Pedro I a D. João II, circunstância que, como Cintra pertinentemente notou⁸⁷⁷, garante pelo menos a recuada datação que lhe vem sendo atribuída. Seguidamente, afirmou não ser possível

⁸⁶⁹ BASTO (1943).

⁸⁷⁰ BASTO (1951); BASTO (1960).

⁸⁷¹ Justíssima apreciação de CINTRA (1999b).

⁸⁷² BASTO, ed. (1945).

⁸⁷³ Ou seja, de Alc. 290. Cf. CINTRA (1999b).

⁸⁷⁴ BASTO (1960).

⁸⁷⁵ BASTO (1960).

⁸⁷⁶ CATALÁN (1962), pp. 217 - 218.

⁸⁷⁷ CINTRA (1999b), p. 284.

considerar-se o manuscrito como um rascunho de Galvão, opinião de que depois prometeu voltar a tratar⁸⁷⁸, embora, que eu saiba, não o tenha chegado a fazer.

Praticamente todas estas conclusões, excepto talvez a última de Diego Catalán (cuja necessidade de explicitação foi aliás por ele próprio reconhecida), me parecem, repito, suficientemente provadas. Não obstante, está ainda por realizar justamente a tarefa que aqui mais me interessa: confrontar o texto da *Crónica de 1419* com o de Alc. 290 e caracterizar o tipo de relações entre eles verificáveis, bem como as consequências daí decorrentes para o estudo da recepção da obra quatrocentista e, mais globalmente, da evolução da historiografia portuguesa medieval e tardo-medieval. A essa tarefa me dedicarei agora. Não se perca de vista, entretanto, que o meu objectivo último em todo este capítulo é elucidar o melhor possível as relações existentes entre aquela crónica e a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. Por isso, ao tratar de Alc. 290, o meu percurso passará, sobretudo, por deslocar a focalização da eventual responsabilidade material de Galvão em algum dos textos do manuscrito – isto é, da possibilidade de ser sua pelo menos uma das mãos reconhecíveis – *para os textos em si*, e a minha exposição, procurando obedecer ao princípio da pertinência, seleccionará apenas *alguns* dos prismas sob os quais o manuscrito é encarável. Em termos ainda mais concretos, significa isto que me concentrarei nos seguintes pontos:

i) A “versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques*” (ou seja, aquela que se deve à primeira mão em Alc. 290) e a *Crónica de 1419*: a versão primitiva conheceu já a *Crónica de 1419*? Se sim, estará ela mais próxima da sua fonte do que a «versão vulgata» ou, pelo contrário, é esta que dela se veio a aproximar? Quais as consequências de uma e outra conclusão?

ii) O Sumário de Crónicas de Alc. 290, o Sumário de Crónicas de Évora CIII 2-12 e a *Crónica de 1419*: o segundo destes textos é simples cópia, ligeiramente modificada, do primeiro, ou o confronto entre ambos permitirá equacionar outras possibilidades porventura não menos carregadas de implicações? Qual a relação, se alguma há, entre ambos os textos e a *Crónica de 1419*, e que nos permite a resposta a esta interrogação perceber quanto à sobrevivência e recepção da historiografia medieval em ambientes cultos do tempo de D. Manuel I?

⁸⁷⁸ CATALÁN, ed. (1976), p. 94.

As páginas que se seguem destinam-se a encontrar-lhes possíveis respostas. Seja antes dito, ainda, que me restringirei à matéria consagrada aos sete primeiros reis em cada um dos Sumários em causa pela razão óbvia de que só até aí coincidem eles com a matéria da *Crónica de 1419* e que, tal como sucede com o Ms. 290, me sirvo de reproduções fotográficas de Évora CIII 2-12. Quanto ao texto da «versão vulgata» da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, de que trato mais detalhadamente no ponto 2, consultei as edições de José de Bragança, Tomás da Fonseca e do Conde de Cascais. É sabido que, à excepção da edição parcial de A. R. Nykl, não existe até ao momento nenhuma edição crítica desta Crónica, e que Bragança, Fonseca e o Conde de Cascais editaram cada um o seu manuscrito (respectivamente, os manuscritos pergamináceos da Torre do Tombo, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da casa-museu Castro Guimarães), o que nos permite controlar as variantes. Optei, porém, e em vista da simplificação do processo, por seguir preferentemente a edição de Tomás da Fonseca – actualmente de mais fácil acesso – fornecendo as variantes textuais das restantes quando tal se me afigurava pertinente. Sirvo-me também das edições parciais dos dois Sumários de Crónicas da responsabilidade de Magalhães Basto e, porque parciais, edito num dos apêndices, de forma diplomática apenas desrespeitada na separação de palavras, as partes ainda inéditas de um e outro texto respeitantes aos sete primeiros reis. Tome-se também nota de que, para além das mais frequentemente usadas ao longo da dissertação, me permitirei, por vezes, usar ainda as seguintes siglas e simplificações nominais:

Versão primitiva: texto da *Crónica de D. Afonso Henriques* escrito pela primeira mão em Alc. 290 da BN;

Versão vulgata: texto da *Crónica de D. Afonso Henriques* presente nos luxuosos manuscritos pergamináceos;

SAI: Sumário de Crónicas de Alc. 290 da BN

SE: Sumário de Crónicas do códice CIII 2/12 da Biblioteca Pública de Évora

4.1.2.1. A versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* e a *Crónica de 1419*

Uma leitura global daquilo que as rasuras, cortes e interpolações da responsabilidade da segunda mão de Alc. 290 permitem ainda ler do texto primitivo da *Crónica de D. Afonso Henriques* nele exarado conduz-nos, creio que com alguma

rapidez, à conclusão de que a acção do corrector (chamemos-lhe momentaneamente assim) consistiu, sobretudo, em aproximar o texto sobre que trabalhava da *Crónica de 1419* que seguramente manejava. Seguiu, para esse efeito, diversos procedimentos: reescreveu estilisticamente certas passagens da *versão primitiva*; substituiu outras por trechos cuja fonte é a C1419; e acrescentou matéria desta última ausente da versão que serviu de base ao seu próprio trabalho. Vejamos alguns exemplos de cada uma destas situações, que tornarão mais claro o que acabo de dizer⁸⁷⁹.

(i). *Casos em que a segunda mão reescreve estilisticamente o texto*

Em diversas ocasiões, a segunda mão limita-se a reescrever estilisticamente o texto da *versão primitiva*. Por exemplo:

«nũca por Roguo nem afeiçãõ [“afeiçãõ” riscado] nẽ *por* cobiça [nunca] leyxes de fazer justiça *que* hoo dia *que* huũ soo palmo ha leixares de fazer e loguo ao outro dia se aRedara de ty e do teu coraçãõ hũa braçada E trabalhate *muito* por saberes se os *que* tem teu carguo fazem justiça e dyreyto *conpridamente* E se fazem [“fazem” riscado] asy [fazem] fazelhe *merçe* E se o cõtrayro dalhe pena segũdo seu mereçimento *para* os outros tomarẽ castiguo [8v]»

«seu ayo e amo que ho vinha ajudar *perguntoulhe* [“perguntoulhe” riscado”] [e ser cõ ele na batalha e quãdo dõ eguas o vio dise que he esto *senhor*] como vyndes asy [10r]»

«Vemdo a Rainha dona tareija como como ho primçepe [dõ *afonso* amryquez] seu *filho* ha nã querya soltar emvyou avizar por Recados [“avizar por Recados” riscado] [seus recados mais secretos *que* pode] a el Rey dom afõso de castella chamado emperador [como seu avo] dizemdo [“dizemdo” riscado] [ẽ *que* lhe fazia queixume do *primcepe* su *filho* a ter presa e] *que* portuguall a elle pertença de *direito*⁸⁸⁰ [10v]»

(ii). *Casos em que a segunda mão substitui trechos da versão primitiva por passagens oriundas da C1419*

Há também diversos casos em que a segunda mão substituiu trechos da versão primitiva por outros oriundos da C1419. Verifiquemos alguns:

⁸⁷⁹ Faço notar que o estado do manuscrito nem sempre permite leituras fáceis, vezes havendo em que se torna impossível destrinçar o que a primeira mão escrevera, tão incisiva foi a segunda em riscá-lo. Por isso, uso [?] a seguir a uma leitura de que tenho dúvidas, e [...] em casos nos quais manifestamente não me é possível ler coisa alguma, casos estes que todavia farei escassos, dado que o meu objectivo não é elencar *todas* as situações observáveis (sequer a maior parte), mas apenas fornecer passagens que cumpram satisfatoriamente a missão de exemplificar o que for afirmando.

⁸⁸⁰ Coloco entre parêntesis rectos as intervenções da segunda mão.

Versão primitiva	Versão Vulgata (texto devido à segunda mão de ALC 290 BN)	Crónica de 1419
<p>Prymeiramente [...] contem (?) ha elrey dom afonso anrriquez primeiro rey de purtugall</p>	<p>Capítulo I Como el-rei D. Afonso de Castela o sexto, chamado imperador, casou sua filha dona Tareija com o conde D. Hanrique, dando-lhe em casamento portugal por condado com certas condições</p>	<p>Como el-rei dom Affonso de Castella casou sua filha com o conde dom henrique e lhe deu Portugal por condado por condição</p>
<p>El rey dom afonso anriques prymeiro rey de purtugall foy filho do conde dom anrique filho del rey dungria e sobrinho do conde de tollosa.</p>	<p>Começando de escrever as vidas e mui excelentes feitos, digno de eterna memória, dos mui esclarecidos Reis de Portugal, encomendo-me áquele guiador de seus nobres e virtuosos corações, Espirito Santo. [...]. Mas porque melhor se saiba o procedimento deste mui virtuoso Rei D. Afonso Hanriques, é forçado recorrer algum tanto pelas Cronicas atras, a el-Rei D. Afonso de Castela, o Sexto, chamado Imperador, que tomou Toledo aos Mouros, digno de muito louvor em tudo, principalmente por guerrear os inimigos da nossa Santa Fe Catolica, de que a Espanha então estava ocupada, a cuja mui divulgada fama, movidos com mui devota cavalaria, grandes senhores e outras gentes estrangeiras vinham buscá-los para, em sua companhia, por serviço d Deus e salvação de suas almas, participarem de suas santas empresas e trabalhos. Entre os quais vieram tres mui principais senhores, o Conde D. Reymão de Tolosa, grande senhor em França e o Conde D. Reymão de S. Gil de Proença; e D. Hanrique,</p>	<p>A cronica d.Espanha conta que el.rei dom Affonso o 5º, que foi irmão del.rei dom Sancho e d.el rei dom Garcia, des que foi rei de Castela que a elle se juntarão todos os reinos que seu padre repartira. Este dom Affonso foi nobre homem e em seus dias nunca quedou de guerrear os mouros e meteo muita da terra que elles avião sojigada sob seu senhorio de Castella, em tal guisa que muitas gentes estrangeiras se vinhão pera elle pera servirem a Deus e achavão em elle muitas merçes e bem, antre os quaes que para elle se vierão foi o Conde dom Reimão de Tolosa, que era grande senhor, e isso mesmo dom Reimondo de S. Gil de Proença. E com o conde dom Reimom de Tolosa veio a</p>

sobrinho deste conde de Tolosa, filho segundo génito de uma sua irmã, e del-Rei d'Hungria, com que era casada, os quaes foram mui honradamente por el-Rei D. Afonso recebidos.

Era este Conde D. Henrique mui discreto e esforçado cavaleiro, não menos de todas outras bondades cumprido; trazia em seu escudo de armas campo branco sem outro nenhum sinal, e andando sempre depois na guerra dos Mouros com el-Rei D. Afonso, fez muitas e assinaladas cavalarias, por onde del-Rei e de todos os da terra era muito estimado e querido, e assim mesmo o Conde de Tolosa, seu tio, e o Conde de S. Gil de Proença.

E tendo el-Rei assim deles contentamento, querendo honrá-los e remunerar seus nobres feitos e trabalhos, que em sua companhia passaram na guerra contra os infieis, determinou de casar tres filhas suas com eles: uma chamada D. Orraca, casou com o Conde D. Reymão de Tolosa, de que depois naceu el-Rei Afonso de Castela, chamado tambem Imperador donde descenderam tambem todos os Reis de Castela; outra, D. Elvira, casou com o Conde D. Reymão de S. Gil, de Proença; outra, chamada D. Tareija, deu por mulher a D. Henrique, sobrinho do Conde de Tolosa,

E este(?) conde dom anrique casou com dona tareija afonso(?) filha del rey dom afonso de castella chamado emperador.

casa del rei dom Affonso hum seu sobrinho, filho de hũa sua irmam que era casada com el rei de Ungria, que avia nome dom Henrique e era o segundo filho lidimo de el rei de Ungria e de sua irmam do conde de Tolosa, como dito he. E este dom Henrique era mui grande cavaleiro e bom mancebo e de grande valentia, e era em armas tam bom que poucos acahava que fossem, porem de todas as outras bondades que homem pode aver era tam cumprido que el rei dom Affonso e todos os outros da terra erão contentes muito delle. E, durando o conde D. Reimão, seu tio, na guerra dos mouros com este rei dom Affonso que dito avemos, andava este dom Henrique, seu sobrinho, com elle e trazia todas suas armas brancas sem sinal algum. E este rei dom Affonso de que falamos foi casado cinco vezes, segundo dizem as historias, e a segunda mulher ouve nome dona Constança e ouverão hũa filha a que chamarão dona Orraca Affonso. Esta foi casada com o conde dom Reimão de Tolosa, de que descendem todos os reis de Castella que depois vierão, segundo se conta na cronica d.Espanha, e de hũa outra dona que não era sua mulher reçebida, que chamávão dona Gemena Guomes, ouve el rei duas filhas: hũa chamarão dona Elvira e outra dona Tareja. Esta dona Elvira foi casada com o conde dom Reimondo de S. Gil de Proença e dona Tareja foi casada com dom Henrique, o primeiro filho promogenito de el rei de Ungria e sobrinho do ocnde dom Reimom de Tolosa, segundo disemos, do qual dom Henrique e dona Tareja

Com a quall filha ele deu em casamento coymbra com(?) todala terra ate ho castello de lobeyra que he hũa legoa alem(?) pontevedra. E mais toda a terra de viseu e lameguo na beira. E fez de tudo condado chamado ho⁸⁸¹

condado de portugall. E deuoo ao conde dom anrique com sua filha com tall condição que [...] suas cortes e em(?) caso que tivesse justo impedimento que então mandasse(?) ho mais principall q houvesse(?) com trezentos de cavallo que mays não avya a este tempo em purtugall. E ainda lhe asinou mais terra de que hos mouros possuiam que a conquistase e tomandoa acrescentase em seu condado ho que elle e seus susesores com muito esfforço e vallerya por muytos arrisquados periguos e trabalhos depois fizeram como ao diante se dira. E que não querendo ho conde dom anrique conprir asi esto

dando-lhe com ela em casamento Coimbra, com toda a terra até o castelo de Lobeira, que é uma legua alem de Pontevedra, em Galiza, e com toda a terra de Viseu e Lamego, que seu pai el-Rei D. Fernando e ele ganharam, nas comarcas da Beira.

E de tudo o que lhe assim deu, fez condado chamado o Condado de Portugal, com tal condição, que o Conde D. Hanrique o servisse e fosse a suas Cortes e chamados; e sendo caso que fosse doente, ou tivesse legitimo impedimento a não poder lá ir, lhe mandasse um dos mais principaes de sua terra a seu serviço, com trezentos de cavallo, não havendo àquele tempo mais, naquela terra de Portugal.

E ainda lhe assinou mais terra da que os Mouros possuiam, que a conquistasse, e tomando-a, a acrescentasse em seu Condado, o que ele e seus socessores, com muito esforço e valentia por muito arriscados perigos e trabalhos depois fizeram, como adiante se dirá. E que não querendo o Conde D. Hanrique cumprir assim isto, qualquer que fosse Rei de Castela, pudesse tomar e haver a terra do dito

vierão todos os reis de Portugal que forão atee a composição desta cronica, assi como adiante diremos, a qual foi começada o primeiro dia de julho da era de 1457 annos. Quando este rei dom Affonso o 5º de Castella fez estes casamentos que vos de suso contamos, deu a dom Henrique, com sua filha, em casamento, Coimbra com toda a terra tee o castello de Lonveira, que he hũa legoa alem da Ponte Velha, com toda a outra terra de Viseu e Lamego, que seu padre dom Fernando e elle ganhárão nas comarcas da Beira, e fez.lhe de todo condado, e a sua nomeação era condado de Portugal, com esta condição: que o conde o servisse sempre e fosse a suas cortese a seus chamados, e que, se acontecesse que o conde dom Henrique fosse doente e ouvesse tal embargo que não podesse la hir, que mandasse hum dos mais grandes da sua terra a seu serviço com trezentos de cavallo, ca em aquele tempo não avia ai mais, e lhe assinou certa terra de mouros que conquistasse, e que, tomando-a, que a acrescentasse em seu condado, a qual cousa elle fez muito bem e trabalhou muito em ello, como vos adiante diremos, e, não querendo o dito conde dom Henrique fazer o dito tributo, qualquer rei de Castella podesse tomar e aver a tera do dito conde com toda a outra que o onde e seus sucessores ganhassem aos mouros e fazer della todo o que lhe aprouvesse, como de cousa sua propria. [...]

⁸⁸¹ 3v.

quallquer que fose rey de castella podese tomar e aver a terra do dito condado e mais toda a outra que ho [conde e?] seus susesores guanhasem e fazer della ho que [...] lhe(?) prouvese como a cousa sua propria⁸⁸².

condado e mais toda a outra que o Conde e seus sucessores ganhassem, e fazer dela o que lhe aprouvesse, como de cousa sua própria⁸⁸³.

(iii). *Casos em que a segunda mão acrescenta matéria oriunda da C1419*

E existem também passagens em que a segunda mão, tendo como fonte uma vez mais a C1419, acrescenta matérias ausentes da *versão primitiva*. Por exemplo:

Segunda mão ALC 290 BN	C1419
<p>Era [...] conde amRique muy noble e esforçado cavalleiro amator [...] de just^a e ao [...] chegado e cõ devaçam fez a se de coymbra e de braga [...] lameguo e pos nelas bpos q as ouvesem [...] santo padre. E neste tempo andamdo a era de nosso [...] amRique a ultramar a casa samta de jerusalem [...] conquistada avia quatr^o anos de xpaos novamte plo duque gudofredo de bulhão quatrocentos e novêta anos depois q ã tpo de mafamede e de [...] emperador foy tomada a xpaos e pesuyda de mouros e quãdo de la veyo trouxe mtas Reliquias de santos antre as quaes foy hũ braço de sã lucas evangelista q por f^o delRey dungria e por fama de sua grade bondade e cavalaria lhe foy dado ã cõstantinopla e a Rogo de S giraldo q ãtão era bpo de bragua deu parte dele a se da dita cidade o quall ele Reçebeo ã muy grade doo e</p>	<p>Este conde dom Amrique qe disemos era muy noble cavaleyro e temya muyto Deos e amava muyto justiça. Ele com grande devação fez a see de Coimbra e do Porto e de Bragua e de Viseu e de Lameguo e pos em elas bispos que as ouvesem de reger per mandado e licemça do padre santo. E em esta sazom, amdando a era em mil e çemto e corenta e hum anos, foy ele à Casa Santa de Jerusalem e, quando de la veyo, trouxe muytas reliquyas de santos, amtre as quaes, quando chegou por Costantinopla, soube que avya hy hum braço de Sam Lucas avangelista e per sua bondade lho derom e trouxe.o. E a roguo de Sam Giraldo, que então era bispo de Bragua, deu o conde parte dele à see da dita cidade, o qual ele reçebeo por muy grande dom e pos com as outras reliquyas da dita igreja⁸⁸⁵.</p>

⁸⁸² 6r. Os fôlios intermédios entre este texto e o anterior foram intercalados pela segunda mão.

⁸⁸³ Recorro, neste caso, à edição modernizadora de BRAGANÇA, ed. (s/d), pp. 13 - 15, para facilitar a leitura deste relativamente longo excerto, e em virtude de não existirem diferenças significativas entre o seu texto e o de FONSECA, ed. (1995).

o pos cõ outras Reliquias da igreja (?)⁸⁸⁴

Posto isto, tentemos extrair daqui as devidas consequências.

. A C1419, fonte já da versão primitiva?

A conclusão global a tirar destes confrontos parece-me óbvia e não pode ser senão a que atrás antecipei: a segunda mão reescreveu ou, e o termo pode efectivamente ser usado, *refundiu* a primeira versão da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão à vista de um exemplar da *Crónica de 1419*, aproximando o texto inicial sobre que trabalhava desta fonte quatrocentista que manejava.

Aqui chegados, não pode, porém, deixar de nos surgir uma dúvida de importantes consequências para a história e para a evolução da cronística medieval portuguesa: terá a C1419 sido já a fonte da *versão primitiva*, ou foi ela apenas conhecida pelo seu *refundidor*? Explicar-se-á a ausência de amplas passagens oriundas do texto de quatrocentos na *versão primitiva* por mero desconhecimento, ou antes por opções retórico-ideológicas, nesse caso diversas das do responsável pela segunda mão? As respostas a estas interrogações, por si só de importantes implicações no quadro da historiografia portuguesa do final da Idade Média, ganharão um interesse ainda maior se tivermos em mente um conjunto de factos e testemunhos aparentemente estranhos no labor dos cronistas manuelinos. Recordemo-los sumariamente.

Conforme ele próprio afirma no prólogo da sua *Crónica*, Duarte Galvão foi inicialmente incumbido por D. Manuel da tarefa de escrever as *Crónicas* dos primeiros reis de Portugal, as quais aparentemente já no reinado de D. João II não existiam *oficialmente* na corte. Principiando a tarefa por D. Afonso Henriques, viria a desistir dela. Rui de Pina, que nessa tarefa o substituiu, informa-nos das razões dessa substituição: Galvão era um homem ocupado e havia muito menos matéria disponível

⁸⁸⁵ CALADO, ed. (1998), p. 7.

⁸⁸⁴ 4v. Até à fala do Conde D. Henrique, este capítulo, que corresponde ao capítulo IV da Vulgata, é da segunda mão. Também os capítulos XXV, XXVIII, XXXI e XXXIII da Vulgata (que são numerados XXIV, XXVII, XXX e XXXII em Alc 290 BN) são da inteira responsabilidade da segunda mão, pois a versão primitiva tinha um texto muito menos desenvolvido. Em todos eles, a semelhança com a C1419 é clara.

sobre os reis seguintes a D. Afonso I do que sobre este rei. Por isso, é Pina quem, não sem esforço, vem a terminar a tarefa, o mesmo Rui de Pina a quem em tempos de D. João II haviam sido entregues umas crónicas antigas, que faltavam, e que não sabemos o que fossem, embora pudessem ser cópia da C1419. Entretanto, certo monge de Santa Cruz de Coimbra – de seu nome Vicente – deixava por escrito num dos registos do mosteiro que, em tempos de D. Manuel, Galvão tomara emprestada da sua biblioteca uma antiga crónica de D. Afonso Henriques que nunca chegou a devolver, e a partir da qual terá abreviado a sua própria obra⁸⁸⁶.

Estes factos brigam, porém, com a dependência da *Crónica de D. Afonso Henriques* face à C1419. Se esta última foi usada por Galvão, como explicar que ele tenha apenas redigido a Crónica do primeiro reinado, quando tinha disponível matéria para os seguintes, igualmente tratados pela crónica quatrocentista? E como harmonizar isso com a declaração do monge crúzio, segundo a qual a fonte de Galvão foi *uma crónica* do nosso primeiro rei?

Em face disso, e da conclusão global a que há pouco cheguei, isto é, que a clara aproximação da *Crónica de D. Afonso Henriques* à C1419 se deve sobretudo ao trabalho do refundidor que operou no Ms. Alc. 290, não podemos deixar de hipotetizar o seguinte e sedutor cenário: encarregado por D. Manuel de escrever as Crónicas da dinastia afonsina, Duarte Galvão terá entrado em contacto com o mosteiro de Santa Cruz (tarefa que lhe seria facilitada pelo facto de ele ser irmão do prior João Galvão), tendo-se lá abonado com uma antiga Crónica do primeiro rei português que nunca viria a devolver. A partir dessa crónica, que tomando à letra a expressão do cónego Vicente seria algo extensa, terá feito a sua própria *Crónica de D. Afonso Henriques*, ou seja, o texto escrito pela primeira mão em Alc. 290. Prosseguindo as buscas de materiais para os reinados seguintes, pouca coisa terá encontrado, o que, talvez junto com os seus afazeres, levaria a que fosse substituído por Rui de Pina na tarefa de cronista da primeira dinastia. Este, por sua vez, já munido de uma cópia da *Crónica de 1419* que lhe teria sido fornecida por um fidalgo do Porto, ter-se-ia abalançado à redacção dessas crónicas, refundindo, além disso, o texto primitivo de Galvão à vista dessa mesma cópia. Isto explicaria satisfatoriamente tudo o que temos visto, incluindo a atribuição da segunda mão de Alc. 290 a Rui de Pina ou a um amanuense a seu serviço, conforme proposta segura de Lindley Cintra. Mais: permitiria ainda formular uma outra hipótese,

⁸⁸⁶ A informação é pertinentemente aduzida por CRUZ, ed. (1968), ponto 5 da introdução [sem página]. «Abreviou» é o próprio termo usado por D. Vicente.

que, embora arriscada, me parece teoricamente muito pertinente. Recordemos, com efeito, que uma das fontes da C1419 para o reinado de D. Afonso I foi, conforme palavras do redactor de que não há razões para duvidarmos, certa «cronica del-rei dom Affonso, primeiro rei de Portugal» para a qual, e ainda que dela actualmente nada se saiba, se poderá postular uma origem crúzia, entre outras razões porque o próprio redactor menciona adiante certa «espritura que foy achada em Santa [Cruz] de Coimbra» provavelmente aludindo ao mesmo texto. Em todo o caso, e mesmo que se refira a textos diferentes, não será um deles aquela crónica antiga de D. Afonso outrora guardada na biblioteca crúzia e de cujo desaparecimento se lamentaria D. Vicente? E não terá sido ela a fonte usada por Galvão? Se assim fosse, o texto da *Crónica de D. Afonso Henriques* escrito pela primeira mão em Alc. 290 ganharia interesse adicional, visto poder ser um testemunho indirecto desse texto hoje perdido.

Acontece, porém, e confesso não ser sem alguma decepção que o digo, que um exame atento nos vem mostrar que a fonte da *versão primitiva* da *Crónica de D. Afonso Henriques* foi já a C1419. Revela-no-lo um pormenor já salientado por Costa Pimpão⁸⁸⁷ e Lindley Cintra⁸⁸⁸, mas para o qual tenho uma interpretação muito diferente da que foi avançada por estes dois investigadores.

No capítulo XXXIV da *versão vulgata* da *Crónica de D. Afonso Henriques*, lê-se o seguinte, a propósito dos momentos subsequentes à conquista de Lisboa:

«Estas Igrejas ambas estão agora dentro dos muros da Cidade, des que a cercou el-Rei D. Fernando, o noveno Rei de Portugal, como se adiante dirá[...]»⁸⁸⁹

Tanto Costa Pimpão como Lindley Cintra viram neste passo a prova de que Galvão escreveu, ou tinha a intenção de escrever, algo sobre os restantes reis da primeira dinastia, conforme, aliás, ele próprio declara no prólogo dirigido a D. Manuel. Não notaram, porém, que o passo é retirado quase *ipsis verbis* da C1419:

«e estas igrejas ambas estan ora demtro dos muros da cidade despois que a cerquou el.rey dom Fernando, o noveno rey de Portugal, com.avante ouviredes[...]»⁸⁹⁰

⁸⁸⁷ PIMPÃO (1947).

⁸⁸⁸ CINTRA (1999b).

⁸⁸⁹ Pág. 162.

⁸⁹⁰ CALADO, ed. (1998), pp. 48-49.

Por isso, e ao contrário do que chegaram a ponderar ambos os investigadores, esta remissão não prova que Galvão redigiu a história dos restantes reis, podendo apenas, e quando muito, *indiciar a sua intenção de o vir a fazer*, pelo facto de a não ter omitido do seu texto. O que ela sem dúvida demonstra – e isso é o mais importante para o que de momento nos ocupa – é que a C1419 foi já a fonte da *versão primitiva*, pois no manuscrito 290 a passagem em questão foi toda ela escrita pela primeira mão, à excepção de uma única palavra, que transcrevo em itálico e que se deve à segunda mão:

«estas igrejas *anbas* estão agora dentro dos muros da cidade des que ha cerquou elRey dom fernando o noveno Rey de portuguall como se ao diante dira»⁸⁹¹

Para que seja bem vincada a importância deste facto, creio ser oportuno atentarmos rapidamente na passagem da C1419 em apreço, a qual se encontra nos capítulos dedicados à conquista de Lisboa e acontecimentos subsequentes (26 a 31 na numeração de Adelino Calado). As fontes em que se baseou o cronista, e obviamente sem embargo de que pontualmente se tenha socorrido de outras, são-nos conhecidas⁸⁹²: trata-se da *Crónica Geral de Espanha de 1344* e de um texto latino de finais do séc. XII ou princípios do seguinte, o *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente*. No capítulo em análise, o 26, são usadas ambas as fontes, embora se deixem mostrar facilmente os arranjos a que o cronista as submeteu. Ele vai, com efeito, respigando informações ora de uma ora de outra daquelas duas obras, calafetando-as com pontuais reflexões e actualizando-as em face do que entretanto mudara. Daí que ao recolher do *Relato da Fundação do Mosteiro* a notícia da erecção das igrejas dos Mártires e de S. Vicente e sua respectiva localização, ele saliente que, no presente em que escreve, e graças às obras entretanto empreendidas por D. Fernando, estas igrejas já não se encontravam fora das muralhas da cidade. A sua intervenção é tipicamente a de um cronista que actualiza as informações colhidas nas suas fontes, sendo que, neste caso, só poderia ter sido realizada depois do reinado daquele monarca, circunstância que se adequa perfeitamente à data de 1419 mencionada para o início da *Crónica*. Não cabe, por isso, postular uma hipotética fonte intermédia que tanto a C1419 como Galvão usariam. A actualização é sem dúvida do cronista de inícios de quatrocentos, e a sua comparência na versão primitiva garante-nos que ela já conheceu a *Crónica de 1419*.

⁸⁹¹ 30v

⁸⁹² Cf. atrás, I.

Como este, há, aliás, outros casos de intervenções pessoais do redactor desta obra que passaram intactas para a *versão primitiva* da *Crónica de D. Afonso Henriques*. Assim, a propósito da batalha de Ourique, declara ele que no exército mouro

«vierom quatro reys cujos nomes não achamos espritos»⁸⁹³

Passagem que a primeira mão de Alc. 290 manteve praticamente inalterada:

«antre os quaes vieram houtros coatro reis mouros cujos nomes não achamos espritos»⁸⁹⁴

E o mesmo sucede com algumas das referências da C1419 às suas fontes. É o caso, por exemplo, das informações sobre S. Vicente, que, diz o redactor,

«Contão as estorias dos aravigos»⁸⁹⁵

Exactamente a mesma designação que encontramos em Alc. 290 escrita pela primeira mão:

«Contã has istorias dos araviguos»⁸⁹⁶

Não há, por isso, dúvidas: a *versão primitiva* da *Crónica de D. Afonso Henriques* conheceu já a C1419.

Esta constatação obriga-me a abandonar a hipótese que primeiro me surgiu, segundo a qual Galvão teria trabalhado não sobre a C1419, mas sobre uma *Crónica de D. Afonso I* hoje desaparecida e possivelmente anterior àquela obra, mas, ao mesmo tempo, torna francamente enigmáticas as afirmações do cónego Vicente a respeito do texto que teria sido extraviado de Santa Cruz pelo cronista manuelino, como deixa por explicar a sua atitude perante as crónicas dos reis seguintes, que não redigiu apesar de aparentemente ter para isso a mesma base de trabalho com que contara para historiar os primórdios do reino.

⁸⁹³ CALADO, ed., (1998), p. 19.

⁸⁹⁴ 14r.

⁸⁹⁵ CALADO, ed., (1998), p. 26.

⁸⁹⁶ 21r.

É verdade que este último pormenor poderia ser explicado de outra maneira, bastando que tivéssemos presente o hábito, comum nos séculos XVI – XVIII e a que já por mais de uma vez aludi, de se proceder à cópia parcial de antigas crónicas, para que pensássemos que a misteriosa *crónica de D. Afonso Henriques* a partir da qual Galvão terá abreviado a sua mais não seria do que uma cópia parcial da C1419 que apenas contemplasse o primeiro reinado. Existe, porém, uma outra e talvez preferível alternativa, a de que Galvão, manejando embora a C1419, tivesse procedido a uma selecção da matéria que nela encontrou, circunstância que, para além de explicar o carácter da *versão primitiva*, talvez permita ainda compreender a natureza de boa parte dos Sumários de Crónicas que se lhe seguem em Alc. 290. Dela me ocuparei agora.

4.1.2.2 A *Crónica de 1419*, fonte de *SAI*

Até aqui, vimos (i) que a versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão conforme se preserva em Alc. 290 é consideravelmente menos extensa e detalhada que a «versão vulgata» que se encontra nos manuscritos oficiais e suas várias cópias; (ii) que a sua base de trabalho foi já a *Crónica de 1419*, e (iii) que a acção do refundidor (Pina ou alguém às suas ordens) consistiu fundamentalmente em tornar o texto primitivo mais próximo do daquela crónica, acrescentando-lhe palavras, frases ou capítulos que Galvão abreviara ou de todo não incluíra na sua própria redacção. Vejamos agora como encarar e situar nesta problemática os Sumários dos reinados de D. Sancho I a D. João II que em Alc. 290 se seguem à crónica do nosso primeiro rei.

Foram escritos pela mesma mão que exarou a versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* e a sua autoria poderá, por isso, e segundo já Cintra propusera, ser também atribuída a Duarte Galvão. A constituição e a origem de cada um deles oferecem, todavia, algumas particularidades.

Assim, o reinado de D. Sancho I é, conforme o demonstrou Magalhães Basto⁸⁹⁷, basicamente uma cópia do mesmo texto que esteve já na origem de boa parte da chamada *IIª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* e foi também preservado pelo manuscrito P da C1419⁸⁹⁸ (certamente não por acaso oriundo do mesmo mosteiro), texto esse que seria nada menos que o antigo letrado (ou um dos antigos letrados) que

⁸⁹⁷ BASTO (1960).

⁸⁹⁸ BASTO, ed. (1945).

acompanhava e como que legendava o túmulo do rei, de forma em tudo análoga ao que sucedia com o de seu pai e antecessor. O Sumário segue-o de forma razoavelmente fiel, havendo apenas a notar, para além de certas diferenças e erros normais em qualquer cópia, a omissão da referência – que aliás surge em locais diferentes nos dois outros testemunhos do letreiro – ao facto de D. Sancho ter sido armado cavaleiro por seu pai em Coimbra, bem como uma remissão, a propósito do cerco de Santarém ocorrido ainda no reinado anterior, para uma «estorea de seu padre»⁸⁹⁹ que mencionaria mais detalhadamente o assunto e é certamente a versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques*, tratando-se, portanto, de uma remissão específica deste texto e, por assim dizer, intratextual.

Os restantes reinados têm, naturalmente, origem diversa. Num deles, o de D. Afonso III, localizou Magalhães Basto uma importantíssima remissão:

«dyz delle *a caronica dos notaueis feitos dos Reys depurtuall* q foy huñ muj bõo Rey e mujto justiçaoso e de muy grande Regimêto em sua Casa Reall pueo de sua fazenda cõ mujto gde pueito do Reino pollo quall leixou mujtos grandes tisouros. Elle coRegeo Beja [, etc.]»⁹⁰⁰

Que o operoso investigador, a meu ver com inteira razão⁹⁰¹, relacionou com a seguinte passagem da C1419:

«E foy muy bõo rei e justiçaoso e lamçou fora da terra muitos malfeitores e foy de muy bom regimento em sua casa e no reino. Manteve sua fazenda em grande regra e o reyno em muita justiça e aseçeguo e coregeo a terra, que estava muito estragada do tempo de seu irmão el.rey dom Sancho Capelo, e fez muitas boas povoações e mandou lavrar os termos e muitas vilas e castelos. E ele coregeo Beja [, etc.]»⁹⁰²

Ora, para além desta, há muitas outras passagens dos Sumários dos reinados de D. Afonso II a D. Afonso IV que, embora não declarem explicitamente a sua origem, podem ser facilmente explicadas pelo recurso à *Crónica de 1419*⁹⁰³. Assim:

– no reinado de Afonso II devem provir da C1419 a notícia do casamento e descendência do rei, a conquista de Alcácer do Sal e a morte e local de sepultura do

⁸⁹⁹ BASTO, ed. (1945), pág. 350.

⁹⁰⁰ BASTO, ed. (1945), pág. 352. O itálico é já do editor.

⁹⁰¹ A conclusão de Magalhães Basto foi também aceite por CALADO, ed. (1998), p. XXXVIII. Curiosamente, «Crónica dos feitos dos reis de Portugal» é a designação usada por D. Afonso V para se referir à obra de Fernão Lopes, no documento em que aumentou a tença que vinha sendo atribuída ao cronista. Veja-se a parte I deste trabalho.

⁹⁰² CALADO, ed. (1998), p. 142.

⁹⁰³ Considero aqui apenas o texto primitivo, e não os acrescentos da responsabilidade da segunda mão.

monarca; de origem diversa é a informação de que a batalha de Alcácer foi travada pelo próprio Afonso contra o rei mouro de Badajoz (nenhuma referência aos cruzados europeus é aqui feita), a frota enviada pelo rei português em auxílio da defesa de Jerusalém (se não há aqui confusão com a frota de cruzados que, *indo para Jerusalém*, participou na tomada de Alcácer) e a referência segundo a qual Afonso II, quando ainda infante, participou com seu pai “em muytas cousas [i.e. batalhas] notauays”⁹⁰⁴.

– o reinado de Sancho II é o que menos parece dever à *Crónica de 1419*, em virtude do curioso ponto de vista adoptado pelo redactor : segundo esta versão, o rei, embora não fosse muito rigoroso nas coisas da justiça, era muito virtuoso e deixou o trono *voluntariamente* a seu irmão Afonso, Conde de Bolonha; a sua virtude seria, aliás, publicamente reconhecida pelos muitos milagres que Deus teria feito junto ao seu túmulo de Toledo, remetendo o texto, a este propósito, para a sua crónica (possivelmente uma falsa remissão que procura credibilizar tão inusitada versão dos acontecimentos)⁹⁰⁵; é, como se vê, um ponto de vista muito diferente do da *Crónica de 1419*, e talvez não seja exagero pensarmos numa espécie de contra-discurso em relação a esta última;

– no reinado de Afonso III, em que se inclui a remissão a que comecei por aludir, provêm possivelmente da C1419 a notícia da oposição encontrada pelo monarca no princípio do seu reinado (alusão segura à resistência dos alcaides, mas que entra em alguma contradição com o que ficara dito acerca da renúncia voluntária de Sancho II ao trono), o acrescento da bordadura de castelos às armas régias, o bom governo da fazenda pública, a edificação de várias vilas, castelos e mosteiros, o auxílio aos pobres, a conquista do Algarve e o casamento com D. Beatriz e respectivo dote, bem como a data da morte e local de sepultura do monarca; ao contrário da C1419, que apenas menciona o facto, o Sumário fornece, porém, uma explicação para o significado dos castelos nas armas régias, explicação curiosamente diversa da que viria a ser oficializada por Rui de Pina: “E Jsto fez por q os ditos Cotonões⁹⁰⁶ sam Armas do cõdado de Bolonha⁹⁰⁷”; também ao arripio da C1419 (e de toda a cronística conhecida),

⁹⁰⁴ BASTO, ed. (1945), pp. 350 - 351.

⁹⁰⁵ BASTO, ed. (1945), p. 351.

⁹⁰⁶ Entenda-se “gonfalões”. Cf. ABREU E LIMA (1998), p. 60.

⁹⁰⁷ BASTO, ed. (1945), p. 352. Esta é, justamente, uma das explicações combatidas por Pina, que na *Crónica de D. Afonso III* prefere relacionar a bordadura de castelos com o Algarve: PINA (1977), p. 170.

diz o Sumário que se “nã acha q deste Rey & sa molher ouuese outro fº senã o Ifante dom dynis q depois foy Rey⁹⁰⁸”;

– o reinado de D. Dinis⁹⁰⁹ poderá considerar-se inteiramente derivado da C1419; contém a fundação da Universidade, a criação da Ordem de Cristo, a incorporação das terras de Riba Coa no reino de Portugal, a fortificação de numerosas vilas e cidades, o arbítrio da contenda entre Fernando IV de Leão-Castela e Jaime de Aragão e o casamento com Dona Isabel; também as notícias relativas à morte e sepultura do rei devem provir da C1419, embora o desconhecimento dessa parte do seu texto impeça a comprovação⁹¹⁰;

– no reinado de D. Afonso IV provêm quase seguramente da C1419 pelo menos as referências às guerras prolongadas com Castela a pretexto do casamento do Infante D. Pedro com D. Constança Manuel; o resto⁹¹¹ poderá ter a mesma origem, mas o desconhecimento actual dessa parte do texto da crónica não permite comprová-lo.

Tudo isto significa que o autor dos Sumários teve, tal como já sucedia com o autor da versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques*, acesso à *Crónica de 1419* (embora divirja dela em alguns pontos importantes), o que permite, por si só, esclarecer pelo menos algumas das dúvidas ou incertezas com que nos vínhamos confrontando, admitindo desde já as seguintes conclusões:

- (i) o autor da versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* e o dos Sumários que se lhe seguem foram efectivamente a mesma pessoa (ou seja, seguramente Duarte Galvão);
- (ii) tanto no caso do primeiro rei de Portugal como no dos seguintes, o seu trabalho consistiu, sobretudo, em resumir o texto da C1419.

4.1.2.3. Filiação da versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão na tradição manuscrita da C1419

Confirmado o uso da C1419 pelo autor (certamente Duarte Galvão) da *versão primitiva* e de *SAL*, será possível avançar ainda mais, tentando precisar de qual dos dois

⁹⁰⁸ BASTO, ed. (1945), p. 352.

⁹⁰⁹ Advirta-se que há, na edição de Magalhães Basto, uma falha tipográfica em virtude da qual se salta do princípio do reinado de D. Dinis para o meio do de D. Afonso IV (linha 15 da p. 353). Recorro directamente ao manuscrito, cujas partes inéditas forneço em anexo.

⁹¹⁰ Alc. 290 BN, 54v - 55r.

⁹¹¹ Casamento do rei; batalha do Salado; morte e local de sepultura do monarca: fólio 55r - 55v.

manuscritos relativamente íntegros daquela obra hoje conhecidos (C e P) estaria mais próximo o códice por ele manejado?

Do testemunho da C1419 conhecido por Galvão apenas podemos dizer, à partida, que era mais antigo do que P e C. Nada podemos afirmar a respeito da sua anterioridade ou posterioridade em relação aos modelos de P e C, e também, excepto em alguns casos pontuais, nada podemos garantir quanto à maior ou menor fidelidade de todos estes textos ao original da C1419. Parece, por outro lado, evidente que quer os copistas de cada um desses manuscritos, quer Galvão (nas partes que nele sejam directa e exclusivamente derivadas da C1419) terão acrescentado aos erros dos seus modelos os seus próprios erros, pelo que não será de estranhar que a *versão primitiva* se revele ora mais próxima de C, ora mais próxima de P. Existem, contudo, algumas divergências entre ambos os testemunhos da C1419 que vão além da noção de variante e nos permitem, por isso, precisar um pouco melhor as relações estemáticas de todos os textos aqui considerados.

O capítulo⁹¹² que em P corresponde ao número 10 da edição Calado⁹¹³ narra, de forma sempre muito próxima a C, o conhecido episódio da ida de Egas Moniz, sua mulher e filhos a Toledo, entregando-se à justiça do Imperador Afonso VII devido à quebra do compromisso entre eles selado aquando do cerco de Guimarães. Acrescenta, porém, no final, alguns pormenores sobre *o aio* que não se encontram em C:

«fez este muj honrrado caualeiro D. Egas monis Muitas casas que agora são casas de oração. s. o mro de s. Martinho de Cucujães que he aquẽ da cidade do porto & dotou muj honrradamente de muitas possessões e outro mro. que he o de paço de sousa e dotou o muj honrradamente com muitas possessões e elle jaz sepultado muj honrradamente em huã capella que se chama do corporal, em a qual capela recebẽ os sacramentos os fregueses do dito Mro.»⁹¹⁴

Sendo que a segunda parte deste excerto, relativa à sepultura de Egas Moniz no mosteiro de Paço de Sousa, duplica o que ambos os manuscritos contêm no final de um outro capítulo, o 12º na numeração de Adelino Calado:

⁹¹²BASTO, ed., (1945), p. 58; CALADO, ed., (1998), p. 273.

⁹¹³CALADO, ed., (1998), pp. 14 - 15.

⁹¹⁴CALADO, ed., (1998), p. 273.

«E o seu muymemto esta dentro na gale do dito mosteiro, na capela dos Fregueses. E antre ele e a parede não está senão hum moymemto baixo. E esto foy aquy posto, porque se alguns qujserem saber onde jas o corpo de tão nobre homem, que por aquy era uiuente ho podem saber e ver» (C)⁹¹⁵

«E o seu moimēto estaa dentro na Galilea do dito Mro donde esta a capella dos fregueses & entre elle & a parede naõ esta senaõ hũ moimento baixo & isto foi aqí posto poque se quiserẽ saber onde jaz o corpo de tam nobre homem que por aqui o podem saber» (P)⁹¹⁶

Ora, o texto específico de P parece, como já Adelino Calado notou⁹¹⁷, nitidamente deslocado: encontra-se inserto entre a *façanha* de Egas Moniz em Toledo, seu regresso a Portugal e preparativos para a batalha de Ourique, mas deveria logicamente seguir-se à notícia da sua morte. Pelo contrário, a passagem comum a C e a P está perfeitamente integrada na narrativa, pois menciona o local de sepultura de D. Egas justamente após ter mencionado a sua morte e inclui, além disso, um comentário do compilador a respeito das suas opções discursivas que se coaduna perfeitamente com os hábitos do cronista de Avis. Não pode, portanto, haver dúvidas quanto à sua pertença ao texto de 1419. Quem seguramente lhe não pertencia era a passagem exclusiva de P⁹¹⁸: narrativamente mal situada e parcialmente redundante trata-se certamente de uma interpolação da responsabilidade desse manuscrito ou do seu modelo.

É, por isso, do máximo interesse constatar-mos que a *Crónica de D. Afonso Henriques* inclui um trecho muito semelhante, ainda que deslocado. O capítulo X desta crónica corresponde, com efeito, a capítulo de igual número na edição Calado da C1419, e termina em termos muitos próximos de C:

«ElRey assesseguaado de sua sanha pollo que lhe deziam, conheçemdo que era assi na uerdade, perdeo todo despeito de dom Egas, e quitoulhe a menagem que lhe feito tijnha: e depois de lhefazer mujta merçee o mamdou liurememte tornar pera Portugall»⁹¹⁹

«E o Emperador, vemdo que lhe dezião bem e verdade, perdeo a sanha, que tinha de D. Eguas Monjz, e qijtoulhe a menajem, e fesshe muytas merçes e emviouo pera sua terra»⁹²⁰

⁹¹⁵ TAROUCA, ed. (1952 - 1953), I, p. 37.

⁹¹⁶ BASTO, ed., (1945), p. 61.

⁹¹⁷ CALADO, ed., (1998), p. 273.

⁹¹⁸ Também assim pensa Adelino Calado, por isso que a não inclui no texto crítico, mas apenas em apêndice.

⁹¹⁹ FONSECA, ed. (1995), pp. 40 - 41.

⁹²⁰ TAROUCA, ed. (1952 - 1953), I, p. 33.

Porém, mais adiante, no final do capítulo XII, a *Crónica de D. Afonso Henriques* narra a morte de Egas Moniz a caminho de Ourique, menciona a sua sepultura no mosteiro de Paço de Sousa e acrescenta pormenores evidentemente muito próximos daqueles que, embora na matéria correspondente a outro capítulo, se encontram unicamente em P:

«e o seu moimento estaa demtro na capella que sse chama do corporall ou dos freegueses, e amtre elle e a parede nam esta senam huñ moimento baixo. Esto se pos aqui pera sse saber homde jaz tam nobre e homrrado caualleiro. Elle fundou em sua uida dous mosteiros, este de Paçoo em que iaz sepultado, e o de Sam Martinho de Cucujaães aaquem da cidade do Porto. Os quaaes dotou de mujtas possissões, e guarneço de gramdes hornamentos»⁹²¹

Passagem que, embora seja de muito difícil leitura em Alc. 290, constava já da *versão primitiva*, apesar de a segunda mão lhe ter conferido, neste como em muitos outros casos, o aspecto final:

«o quall mostro⁹²² elle mesmo fez [...] martinho de cucujães aquem da cidade do porto Aos quaes leyxou muitas posisões»⁹²³

A presença deste trecho tanto em P como na *versão primitiva* atesta a sua relativa antiguidade e faz-nos, por isso, suspeitar de que ele constava já do modelo do manuscrito portuense, não tendo, portanto, sido uma invenção da lavra do seu copista. Deve, por outro lado, ter-se bem presente que, *ao contrário do que sucede com C, nada indica que P seja um testemunho contaminado pelo texto de Galvão*, nem seria, aliás, esta passagem a no-lo fazer duvidar, pois, surgindo ela em locais diferentes de P e da *versão primitiva*, é mais provável que tenha sido esta quem, de acordo com a lógica narrativa, o deslocou do episódio da ida de Egas Moniz a Toledo para a sequência em que se dava conta da morte deste magnate e respectiva sepultura em Paço de Sousa, do que o contrário. *A versão primitiva deve, portanto, ter tido acesso a um texto que incluía já os acrescentos relativos a Egas Moniz no mesmo local em que P o faz, ou seja, um texto mais próximo deste manuscrito do que de C*, embora o tenha depois reestruturado de acordo com diferentes e mais coerentes critérios.

No que toca ao episódio de Egas Moniz, há ainda um outro passo que nos conduz à mesma conclusão. Após o momento em que o fiel aio conta a Afonso

⁹²¹ FONSECA, ed., (1995), pp. 46 - 47.

⁹²² i. e. Paço de Sousa.

⁹²³ 14r.

Henriques o pacto que estabelecera com o Imperador Afonso VII, e se disponibiliza para ir ele próprio cumprir o prometido (final do capítulo 9 na edição Calado), C inclui um apontamento sobre a decisão de enfeudar o reino ao Papa tomada pelo príncipe português:

«E quamto he a menajem que eu fiz, fiz a sem vosso mandado, nem a outrro, e eu o livrarey como vos veres. Qua ajmda que vos qujseses jr alla, nom volo conselharja eu, qua nom emtemdo hy vosa prol. *E emtom o Primçipe D. Afonso Amrjqjz, sendo muy enojado por esta sobgeyçom de Castela, em que era posto, por ser teudo de jr as suas Cortes, nem lhe consentir senhoryo, ouue seu conselho, e espreueo sobre elo muy afincadamemte ao Papa Eujejo IIIº, que emtom era, prometemdolhe tributo de seu senhorjo, e ganhou dele muytos e booms privilegios, per que foy jsemto*⁹²⁴»

Que não se encontra nem em P, nem na *Versão primitiva*:

«& quanto a menagẽ que eu tenho feito a elrej de Castela fillo sem vosso mandado & assj sẽ vosso conselho a liurarej com a graça de ds, e ao tpo que D. egas Monis auia de hira a menagem que tinha feita a elrej de castella as suas cortes a Tolledo aparelhouse D. Egas Monis com sua molher e seus filhos & foisse a tolledo⁹²⁵» [P]
«E quanto A menajem que eu fiz a elRey de castella não vos digo nada q hasi como ho fiz sem voso mandado assim ho livrarei sem voso conselho cõ a graça de ds
Como dõ eguas monis se foi apresentar a elRey de castella cõ sua molher e f.os polla menajem que lhe fizera cap x
Vyndo o tpo do prazo em que ho pçepe dom afonso anrriqz avia de hir as cortes q se faziam em castella [...]» [*Versão primitiva*]

Parece, portanto, claro que o manuscrito da C1419 manejado por Galvão estava também aqui mais próximo de P do que de C.

Outro caso. Após a conquista de Lisboa, C narra sem solução de continuidade as povoações feitas pelos cruzados que decidiram ficar em Portugal e os milagres feitos por Deus junto da sepultura do mártir Henrique:

«[...] escolherom pera povoar e viver estes lugares, convem a saber: [...] Azambuja, e o senhor que a povoou chamava-se Rolim, Almada. Nesta tomada de Lixboa morerom alguns cavaleyros como martires e depois faziam muytos milagres, antre os quaes foy hum cavaleyro chamado Amriqe, alemão, o qual era de hũa vila que chamom Bona, posta junto de Colonha, o qual foy enterado em Sam Viçemte [...]»⁹²⁶

⁹²⁴ TAROUCA, ed. (1952 - 1953, I), p. 30. Itálico meu.

⁹²⁵ BASTO, ed. (1945), p. 57.

⁹²⁶ CALADO, ed. (1998), p. 50.

Enquanto P intercala aí diversas outras explicações:

«pouoarão mais azambuja e chamaranlhe assi porque naquelle lugar estaua hũ grande azãbugeiro e que os ingreses em sua lingoa a toda a cousa que he masculina a chamaõ elles per famenina poseraõlhe este nome a memoria dos edificadores daquelle lugar o sôr daquelles que allj pouoarão auia nome roljm mas nos naõ o temos por esse que elle fosse Gil de rôlim aquelle que dissemos que era hũ dos grandes snores que em aquella frota vinhaõ ca naõ he de cuidar que tam grande snôr filhasse em este rejno pa pouoar tal terra como aquella mas parece allgũ outro capitaõ que auia assi nome e outros pouaraõ Almada segundo a nomeação de seu nome parece que foraõ muitos o que ha fizeraõ ou por trabalhos dos corpos ou por dar dinheiros pa ajudar de o fazer e o seu nome em lingoagẽ he interesse que he este allmadam que quer dizer em nossa lingoagem todos os homës e depois per longo tpõ lhe chamaraõ Almada mas ora deixemos aqui de falar disto e diremos algũs milagres que ele fez por algũs mártires que foraõ soterrados em o mro de s. vte que dito auemos

Do milagre que ds mostrou pello caualeiro henrique que morreo quãdo a cidade foi tomada

Estando a cidade sob poder de xpaõs como já ouuistes soterraraõ corpos dos Martires nas ditas igrejas e aconteçeo que enterraraõ no mosteiro de s. vte de fora hũ caualeiro per nome henrique [...]»⁹²⁷

As quais também aparecem na *versão primitiva*:

«azanbuxa puserãlhe este nome porq estava ally hũ grande azanbujº E os ingreses por em sua lyngoa fazerem do mascolino femenino chamaranlhe azambuja segundo a memoria dos edeficadores daquelle lugar ho sor daquelles q ally pavoarã avya nome Rollim nam q por yso fose gill de Rollim ho que em cyma dixemos hum dos grades sôres q naquella frota vinha o quall nã hee de cuydar que ficase em portuguall pa pouar teRa de nouo avemdo tantos luguares e vyllas pouoados de que mais com Rezão se dyzem de partir cõ elle ficamdo na teRa mas he bem de crer que fose alguũ outro capitam fidalguo seu parente cõ quem folguasem em ficar E seguir algũa daquella jente segũdo desde então e oje em dia seus susesores bem mostrã sua cavallarya E fidalguya cõ muyta honra e servisos feitos Aos Reis e Reino de portuguall [seguem-se palavras riscadas pela segunda mão] asy povoarã allmada E polla nomeação deste nome se mostra q foram muytos a pouoalla he fazella hou per trabalho de suas pesoas ou por cõtribuirem dinr.os pera iso q ho propio nome seu em lyngoajem ingresa he vimadell q hem lyngoajem portuguesa quer [...] todos A fizemos E depois per tpo [...] q todalas cousas muda [...] nome lhe chamarã allmada o q ainda vay ter ha allmade q [...] ingles soa todo feito nesta tomada de lixboa morrerã allgũs caualleiros como martires q despois fazião muytos millagres Antre hos quaes foy hum cavalleiro anRique allemã o quall foy enteRado em são vicente»⁹²⁸ [...]

⁹²⁷ CALADO, ed. (1998), pp. 274 - 275. Itálico meu, distinguindo as especificidades de P em relação a C.

⁹²⁸ Fólio 31v.

Embora o Padre Tarouca, invocando o mais subjectivo dos argumentos⁹²⁹, tenha considerado a matéria comum a ambos os códices da C1419 acima transcrita (que é a que não se encontra em itálico) como sendo interpolações oriundas do texto de Galvão, a verdade é que nada de verdadeiramente objectivo se pode invocar a favor dessa hipótese, havendo mesmo dois argumentos que garantem a sua pertença ao texto de quatrocentos:

- a) a simples coincidência entre P e C; recordemos, uma vez mais, que só em C (e só no texto escrito pela 1ª mão) há evidência de texto contaminado pela *Crónica de Galvão*, nada indicando que tal tenha também ocorrido em P, que aliás deixou por preencher várias lacunas presumivelmente herdadas do seu modelo; por isso, embora a passagem em causa tenha sido copiada em C pela 1ª mão (o que em tese admite a dúvida de tratar-se de texto oriundo da C1419 ou da *Crónica de D. Afonso Henriques*), a sua concordância com P inclina a pensar que seja um trecho efectivamente pertencente à obra quatrocentista;
- b) em última instância, as fontes conhecidas das passagens em causa são basicamente a *Crónica de 1344* (povoadores de Almada e outras localidades) e a *Fundação do Mosteiro de S. Vicente* (milagres do cavaleiro Henrique), ambas as quais foram seguramente conhecidas e aproveitadas pela C1419; tudo indica, portanto, que também estas passagens tenham sido aproveitadas dessas fontes pelo seu redactor⁹³⁰.

Nenhuma razão há, pois, para secundarmos a ideia de Silva Tarouca, e bem procedeu o Prof. Calado em incluir tais trechos na sua própria edição.

Ora, como se vê das passagens transcritas, a *versão primitiva* da *Crónica de D. Afonso Henriques* revela-se também aqui mais próxima de P do que de C. Isto reforça a ideia, atrás avançada, de *ser com aquele manuscrito que mais de perto se relacionava o códice manejado por Galvão*.

Analisemos ainda dois outros casos, estes relacionados entre si. Aquando da entrada do exército de Afonso Henriques em Santarém (capítulo 25 da edição

⁹²⁹ TAROUCA, ed. (1952 - 1953). Considerava Tarouca, com efeito, não ser aceitável que um Santo falasse nos seus próprios merecimentos, pelo que apenas Galvão poderia ter dito tal coisa.

⁹³⁰ Note-se também, se mais provas fossem necessárias para demonstrar que Galvão tomou este excerto de uma cópia da C1419, o maior arcaísmo linguístico do ms. P.

Calado⁹³¹), C inclui uma elogiosa referência a Gualdim Pais, mestre do ramo português da Ordem do Templo, e aos seus cavaleiros:

«dizendo [Afonso Henriques] ajnda: “Mataos, mataos, nom seja tal que escape, todos andem a espada”!

Neste feyto era o Mestre dos Cavaleyros do Templo, D. Gualdino, com sua Cavalarja, e lhes foram dadas a seu quynhão três escadas pelas quaes entrarom, ele e os seus cavaleyros, muy ardidamente. E os que sobirom apartaromse logo em duas partes, e huns pelejauom com os de huma parte, e outros com os da outra. E era ja tanta a volta das vozes da vela as portas, que se não podiom emtender⁹³²»

Trecho que não se encontra em P:

«dizendo [Afonso Henriques] matadeos todos naõ seia tal que escape todos todos [sic] andem a espada os que sobirão apartaransse logo em duas partes & hūs peleiiaraõ com os da outra parte era ja tanta a volta das vozes de ambas as partes que se naõ podiaõ entender⁹³³»

Nem na versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques*:

«mataios Amdem todos a espada q nã fique [“fique” riscado] nenhũ E os q sobyã Apartarãose logo pello muroem duas partes pelejãdo de cada hũa cõ hos mouros q vynhã era tamta a volta e aRoido danbollas partes q se nã podyaõ entender» [28v]

Já antes, por ocasião dos preparativos para a campanha de Ourique, e mais concretamente na epígrafe do capítulo 13 da numeração de Adelino Calado⁹³⁴, Gualdim Pais era mencionado apenas em C:

«Como ho Príncipe D. Afonso Amrjquez entrrou em terra de Lusitanyia e da grão gente de Mourros que se ajuntou pera pelejar com ele, e das rezões que o Príncipe ouue com os seus e da conuemça que fez com o Mestre D. Gualdim⁹³⁵» (C)

«COMO O PRINCIPE D. Aº HENRRIQUEZ ENTROU EM TERRA DE LUSITANIA DA GRANDE GENTE DE MOUROS QUE AJUNTOU PERA PELEIAR COM ELLE E DAS REZOES Q O PRINÇIPE OUUE COM OS SEUS⁹³⁶» (P)

⁹³¹ CALADO, ed. (1998), p. 44.

⁹³² TAROUCA, ed. (1952 - 1953, I), p. 72. Itálico meu.

⁹³³ BASTO, ed. (1945), p. 89.

⁹³⁴ CALADO, ed. (1998), p. 18.

⁹³⁵ TAROUCA, ed. (1952 - 1953, I), p. 38. Este uso do itálico é da minha responsabilidade.

⁹³⁶ BASTO, ed. (1945), p. 62.

«Como ho preçepe dō Afonso anRiqz passado o Tejo foy buscar a el Rey Jsmar o quall cō outros coatr° Reis mouros [as palavras que seguem a estas foram riscadas pela segunda mão]» (*Versão primitiva da Crónica de D. Afonso Henriques*, fólio 14r)

De modo que, como facilmente se constata, temos aqui mais um par de casos em que a *versão primitiva* está mais próxima de P⁹³⁷. Isso confirma a conclusão, atrás exposta, de *ser com este manuscrito que devemos relacionar o códice manejado por Galvão*.

A respeito destas duas últimas passagens, e ao contrário do que com as outras sucede, podemos ainda tentar identificar qual das duas ramas textuais da transmissão manuscrita da *Crónica de 1419* assim identificadas (C por um lado, P e a fonte da *Versão primitiva* por outro) estaria mais próxima do arquétipo dessa obra.

Efectivamente, a referência, na epígrafe exclusiva de C, a uma conversa havida entre D. Afonso Henriques e Gualdim Pais é de todo incongruente com o que nesse capítulo se narra, pois em lado nenhum é aí mencionado o grão-mestre dos templários portugueses. Pelo contrário, a epígrafe de P (e certamente, pelo que temos visto, a do exemplar manejado por Galvão) é em tudo coincidente com o conteúdo do capítulo por ela encabeçado. Mas como interpretar o facto? Terá sido um antecedente de C (ou o próprio C) quem introduziu por sua conta essa referência, ou, pelo contrário, um antecedente comum a P e ao exemplar manejado por Galvão quem terá notado a incongruência e omitido, por isso, o nome de D. Gualdim Pais?

O segundo momento em que C se refere a Gualdim Pais inclina decisivamente a balança para a primeira dessas possibilidades. É que, ao contrário do que se passa com os preparativos para a batalha de Ourique, conhece-se a fonte da C1419 para a passagem relativa à conquista de Santarém: trata-se, como vimos já, do relato normalmente conhecido por *De Expugnatione Scalabis*. E, aparte certas alterações

⁹³⁷ Não chega a invalidar esta conclusão o facto de a *versão primitiva* mencionar, entre os feitos do reinado de D. Afonso Henriques que teriam ficado por contar, os de «dom gualdym paez q foy mestre do tplo ã portugual e fez o castello de tomar e outras fortalezas e o servyo grãdemente [ao monarca] Em seu Reino e tempo» (46v). Bastam os termos desta referência e a circunstância de tanto a «versão vulgata» da *Crónica de D. Afonso Henriques*, como a *Crónica de D. Sancho I* de Pina, aludirem a um leiteiro do castelo de Tomar (num. 188 de BARROCA, 2000) em que se atribui a sua erecção a D. Gualdim, para comprovarmos que foi certamente neste leiteiro (e noutros documentos do género) que Galvão se baseou. Cf. FONSECA, ed. (1995), p. 196 e PINA (1977), p. 48.

discursivas facilmente discerníveis⁹³⁸, tanto o texto de P, como o da *versão primitiva da Crónica de D. Afonso Henriques*, revelam-se uma fiel tradução dessa obra latina:

<i>De Expugnatione Scalabis</i>	C1419, ms. P	C1419, ms. C	<i>Versão primitiva</i>
<p>Conclamaui et ego [Afonso Henriques] clamore magno: «Sancto Iacobe, et beatissima Maria Virgo, succurrite. Hic est rex Alfonsus, cedite eos, nec sit unus qui euadat gladium». Tanta deinde secuta est confusio uocum utrarumque partium ut nulla possit notari discretio⁹³⁹.</p>	<p>Elrej D. Aº bradou a altas vozes dizendo Santiago & santa Maria Virgem bẽ auẽturada acorredenos aqui dizendo matadeos todos naõ seia tal que escape todos todos [sic] andem a espada os que sobirão apartaransse logo em duas partes & hũs peleeiaraõ com os da outra parte era ja tanta a volta das vozes de ambas as partes que se naõ podiaõ entender⁹⁴⁰</p>	<p>E elRey D. Afonso bradou emtom a altas vozes: «Santiago, Santa Maria, Virgem bemauenturada, acorenos aquy», dizendo ajnda: “Mataos, mataos, nom seja tal que escape, todos andem a espada”! Neste feyto era o Mestre dos Cavaleiros do Templo, D. Gualdino, com sua Cavalarija, e lhes foram dadas a seu quynhão três escadas pelas quaes entraram, ele e os seus cavaleiros, muy ardidamente. E os que sobirom apartaromse loguo em duas partes, e huns peleejauom com os de huma parte, e outros com os da outra. E era ja tanta a volta das vozes da vela as portas, que se não podiom emtender⁹⁴¹</p>	<p>E elRey também de pee do muro a altas vozes também acudyo santa marya virgem bem aventurada [...] bradando Aos seus q erã em syma do muro mataios Amdem todos a espada q nã fique [“fique” riscado] nenhũ E os q sobyã Apartarãose loguo pello muroem duas partes peleejãdo de cada hũa cõ hos mouros q vynhã era tamta a volta e aRoido danbollas partes q se nã podyaõ entender⁹⁴²</p>

É, por isso, bastante provável que *tenha sido C (ou um seu antecedente) quem aqui introduziu referências a Gualdim Pais e aos Templários*, e não um antecedente

⁹³⁸ A mais notória das quais é a passagem da enunciação em primeira pessoa do texto latino para a terceira pessoa na crónica quatrocentista (Cf. atrás, II.2.2.1.).

⁹³⁹ NASCIMENTO (2005), p. 1227. Tradução portuguesa: «Bradei eu também em grande clamor: “Santiago e Santíssima Virgem Maria, socorrei-nos; o rei Afonso está aqui, matai neles, não fique nenhum que escape ao fio da espada”. Seguiu-se logo tamanha confusão de vozes de uma e de outra banda que não se podia reconhecer qualquer diferença.», in NASCIMENTO (2005), p. 1232.

⁹⁴⁰ BASTO, ed. (1945), pp. 88 - 89.

⁹⁴¹ TAROUCA, ed. (1952 - 1953, I), p. 72.

⁹⁴² 28v.

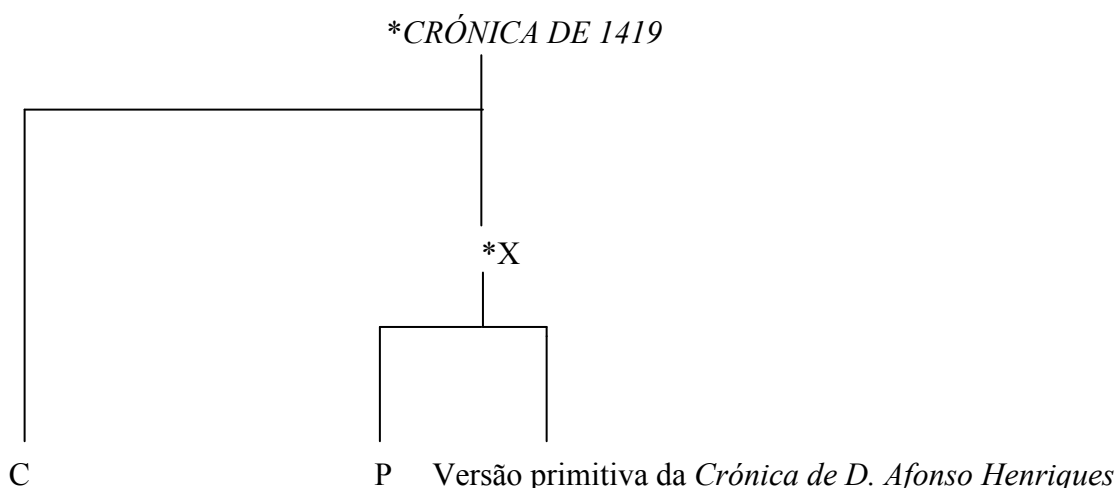
comum a P e ao códice manejado por Galvão que as tenha omitido. E se isso é válido para este ponto, manda a lógica que o seja também para o outro, ou seja, aquele em que surge, apenas em C, uma menção a Gualdim Pais na epígrafe de um capítulo, pois tudo indica que ambas as referências se devem à mesma iniciativa. Isso significa que o texto primitivo da C1419 não incluía nenhuma dessas referências à Ordem do Templo, pelo que *o ramo da transmissão textual representado por P e pelo códice manejado por Galvão preservou melhor, em ambos esses pontos, a lição do original.*

Mas podemos ir ainda mais longe. Quem, com efeito, estaria interessado em associar os templários e o seu grão-mestre português à gesta afonsina de criação e expansão do reino? A resposta não poderá ser senão uma: a Ordem de Cristo, sua herdeira e sucessora. A *Crónica de 1419* dedicava já, aliás, no reinado de D. Dinis, um importante espaço à Ordem do Templo, mas limitava-se às circunstâncias jurídicas e políticas da sua extinção na Europa, e subsequente criação, em Portugal, da Ordem de Cristo. Associar os templários a dois dos mais importantes episódios guerreiros da reconquista entre nós (Ourique e Santarém) seria, por isso, certamente uma forma de, a um tempo, enaltecer o seu capital simbólico e demonstrar a razão de ser da Ordem que tinha ocupado o seu lugar.

É até possível que a referência isolada, e constante apenas de uma epígrafe, a uma conversa supostamente havida entre Gualdim Pais e Afonso Henriques antes da primeira daquelas batalhas (e sabemos como as falas das personagens são momentos particularmente aptos a veicular discursos ideológicos) denuncie a intenção do interpolador desenvolver o assunto no respectivo capítulo, projecto que, no entanto, não terá levado a bom termo.

Seja como for, uma coisa me parece clara: *ou o próprio C é um códice oriundo da Ordem de Cristo, ou copiou um modelo que teve essa origem.*

Em resumo, as conclusões a que pude chegar a respeito da filiação do códice da C1419 manejado por Duarte Galvão na tradição manuscrita desta crónica podem, sem ter em conta hipotéticos níveis intermédios (impossíveis de delimitar com os dados disponíveis) visualizar-se da seguinte maneira:



4.1.3. O Ms. 290 foi copiado antes de que a segunda mão o refundisse: o testemunho de Évora CIII-2/12

Antes de passar à «versão vulgata» da *Crónica de D. Afonso Henriques* e à análise das suas relações com a *Crónica de 1419*, parece-me de salientar ainda um outro e importante facto relacionado com o ms. 290 Alc. BN.

Vimos já que Artur de Magalhães Basto referenciou certo manuscrito à guarda da Biblioteca Pública Municipal de Évora [CIII 2-12] que inclui um Sumário de Cónicas dos reis Sancho I – Afonso V muito próximo do texto respectivo do ms. 290. Tão próximo, que Cintra o considerou «uma versão refundida (pouco afastada do original)⁹⁴³».

Os dois textos são, efectivamente, muito semelhantes, e não pode haver dúvida acerca de qual copiou qual. Apesar disso, existe pelo menos uma importante diferença entre eles, e é que *nenhum dos acrescentos da responsabilidade da segunda mão no manuscrito de Lisboa aparece no de Évora*.

Assim, o texto primitivo do Sumário do reinado de D. Afonso II terminava com a notícia da sua morte:

«[...] forã os Anos de sua vida trinta e sete dos quaes Reinou doze jaz sepultado no moesteiro dalcobaça⁹⁴⁴»

⁹⁴³ CINTRA (1999b).

⁹⁴⁴ BASTO, ed. (1945), p. 351.

Mas a segunda mão acrescentou uma referência a dois dos filhos do monarca:

«E ouue mais elRei dõ aº o Ifante dõ f.do s.or de Serpa e hua fª q foy Rainha de dina marca⁹⁴⁵»

Que não consta do ms. de Évora, apesar de ele acrescentar por sua conta a data da morte do rei :

«[...] forão os annos de sua vida trinta e sete dos quais reinou doze e finouse em a era de cezar de mil e dozentos e outenta e sete anos e jaz sepultado no moesteiro dalcobaça⁹⁴⁶»

E como este, nenhum dos restantes acrescentos da segunda mão no manuscrito de Lisboa – todos eles curiosamente relativos aos casamentos e descendência dos monarcas – aparece no de Évora, que, no entanto, acrescenta, por vezes, alguns dados novos⁹⁴⁷:

Alc. 290 BN

«[D. Sancho II] finoussse na era de César de J e ijtos Rbij Anos jaz na see de Toledo cidade pcpial de Castela **foy casado cõ dona meçia lopez de aro fª do cõde dom lopº de aro sor de Biscaya e molher q fora de dõ aluº piz de castro e dela nõ ouue fºs**⁹⁴⁸»

«finouse [Afonso III] na era de Cesar de j iijc xbj Anos Jaz no Moest.ro dalcobaça cõ elRey dom aº seu padre **o qual como foy Rey Leixou... molher a cõdesa madama mãthilde & casou cõ a dita dona briatiz fª bastarda delRey dõ aº de castela porq lhe derão cõ ella grande dote**⁹⁴⁹»

«e a Raynha dona Isabell sua molher mãdou fazer o mostr.º de santa crara de cuynbra he hy jaz emteRada a quall segundo seus mjlagres q Ds por ela fez hee avida por santa e **asy ouue hũa filha que se chamou dona costumça q foy Rª de castella molher delRey dom Fdo de Castela o q moReo**

Évora CIII 2 - 12

«[D. Sancho II] finouse em a [sic] de cezar de mil e dozentos e noventa e sete annos⁹⁵²»

«finouse em a era de cezar de mil e trezentos e vjmte e oyto annos foy sepultado ẽ Alcobaça com seu padre⁹⁵³»

«e a Rª dona Isabel sua molher mãdou fazer o mostr.º de samta crara de coymbra omde jaz sepultada a quall segumdo seus milagres que ds por ela fas he tida e avida por santa⁹⁵⁴»

⁹⁴⁵ BASTO, ed. (1945), p. 351. Magalhães Basto nota que este e outros trechos foram entrelinhados, mas deixa em aberto a insustentável hipótese de tal ter sido feito pela 1ª mão.

⁹⁴⁶ BASTO, ed. (1945), p. 357.

⁹⁴⁷ Coloco a negrito os acrescentos da segunda mão em Alc. 290 BN.

⁹⁴⁸ BASTO, ed. (1945), p. 351.

⁹⁴⁹ BASTO, ed. (1945), pp. 352 - 353.

ẽplazado⁹⁵⁰»

«e fynouse [D. Afonso IV] na era de cesar de mill e iijtos LRb Anos ouue muitos fos piquenos q Morrerã... os q viera a... fora .s. o pcype dõ pº q Reinou depois delle e a Jfante dona Mª Rª de Castela molher delRey dõ aº de castella q era duas vezes primo cõ jrmão de sua molher & asy ouue a jfante dona Lianor q foy Rª daragã molher delRey dõ pº o quarto daragam⁹⁵¹»

«finouse em a era de cesar de mil e quatrocentos [*sic*] e novemta e cimquo anos jas sepultado na see da muy noble cidade de lxª acompanhado de huũ tão omRado colegyõ omde se por ele fazem muy grandes sacraficios como se tratarão digo se tratão cada dia e muytos saberes e a mor parte destes [...] na ygreja he avido por santo⁹⁵⁵»

Em meu entender, isto só pode significar que *o Sumário de Crónicas do ms. Alc. 290 BN foi copiado antes que a segunda mão nele operasse*, e seguramente por alguém muito próximo da câmara régia e com acesso aos materiais de trabalho dos cronistas oficiais que nela, certamente, se guardavam.

Por outro lado, praticamente todos os acrescentos da responsabilidade da segunda mão do ms. 290 relativos aos casamentos e/ou à descendência de Afonso II, Sancho II, Afonso III e D. Dinis⁹⁵⁶ têm paralelo com a C1419 e é, portanto, provável que, tal como sucedeu com a *versão primitiva da Crónica de D. Afonso Henriques*, também aqui o refundidor tenha recorrido à obra quatrocentista para acrescentar alguns pormenores que o texto inicial não contemplava.

Nem tudo fica, porém, assim explicado. Com efeito, o primeiro casamento de D. Mécia Lopes de Haro e a conhecida lenda do emprazamento de Fernando IV não constam da C1419 e têm, seguramente⁹⁵⁷, outra origem. Ora, segundo atrás vimos, Lindley Cintra propôs, a meu ver com bom fundamento, que a segunda mão de Alc. 290 BN fosse atribuída a Rui de Pina ou a alguém às suas ordens, e tanto o casamento de D. Mécia Lopes de Haro com Álvaro de Castro, como o emprazamento de Fernando IV constam das *Crónicas de Pina*. É, por isso, natural que ele próprio (ou outrem com

⁹⁵² Fólio 1v.

⁹⁵³ Fólio 2r.

⁹⁵⁴ Fólio 2v.

⁹⁵⁰ Fólio 55r. Esta parte não foi editada por Magalhães Basto.

⁹⁵¹ BASTO, ed. (1945), pp. 353 - 354.

⁹⁵⁵ Fólio 3r.

⁹⁵⁶ De Afonso IV nada se poderá afirmar, devido ao facto de uma das lacunas do ms. Cadaval respeitar, precisamente, ao casamento e descendência do rei.

⁹⁵⁷ É verdade que o facto de o reinado de D. Dinis específico da C1419 sobreviver actualmente com notórias lacunas poderia fazer-nos duvidar de que a lendária morte do seu genro constasse já de algum capítulo desta obra hoje perdido. Creio, todavia, que a forma como a Crónica refere de passagem a morte do rei castelhano assegura que em nenhum outro momento o assunto seria mais desenvolvidamente tratado. Cf. CALADO, ed. (1998), p. 212.

acesso às mesmas informações) tenha acrescentado ambos esses factos aos sumários previamente redigidos por Galvão⁹⁵⁸.

4.2 – A versão vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques* e a C1419

4.2.1. Filiação da versão vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão na tradição manuscrita da C1419

Estabelecidas as relações textuais da versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* e dos Sumários que se lhe seguem em Alc. 290 BN com a C1419, o passo seguinte deveria ser, de acordo com as pautas por mim traçadas para esta parte da dissertação, uma análise da forma como a obra quatrocentista foi aproveitada – foi, se

⁹⁵⁸ Considero necessário deixar duas notas finais a respeito da problemática envolvendo o ms. Alc. 290 BN, a Versão Vulgata e a C1419:

- i) A data atribuída à feitura da *Crónica de D. Afonso Henriques* no primeiro capítulo da Versão Vulgata (1505) resulta do trabalho da 2ª mão de Alc. 290 [fólio 4r, hoje consideravelmente degradado], o que, de acordo com todas as conclusões aqui expostas, significa que o texto primitivo redigido por Galvão é anterior a essa data. De maneira nenhuma posso, no entanto, aderir à hipótese (registada, p.ex., por José Mattoso, «Duarte Galvão», LANCIANI e TAVANI, 2000) de tal texto poder ser anterior a 1490; basta para rejeitá-la a circunstância de o prólogo da versão primitiva estar já dirigido ao Rei D. Manuel, bem como o facto de o Sumário de Crónicas que se lhe segue terminar no final do reinado do *Príncipe Perfeito*. Por outro lado, o problema de conciliarmos a tarefa historiográfica incumbida a Galvão com o facto de D. João II ter, *aparentemente*, atribuído a mesma tarefa a Rui de Pina em 1490 desaparece se entendermos esta última atribuição no sentido restrito que lhe dou em I. 2. B). É verdade que há, e provavelmente haverá sempre, dados para nós obscuros no processo de realização das Crónicas oficiais durante o reinado de D. Manuel (por exemplo, o facto de a *Crónica de D. Afonso Henriques* manter, como vimos, uma remissão para o reinado de D. Fernando, não obstante existir a Crónica de Fernão Lopes e Rui de Pina não ter, posteriormente, redigido qualquer crónica desse monarca, ou a possibilidade, apontada por DUARTE, 2002, de Vasco Fernandes de Lucena ter, enquanto cronista-mor do reino, chegado a redigir uma crónica), mas a circunstância de ter sido Duarte Galvão quem estava inicialmente encarregado de redigir as crónicas da dinastia afonsina não me oferece grandes dúvidas.
- ii) Devo, por último, deixar registado um facto que, se não será suficiente para rejeitar as teses de L. Cintra que fiz minhas, obriga, porém, a considerar mais complexo o processo de feitura da Versão Vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques*: o cap. LX desta obra inclui uma afirmação atribuída a D. João Galvão que é nitidamente da responsabilidade de Duarte Galvão, seu irmão, *mas que não se encontra no ms. Alc. 290*. Confesso que cheguei, por isso, a duvidar das conclusões genéricas daquele autor; se, no entanto, mantenho as minhas teses (que partem das dele), é porque não me vejo capaz de formular uma interpretação *global* alternativa. Com efeito, a única alternativa seria vermos em Alc. 290 um Sumário de Crónicas anónimo que, posteriormente à sua feitura, alguém teria pretendido transformar numa cópia da *Crónica de D. Afonso Henriques*; mas, sendo assim, porque não teria simplesmente feito uma cópia limpa dessa Crónica, em lugar de se dedicar à feitura de um códice de aspecto assaz bizarro e pouco cómodo para efeitos de leitura? E como conciliar este cenário alternativo com o facto de os Sumários de D. Sancho I a D. Dinis terem conhecido a C1419, tal como a *Crónica de D. Afonso Henriques* conheceu? Esses Sumários são, além disso, seguramente anteriores à década de 1530, pois já então o seu texto foi conhecido por Gaspar Correia e Rodrigues Acenheiro.

quisermos, *lida* – por Galvão na feitura daqueles textos, especialmente do primeiro⁹⁵⁹. Não o farei, porém, e isto por duas razões. Em primeiro lugar – razão de ordem pragmática –, porque as características e o estado do ms. da Biblioteca Nacional inviabilizam, de todo, uma leitura global e articulada do texto da *versão primitiva*: ou porque a segunda mão riscou intensamente várias passagens escritas pela primeira, ou porque a tinta foi corroendo o papel (aspectos evidentemente agravados na reprodução fotográfica de que me fui servindo), ou ainda por outras naturais manifestações da passagem do tempo, não me é, de todo, possível ler na íntegra o seu texto. E se isso não obstaculiza o estabelecimento de relações textuais (dada a sistematicidade dos fenómenos observáveis e a representatividade que lhe podemos conferir), impede, isso sim, uma leitura global da forma de aproveitamento de uma obra por outra. Por outro lado – razão de ordem interpretativa –, o texto que os portugueses (e não só) viriam a considerar a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão não foi esse, mas aquele que, tendo resultado do trabalho refundidor da segunda mão de Alc. 290 BN, viria posteriormente a ser luxuosa e abundantemente copiado e mesmo, com as conhecidas censuras, editado. Quer dizer: a *versão primitiva* revelou-se estéril; e essa esterilidade, se, por si só, não chega para de todo menosprezar o seu interesse (sobretudo quanto ao estabelecimento de relações textuais como as que até aqui me têm ocupado e suas implicações no processo de recepção da C1419), minimiza um tanto a sua importância enquanto veiculadora de determinado discurso historiográfico. Além de mais viável é, portanto, mais pertinente (afigura-se-me) privilegiar, a partir de agora, a versão vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques*.

Começemos pelo seguinte problema: tendo a *versão vulgata* resultado, segundo vimos, do trabalho de um redactor que manejava a C1419 e a ela recorreu para refundir o texto deixado por Galvão, será possível, e à semelhança do que já fiz a respeito da *versão primitiva*, entroncar, no estema da obra quatrocentista actualmente passível de reconstrução, o códice usado por esse redactor? Penso que sim, e bastará um pormenor para o fazer.

Com efeito, já Magalhães Basto notou⁹⁶⁰ que na base de certa passagem pouco clara da *Crónica de D. Afonso Henriques* se encontrava uma lição errónea de um dos

⁹⁵⁹ Visto que, a respeito dos Sumários, forneci já indicações acerca da forma como eles aproveitaram a C1419.

⁹⁶⁰ BASTO (1960), pp. 107 - 112.

testemunhos da C1419. Assim, ao trecho que a *Vita Theotonii* dedica aos preparativos da conquista de Santarém e às orações nesse contexto proferidas pelo prior de Santa Cruz:

«Domine, domine, inquit, omnipotens, qui muros Ihericho sine gladio et arcu subruí fecisti. qui etiam ad precem Iosue contra Gabaon solem stare precepisti tuam deprecamur ineffabilem clementiam ut regi nostro famulo tuo *sub umbra cuius te protegente uiuimos* uictoriam propitius concedere digneris de inimicissima christiani populi ciuitate»⁹⁶¹

Corresponde, em P, um erro de cópia:

«Sñor Ds todo poderoso que fizeste cair os muros de Jerico sem ferro e sem aço e que a rogo de Josue fizeste estar o soll quedo contra Gabaõ rogo a tua infinita piedade que tu queiras dar segundo a tua misericórdia *vitoria a elrej sol e sombra do qual viuemos* per tua ordenança e lhes des a villa que quer ganhar p^a ter (*sic*) seruico liurandoo p. tua bondade dos imigos da fee em guisa que a seita do cujo mafamde seia lancada fora e o teu nome bento seia sempre louuado.»⁹⁶²

De que C está isento:

«Senhor Deos todo poderoso, que fizeste caji os muros de Gerjquo sem ferro e sem arco, e que a rogo de josuee fizeste estar o sol quedo comtra Gabaão, rogo a Tua jnfinda piadade, que Tu queyras dar, segundo Tua mjserycordia, *vitorja a elRey, sob a sonbrra do qual vivemos* por Tua ordenamça, e lhes dêa a vila que quer ganhar pêra Teu serujço, liurando-a por Tua bondade dos jnmjguos da Fe, de guysa que a çeyta do çujo Mafamede seja lamçada fora, e Teu nome seja sempre louuado»⁹⁶³

Mas se reflecte claramente na *Crónica de D. Afonso Henriques*:

«Senhor Deus Todo Poderoso, que sem combate nem força humana fezeste cahir os muros de Jerico, e a rrogo e voz de Josue mamdaste estar quedo ho soll de seu cursu comtra Gabaão, peço aa tua imfijimda piedade, que segundo tua gramde misericordia queiras dar vitoria a elRey dom Affomssso, afadiguado por te seruir, *damdo lhe soll e soombra que ajude sua tençam*, e todo aazo como tome a villa que uay ganhaar pera teu seruiço, e liurar dos jmijiguos que a tem com doesto de tua samta fee: por tall que a çuja seita de Mafamede seia lamçada fora della, e o teu santo nome seia hij sempre louuado»⁹⁶⁴

Num trecho da responsabilidade da segunda mão em Alc 290:

⁹⁶¹ CRUZ, ed. (1968), p. 63. Itálico meu.

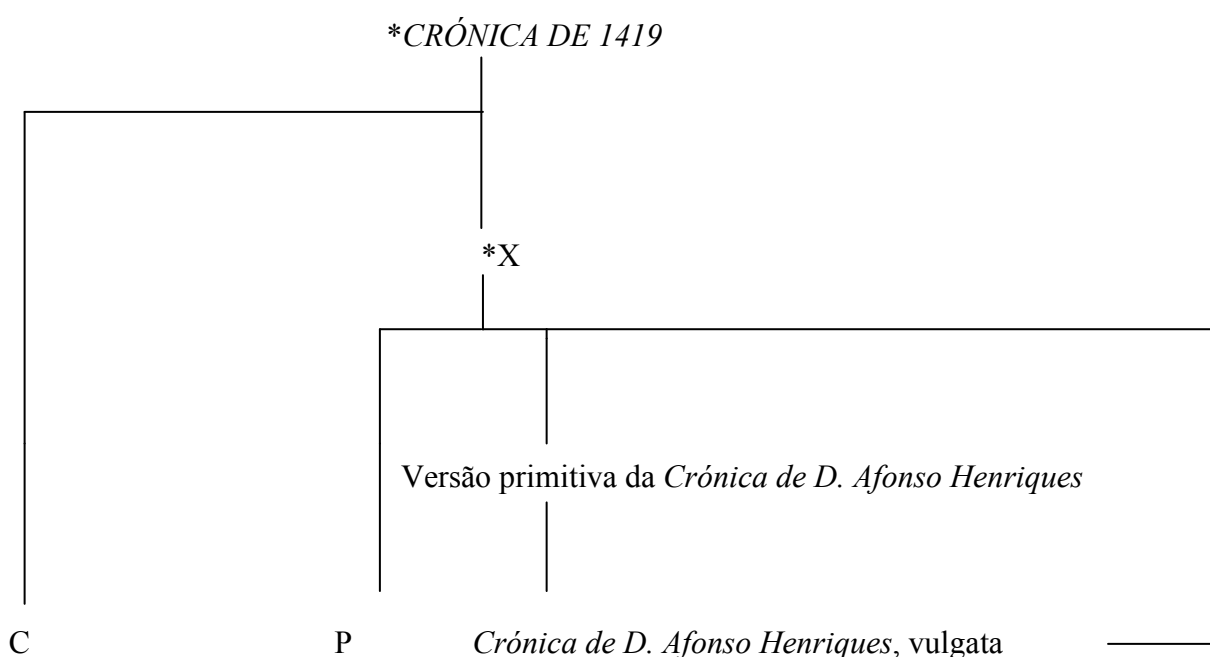
⁹⁶² BASTO, ed (1945), p. 87. Itálico meu.

⁹⁶³ TAROUCA, ed. (1952 - 1953, I), pp. 68 - 69. Itálico meu.

⁹⁶⁴ FONSECA, ed. (1995), p. 112. Itálico meu.

«Sor Deus todo poderoso *que* sem cõbate nẽ forca humana fizeste cajn os muros de iherico e a Rogo e voz de Josue mãdaste estar quedo o soll de seu curso cõtra guabam peço a tua jnfinda piedade *que* segũdo tua *miseriordia* (?) queiras dar vitoria a elRey *dom afonso* afadiguado por te servir dãodolhe soll e sonbra *que* ajude sua tenção e todo azo como tome a vylla *que* vay ganhar *para* teu (?) serviço e livrar dos jmigos *que* a tem cõ doesto de tua sãta fe por tall *que* a cuja (?) seyta de mafamede seja lâçada fora della e o teu sãto nome seja hy sempre louvado» [5v]⁹⁶⁵

Isto parece-me suficiente para que entronquemos o códice da C1419 manejado pelo refundidor da *Crónica de D. Afonso Henriques* na rama textual daquela crónica a que pertence o ms. P. Ou seja, e enriquecendo o esquema atrás apresentado:



4.2.2. Forma de aproveitamento da C1419 pela *Crónica de D. Afonso Henriques*: repetição e diferença.

Vejamos agora, mais de perto, a forma como a obra quinhentista se serviu da sua fonte principal.

Da C1419, a *Crónica de D. Afonso Henriques* reteve, com impressionante regularidade, todos os episódios, mantendo, inclusivamente, a ordem pela qual eles

⁹⁶⁵ É talvez necessário dar conta da estrutura do códice neste ponto, a fim de que se perceba a localização da passagem em causa. Assim, no fôlio 27v, às palavras finais do cap. XXXI da ed. Tomás da Fonseca, «desta vez nella moyra», seguiam-se mais algumas frases e o início do capítulo seguinte, o qual se prolongava pelo fôlio 28r. Tudo isto foi riscado pela segunda mão, que redigiu, no fôlio 5v, um novo capítulo destinado a substituir essas passagens agora inutilizadas. Note-se que tanto no ms. de Coimbra (editado por Fonseca), como no da Torre do Tombo (editado por J. de Bragança), o capítulo em que se insere a passagem em análise é o XXXI; mas, em Alc. 290, é o XXX.

surgem na sua fonte. Para além da reforma estilística, normalmente condicionada pela necessidade de verter em português do séc. XVI a linguagem mais arcaica de quatrocentos, ou do acrescento de frases e comentários destinados a fornecer maior coesão sintáctica e narrativa ao texto – aspectos que aqui não analisarei⁹⁶⁶ –, as modalidades de diferenciação do texto de quinhentos situam-se, sobretudo, em três planos: consulta de fontes adicionais; sequencialização do texto em capítulos menores de acordo com a lógica narrativa; e, questão mais de fundo, ressemantização de alguns vectores ideológicos do texto fonte com vista, sobretudo, à construção de uma imagética providencialista do reino (e dos reis) de Portugal. Vejamos cada um destes casos.

a) Consulta adicional de fontes

Não são muitas as passagens em que a *Crónica de D. Afonso Henriques* recorre a fontes adicionais, e nem sempre essas fontes são passíveis de identificação.

Uma fonte adicional perfeitamente identificável é a C1344⁹⁶⁷. É ela que fornece, com efeito, uma pequena informação do cap. II, acerca das origens do nome «Portugal»:

«e por aportarem hi mercadores em nauios, e assi pescadores per o rrio demtro, e amcorarem e estenderem suas rredes da outra parte do rrio para isso mais conueniente, se pourou outro lugar, que sse chamou o Porto, que ora he cidade muy principal» (*Crónica de D. Afonso Henriques*)⁹⁶⁸

«E, por esto, os pescadores de Galliza e das outras partes d'arredor ãtravam per o Doiro em suas barcas e viinhã a Gaya vender o seu pescado. E despois passavansse da outra parte, por que era bõo logar e de boa area pera estender as redes e folgar. E por esto poserom nome, aaquelle logar em que assi aportava, Porto. E, despois per tempo, foy ally pobrada hũa villa e chamaronlhe o Porto.» (C1344⁹⁶⁹)

E a C1344 é também, muito provavelmente, a origem de algumas informações acerca da conduta piedosa do rei localizadas no penúltimo capítulo do texto atribuído a Galvão e explicitamente adjudicados a «huũa cronica»:

⁹⁶⁶ Posso, em todo o caso, dar alguns exemplos de procedimentos destinados a tornar o texto mais coeso. Assim, durante a conquista de Santarém, e no momento em que Afonso Henriques confessa aos seus homens que tinha mentido aos monges de Coimbra, o texto da *Crónica de D. Afonso Henriques* é muito mais claro e congruente que o da C1419: compare-se FONSECA, ed. (1995), pp. 108 - 109 com CALADO, ed. (1998), p. 40; também no relato do martírio de S. Vicente, a obra quinhentista introduz precisões cronológicas e ajustes textuais que tornam a narração mais escorreita (compare-se o cap. XIX com o cap. 15 da C1419), etc.

⁹⁶⁷ A dívida ocasional da *Crónica de D. Afonso Henriques* para com a C1344 foi primeiro assinalada, um pouco de passagem, por CINTRA (2009), I, p. CCCLXXVII, nota 160. BRAGANÇA, ed. (s/d), que desconhecia ainda a C1419 aquando da feitura da sua edição, creu que a obra trecentista fora a fonte principal de Galvão.

⁹⁶⁸ FONSECA, ed. (1995), p. 13.

⁹⁶⁹ CINTRA, ed. (2009), IV, p. 5.

«Em huia cronica achei, que elle começou a Hordem de Santiago, e deu ao Espritall de Jerusalem oytemta mill dinheiros douro, pera se comprar herança de tanta rremda, pera que sse desse cada dia a todollos enfermos da enfermaria mamtimento de pam e vinho, por que o mettessem cada dia em oraçam: e assi fez outras muitas cousas de grande caridade e deuaçam» (*Crónica de D. Afonso Henriques*)⁹⁷⁰

«E este rey dom Affonso começou a hordem de Santiago e deu ao espital de Jherusalem LXXX mil maravedis en ouro pera comprar herdade de tanta renda, pera que dessem aos enfermos da enfermaria senhos pães quêtes e senhos vasos de vinho por que o metessem cada dia ã oraçam» (C1344⁹⁷¹)

Bem como a de uma apreciação genérica da actuação do monarca parcialmente refeita pela *Crónica de D. Afonso Henriques*:

«Este rey dom Affonso, ã sua mancebia, foy muy bravo e esquivo. Mas despois foy muy manso e mesurado e boo cristão e fez muyto serviço a Deus. E este era o mais esforçado cavalleiro assi em armas como em força que avya em Espanha nã de que os mouros mayor medo avyam» (C1344⁹⁷²)

«e que alguis escpreuessem delle que em sua mamçebia foi brauo e esquiuo sobeio: certo a mim parece, comsijramdo bem tudo, que [...] lhe nam fosse compridoyro seer em tudo queiamdo foy» (*Crónica de D. Afonso Henriques*)⁹⁷³

Além destas, e pondo de parte certas precisões cronológicas⁹⁷⁴, encontro apenas, em todo o texto da *Crónica*, quatro outras passagens alheias à C1419⁹⁷⁵ e que não foram, certamente, invenção do(s) redactor(es) ao serviço de D. Manuel.

A primeira surge no final do capítulo dedicado ao nascimento de Afonso Henriques (cap. III) e revela uma curiosa confusão com uma outra personagem bem conhecida da historiografia medieval, Afonso Jordão:

«e como quer que alguis comtem seu naçimento auer sido ultramar, e boutiçado no rrio de Jordam, porem por mais uerdade achei sser seu naçimento como disse⁹⁷⁶»

⁹⁷⁰ FONSECA, ed. (1995), p. 204.

⁹⁷¹ CINTRA (2009), IV, p. 234.

⁹⁷² CINTRA (2009), IV, p. 234. É verdade que esta passagem, tal como a anteriormente citada, aparecem também na *Primeira Crónica Portuguesa* (copiada, em versão interpolada, na *IVª Crónica Breve*), texto que, para além de ter sido fonte da C1344, foi conhecido pelos monges de Santa Cruz. Dadas as relações de Galvão com este cenóbio, pode acontecer ter sido a *Primeira Crónica* e não a de 1344 a sua fonte; a hipótese da C1344 é, porém, mais económica, dadas as circunstâncias de também ela ter sido conhecida e parcialmente copiada em Santa Cruz (dando origem à *IIIª Crónica Breve*) e, sobretudo, de a *Crónica de D. Afonso Henriques* a ela ter seguramente recorrido na primeira das passagens por mim referidas.

⁹⁷³ FONSECA, ed. (1995), p. 207.

⁹⁷⁴ Ver em FONSECA, ed. (1995), pp. 19 (viagem de D. Henrique à Terra Santa), 73 - 75 (época do martírio de S. Vicente), 96 (idade de Afonso Henriques aquando do seu casamento), 122 (ano da conquista de Lisboa), 146 (idade do rei aquando da conquista de Sesimbra), 208 (Afonso Henriques morre três anos antes da perda de Jerusalém pelos cristãos).

⁹⁷⁵ Não incluindo na conta a referência, que fecha a *Crónica*, ao epitáfio do rei em Santa Cruz de Coimbra: FONSECA, ed. (1995), p. 208.

⁹⁷⁶ FONSECA, ed. (1995), p. 17. Segundo informa Rodrigues Acenheiro, esta falsa notícia constava de crónicas castelhanas (ACENHEIRO, 1824, pp. 9 - 10).

A segunda, incluída num episódio de que adiante voltarei a tratar, é a célebre fala dirigida por Afonso Henriques a Cristo, em Ourique:

«comfortado e animado com tall emleuamento e confirmaçam do Spiritu Samto, que sse afirma tamto que uio nosso Senhor auer amtre outras pallauras fallado a alguñas sobre coraçam e spiritu humano, dizemdo: Senhor, aos hereges, aos hereges faz mester appareceres, ca eu sem nenhũa duuyda creio e espero em ti firmemente⁹⁷⁷»

Fala que, como se sabe, é também mencionada na Oração de Obediência ao Papa Inocência VIII, proferida por Vasco Fernandes de Lucena em 1485:

«e foi tal a confiança do régio animo, tal a fé gravada no seu coração, que sem se aterrar com a estupenda maravilha, *se atreveu* a dizer *que não convinha* que Christo apparecesse a um firmíssimo crente, mas que tal apparecimento era necessário aos herejes, aos que se afastavam da fé christan⁹⁷⁸»

E nas *Memórias* de Olivier de La Marche, nobre borgunhês frequentador da corte portuguesa, que as começou a redigir no ano de 1491:

«Et de ce aucuns veulent dire que celle croix y fut adjoustee par un roy de Portugal, qui eut ceste grâce de Dieu, que, combatant les Sarrasins, une croix s'apparut au ciel devant ses yeux qui moult le conforta et sa compaignie. Le bon prince fit son oraison à Dieu, et dit: "Mon Dieu Jesus-Christ, j'ay ferme foy en toy et en ta passion douloureuse. Monstre ta croix à tes ennemis infidels, qui en toy ne veulent croire". Surquoy dit l'histoire que la croix s'apparut aux Sarrasins, et prestement furent déconfits, et que pour ce fut mise sous l'escu, la croix naissant, et soustenant ledict escu.⁹⁷⁹»

O que nos garante que essa fala, que fazia certamente parte da memória oficial de Ourique pelo menos desde os finais do séc. XV, não foi invenção do(s) redactor(es) da *Crónica de D. Afonso Henriques*⁹⁸⁰.

⁹⁷⁷ FONSECA, ed. (1995), p. 58.

⁹⁷⁸ Cito a tradução de HERCULANO (1850), p. 62. Itálicos do tradutor.

⁹⁷⁹ Transcrevo a partir de CINTRA (1999a), p. 188, onde se encontram outras passagens do texto de La Marche, bem como um resumo do seu conteúdo a respeito do escudo real português.

⁹⁸⁰ Devo, no entanto, dizer que não me parece viável a hipótese de a *Crónica de D. Afonso Henriques* decorrer aqui directamente do discurso de Lucena ou, e muito menos, das memórias de La Marche. E chamo a atenção para o seguinte facto, que creio não ter sido ainda notado: a versão de La Marche distancia-se de Lucena e da *Crónica* ao afirmar que, após a oração de Afonso Henriques, a cruz apareceu mesmo aos mouros, o que dá a essa oração um sentido completamente diferente do que tem nos outros dois textos aqui considerados, pois, neles, a ausência de um segmento narrativo após as palavras de D. Afonso obrigou os seus autores a encontrarem-lhes justificação na surpresa, humanamente aceitável, do rei. Poderá isso significar que La Marche reflectiu o enquadramento original da oração de D. Afonso, enquanto Lucena e o autor da *Crónica* conheceram alguns dos seus elementos de forma já dispersa e desfuncionalizada? É certo que todo o texto de La Marche labora em equívocos só explicáveis por um

O terceiro caso é uma curiosíssima informação intercalada no meio do capítulo dedicado às campanhas de Sezimbra e Palmela (cap. XLIII). Aquando da tomada desta última cidade, a *Crónica de D. Afonso Henriques* segue, por inteiro, a versão da C1419, segundo a qual, após um discurso inspiradamente inflamatório de coragem proferido pelo rei aos seus homens, os portugueses atacam vitoriosamente as tropas muçulmanas que tinham vindo em defesa da sua praça. Haveria, porém, uma outra versão, menos lisonjeira, dos acontecimentos, e a *Crónica*, embora a procure justificar, não a ignora:

«Alguũs comtam que sse guardou elRey pera de madrugada dar nelles, homde foram vistos pousar, por ser ora e tempo aazado pera mais desmayo e desbarato dos mouros: e que assy o fez, e os desbaratou: como quer que fosse feito, foy em que emtrou saber de cauallaria, com grande coraçam e esforço ajudado por nosso Senhor, por cuio seruiço se aventurara⁹⁸¹»

O último caso de recurso a fontes adicionais foi já por mim mencionado: trata-se da grande invasão muçulmana ocorrida nos últimos anos do reinado de D. Afonso Henriques. O capítulo LVII da *Crónica de D. Afonso Henriques*, cuja matéria corresponde ao capítulo 43 da C1419 na numeração de A. Calado, dá conta da grande investida militar de «Almiramolim Emperador que sse dezia dos Mouros» e seu numeroso exército por terras portuguesas, e fá-lo, como de costume, seguindo muito fielmente a sua fonte principal. Após mencionar a chegada das tropas berberes a «Ortelagoa», noticia, porém, e com toda a clareza, a existência de uma outra versão dos acontecimentos, que, todavia, procura harmonizar com a que previamente fornecera:

«Esta comta da entrada e jornadas dAlmiramolim se escpreue assi na cronica: como quer que huũ letereiro dos que estam no comuentto de Thomar desuaria alguũ tanto, e diz que foy elRey Almiramolim çerquar o castello de Thomar no primeyro dia de Julho, e o teue çerquado seis dias, trazemdo comssiguo quatro çemtos mill de cauallo, e quinhentos mill de pee, bem poderia, passado o Tejo, de tamta multidam apartarsse mujta gente a poer este çerco, e fazer outras coridas pella terra, e chegar elle a jssso, e leixallo posto⁹⁸²»

conhecimento muito deturpado de uma série de tradições (p.ex., atribui a D. Afonso III o episódio em que um monarca português se despe e mostra as feridas do seu corpo a um Cardeal e diz que D. João I era judeu, por isso que acrescentou uma cruz verde às armas reais), o que poderia explicar também esta sua versão, e é certo que o próprio La Marche denota ter travado conhecimento com Lucena; mas não é muito fácil de entender o surgimento da oração de D. Afonso Henriques sem qualquer espécie de seguimento narrativo – a não ser numa lógica, que se diria muito pós-moderna, de desconstrução ideológica (vide *História do Cerco de Lisboa*, de J. Saramago). Além disso, e dê-se-lhe o crédito que se queira, o facto é que o nobre francês menciona, justamente a propósito da aparição da cruz aos muçulmanos, uma “histoire”.

⁹⁸¹ FONSECA, ed. (1995), p. 148.

⁹⁸² FONSECA, ed. (1995), p. 196.

Este «letereiro» é, seguramente, um que subsiste ainda e corresponde ao número 188 da recolha de BARROCA, 2000:

«E(ra) M CC XX VIII III NoNaS IULII VENIT REX DE MAR(r)OQ(u)IS
DUCENS CCCC MILIA EQ(u)ITUM ET Q(u)INGENTA MILIA PEDITUM ET
OBSEdit CASTRUM ISTUD PER SEX DIES ET DELEVIT QUANTUM
EXTRA MURUM INVENIT CASTELLUm ET PREFATUS MAGISTER CUM
FRATRIBUS SUIS LIBERAVIT DEUS DE MANIBUS SUIS IPse
INNUMERABILI DETRIMENTO HOMINUm ET BESTIARUM⁹⁸³»

E, como se observa, nem mesmo o testemunho de um documento tão autorizado (porque contemporâneo dos acontecimentos relatados) foi suficiente para desacreditar a versão fornecida pela C1419. Tudo isto indicia, com bastante clareza, que, apesar de no princípio do século XVI circularem versões díspares e por vezes contraditórias sobre a época de D. Afonso Henriques, essas versões eram, para os cronistas régios, nitidamente secundárias face à da C1419. Só em alguns raros momentos, *e sempre como complemento da sua fonte principal*, sentiram eles a necessidade de as acolher.

b) Sequencialização da narrativa

Outra diferença entre a *Crónica de D. Afonso Henriques* e a C1419, interessante pelo que releva de critérios organizacionais e de escrita, é a divisão do texto em capítulos e sua dinâmica. Sucede, com efeito, que a *Crónica de D. Afonso Henriques* divide o texto em unidades mais pequenas do que as da sua fonte principal, e fá-lo, não caprichosa ou arbitrariamente, mas de acordo com a lógica interna dos episódios, usando um ponto-chave da acção como critério divisório, ou abrindo um novo capítulo sempre que a acção muda. É o que poderemos verificar na seguinte tabela, onde, de forma sintética, incluo os capítulos da C1419 que foram sub-divididos pela *Crónica de D. Afonso Henriques* (CAH)⁹⁸⁴:

C1419	CAH
13	XIII [Os Portugueses atravessam o Tejo e chegam a Ourique, onde, tal como os Mouros, assentam arriais] XIV [Afonso Henriques discursa aos seus

⁹⁸³ BARROCA (2000), II, p. 483. Transcrevo apenas a parte final do letereiro.

⁹⁸⁴ Indico, na coluna respeitante à *Crónica de D. Afonso Henriques* (CAH), as acções abrangidas por cada um dos capítulos aqui considerados. Todas elas constam também da C1419.

	homens e eles declaram-se prontos para a batalha]
14	XV [Aparecimento de Cristo a Afonso Henriques] XVI [Afonso Henriques distribui as tropas e, antes da batalha, é feito rei pelos seus homens] XVII [Afonso Henriques muda os seus sinais; introdução da primeira tentativa de resgate do corpo de S. Vicente] XVIII [Narração do martírio de S. Vicente]
18	XXIII [Conversa de Afonso Henriques com o Cardeal Romano e fuga cobarde deste último] XXIV [Afonso Henriques cavalga no encalço do Cardeal e exige-lhe carta de Roma garantindo que nunca mais seria excomungado]
19	XXV [Leiria é tomada pelos Mouros e recuperada por Afonso Henriques] XXVI [Afonso Henriques retira aos cruzios a posse e defesa de Leiria, mantendo-lhes a jurisdição eclesiástica; casamento do rei com D. Mafalda]
25	XXXII [Tomada de Santarém] XXXIII [Fuga do alcaide de Santarém; Afonso Henriques agradece, em oração, a conquista da cidade]
27	XXXV [Repartição da terra e títulos após a tomada de Lisboa] XXXVI [Milagres feitos por Deus através do mártir Henrique de Bona]
32	XLI [Conquistas na Estremadura e Alentejo] XLII [Filhos do rei; casamento de uma de suas filhas, D. Mafalda]
38	XLIX [Preparativos para a campanha de Sevilha; discurso do rei ao Infante D. Sancho] L [Despedida das tropas em Coimbra; partida rumo a Sevilha]

39	LI [Primeiros combates com Mouros; discurso do Infante às tropas] LII [Investida de Sevilha]
42	LV [Fuas Roupinho vence os Mouros no mar e captura-lhes nove galés] LVI [Novos combates com os Mouros, em que Fuas Roupinho é derrotado e acaba morto]
44	LVIII [Casamento da Infanta D. Teresa] LIX [Doença do rei; recapitulação e louvor dos seus feitos] LX [Morte e sepultura do rei; considerações finais]

É interessante recordarmos que a própria C1419 dividira já o texto da C1344, sobretudo no reinado de D. Afonso Henriques (que era o mais extenso de todos), em unidades menores, embora não o tenha feito com a minúcia e precisão de que se viria a servir o redactor quinhentista. Tudo isto confirma a tendência, aliás já notada quanto a outro tipo de textos, para uma maior segmentação do discurso à medida que se deixa a Idade Média e se caminha para a Época Moderna.

- c) Ressemantização da fonte principal. Construção de um discurso providencialista.

Aquele que é, porventura, o aspecto mais interessante da maneira como a *Crónica de D. Afonso Henriques* se afasta da C1419 é a ressemantização levada a cabo pelo redactor do século XVI com vista à construção de uma imagética providencialista em torno dos reis e do reino de Portugal. Em termos gerais, a *Crónica de D. Afonso Henriques*, embora mantenha o carisma pessoal dispensado pelos céus ao primeiro rei português, transfere para o plano nacional a retórica cruzadista que, na sua fonte, se situava num nível mais genérico de cristandade, ao mesmo tempo que acentua os aspectos hagiográficos constantes já da obra quatrocentista; ao fazê-lo, transforma os Portugueses num novo povo eleito de Deus, por Ele destinado e amparado e pelos seus

reis capitaneado⁹⁸⁵. Esta orientação ideológica foi conseguida, essencialmente, mediante três estratégias: inserção de um Prólogo que condensa os sentidos gerais do texto, orientando a sua leitura; frequente introdução de comentários do autor/narrador; amplificação ou reescrita pontual do texto-fonte. Consideremos estes aspectos.

i) O prólogo

Galvão tece, no prólogo da sua Crónica, uma hábil teia argumentativa⁹⁸⁶ centrada em duas ideias fundamentais: 1) a história de Portugal demonstra, com toda a clareza, a protecção divina que os céus lhe concederam; 2) o reinado de D. Manuel tem sido a época áurea dessa história.

Do ponto de vista organizacional, podemos distinguir neste prólogo três blocos textuais, que correspondem à exposição e fundamento de cada uma daquelas ideias, as quais são enquadradas e antecedidas pela formulação de um princípio geral que funciona como mote de tudo o resto.

Segundo o cronista, a acção dos homens deverá pautar-se por dois objectivos últimos: ganhar o céu e deixar fama na terra, pois, se «pera nos neçessario nos he nossa uirtuosa uida, pera os outros nossa uirtosa fama⁹⁸⁷». Desiderato que só poderá ser alcançado, todavia, com o auxílio de Deus, já que a ninguém é dado «aver perfeiçam senam per ajuda e graça diuinall⁹⁸⁸». E se isto é verdade para qualquer pessoa, muito mais o será para os reis, que foram «postos per Deus por rregedores primçipaes na terra sobre os outros homões, pera execuçam e exemplo de uirtude⁹⁸⁹».

Ora, afirma Galvão que, no caso específico de Portugal e dos seus reis, a história mostra inequivocamente que a «ajuda e graça diuinall» não só não os têm abandonado, como os têm especialmente favorecido. Comprovam-no, sobretudo, dois importantes factos: que os reis de Portugal, embora inicialmente senhores de um pequeno território, tenham chegado a obter o domínio de mais terras que qualquer outro governante cristão e que o tenham alcançado com o objectivo último da difusão da mensagem Cristã, em prolongamento da missão outrora iniciada pelos Apóstolos – subtil alusão que, do ponto

⁹⁸⁵ Estas ideias estão também expressas, e de forma muito clara, numa carta dirigida por D. Manuel ao soberano de Calecut em 1500, possivelmente redigida por Duarte Galvão: AUBIN (1975), pp. 66 - 67.

⁹⁸⁶ Por muito que BASTO (1960), de acordo com os ventos dominantes no seu tempo e condicionado pela necessidade de valorizar a C1419, procure sistematicamente apoucar os méritos de Galvão.

⁹⁸⁷ FONSECA, ed. (1995), p. 2.

⁹⁸⁸ FONSECA, ed. (1995), p. 2.

⁹⁸⁹ FONSECA, ed. (1995), p. 2.

de vista imagético, equipara a investidura divina dos doze à investidura divina dos reis de Portugal e seus vassallos.

O apogeu desta história marcada pelo selo do amparo divino situa-a Galvão no momento presente, durante o reinado de D. Manuel I, a quem, aliás, o prólogo se dirige. E também aqui não faltarão sinais que o comprovem: o nome do rei, Emmanuel, «Deus conosco»⁹⁹⁰; a forma como, contra todas as expectativas dinásticas, ele ascendeu ao trono; a expulsão, por ele ordenada, de Mouros e Judeus do território português, para que «ficasse soo o uerdadeiro [culto] de sua christã rrelligiam»⁹⁹¹; a prossecução da guerra santa a uma escala universal; a conquista da Índia e a descoberta de novas terras, feitos nunca antes realizados por ninguém, nem mesmo pelos maiores e mais poderosos reis e povos do passado, fossem eles Alexandre, Cartagineses ou mesmo os Romanos, «que todollos outros passaram em mayor senhorio»⁹⁹²; e também a razão última de tudo isto, ou seja, a pregação e ampliação da fé, a prossecução da tarefa empreendida pelos Apóstolos e o seu culminar com a definitiva evangelização de todo o mundo⁹⁹³.

Muito mais haveria a dizer sobre este particular, sentencia Galvão. Mas, para terminar, invoca um último grande empreendimento devido ao monarca: a decisão de mandar redigir as crónicas dos reis de Portugal⁹⁹⁴. É que, devido à incúria dos tempos, os altos feitos por eles realizados não ficaram registados senão de forma muito imperfeita, «nam soo em menos pollida mas ajmda em desordenada e açerqua nam achada memoria»⁹⁹⁵. Cumpria, metaforicamente, passá-los para «mais honrrados jazijgos e sepulturas»⁹⁹⁶ (que era, acrescento eu, o que pela mesma época se estava a fazer com os restos mortais de D. Henrique, D. Teresa, D. Afonso Henriques e D. Sancho I, trasladados para novos e sumptuosos monumentos funerários por ordem do Arcebispo de Braga e do próprio rei). A tarefa não era fácil (tópico prologal da *humilitas*), seja pelas fracas qualidades do cronista, seja pela escassez de materiais

⁹⁹⁰ Galvão menciona apenas o nome do rei, não explicitando o seu pensamento. Ele é, no entanto, transparente, quando encarado no seu contexto epocal. Veja-se OLIVEIRA E COSTA (2005), p. 27.

⁹⁹¹ FONSECA, ed. (1995), p. 3.

⁹⁹² FONSECA, ed. (1995), p. 2.

⁹⁹³ Uma vez mais, é a analogia que estrutura, aqui, o pensamento de Galvão: assim como os portugueses ultrapassaram os antigos na extensão dos seus domínios, também na acção missionária o seu esforço ultrapassou o de todos quantos os antecederam.

⁹⁹⁴ Repare-se que, ao colocar a feitura das crónicas régias a par das virtuosas obras de D. Manuel em prol da fé, Galvão estava também, de algum modo, a sacralizá-las. Retomava, além disso, e em perfeita simetria, a ideia genérica inicial de que os homens devem não só procurar uma vida virtuosa, mas também deixar na terra a fama de seus feitos.

⁹⁹⁵ FONSECA, ed. (1995), p. 6.

⁹⁹⁶ FONSECA, ed. (1995), p. 2.

disponíveis, seja pela circunstância, de que já Gomes Eanes de Zurara se queixava⁹⁹⁷, de ver «que armo sobre mim juizos de muitos⁹⁹⁸». Mas não podia ficar por fazer, atentas a sua importância e a vontade régia de cuja iniciativa partira.

As ideias-força deste prólogo dão a chave interpretativa do texto por ele encabeçado: tratava-se de narrar como, desde o início e de forma constante, os reis de Portugal⁹⁹⁹ foram agraciados pelo amparo divino e colocaram todo o empenho da sua acção no objectivo máximo de difusão da fé cristã, em luta com os seus inimigos tradicionais (Mouros, sobretudo, mas também os Judeus). Em lapidares palavras de Jorge de Sena, era a história de como «Portugal ia a caminho da Índia já desde Ourique» – uma história um pouco diferente daquela que a C1419 contava. A exaltação dos reis de Portugal estava já nela presente, sem dúvida, e a guerra santa, com todo o seu aparato ideológico de aparições, profecias e mártires, ocupava na economia narrativa dessa obra um lugar de destaque; simultaneamente, Afonso Henriques tinha já a assinalá-lo a marca do amparo divino, que fazia dele uma personagem verdadeiramente carismática. Mas Portugal não era nas suas páginas o paladino máximo da cristandade, nem, e concomitantemente, um reino predestinado e divinamente amparado (a única predestinação era a de D. Afonso Henriques, e para a luta contra os infiéis). Deus não se esquecera de proteger os seus reis e todos aqueles que os auxiliaram na tarefa de conquista e ampliação do território, contudo em lado algum se fazia depender da vontade divina a existência e preservação do reino: a tónica estava colocada no confronto cristandade/islão, não no papel providencial de uma nação em concreto. O prólogo da *Crónica de D. Afonso Henriques* acrescenta, portanto, um vector providencialista e desloca para o plano nacional o que na sua fonte principal se situava a um nível mais genérico de cristandade. Não estávamos já, afinal, em 1419, com o reino ainda pendente da ameaça castelhana e a expansão a dar os seus primeiros passos; estávamos na década de 1500, depois do ouro da Guiné, da chegada de Vasco da Gama

⁹⁹⁷ No prólogo da *Crónica de D. Duarte de Meneses*: KING, ed. (1978), p. 45: “tenho tantos spreitantes que ainda eu bem nom tomo a pena na mão pera screuer ja começam de condanar minha obra”. A tarefa de Zurara, com D. Afonso V a ver nas crónicas um instrumento de reconhecimento dos bons feitos praticados por uma fidalguia em excesso dependente das benesses régias, seria, no entanto, bem mais complexa que a de Galvão, comodamente instalado na narração de longínquos passados...

⁹⁹⁸ FONSECA, ed. (1995), p. 2.

⁹⁹⁹ Recorde-se que o projecto de Galvão era, inicialmente, o de redigir as crónicas de D. Afonso Henriques e seus sucessores.

à Índia, das conquistas de Albuquerque e de D. Manuel se ter tornado o primeiro soberano da história a possuir domínios em quatro continentes¹⁰⁰⁰.

Este tipo de ressemantização não se limitaria, porém, à redacção de um prólogo.

ii) Comentários do narrador/autor

Outro processo a que a *Crónica de D. Afonso Henriques* recorre para construir a imagem providencialista e espiritualizante atrás apontada é a frequente inserção de comentários e sentenças moralizadoras devidas ao narrador (que, em ocasiões, se identifica com o autor). Vejamos alguns exemplos mais significativos.

A C1419 começava por contar como D. Afonso VI dera um condado a seu genro, D. Henrique, e entendia essa doação como o momento inicial da existência de Portugal enquanto entidade político-geográfica. A *Crónica de D. Afonso Henriques* mantém este esquema, que tinha, aliás, os seus antecedentes, mas, ao contrário da sua fonte, explica por que começa aí a narração. Ao fazê-lo, o narrador reclama a inspiração do Espírito Santo e reitera a protecção divina concedida aos reis de Portugal:

«Começando despreuer as uidas e muy excelentes feitos, dignos de eterna memoria dos muy esclarecidos Reis de Portuguall, encomendome *aaquele guidor de seus nobres e uirtuosos corações, Espiritu Samto*, que assi como *participou com eles da sua infimda graça* para os obrar, me queira algũa pera os escpreuer e assemtar em deuida lembrança¹⁰⁰¹, por tall que nam pareçam fallecidas minhas palauras na gramde exçellemçia de tam louuadas obras [...] Mas, por que melhor se saiba o procedimento deste muy uirtuoso Rey dom Affonso Hamriquez, he forçado recorrer alguñ tanto pellas caronicas atras, a elRey dom Affomssso de Castella o sexto¹⁰⁰², chamado Emperador [...] *digno de muito louuor em todo, primçipallmente em guerrear os jmijguos da nossa santa fee catholica*¹⁰⁰³»

Transcrevendo, por outro lado, de um códice da C1419, a referência às piedosas fundações de mosteiros ordenadas por Egas Moniz, o narrador vê, na acção deste

¹⁰⁰⁰ Toda esta mitologia da predestinação de Portugal em relação directa com a criação, consolidação e expansão do seu império surge-nos hoje, e após séculos de aproveitamentos vários, como uma espécie de conversa sabida. Mas Galvão estava praticamente no momento inaugural destas ideias, pelo que o seu papel como “um dos responsáveis pela formulação da ideologia imperial manuelina” (OLIVEIRA E COSTA, 2005, p. 161) e depois, por extensão, portuguesa, não deverá ser menosprezado. Sobre as ideias imperiais e providencialistas que informam múltiplos aspectos da cultura portuguesa no tempo de D. Manuel I pode ver-se, entre tantos outros, AUBIN (1975); REBELO (1998); OLIVEIRA E COSTA (2005), pp. 175 - 179, e ALVES (1985). Lembra-nos esta última autora que D. Manuel teve “de afirmar-se como Rei perante uma Corte que se habituara a vê-lo como Duque” e “teve, ainda por cima, os meios materiais de o fazer” [ALVES, 1985, p. 15].

¹⁰⁰¹ Tratar-se-á de uma invocação de função análoga às que, por norma, abrem as epopeias clássicas. E também uma forma de sacralização da crónica, no seguimento da imagética desenvolvida no prólogo.

¹⁰⁰² «O sexto» é correcção da crónica, em virtude do erro da C1419, que lhe chamava «o quinto».

¹⁰⁰³ FONSECA, ed. (1995), pp. 9 - 10. Itálicos meus.

fidalgo, uma conduta exemplar e aproveita para defender a necessidade de os cavaleiros adoptarem firmes princípios religiosos, sobrepondo as preocupações espirituais às glórias terrenas. A tirada é nitidamente dirigida à aristocracia portuguesa do século XVI, que não estaria a seguir o exemplo de tão ilustre avoengo:

«no que *he bem de notar e seguir a mujta deuaçam dos caualleiros daquelle tempo*, que com todallas suas pressas e trabalhos, e gramdes e comthinuadas despesas em guerra tam santa, e quasi do rregno a dentro, sendo entam o rregno mais pequeno e menos rrico, nam descuydaram por isso de todo outro seruiço de Deus, conhecendo que *o seruiço de Deus salua para o outro mundo, e acreçemta a cauallaria e homrra deste*. [...] Os passados segundo parece, *fundavamsse mais em fazer e guarnecer moradas pera as almas, que pera os corpos*¹⁰⁰⁴»

Outro caso. Após ter narrado o episódio de Ourique, o narrador repele as dúvidas que esse episódio tinha já suscitado e poderia vir ainda a suscitar¹⁰⁰⁵, recorrendo a exemplos da antiguidade clássica em que pequenos exércitos derrotaram outros bem mais numerosos e acentuando a vertente de guerra santa e auxílio divino que o caracterizaria:

«o que em muy mayor graao e desiguallamça se deue istimar e dizer desta uitoria delRey dom Affomso, assi pollo muito mais numero de jmijiguos e menos de christaãos, como polla uallemtia e animosidade e seita comtraira dos jmfiees, e aalem disso ueezados aas mesmas guerras nossas, e a mujtas uitorias auidas contra nos, com que sse tñham feito uemçedores da christandade e senhoriado o mundo. Nem des o tempo de Luçio Lucullo pera ca nam acho uitoria dessas mais assignadas que foram, perque desta delRey dom Affomssso se deua jullgarnem dezer menos do que disse¹⁰⁰⁶»

E quando, a propósito da trasladação dos restos mortais de S. Vicente, a Crónica retoma a narrativa, essencialmente hagiográfica, do martírio deste santo, o narrador acrescenta:

«Padeção depois de nosso Senhor duzentos e oitemta e sete annos. Deste martir glorioso fallam mujtos samtos doutores muy gramdes louuores, amtre os quaaes diz delle Samto Agustinho: Ho bem auemturado Viçemte, uerdadeiramente vemçeste. Vemçeo nas pallavras, vemçeo na tribullaçam, vemçeo queimado, vemçeo allaguado, vemçeo uiuo, vemçeo morto¹⁰⁰⁷.»

¹⁰⁰⁴ FONSECA, ed. (1995), p. 47. Itálicos meus.

¹⁰⁰⁵ «Nam se espante ninguem nem duuide do que em çima escreuo da gramdeza deste uemçimento, como ia vi espamtar alguũs por mo assi ouuirem»: FONSECA, ed. (1995), p. 66. Trata-se de um importante testemunho, ainda não devidamente notado, de como é antiga a contestação às tradições lendárias associadas a Ourique.

¹⁰⁰⁶ FONSECA, ed. (1995), p. 67. Transcrevo a parte final do comentário.

¹⁰⁰⁷ FONSECA, ed. (1995), p. 75. Este comentário está essencialmente baseado, como indicou DIAS (2003), p. 201, na *Legenda Aurea* de Jacopo de Varazze.

Mas o ponto mais interessante é, talvez, o do episódio do bispo negro. Tratar-se-ia, sem dúvida, de um conjunto de acções incómodas para um texto em que a vertente espiritual e a ortodoxia católica estavam tão presentes. Apesar disso, e ao contrário do que viria a fazer todo um conjunto de obras defensoras da união entre o trono e o altar, da historiografia mais nacionalista do século XVI às correntes apologéticas de princípios do século XX¹⁰⁰⁸, Galvão não apaga nem verdadeiramente censura o episódio¹⁰⁰⁹. Pelo contrário, transcreve-o na íntegra e descodifica-o em chave alegórica, vendo nele a prefiguração da conversão dos negros à fé cristã, por acção dos portugueses dos séculos XV e XVI. O que começou por ser um episódio de afirmação do poder real face ao poder espiritual transforma-se aqui, juntamente com Ourique, num dos momentos altos da visão providencialista e profética desenhada pela Crónica:

«Aqui falla Duarte Galluam, autor, como este feito delRey dom Affomso Hamrriquez e outros semelhantes nos bõos Prímçipes deuem ser iullgados

[...] Que assim Deus, sem nosso saber, nos leua mujtas uezes per homde nam queremos ao que mais deuemos querer, assi he de cuydar que despemssa oculltamente, sempre porem iustamente. [...] Hordenaua Deus e queria comstituir e estabelleçer Portugall rregno pera mujto misterio de seu seruiço, e exalçamento da santa ffee: como elle seia louuado se manifestou, e cada uez mais manyfesta: noque com mujta rrezam pode tambem emtrar este feito delRey dom Affomssso, em fazer assi este Bispo, como fegura ja emtam prenoticada do gramde misterio, que soo per mão de seus sobçessores nosso Senhor ao diante hordenaua, que as gemtes tintas das Ethiopias e Imdias, e outras terras nouamente per sua navegaçam e comquista achadas, vehessem emtrar e ser metidas na ffee de Christo¹⁰¹⁰»

Em todos estes casos, a *Crónica de D. Afonso Henriques* retoma o texto da C1419 sobrepondo-lhe, porém, uma descodificação própria, que transforma ou intensifica os sentidos iniciais, orientando-os numa direcção espiritualizante e providencialista.

iii) Amplificação ou reescrita pontual do texto-fonte

¹⁰⁰⁸ Foram ainda as metamorfoses desta mentalidade que levaram, certamente, já na década de 1950, o jesuíta Carlos da Silva Tarouca a considerar *inaceitável* que o autor da C1419 pudesse ter acolhido o episódio, conforme lembrei na secção I deste trabalho.

¹⁰⁰⁹ Atitude contrária à dos censores que, como é bem sabido, eliminaram os capítulos em causa aquando da primeira edição da Crónica (1726).

¹⁰¹⁰ FONSECA, ed. (1995), pp. 81 - 82. Galvão aproveita também para, de passagem, reafirmar a origem divina do poder régio: “seemdo [os reis] pessoas pruuicas, postas nos rregnos pera bem dos rregnos per Deus, e nas mãos de Deus mais que nenhuüs outros homens”; distingue, no entanto, e com toda a nitidez, a função sacerdotal das prerrogativas régias: “ca o Rey nam he Rey per ssi nem pera ssi: e pera obrar e sse saluar, outro ha de seer o caminho do Rey, outro o do frade” (FONSECA, ed., 1995, pp. 81 - 83).

Casos há, todavia, em que essa mesma orientação é feita mediante a amplificação ou reescrita pontual do texto da C1419.

A maior parte deles situa-se em discursos de personagens, momentos aliás frequentemente aproveitados pelas crónicas para a veiculação explícita de valores ideológicos¹⁰¹¹. Assim, e para dar alguns exemplos, no discurso do moribundo D. Henrique, em que este lega o senhorio de Portugal a seu filho, a *Crónica de D. Afonso Henriques* introduz a noção da origem divina do poder régio (aqui corporizado na função justiceira), noção que estaria apenas subentendida na C1419:

C1419	CAH
«Ffilho, porque o poderio sobre as jentes pera esto he estabelecido por tal que os mãos sejam costranjidos e os bons vivam antre eles em aseçeguo e paz [...]» ¹⁰¹²	«Deues, filho, saber que o poderio que o Senhor Deus neste mundo hordenou dalguũs primçipaaes sobre outros sometidos a elles, foi por tall que os maaos seiam constramgidos, e os bõos uiuam amtre elles em paz e assesseguo [...]. De sua mão [de Deus] somos isso que somos: e o que teemos nam teeríamos, se de sua mão e uoomtade ho nam teuessemos» ¹⁰¹³

E no discurso de Afonso Henriques aos seus homens, em Ourique, a Crónica, para além de omitir a referência ao Conde castelhano Fernan Gonzalez, introduz por sua conta um trecho que acentua ainda mais a vertente cruzadística que, na sua fonte, o texto já possuía:

«Nos pelleiamos por Deus, polla ffee, pella uerdade. Estes arrenegados que ueedes, pelleiam comtra Deus, pella falssidade. Nos por nossa terra, elles polla que nos tem forçada e querem forçar. Nos pollo sangue e uimgança de nossos amteçessores, elles por ajmda espargerem cruellmente o nosso. Nos por poer nossos pais, nossas pessoas, nossas molheres e filhos em liberdade, elles a nos todos em seu catiueiro. A terra que oje em dia tem e pessuem em Africa e em Espanha, nossa foy, e a christaãos por nossos pecados a tomaram; e aguora que Deus quer que a cobremos com seu desfazimento e destroçam, nam desfalleçamos aa uoomtade de Deus e a tamanho bem nosso»¹⁰¹⁴

É também aquando da narração desta célebre batalha que a *Crónica de D. Afonso Henriques* introduz mais elementos diferenciadores em relação ao texto herdado da C1419. Até ao momento em que o ermitão vem anunciar a vitória a D. Afonso, e

¹⁰¹¹ Ver, a respeito dos discursos proferidos antes de batalhas, LOPES (1995).

¹⁰¹² CALADO, ed. (1998), p. 8.

¹⁰¹³ FONSECA, ed. (1995), pp. 20 - 21.

¹⁰¹⁴ FONSECA, ed. (1995), pp. 52 - 53.

excepção feita das amplificações introduzidas no discurso aos homens do Rei, os dois textos mantêm-se muito próximos um do outro. Logo após aquele anúncio, a *Crónica de D. Afonso Henriques* introduz, porém, um conjunto de considerações destinadas, por um lado a atribuir ao futuro rei uma atitude mais proactiva face à providência Divina, por outro a enaltecer o papel do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra enquanto peça importante no dispositivo recompensatório que explica a Graça concedida a D. Afonso:

«E já amtes destó, elle tijnha feito e dotado com grande deuaçam ho moesteiro de Samta Cruz de Coymbra, aa homrra da morte e payxam que nosso Senhor rreçebeo na cruz: pollo qual lhe de creer que lhe quis Deus assi aparecer, porque per homde lhe cada huñ mais mereçe, per hi o mais homrra e aleuamta¹⁰¹⁵.»

Mas é no momento da aparição que se fazem sentir as maiores diferenças. Em primeiro lugar, e ecoando, como já vimos, versões anteriores do episódio, a *Crónica* introduz uma fala de D. Afonso a Cristo¹⁰¹⁶; de seguida, um comentário do narrador, aliado à referência a uma personagem de todo ausente da sua fonte, altera substancialmente o significado do evento: o que na C1419 era um milagre cruzadístico entre outros¹⁰¹⁷, transforma-se aqui, e parece-me que pela primeira vez¹⁰¹⁸, num milagre que funda a nacionalidade portuguesa, conferindo-lhe, simultaneamente, origem divina e garantia de protecção eterna. Os méritos pessoais de D. Afonso Henriques não deixam, no entanto, de ser reconhecidos, numa lógica de complementaridade entre a Graça e as obras já defendida no prólogo e noutras partes da *Crónica*:

«Isso meesmo nam he pera leixar de creer, o que tambem se afirma, que neste aparecimento foy o Primçipe dom Affomso çertificado per Deus de sempre

¹⁰¹⁵ FONSECA, ed. (1995), p. 58. O estabelecimento de uma relação directa entre a fundação do mosteiro de Santa Cruz e o milagre de Ourique consta já de textos crúzios anteriores à *Crónica de D. Afonso Henriques* e foi, seguramente, criação dos monges desse cenóbio. Trata-se, contudo, neste caso, de uma relação inversa à da *Crónica*, afirmando-se que a fundação se deveu ao milagre e não que o milagre se deveu à fundação: CRUZ, ed. (1968), p. 29; AMADO (2003b). A versão de Galvão está mais próxima da verdade histórica, pois o mosteiro foi efectivamente fundado em data anterior à da batalha de Ourique; talvez isso explique que, mantendo embora o mecanismo de causa-efeito, a *Crónica* tenha alterado a ordem dos factores.

¹⁰¹⁶ Veja-se o que atrás digo acerca dos momentos em que a *Crónica de D. Afonso Henriques* recorre a fontes adicionais.

¹⁰¹⁷ Mesmo a circunstância de ser o próprio Cristo a aparecer nos céus repete-se na conquista de Alcácer do Sal, durante o reinado de D. Afonso II: CALADO, ed. (1998), p. 110.

¹⁰¹⁸ A crítica tende, todavia, com alguma frequência, a identificar *automaticamente* o milagre de Ourique com a origem e sustentação divina do reino. De entre as excepções, salientaria o notável ensaio de MAURÍCIO (1989). As suas conclusões foram retomadas e sintetizadas por MATTOSO (1998), p. 33: “A afirmação explícita de que [a protecção sobrenatural] se estendia a todos os reis de Portugal, e consequentemente ao próprio reino, é muito posterior. Como observou Carlos Coelho Maurício, só se verificou durante o reinado de D. Manuel”. Espero poder ocupar-me dos diferentes significados atribuídos à batalha de Ourique ao longo do século XVI em estudo específico.

Portugall aver de seer comseruado em rregno, e o tempo, e caso, aquella ora, e sua uirtude e merecimentos eram taaes pera lho Deus prometer. E mais se afirma, que seer esta a uomtade de nosso Senhor, comfirmou depois huũ parceiro de Sam Framçisquo¹⁰¹⁹, homem samto que ueo a Portugall. [...] Tudo he pera crer que nosso Senhor quereria e faria a Primçipe tam uirtuoso, sobre que fundaua rregno e Reis tam uirtuosos pera tamto seu seruiço e da samta ffee catholica, e por suas cousas amdarem por culpa dos tempos, em muy falleçida lembrança de sciptura, quis Deus, segumdo parece, que ficassem alguũas em comfirmada fama¹⁰²⁰.»

Conclusões

Sumariemos, por fim, as ideias principais deste capítulo sobre a *Crónica de D. Afonso Henriques* e suas relações com a C1419:

- Quando, por iniciativa de D. Manuel I, a corte régia portuguesa empreendeu a elaboração de uma memória oficial dos primórdios do reino, essa tarefa desenrolou-se em, pelo menos, dois tempos. Num primeiro momento (algures entre 1495 e 1505), Duarte Galvão redigiu uma versão da *Crónica de D. Afonso Henriques* e uns Sumários de Crónicas (ou breves esquemas de reinados) de D. Sancho I até D. João II, conjunto que se encontra no ms. Alc. 290 BN; este trabalho foi posteriormente revisto por Rui de Pina ou alguém às suas ordens, daí resultando o texto canónico da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de que existe multidão de cópias, entre elas quatro códices pergamináceos de luxuoso aparato;
- Tanto a Versão primitiva e os Sumários que a acompanham, como a Versão vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques* tiveram na C1419 a sua fonte principal; a Versão primitiva abreviou, porém, o texto da sua fonte;
- O códice da C1419 que esteve na base de ambas aquelas versões (se é que, como será mais provável, não foi o mesmo) era um manuscrito mais próximo de P do que de C;
- Este facto permite analisar com maior precisão as relações entre a *Crónica de D. Afonso Henriques* e a C1419, possibilitando a detecção de possíveis interpolações

¹⁰¹⁹ Estará a influência da espiritualidade franciscana por detrás de alguns aspectos do misticismo da *Crónica de D. Afonso Henriques*? Poderei lembrar, a título de reflexão, a forte presença de franciscanos na corte régia portuguesa ao longo de praticamente todo o século XV: D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e o próprio D. Manuel tiveram religiosos da Ordem de S. Francisco por confessores.

¹⁰²⁰ FONSECA, ed. (1995), pp. 58 - 59. Para além deste, são raríssimos os momentos em que a *Crónica de D. Afonso Henriques* reescreve o texto da sua fonte principal, de forma que ultrapasse o nível meramente estilístico. Um outro caso a assinalar é a omissão da bastardia de D. Teresa, já de acordo com uma tendência dominante na historiografia portuguesa do século XVI: FONSECA, ed. (1995), pp. 9 - 11 [mas veja-se uma alegação que parece contraditar isto em FONSECA, ed. (1995), p. 13]. Menos significativo, mas ainda assim digno de nota, é o facto, já notado por TAROUCA, ed. (1947), p. 22, de a *Crónica de D. Afonso Henriques* ter omitido o termo “Lusitânia” em todas as passagens em que a C1419 o empregava.

devidas à Ordem de Cristo no ramo de manuscritos desta última obra a que pertence o ms. C e evitando que interpretemos como omissões do texto quinhentista um conjunto de informações específicas desse manuscrito;

– A Versão Vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques*, que se tornou o texto oficialmente reconhecido pela corte régia, manteve-se, em geral, muito próxima da C1419; procedeu, no entanto, a uma importante reconfiguração ideológica, introduzindo uma visão providencialista da história de Portugal ao mesmo tempo que acentuava os aspectos hagiográficos constantes já da sua fonte.

5. RUI DE PINA E A C1419

5.1. Partes das Crónicas de Rui de Pina derivadas da C1419.

Não sendo hoje necessário, como há pouco indiquei, demonstrar o uso da C1419 por parte de Rui de Pina, parece-me todavia útil começar por apresentar uma visão global daquilo que nas crónicas deste autor tem origem na obra quatrocentista. Magalhães Basto (para os reinados de Sancho I a Afonso III) e Silva Tarouca (para o de D. Dinis) elaboraram já quadros gerais desse aproveitamento; fizeram-no, porém, de forma muito resumida e com alguns lapsos e imprecisões que creio necessário corrigir¹⁰²¹, alargando, ao mesmo tempo, a análise ao reinado de D. Afonso IV¹⁰²².

Crónica de D. Sancho I

O capítulo inicial desta crónica (**I**), destinado a fornecer algumas indicações contextualizadoras sobre a época em que D. Sancho começou a reinar, nada tem que ver com a C1419. Baseia-se em textos de diferente natureza, alguns dos quais nomeados (*Crónica de D. Afonso Henriques*¹⁰²³, *Crónicas Castelhanas*¹⁰²⁴, a Bula “Manifestis Probatum est¹⁰²⁵” e documentação de chancelaria¹⁰²⁶). Os capítulos **II** e **III**, dedicados a feitos de D. Sancho quando ainda Infante¹⁰²⁷, alicerçam-se, por inteiro, na *Crónica de*

¹⁰²¹ Sobretudo no caso de BASTO (1960), pp. 483-489, cuja sùmula, se bem que genericamente viável, padece do defeito de ter tido em conta apenas o ms. P, lacunar em alguns pontos. Para o reinado de D. Dinis, veja-se TAROUCA (ed.), 1947. Tenha-se também presente que Magalhães Basto e Silva Tarouca indicaram o que Pina reteve da C1419, mas não o que rejeitou.

¹⁰²² Isso permitir-me-á, também, apresentar todas as convergências e divergências entre Pina e a C1419; posteriormente, tecerei um comentário global e limitar-me-ei a comentar as divergências mais significativas.

¹⁰²³ “Coroa de seu Reyno de Portugal, de que dina, e primeyramente se intitulou, como em sua Coronica se declara”, PINA (1977), p. 15.

¹⁰²⁴ “se chamou, e intitulou Rey de Portugal, por sua soo vontade, e com acordo dos Grandes e Povo do seu Reyno, e nom foy por authoridade dos Reys de Castella, nem consentimento como em algumas Coronicas Castelhanas craramente eu vi escrito”, PINA (1977), p. 17. Dada a grande quantidade de textos historiográficos produzidos em Castela ao longo de todo o século XV (boa parte dos quais recolhe a produção dos séculos anteriores) é, na maior parte dos casos, extremamente difícil e muito arriscado tentar identificar as crónicas castelhanas que Pina teve à mão e vai mencionando a cada passo. Só em algumas ocasiões, e a título de curiosidade, procurarei fazê-lo.

¹⁰²⁵ “Papa Alexandre III ho qual [...] lhe concedeu sua Bulla Rodada autentiqua, e solene, que eu Coronista mor vi ha qual foi dada em S. Joã de Latraõ, em Roma ha dèz das Calendas de Junho, que hee ha vinte e tres dias de Mayo do anno da encarnaçãõ de N. Senhor Jesu Christo de mil e cento e setenta e nove annos”, PINA (1977), p. 17.

¹⁰²⁶ Mencionada a respeito da forma de tratamento dos filhos e filhas do rei: PINA (1977), p. 18.

¹⁰²⁷ É muito estranha esta opção de Pina. Em nenhuma outra crónica sua vemos serem tratados os feitos do respectivo monarca quando ainda infante; à excepção de D. Sancho, tais feitos são sempre mencionados na crónica do rei anterior, de acordo com o princípio característico das crónicas reais (no sentido genológico do termo), que não são biografias mas histórias de reinados.

D. Afonso Henriques e o mesmo sucede com o capítulo **IV**, que, no entanto, se baseia também em outras fontes parcialmente nomeadas («Coronicas dos Mouros¹⁰²⁸», «Cronicas de Castela¹⁰²⁹»). O capítulo **V** começa por aproveitar o capítulo 45¹⁰³⁰ da C1419 e algumas informações do cap. 46 da mesma obra, intercalando, embora, matéria de fontes diversas, respeitante, sobretudo, à história do reino cristão de Jerusalém. A mesma matéria ocupa o início do cap. **VI**, mas o cap. 46 da C1419 é também aqui aproveitado; Pina resume, porém, a carta enviada pelo Papa a D. Sancho exortando-o à cruzada, carta que a obra quatrocentista inclui na íntegra. O final deste capítulo assenta, por inteiro, no capítulo 47 da C1419, embora com amplificações estilísticas muito ao gosto de Pina e sem apoio em qualquer fonte. O início do capítulo **VII** afasta-se da C1419, mas logo, a partir do cerco de Serpa, se baseia nela (cap. 47). O final desse capítulo decorre já do cap. 48 da C1419, excepto no que diz respeito à genealogia de D. Mendo, «ho Souzam¹⁰³¹», que Pina acrescenta por sua conta¹⁰³². Os capítulos **VIII – XI** baseiam-se por inteiro nos capítulos 48 – 52 da C1419. Só duas breves referências ao nascimento do infante D. Afonso (capítulo IX) e à morte da rainha (capítulo XI) são acrescentos de Pina, certamente motivados pela cronologia desses eventos. O capítulo **XII** socorre-se do final do capítulo 52 da C1419, mas algumas das suas informações provêm de outras fontes¹⁰³³. Encontrando, no referido capítulo da C1419, a entrada de Pedro Fernandes de Castro em Portugal e seu desbarato por Martim Lopes, Pina decide explicar as razões da atitude do fidalgo castelhano. Dedicar, por isso, todo o capítulo **XIII** às lutas entre Castros e Laras durante a menoridade de Afonso VIII de Castela, vendo nelas a causa do exílio de Pedro Fernandes e relacionando a sua entrada militar em Portugal com o facto de D. Mafalda, primeira rainha portuguesa, ser da linhagem sua rival. Nada disto se encontra na C1419, e se as guerras da menoridade de Afonso

¹⁰²⁸ “nas Coronicas dos Mouros se affirma, que hum piam português ho matou [ao Miramolim] estando sobre Santarem”, PINA (1977), p. 25.

¹⁰²⁹ “e de huma batalha ha outra [de Alarcos às Navas de Tolosa] ouve despaço dezasete annos como nas Coronicas de Castella esto mais largo, e mais proprio se declara”, PINA (1977), p. 25.

¹⁰³⁰ Na numeração de Adelino Calado, a que, como de costume, sempre me referirei.

¹⁰³¹ PINA (1977), p. 33.

¹⁰³² Talvez baseado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, obra que, como veremos, Pina teve muito presente. A inserção de uma breve genealogia do Sousão tem uma finalidade específica, que é explicar a afirmação, herdada da C1419, de ter sido ele a mais importante figura da fidalguia portuguesa da época: “era o mayoral, e mais principal Senhor, *porque era bisneto delRey D. Affonso Anriques [...]*”, PINA (1977), p. 33, *itálico meu*.

¹⁰³³ Respeitam a Afonso VIII de Castela, suas lutas com os mouros e sua menoridade, assunto a que Pina dedica todo o capítulo seguinte.

VIII provêm talvez de crônicas castelhanas¹⁰³⁴, o nexos de causalidade entre a atitude de Pedro Fernandes e a filiação de D. Mafalda é da inteira responsabilidade de Pina¹⁰³⁵. O capítulo XIV assenta maioritariamente no capítulo 53 da C1419. As exceções são referências a um leiteiro do castelo de Tomar¹⁰³⁶, à reconquista de Silves em tempos de Afonso II e às diligências de D. Sancho para defesa do reino. O capítulo XV decorre de alguns trechos do capítulo 45 da C1419 sobre o casamento do rei com Dulce de Aragão e descendência de D. Sancho; Pina acrescenta, porém, muitas informações novas, entre elas algumas tiradas do testamento do monarca, dedicando um amplíssimo espaço aos filhos legítimos e bastardos de D. Sancho¹⁰³⁷. Além disso, mesmo quando segue a C1419, Pina chega a afastar-se da sua fonte¹⁰³⁸. No momento de nomear D. Teresa, Pina aproveita para dar conta do seu casamento com Afonso IX de Leão e subsequente ruptura, recuperando as calamidades naturais a ela associadas que a C1419 menciona no cap. 54; omite, porém, as alusões à cerimónia de Investidura em que Afonso VIII de Castela armou cavaleiros a Afonso IX de Leão e a Sancho I de Portugal, que se declararam seus vassallos. É também diversa a explicação para o interdito então posto sob o reino de Portugal: segundo a C1419, a causa foi o próprio casamento de D. Teresa e D. Afonso; segundo Pina, foi a decisão dos esposos não acatarem a separação ordenada pelo Papa¹⁰³⁹. Um breve parágrafo sobre a revolta das infantas leonesas contra Fernando III após a morte de seu pai, Afonso IX, e algumas datas são da inteira responsabilidade de Pina. Ao longo de todo este extensíssimo capítulo, Pina vai ainda mencionando as costumadas «Coronicas de Espanha», a partir das quais fornece

¹⁰³⁴ Digo “talvez” porque o relato de Pina coincide, nas suas linhas gerais, com o da C1344, obra que seguramente conheceu, e pode ser ela também uma das suas fontes. De maneira nenhuma, porém, a sua única fonte; basta para comprová-lo, e para lá de divergências pontuais (p. ex. Pina afirma que a mãe de Manrique e Nuno de Lara era filha de Pedro Fernandes de Trava), o discurso de D. Manrique perante Fernando II de Leão, no momento em que este constata que foi ludibriado pelos castelhanos: o texto de Pina, além de mais extenso, é *idêntico* ao de algumas crônicas castelhanas e diferente do da C1344, consideravelmente mais abreviado. Entre as crônicas castelhanas cujo texto é muito próximo do de Pina conta-se a chamada *Crónica Ocampiana* (4ª parte do texto publicado por Ocampo em 1541), que, segundo veremos, apresenta, em algumas outras ocasiões, notórias semelhanças com a obra do cronista ao serviço de D. Manuel. É, todavia, possível que tenha sido algum texto historiográfico do séc. XV - e não directamente a *Ocampiana* - a fonte manejada por Pina.

¹⁰³⁵ Que seguramente deduziu essa causa a partir da filiação errônea de D. Mafalda na Casa de Lara, filiação constante da C1419 e de obras anteriores, como a C1344 e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Cf. BASTO (1960).

¹⁰³⁶ É o mesmo leiteiro mencionado na *Crónica de D. Afonso Henriques*, embora Pina o relacione com uma diferente invasão muçulmana, segundo já notou BASTO (1960).

¹⁰³⁷ Para além do testamento do rei, Pina menciona as “Coronicas de França” e “algũas breves lembranças das cousas de Portugal” (PINA, 1977, p. 51).

¹⁰³⁸ A C1419 nomeia D. Pedro em segundo lugar na lista de filhos do rei, enquanto Pina reserva essa posição para D. Fernando; há também divergências a respeito da data de nascimento daquele infante, e na ordenação de alguns dos restantes filhos.

¹⁰³⁹ PINA (1977), p. 56.

informações sobre eventos do reino vizinho de todo ausentes, ou apenas mencionados, pela C1419¹⁰⁴⁰. Deve ter usado também o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, fonte provável para o relato do rapto da Ribeirinha por Gomes Lourenço Viegas, assunto de que não há o menor vestígio na C1419¹⁰⁴¹. O capítulo **XVI** assenta, por inteiro, no capítulo 55 da C1419, mas Pina omite: a concessão do foral de Alhandra pelo Bispo de Lisboa; o início dos Franciscanos e Dominicanos; e a queda de fortes granizos em Évora, Santarém e Coruche¹⁰⁴². Ao mesmo tempo, acrescenta a referência ao facto de o Infante D. Afonso ter acompanhado o pai na tomada do Castelo de Elvas. O capítulo **XVII** começa por basear-se no final do capítulo 55 da C1419, mas logo se afasta dela, transcrevendo detalhes e informações de outras fontes, a principal das quais o testamento do rei, que Pina já anteriormente mencionara. O mesmo sucede no capítulo **XVIII** e último: começa por seguir o capítulo 45 da C1419, mas insere, também, diversos pormenores a ela alheios.

Crónica de D. Afonso II

O capítulo **I** desta crónica, respeitante ao casamento e descendência do rei, baseia-se, em parte, no capítulo 56 da C1419; mas Pina omite a apreciação global e parcialmente depreciativa que de Afonso II fizera a C1419, ao mesmo tempo que realça a capacidade guerreira de que o monarca deu provas ainda em vida de seu pai e introduz muitas novidades, cuja origem só por uma vez é consignada: «na Cronica de Castela mais larguamente se contem¹⁰⁴³». Os capítulos **II** e **III** nada têm que ver com a C1419.

¹⁰⁴⁰ Isto permite-lhe omitir a declaração do autor da C1419, que confessava não saber que tinha sucedido a D. Teresa e D. Mafalda após os seus divórcios.

¹⁰⁴¹ Compare-se PINA (1977), pp. 61-62, com o título 36 do *Livro de Linhagens*: MATTOSO, ed. (1980), pp. 432 - 433. Pina transfere, porém, para Afonso II de Portugal a decisão do caso, que o *Livro de Linhagens* parece inculcar, antes, ao rei de Leão, erroneamente identificado como sendo Fernando II. Tenciono vir a ocupar-me um dia das relações entre o *Livro de Linhagens* e as Crónicas de Rui de Pina.

¹⁰⁴² Deve, no entanto, dizer-se que estas informações, bem assim como boa parte do capítulo 55 e os capítulos 56 - 58, constam apenas de C, por lacuna de P: CALADO, ed, 1998, p. 103. Adiante veremos o que isto poderá significar a respeito das relações entre Pina e a C1419.

¹⁰⁴³ PINA (1977), p. 84. Trata-se das conquistas de Fernando III na Andaluzia. Entre os acrescentos de Pina ao texto herdado da C1419 inclui-se o conhecidíssimo episódio da vinda de embaixadores franceses a Castela para escolherem, de entre as filhas de Afonso VIII, a que casaria com o seu rei. Consideraram Urraca a mais formosa, mas, ao saberem o seu nome, julgaram-no “feo, para França” e acabaram por escolher Branca. Pina rebate energicamente esta tradição desprestigiante para a nossa rainha, como, mais tarde, outros autores farão (p. ex. Duarte Nunes de Leão, que parece apimentar mais o caso). O episódio encontra-se na chamada *Crónica Ocampaiana*, e esta coincidência, juntamente com a que atrás verificámos a respeito da menoridade de Afonso VIII, pode indicar que Pina tenha manejado algum manuscrito deste texto (que só após a morte do cronista português seria editado por Ocampo). O mesmo episódio consta também, no entanto, da *Crónica Abreviada* de Diego de Valera (editada pela primeira vez em 1482), obra certamente conhecida na corte de D. Manuel (cita-a Barros, no início do *Clarimundo*) e pode ser ela uma

Tratam das guerras entre Afonso II e as irmãs, assunto a que a obra quatrocentista nem sequer aludia. A única fonte declarada para esta matéria (ou, melhor, para os seus antecedentes e enquadramentos) é o testamento de D. Sancho I, documento que, como já vimos, Pina tinha sempre à mão¹⁰⁴⁴. Também neste capítulo dá o cronista conta do chamamento de Afonso II às cortes de Afonso VIII de Castela, notando, inclusivamente, discrepâncias entre as suas fontes¹⁰⁴⁵. A C1419 conheceu já, através da C1344, esse chamamento, mas omitiu-o de forma certamente muito oportuna. No capítulo IV, Pina volta a socorrer-se da C1419. É esta que lhe fornece a grande maioria da matéria desse capítulo e dos seguintes (V, VI, VII e VIII¹⁰⁴⁶), todos eles dedicados à conquista de Alcácer do Sal. Em tudo isto, poucas vezes se afasta Rui de Pina da sua fonte: omite, muito curiosamente, a afirmação (final do capítulo 57 da C1419) segundo a qual se acha em alguns livros que D. Afonso conquistou Alcácer e outros castelos; diz, anacronicamente, que o Bispo de Lisboa era então D. Mateus¹⁰⁴⁷; omite a afirmação do cronista de 1419, que não sabia quem, de entre os cruzados, abandonou ou não o cerco a Alcácer; omite, na lista de capitães da tropa portuguesa, Dom Martim Pires, acrescentando-lhe, todavia, o Bispo de Lisboa; justifica a ausência de Afonso II do empreendimento militar em questão; transforma o Cristo da aparição aos cruzados num

alternativa a considerar, até porque Valera chama “Afonso IX” a Afonso VIII, tal como Pina. As lutas da menoridade deste rei não constam, no entanto, senão muito resumidamente, da *Abreviada*.

¹⁰⁴⁴ Vários outros informes (por exemplo os termos da paz estabelecida entre os dois campos em confronto) têm também, com toda a probabilidade, origem na documentação oficial que o guarda-mor da Torre do Tombo Rui de Pina nenhuma dificuldade teria em consultar.

¹⁰⁴⁵ De acordo com uns, diz Pina, Afonso VIII chamou Afonso II às cortes de Burgos, mas o rei de Portugal recusou-se a comparecer nelas, o que motivou a sanha do monarca castelhano, que, pondo-se a caminho para fazer guerra a seu genro, adoeceu e morreu numa aldeia chamada “Martim Manhos”; segundo outros, Afonso VIII dirigira-se a esse local com o intuito de aconselhar Afonso II acerca dos conflitos com as infantas suas irmãs, vindo a adoeecer e falecer aí. Pina não opta por nenhuma destas duas versões, e é curioso verificarmos que o *Livro de Linhagens* e a C1344, obras que certamente conheceu, discrepam de ambas, embora se aproximem mais da primeira. A C1344 adopta, todavia, um enfoque nitidamente mais favorável ao rei português: CINTRA, ed., (2009), IV, pp. 340-341. Por outro lado, a *Crónica Ocamiã* está, uma vez mais, próxima de Pina (mais concretamente, da primeira das versões fornecidas por ele): OCAMPO, ed. (1541), fólhos CCCXCIXv e CCCCr, passagem em que, tal como a C1344 (que, no entanto, e como já aludi, introduz por sua conta elementos justificativos da atitude de Afonso II) copia a *Crónica de Castela*. De entre os textos que consultei o que, todavia, mais se aproxima de Rui de Pina é o de Diego de Valera: VALERA (1562), fólhos LXXXIV, LXXXIIr (chama, por exemplo, à aldeia onde morreu o rei “martin Muñoz”, tal como Pina).

¹⁰⁴⁶ De acordo com a seguinte tabela de correspondências: o capítulo 58 da C1419 é a base do cap. IV de Pina; os capítulos 59 e 60 correspondem aos capítulos V e VI de Pina; o final do capítulo 60 (a partir do discurso do Bispo de Lisboa aos cruzados) e o capítulo 61 correspondem ao capítulo VII de Pina; finalmente, o capítulo 62 é a base do capítulo VIII de Pina.

¹⁰⁴⁷ A C1419 não mencionava o nome do Bispo nos capítulos dedicados à conquista de Alcácer. Posteriormente, no relato do martírio dos cinco franciscanos de Marrocos, falava em D. Mateus, o que possivelmente levou Pina a atribuir esse nome ao Bispo que organizou a conquista de Alcácer. De acordo com o que nos diz a História, quem, porém, ocupava o Episcopado de Lisboa aquando da tomada de Alcácer do Sal era D. Soeiro Viegas.

mais simples e genérico «homem resplandecête¹⁰⁴⁸»; e acrescenta, no final de toda a história da tomada de Alcácer (capítulo VIII), uma alusão ao foral depois concedido a esta povoação por D. Afonso II e D. Urraca, com base no conhecimento directo do próprio documento. Os restantes capítulos da Crónica, quase exclusivamente dedicados à trajetória dos cinco mártires de Marrocos, baseiam-se também na C1419. Assim, o capítulo **IX** retoma o final do capítulo 62 e parte do 63 da C1419, com Pina a acrescentar, por sua conta, vários elementos (explica, por exemplo, porque foi que dos seis inicialmente previstos, acabaram por ser apenas cinco os frades franciscanos que partiram para terras africanas); o capítulo **X** decorre do capítulo 63 da C1419; o capítulo **XI** baseia-se no capítulo 64 da C1419, com acrescentos de Pina; o capítulo **XII** retoma parte do capítulo 64 da C1419, que, juntamente com o capítulo 65 da mesma obra, continua a ser aproveitado no capítulo **XIII**; o capítulo **XIV** decorre do capítulo 65 da C1419, com Pina a acrescentar, uma vez mais, diversas informações¹⁰⁴⁹; o capítulo **XV** retoma o capítulo 65 da C1419, sendo o episódio da previsão da morte de D. Urraca acrescento de Pina¹⁰⁵⁰; finalmente, o capítulo **XVI**, que encerra o dossier mártires de Marrocos e a própria crónica, aproveita elementos do capítulo 65 da C1419, misturando-os com novas aporções de Pina.

Crónica de D. Sancho II

Os dois primeiros capítulos desta Crónica (**I** e **II**), dedicados ao casamento de D. Sancho com D. Mécia de Haro e primeiras admoestações pontificias à governação do monarca, baseiam-se no capítulo 66 da C1419, com Pina a acrescentar alguns elementos novos, sobretudo genealógicos¹⁰⁵¹. O capítulo **III**, maioritariamente ocupado com o rapto da rainha em Coimbra, nada tem que ver com a C1419; baseia-se nitidamente, no que a esse episódio diz respeito, no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (título 43).

¹⁰⁴⁸ PINA (1977), p. 96. Recorde-se que no *Poema da Conquista de Alcácer do Sal* (Carmen Gosuini), fonte da C1419 para esta matéria, é o surgimento de um exército celeste que prognostica a vitória dos portugueses e dos cruzados, seus aliados.

¹⁰⁴⁹ Entre elas, a de que foi Afonso Pires de Arganil quem, a mando de D. Pedro Sanches, trouxe as relíquias dos cinco franciscanos para Portugal, porque o infante “nom era bem avindo com ElRey Dom Affonso de Portugal seu irmam” (PINA, 1977, p. 109). A ideia de que foi este fidalgo quem depositou as relíquias dos mártires em Santa Cruz de Coimbra está já mencionada no *Livro de Linhagens do Deão*: MATTOSO (1985), p. 427. Daí passou a informação para o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (título 36), obra que, como vimos, Pina certamente consultou.

¹⁰⁵⁰ Este e vários dos restantes acrescentos de Pina constam já da *Crónica da Ordem dos Frades Menores*, texto que o cronista possivelmente conheceu (mas a partir do original latino, e não da tradução portuguesa, segundo pensa DIAS, 2009a, pp. 20-21).

¹⁰⁵¹ Por exemplo, a informação a respeito do primeiro casamento de Mécia Lopes de Haro, com Álvaro Pires de Castro, filho de Pedro Fernandes de Castro (capítulo I).

No capítulo **IV**, volta a crónica a socorrer-se da C1419, designadamente do seu capítulo 67; entre trechos com essa origem, Pina intercala, porém, matéria respeitante ao rei S. Luís, de França, e seu voto de combater os infiéis na terra santa. Os capítulos **V** e **VI** decorrem dos capítulos 68, 69 e 70 da C1419¹⁰⁵². O capítulo **VII** decorre do capítulo 71 da C1419, mas Pina acrescenta alguma matéria nova, uma vez mais de cariz essencialmente genealógico (família de D. Matilde, Condessa de Bolonha e primeira esposa do futuro Afonso III de Portugal¹⁰⁵³). O capítulo **VIII**, que trata da ida de D. Sancho para Castela a fim de pedir ajuda contra seu irmão, alicerça-se maioritariamente no capítulo 72 da C1419. Pina acrescenta, no entanto, informações genealógicas e corrige alguns dados historicamente erróneos da sua fonte principal acerca de quem governava o reino vizinho aquando da deposição do rei Capelo¹⁰⁵⁴. O capítulo **IX**, sobre a retirada das tropas castelhanas e o chamado «episódio de Trancoso» tem como base os capítulos 72 e 73 da C1419, mas, em alguns momentos, Pina socorre-se de documentação oficial para acrescentar certos pormenores¹⁰⁵⁵. Os capítulos **X** e **XI**, dedicados respectivamente aos cercos de Celorico da Beira e Coimbra, decorrem exclusivamente dos capítulos 74 e 75 da C1419. Também o capítulo **XII**, ocupado com a viagem de Martim de Freitas a Toledo para confirmar a morte de seu senhor, el-rei D. Sancho, decorre unicamente do capítulo 76 da C1419, com Pina a omitir, apenas, a existência de versões contraditórias acerca do destino das chaves do castelo de Coimbra. O capítulo **XIII** e final, dedicado à morte do rei e recapitulação de alguns dos seus feitos e de eventos ocorridos durante o seu reinado, é quase todo da responsabilidade de Pina, que deve ter-se munido, uma vez mais, de documentação oficial. O influxo da C1419 (capítulo 76) é, ainda assim, visível em alguns trechos, designadamente na informação de que no mesmo ano em que morria D. Sancho, conquistava Fernando III de Castela e Leão a cidade de Sevilha.

¹⁰⁵² No capítulo VI, a edição omitiu explicitamente o texto das Bulas papais, que se encontram nos manuscritos da Crónica.

¹⁰⁵³ Pina recorre também, explicitamente, a documentação de arquivo, assim comprovando que o Conde de Bolonha, na sua vinda para Portugal, não usou nunca o título de rei, mas sim o de “Procurador, e defensor do Regno de Portugal”: PINA (1977), p. 140. Doutra banda, deve notar-se que a edição também aqui omitiu o texto da Breve do Papa, que consta dos manuscritos da *Crónica de D. Sancho II* que consultei (p.ex., no ms. 891 da BPMP ele está a partir do fôlio 14v).

¹⁰⁵⁴ Este dado, que mais à frente explicitarei, é, como veremos nos capítulos seguintes, de capital importância no momento de decidirmos se determinado texto historiográfico do século XVI foi ou não influenciado pela C1419.

¹⁰⁵⁵ Por exemplo, o testamento de Afonso X, a que Pina recorreu para demonstrar que Martim Gil foi, após o seu exílio, agraciado pelo rei Sábio.

Crónica de D. Afonso III

O capítulo I desta crónica decorre do capítulo 77 da C1419, muito embora Pina acrescente, com base em documentação oficial, uma relativamente longa passagem destinada a demonstrar a sua tese acerca do significado dos castelos que Afonso III acrescentou às armas reais portuguesas (os quais, segundo o cronista-mor, representariam a conquista do Algarve¹⁰⁵⁶). É ainda o capítulo 77 da C1419 que fornece a maior parte da matéria para o capítulo II da *Crónica de D. Afonso III*, com algumas referências à relação privilegiada existente entre Afonso X e sua filha D. Beatriz oriundas do testamento do rei castelhano. O capítulo III, sobre a vinda da Condessa de Bolonha a Portugal após o alçamento de D. Afonso ao trono português, decorre dos capítulos 78 e 79 da C1419, com muito pequenas diferenças¹⁰⁵⁷. O capítulo IV, dedicado ao casamento do rei com D. Beatriz, baseia-se nos capítulos 79 e 80 da C1419, mas há, aqui, mais novidades: Pina recorre a documentação “em guarda na Torre do Tombo”¹⁰⁵⁸ para demonstrar que o Papa sancionou a legitimidade dos filhos desse casamento e a anulação das doações que tinham sido feitas por D. Sancho II a seus aliados de Castela; acrescenta informação respeitante à Infanta D. Branca¹⁰⁵⁹; uma vez mais baseado em documentação de arquivo, rejeita a versão da C1419 segundo a qual esta Infanta foi enterrada em Lorvão, afirmando que jaz, antes, nas Olgas de Burgos; finalmente, junta uma referência ao Infante D. Fernando, sobre o qual a C1419 nada dizia. O capítulo V, que trata das terras e lugares que se acrescentaram a Portugal em virtude do casamento de D. Afonso III com D. Beatriz, retoma parte do capítulo 77 e do

¹⁰⁵⁶ PINA (1977), pp. 169-170. É de notar que Pina não apela para nenhuma espécie de versão oficial, antes expõe argumentos próprios (os quais forçosamente se tornariam a partir de então, isso sim, a versão oficial, porque acolhida na crónica do reinado de Afonso III patrocinada e reconhecida pela coroa). Muito curiosamente se notará que, segundo já na devida altura aludi, uma das versões combatidas por Pina – a de que os castelos seriam as armas do Condado de Bolonha – é justamente a que o autor do Sumário do ms. 290 Alc. BN, presumivelmente Duarte Galvão, acolheu. Eram, portanto, pelo menos duas as versões que circulavam pela corte de D. Manuel, embora apenas uma delas, a de Pina, se viesse a tornar oficial, devido ao seu acolhimento numa crónica régia. Não menos curiosamente se notará que hoje em dia, e 500 anos decorridos, estamos rigorosamente no mesmo ponto em que estavam Pina e os seus contemporâneos, discutindo, também nós, se os castelos acrescentados pelo *Bolonhês* às armas régias (os quais para sempre lá ficaram e ainda hoje constam da bandeira portuguesa) se relacionam com o Algarve, com as armas do Condado de Bolonha ou com as armas de Castela, precisamente as três opiniões mencionadas pelo cronista ao serviço de D. Manuel. Cf. ABREU E LIMA (1998), pp. 55-70.

¹⁰⁵⁷ Para lá de ajustes narrativos comuns em Pina, tais como deslocções ou glosas de matérias por razões de coerência narrativa, há apenas a registar que ele declara que o interdito posto pelo Papa ao reino de Portugal por ocasião da bigamia de D. Afonso durou “muitos anos”, onde a C1419 explicitava 14 anos: PINA (1977), p. 174.

¹⁰⁵⁸ PINA (1977), p. 174.

¹⁰⁵⁹ Designadamente o conhecido caso do seu suposto relacionamento amoroso com “o Carpinteiro”, assunto mencionado pela primeira vez, segundo creio, na *Crónica de Alfonso XI*. Veremos adiante que Pina manejou, com toda a probabilidade, um exemplar desta obra.

capítulo 80 da C1419; a maior parte do capítulo é, porém, consagrada à história do reino de Castela e à acção de Paio Peres Correia na Andaluzia, terminado com alusões às conquistas por ele empreendidas no Alentejo, com base, sobretudo, numa doação de D. Sancho II. A partir do capítulo **VI**, e aproveitando a referência final do capítulo anterior, Pina historia a conquista do Algarve pelos Espatários. A C1419 fornece-lhe o essencial desse capítulo (corresponde aos 80, 81 e 82 da C1419), bem como o essencial dos capítulos **VII** (83 da C1419), **VIII** (84 e 85 da C1419), **IX** (86 da C1419), **X** (final do 86 e 87 da C1419), **XI** (87 da C1419) e **XII** (88 da C1419). Poucas são as ocasiões em que, em todos estes capítulos, Pina se afasta, por omissão ou acrescento, da C1419: acrescenta o nome do Comendador de Santiago que andava com o Mestre (Pedro Rodrigues)¹⁰⁶⁰; transforma o «oje jaz hy a oçada deles [dos mouros mortos na batalha de Antas]» da C1419 num, mais actual ou racional «hos ossos delles foram depois por longuos tempos aly vistos¹⁰⁶¹»; acrescenta uma segunda tomada de Alvor¹⁰⁶²; especifica que a acção dos Espatários se verificou durante os reinados de Fernando III e Afonso X de Castela e Leão, antecipando as querelas entre este reino e o de Portugal acerca da posse do Algarve, que depois contará¹⁰⁶³; vai mencionando, no capítulo X, um ou outro documento¹⁰⁶⁴; repete a notícia de ter sido *o Bolonhês* quem primeiro usou a bordadura de castelos nas armas régias¹⁰⁶⁵; e fornece alguns pormenores sobre a acção cruzadística do rei S. Luís, com base «na Coronica de França, e em outras¹⁰⁶⁶».

Crónica de D. Dinis

O capítulo **I** desta Crónica assenta, por inteiro, na C1419 (capítulo 90), dando conta de uma parte dos principais feitos e virtudes do monarca, assunto de que Pina promete voltar a tratar no último capítulo do seu texto. O extensíssimo capítulo **II** está também, em boa medida, baseado na C1419 (capítulos 91 – 93), mas Pina, recorrendo a «Coronicas de Frãça e Daraguam¹⁰⁶⁷» e possivelmente outras fontes, acrescenta vários episódios relacionados com os reis Jaime I e Pedro III de Aragão. Todo este segundo capítulo está dedicado à família e virtudes da rainha D. Isabel, sendo isso que explica a atenção concedida àqueles monarcas, que são, respectivamente, o avô e o pai da esposa

¹⁰⁶⁰ PINA (1977), p. 182.

¹⁰⁶¹ PINA (1977), p. 184.

¹⁰⁶² PINA (1977), p. 185.

¹⁰⁶³ PINA (1977), p. 187.

¹⁰⁶⁴ PINA (1977), p. 188.

¹⁰⁶⁵ PINA (1977), p. 189.

¹⁰⁶⁶ PINA (1977), p. 193.

¹⁰⁶⁷ PINA (1977), p. 228.

de D. Dinis. O capítulo **III**, que não se relaciona directamente com a C1419, explica o «fundamento, e cousas que ouve pera ElRey D. Diniz aver algũas Villas, e Castellos de riba Dodiana, que forão de Castella¹⁰⁶⁸», e está essencialmente baseado em documentos de chancelaria, tais como o testamento de Afonso X, que Pina explicitamente refere. Os capítulos **IV** e **V**, dedicados respectivamente aos filhos legítimos e ilegítimos do monarca e às guerras que, no início do seu reinado, o opuseram a seu irmão, o Infante D. Afonso, voltam a ter como base a C1419 (capítulos 94 e 95), mas Pina acrescenta por sua conta muitas informações genealógicas¹⁰⁶⁹ e alguns episódios da história de Castela cujo interveniente principal é D. Sancho IV. O final do capítulo V corresponde ao início da primeira lacuna do ms. C da C1419 (preenchida, tal como as restantes, justamente com texto de Rui de Pina), o que nos impede de saber ao certo em que medida a *Crónica de D. Dinis* continua a usar a obra quatrocentista. Mas o final do capítulo **VI**, que trata da guerra luso-castelhana provocada por sucessivos incumprimentos diplomáticos por parte do rei Fernando IV, já se baseia no capítulo 96 da C1419, e a partir deste momento, e durante muito tempo, Pina limita-se a segui-la. É com base nela que estão redigidos os capítulos **VII** (corresponde ao 97 da C1419), **VIII** (corresponde ao 98 da C1419), **IX** (corresponde ao 99 da C1419) e **X** (corresponde ao 100 da C1419), em que se contam as vicissitudes dessa guerra e o tratado de paz que lhe pôs fim. Tal como o redactor do século XV, também Pina conheceu directamente o acordo (é o célebre tratado de Alcanizes), mas decidiu transcrevê-lo na íntegra, traduzindo-o directamente do castelhano¹⁰⁷⁰; o seu texto é, por isso, mais extenso que o da sua fonte principal. Após ter transcrito o tratado, Pina retomou o final do capítulo 100 da C1419, acrescentando, porém, considerações próprias acerca de algumas das cláusulas de paz estabelecidas em Alcanizes e suas consequências. O longo capítulo **XI**, que trata sucessivamente dos casamentos então estabelecidos entre os dois reinos (Fernando IV com D. Constança e o Infante herdeiro de Portugal, D. Afonso, com D. Beatriz, irmã do rei de Castela e Leão) e do papel de D. Dinis na arbitragem dos conflitos existentes

¹⁰⁶⁸ PINA (1977), p. 232.

¹⁰⁶⁹ Há também, a respeito da descendência do rei, uma muito famosa informação acrescentada por Pina, segundo a qual D. Dinis teve dois filhos de nome Pedro: um que foi casado com D. Branca, filha de Pero Anes de Portel; e outro, que «depois foy Conde em Portugal» e «fez ho livro das linhagens Despanha, e foy singular homem» (PINA, 1977, p. 234). A forma como Pina terá elaborado esta versão a partir do texto da C1419, bem como uma sùmula da discussão outrora encetada a respeito da existência destes dois Pedros, acha-se exposta em CINTRA (2009), I, p. CXXXIII - CXXXIV. Anote-se ainda, se necessário fosse, que a alusão ao “Livro de Linhagens de Espanha” confirma plenamente que Pina teve à mão o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

¹⁰⁷⁰ “tornado fielmente por mim Coronista de Castelhana em Portuguez de próprio original que vy, e jaaz no Tombo” (PINA, 1977, p. 248).

entre os reis de Castela e Aragão, decorre dos capítulos 101 – 105 da C1419, mas Pina acrescenta um resumo desses conflitos e alguns outros pormenores baseado, essencialmente, em documentos de chancelaria (tais como o texto da Sentença de Torrellas, que explicitamente refere¹⁰⁷¹), omitindo, por outro lado, um dos juramentos respeitantes aos casamentos acima mencionados, bem como a discussão da C1419 acerca da existência de mais juízes nos conflitos entre Castela e Aragão, para além do rei português. O final deste capítulo corresponde a nova lacuna de C, mas o capítulo seguinte (**XII**), decorre já do capítulo 106 da C1419, respeitante à ajuda dada por D. Dinis a uma investida militar preparada por Fernando IV contra os mouros de Algeciras. Pina, uma vez mais, tem à mão documentos de chancelaria e vai incorporando explicitamente alguns dos seus dados, ao mesmo tempo que acrescenta pormenores referentes ao cerco de Algeciras, o que o leva a omitir a declaração do redactor da C1419, que dizia nada ter achado por escrito sobre esse assunto. Os capítulos **XIII** e **XIV** (fundação dos Estudos Gerais de Lisboa e autonomização do ramo português da Ordem de Santiago, respectivamente) decorrem dos capítulos 107 e 108 da C1419. Grande parte do capítulo **XV** (fundação da Ordem do Templo e sua destruição por ordem do Papa) decorre do capítulo 109 da C1419, mas o seu final corresponde já a nova lacuna de C. A relação entre as duas crónicas volta a poder observar-se a meio do capítulo **XVI**¹⁰⁷², que continua o assunto do anterior e incorpora, de forma algo modificada, os capítulos 110 e 111 da C1419. O capítulo **XVII**, sobre a criação da Ordem de Cristo, retoma os capítulos 112, 113 e 114 da C1419; somente na parte final, Pina acrescenta alguns dados novos sobre essa Ordem, remetendo, inclusivamente, para a *Crónica de D. Manuel*¹⁰⁷³. Com o capítulo **XVIII**, começa a Crónica a narrar as desavenças e guerras civis entre D. Dinis e o Infante herdeiro, assunto que ocupará todos os capítulos seguintes, até ao XXX. A maior parte desse capítulo decorre dos capítulos 115, 116 e 118 da C1419, mas Pina recorre também a outros textos, entre eles a C1344, e chega a contradizer-se a respeito de algumas informações que fornecera em capítulos anteriores. O capítulo **XIX** decorre dos capítulos 119 e 120 da C1419, embora Pina pareça ter presentes os mesmos documentos em que se baseou o redactor quatrocentista e dê, por vezes, informações mais completas. O capítulo **XX** decorre dos capítulos 121, 122 e 123 da C1419, com algum acréscimo de dados oriundos, mais uma

¹⁰⁷¹ PINA (1977), p. 261.

¹⁰⁷² PINA (1977), p. 272.

¹⁰⁷³ PINA (1977), p. 278. Trata-se de uma remissão para um texto certamente inexistente, embora Pina tenha começado a redigir uma Crónica do *Venturoso*, que não chegaria a finalizar.

vez, de documentação oficial. Os capítulos **XXI**, **XXII**, **XXIII** e **XXIV** baseiam-se nos capítulos 124 a 128 da C1419; só no último deles, Pina acrescenta alguns dados novos, certamente baseados em documentação de chancelaria. O capítulo **XXV** transcreve uma bula do Papa João XXII que também está na C1419 (capítulo 134), mas que Pina, segundo as suas palavras indicam e o confronto com a sua fonte principal confirma, traduziu directamente do Latim. O início do capítulo **XXVI** vem do capítulo 129 da C1419, excepção feita de uma alusão à conhecida lenda do emprazamento do rei Fernando IV de Castela e Leão, lenda a que a obra quatrocentista nunca se refere. A parte final deste capítulo corresponde a mais uma lacuna em C, e Pina menciona aí certa «*Coronica de Castella*¹⁰⁷⁴» como uma das suas fontes. Os capítulos **XXVII**, **XXVIII**, **XXIX** e **XXX** decorrem dos capítulos 130 a 134 da C1419; como inovações de Pina há apenas a notar pequenos trechos destinados a acrescentar ou precisar informação (um deles é, no entanto, especialmente interessante, pois refere que o Infante contava com muito mais apoios do que o Rei aquando da decisiva batalha de Santarém). Após este capítulo, surge mais uma lacuna na parte correspondente de C, que nos impede de conhecer o texto que a C1419 dedicava ao final deste reinado.

Crónica de D. Afonso IV

O início desta crónica (capítulos **I** a **XV**) corresponde a uma lacuna em C (preenchida, tal como todas as outras deste reinado e do reinado anterior, com texto do próprio Rui de Pina), o que nos impede de verificar directamente a sua dependência em relação à C1419. É visível, em vários destes capítulos, o aproveitamento da *Crónica de Afonso XI* e da *Gran Crónica* ou do *Poema de Afonso XI*. Segundo pensava Diego Catalán, esses capítulos teriam vindo da C1419, e não directamente daquelas obras; é uma questão de que tratarei mais adiante, mas posso, desde já, adiantar que tenho muitas dúvidas quanto à viabilidade dessa tese. O capítulo **XVI** é o primeiro em que se observam aproveitamentos da obra quatrocentista, nomeadamente do capítulo 135 e parte do 136, em que se narram os feitos de um português, Gonçalo Ribeiro, num torneio organizado pelo rei de Castela. Os capítulos **XVII**, **XVIII**, **XIX**, **XX**, **XXI** e **XXII**, em que se tratam as negociações para o casamento entre D. Constança Manuel e o Infante herdeiro de Portugal, bem como as tentativas de Afonso XI para o impedir, assentam, quase por inteiro, nos capítulos 136 a 141 da C1419. Da exclusiva

¹⁰⁷⁴ PINA (1977), p. 302.

responsabilidade de Pina é apenas, em tudo isto, um acrescento que especifica o nome dos emissários e procuradores de D. Afonso IV numa das acções diplomáticas conducentes àquele casamento¹⁰⁷⁵, acrescento nitidamente feito à vista dos próprios documentos de chancelaria. O capítulo **XXIII** nada tem que ver com a C1419: alude à morte da Rainha D. Isabel e alguns milagres a ela atribuídos, com base em «inquirições cõ muy perfeito exame das testemunhas¹⁰⁷⁶» e outras fontes. Nos capítulos seguintes, **XXIV** e **XXV** (dedicados a uma embaixada enviada pelo rei de França e outros senhores aos reis hispânicos com o fim de os incitar à cruzada), volta Pina a depender exclusivamente da C1419, capítulos 142 e 143. O capítulo **XXVI**, em que se regressa aos preparativos do casamento entre D. Constança e D. Pedro, assenta maioritariamente na C1419 (capítulos 144 e 145), mas Pina difere em alguns pormenores e resume o conteúdo de duas cartas de Afonso XI e D. Juan Manuel que a sua fonte principal transcreve na íntegra. Esta questão do casamento sucessivamente adiado pela acção de Afonso XI ocupa ainda vários dos capítulos seguintes, mas a dependência de Pina face à C1419 apenas em parte pode ser observada. Assim, os capítulos **XXVII**, **XXVIII** e parte do **XXIX** decorrem, respectivamente, dos capítulos 146, 147 e 148 da obra do século XV; para além de um ou outro momento em que Pina resume as informações da sua fonte principal, a divergência mais importante entre ambos os textos é a que se verifica no fim do capítulo **XXVIII**, pois Pina omite explicitamente a parte final e especialmente obscena de uma carta enviada por Afonso IV a Afonso XI. É esta, como veremos, uma das passagens mais importantes para ajuizar a relação de textos historiográficos quinhentistas com as suas fontes, porque é evidente que qualquer obra que contenha esta carta na íntegra não decorreu (ou, pelo menos, não decorreu apenas) da *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina¹⁰⁷⁷. O final do capítulo **XXIX** e grande parte do **XXX** correspondem a uma lacuna de C, mas o final deste último capítulo decorre já do capítulo 149 da C1419. Estamos ainda em matéria referente aos preparativos e hostilidades que envolveram o casamento de D. Constança com D. Pedro, assunto que ocupa, aliás, todo o resto da C1419 tal qual hoje a conhecemos. O início do capítulo **XXXI** decorre do capítulo 150 da C1419, mas grande parte dele corresponde a nova

¹⁰⁷⁵ PINA (1977), p. 374.

¹⁰⁷⁶ PINA (1977), p. 378.

¹⁰⁷⁷ E o inverso é também verdade. Basta, por exemplo, a circunstância de a *Crónica de D. Afonso IV* contida no relativamente célebre manuscrito 348 do fundo Manizzola da Biblioteca Pública de Évora omitir exactamente a mesma porção da carta (fólio 43v) e parafrasear, em seguida, as palavras de Rui de Pina, para que se dissipem quaisquer dúvidas a respeito da sua possível anterioridade e/ou autonomia em relação à obra deste cronista. É, aliás, nítido que a grande maioria dos estudiosos que se lhe têm referido limitou-se a ler os capítulos dedicados a Inês de Castro, o que explica esse tipo de dúvidas.

lacuna em C. A relação entre os dois textos volta a observar-se no final do capítulo **XXXII**, que retoma o capítulo 151 da C1419. Os capítulos **XXXIII** e **XXXIV** baseiam-se nos capítulos 152, 153 e 154 da C1419, e os capítulos seguintes, **XXXV** – **XXXIV**, decorrem dos capítulos 155 a 166 da C1419, últimos que se conhecem. A tabela de correspondências é a seguinte, com a numeração árabe indicando capítulos da C1419, e a romana capítulos de Pina: 155 (início do **XXXV**, início do **XXXVI** e parte do **XXXVII**); 156 (**XXXVIII**); 157 (**XXXIX**); 158 (**XXXX**); 159 (grande parte do **XXXI**); 160, 161 e 162 (**XXXII**); 163, 164 e 165 (**XXXIII**); 166 (início do **XXXIV**). Em vários destes capítulos, Pina acrescenta, porém, dados novos. Alguns deles (por exemplo, no capítulo **XXXVI**) vêm da *Crónica de Afonso XI*. Veremos adiante o que isto poderá significar. O final do capítulo **XXXIV** corresponde à última porção da C1419 actualmente conhecida, pelo que a relação entre as duas obras deixa de poder observar-se a partir desse ponto.

5.2. Localização do exemplar da C1419 manejado por Rui Pina no estema desta obra actualmente passível de reconstrução

Será possível entroncar o códice da C1419 manejado por Pina em algum dos ramos da tradição manuscrita desta obra actualmente conhecidos? É uma dúvida a que não poderemos responder com muita segurança. Com efeito, C é o único testemunho da C1419 com que contamos para os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, o que, à partida, exclui dessa averiguação as Crónicas que Pina lhes dedicou; por outro lado, não se verificam, nos reinados de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III, divergências tão notórias entre P e C quanto as que por vezes existem no reinado de D. Afonso Henriques; além disso, deve tomar-se em linha de conta a provável existência de erros ou variantes introduzidas pelos copistas de P e C (e, como tal, não herdadas dos respectivos modelos). Existem, ainda assim, numerosas passagens em que o texto de Pina, copiando ou aproveitando a C1419, se revela emparentado com P contra C. Eis um conjunto de exemplos que me parece suficientemente comprovativo do que acabo de dizer¹⁰⁷⁸:

loguo foram avizados por ventura com desejos de **roubar** (C. D. Sancho I, p. 40)
~ os quaes per ventura com desejo de **se acabar** (C, p. 165) ~ os quais peruẽtura
com deseio de **roubar** (P, p. 149)

¹⁰⁷⁸ As páginas respeitam a PINA (1977), TAROUCA, ed. (1952 - 1953), I e BASTO, ed. (1945).

e asi de novo ho [castelo] de **Cezimbra** (C. D. Sancho I, p. 62) ~ e edeficar o [castelo] de **Cojnbra** (C, p. 175) ~ e edeficou o [castelo] de **Cezimbra** (P, p. 157)

enviou **ha elle** de Roma por Delegado ho Bispo **Sabenêse** (C. D. Sancho II, p. 133) ~ mandoulhe por delegado ho Bispo de **Segonha** (C, p. 212) ~ mandou **a elle** por legado o bpõ de **Saboja** (P, p. 170)

Dom Tiburço Bispo de Coimbra, e Ruy Gomes de **Briteyros** (C. D. Sancho II, p. 136) ~ Dom Tibeyro, Bispo de Cojmbra, e Ruy Gomez de **Barçeiros** (CALADO, ed., 1998, p. 125¹⁰⁷⁹) ~ Dom Tiberio bpõ de Coimbra e ruj gomes de **briteiras** (P, p. 175)

Adaïam da Igreja da **Carnota**, e Soeyro Soares **Chãçarel** (C. D. Sancho II, p. 137) ~ adayão da Igreja de **Carnea**, e Sueyro Soares, **chamtre** (CALADO, ed., 1998, p. 125¹⁰⁸⁰) ~ Dajaõ da igreja de **carnota** e Soeiro soares **chançarel** (P, p. 176)

Com meu avoo, e com meu **visavoo** (C. D. Sancho II, p. 138) ~ meu avoo, e meu **tresavoo** (C, p. 220) ~ meu auoo e com meu **bisauo**¹⁰⁸¹ (P, p. 177)

Que **vieraõ** por alguãas necessidades (C. D. Sancho II, p. 138) ~ que **ouuerrom** per alguma necesidade (C, p. 221) ~ que **vieraõ** por algũas necessidades (P, p. 177)

Seer¹⁰⁸² sempre **obediante**, e devoto aa **Igreja de Roma** (C. Sancho II, p. 138) ~ serej senpre deuoto a **obediemçia da Sancta Madre Jgreja de Roma** (C, p. 222) ~ serej **obediante** e deuoto a Jgreja de Roma (P, p. 178)

Ifante Dom Affonso de **Molina** (C. D. Sancho II, p. 141) ~ D. Afomso de **Vilhena** (C, p. 229) ~ Dõ Affonssso de **Molina** (P, p. 184)

Depois chamaram **ha Cabeça do Mestre** (C. D. Afonso III, p. 181) ~ ora chamom **Cabeça** do Mestre (C, p. 261) ~ ora chamão **a cabeça** do mestre (P, p. 206)

Foy sobre **Selir**, e ho tomou por força (C. D. Afonso III, p. 185) ~ foy a **Sylues** e tomou a por força (C, p. 269) ~ foisse a **Salir** e tomou o por força (P, p. 211)

Penso, por isso, que se poderão aplicar aqui as seguintes palavras de M. Campa Gutiérrez:

«A veces [las variantes] son mínimas, consistentes en la supresión de una palabra. Pero no por ello deben de desestimarse, pues todo investigador que se plantee el problema de las relaciones entre una pluralidad de textos sabe que también tiene valor indicativo de parentesco la existencia de una acumulación de variantes comunes¹⁰⁸³.»

E elaborar o seguinte esquema:

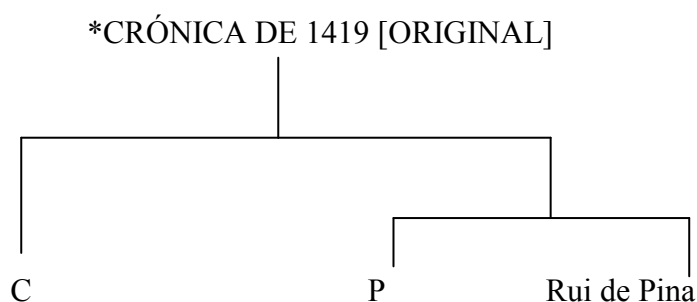
¹⁰⁷⁹ Recorro aqui a esta edição, porque TAROUCA, ed. (1952 - 1953), I, p. 219, não leu correctamente a última palavra, anotando «Barçelos(?)».

¹⁰⁸⁰ A mesma razão leva-me a seguir, aqui, esta edição. TAROUCA, ed. (1952 - 1952), I, p. 220, leu «Carmo(?)» e não «carnea»

¹⁰⁸¹ Esta passagem faz parte da tradução do juramento feito pelo Conde de Bolonha em Paris. A versão original (em latim) do documento tem “cum Avo & Proavo meo”: BASTO, ed. (1946b), p. 361. Parece, aliás, mais provável que D. Afonso III se estivesse referindo a D. Afonso Henriques, e não ao Conde D. Henrique.

¹⁰⁸² O ms. 891 da BPMP (fólio 11v) tem «serey», tal como a C1419. Deve haver erro na edição.

¹⁰⁸³ CAMPA GUIÉRREZ, ed. (2009), p. 37.



Ora, se nos lembrarmos de que também o exemplar da C1419 manejado por Duarte Galvão se revela (e esse de forma especialmente nítida) pertencente ao ramo de P, poderemos relacionar este conjunto de dados e adiantar algumas hipóteses a respeito do trajecto e percursos da Crónica quatrocentista. O facto de P ser um manuscrito oriundo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, conjugado (i) com a aproximação estemática existente entre esse manuscrito e o exemplar manejado por Duarte Galvão; (ii) com as relações privilegiadas que este cronista mantinha com um dos priores desse cenóbio (nada menos que seu próprio irmão, D. João Galvão); e até (iii) com a indicação de D. Vicente atrás referida, leva a admitir como consideravelmente provável que tenha sido por intermédio dos cónegos regantes da Cidade do Mondego que o autor da *Crónica de D. Afonso Henriques* teve acesso a uma cópia da C1419. Por sua vez, a circunstância de o exemplar desta crónica manejado por Rui de Pina pertencer, também ele, ao ramo de P, aliada à partilha de materiais que certamente existia entre funcionários da corte e até à possibilidade de o próprio Pina ter sido o responsável pela refundição da versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* conduz, com manifesta inevitabilidade, à ideia de que Pina e Galvão tiveram acesso ao mesmo exemplar da C1419, tendo sido através do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra que o puderam manejar.

5.3. Modo como Rui de Pina usou a C1419

A partir das indicações que comecei por fornecer acerca da dívida de Rui de Pina para com a C1419, podemos já fazer uma ideia do modo com o cronista do século XVI usou a obra quatrocentista. Pina tomou a C1419 como fonte estrutural das suas crónicas e foi inserindo no texto oriundo desta obra porções textuais ou informações de diversa proveniência, obedecendo a critérios cronológicos e temáticos, com predomínio

dos primeiros. Simultaneamente, foi acrescentando comentários pessoais destinados a clarificar, glosar ou aperfeiçoar essas informações. A C1419 está, portanto, para Pina como a C1344 está para a C1419.

Apesar disso, há pelo menos uma diferença de método a assinalar, pois enquanto a C1419 transcreveu frequentemente ao pé da letra a sua fonte principal, Pina nem sempre o fez; o seu procedimento habitual é antes o de parafrasear o texto da C1419 (e das restantes fontes), amplificando estilisticamente as frases e introduzindo elementos novos. Este procedimento explica-se em parte, sem dúvida, por necessidades modernizadoras, decorrentes dos cerca de cem anos que medeiam entre as crónicas de Pina e a sua fonte estrutural; mas podem também ser vistos em relação com uma tendência, progressivamente dominante à medida que a Idade Média ficava para trás, de maior afastamento da historiografia em relação ao texto das suas fontes¹⁰⁸⁴.

Não são, por outro lado, muito frequentes os momentos em que, do ponto de vista organizacional ou conteúdístico, Pina se afasta da C1419. A única diferença organizacional a reter é que Pina quebrou a regra de deixar para o início de cada reinado a súpula das «bondades» (os principais feitos e virtudes) do respectivo monarca; apesar disso, terá percebido as vantagens que essa técnica trazia para a clareza do discurso e a construção de uma imagem laudatória dos reis, pois repartiu, em alguns casos, a súpula das bondades pelo capítulo inicial e final das crónicas. Note-se que esses casos (Afonso III e D. Dinis) correspondem exactamente aos monarcas a quem a C1419 dedicava súpulas de bondades mais extensas, que ocupavam todo o capítulo inicial do reinado. Presumindo-se a constância deste padrão pode, inclusivamente, supor-se que a súpula das bondades de D. Afonso IV ocuparia, na C1419, menor espaço que as de seu pai e seu avô, já que a *Crónica* de Pina refere-se a elas apenas no primeiro capítulo. A um outro nível, Pina autonomizou cada reinado dedicando-lhes Crónicas específicas e, com isso, abandonou o modelo «Crónica Geral do Reino» pelo modelo «Crónica Real¹⁰⁸⁵». É uma inovação que, mais do que a Duarte Galvão e Rui de Pina (como indica Adelino Calado¹⁰⁸⁶), deverá imputar-se sobretudo ao segundo destes cronistas¹⁰⁸⁷.

¹⁰⁸⁴ Conforme indiquei no capítulo introdutório desta secção. Apesar disso, Pina retoma ainda, por vezes, o texto da C1419 de forma literal ou quase literal.

¹⁰⁸⁵ Vejam-se as referências e bibliografia sobre estes conceitos no capítulo 1 da parte II.

¹⁰⁸⁶ CALADO, ed. (1998), p. XXII: “foram Duarte Galvão e Rui de Pina que converteram a crónica de Portugal em crónicas individualizadas de reis”.

¹⁰⁸⁷ Já que Galvão tinha a intenção de redigir as histórias dos primeiros reis, e não é seguro que lhes dedicasse Crónicas autónomas; certa remissão para o reinado de D. Fernando parece até indicar que não o faria. Veja-se o capítulo anterior.

Pina procedeu, além do mais, a algumas correcções e omissões, estas mais frequentes que aquelas. Vejamos em concreto alguns desses casos (o elenco completo pode seguir-se nas indicações com que iniciei este capítulo).

a) *Correcções*

i) Entre os últimos feitos de D. Sancho I, a C1419 incluía a tomada de Tuy, Sam Payo de Lodo e Ponte Vedra (Galiza), acrescentando que «se estes lugares foram tomados a mouros se a outras jentes esto nom achamos em esprito¹⁰⁸⁸». Pina terá visto algum absurdo nesta afirmação, pois a localização geográfica destas localidades inviabilizava, por si só, que tivessem sido conquistadas aos mouros; acrescentou, por isso, com base em fontes laterais ou na sua própria dedução:

«e em quanto duraram has treguoas que ElRey poz com hos Mouros, sempre pela mayor parte do tempo teve guerra com ElRey D. Affonso de Liam, ha que tomou em Gualiza ha cidade de Tuy, e has Villas de Sampayo, e de Lobeo, e Ponte Vedra, e outros luguares que em sua vida teve, porque despois de sua morte, e em tempo doutros Reys seus socessores por bem de paz, e concórdia, hos ditos luguares foram tornados aho Reyno de Liam» (C. D. Sancho I, p. 62)

ii) Uma correcção particularmente importante ocorre na *Crónica de D. Sancho II*. Segundo a C1419, quando D. Sancho resolveu ir a Castela pedir ajuda contra os apoiantes de seu irmão, o rei a quem se dirigiu era Afonso X, o qual, ouvida a súplica do rei português, lhe teria enviado em auxílio um forte contingente capitaneado por seu tio, o Infante D. Afonso de Molina (irmão de Fernando III):

«[D. Sancho II] se sayo do regno e se foy a Castela pedir ajuda a **el.rey dom Afonso, filho del.rey dom Fernando**, o que tomou Sevilha a mouros, **que então reynava**. [...] **E el.rey dom Afonso** partira de Sevilha e, quando chegou a Toledo, achou hy el.rey dom Samcho [...]. E envyrou com ele dom Afonso de Vilhena¹⁰⁸⁹, **seu tyo, irmão de seu pay**, com muitas gentes [...]»¹⁰⁹⁰

Do ponto de vista histórico, há aqui um anacronismo evidente, já que à data destes acontecimentos (1245-1248), quem reinava em Castela e Leão era Fernando III, e não o seu filho; para mais, o Infante que veio a Portugal auxiliar militarmente a causa de D. Sancho não foi D. Afonso de Molina, mas o próprio Infante herdeiro, que a Crónica supõe já rei. Em face disto, Pina corrigiu parcialmente o erro, pois, apesar de ter

¹⁰⁸⁸ CALADO, ed. (1998), p. 103.

¹⁰⁸⁹ “Molina” em P.

¹⁰⁹⁰ CALADO, ed. (1998), pp. 131 - 132.

mantido a identificação do Infante Afonso, substituiu correctamente Afonso X por Fernando III¹⁰⁹¹; em consequência, chamou ao Infante Afonso de Molina «irmão» (e não «tio») do rei castelhano:

«[D. Sancho II] se foy logo a Castella com fundamento de pedir socorro contra seu irmão, **ha EIRey Dom Fernando, deste nome ho seguundo**¹⁰⁹², **que entam nelle Regnava** [...]. Ha este tempo **EIRey Dom Fernando** veo ha Toledo, [...] aho quaal **EIRey Dom Sancho de Portugal seu primo**, dice logo, que ha causa de sua ida ha elle, era pera lhe fazer saber, ho que elle teria sabido, que seu irmão o Ifante Dom Affonso Cõde de Bolonha, entràra em seu Regno de Portugal [...], e que porém lhe pedia, como ha Rey tam poderoso, e que com elle era tam conjunto em parentesco, que em tamanha força lhe desse ajuda [...]. Da quaal couza **prouve ha EIRey Dom Fernando**, e pondoa em obra ordenou logo pera vir ha Portugal **ho Ifante Dom Affonso de Molina, seu irmão**, e com elle Dom Diogo Lopes de Haro [, etc.] ». (*Crónica de D. Sancho II*, pp. 140 -141)

b) *Omissões*

i) No reinado de D. Sancho I, a C1419 fornece uma causa para o casamento da Infanta Teresa com o rei Afonso IX de Leão. Segundo a Crónica, Afonso VIII de Castela moveu guerra simultaneamente contra os reis de Leão e Portugal, e o apaziguamento das hostilidades implicou, como uma espécie de cerimónia protocolar, que Afonso IX e Sancho I fossem armados cavaleiros pelo rei castelhano, em Carrion¹⁰⁹³. Na sequência disso, o rei de Leão, sentindo-se despeitado, decidiu, como forma de aliança política, casar-se com a filha do rei português. Pina faz de Afonso IX e Sancho I as partes em confronto e, em consequência, transforma aquele casamento numa forma de pacificação entre eles:

«e tambem ha esse tempo se ouve por muy necessário fazerse este casamento, para com elle, como bom meo de paz serrarem guerras, e diferenças, que antre elles Reys de Portugal, e de Liam emtam se aparelhavam» (*Crónica de D. Sancho I*, p. 54)

ii) Também neste reinado, a C1419 dava conta de uma série de eventos

¹⁰⁹¹ Parece claro que era muito mais fácil corrigir o erro a respeito do nome do rei, do que a respeito do nome do infante; deve, todavia, notar-se que o anacronismo de colocar a deposição de D. Sancho II durante o reinado de Afonso X consta já da *Crónica de Alfonso X*, de Fernán Sánchez de Valladolid (GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, ed., 1998, pp. 19 - 21), texto que, todavia, não creio ter sido a fonte da C1419 para esta passagem.

¹⁰⁹² É claro tratar-se, porém, de Fernando III. A numeração dos reis castelhanos foi sofrendo oscilações várias, que em diversos pontos das Crónicas de Rui de Pina se notam. Pina chama, por exemplo, “Afonso IX” ao rei a quem hoje apelidamos de “Afonso VIII” (certamente por incluir na conta o rei Afonso I de Aragão, que chegou a estar casado com a rainha Urraca I de Castela e Leão), etc.

¹⁰⁹³ CALADO, ed. (1998), p. 100.

ocorridos na fase final da vida de D. Sancho I: edificação do castelo de Montemor por ordem do rei; foral dado pelo Bispo de Lisboa a Alhandra; estabelecimento das Ordens de S. Domingos e S. Francisco; fortes inverniais em Évora, Santarém e Coruche. De todos eles, apenas o primeiro e o último, este de forma mais resumida, são retidos por Pina:

«ElRey D. Sancho mandou de novo edefiquar ho Castello de Monte Moor ho novo, no Bispado de Évora, e neste anno atée hos dous seguintes se acha aver neste Reyno no maar, e na terra grandes tormentas, e tempestades» (*Crónica de D. Sancho I*, p. 63)

iii) A C1419, copiando a C1344, afirmava de D. Afonso II que «foy muy bõo christão no começo, mas depois não foy asy bõo, seguindo muito sua vontade¹⁰⁹⁴». Inutilmente se procurará semelhante apreciação na *Crónica de D. Afonso II* de Rui de Pina.

iv) O único capítulo da C1419 que Pina omite na totalidade é o 57, respeitante à ida do Infante D. Afonso (futuro Afonso III) para França e alguns dos seus feitos aí ocorridos. Deve notar-se que este capítulo não se encontra no ms. P, precisamente aquele de que, como vimos, estaria mais próximo o exemplar manejado pelo cronista do séc. XVI. Pode, por isso, pensar-se que esse exemplar também não incluiria o capítulo em apreço. A hipótese não é, todavia, muito forte, pois o capítulo anterior e o capítulo seguinte (que também só se encontram em C) foram aproveitados por Pina; além disso, P denota, neste como noutros pontos, evidentes sinais de uma lacuna textual certamente herdada do seu modelo¹⁰⁹⁵.

v) Ao contrário do que sucede nestes casos, há pelo menos uma omissão justificada por Pina. Trata-se de uma pitoresca carta enviada por Afonso IV a Afonso XI de Castela e Leão, no meio das tensões provocadas pelas tentativas do rei castelhano impedir a ida de D. Constança Manuel para Portugal, a fim de casar com o Infante

¹⁰⁹⁴ CALADO, ed. (1998), p. 104.

¹⁰⁹⁵ Esclareça-se também que, podendo embora não ter constado do arquétipo da rama de P, o capítulo em questão pertencia indubitavelmente à redacção original da C1419, pois está perfeitamente integrado na narrativa e denota, como aliás vimos na secção anterior, os mesmos processos de construção usados ao longo de toda a obra.

herdeiro. A C1419 transcreve-a na íntegra¹⁰⁹⁶, mas Pina omite a sua parte final e diz porquê:

«E com estas palavras lhe escreveo elRey de Portugal nesta mesma carta outras comparações, & exemplos deshonestos, & baixos que naquelle tempo poderiaõ por vêtura parecer bem, & passar como graças, mas a honestidade, temperança, & bom ensino dos Reis daguora pareceriaõ mal, & muy feas, & por isso os naõ escrevo ca naõ acrecentaõ, nem minguaõ na sustancia desta historia» (*Crónica de D. Afonso IV*, p. 388¹⁰⁹⁷)

São também raros os momentos em que Pina reorienta, mediante reescrita, os sentidos da C1419. Um deles localiza-se nas informações dadas por esta Crónica acerca da extinção da Ordem do Templo, que se destinam a explicar o nascimento da Ordem de Cristo¹⁰⁹⁸. Acontece que Pina carrega nitidamente nas culpas do rei de França e do Papa, ao mesmo tempo que introduz tonalidades martirológicas na atitude dos templários:

«ElRey [Filipe IV de França] mandou meter estes, e outros muitos ha muy mais ásperos tormentos pera que com elles confeçassem hos delictos que dezejava pera logo aver has teerras que cobiçava» (*Crónica de D. Dinis*, p. 272);

«antes no meyo das mayores chamas se diz, que elles [os templários] nunca deixaraõ de cõfessar, e defender ha pureza de sua Religião, e que na opinião de todos como verdadeyros Martyres morreraõ» (*Crónica de D. Dinis*, p. 273);

«por cobiça do dicto Rey Felipe de França, ha cujas culpas Deos que hee todo justo, nom tardou muito com justiça e pena, porque este Rey Felipe correndo monte ho cavallo em que corria arrastrando como touro ho matou [...] e [porque os filhos deste rei morreram sem descendência] ficou desta vez estinta ha geraçaõ dos Rex de França, que vieraõ de Ugo capet» (*Crónica de D. Dinis*, p. 278).

No seu conjunto, todos estes casos não parecem obedecer a uma lógica global, mas sim responder a solicitações algo casuísticas, como corrigir a verdade histórica (exemplos a.i e a.ii), resguardar a imagem dos reis de Portugal (exemplos b.i; b.iii e um pouco b.v) ou promover normas de decoro historiográfico e comportamental (exemplo b.v). Mas nem sempre estes princípios agem como motivações ao longo de toda a obra de Rui de Pina. Na verdade, a principal diferença entre ele e a C1419 está em dois aspectos: primeiro, na relativamente grande quantidade de matéria acrescentada por Pina, que a cada passo denota ter tido acesso a um conjunto verdadeiramente impressionante de fontes documentais e narrativas portuguesas, espanholas, francesas,

¹⁰⁹⁶ CALADO, ed. (1998), pp. 240 - 242.

¹⁰⁹⁷ Já aludi à importância desta carta no estabelecimento de relações textuais entre obras do século XVI; mais à frente, dedicar-lhe-ei um sub-capítulo específico.

¹⁰⁹⁸ CALADO, ed. (1998), pp. 186 - 192.

europeias ou mesmo árabes; depois, e parece-me ser esta a sua marca mais saliente no confronto com a C1419, porque o cronista de D. Manuel se revela frequentemente *moderado e abrangente*.

Isso nota-se, em primeiro lugar, através da matéria nova introduzida. Efectivamente, Pina concede aos diferentes estratos sociais e, sobretudo, a acontecimentos estrangeiros, muito mais espaço do que a C1419. A aristocracia, por exemplo, aparece nas suas páginas mais do que nas páginas da sua fonte principal, e com relativa frequência Pina introduz segmentos genealógicos no seu discurso, tudo isto em certa medida com base no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que a C1419 nunca aproveitou (vejam-se, entre outros, o capítulo XV da *Crónica de D. Sancho I* e o capítulo III da *Crónica de D. Sancho II*). E se a C1419 já dedicava algum espaço a eventos estrangeiros que estivessem directamente relacionados com a história de Portugal, Pina exponencia o recurso a este mecanismo, chegando a dedicar capítulos inteiros a esses assuntos (por exemplo, o capítulo XIII da *Crónica de D. Sancho I*, integralmente ocupado com as rivalidades entre Castros e Laras durante a menoridade de Afonso VIII; ou o capítulo II da *Crónica de D. Dinis*, em que se dá grande espaço aos reis de Aragão).

Este espírito de abrangência e moderação leva-o até a contradizer-se, como se observa no relato das guerras civis entre D. Dinis e o Infante herdeiro. Pina maneja a C1344 e a C1419, obras que, como vimos na secção anterior, tinham visões muito diferentes acerca desse confronto, e foi misturando os seus relatos ajustando-os quanto pôde, embora tenha deixado escapar certas contradições. Omitiu parte do arrazoado, nitidamente condenatório do Infante, com que a C1419 iniciava a narração do episódio¹⁰⁹⁹, mas manteve a quase generalidade dos atributos negativos que caracterizavam D. Afonso. E chega a incorrer em incoerências factuais: copiando a C1419, diz que o mais velho dos filhos ilegítimos do rei era Afonso Sanches¹¹⁰⁰; copiando a C1344, diz que era Pedro Afonso¹¹⁰¹. Na batalha final entre as tropas do rei e as tropas do Infante, em Santarém, Pina, ao contrário da C1419, *não se esquece de dizer* que «hos cavaleyros, e escudeyros que ElRey consigo aly tinha, eram por todos quorenta, e hos do Ifante trezentos e vinte¹¹⁰²».

¹⁰⁹⁹ CALADO, ed. (1998), p. 193.

¹¹⁰⁰ PINA (1977), p. 234.

¹¹⁰¹ PINA (1977), p. 280.

¹¹⁰² PINA (1977), p. 307.

A atitude de Rui de Pina para com a C1419 é, portanto, a de *aproveitamento integral e fidelidade genérica*, por aqui se aproximando da de Duarte Galvão. Existe, todavia, uma importante diferença e um aparente paradoxo na forma como estes dois cronistas recepcionaram a obra quatrocentista. Ambos a aproveitaram extensa e recorrentemente; mas, se à superfície, é Galvão quem se revela mais dependente dela (pois acrescenta pouca matéria nova), a verdade é que é também ele quem deu corpo a uma visão ideologicamente mais articulada do passado nacional. Dir-se-ia que a *Crónica de D. Afonso Henriques* revela um ideólogo e as *Crónicas* de D. Sancho I a D. Afonso IV revelam essencialmente um conciliador e um diplomata¹¹⁰³.

5.4. A C1419 e a historiografia de Afonso XI. O testemunho de Rui de Pina.

Esse aproveitamento integral e essa fidelidade genérica de Pina para com a C1419 possibilitam a conclusão de que as partes da obra quatrocentista actualmente desconhecidas foram também integradas nas suas *Crónicas*. Mas basta a circunstância de Pina ter acrescentado muito material novo para que se torne impossível, apenas com recurso ao seu texto, discernir se tal ou tal passagem, episódio ou capítulo vieram ou não da sua fonte principal. Nem mesmo a respeito das passagens oriundas da C1344 (por exemplo, a vingança de Afonso IV sobre seu irmão no capítulo III da respectiva *Crónica*) nos dá certezas, pois, como vimos, Pina, tal como a C1419, teve acesso *directo* à obra trecentista. Com auxílio de outros textos é, no entanto, possível formular algumas hipóteses acerca do que Pina terá ou não herdado da sua fonte principal. Já o constatamos a propósito de Inês de Castro¹¹⁰⁴; e podemos ainda fazê-lo a respeito de um específico conjunto de textos dedicados ao grande rei de Castela, Afonso XI.

Foi Diego Catalán, quem, pela primeira e parece-me que última vez, notou a presença, na *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina, de amplas passagens provenientes da versão mais conhecida da *Crónica de Alfonso XI* e também, embora em menor número, da *Gran Crónica* ou do *Poema de Alfonso XI*.

Eis, em palavras suas, o elenco das semelhanças por ele encontradas entre a *Crónica de D. Afonso IV* e a *Crónica de Alfonso XI*:

¹¹⁰³ Para o que não obsta a possível intervenção de Rui de Pina no texto vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques*. Como vimos no capítulo anterior, as passagens ideologicamente mais marcadas desta obra constavam já da versão primitiva e são, portanto, seguramente da autoria de Duarte Galvão.

¹¹⁰⁴ No capítulo dedicado às relações da Terceira redacção da C1344 com a C1419.

«La primera de esas secciones abarca solo dos capítulos: el **IV** cuenta rápidamente la menor edad del rey castellano mientras estaba en guarda de su amo “Martim Fernández de Toledo” [Cr A° XI, capítulo XLIII], la privanza de Álvar Nuñez Osório y Garcilaso de la Vega, la alianza de don Juan el Tuerto y don Juan Manuel; y, ya con más detalle, el acuerdo de casamiento del rey con Constanza Manuel [Cr A° XI, XLVI – XLVII], la muerte de don Juan en Toro [Cr A° XI, L y LIII], la huida de don Juan Manuel [Cr A° XI, LIV], el abandono de Doña Constanza ante la proyectada boda del rey con la infanta María de Portugal, etc.; después siguen claras reminiscencias de los capítulos LXV, LXVIII, LXIX, LXXIII, LXXV, LXXXI, LXXIX, LXXX, LXXXVI, LXXXVII, LXVIII de la *Crónica de Alfonso XI*. El capítulo **V** [...] se inicia contando el amancebamiento del rey castellano con doña Leonor Núñez de Guzmán [Cr A° XI, XCV], y refiere después, con detenimiento, los problemas que se suscitan en el reino en torno a la favorita (de acuerdo con los capítulos CI, CII, CV de Cr A° XI); por fin, algo más rápidamente, se relata la pérdida de Gibraltar (de acuerdo con los capítulos CX, CXI, CXIV, CXIX, etc., hasta el CXXXII de Cr A° XI). A partir del capítulo [...] **XXXIX**¹¹⁰⁵ de Rui de Pina, hasta el **LX**, la fuente básica vuelve a ser la *Crónica de Alfonso XI*, cuya narración se sigue hasta el fin (esto es, hasta la entrada del rey castellano en Algeciras y la consagración de la mezquita como Santa María de la Palma). Sólo con motivo de la participación portuguesa en la expedición de socorro a Tarifa y en la batalla del Salado se acude a fuentes complementarias portuguesas de carácter también narrativo. Una de ellas es fácilmente identificable: se trata del famoso *Livro das Linhagens* del conde de Barcelos¹¹⁰⁶.»

Quanto às passagens da *Crónica de D. Afonso IV* que se relacionam com o *Poema* (ou com a *Gran Crónica*) de *Alfonso XI*¹¹⁰⁷, são as seguintes: os conselhos dados por Álvaro Nunes Osório a Afonso XI, primeiro para que este impedisse o casamento de D. Constança Manuel com D. Juan, «el Tuerto», depois para que não fosse o próprio rei a casar com essa princesa [capítulo **IV** da *Crónica de Pina*¹¹⁰⁸]; o envio da cabeça do Almirante de Castela ao rei Alibohacem¹¹⁰⁹, que estava preparando uma grande invasão militar da Península como vingança da morte do Infante seu filho, e alguns aspectos do lamento do rei mouro por essa morte [capítulo **LI**]; a jocosa resposta de D. Afonso IV ao mensageiro de Castela, que lhe veio solicitar auxílio militar contra os mouros [capítulo **LII**], passagem que consta do *Poema*, mas não da *Gran Crónica de Alfonso XI*; alguns detalhes da embaixada enviada por Afonso XI e Afonso IV aos reis Mouros

¹¹⁰⁵ Corrijo o “XXXIX” de Catalán.

¹¹⁰⁶ CATALÁN, ed. (1976), p. 95. Introduzi negritos nos capítulos da *Crónica de Pina*, de modo a facilitar a leitura.

¹¹⁰⁷ Segundo esclareceu o próprio Catalán (CATALÁN, 1974, estudo onde rejeitou quase por inteiro as conclusões dos seus trabalhos anteriores sobre o assunto), a *Gran Crónica de Alfonso XI* prosificou várias passagens do *Poema*, daí que na maior parte dos casos não seja possível destringer com clareza a qual destas obras deverão imputar-se as passagens constantes da *Crónica de Pina*.

¹¹⁰⁸ Páginas 339 e 340 de PINA (1977). Estes conselhos aparecem também, contudo, na C1344, obra que curiosamente alinha com as posições políticas de D. Juan Manuel e se revela hostil ao valido de Afonso XI. É, portanto, possível (segundo reconhece Catalán) que a fonte tenha sido a C1344.

¹¹⁰⁹ O texto de Pina está, neste e noutros pontos, muito próximo de certa *História en Décadas* quinhentista, obra que conheceu e aproveitou uma cópia da *Gran Crónica de Alfonso XI* estematicamente independente das restantes cópias desta obra hoje conhecidas.

que cercavam Tarifa, incitando-os à batalha; o conselho de guerra reunido por Alibohacem, em que se faz ouvir a voz de um velho sábio muçulmano que prediz a derrota e incita o seu rei a abandonar as iniciativas militares, bem como a do rei de Granada, que vai em sentido contrário; os sombrios presságios da rainha Fátima, também presente neste conselho¹¹¹⁰; as notícias dadas aos reis cristãos em Alomodôvar¹¹¹¹ [tudo isto no capítulo LVII]; a promessa feita por D. Juan Manuel aos reis cristãos nas vésperas da batalha do Salado, segundo a qual todos três, juntamente com muitos outros cavaleiros portugueses e castelhanos, iriam comer na tenda do rei mouro [capítulo LVIII]; finalmente, a perseguição, após a batalha, de Afonso XI e Afonso IV a umas tropas muçulmanas em debandada até ao rio «Brita Botelhas¹¹¹²» [capítulo LIX]¹¹¹³.

Desde que, em 1955¹¹¹⁴, Catalán se referiu pela primeira vez a estes factos, a sua ideia foi sempre a de que Pina não tomou as passagens em causa directamente das referidas obras castelhanas, mas sim da C1419. É verdade que em 1976 matizou um pouco a questão, afirmando que «no siempre podemos saber qué heredó [Pina] de Fernão Lopes¹¹¹⁵ y qué puso [...] de su cosecha¹¹¹⁶»; ou que «ya sea Fernão Lopes, ya sea Rui de Pina el responsable de su inclusión¹¹¹⁷ [dos capítulos oriundos da *Crónica de Alfonso XI*]». Mas parece ter-se sempre inclinado para a alternativa Fernão Lopes, segundo se vê de afirmações como esta: «dado el estado actual de nuestros conocimientos, la hipótesis preferible es suponer [...] que **Fernão Lopes (más probablemente que Rui de Pina)** alcanzó a conocer dos obras castellanas: la *Crónica de Alfonso XI* en su versión concisa y el *Poema de Alfonso XI* de Rodrigo Yáñez¹¹¹⁸».

¹¹¹⁰ Estes presságios constam apenas da *Gran Crónica*; mas, como salienta Catalán, é possível que constassem também do *Poema*, cujos manuscritos actualmente conhecidos estão lacunares em alguns pontos.

¹¹¹¹ Ao contrário do exemplo anterior, este está só no *Poema de Alfonso XI*.

¹¹¹² A edição tem «Brita Botelhos» (PINA, 1977, p. 452); mas o ms. C da C1419 (que neste como noutros pontos copia a *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina), tem “Brita Botelhas”, o que parece estar mais de acordo com o “Quebranta Botijas” castelhano. Este aspecto está só no *Poema de Alfonso XI*. Deve, porém, notar-se que a *Memoria In Sancta Admirabiliis Victoria*, texto comemorativo da batalha do Salado redigido por volta de 1341 e fonte directa ou indirecta de várias passagens da *Crónica de Pina*, menciona também o rio “Britavotellas”: RAMOS (1997), p. 162.

¹¹¹³ Para tudo isto, veja-se CATALÁN, ed. (1976), pp. 99 - 118.

¹¹¹⁴ CATALÁN (1955).

¹¹¹⁵ Recorde-se que o grande investigador espanhol nunca teve qualquer dúvida em relação à autoria da C1419.

¹¹¹⁶ CATALÁN, ed. (1976), p. 94.

¹¹¹⁷ CATALÁN, ed. (1976), p. 96.

¹¹¹⁸ CATALÁN, ed. (1976), p. 117. Acontece que Catalán, por razões que creio desnecessário explicitar aqui, acaba por menorizar as coincidências das *Crónicas de Pina* com a *Gran Crónica de Alfonso XI*, daí o teor desta afirmação. Mais importante para os meus propósitos será a passagem que destaco a negrito.

Com o auxílio das sempre preciosas *Sumas* de Cristóvão Rodrigues Acenheiro conseguiu, até, encontrar um argumento aparentemente decisivo para demonstrar o conhecimento que o redactor da C1419 teve do *Poema* (ou da *Gran Crónica*) de *Alfonso XI*. Efectivamente, em pelo menos um ponto, Acenheiro (que conheceu tanto a C1419, como as Crónicas de Rui de Pina) revela-se mais próximo do *Poema* (ou da *Gran Crónica*) do que Pina: aquando da embaixada enviada por Afonso IV e Afonso XI aos reis mouros que cercavam Tarifa incitando-os à batalha, Acenheiro e a *Gran Crónica de Alfonso XI* (mas não Pina, nem a *Crónica de Alfonso XI*), mencionam o nome do mensageiro português – «Allvaro Rodrigues» em Acenheiro, «Alvar Rodriguez» na *Gran Crónica*¹¹¹⁹. Visto que nada indica que Acenheiro tenha manejado qualquer dessas obras castelhanas, isto parece, de facto, garantir que a sua fonte foi, pelo menos neste caso, a C1419, que, ela sim, as teria conhecido¹¹²⁰.

Verifica-se, contudo, a existência de um importante dado que não foi notado por Catalán¹¹²¹ e que, pelo menos no que diz respeito às passagens oriundas da *Crónica de Alfonso XI*, me obriga a repensar a amplitude da dívida de Rui de Pina para com a C1419. Efectivamente, e segundo já antecipei no princípio deste capítulo, Pina deve com toda a probabilidade ter tido acesso a um exemplar da *Crónica de Alfonso XI*, porque intercalou, *no meio de trechos oriundos da C1419*, passagens tiradas da (ou inspiradas na) obra de Fernán Sánchez de Valladolid. Vejamo-lo em concreto.

A C1419 conta, no capítulo 155, o início da guerra entre Portugal e Castela, na sequência dos sucessivos adiamentos do casamento entre D. Constança e o Infante D. Pedro. Este capítulo foi aproveitado por Pina, e o seu conteúdo integralmente inserido em dois capítulos da sua *Crónica de D. Afonso IV*: o XXXV e o XXXVI. No meio de

¹¹¹⁹ CATALÁN, ed. (1976), p. 104. Catalán argumenta ser, no entanto, plausível que esta informação constasse também do *Poema de Alfonso XI*, e que tivesse sido ele a fonte dos textos portugueses.

¹¹²⁰ Não querendo complexificar desnecessariamente o caso, faço porém notar que Catalán equaciona ainda a possibilidade de as coincidências dos textos portugueses com a *Gran Crónica* e/ou o *Poema de Alfonso XI* (ou parte delas) poderem dever-se à consulta de um outro texto, e esse de origem portuguesa: o chamado *Poema da batalha do Salado*, de Afonso Giraldes. Com efeito, este poema (que, pelo pouco que dele conhecemos, deveria a rigor apelar-se de «Poema de Afonso IV», segundo nota bem Catalán) coincide em alguns momentos com o *Poema* castelhano; poderá supor-se que a coincidência abrangeria outras secções hoje desconhecidas, e daí a reserva de Catalán. O testemunho do Infante D. Pedro na célebre carta de Bruges a D. Duarte prova, aliás (acrescentaria eu), que o poema de Giraldes foi conhecido na corte de Avis.

¹¹²¹ Arriscaria pensar que Catalán não teve presente a *Crónica de D. Afonso IV* na sua totalidade, mas apenas as passagens que coincidem com as lacunas do ms. C da C1419. É essa, pelo menos, uma explicação plausível para o facto de ele não ter notado as coincidências que a seguir apresentarei, bem como para esta sua afirmação de 1955: “Sólo tiempos después, amables gestiones de Luis F. L. Cintra, en Portugal, me han permitido consultar en microfilm *los pasajes de Rui de Pina que me interesaban*”: CATALÁN (1955), pp. 201-202, itálico meu. Em 1976 menciona, porém, a edição de 1936 da *Crónica de D. Afonso IV*, reedição da de 1653.

informações ou parágrafos oriundos da C1419, Pina inseriu, porém, muitas novidades, algumas das quais derivadas, segundo creio, da *Crónica de Afonso XI*.

Assim, a C1419 narra muito brevemente os preparativos de Afonso XI para a guerra e, a dada altura, informa que ele e as suas tropas chegaram a Badajoz (que já tinha sido cercada por Afonso IV), expulsaram daí o seu bispo, que era português, e confiscaram-lhe as rendas¹¹²². Isto aparece também, e de forma visivelmente idêntica, em Pina [*Crónica de D. Afonso IV*, p. 401]. Após isso, a C1419 trata rapidamente do itinerário seguido por Afonso XI desde Elvas até Vila Viçosa e Olivença¹¹²³. Pina também anota este itinerário, mas insere, antes dele, a chegada da rainha D. Beatriz (esposa de Afonso IV e tia de Afonso XI) a Badajoz e suas tentativas para demover o sobrinho da guerra. É uma passagem que me parece derivada da *Crónica de Afonso XI*:

PINA [capítulo XXXVI]	<i>Crónica de Afonso XI</i> ¹¹²⁴ , capítulo CLXXIX
«& aly muy honradamente acompanhada veo a elle loguo a Rainha Dona Breatis de Portugal sua tia irmãa de elRey Dom Fernando seu padre a que elRey de Castela fez per si, & com toda sua corte honrado recebimento, & ella lhe pedio cõ muytas rezões fundadas em ser serviço de Deus, & bem dambolos Reynos, que naõ quizesse entrar em Portugal, & ouvesse por bem que ella Rainha guardada em toda a honra de ambolos Reys tratasse emtre amtre elles toda a boa paz, & concórdia, a que elRey de Castella acerqua disso respondeo assas mezuradamente, porẽ disse que por quanto elRey de Portugal só por querer favorecer contra elle Dom Ioão, & Ioão Nunes seus vassalos de que por suas culpas queria tomar justa emenda romperá com elle guerra [...]; porem que por respeyto, & a catamento della a que tinha em grande veneraçã como a mãy, se elRey seu marido quizesse fazer emenda dos males, & danos passados, que elle era contente, & lhe prazia de não entrar em Portugal, [...] & a emmenda que loguo apontou, foy manhoza, porque intentou, &	«veno y [a Badajoz] la Reyna Doña Beatriz de Portugal su tia, hermana de su padre: et el Rey fizole mucha honra. Et venían con ella caballeros de Portugal que decían, que si el Rey entrasse á Portugal, que fallarian al Rey en el campo. Et ella rogóle que non quisiese entrar al regno de Portugal, et que le diesse lugar, porque ella fablase en este pleito entre el Rey de Castiella et el Rey de Portugal en manera que la honra de amos los Reyes fuese guardada. Et el Rey de Castiella respondióle muy mesuradamente; pero dixole, que bien sabia ella que el Rey de Portugal, aviendo con él muchos buenos debdos et posturas de amistad que avian de consuno, que él que puso amistad con los ricos-omes del su regno para ser contra él, et que en su esfuerzo dél se alborozaron Don Joan et Don Joan, et le ficieron guerra. Et [...] el Rey de Portugal, no le guardando el debdo et amistad que avia con él, que fizo guerra à la su tierra [...]; pero que por su honra della, si el Rey de Portugal le ficiesse emienda desto, que dexaria aquella entrada, et otrossí la guerra que avia con él. Et la emienda que él queria era ésta: que le diese

¹¹²² CALADO, ed. (1998), p. 252.

¹¹²³ CALADO, ed. (1998), p. 252.

¹¹²⁴ À falta de uma edição crítica desta obra, uso a de ROSELL, ed. (1953), que reproduz a edição setecentista, feita a partir do luxuoso manuscrito pergamináceo oriundo da câmara régia de Henrique II. A edição acrescentou alguns episódios tirados de outros testemunhos (designadamente a morte da rainha Maria de Molina e os acontecimentos subsequentes à tomada de Algeciras), mas que em nada interferem nas passagens que comentarei. Um estudo da muito complexa tradição manuscrita da *Crónica de Afonso XI* poderia, por outro lado, ajudar a circunscrever mais detalhadamente as suas relações com a *Crónica de Pina*; os exemplos que aqui deixo são, no entanto, suficientes para os meus propósitos.

<p>requereu, tais couzas que se não deviaõ fazer, convem a saber, que lhe desse as Villas, & castellos daquela comarca de riba do Diana que elRey Dom Diniz, & elRey D. Afonso seu padre por escaimbo ouveraõ do Reyno de Castella, & assi outras couzas que comsigo loguo trazia súbita denegação, & a Rainha com apontamentos, & meos taõ sem rezaõ, & em que naõ devia, nem podia entender, descontente se tornou a Portugal.</p>	<p>villas et castiellos de los del Regno de Portugal, que eran en aquella comarca de la ciubdat de Badajoz, los quales le señaló luego por nombres. Et la Reyna dixo: que ella non avia poder de facer de esto ninguna cosa: et fuése para Portugal. Et bien entendía el Rey que la Reyna no le otorgaría de le dar villas nin castiellos; mas dixolo por se escusar della con aquella respuesta, et pudiese él probar si fallaría al Rey de Portugal en el campo desque entrasse en su tierra.»</p>
--	--

Como se vê, a principal diferença entre ambos os textos reside no partidarismo pró-português ou pró-castelhano de cada um deles, notório nas respectivas apreciações acerca das condições impostas por Afonso XI na resposta que deu a sua tia (proposta manhosa para Pina; inteligente e educado artifício para Fernán Sánchez); mas a dívida de Pina para com a Crónica castelhana parece-me clara.

A *Crónica de D. Afonso IV* abre, em seguida, um novo capítulo [XXXVII], em cujo início retoma o itinerário de Afonso XI de acordo com a C1419; mas, ao passo que esta obra se limita a fornecer informações muito rápidas sobre a passagem do rei por Elvas, Vila Viçosa e Olivença, a Crónica de Pina acrescenta vários factos, incluindo o projectado cerco a Arronches, mais uma vez tirados da *Crónica de Afonso XI*. Apenas nas críticas dirigidas por alguns portugueses à atitude do seu rei (detalhe certamente censurado por Pina) divergem os dois textos:

PINA [capítulo XXXVII]	<i>Crónica de Afonso XI</i> , capítulo CLXXX
<p>«& traziaõ gados, & Portuguezes cativos, & faziaõ todo o mal, & dano que podiom, & daly [de Elvas] foy sobre a Villa de Aronches, & querendoa cerquar foy aconselhado que mais dano fazia andando pello Reyno de Portugal que estar em cerquo aly, sendo a elRey de Castella dito sem ser verdade que elRey de Portugal cõ seu poder era entrado a correr a terra de Xeres de Badajoz, & de Burgilhos & d'Alconcel elle sem fazer mais detença moveo da Ronches em sua busca pera se darem batalha, & chegou a Veyros onde també falçamente lhe afirmarão que elRey de Portugal todavia era em sua terra entrado, & aly com seu grande cançasso, & trabalho de todos os seus foy em hũ dia ao lugar de Cheles que he já de Castella na ribeyra de Guadiana a que de Ronches avia doze legoas, & aly foy da verdade certificado que elRey de Portugal nã entrara daquela vez</p>	<p>«Et dende fué á Ronches, et estido y otros dos días: et algunos de los que iban con el Rey facian allí mucho daño en todo lo que podían aver de Portugal; et apartabanse de la hueste, et iban hasta cuatro ó cinco leguas, et traian ganados et omes presos, et todo lo al que fallaban. Et estando elRey cerca de aquella villa de Ronches, algunos dixieron, que si cercase aquella villa, et estudiese y algún poco de tiempo, que la tomaria; et algunos otros le dixieron, que era mejor andar por el regno de Portugal faciendo guerra, et esto que faria muy gran daño al Rey de Portugal; et le astragaria la tierra. Et el Rey estando acordando sobre estas cosas en como faria, veno un ome que le dixo que el Rey de Portugal era entrado à correr tierra de Xerez de Badajoz, et de Burguiellos, et de Alconchel. Et el Rey de Castiella desque lo oyó, aviendo gran voluntad de se yuntar en la</p>

em Castella, & de Cheles foy loguo elRey a Olivença»	pelea con el Rey de Portugal, dexó aquello en que estaba fablando, et otro dia en la mañana partió de Ronches, et andido con su hueste, et llegó á un lugar que dicen Beros; et allí preguntó dó era el Rey de Portugal, et dixieronle que como era entrado á correr á Castiella. Et otro dia partió de Beros, et coydando que era verdad lo que le avian dicho, et que podría fallar al Rey de Portugal, andido en aquel dia doce leguas con la hueste, et llegaron á un lugar que dicen Cheles, que es en la ribera de Guadiana. [...] doliéndose mucho de lo daño que se facia en los Christianos, las gentes de Portugal daban bendiciones al rey de Castiella, et maldecían al Rey de Portugal, porque moviera aquella guerra. Et desde que el Rey fue llegado aquel lugar, supo que era mentira lo que le avian dicho: ca el Rey de Portugal non entró desa vez en Castiella. Et otro dia dia el Rey partió de aquel lugar de Cheles, et fue á Olivenza.
--	--

Note-se que o influxo da *Crónica de Alfonso XI* em Pina levou-o, inclusivamente, a divergir da C1419 num pequeno ponto relacionado com o itinerário do rei de Castela, omitindo, de acordo com a versão de Fernán Sánchez, a alusão à sua passagem por Vila Viçosa¹¹²⁵.

Após a chegada de Afonso XI a Olivença, a C1419 conta, sempre muito brevemente, que as tropas castelhanas provocaram grandes estragos na terra e, seguidamente, que «com grande multidão de gentes que consyguo levava e asaz de prisyoneiros tornou.se el.rey a Sevilla¹¹²⁶». Mas Pina, mais uma vez, diverge, pois leva o rei novamente até Badajoz e dá como causa para a sua retirada uma doença que D. Afonso teria contraído. A sua dívida para com a *Crónica de Alfonso XI* parece-me, ainda aqui, clara:

PINA [capítulo XXXVII]	<i>Crónica de Alfonso XI</i> , capítulo CLXXX
«& a teve [Olivença] cerquada poucos dias, & por ahy adoecer de sezões tornou se a Badajos que també por lugar doentio, & ser no fim de Junho, & nas entradas das calmas foy	«Et estando allí [Olivenza] ovo sicion de frio et de calentura: et por esto tornó a Badajoz, et estido y doliente diez días. Et porque era en el acabamiento del mes de Junio, et aquella

¹¹²⁵ O *Poema de Alfonso Onceno* menciona também a passagem do rei por Vila Viçosa, dando-lhe o seguinte itinerário: Arronches - Veiros - Vila Viçosa - Olivença - Sevilla; tratar-se-á de uma coincidência ocasional com a C1419, possivelmente derivada de um fundo histórico comum. São, com efeito, notórias as divergências entre ambos os textos (conforme se pode ver pelos itinerários que atribuem ao rei), apesar dessa e de outras coincidências. Compare-se VICTORIO, ed. (1991), pp. 155 - 156 [estrofes 601 - 626 do *Poema*] com CALADO, ed. (1998), pp. 252 - 256.

¹¹²⁶ CALADO, ed. (1998), p. 252.

aconselhado que se fosse, como foi, curar a Sevilha»	ciubdat era de muy malos ayres en aquel tiempo, todos los que eran y con el Rey [...] pidieronle por merced mucho afincadamente que se fuese de aquella ciubdat. [...] Et el rey [...] non queria partirse de allí, pero tan grand fue el afincamiento que le ficieron todos los suyos, que ovo a yr dende a Sevilla por guarescer de aquella dolencia.»
--	--

Seguidamente, a C1419 narra, desta vez com minúcia, uma série de combates navais entre portugueses e castelhanos (capítulos 156 – 158), que Pina retomou, ainda que mais resumidamente (capítulos XXXVIII-XXXX). A *Crónica de Alfonso XI*, por sua vez, dá conta de apenas uma batalha naval, que parece corresponder à última de que fala a C1419, embora o seu ponto de vista seja, naturalmente, diferente. Mas, para além dessa diferença de pontos de vista (pró-português ou pró-castelhano), o texto de Fernán Sánchez de Valladolid fornece ainda algumas informações que não constam da C1419 mas reflectem-se claramente em Rui de Pina. É o caso das referências ao filho do almirante genovês que comandava a esquadra portuguesa, do local para onde os castelhanos enviaram os homens que tinham capturado ou, inclusivamente, do apelido desse almirante, a quem a C1419 apenas chama «miçer Manuel»:

PINA [capítulo XXX]	<i>Crónica de Alfonso XI</i> , capítulo CLXXXI
«elle [Afonso IV] mandou o dito Seu Almirante Manoel Paçanha, & a Carlos Paçanha, seu filho, que a Armada de Portugal que em Lisboa era bem fornecida, & prestes, fosse em busca do Almirante de Castella. [...] & prezo nella o Almirante Manoel Paçanha, & Carlos Paçanha seu filho como todos Portugueses que cõ grande prazer dos Castelhanos forão pello Almirante de Castella levados a S. Lucar de Barrameda, e da hy pello rio assima caminho de Sevilha onde era el Rey de Castella doente»	«Por esto el Rey de Portugal mandó armar la su flota en Lisboa, et envió en ella á Manuel Pezano su Almirante, que era Ginoves; et mandóle que pelease con el Almirante et con la flota del Rey de Castiella. Et aquel Manuel Pezano et sus fijos entraron en la flota [...]. Et el Almirante de Portugal con la galea en que venia, et Cárlos su fijo en otra [...]. Et asi fueron vencidos el Almirante et los de la flota del Rey de Portugal, et preso Manoel Pezano et Carlos su fijo [...]. Et el Almirante [de Castela] Alfonso Jufre, desde tovo cogido el despojo de la galea, venose por la mar fasta Sanct Lucar de Barrameda, et y entró con su flota por el rio de Guadalquivir; et dende envió al Rey el fecho de la pelea en como acaesciera [...]. Et quando la flota del Rey llegó a Sevilla, traian las galeas que tomaron de Portugal atadas la una à la otra»

A partir deste momento, e até ao final do texto hoje conhecido da C1419, Pina segue-a fielmente. Aqui e além verificam-se, contudo, claros empréstimos da *Crónica*

de *Alfonso XI*. É o que sucede aquando da entrada de Afonso IV na Galiza (início do capítulo 159 da C1419), em que Pina, ecoando a crónica castelhana, faz de Pedro Fernandez de Castro o grande responsável pela destruição provocada pelo exército português:

PINA [capítulo XXXXI]	<i>Crónica de Alfonso XI</i> , capítulo CLXXXIV
«& grande culpa que os Castelhanos derão ao ditto Dom Pero Fernandes de Castro por sua fraqueza, porque tendo consigo tantas gentes com que pudera fazer muyta rezistencia a elRey de Portugal [...] elle o não quis fazer, antes se apartou delle por tão espaço da terra que o não pudesse ver dizendo que por alguma maneyra não pelejaria cõtra a pessoa delRey; porque em seu Reyno elRey Dom Diniz seu padre o criara, & ambos lhe fizeraõ muyta honra, & grandes merçes»	«[...] et muchas gentes de pie, com quien podiera [P. F. de Castro] dar lid en campo al rey de Portugal. Et desque este Don Pero Ferrandez vió aquellas gentes allí ayuntadas, dixo que él non quería ir á pelear con el Rey de Portugal, nin iria dó estidiese el su cuerpo, ca decía que le criara et le ficiera mucho bien quando era niño»

Julgo desnecessário fornecer mais exemplos. Todos estes casos demonstram que Pina manejou um exemplar da *Crónica de Alfonso XI*, pois só isso explica que tenha interpolado, no meio de passagens oriundas da C1419, trechos ou informações provenientes daquela obra castelhana, chegando a dar preferência ao seu texto em detrimento do da sua fonte principal. Podemos, portanto, duvidar de que as coincidências assinaladas por Catalán entre a *Crónica de D. Afonso IV* e a obra de Fernán Sánchez já constassem da C1419, pois é perfeitamente plausível que tenha sido Pina a incorporar directamente, senão todas, pelo menos uma parte delas.

Há, além disso, dois outros argumentos que me levam a pensar assim. Em primeiro lugar, e segundo vimos, a prática de dedicar longos trechos (ou mesmo capítulos inteiros) a acontecimentos estrangeiros que tenham alguma relação com a história de Portugal é mais típica do método historiográfico de Pina do que do da C1419. Parece, assim, mais provável que os longos capítulos apontados por Catalán e ocupados exclusivamente, ou quase, com a história de Castela tenham sido copiados pelo cronista de D. Manuel¹¹²⁷. Por outro lado, nos capítulos da *Crónica de D. Afonso IV* dedicados à batalha do Salado são visíveis, para além do uso da historiografia castelhana, aproveitamentos de pelo menos duas outras fontes: o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (conforme viu Catalán) e um texto latino de comemoração dessa

¹¹²⁷ Anote-se que essa é também uma prática muito comumente usada pela *Crónica de Alfonso XI*.

batalha, a memória *In Sancta et admirabilii Victoria Christianorum*¹¹²⁸. Este último texto pertence a uma tipologia, a dos relatos comemorativos de batalhas contra os mouros, que, como vimos na secção anterior, era muito do gosto do autor da C1419, e não custa, por isso, imaginar que tenha sido já ele quem o aproveitou. Mas o *Livro de Linhagens* não parece ter sido nunca usado como fonte da obra quatrocentista, ao contrário do que sucede, como vimos no início deste capítulo, com as Crónicas de Pina. A responsabilidade directa deste autor em pelo menos uma parte desses capítulos adquire, portanto, certo grau de probabilidade¹¹²⁹.

Conclusões

Vejamos, em síntese, e para terminar, quais as principais conclusões deste capítulo:

- O exemplar da C1419 manejado por Rui de Pina estava mais próximo de P do que de C e é possível que tenha sido o mesmo que já Duarte Galvão aproveitara;
- Pina usou a C1419 como fonte estrutural do seu texto, sendo-lhe genericamente fiel;
- Os afastamentos mais significativos de Pina em relação à sua fonte principal consistem sobretudo numa maior moderação e num maior espaço concedido aos diferentes estratos sociais e a acontecimentos estrangeiros que tenham muita ou alguma relação com a História portuguesa;
- Não é possível garantir, nem mesmo admitir como mais provável, que os episódios, trechos ou capítulos em que Pina coincide com a *Crónica de Alfonso XI* tenham sido herdados da C1419, já que o cronista de D. Manuel teve acesso directo a essa obra e pode, por isso, ter copiado pelo menos uma parte deles.

¹¹²⁸ As coincidências entre este texto e a Crónica de Pina foram estudadas por RAMOS (1997).

¹¹²⁹ Deve, contudo, notar-se que a narrativa da Batalha do Salado está apenas *num* dos manuscritos do chamado *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

6. Cristóvão Rodrigues Acenheiro e a C1419

Uma vez chegados a obras posteriores às Crónicas de Duarte Galvão e Rui de Pina, o estudo da trajetória e aproveitamentos da C1419 adquire novos contornos e novas dificuldades. Efectivamente, o facto de essas Crónicas terem incorporado a maior parte do texto da obra quatrocentista, aliado a certa tendência, que já se ia notando, para algum afastamento dos textos em relação à letra das suas fontes, causa legítimas dúvidas no momento de decidirmos se tal ou tal crónica, compilação ou Sumário de Crónicas conheceu e usou as Crónicas de Pina e Galvão, a C1419 *ou* as Crónicas de Pina e Galvão e a C1419. Decidi, por isso, recorrer aos seguintes critérios fundamentalmente pragmáticos:

- i) Dada a enorme difusão alcançada pelas Crónicas de Pina e Galvão¹¹³⁰, parto do princípio de que é mais provável que um texto que esteja próximo delas e da C1419 decorra delas (e não da C1419), sendo que apenas razões de grande força me levarão a postular o contrário; essas razões são fundamentalmente duas:
 - a) Os textos em apreço contêm informações ou episódios que constam da C1419, mas foram omitidos ou, por assim dizer, *desfigurados* por Pina e Galvão;
 - b) Os textos em apreço, coincidindo embora no conteúdo com as Crónicas de Pina e Galvão, estão mais próximos da letra da C1419 – mais próximos, entenda-se, não aqui ou ali, mas consistentemente.

6.1. Partes da C1419 copiadas ou sumariadas por Acenheiro.

O primeiro autor em relação a quem caberá adoptar estes critérios é Cristóvão Rodrigues Acenheiro, um bacharel e antigo procurador que decidiu, em Maio de 1535, iniciar uma compilação abreviada de Crónicas¹¹³¹. Os materiais em que se baseou estão

¹¹³⁰ Recordem-se os dados que apresentei na Parte I deste trabalho: subsistem nada menos que 132 manuscritos com uma ou mais Crónicas de Pina, e 57 com a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. Subsistem...

¹¹³¹ Conforme indiquei no início desta Parte, considero a figura de Rodrigues Acenheiro e as circunstâncias em que elaborou a sua obra já suficientemente conhecidas, pelo que me poupo ao detalhe. O essencial é, aliás, dito pelo próprio Acenheiro (ver, nomeadamente, ACENHEIRO, 1824, pp. 1, 12 e 116).

hoje praticamente todos identificados: desde o Conde D. Henrique até D. Afonso IV, Acenheiro resumiu ou teve presente a C1419, as Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão, duas velhas crónicas (uma portuguesa, outra castelhana) cujo conteúdo não nos é totalmente conhecido e alguns materiais avulsos (tais um texto oriundo de Santa Cruz de Coimbra muito próximo da chamada *Iª Crónica Breve*); de D. Pedro I até D. João II, aproveitou o Sumário de Crónicas do ms. 290 Alc. BN, acrescentando-lhe alguns dados (um deles proveniente de uma das velhas crónicas usadas na secção anterior¹¹³²); e finalmente, no que toca a D. Manuel e D. João III, o texto resulta das recordações do próprio Acenheiro, testemunha de muitos dos acontecimentos ali evocados¹¹³³. A exacta delimitação das passagens provenientes de cada uma delas, sobretudo no que respeita aos sete primeiros reis, está, no entanto, ainda por fazer.

Ora, recorrendo aos critérios atrás enunciados, penso poder estabelecer o seguinte elenco de passagens em que o bacharel eborense copiou ou resumiu a C1419¹¹³⁴:

D. Afonso Henriques: o Capítulo I, a rigor dedicado ao Conde D. Henrique e à ascendência dos reis de Portugal, assenta maioritariamente na C1419 (capítulos 1 - 4), que Acenheiro várias vezes transcreve *ipsis verbis*. Algumas passagens têm, porém, outra origem. Assim, a precisão segundo a qual o pai de D. Henrique era «Dom Estevão Santo Rey de Hungria, e primeiro della Rey Christão» (p. 13), apesar de aparentemente atribuída a «coronicas antiguas de Portugal» (p. 13), não aparece na C1419 (nem em Duarte Galvão), que se limita a referir um vago «rei da Hungria». Que esta associação, particularmente carismática, da ascendência dos reis de Portugal a esse Santo monarca não foi invenção de Acenheiro demonstra-o, no entanto, claramente o facto de ela surgir também na chamada *Genealogia do Infante D. Fernando*, obra-prima

¹¹³² Trata-se de um animado episódio da época da rainha Urraca I de Castela e Leão, que aparece também na Versão Crítica da *Estoria de España* (1282 - 1284). Segundo mostro em MOREIRA (2009b), a citação de Acenheiro conserva mais fielmente que a obra de Afonso X a configuração inicial do episódio, pois o redactor afonsino misturou-o com o texto do *De Rebus Hispaniae* de Rodrigo Ximénez de Rada.

¹¹³³ A identificação das fontes de Acenheiro deve-se a BASTO (1943 e 1960), CATALÁN (1962) e MOREIRA (2009b). Catalán chegou a prometer um estudo mais detalhado sobre esta matéria que, todavia, creio não ter chegado nunca a ultimar.

¹¹³⁴ Tomo como referência o texto editado em ACENHEIRO (1824), indicando as respectivas páginas. Consultei também dois manuscritos, o n.º 581 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ainda do século XVI (apesar de infelizmente mutilado e lacunar em alguns pontos), e o 49 - XI - 38 da Biblioteca da Ajuda, do século XVIII. Segundo diligências minhas e do Prof. Arthur Lee-Francis Askins, foi possível comprovar que este último manuscrito é aquele de que se serviram os responsáveis da edição oitocentista para anotarem variantes em relação ao manuscrito base, que permanece desconhecido mas deve certamente identificar-se com o cod. CCCCLXVI de Alcobaça, hoje desaparecido (NASCIMENTO, 1979).

de iluminura Renascentista que por volta de 1530 foi encomendada a António de Holanda e Simão Bening¹¹³⁵. Foi esta, aliás, seguramente a fonte de Acenheiro¹¹³⁶, conforme se infere das suas próprias palavras: «ser filho do primeiro Rey dUmgría Dom Estevam Samto Rei hé certo per arvore dos Reis e Principes de Portugal que o diz craro» (p. 3). Só a notícia de ter sido D. Henrique filho de um não nomeado rei da Hungria provém, portanto, de crónicas velhas, identificáveis com a C1419 e um texto aparentado com a chamada *Iª Crónica Breve*, citado logo na página inicial da obra de Acenheiro. Aparece depois (p. 13) uma correcção baseada em Duarte Galvão, segundo a qual se chama ao pai de D. Teresa «Afonso sexto» (e não «quinto»), como na C1419), bem como uma arenga do próprio Acenheiro, destinada a refutar a bastardia que as Crónicas castelhanas modernas atribuem a D. Teresa, assunto que já tinha ocupado o «Prólogo e Intróito» da obra e a respeito do qual a C1419, que também a dizia bastarda, nada de válido lhe poderia fornecer. O que a seguir se diz a respeito da doação de terras a D. Henrique; origem do nome «Portugal»; filhos do Conde e de D. Teresa; nascimento de Afonso Henriques; aparecimento da Virgem Maria a Egas Moniz; cura miraculosa do menino; restauração de Sés portuguesas por ordem de D. Henrique, sua viagem à terra Santa e guerras com os leoneses vem, por inteiro, da C1419, à excepção de pequenos detalhes (por exemplo, a repetição do nome do pai de D. Henrique ou o acrescento de datas segundo a era Cristã, arranjo comum em Acenheiro) e da notícia, talvez construída a partir do contexto, de que «[o Conde] alli [em Astorga] armou seu filho Dom Affonso Emrriquez» (p. 16). Também o capítulo II se limita, basicamente, a seguir a C1419 (capítulos 4 – 13), ora transcrevendo-a, ora resumindo-a. Os únicos acrescentos são a alusão a que, segundo uma velha crónica, o fidalgo que auxiliou Afonso Henriques em São Mamede foi Soeiro Mendes, e não Egas Moniz¹¹³⁷; um comentário pessoal do próprio Acenheiro louvando a acção de Egas Moniz aquando do cerco de Guimarães; o acrescento do nome do Prior de Santa Cruz (Teotónio) no momento em que Afonso Henriques lhe dá o castelo de Leiria; mais um comentário de Acenheiro, desta vez a respeito da morte de Egas Moniz e da tristeza que isso provocou em Afonso Henriques; finalmente, uma comparação entre Afonso Henriques e Judas Macabeu, no momento do

¹¹³⁵ No fôlio sétimo, de acordo com a numeração tradicional. Veja-se ALBUQUERQUE E ABREU E LIMA (1984).

¹¹³⁶ A relação entre esta passagem das *Sumas* de Acenheiro e a *Genealogia do Infante* é clara, embora, que eu saiba, ainda não tenha sido notada por ninguém.

¹¹³⁷ É uma informação que constava da mesma Crónica de que se copiou a chamada *IVª Crónica Breve*: CATALÁN (1962).

discurso por ele proferido às suas tropas, em Ourique¹¹³⁸. Este procedimento (resumo ou transcrição literal da C1419 com ocasionais acrescentos) manter-se-á constante até ao fim deste reinado, com a seguinte tabela de correspondências¹¹³⁹: **III** (14, 17 – 19); **IV** (19); **V** (21); **VI** (22 – 25); **VII** (26 – 38); **VIII** (39 – 44). De entre os acrescentos de Acenheiro, boa parte deles são comentários pessoais do compilador, normalmente de sabor moralista. Há também algumas omissões e consulta de fontes adicionais, especialmente da Crónica de Duarte Galvão e de materiais guardados em Santa Cruz de Coimbra. São aspectos de que darei alguns exemplos mais adiante.

D. Sancho I – D. Afonso III (capítulo **IX - XIII**): Todos estes reinados obedecem ao mesmo esquema de construção: resumo ou cópia da C1419, a que se juntam informações ou episódios oriundos, quase sem excepção, das Crónicas de Rui de Pina. Estes acrescentos surgem um pouco ao longo de todo o texto, mas, na maior parte dos casos (Sancho I, Sancho II e Afonso III), Acenheiro consagra, além disso, um parágrafo final destinado a reunir um conjunto de notícias maioritariamente alheias à C1419 e registadas por Pina¹¹⁴⁰. Sem contar com esses parágrafos finais, os pormenores acrescentados por Acenheiro com base, essencialmente, nas Crónicas de Rui de Pina são os seguintes:

– Sancho I: data do nascimento e entronização do rei, resumo dos seus feitos militares quando Infante (pp. 55-56); nome da igreja construída em Silves (p. 57); inimizades entre Castros e Laras e casamento de Pedro Fernandes de Castro (p. 58); algumas informações sobre os bastardos de D. Sancho I (p. 60);

– Afonso II: desavenças entre o rei e as Infantas suas irmãs, que constam da *Crónica de D. Afonso II* de Rui de Pina, embora Acenheiro as atribua a «Corónicas antigas de fé» (p. 63); actualizações respeitantes aos nomes das Ordens Militares (p. 64); conquista de outros castelos por parte de D. Afonso para além do de Alcácer do Sal, informação atribuída também a «Corónicas velhas», expressão que, neste caso, deve aludir ao texto de que a *IV^a Crónica Breve* é cópia; foral dado pela Rainha D. Urraca àquela vila (p. 65); precisões cronológicas acerca do martírio dos cinco franciscanos em Marrocos (p. 66);

¹¹³⁸ Acenheiro chama, além disso, e não sei porquê, «Pedro de Transtamara [Trava]» (p. 17) a «Fernão Peres de Trastâmara [Trava]». A designação aparece duas vezes, pelo que não deverá ser simples erro de cópia.

¹¹³⁹ Dou em numeração romana os capítulos de Acenheiro, e em numeração árabe os capítulos da C1419.

¹¹⁴⁰ Recorde-se que destinar a parte final do texto aos principais feitos e virtudes dos monarcas era já uma técnica usada por Rui de Pina (mas não pela C1419).

– Sancho II: anterior casamento de Mécia Lopes de Haro com Álvaro Pires de Castro; rapto de D. Mécia (p. 68);

– Afonso III: nascimento do rei e local de entronização (p. 73); revogação, pelo Papa, das doações de D. Sancho II ao Infante D. Afonso de Molina; alusão à fundação de Odivelas por ordem de D. Dinis; amores da Infanta D. Branca com um cavaleiro castelhano dito «o carpimteiro», e fruto desses amores (p. 75); referência a Fernando Afonso, filho bastardo do rei; localidades de Castela que vieram à Coroa portuguesa em virtude do casamento de D. Afonso III com D. Beatriz, filha de D. Afonso X de Castela e Leão; conquistas de Fernando III de Castela e Leão e data da sua morte (p. 76); tratado de Afonso III e Afonso X sobre a posse do Algarve; sublevação da nobreza castelhana contra o seu rei; candidatura de Afonso X ao trono Imperial; morte do Infante primogénito de Castela e subsequente guerra entre o Infante D. Sancho e o monarca seu pai; ida do Infante D. Dinis a Castela, para que seu avô cedesse, sem qualquer obrigação, a posse do Algarve à Coroa portuguesa (pp. 77-79); inclusão das cidades de Ceuta, Fez e Tânger nos domínios do Algarve marroquino (p. 85).

Todas as restantes informações e episódios destes reinados podem, portanto, considerar-se derivados da C1419, cujo conteúdo é aproveitado quase na íntegra. Acenheiro mantém até certos anacronismos que Pina tinha corrigido, sendo um exemplo claro o do rei castelhano a quem D. Sancho II foi pedir auxílio para enfrentar as hostes do seu irmão Conde de Bolonha; contra Pina e a verdade histórica¹¹⁴¹, Acenheiro guarda fidelidade à C1419 e sustenta que esse rei era já «ElRei Dom Affõso, filho delRei Dom Fernãodo» (p.68).

D. Dinis (capítulo XIV): Não encontro, de acordo com os critérios acima expostos, sinais de que Acenheiro tenha sumariado ou copiado a C1419 neste reinado. A *Crónica de D. Dinis* de Rui de Pina parece, assim, ter sido a sua fonte exclusiva, conforme já D. Catalán dissera¹¹⁴².

D. Afonso IV (capítulo XV): O estado lacunar dos testemunhos da C1419 hoje conhecidos e o facto de grande parte do texto dedicado por Acenheiro a este reinado coincidir com matérias que constariam dessas lacunas obstaculiza a percepção das suas dívidas para com a C1419. O uso desta obra parece, não obstante, garantido por três circunstâncias: em primeiro lugar, porque o próprio Acenheiro menciona uma «crónica

¹¹⁴¹ Veja-se o capítulo anterior.

¹¹⁴² CATALÁN (1962), p. 217, nota 5. Não é, todavia, fácil compreender esta atitude. Terá o radicalismo de posições da C1419 acerca da guerra civil com o Infante herdeiro contribuído para ela? Pouco mais se pode adiantar.

velha» a respeito dos filhos de D. Afonso IV (p. 98), podendo presumir-se que se esteja referindo à C1419; seguidamente, pelas coincidências, que explanei em capítulos anteriores, do seu texto com outras obras de alguma maneira relacionáveis com a C1419 (terceira redacção da C1344 [Inês de Castro, pp. 108-110] e historiografia de Afonso XI [mensageiro português da embaixada aos reis mouros que cercavam Tarifa, p. 104]); finalmente, porque Acenheiro transcreve na íntegra (pp. 100-102) uma carta de Afonso IV para Afonso XI que Pina parcialmente censurou, mas está também na íntegra na C1419¹¹⁴³. Pelo menos estas porções podem, assim, considerar-se derivadas da obra quatrocentista.

6.2. Localização do exemplar da C1419 manejado por Acenheiro no estema desta obra actualmente passível de reconstrução

Quanto ao problema de tentarmos entroncar no estema da C1419 actualmente passível de reconstrução o exemplar manejado por Acenheiro, temos o auxílio de uma importante circunstância. Efectivamente, o facto de Acenheiro ter baseado o reinado de D. Afonso Henriques na obra quatrocentista, juntamente com as grandes divergências que, por vezes, os mss. P e C apresentam no decorrer desse reinado (maiores do que as que se verificam nos seguintes), permite situar com relativa segurança no estema da C1419 o exemplar por ele manejado, de forma em tudo análoga ao que sucede com Duarte Galvão.

Assim, após o momento em que Egas Moniz informa Afonso Henriques do acordo que estabeleceu com o Imperador de Castela e Leão, C inclui um pedido do Infante português ao Papa:

«“[...] e eu o livrarey como vo veres. Qua ajnda que vos qujseses ir alla [diz Egas Moniz a D. Afonso], nom volo conselharja eu, qua nom emtemdo hy vosa prol”». E emtom o Primçipe D. Afomso Amrjqjuz, sendo muy enojado por esta sobgeyçom de Castela, em que era posto, por ser teudo de jr as suas Cortes, nem lhe conhecer senhoryo, ouue seu conselho, e espreueo sobre elo muy afincadamente ao Papa Eujenjo IIIº, que emtom era, prometemdolhe tributo de seu senhorjo, e ganhou dele muytos e booms privilegios, per que foy jsemto. [Segue-se a epígrafe de um novo capítulo] Tamto que o Emperador foy em sua terra, loguo mamdou asynar de como em Toledo fizesem Cortes [...]»¹¹⁴⁴

¹¹⁴³ Noutro capítulo, chamarei à colação outros textos posteriores, que também transcrevem integralmente esta carta.

¹¹⁴⁴ TAROUCA, ed. (1952 - 1952), I, pp. 30 - 31.

Que não aparece em P:

«[...] a liurarej com a graça de ds [disse Egas Moniz a D. Afonso], e ao tpo que D. Egas Moniz com sua molher e seus filhos auia de hir a menagem que tinha feita a elrej de castella [...]»¹¹⁴⁵

Nem em Acenheiro:

«O bom Dom Egas Moniz dixee que elle o fizera sem elle, e ysto pollo livrar de morte ou de gramde periguo, asym o desfaria sem elle; e vymdo o prazo das Cortes porque Dom Egas Moniz avia de hyr comprir a menagem, tomou sua molher e filhos, e os levou a Castella [...] (p. 20)»

Em sentido contrário, aquando da tomada de Lisboa, C narra sem solução de continuidade as povoações feitas pelos cruzados que decidiram ficar em Portugal e os milagres feitos por Deus junto da sepultura do mártir Henrique:

«[...] escolherom pera povoar e viver estes lugares, convem a saber: [...] Azambuja, e o senhor que a povoou chamava-se Rolim, Almada. Nesta tomada de Lixboa morerom alguns cavaleyros como martires e depois faziam muytos milagres, antre os quaes foy hum cavaleyro chamado Amriqe, alemão, o qual era de hũa vila que chamom Bona, posta junto de Colonha, o qual foy enterado em Sam Viçemte [...]»¹¹⁴⁶

Ao passo que P intercala aí diversas outras explanações:

«pouoarão mais azambuja e chamaranlhe assi porque naquelle lugar estaua hũ grande azãbugeiro e que os ingreses em sua lingoa a toda a cousa que he masculina a chamaõ elles per famenina poseraõlhe este nome a memoria dos edificadores daquelle lugar o sãr daquelles que allj pouoarão auia nome roljm mas nos naõ o temos por esse que elle fosse Gil de rôlim aquelle que dissemos que era hũ dos grandes snores que em aquella frota vinhaõ ca naõ he de cuidar que tam grande snõr filhasse em este rejno pa pouoar tal terra como aquella mas parece allgũ outro capitaõ que auia assi nome e outros pouaraõ Almada segundo a nomeação de seu nome parece que foraõ muitos o que ha fizeraõ ou por trabalhos dos corpos ou por dar dinheiros pa ajudar de o fazer e o seu nome em lingoagẽ he interesse que he este allmadam que quer dizer em nossa lingoagem todos os homẽs e depois per longo tpõ lhe chamaraõ Almada mas ora deixemos aqui de falar disto e diremos algũs milagres que ele fez por algũs mártires que foraõ soterrados em o mro de s. vte que dito auemos

Do milagre que ds mostrou pello caualeiro henrique que morreo quãdo a cidade foi tomada

¹¹⁴⁵ BASTO, ed. (1945), p. 57.

¹¹⁴⁶ CALADO, ed. (1998), p. 50.

Estando a cidade sob poder de xpaõs como já ouuistes soterraraõ corpos dos Martires nas ditas igrejas e aconteçeo que enterraraõ no mosteiro de s. vte de fora hũ caualeiro per nome henrique [...]»¹¹⁴⁷

Que se reflectem nitidamente em Acenheiro (p. 38):

«[...] mays povoaram Azambuja, e pozerão-lhe nome assim porque naquelle Lugar avia hum grande Azambugeyro, e porque os Emgreses em sua limgoa e a toda a cousa que he macho chamão-lhe elles por femenina, pozeraõlhe nome Azambuja como lhe agora chamão; e segundo a memoria dos edeficadores daquelle Lugar o senhor que a povoou avia nome Chil de Rollim, hum daquelles grandes Senhores que em aquella frota vinha, cá nom hé de cuidar que tam grande senhor como aquelle fycase, mas parece que allgum outro capitão que avya assim nome, e nom elle: e outros povoaram Allmada, e segundo a povoaçam de seu nome parece que forão muitos os que a fizerão ou por trabalhos dos corpos, ou por dar dinheiros pera ajuda de a fazer; e o seu nome direito em limgoagem Ymgresa hé este Almadaã, que quer dizer em nosa limgoagem todos o fazemos, e despois per lomguo tempo lhe chamarão Allmada: e acomteceo que em São Vicête de fora emterrarão hum Cavalleiro [...]»

E se em relação ao exemplo anterior poderíamos pensar que omissões como aquela se ficassem devendo à técnica historiográfica de Acenheiro (que consiste maioritariamente em resumir e abreviar as suas fontes), essa explicação deixa de poder encarar-se neste último caso: *só o facto de o bacharel eborense ter manejado um exemplar da C1419 mais próximo de P do que de C consegue justificar as características do seu próprio texto.*

Isso é, de resto, confirmado por uma outra circunstância. Já vimos, no capítulo dedicado a Duarte Galvão, que P contém, em certa passagem oriunda da *Vita Theotonii*, um erro:

«Ññor Ds todo poderoso que fizeste cair os muros de Jerico sem ferro e sem aço e que a rogo de Josue fizeste estar o soll quedo contra Gabaõ rogo a tua infinita piedade que tu queiras dar segundo a tua misericórdia *vitoria a elrej sol e sombra do qual viuemos* per tua ordenança e lhes des a villa que quer ganhar p^a ter (*sic*) seruico liurandoo p. tua bondade dos imigos da fee em guisa que a seita do cujo mafamde seia lancada fora e o teu nome bento seia sempre louuado.»¹¹⁴⁸

De que C está isento:

«Senhor Deos todo poderoso, que fizeste cajr os muros de Gerjquo sem ferro e sem arquo, e que a rogo de josuee fizeste estar o sol quedo comtra Gabaão, rogo a Tua jnfinda piadade, que Tu queyras dar, segundo Tua mjserycordia, *vitorja a*

¹¹⁴⁷ CALADO, ed. (1998), pp. 274 - 275. Itálico meu, distinguindo as especificidades de P em relação a C.

¹¹⁴⁸ BASTO, ed (1945), p. 87. Itálico meu.

elRey, sob a sonbrra do qual vivemos por Tua ordenamça, e lhes dê a vila que quer ganhar pêra Teu seruiço, liurando-a por Tua bondade dos jnmjguos da Fe, de guysa que a çeyta do çujo Mafamede seja lamçada fora, e Teu nome seja sempre louuado»¹¹⁴⁹

Mas se encontrava também, certamente, no exemplar manejado por Acenheiro¹¹⁵⁰, que procurou remediá-lo o melhor que pôde:

«[...] roguo a tua samta micericordia, que sol e sombra da qual vivemos, des a EllRey Dom Affonso Emrriquez a Villa de Santarem, que quere ganhar pera teu serviço¹¹⁵¹ [...] (p. 32)»

Parece-me, então, poder concluir que *o exemplar da C1419 manejado pelo bacharel estava mais próximo de P do que de C*¹¹⁵². O facto de o ms. P ter sido copiado em Santa Cruz de Coimbra, leva mesmo a equacionar a hipótese de ter sido por intermédio desse mosteiro que Acenheiro acedeu a um exemplar da C1419, pois, segundo ele próprio nos informa, alguns dos materiais que usou vieram da cidade do Mondego e tinham, além disso, notórias relações com textos produzidos ou copiados pelos cónegos regrantés¹¹⁵³. Mas é também verdade que o antigo procurador que Rodrigues Acenheiro era teria, com certeza, acesso a documentação oficial guardada nos Arquivos da Coroa; e uma vez que Rui de Pina e Duarte Galvão manejarão, como vimos, exemplares da C1419 igualmente pertencentes à rama de P, deve também admitir-se a hipótese alternativa de ter sido graças a ambientes ligados à Corte régia que o bacharel de Évora pôde consultar uma cópia da obra do século XV. O facto de ele ter aproveitado o Sumário de Crónicas do ms. 290 Alc. BN, bem como a *Genealogia do Infante D. Fernando* reforça, até, esta segunda possibilidade.

6.3. Modo como Acenheiro usou a C1419. Conclusões.

¹¹⁴⁹ TAROUCA, ed. (1952 - 1953, I), pp. 68 - 69. Itálico meu.

¹¹⁵⁰ Conforme notou BASTO (1960).

¹¹⁵¹ Repare-se que a solução do autor da *Crónica de D. Afonso Henriques*, que também manejou um exemplar da C1419 mais próximo de P, foi diferente: “damdolhe soll e soombra que ajude sua temçam, e todo aazo como tome a villa que uay gaanhar pera teu serviço” (FONSECA, ed., 1995, p. 112). É visível que Acenheiro não recorreu ao texto atribuído a Galvão para suprir esta dificuldade.

¹¹⁵² É curioso registarmos ainda o seguinte: ao dar conta da erecção do mosteiro de Cárquere como consequência do milagre operado em D. Afonso Henriques, o ms. P chamava a essa localidade “Cortade”, e só posteriormente uma outra mão corrigiu para “Carcare” [CALADO, ed., 1998, p. 7, notas]. Ora, na passagem correspondente, Acenheiro escreveu “o Moesteiro de Cartade que agora se chama Quarquare” [ACENHEIRO, 1824, p. 15]. É difícil tratar-se de uma coincidência.

¹¹⁵³ É o que se passa com “huma amtegicyma adyçam de coroniqua achada do cartório de Coymbra” (p.1), cuja identidade textual com a chamada *Iª Crónica Breve*, obra miscelânea originária de Santa Cruz, foi estabelecida por BASTO (1943), pp. 130-131.

Os dados que atrás deixei possibilitam já uma visão global da forma como Acenheiro usou a C1419: elegeu-a como fonte principal das suas *Sumas*, foi-a resumindo ou copiando e inseriu no texto assim constituído informações complementares vindas de outras fontes, especialmente das «Crónicas novas do reino», como ele próprio designa as obras de Rui de Pina e Duarte Galvão. Para além de algumas omissões e um ou outro caso em que dá preferência a outras fontes que não a C1419, a marca do compilador nota-se, sobretudo, nos comentários pessoais que vai deixando ao longo do texto. Vejamos exemplos de cada um destes procedimentos.

a) Omissões

O reinado de D. Afonso Henriques, apesar de ser o mais extenso e aquele onde Acenheiro mais frequentemente transcreveu a C1419 de forma literal, é também onde se verificam mais exemplos de omissões de passagens contidas na crónica quatrocentista.

Logo no início, a C1419 expunha, com clareza, as condições impostas por Afonso VI ao Conde D. Henrique aquando da doação do Condado de Portugal:

«que seu padre dom Fernando e elle ganharão nas comarcas da Beira, e fez.lhe de todo condado, e a sua nomeação era condado de Portugal, com esta condição: que o conde o servisse sempre e fosse a suas cortes e a seus chamados, e que, se acontecesse que o conde dom Hemrrique fosse doente e ouvesse tal embargo que não podesse la hir, que mandasse hum dos mais grandes da sua terra a seu seeruiço com trezentos de cavalo, ca em aquele tempo não avia ai mais¹¹⁵⁴»

Mas tudo isso foi omitido por Acenheiro:

«Seu padre Dom Fernãodo e elle ganharão nas comarquas da Beira, e fes de todo comdado, e a sua nomeaçam era Comdado de Portugal» (p.14)

Que tambem não fez nenhuma alusão ao facto de, naquele tempo, se chamarem rainhas às filhas dos reis:

«E em aquelle tempo era costume todos os filhos dos reis chamarem.sse reis e as filhas rainhas, posto que fossem bastardos, e assi chamavão rainha a esta dona Tareja, sua molher do conde¹¹⁵⁵»

¹¹⁵⁴ CALADO, ed. (1998), p. 4.

¹¹⁵⁵ CALADO, ed. (1998), p. 4.

É, porém, na batalha de Ourique que se registam as mais curiosas omissões. Acenheiro faz desaparecer, desde logo, a intervenção do ermitão que falara com Afonso Henriques antes da batalha, profetizando-lhe a vitória:

«Quamdo foy a tarde e que o príncepe fez pôr as guardas em seu arrayal, ho ermitão que estava na ermida veio e ele e dise.lhe: “Primçepe dom Afonso, Deos te envya dizer per mym que, porque tu ás grande vontade de o servir, que por esto sejas esforçado, qua ele te fara de menhã vemçer[...]”. E o primçepe ficouo desto muy esforçado e, despois que se partyo ho homem bõo delle, fimquou os jyolhos em terra e dise: “Ho bõo Senhor Deos todo poderoso, a que obedecem todalas criaturas e todas som a teu mandar e sob teu poderio, a ty soo agradeço eu os muytos bens e merçes que me ás feyto e me fazes¹¹⁵⁶ [...]”»

«e ymdo pera a batalha lhe apareceo Cristo na Cruz com que elle foy muy comçollado por saber seu vcmçimento per tall sinal contra Mouros» (p.23)

E, após a batalha, a C1419 contava como D. Afonso trocara os sinais heráldicos que tinha herdado de seu pai por umas novas armas, escolhidas em função desta grande vitória contra os mouros; dizia também que os reis seguintes, procurando embora manter a simbologia primeiro estabelecida, viram-se obrigados a introduzir algumas alterações:

«E pelo aparecimento que lhe Noso Senhor Jhesu Christo aparecera em a + pos sobre as armas bramquas que ele trazia hũa + toda azul e polos cimquoo reys que lhe Deos fizera vemçer departyo a + em cinco escudos e em cada hum escudo meteo trinta dinheyros a reveremçia da morte e payção de Nosso Senhor Jhesu Christo, que foy vendido por xx dinheyros. E os reys que depois vierom, vendo como se não podia meter em cousas pequenas em que se armas trajem, asy como em maças de espadas e em outras taes semelhantes cousas que pequenas sejam, puserom em cada hum escudo çimquo dinheyros em aspa e, contando cada hũa careyra da + cada vez com meyo escudo, fizerom xxx dinheyros e asy os trazem agora quando esta caroniqua foy começada¹¹⁵⁷»

Acenheiro omitiu, todavia, estas mudanças; para ele, as armas de Portugal foram sempre as mesmas, desde aquela memorável batalha:

«e polla mercê que lhe Deos fês, EllRei pôs em seu escudo bramco huma Cruz azul e simquo escudos por os simco Reis que vemceo, que sam as armas Reaes e devinas dos Reis de Portugal, e em cada escudo estam simquo oos, que senefiquam os trinta dinheiros porque Cristo foi vemdido, e estam em Cruz e pera se comtarem os trinta dinhos, os oos que estam no meio amde ser comtados duas

¹¹⁵⁶ CALADO, ed. (1998), pp. 20-21.

¹¹⁵⁷ CALADO, ed. (1998), p. 24.

vezes o comprido e atravesado, e desta maneira ficam contado trinta em todos os simquo escudos» (p. 24)

É certamente uma forma de sacralizar e eternizar o significado das armas reais portuguesas (como se vê também pelo recurso ao adjectivo “devinas”), de resto em sintonia com a historiografia progressivamente nacionalista do século XVI¹¹⁵⁸.

Por outro lado, tem interesse verificarmos que, tal como sucede com Rui de Pina, também em Acenheiro o único capítulo da C1419 cujo conteúdo foi integralmente omitido¹¹⁵⁹ foi o 57, respeitante às andanças do Infante D. Afonso, Conde de Bolonha e futuro rei de Portugal, em França. A suspeita de que esse capítulo não constava do arquétipo da rama de P (rama a que pertenciam os exemplares manejados tanto por Pina, como por Acenheiro), ou então, e talvez mais plausivelmente, a hipótese de que o bacharel tenha manejado o mesmo exemplar de que se serviu Pina adquirirem, assim, certa dose de possibilidade.

b) Comentários do compilador

Onde, porém, mais se faz sentir a intervenção de Acenheiro no texto herdado da C1419 é na frequente inserção de comentários pessoais que visam glosar os episódios, fornecendo-lhes uma chave de leitura. Esta situa-se, quase sempre, num de dois planos: ou estabelece comparações e analogias entre a história portuguesa e a história sagrada; ou julga a acção das personagens de acordo com uma ética assente no cumprimento da lei de Deus (incluindo princípios de guerra santa) e na lealdade e cooperação entre os povos e respectivos chefes.

Assim, após noticiar a morte de Egas Moniz e a tristeza que ela provocou em D. Afonso Henriques, Acenheiro comenta «que os bõs cavaleiros sam membros do Primcepe, e elle cabeça de todos» (p. 22); quando as tropas de Afonso VII vêm invadir Portugal, anota a união de Afonso Henriques com os seus homens, chamando-lhes «leaes Portugueses [que] se ajuntarão com seu Primcype muy prestes pera a batalha» (p. 18); compara o discurso de D. Afonso em Ourique ao «dito do vallemte Judas Macabeo» (p. 22), símbolo por excelência do guerreiro ao serviço da fé; louva, a propósito do casamento tão tardio do primeiro rei de Portugal, a sua «gramde vertude de

¹¹⁵⁸ De acordo com um processo que, atendendo especificamente às cores da bandeira real, procurei analisar em MOREIRA (no prelo). Registe-se, contudo, que Acenheiro não adoptou a versão de alguns autores quinhentistas (por exemplo João Rodrigues de Sá, nas suas trovas heráldicas incluídas no *Cancioneiro Geral*), segundo a qual fora o próprio Cristo a ordenar as armas reais portuguesas.

¹¹⁵⁹ Excepção feita do reinado de D. Dinis, claro.

castidade», o seu «catolico matrimonio» (p.40); relaciona uma passagem do discurso de D. Henrique a D. Afonso Henriques («toma de meu coração um pouco que sejas esforçado») com o que se diz

«no lyvro da Lei 4º numero livro dos Cõtos capitullo 11 no meyo delle¹¹⁶⁰, agravamdo-se Moycés a Deos de tanto carguo de reger os Judeos que o nom podia sofrer; e Deos lhe dixee, *Cata setemta bõs barõys amtre esse povo e tirarei hum pequeno do teu espirito e darey a elles que rejão este povo*, louvando a Samtidade de Moycés¹¹⁶¹» (p. 42)

Apelida D. Afonso I de «millagrozo Rey», sustentando que «maõcebo nem velho nom deixava de gerrear os emigos» (p. 42); diz de D. Teresa que foi «mais madrasta que may», comentário derivado da maldição que lançou ao filho (p. 44); elogia Afonso III como um «muito grãde cavalleiro, acrecentador e fiel amiguo de seu Reino de Portugal e dello restaurador» (p. 73); em consequência disto, afirma de D. Dinis que «bem tirou estas bomdades da raiz boa de seu pai» (p. 87); e a respeito das dissimuladas atitudes de Afonso XI declara que falou delas «por emxempllo da soberba, que a umilldade sempre a vemcee; por que Deos registe aos soberbos, e abaixa; e allevamta aos omylldozos» (p. 113).

Acenheiro, tal como Galvão, leu, portanto, a C1419 (ou partes dela) em chave espiritualizante, acentuando a função exemplar e morigeradora do seu conteúdo. Entre ambos há, porém, uma assinalável diferença, pois Acenheiro, apesar de sintonizado com algumas preocupações da historiografia nacionalista do século XVI (como se vê na recusa da bastardia de D. Teresa, ou na descrição das armas reais) rejeitou, pode dizer-se que em bloco, a visão providencialista da história portuguesa tão habilmente urdida pela *Crónica de D. Afonso Henriques*¹¹⁶². O interessante do caso é que essa atitude acabou por aproximá-lo da C1419. É isso, sem dúvida, consequência do facto de ter sido ela, e não a obra de Galvão, a fonte mais comumente seguida pelo bacharel; mas não só disso, porque a aproximação chega a efectivar-se em comentários pessoais de Acenheiro.

¹¹⁶⁰ Trata-se de Nm, 11: 16-18, embora Acenheiro abrevie o texto Bíblico.

¹¹⁶¹ Ver-se-á noutro capítulo que esta tendência para situar as palavras de D. Henrique num horizonte de significados balizado pelo discurso bíblico se encontra também noutros textos historiográficos do século XVI.

¹¹⁶² O que se harmoniza bem com a sua visão da história mais recente, a qual, segundo nota pertinentemente SENA (1988), recusa a mitologia providencialista típica de grande parte da historiografia ultramarina oficial.

O exemplo mais expressivo é o chamado episódio do bispo negro. Como se viu no capítulo dedicado às relações entre Galvão e a C1419, o cronista de D. Manuel submeteu o episódio a uma descodificação alegórica, de acordo com a qual a ordenção canonicamente irregular de um bispo de «cor tinta» prenunciava a acção missionária e expansionista dos portugueses dos séculos XV e XVI; Acenheiro sentiu também a necessidade de explicar e justificar esta acção aparentemente tão pouco ortodoxa daquele «millagrozo rey», mas os sentidos que lhe atribui resultam muito diferentes: já não uma prefiguração mística, mas uma manifestação da necessidade de acautelar as prerrogativas do poder real e os interesses do reino face ao poder espiritual, o que, no fundo, vai ao encontro do que parecem ter sido os significados iniciais do episódio:

«Devem bem de notar os Reis e Principes cristaõs estas façanhas de Cardeal e Bispo, e quanto devem de punar por a homrra de suas pessoas e Reino, quamdo com justiça e verdade o persegem, como este Catollico Rey fazia e fez» (p. 27)

c) *Preferência por outras fontes*

Parece claro que o que levou Acenheiro a conceder tanta importância à C1419 foi, acima de tudo, o seu espírito de antiquário, que se diria prefigurar algum humanismo que poderá considerar-se representado entre nós por André de Resende¹¹⁶³. Mas essa mesma razão levou-o também a preterir uma ou outra passagem da C1419, em detrimento de velhas crónicas (entenda-se mais velhas que a C1419, já de si qualificada de «velha») que ia manejando. A circunstância de, na maioria desses casos, o conteúdo das velhas crónicas transcritas ou sumariadas por Acenheiro coincidir com o da C1419, demonstra bem que a questão residia muito na velhice dos textos fonte, sendo concedida preferência aos mais antigos de entre eles.

Assim, o episódio do bispo negro e subsequentes confrontos com a autoridade romana surgem na C1419 e na *Primeira Crónica Portuguesa*, obra que originou a chamada *IV^a Crónica Breve* e foi igualmente conhecida por Acenheiro; o texto do bacharel está, por vezes, mais próximo da crónica mais antiga, sinal de que terá sido ela a escolhida em algumas passagens:

IV ^a Crónica Breve ¹¹⁶⁴	C1419 ¹¹⁶⁵	ACENHEIRO
---	-----------------------	-----------

¹¹⁶³ A propósito deste espírito de antiquário e da encenação que por vezes também o rodeava, veja-se a notável introdução de Rosado Fernandes às *Antiguidades da Lusitânia*, de André de Resende: FERNANDES, ed. (1996).

¹¹⁶⁴ PEIXOTO, ed. (2000), p. 114.

<p>«E el-rei recebe[u]-o estonces mõi bem em seus paaços, e disse-lhe logo: “Cardeal, que veestes aqui fazer, ca de Roma nunca me veo bem, senom mal? E qual riqueza me envio[u] de Roma pêra estas hostes que faço sempre, que nunca quedo de dia nem de noute de guerrear com mouros? E, dom cardeal, se trazedes algo, que me dedes, se nom ide-vos vossa via”. E o cardeal disse: “Eu soo vïido por vos demost[r]ar a fê de Jesu Cristo”. E el-rei disse: “Tam boos livros teemos nos acá, como vós em Roma. E tam bem sabemos que veo Deus em na Virgem Santa Maria, como vós alá, os Romãos. E nom queremos outra cousa de Roma. Mais dem-vos agora todas aquelas cousas que fazem mester, e elas¹¹⁶⁶ e nós veremos, eu e vós, se Deus quiser”.</p>	<p>«E el.rey o recebeo muy bem e dise.lhe loguo: “E pois, cardeal, a que viestes a esta terra ou que riquezas me trazedes de Roma pêra estas ostes que atam ameude faço de dia e de noyte contra os immiguos da santa fê catoliqua? E, dom cardeal amigo, se vós me trazedes algo que me dedes, dade.mo, e, se me não trazedes nada, tornade.vos vossa via”. “Senhor”, dise o cardeal, “eu sam a vós enviado da parte do padre samto pêra vos ensynar a fee de Jhesu Christo”. Respondeo entomse el.rey dom Afonso e dise: “Çertamente asy avemos nós outros que bõos livros em esta tera como vós em Roma. E porem bem sabemos como o ffilho de Deos encarnou no ventre virginal da Virgem Maria Nosa Senhora e dela nação, fiquando virgem ante o parto e em o parto e depois do parto por obra do Espirito Santo, e per que guisa moreo na + por remir a geração umanal e como deçendeo aos infernos e ao terceiro dia resurgio não mortal, e que asy sobio aos çeos onde sé à destra de Deos [...]. E porem por aguora não avemos mister de vós outra insynança, mas dizê-nos aguora aquelas cousas que ouverdes mister e de menhã, se Deos quiser, eu e vós falaremos»</p>	<p>«e EllRei o saio a receber homrradamente. Dixe-lhe EllRey, <i>Dom Cardeal que viestes aca fazer, nũca me veo senão mal, quais riquezas me vierão a aquá de Roma pêra estas ostes que faço, que de noite nem de dia não faço senão gerrear Mouros, e Dom Cardeal se trazedes allguo que me dedes dade-mo, senom yvos vosa via. O Cardeall dixe eu sam aqui vymdo pêra vos emsinar a fê de Christo, e EllRei lhe dise, tam bõs livros hemos nós acá, como vós alláá em Roma; e Dom Cardeal nom queremos ora couzas de Roma, mas dem vos todallas cousas que ouverdes mister, e crás ver-nos-emos eu e vós se Deus quiser» (p.26)</i></p>
--	---	---

E no momento em que relata as campanhas militares capitaneadas pelo Infante Sancho (futuro D. Sancho I) em terras da Andaluzia, Acenheiro segue a C1419, mas particulariza a origem de certa informação, baseado, muito plausivelmente, na chamada *IIª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*:

¹¹⁶⁵ CALADO, ed. (1998), pp. 29 - 30.

¹¹⁶⁶ Esta lição da *IVª Crónica Breve* [“elas”] pode, e deve, corrigir-se pela da Versão Crítica da *Estoria de España*, que conheceu também a *Primeira Crónica Portuguesa* e tem “cras”, igual a Acenheiro. Consequentemente, o “nós veremos” deve entender-se por “nos veremos”: MOREIRA (2008), p. 133.

«em guisa que os christãos fizeram em eles tal mortindade que **achamos em muytos lugares esprito** que, dos muytos mouros que hy foram mortos, era a agoa do rio vermelha que parecya sangue» [C1419¹¹⁶⁷]

«E em qual entrada foi tam grande pejeja que **foi achado em ùa crónica que fez Cáçome, capelam dos mouros de Sevilha**, que tamanho e tam grande foi a mortindade dos moros que toda a água do rio Dalquivir foi timta de sangue» [*IIª Crónica Breve*]¹¹⁶⁸

«em tal gisa que os Cristãos fizeram em elles tal mortindade, que **Caçome capellão dos Mouros escreveo** que dos muitos Mouros que hi forão mortos era a agoa do Ryo d'Allquivir tam timta, que parecia que era sange» [Acenheiro, p. 49]

É ainda esta lógica que subjaz ao extenso Prólogo, praticamente todo dedicado a refutar a bastardia de D. Teresa, que se via sustentada por crónicas castelhanas e portuguesas (entre elas, embora Acenheiro o não refira, a C1419). Conhecia o bacharel duas velhas crónicas «de trezentos anos feitas» que afirmavam o contrário; e essa antiguidade funcionaria como garantia da veracidade do seu conteúdo:

«por quamto as coroniquas de Castella, que sempre contrariarão Portugal, dizem que esta filha Dona Tareza era bastarda, e as de Portugal que por ellas escreveram fundam sua tenção indistintamente¹¹⁶⁹ desta maneira: [...] e ao Comde Dom Reymão de Tolosa dizem que casou este Rey [Afonso VI] sua lídima filha Dona Orraqua, de que vierão os Reis de Castella [...]; dizem mais que de huma outra Dona de alto sangue, Xemena Gomes ouvera o dito Rei duas filhas nom legitimas Dona Elvira Infante e a Imfamte Dona Tareza [...], queremdo Castelhanos que escreverom fazer lídima de Castella, e de Portugal bastardo. E que ao Comde desem a filha dellRey legitima, e ao filho delRey [de Hungria] a bastarda, nom comsente rezam, porque todas eram legitimas filhas deste Rey Dom Affonso quynto [...]. E craro consta esta verdade por coroniquas velhisimas de Castella e Galliza de trezentos anos feitas, cujos originais tenho em minha mão¹¹⁷⁰» (pp. 3-5)

Ainda que, neste caso, tenhamos o direito de suspeitar que Acenheiro partiu do princípio de que D. Teresa não era bastarda, e teve depois a sorte de encontrar confirmação para essa tese em dois velhos textos...

¹¹⁶⁷ CALADO, ed. (1998), p. 72. Todos os negritos são meus.

¹¹⁶⁸ PEIXOTO, ed. (2000), p. 97. Conjugados (i) a origem crúzia desta passagem; (ii) o conhecimento que a C1419 teve de materiais oriundos desse mosteiro, especialmente de uma *Crónica d'el rei D. Afonso Henriques*; e (iii) a possibilidade, apontada já por Monica Blöcker-Walter e MAURÍCIO (1989), e que me parece bem fundamentada, de os episódios a respeito da investida militar portuguesa por terras Andaluzas terem feito inicialmente parte dessa Crónica, penso poder concluir-se a) que o seu autor ou conheceu uma obra historiográfica árabe ou forjou uma autoria árabe para alguns episódios; b) que a tal *Crónica d'el rei D. Afonso* foi conhecida tanto pela C1419, como pelo autor da *IIª Crónica Breve*.

¹¹⁶⁹ A lição do códice da Ajuda parece nitidamente preferível à do texto-base (“dystintamente”), e por isso a adopto. O que Acenheiro parece querer dizer é que as crónicas portuguesas seguiram as castelhanas a respeito da bastardia de D. Teresa.

¹¹⁷⁰ André de Resende, que manejou também uma destas crónicas, usa-a como autoridade em termos próximos dos de Acenheiro. Veja-se CATALÁN (1962), pp. 413-421, onde se relaciona o conteúdo destas velhas crónicas com a historiografia medieval castelhana.

Seja como for, o espírito de antiquário que fundamentalmente o guiou, se levou, em alguns momentos, a que a C1419 fosse preterida por obras mais velhas que ela, foi também, sem dúvida, a principal causa de que tenha sido a obra quatrocentista (e não as Crónicas de Pina e Galvão) a fonte mais frequentemente seguida por Acenheiro. Como se verá ao longo dos capítulos seguintes, a sua atitude pode considerar-se uma excepção entre os historiógrafos do século XVI.

Conclusões

Em resumo, as conclusões gerais deste capítulo são as seguintes:

- A C1419 foi a obra mais frequentemente resumida por Rodrigues Acenheiro nas suas súmulas dos sete primeiros reis, funcionando as crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão (excepto no reinado de D. Dinis) como fontes suplementares;
- o exemplar da C1419 que Acenheiro manejou estava mais próximo de P do que de C, sendo possível apontarem-se a corte régia ou o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra como os locais através dos quais o bacharel teve acesso a uma cópia da obra quatrocentista;
- Acenheiro manteve-se globalmente fiel ao texto da C1419, e a sua marca pessoal regista-se, sobretudo, nos frequentes comentários de sabor moralista;
- a preferência concedida à C1419 relacionar-se-á, acima de tudo, com certo espírito de antiquário, que valorizava a antiguidade relativa dos textos;
- esse espírito explica, também, que a C1419 tenha sido preterida em algumas passagens.

7. GASPAR CORREIA E A C1419

É já relativamente bem conhecido o ms. 43A da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ainda que boa parte do seu conteúdo continue por estudar¹¹⁷¹. Trata-se de uma compilação de vários textos (a maior parte dos quais historiográficos) elaborada por Gaspar Correia aquando da sua estadia nos territórios indianos, segundo nos informa uma nota contida no fólio inicial e não numerado¹¹⁷²:

«Taboada geral de todas as lendas deste livro, que he de Gaspar Correia cavalleiro da ordem de christo, q começou a fazer tresladando de outros q pola India achou [...] começado no 1º de Agosto de 1532 annos»

José Pereira da Costa, que editou as partes deste manuscrito consagradas aos reinados de D. Manuel e D. João III¹¹⁷³, bem como aos de D. Pedro a D. João II¹¹⁷⁴, considera-o um autógrafo do próprio Correia, circunstância que, naturalmente, lhe confere particular importância¹¹⁷⁵. Do ponto de vista do estudo da historiografia medieval portuguesa, o seu maior interesse reside, porém, nas partes consagradas aos sete primeiros reis, justamente aquela que permanece inédita.

7.1. A compilação de Gaspar Correia e as crónicas dos sete primeiros reis de Portugal

Vejamos o que contém o manuscrito. Gaspar Correia começou por copiar a *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão¹¹⁷⁶ (fólios 1r – 36v), e prosseguiu com as Crónicas de D. Sancho I e D. Afonso II, de Rui de Pina (37r – 66r), incluindo os prólogos das duas primeiras crónicas mencionadas. Após ter copiado a *Crónica de D. Afonso II*, de Pina, terá deixado inicialmente em branco o resto do fólio 66r e o verso

¹¹⁷¹ Descrição em COSTA, ed. (1992) e no BITAGAP: <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/3741.html>, consultado em 18/08/2009.

¹¹⁷² Leio uma reprodução fotográfica do ms.

¹¹⁷³ COSTA, ed. (1992).

¹¹⁷⁴ COSTA, ed. (1996).

¹¹⁷⁵ Mão posterior (de finais do século XVI ou já do século XVII) acrescentou-lhe, todavia, diversas notas e alguns textos.

¹¹⁷⁶ É interessante fazer notar que na sua obra mais afamada, as *Lendas da Índia*, Gaspar Correia censura Duarte Galvão por este não ter mencionado na sua *Crónica de D. Afonso Henriques* diversos feitos notáveis do primeiro rei de Portugal (o que parece indicar que Correia terá tido acesso a outras obras sobre D. Afonso I) e, apesar disso, ele próprio não usou, na compilação historiográfica actualmente na Torre do Tombo, nenhum outro texto para além do de Galvão.

desse mesmo fólio¹¹⁷⁷. No fólio seguinte, o 67r, prosseguiu a sua tarefa, copiando, a partir daí, as Crónicas de D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, de Pina (67r – 177r), bem como uns sumários dos reinados de D. Pedro a D. João II (178r – 251v) baseados no texto do ms. 290 Alc. BN e já editados por Pereira da Costa.

Gaspar Correia continuou, depois, o seu trabalho escrevendo umas memórias (ou crónicas) do tempo de D. Manuel e D. João III muito centradas nos acontecimentos da Índia e alguns outros textos de diferente natureza. Mas, a dada altura, ter-se-á dado conta que o reinado de D. Sancho II ficava por redigir e que possuía já materiais para isso. Regressou, então, ao fólio 66, e começou a escrever uma súpula desse reinado, a qual ocupa metade do recto deste fólio e ainda a parte inicial do seu verso, e remete em mais que uma ocasião para um relato mais detalhado que adiante escreveria¹¹⁷⁸. Após ter terminado esta breve súpula do reinado de D. Sancho II, Correia escreveu o seguinte apontamento, deixando o resto do fólio 66v em branco:

«deste Rey dom samcho achey depois hũa pouqua de lemnda da sua estorya e por me aquy nom caber a pasey avamte as folhas quatroçemtas desta omde se achara quem a quiser»

E, efectivamente, no fólio 400r, principia um relato já relativamente extenso do reinado de D. Sancho II, que se estende pelos 6 fólhos seguintes (até ao 406r). Gaspar Correia ainda preencheu o espaço restante do fólio 406r com algumas linhas dedicadas ao reinado de D. Afonso III¹¹⁷⁹, mas rapidamente o interrompeu: no verso desse mesmo fólio, é já um texto de características completamente diferentes (uma «lenda de S. Tomé») que encontramos.

O que se passou, foi, portanto, e segundo indicação expressa do compilador do manuscrito, o seguinte: no momento de encetar a recolha e transcrição de materiais historiográficos destinados a formar uma história de Portugal o mais completa possível, Gaspar Correia não tinha acesso a nenhuma cópia da *Crónica de D. Sancho II* de Rui de Pina, nem a qualquer outro texto que demoradamente se ocupasse desse reinado. Apenas um pouco mais tarde, e já depois de transcritos ou redigidos todos os textos historiográficos, lhe terá chegado às mãos uma obra em que o reinado de D. Sancho era

¹¹⁷⁷ Deduzo este facto a partir das particularidades dos textos consagrados por este manuscrito ao reinado de D. Sancho II, a que em seguida me refiro.

¹¹⁷⁸ Por exemplo: “como mais largamente em sua cronica se dyra” (66r).

¹¹⁷⁹ Julgo que fui a primeira pessoa a notar este importante facto. Veja-se, adiante, as conclusões que dele se poderão tirar.

mais circunstanciadamente tratado, e foi essa obra que ele pôde finalmente aproveitar para completar o seu trabalho, primeiro escrevendo uma breve sùmula, depois redigindo um texto já bem mais extenso¹¹⁸⁰.

Estes factos não podem deixar de causar alguma perplexidade, pois é difícil de perceber por que razão Gaspar Correia não teve acesso a nenhuma cópia da *Crónica de D. Sancho II* de Rui de Pina, ao mesmo tempo que conheceu e aproveitou todas as restantes obras deste autor dedicadas aos reis da primeira dinastia. As crónicas de Pina corriam juntas em diversos manuscritos, e Correia, funcionário dos domínios portugueses da Índia, decerto não sentiria dificuldades de maior em aceder a traslados desses textos que eram, para todos os efeitos, documentos oficiais. Porquê, então, a excepção da Crónica dedicada ao rei Capelo¹¹⁸¹?

Todavia, e embora não seja fácil obter respostas a estas dúvidas, a verdade é que nada, à partida, nos autoriza a pôr em causa as palavras do autor das *Lendas da Índia*. Até porque, e isso é o que de momento mais nos interessa, a crónica que Correia viria, por fim, a aproveitar para esse reinado não foi, efectivamente, a de Pina¹¹⁸², mas a de 1419.

7.2. A compilação de Gaspar Correia e a C1419

i) No relato do reinado de Sancho II, Correia usou a C1419 e não a Crónica de Pina

¹¹⁸⁰ ANDRADE (1977) não encontra uma explicação satisfatória para o comportamento de Correia em relação a D. Sancho II, e supõe para a breve Sùmula do fòlio 66 (recto e verso) uma origem diferente e autónoma em relação ao texto dos fòlios 400r-406r. A existência, naquele fòlio, de remissões para matéria que adiante se contaria inclina-me, porém, à explicação que aqui proponho.

¹¹⁸¹ Devo, porém, recordar que o ms. «Santa Clara de Vila do Conde, 20» do ANTT [veja-se a primeira parte desta dissertação] contém cópias de todas as Crónicas de Rui de Pina dedicadas aos reis da primeira dinastia excepto, justamente, da *Crónica de D. Sancho II*. É possível que tenha existido uma cópia das Crónicas de Pina que não incluía a *Crónica de D. Sancho II*, e que essa cópia lacunar tenha estado na origem tanto da compilação de Correia, como do ms. «Santa Clara de Vila do Conde, 20» do ANTT. Além disso, Correia e o referido manuscrito da TT transcrevem o Sumário de Crónicas do ms. 290 Alc BN a partir do reinado de D. Pedro I, facto que deverá também ser tido em conta.

¹¹⁸² A independência do texto de Gaspar Correia sobre D. Sancho II face à crónica de Pina foi já notada por ANDRADE (1977), autor que, todavia, não identificou a fonte desse texto.

Demonstra-o claramente o facto de, em todas aquelas passagens em que a *Crónica de D. Sancho II* de Rui de Pina se afasta da obra quatrocentista¹¹⁸³, ser com esta última que o texto de Correia se relaciona. Vejamo-lo de perto.

Uma das diferenças mais visíveis entre a C1419 e a de Pina é a identidade do rei castelhano a quem D. Sancho II foi pedir auxílio após lhe terem sido retirados, pelo Papa, os poderes efectivos de governação¹¹⁸⁴. De acordo com a obra quatrocentista, que aqui se terá baseado numa fonte hoje desconhecida, esse rei era *já* Afonso X, o qual, ouvida a súplica do, então, ainda rei de Portugal, lhe teria enviado em auxílio um forte contingente de nobres castelhanos capitaneados pelo seu próprio tio, o Infante Afonso de Molina, irmão de Fernando III:

«[D. Sancho II] se sayo do regno e se foy a Castela pedir ajuda a **el.rey dom Afonso, filho del.rey dom Fernando**, o que tomou Sevilha a mouros, **que então reynava**. [...] **E el.rey dom Afonso** partira de Sevilha e, quando chegou a Toledo, achou hy el.rey dom Samcho [...]. E envyrou com ele dom Afonso de Vilhena¹¹⁸⁵, **seu tyo, irmão de seu pay**, com muitas gemtes [...]»¹¹⁸⁶

Mas nada disto é historicamente verdadeiro, pois não só o Infante que veio a Portugal auxiliar militarmente a causa de D. Sancho não foi D. Afonso de Molina, como, à data destes acontecimentos (1245 – 1248), quem reinava em Castela e Leão era *ainda* Fernando III. Por isso, Rui de Pina, embora mantivesse a errónea identificação do Infante Afonso que entrou militarmente por Portugal adentro, corrigiu as restantes informações da sua fonte: substituiu Afonso X por Fernando III na cena do pedido de ajuda feito por D. Sancho em Toledo e, tomando o Rei Santo como referência, chamou ao Infante Afonso de Molina irmão (e não tio) do rei castelhano:

«[D. Sancho II] se foy logo a Castella com fundamento de pedir socorro contra seu irmão, **ha EIRey Dom Fernando, deste nome ho seguundo, que entam nelle Regnava** [...]. Ha este tempo **EIRey Dom Fernando** veio ha Toledo, [...] aho quaal **EIRey Dom Sancho de Portugal seu primo**, dice logo, que ha causa de sua ida ha elle, era pera lhe fazer saber, ho que elle teria sabido, que seu irmão o Ifante Dom Affonso Cõde de Bolonha, entràra em seu Regno de Portugal [...], e que porèm lhe pedia, como ha Rey tam poderoso, e que com elle era tam conjunto em parentesco, que em tamanha força lhe desse ajuda [...]. Da quaal couza **prouve**

¹¹⁸³ Não considero entre essas diferenças as omissões de diversas bulas papais no texto impresso da *Crónica de D. Sancho II* de Rui de Pina, pois, e segundo expliquei ao tratar a obra deste autor, os mss. da obra de Pina que consultei contêm, na íntegra, o texto dessas bulas, garantindo que a omissão se deveu unicamente ao editor.

¹¹⁸⁴ Já aludi a esta circunstância; repito-a em nome da clareza expositiva.

¹¹⁸⁵ “Molina” em P.

¹¹⁸⁶ CALADO, ed. (1998), pp. 131 - 132.

ha ElRey Dom Fernando, e pondo a em obra ordenou logo pera vir ha Portugal **ho Ifante Dom Affonso de Molina, seu irmão**, e com elle Dom Diogo Lopes de Haro [, etc.]¹¹⁸⁷».

Ora, o texto de Gaspar Correia segue claramente a versão da C1419:

«se sahio de purtugall e se foy *pera* castella com itemçam e vomtade de pydir ajuda a **elRey dom aº fº delRey dom fernando** *que* tomou syvilha aos mouros **que emtã Reynava** e asy com este trabalho chegou ha cydade de toledo na era de [...] e elRey de castela *partyra* entam de syvilha E qamdo chegou a toledo achou hy elRey dom samcho [...] ele [D. Afonso] Respomdeo *que* lhe aprazia e emvyou logo *por muita* gemte *que* deu a elRey dom samcho e emviou com ele dom afomso de molyna **seu tio irmão delRey seu padre** [403v]»

Por outro lado, a C1419, em manifesta contradição com o que começara por dizer acerca de quem reinava em Castela quando D. Sancho foi deposto (sinal evidente do uso de fontes díspares), termina o relato deste reinado afirmando que, à época da morte do Capelo, quem ocupava o trono vizinho era *ainda* Fernando III:

«[...] a esta sazão [morte de D. Sancho em Toledo], no ano de mill iic lxxxvi anos, xxiiiiº dias de Novembro, em dia de Sam Clemente, **tomou aos mouros o muy nobre rey dom Fernando de Castela e de Lyão a çidade de Sevilha, avendo já xbi meses que jazia sobre ela em çerqo**¹¹⁸⁸»

Enquanto Pina, que, como vimos, tinha corrigido a referência anterior da sua fonte, mantém esta última informação, mas acrescenta-lhe vários outros assuntos com que termina a sua *Crónica de D. Sancho II*:

«E dahy a huñ anno, em dia de Saõ Clemēte ha vinte e três dias de Novembro do anno de mil duzentos e corenta e oyto annos, ElRey Dom Fernando tomou por cerco ha cidade de Sevilha ahos Mouros, e dahy ha tres annos, e meyo, nella faleceo, e ahy jaz sepultado, e avia treze annos, que tambem tomára Cordova salteada primeyro, e entrada por certos Christãos Almogaveis, e foy soccorrida, e mātida, por ho mesmo Rey Dom Fernando.

E em Regnando este Rey Dom Sancho faleceram de suas vidas por muitos, e grades milagres Saõ Domingos¹¹⁸⁹ [...]»

Assuntos que em nada se reflectem no texto de Correia, que, uma vez mais, se aproxima da C1419:

¹¹⁸⁷ PINA (1977), pp. 140-141.

¹¹⁸⁸ CALADO (ed.), 1998, pp. 141-142.

¹¹⁸⁹ PINA (1977), p. 151.

«E no ano [...] a xxiii de *novembro* em dia de sam clemente **tomou aos mouros ho muy nobre Rey dom fernando de Castela a cydade de syvilha avemdo jaa xbj meses que jazya em çerquo sobre ela [406r]»**

Além disso, e tal como neste caso sucede, *nenhum* dos restantes e algo numerosos acrescentos de Pina ao texto herdado da C1419 se encontra no texto do autor das *Lendas da Índia*, o qual coincide em tudo com a obra quatrocentista. Não há, portanto, dúvidas: a Crónica de que Gaspar Correia se socorreu para, finalmente, deixar registado o reinado de D. Sancho II foi a de 1419 e não a de Rui de Pina¹¹⁹⁰.

ii) Gaspar Correia teve acesso a uma cópia integral da C1419: o reinado de D. Afonso III.

Visto que se conhecem três manuscritos que copiam apenas o relato do reinado de D. Sancho II de acordo com a C1419, facto que indicia que esse relato terá circulado autonomamente, seria razoável pensarmos que Gaspar Correia teve acesso também a uma dessas cópias parciais. No entanto, não foi assim. Com efeito, no fôlio 406r, Correia, após dar por findo o reinado de D. Sancho II, dedicou ainda algumas linhas a D. Afonso III, que logo interrompeu, certamente ao dar-se conta que tinha já tratado amplamente deste último monarca¹¹⁹¹:

«semdo asy morto elRey dom samcho como dysemos [...] sem *filho nem filha* herdeyro *para* o soceder dypoys de sua morte foy logo alevantado e obedydydo *por* Rey *por* lhe o Reyno *pertemçer* de *direito* o yfante dom *afonso* comde de Bolonha na dyta era de iic Rbii em hidade de xxxbiii anos e comtã as lemdas *que* emquamto elRey dom samcho foy vyvo aynda *que* estyvese em Castela *nunca* o comde teve outro tytolo nem comsemtyo outro *que* lhe chamase somente comde de bolonha Regedor e deffensor do Reyno de purtugall e dypoys de asy ser alevãtado Rey se chamou Rey de purtugall e comde de Bolonha este foy o *primeyro que* [...] o

¹¹⁹⁰ Outras provas, se necessário fosse, poderiam ser aduzidas. Assim, tanto Gaspar Correia (nos comentários da espécie do do fôlio 66v, que atrás transcrevi, e noutros textos da sua responsabilidade), como Rui de Pina, usam a primeira pessoa do singular, ao contrário da C1419, que usa a primeira pessoa do plural; ora, no reinado de D. Sancho II, Correia mantém frequentemente a primeira pessoa do plural, oriunda da obra quatrocentista: “depoys *que* o papa espreveo esta carta gerall a todolos do Reyno que Reçebesẽ o dito comde de Bolonha *por* Regedor como dysemos” (ms. 43 A, fôlio 402v) ~ “Depois que o papa espreveo esta carta geral a todolos do regno que reçebeçem ho dito conde por regedor, como disemos” (C1419, CALADO, ed., 1998, p. 128) - compare-se com o texto, muito diferente, de PINA (1977), p. 139. A própria aproximação literal do texto de Correia à C1419, que se verifica neste caso, nos que acima transcrevi e em tantos outros é, por outro lado, argumento suficiente para derivarmos o seu texto da crónica quatrocentista. Mas pode ainda notar-se que Correia, seguindo visivelmente a C1419, menciona por vezes a “cronyca despanha” (por exemplo no fôlio 403v), ao passo que Pina nunca reteve esse tipo de referências que encontrou na sua fonte.

¹¹⁹¹ Este facto não foi devidamente notado por ANDRADE (1977), que considera todo o texto do fôlio 406r como pertencente ao reinado de D. Sancho II.

escudo da crus *que* lhe pos a villa dos castelos de rador foy muim bom Rey e *que* muyto amou a justiça *que* com ela lamçou fora da *terra* todolos mallfeytores e foy de muy bom Regimento em sua casa e Reyno e ordenou sua fazemda em gramde Regra e a justiça sem algũa quebra asy [...] no gramde como no pequeno com o *que* acertou e Reparou o Reyno *que* estava muy estragado dos males pasados e fez muytas povoações e mãdou lavrar e aproveitar os Regemgos de muytas vylas e castelos Reparou beja *que* estava como herma e a povoou de muyta gemte e fez estremoz de novo e fez sam domingos de *lixboa* fez o mosteiro de sãta crara de sãtarem ã seu tempo ã algũs anos portugall teve hũa fome *que* nũca [...] se achou outra tall ele como bom Rey cõ muyto cuydado e com [...] suas esmolas Reparou as vydas dos pobres e ã tudo foy justiçaoso Rey como ã seu lugar e sua cronica mui largamẽte se acha *que* fyqua atras as lxbj folhas»

Ora, este seu texto decorre do capítulo inicial da C1419 dedicado ao *bolonhês*, e não da *Crónica de D. Afonso III* de Rui de Pina. Um breve confronto entre algumas passagens destas obras, e entre elas e o texto acima transcrito, confirma-o sem deixar lugar a dúvidas:

CRÓNICA DE 1419	CRÓNICA DE AFONSO III (PINA)
«Morto el.rey dom Sancho Capello sem filho ou filha que legitimamente, depois de sua morte, pudese erdar o regno, reinou seu irmão dom Afonso, conde de Bolonha, a quem pertemçia o regno de direito. Enquanto el.rey dom Sancho foy vivo, posto que no regno não fose e andava em Castela, nunca se chamou rey, senão governador. E depois da morte del.rei dom Sancho, seu irmão, se chamou rey e conde de Bolonha. E este foy o primeiro rey que anhadio e pos os castelos a redor das quinas nas armas de Portugal. E foy muy bõ rei e justeoçoso e lamçou fora da terra muitos malfeitores e foy de muy bom regimento em sua casa e no reino. Manteve sua fazenda em grande regra e o reyno em muita justiça e aseçeguo e coregeo a terra, que estava muito estragada do tempo de seu irmão el.rey dom Sancho Capelo, e fez muitas boas povoações e mandou lavrar os termos e muitas vilas e castelos. E ele coregeo Beja, que estava como ermo, e povoou a dita Beja de muyta gente e fez Estremoz de novo e o mandou aproveitar muito bem. E mandou fazer o moesteyro das freyras de Santa Clara de Santarem. Em tempo deste rei foram alguns anos de grande fome e ele se trabalhou com grande cuidado de acorer aos proves e livrou muytos da morte com suas esmolas que lhes dava.» ¹¹⁹²	«Por falecimento delRey Dom Sancho deste nome ho segundo, ha que dicerão Capello, porque delle nom ficou erdeyro do Reyno legitimo descendente, que ho sucedesse, foy alevantado, e obedecido por Rey na Cidade de Lisboa ho Ifante Dom Affonso Conde de Bolonha, seu irmão, ha que o Reyno de Portugal por sucessam direytamente pertencia, em idade de trinta e oyto annos na era de mil e duzentos e quarenta e sete, ho qual era filho legitimo delRey Dom Affonso ho Segundo, irmão menor do dito Rey Dom Sancho, por cujos defeitos, e por nom reger como devia elle veo de Bolonha ha este Reyno de Portugal, e ho guovernou, e defendeo dous annos, nom se chamando Rey, mas Procurador, e Defensor delle por mandado do Papa, como na Coronica delRey Dom Sancho claramente se dice, e depois que ho dito Rey Dom Affonso Reynou durando hos primeyros annos de seu Reynado, e antes de ser cazado ha segunda vez com ha Rainha Dona Breatiz, sua sobrinha, filha filha delRey Dom Affonso deste nome ho Decimo de Castella, se intitidou sómente Rey de Portugal, e Conde de Bolonha, e trouxe com has sóos Quinas sem ha Orla, e bordadura dos Castelllos, assi como hos outros Reys de Portugal atée este tempo trouxeram, segundo

¹¹⁹² CALADO, ed. (1998), p. 142.

	<p>eu Coronista ho vi nos selos pendentes de algumas suas Cartas, que naquelle tempo passaram, e has achey na Torre do Tombo destes Reynos, de que por ho officio som Guarda-móor.</p> <p>Porque depois que com ha dita Rainha Dona Breatiz lhe foram dadas has villas, e Castellos do Reyno do Alguarve, elle foy ho que primeyro se intitulou Rey de Portugal, e do Alguarve, e poz na Orla do dito Escudo, e Quinas hos Castellos dourados em campo vermelho [...]. E porém ElRey Dom Affonso loguo como Reynou, e assi depois que ha segunda vez cazou foy boom Rey, verdadeyro, e prudente, e de coraçam muy esforçado, e muito amigo da Justiça, por ha qual ha muitos malfeytores, que foram presentes, e em seus reinos comprehendidos, deu suas devidas penas, com medo das quaes outros se foram da terra, e regeo bem ho Reyno com devida, e inteyra equidade, e proveo ho povo em inteyra Justiça, e sua real Caza, e Fazenda com singular regra, e e louvada ordenança, e fez muitas boas, e novas povoações em muitas partes do Reyno, que eram despovoadas, e mandou lavrar, e aproveitar hos termos de muitas Villas, e Castellos para repayro, e culto da terra, que dos tempos passados estava muy danificada [...]»¹¹⁹³</p>
--	---

Correia teve, portanto, acesso a uma cópia integral (ou, quando muito, praticamente integral¹¹⁹⁴) da C1419, e não a uma cópia parcial do reinado de Sancho II.

iii) **Localização do códice da C1419 manejado por Gaspar Correia no estema da C1419**

Prossigamos a análise do manuscrito de Gaspar Correia à luz dos critérios que

¹¹⁹³ PINA (1977), pp. 170-171. Segundo era seu hábito, Pina deslocou alguns dos aspectos do elogio do monarca (entre eles o nome das localidades por ele restauradas ou edificadas e o auxílio às vítimas da grande fome) para o último capítulo da Crónica, parecendo-me desnecessário inclui-las aqui. O confronto que deixo entre os textos de Correia, Pina e a C1419 afiguram-se-me, com efeito, suficientes para demonstrar a dependência do autor das *Lendas da Índia* para com o texto quatrocentista.

¹¹⁹⁴ Essa cópia poderia, por exemplo, e à semelhança de P, incluir apenas os cinco primeiros reinados. Mas isto é já mera especulação, sem qualquer base de apoio.

norteiam esta parte da dissertação, e vejamos até que ponto é possível entroncar o códice da C1419 por ele manejado no estema desta obra actualmente passível de reconstrução.

À semelhança do que sucede com a obra de Rui de Pina e ao invés do que se passa com a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão e as Sumas de Acenheiro, também neste caso teremos de nos guiar unicamente pelo critério das variantes, não existindo, no reinado de D. Sancho II (ou no início do de D. Afonso III), diferenças ao nível da ordenação ou configuração dos episódios entre os mss. P e C da C1419. A filiação do códice manejado por Correia no estema desta obra é, por isso, também aqui, tentativa. Encontram-se, ainda assim, um número significativo de concordâncias entre as variantes do seu texto e as de um daqueles dois manuscritos, o que nos permite adiantar uma possibilidade de filiação do códice da C1419 manejado pelo autor das *Lendas da Índia*. Muito curiosamente se observará que esse códice pertenceria, tal como aqueles que foram manejados por Pina, Galvão e Acenheiro, ao ramo representado por P:

Logo mamdou a elRey *por* delegado o bispo de **saboya** (Correia, 400v) ~ mandoulhe *por* delegado ho Bispo de **Segonha** (C, p. 212) ~ mandou a **elle** *por* legado o bpõ de **Saboja** (P, p. 170)

Dom Tiburcyo bispo de coymbra, e Ruy gomez de **bryteyros** (Correia, 401v) ~ Dom Tibeyro, Bispo de Cojmbra, e Ruy Gomez de **Barçeiros** (CALADO, ed., 1998, p. 125¹¹⁹⁵) ~ Dom Tiberio bpõ de Coimbra e ruj gomes de **briteiras** (P, p. 175)

Adayam da ygreyja de **Carnota** e Sueyro Soarez **chamçeler** (Correia, 402r) ~ adayão da Igreja de **Carnea**, e Sueyro Soares, **chamtre** (CALADO, ed., 1998, p. 125¹¹⁹⁶) ~ Dajaõ da igreja de **carnota** e Soeiro soares **chançarel** (P, p. 176)

Que vieraõ por alguãa necessydade (Correia, 402r) ~ que **ouuerrom** *per* alguma necesidade (C, p. 221) ~ que **vieraõ** *por* algũas necessidades (P, p. 177)

E serey *sempre* **obedyête** e devoto a **igreyja de Roma minha madre** (Correia, 402r) ~ serej *senpre* deuoto a **obediemçia da Sancta Madre Jgreja de Roma** (C, p. 222) ~ serej **obediente** e deuoto a **Jgreja de Roma minha madre** (P, p. 178)

Dom Afomso de **Molyna** (Correia, 403v) ~ D. Afomso de **Vilhena** (C, p. 229) ~ Dõ Affonssõ de **Molina** (P, p. 184)

Esta circunstância, conjugada com o conhecimento que Correia teve dos Sumários de Crónicas do ms. 290 (que foram a sua base para os reinados de D. Pedro I a D. João II), plausivelmente da autoria de Duarte Galvão; e também com o facto de esses Sumários terem, eles próprios, aproveitado um exemplar da C1419, leva-me,

¹¹⁹⁵ Recorro aqui a esta edição, porque TAROUCA, ed. (1952 - 1953), I, p. 219, não leu correctamente a última palavra, anotando «Barçelos(?)».

¹¹⁹⁶ A mesma razão leva-me a seguir aqui esta edição. TAROUCA, ed. (1952 - 1952), I, p. 220, leu «Carmo(?)» e não «carnea»

inclusivamente, a formular a hipótese de ter sido este último cronista o responsável (ou um dos responsáveis) pela ida de textos historiográficos portugueses – entre os quais uma cópia da C1419 – para a Índia, região em que esteve por diversas vezes, no exercício das suas funções de alto funcionário da corte. Trata-se de uma possibilidade já levantada por Pereira da Costa, embora o benemérito editor não tenha notado o uso da C1419 por parte de Gaspar Correia:

«As semelhanças dos códices de Galvão [290 BN Alc.] e de Correia e os textos neles transcritos, levam-nos a pensar na hipótese, verosímil, de que Galvão tenha inspirado ou sugerido a Correia a compilação do códice em estudo [43A TT] e até mesmo ter-lhe facultado cópias não só da sua crónica de Afonso Henriques como de outras que consigo tivesse levado»¹¹⁹⁷

É, no entanto, propositadamente que enfatizo o hipotético e genérico papel de Duarte Galvão na ida de textos para a Índia. De facto, embora o autor das *Lendas da Índia* tenha possivelmente travado conhecimento com o cronista ao serviço de D. Manuel e se refira explicitamente aos seus trabalhos¹¹⁹⁸, a verdade é que Galvão morreu em 1517, e Correia, segundo vimos, principiou a sua tarefa de recolha e compilação de materiais historiográficos em 1532; além disso, só mais tarde viria a aproveitar o texto da C1419. Isto significa que Galvão pode ter levado um exemplar da C1419 e de outras crónicas portuguesas para a Índia, e que esses materiais podem ter chegado a ser usados por Gaspar Correia, mas não houve propriamente uma transmissão directa de manuscritos entre um e outro autor. É uma hipótese que, não sendo mais que isso, oferece todavia o grau de verosimilhança suficiente para que não a possamos deixar de colocar.

iv) Modo como Gaspar Correia usou a C1419. Conclusões

A forma como Gaspar Correia usou a C1419 pode descrever-se rapidamente. No reinado de D. Sancho II, aproveitou todas as informações que esta fonte lhe proporcionava e manteve, inclusivamente, a sua ordem. É o que se pode observar na seguinte tabela, em que anoto a correspondência entre os capítulos da C1419 e os fólios do manuscrito de Correia:

¹¹⁹⁷ COSTA, ed. (1992), pp. XXVII-XXVIII.

¹¹⁹⁸ COSTA, ed. (1992), pp. XXVI-XXVII. Para além da *Crónica de D. Afonso Henriques*, Gaspar Correia alude também a uma exortação aos soldados da Índia, obra actualmente perdida.

C1419 (D. Sancho II) - capítulos	Gaspar Correia - fólhos
66	400r-401v
67	401v-402r
68	402r
69	402r
70	402v
71	403r
72	403v
73	404r
74	404v
75	404v
76	405v
77	406r

Ainda assim, rasurou a divisão da C1419 em capítulos e omitiu todas as suas rubricas; conseqüentemente, o texto de Correia apresenta-se sob uma forma unitária e compacta. Para além disso, limitou-se a amplificar, por vezes, o texto da obra quatrocentista, adicionando glosas e deduzindo detalhes do contexto¹¹⁹⁹. Nunca parece ter recorrido a fontes suplementares. Nas poucas linhas dedicadas a Afonso III, verifica-se o mesmo procedimento: Correia manteve as informações da C1419, mas amplificou e coloriu o seu texto. A dada altura, ter-se-á lembrado de que tinha já transcrito a *Crónica de D. Afonso III* de Rui de Pina, e abandonou de vez a crónica mais antiga.

Estas atitudes dizem bem da maneira como Gaspar Correia recepcionou a C1419: desconhecia o seu autor (pelo menos nada indica o contrário¹²⁰⁰), e considerava-a pouco completa enquanto obra historiográfica¹²⁰¹; viu-a, além disso, como uma solução de recurso e só a aproveitou para o reinado de D. Sancho II porque não dispunha de nenhuma cópia da respectiva Crónica de Rui de Pina. Ainda assim, e porque não teve acesso a nenhum outro texto mais rico, aproveitou todo o seu conteúdo, limitando-se a glosá-la e amplificá-la retoricamente. Quanto a D. Afonso III, só uma

¹¹⁹⁹ Pode exemplificar-se com o início do reinado: “chamouse capelo vullgarmente *porque* em primepepe foy de muito sesego e Repouso e de pouqua ffala muy catoliquo e amigo de *deus* [...] asy *que por* seu muito syso (?) lhe chamaram capelo e tamto era dado a pouquo fallar que nom fallava senam ao *que* lhe Respondiã [...] e semdo *por* falecimêto delRey seu pay asy alevamtado e obydecydo *por* Rey mostrou em seu começo grande *perffeyção* de solene Rey mas sua muita mamsydam e nobreza e lympeza de temção *que* tynha mui samta o danou e lhe causou muito mall *porque* aos mallfeytores e comdenados sse os vya chorar ou mostrar Repemdymêto os *perdoava* e asy usava de tamta piadade *que* ã seu coração nam estava fazer mall” (fólio 400r; compare-se com CALADO, ed., 1998, p. 119).

¹²⁰⁰ Todavia, também nenhuma indicação fornece a respeito do autor dos Sumários de D. Pedro a D. João II.

¹²⁰¹ Veja-se, para além de outros dados já fornecidos, a seguinte afirmação: “dom Sancho de que se nom achou nenhũa lemnda nem cronyca apropiada” (fólio 400r).

momentânea inadvertência parece explicar que tenha chegado a transcrever parte do primeiro capítulo que a C1419 dedicava a este rei.

Em tudo isto há, no entanto, uma notável ironia do destino. A verdade é que foi esta série de circunstâncias verdadeiramente fortuitas que nos permitiu aceder a um importantíssimo e até agora completamente ignorado facto acerca do trajecto da C1419: um exemplar desta obra (e um exemplar completo) *foi conhecido na Índia!* Por outro lado, é curioso verificarmos que, à semelhança do que ocorreu com a CBN, Rui de Pina, Duarte Galvão e Rodrigues Acenheiro, mais uma vez a vemos aproveitada por funcionários que cumpriam ou cumpriram funções dentro do aparelho burocrático do estado. O contexto em que esses funcionários se movimentaram e até as idiossincrasias particulares de cada um determinaram, porém, formas de relacionamento com a C1419 diversas e até opostas. Enquanto Rodrigues Acenheiro, por exemplo, valorizava os textos mais antigos, o que o levou a dar geralmente preferência à C1419, Gaspar Correia, pelo contrário, preferia nitidamente as Crónicas novas do Reino; só em último recurso lançou mãos a uma crónica mais antiga, permitindo-se alterações estilísticas a que, por regra, não sujeitou os restantes textos por ele compilados. O seu procedimento confirma, além disso, uma afirmação que deixei no capítulo anterior, e da qual veremos ainda outros exemplos: a partir do momento em que Duarte Galvão e Rui de Pina incorporaram grande parte do texto da C1419 nas suas próprias crónicas oficiais, o prestígio dos seus textos dificilmente poderia deixar de relegar a obra quatrocentista para um lugar secundário, tornando a sua leitura pouco menos que supérflua. Só em face das poucas passagens em que aqueles autores se afastaram da sua fonte principal, de idiossincrasias de antiquário como a de Rodrigues Acenheiro ou de situações muito particulares como as que envolveram Correia poderia ela ser aproveitada.

8. O Sumário de Crônicas do ms. 1198 da BPMP e a Crônica de 1419

O ms. 1198 da Biblioteca Pública Municipal do Porto encontra-se ainda completamente inédito¹²⁰², apesar de ter já sido descrito tanto pelos bibliotecários que em finais do século XIX elaboraram o catálogo de manuscritos dessa instituição como, mais recentemente, pela equipa do BITAGAP. As suas características materiais podem colher-se nesta última descrição¹²⁰³, sendo apenas de justificar, com razões que a minha exposição adiante tornará claras, a datação que aí lhe é atribuída.

Nada de razoavelmente seguro se pode adiantar acerca da sua proveniência. Cheguei a supô-lo mais um dos códices trazidos de Santa Cruz de Coimbra para o Porto aquando da extinção das ordens religiosas na primeira metade de oitocentos, mas a ausência de qualquer indicação nesse sentido nos respectivos catálogos da BPMP¹²⁰⁴ e de Rocha Madahil¹²⁰⁵ desaconselha a suspeita. A lombada do códice ostenta, porém, um visível “23” que por si só assegura a sua pertença, em algum momento do seu percurso, a alguma biblioteca razoavelmente apetrechada e interessada em textos historiográficos¹²⁰⁶.

Em termos gerais, contém um Sumário de Crônicas (género entre nós tão cultivado quanto ainda muito pouco estudado...) que abrange os reinados de D. Afonso Henriques a D. Afonso V e uma cópia incompleta da *Crónica de D. João II*¹²⁰⁷ da autoria de Rui de Pina. Pelo seu interesse e ineditismo, forneço em seguida uma descrição comentada da parte do seu conteúdo respeitante aos sete primeiros reis de Portugal, particularizando depois as suas possíveis relações com a *Crónica de 1419*.

8.1. O Sumário de Crônicas do Ms. 1198 BPMP e os sete primeiros reis de Portugal

a) D. Henrique e D. Afonso Henriques

Principia o texto com um conjunto de referências a eventos ocorridos no tempo de D. Henrique e com ele directamente relacionados que pode considerar-se um resumo do que a esse respeito diz a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, versão

¹²⁰² Dei a conhecer um brevíssimo, mas interessante, trecho dele em MOREIRA (2007).

¹²⁰³ <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1902.html> [consultado em 3/05/2009].

¹²⁰⁴ CATÁLOGO (1879). O códice aparece aqui datado da segunda metade do século XV, o que, como se verá, é manifestamente insustentável.

¹²⁰⁵ MADAHIL (1928).

¹²⁰⁶ Isto no caso de o número em causa não ter sido já inserido pelos bibliotecários da BPMP, claro está.

¹²⁰⁷ O último capítulo transcrito, embora não numerado, é o LI: «mudança do sñor dom jorge».

vulgata¹²⁰⁸: o Conde é apontado como sendo filho d'el rei de Hungria e vindo à Península acompanhado de seu tio Reimão de Tolosa e de Reimão de São Gil, todos movidos pela fama e nobreza do rei de Castela e pelo desejo de combaterem os inimigos da fé. A isto, segue-se o casamento de cada um deles com três filhas do monarca (todas legítimas, como em Galvão), destacando-se naturalmente o papel de D. Teresa como progenitora da linhagem régia portuguesa. Uma primeira especificidade há, todavia, a registar: como viria a ser corrente ao longo do século XVI¹²⁰⁹ (mas ainda não se verifica em Galvão nem em Acenheiro), Afonso VI é aqui «chamado da mão furada» [1rA¹²¹⁰]. O texto menciona, além disso, cinco casamentos do rei, e também aí diverge da *Crónica de D. Afonso Henriques*, que se limita aos dois de que nasceriam Urraca, Teresa e Elvira. Desta última, e numa outra especificidade em relação a Galvão, diz o texto que foi levada por seu marido para suas terras. Tudo quanto a seguir se regista sobre a concessão do Condado de Portugal a D. Henrique, pedido de Egas Moniz para criar o recém-nascido príncipe e nascimento com defeito físico do futuro primeiro rei de Portugal segue muito fielmente a *Crónica de D. Afonso Henriques*, com uma única exceção: na lista de cidades com que Galvão caracterizava a extensão do Condado doado pelo rei a seu genro retira este texto a referência a Coimbra e às terras galegas, acrescentando-lhe por sua conta «o Porto Bragua e Guimaraes» [1vA]. A cena da aparição da Virgem Maria a Egas Moniz é também resumo fiel de Galvão, sendo embora visível a preocupação do Sumário colocar ao mesmo nível o fidalgo e sua esposa, ambos igualmente participantes na cura providencial do menino ao contrário do que na *Crónica de D. Afonso Henriques*, que apenas refere o aio, se verificava. Como várias outras vezes fará (este é mesmo um dos seus traços mais salientes), preocupa-se o texto em fornecer detalhes suplementares e dar maior precisão geográfica às alusões a determinadas localidades que vai encontrando nas obras que resume. Assim, especifica, a propósito da fundação do Mosteiro de Cárquere, que este se situava «nas Ribas do

¹²⁰⁸ Estando esta obra redigida desde 1505, basta este facto para avançarmos a datação proposta pelo catálogo de manuscritos da BPMP para, no mínimo, a primeira década de quinhentos. Outras circunstâncias me permitirão, porém, precisá-la ainda mais.

¹²⁰⁹ Cf. LEÃO (1975), p. 12: «Reinando em Castela & em Lião el Rei Dom Afonso VI, a que huns chamauão Emperador das Hespanhas, & outros o da mão furada, por sua grande liberalidade [...]». As referências mais antigas a este curioso apelido do rei que conheço acham-se em duas obras do século XV, o *Sumário de los Reyes de España del Despensero de la Reina D. Leonor* [JARDIN, ed., 2006] e as *Andanças e viajes* de Pero Tafur. Lê-se nesta última obra: «arribo en Castilla en tiempo que reynava el rey don Alfon [sic] que conquisto a Toledo, el qual algunos nombran de la mano aforacada» [CATALÁN, 1992, p. 301]. Sobre a sua possível origem, e para uma explicação diversa da que fornece Nunes de Leão, veja-se o que digo adiante, a respeito do Sumário de Crónicas do ms. 2268 da BNE.

¹²¹⁰ As letras e números entre parêntesis respeitam ao fólho e coluna do manuscrito.

doiro amtre a barca de meijam fryo e a de Calldas acerqua de lameguo» [2rB] e era «de Relligiosos da ordem de santo agostinho» [2rB]. Segue-se uma importante divergência: tal como Galvão, o Sumário refere-se à edificação, por D. Henrique, das sés de Viseu, Lamego, Braga e Porto; apressa-se, porém, a informar de que «em outras [crónicas] disse e temse por mais serto que adifiquou [a Sé do Porto] a R^a dona mofallda sua nora como adiante se dira» [2vA]. Torna-se assim evidente o que em algum dos casos anteriores poderíamos já suspeitar: que, além da de Galvão, aproveitou o anónimo redactor destes Sumários outras crónicas e textos de natureza historiográfica. Desconheço, no caso concreto, qualquer crónica em que conste ter sido a primeira rainha portuguesa quem edificou (ou reedificou) a Sé do Porto, mas talvez não seja isso razão suficiente para creditarmos o facto ao próprio redactor; o ms. P da *Crónica de 1419*, num dos textos que nele se seguem à crónica, associa também o nome de D. Mafalda à edificação desta Sé¹²¹¹ – e adiante veremos o que este facto pode significar. Coincidência ou não, Coimbra é omitida da lista de edificações devidas a D. Henrique, tal como já o fora do elenco de cidades e vilas pertencentes ao território a ele doado. A morte do Conde em Astorga e respectivo enterro em Braga não mereceriam, por sua vez, grande reparo não fora duas interessantes circunstâncias. O discurso por ele proferido a seu filho às portas da morte, embora extraordinariamente resumido (mais do que sucederá com alguns dos discursos do próprio Afonso Henriques), dá-nos uma pista, que julgo poder vir a merecer seguimento, a respeito da forma como pelo menos uma parte do público do século XVI o encarava: «que temese sempre a *Deus* e amase a sua just^a segimdo [D. Henrique] em omildozas palavras e doutrinas daquelle grande Salamão» [2vB]. Curiosa analogia, esta dos ensinamentos do grande rei bíblico com os conselhos de boa governação dispensados pelo patriarca da linhagem régia portuguesa a seu filho, e analogia a ser eventualmente explorada com leitura do Texto Sagrado, estudo que naturalmente não compete à presente dissertação e por isso aqui me limito a propor¹²¹². Por outro lado, a tendência do redactor para esclarecer ou detalhar certos factos leva-o a fornecer-nos, a respeito da sepultura de D. Henrique, um conjunto de precisões de grande valor para a datação do texto:

«e vindo depois pelo descargo dos tempos o muy catoliq^o e Reverendisimo sor [2vB] sor [*sic*] d^o de sousa arcebispo e sor de bragua repayrando a dita se e semdo

¹²¹¹ BASTO, ed. (1945).

¹²¹² MIRANDA (2009) chamou também a atenção para a analogia entre o discurso de D. Henrique ao filho e o de David a Salomão em I Reis, 2.

o sobredito comde dom amRique sepulltado como dito he em hum moimento de pedra com hum [...] pareceulhe q estava em lugar nam conveniente a tall p^a mamdoulhe fazer hũa muy omRada e Riqua sepulltura na capela mor q elle de novo edefiquou jumto cõ o alltar mor a parte do evangelho omde com mta omRa e sollenidade o tresladou» [3rA]

D. Diogo de Sousa, importante figura do seu tempo, ocupou o arcebispado bracarense entre 1505 e 1532, e a reforma dos túmulos de D. Henrique e D. Teresa (iniciativa de propaganda política em tudo paralela à que pela mesma época D. Manuel levava a efeito com os de D. Afonso Henriques e D. Sancho I) concluiu-se em 1513¹²¹³. O texto é, portanto, posterior a essa data. Mas não muito, segundo revela a letra em que está escrito e um outro pormenor adiante mencionado.

O fólio 4r dá início ao sumário do reinado de D. Afonso Henriques propriamente dito, seguindo o texto a tendência de separar a sua história da de seu pai. Começa resumindo muito fielmente a obra de Galvão a respeito do funeral do Conde, perda das terras leonesas por parte de seu filho e segundo casamento de D. Teresa, lançando apenas, a propósito dos castelos que D. Afonso primeiro lhe conseguiu recuperar, as já habituais precisões geográficas: a Feira situa-se «çimquo legoas aquem da cidade do porto», Neiva «dez legoas alem do porto imdo de barcelos para viana de caminha», e ambas, ademais de serem fortes praças, encontram-se «perto do mar» [4vA]. Notar, de passada, o «além» e o «aquém» Porto aplicados, respectivamente, a Neiva e a Santa Maria da Feira, o que talvez indicie que o redactor se situava ou naquela cidade ou a Sul dela. Excepção feita de mais uma precisão geográfica¹²¹⁴, continua o texto resumindo fielmente Galvão a respeito do confronto militar entre as tropas de Afonso Henriques e as de sua mãe e padraсто, Fernão Peres de Trava. Desde esse momento e até à morte de Egas Moniz a caminho de Ourique, passando, portanto, pela prisão de D. Teresa, cerco dos mouros a Coimbra e façanha do aio aquando do cerco de D. Afonso VII de Castela e Leão, quase tudo é sùmula fiel da *Crónica de D. Afonso Henriques*, havendo a notar apenas uma ou outra das já esperáveis precisões geográficas (o combate de Valdevez, por exemplo, acha-se aqui muito precisamente situado «imdo de ponte de lima pera momçam omde esta hua muy grande veiga ao longo do mesmo Rio» [5rB]) e uma referência, a propósito do discurso de Egas Moniz em Toledo, a uma «caroniqua» onde

¹²¹³ BRANDÃO (1974).

¹²¹⁴ Que localiza a batalha dita de S. Mamede «na veigua de Samtidanhas por omde core hum grande rio acerqua de guimaraes» [4vB]. Galvão, seguindo a *Crónica de 1419*, apenas dizia «em Guimaraães, em huñ lugar que chamam Samtidanhas» [FONSECA, ed, 1995, p. 26].

o seu discurso estaria mais longamente transcrito, e que é quase seguramente a de Galvão.

A propósito da morte do aio a caminho de Ourique, o Sumário acrescenta, porém, duas novidades. A primeira limita-se a ser mais uma das suas frequentes localizações geográficas, desta vez suscitada pela referência ao local em que Egas Moniz foi sepultado: «omde com seus *filhos* jas sepultado em moimentos de pedra junto da Rifana de Sousa *çimquo* leguas alem da cidade do porto» [7vA]; a segunda, algo mais substancial, aproveita a referência, herdada de Galvão, à fundação do mosteiro de «cacarais» [i.e. Cucujães], para acrescentar uma outra iniciativa piedosa, desta vez devida a sua esposa: «e dona Tareja sua molher fes outro Mosteiro muy sumtuoso e omRado e de muyta Remda a *que* chamão Samta Marya da Sargedda duas leguas de Lamego onde outrosi ela jaz omRadamente sepultada» [7vA, B]. Já antes, aquando do milagre de que resultaria a cura do recém-nascido Afonso Henriques, constatámos a preocupação do nosso texto em não olvidar a figura de D. Teresa de Salzedas, e aqui se pode confirmar esta sua tendência. Mais que uma vez preocupado, por outro lado, com a fundação e elogio de diversos mosteiros e outras instituições religiosas, será caso, também, para adiantarmos a sua possível proveniência clerical.

Segue-se, em resumo fiel de Galvão que inclui praticamente na íntegra o discurso de D. Afonso às tropas, a jornada de Ourique, cujo significado é ainda mais transcendentalizado por uma curiosa nota que relaciona os cinco reis mouros com as cinco chagas de Cristo, assim realçando o seu alcance regenerador e salvífico¹²¹⁵. Deve ainda notar-se que a descrição da batalha propriamente dita é acentuadamente lacónica e apenas se refere à acção do rei, ao contrário de Galvão, que, na esteira de C1419, não esquecia os feitos dos nobres que o acompanhavam. Mesmo tratando-se de um Sumário de Crónicas, que naturalmente assenta a sua lógica no resumo e abreviação de obras anteriores, é esta uma atitude a reter, até porque ela será uma constante ao longo do texto. Completamente omitidos são, em contrapartida, todos os capítulos que Galvão dedicava à história do mártir Vicente e primeira tentativa de Afonso Henriques trazer o seu corpo a Portugal, assunto a que o texto apenas bastante mais à frente aludirá. Importante dado cultural, chamemos-lhe assim, é o facto de serem aqui narradas, e com algum detalhe, todas as peripécias dos confrontos do rei com Roma e demais autoridades eclesiásticas, incluindo a cena da célebre e canonicamente irregular eleição

¹²¹⁵ «com çimquo Reis mouros sinificaçam das suas çimquo chaguas com que nos ele [Cristo] salvou» [9rA].

de um bispo negro. Galvão, recorde-se, também as contava, mas sentia-se já na necessidade de devidamente as glosar, enquadrar e *decifrar*, atitude em que, como se vê, não é acompanhado pelo anónimo autor do Sumário, que sem constrangimento algum se limita a narrá-las – tão normais seriam ainda para uma parte das elites portuguesas do século XVI¹²¹⁶!

Continua o texto resumindo muito fielmente Galvão a respeito da investida dos mouros sobre Leiria, retaliações cristãs sobre Arronches e consequente entrega da alçada temporal destes locais ao próprio rei, bem como a propósito do casamento de D. Afonso, sendo embora omitida a tradicional explicação para a escolha de uma mulher da casa de Lara, aqui suficientemente justificada pelos seus «grandes meresimemtos» e «muy noble samge» [12vB]. Também a lista de filhos daí resultantes decorre da *Crónica de D. Afonso Henriques*, embora, e certamente por razões de coerência, o texto se refira ainda a um filho bastardo do monarca, Pedro Afonso, «o qual elle [o rei] ouve sendo aimda sotro e foy cõ ele na tomada de Santarem» [13rA]. Razões de coerência, digo, porque Galvão, seguindo a C1419, embora nada dissesse sobre isto aquando do casamento de D. Afonso Henriques, mencionava mais à frente dois Pedros Afonsos, um filho e o outro irmão do monarca, que o teriam acompanhado na conquista daquela cidade. Eliminando a contradição, ou pelo menos a estranheza, reduz o Sumário estas duas personagens a uma só, opta pela versão que o considera filho do rei e antecipa a referência a seu nome¹²¹⁷.

Aproveitando o ensejo, passa o texto a dar conta da conquista de Santarém, resumindo muito a bastante longa narração que do evento faz a *Crónica de D. Afonso Henriques*, entre outras razões porque, tal como em Ourique, também aqui é completamente silenciada a acção de outros participantes que não o próprio monarca. Após isso, referem-se brevemente as campanhas na Estremadura de acordo com Galvão, mas inclui-se uma importante actualização que vem estreitar definitivamente o lapso cronológico em que devemos situar a feitura deste Sumário. Mencionando a tomada do castelo de Mafra, informa-nos o texto de que ele «ora he do comde de penela» [13vA]. Este título nobiliárquico adveio da doação, por D. Afonso V, da vila de Penela a D. Afonso de Vasconcelos e Meneses e sua esposa D. Isabel Coutinho, senhora de Mafra,

¹²¹⁶ Até para as eclesiásticas, em se confirmando a hipótese atrás deixada da origem clerical deste texto. Mera hipótese, naturalmente.

¹²¹⁷ A própria lista de filhos é, aliás, antecipada, pois Galvão, seguindo fielmente a C1419, apenas a incluía aquando das bodas da Infanta Mafalda, muito depois de se ter referido ao casamento do pai. Cf. FONSECA, ed. (1995), p. 141.

em Julho de 1476, e apenas continuou sendo usado, antes da sua renovação bem mais tardia, pelo filho de ambos e 2º Conde de Penela, D. João de Vasconcelos e Meneses. Morreu este segundo conde em 1543, passando o senhorio de Mafra, a partir de então, a enriquecer o património da Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira¹²¹⁸. Só um texto redigido depois de 1476 e antes de 1543 podia, por isso, afirmar que Mafra «ora he» dos Condes de Penela, e, dada a referência aos novos túmulos de D. Henrique e D. Teresa (bem como aos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I que desde já anticipo¹²¹⁹), podemos concluir sem hesitações que o Sumário de Crónicas do Ms. 1198 da BPMP foi redigido entre 1513/1520 e 1543. Durante o reinado de D. João III ou, quando muito, no extremo final do de D. Manuel, portanto.

Daí até ao final deste reinado, o texto é praticamente só um resumo de Galvão, contando sucessivamente as conquistas de Sintra, Lisboa (esta mais demoradamente descrita), Alenquer, Óbidos, Torres Vedras, Alcácer do Sal, Elvas, Évora, Moura, Serpa, Beja, Sezimbra e Palmela; o episódio de Badajoz; o cerco de Santarém pelos mouros com o respectivo auxílio de Fernando II de Leão; o resgate do corpo de S. Vicente; novo cerco de Santarém; o casamento da Infante Teresa com o Conde da Flandres e a morte do rei. Apenas haverá a notar, em tudo isto, mais algumas das habituais actualizações e precisões geográficas¹²²⁰, bem como possíveis más leituras¹²²¹, omissões¹²²² e pelo menos um curioso acrescento¹²²³.

Imediatamente antes, porém, de dar conta da morte do monarca, insere o Sumário um conjunto de acções piedosas da rainha D. Mafalda que não constam da *Crónica* de Galvão:

«e a R^a sua molher fez o most.ro de sam *domingos* do porto e sam *pedro* da dita cidade e o mostr.o de lesa que he hũa legoa adiante da ordem de são *joão* e samta

¹²¹⁸ ZUQUETE (2000), pp. 117 - 118.

¹²¹⁹ Fólio 25rA, final do reinado de D. Sancho I.

¹²²⁰ Assim, ao arraial dos «estrangeiros» no cerco de Lisboa aponta-se uma localização «homde ora esta são *francisco*» [13vB], e o Mosteiro do Banho considera-se situado «amtre douro e minho» [14vB].

¹²²¹ Por exemplo, « o qual [Fernando II] o levou [Afonso Henriques] comsigo muy omRadamemte **ate a cidade de avila**» [16rB] por «Leou assi elRey dom Fernamdo comssigo a elRey dom Affonso **pera a villa**» (FONSECA, ed. 1995, p. 153). Negritos meus.

¹²²² Tal como já sucedera com as explicações de Galvão a respeito do Bispo negro, também o seu discurso acerca das lutas entre mães e filhos é aqui totalmente passado em claro.

¹²²³ «numqua mais quis [Afonso Henriques] cavalgar ã cavalo mas amdava ã hum caro como amtiugamente amdavão os Reys **dos godos**» [16vB]. Este e alguns outros dados fornecem-nos, aliás, mais uma prova de que o texto foi redigido no lapso temporal que há pouco indiquei. Afirmo-o com base na análise de dois outros Sumários de Crónicas, os do mss. 2268 e 2122 da BNE, que foram explicitamente escritos durante o reinado de D. João III e parecem ter já conhecido, directa ou indirectamente, o texto do manuscrito actualmente à guarda da BPMP. Veja-se, a este respeito, o Anexo.

maria daugoa samtas mea legoa hum do outro e são salvador de gamdara e sam *pedro* de Rates e dahi ha hũa legoa samta *maria* de goios e o mostr^o da costa jumto com guimaraes e sam nicolao com a pomte de canaveses que he hũa das melhores deste Reyno e outras muytas pom [18vB] tes e deixou a barqua de meixam frio e Remda pera pasar a todos de graça no doyro em tamto numero sam as casas de oraçam que estes muy catoliquo Rey e R^a edefiquaram que pasam de C.to e L.ta igrejas e mostr.os e quanto a *Deus* isto foy açeyto e presente bem se mostra pelas grandes vitoreas que sempre lhe deu contra os imfieis [19rA]»

Ora, como facilmente se constata, todas estas iniciativas piedosas da rainha – cujas fontes desconheço – dizem respeito a localidades situadas no Norte do país. Isso reforça a suposição de que este texto tenha sido redigido por meios clericais e nortenhos, e não admiraria que o fosse em alguma das instituições aqui mencionadas.

b) D. Sancho I

Porque o reinado de D. Afonso Henriques deste Sumário se construiu, essencialmente, tomando por base um resumo da Crónica de Galvão, facilmente se suspeitaria que os reinados seguintes se baseassem, por sua vez, nas respectivas Crónicas de Rui de Pina. E, de facto, assim sucede. Também neles se observa, porém, a tendência do redactor para actualizar ou acrescentar alguns dados aos textos que estava resumindo, já para não falar em omissões ou deslocções de matéria, procedimentos estes mais comuns neste tipo de textos.

Resumindo a *Crónica de D. Sancho I* de Pina, começa o Sumário por dar conta do nascimento do monarca, daí passando para as suas acções bélicas quando ainda infante: ataque a Sevilha, cerco a Niebla e defesa de Beja e Santarém (esta última com ajuda de seu pai) das investidas muçulmanas. Após a referência ao seu alçamento, que Pina deixava logo no primeiro capítulo da sua crónica e se vê, portanto, aqui deslocada para depois dos feitos bélicos supramencionados, trata o Sumário do casamento e descendência do rei, desta vez antecipando o que o cronista de D. Manuel apenas no final da sua obra desenvolvia. A fidelidade ao texto de Pina é, no entanto, visível, devendo unicamente notar-se, e para lá das inevitáveis omissões, um curiosíssimo acrescento a respeito da esposa aragonesa do rei. Limitava-se Pina, com efeito, a declarar-lhe o nome e a origem:

«avia quatro annos, que era jáa cazado com ha Rainha Dona Doce sua mulher filha delRey D. Reymom de Araguaõ, e Conde de Barcelona, e da Rainha Orraqua sua mulher ha qual em algumas memorias mais antigas se chama ha Rainha Dona

Doce, e em outras mais modernas se chama ha Rainha Dona Aldonça: mas esto nom faz contradicãõ porque em sustancia ho nome hee todo hum»¹²²⁴

Mas o Sumário, que a cada passo nos vai surpreendendo, acrescenta:

«avemdo já quatro [anos] que era casado com a R^a dona doce ou dona aldonca f^{ra} delRey dom Reymão daraguam comde de barcelona e da R^a dona orraca f^{ra} de dona sol q foi f^{ra} do cyde Ruy dias» [20vB]¹²²⁵

«D. Sol» é, como se sabe, o nome que a tradição lendária atribuiu a uma das filhas de Rodrigo de Bivar, historicamente chamada Maria. Já presente no *Poema de Mio Cid*¹²²⁶, esta designação passou depois à historiografia alfonsina e post-alfonsina, incluindo a *Crónica de 1344* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, através dos quais terá penetrado na cultura portuguesa. Este é, contudo, o único eco que dela conheço em textos portugueses posteriores, e só por isso mereceria alguma atenção. Discrepa, além do mais, de ambas as obras do Conde, pois o *Livro de Linhagens* afirma que «dona Sol casou com o ifante herdeiro d’Aragom e nom houve semel¹²²⁷», ao passo que a *Crónica de 1344* se limita a dizer que «a mayor, que avya nome dona Sol [casou] cõ o iffante dom Rodrigo, herdeiro de Aragon»¹²²⁸. Sucede que D. Maria (que era na realidade a filha menor do Cid) foi casada com Ramón Berenguer III, Conde de Barcelona¹²²⁹, e não houve dele qualquer descendência duradoira¹²³⁰. Quem prolongou o sangue do *Campeador* na Península Ibérica foi sua irmã Cristina, lendariamente apelidada de «D. Elvira», que casou com um infante navarro e viria a engendrar dele o futuro rei Garcia Ramirez, «o Restaurador»¹²³¹. A afirmação do Sumário, apesar de assentar numa designação onomástica tradicional, é portanto falsa e deve resultar, ou de texto anterior em que tal erro se manifestava já¹²³², ou do conhecimento algo deturpado e de outiva do seu redactor, que ainda assim não terá perdido a oportunidade de ligar

¹²²⁴ PINA (1977), pp. 17 - 18.

¹²²⁵ O Itálico assinala, aqui e nas restantes citações que vier a fazer, o que em Pina se não acha. Neste caso, Pina segue, aliás, uma versão bem diferente e historicamente correcta: “e desta [D. Prona, depois Urraca, casada com o Conde de Barcelona] veo D. Affonso deste nome ho segundo Rey Daraguam, e ha Rainha Dona Doce molher delRey D. Sancho de Portugal”. Cf. PINA (1977), p. 85.

¹²²⁶ MICHAEL, ed. (1978).

¹²²⁷ MATTOSO, ed. (1980), p. 136.

¹²²⁸ CINTRA, ed. (2009, III), p. 479.

¹²²⁹ MENÉNDEZ PIDAL, ed. (1951), pp. 14 - 15. MARTIN (1992), p. 148.

¹²³⁰ MARTIN (1992), p. 148.

¹²³¹ MICHAEL, ed. (1978), p. 309; CATALÁN (2000), pp. 486 - 487; MARTIN (1992), p. 148.

¹²³² Veja-se o anexo.

dinasticamente a casa real portuguesa à estirpe do mais famoso dos heróis da Reconquista¹²³³.

No seguimento do matrimónio do rei, e como já disse, passa o Sumário a dar conta dos seus filhos e filhas, legítimos ou não, e alguns de seus feitos, resumindo e antecipando o extensíssimo capítulo que Pina a eles dedicava¹²³⁴. Para além de uma ligeira actualização¹²³⁵, há apenas que notar aqui mais uma precisão geográfica relacionada com instituições monásticas nortenhas. Onde Pina se limitava a dizer que «[Rui Sanches] morreo em huma peleja na Cidade do Porto, que nom devia ser de Mouros, e jáas soterrado no Moesteyro de Grijóo», acrescenta o Sumário:

«dom Ruy Camches que moreo em hũa batalha na cidade do porto e jaz sepultado no mostr.º de grijo *que he de conegos Regramtes de Samto agostinho esta tres leguoas aquem da çidade* [do Porto] [22rB]»

Segue-se, após uma referência às doações deixadas em testamento pelo rei a seus filhos, de que mais adiante o texto dará conta, uma alusão à conquista de Silves com a ajuda de cruzados, que resume muito os capítulos por Pina dedicados a esse feito. Após isso, dá conta o Sumário de algumas das povoações e doações feitas pelo rei (corresponde ao último capítulo da crónica de Pina¹²³⁶), passando depois a contar com alguma demora as calamidades meteorológicas e as fomes ocorridas durante este período, algumas delas relacionadas com a anulação, inicialmente não acatada, do casamento da Infanta Teresa com o rei Afonso IX de Leão¹²³⁷. Seguidamente, e denotando uma ordem cronológica algo caótica, insere o texto breves informações sobre as grandes investidas de «jacob al hocajab miramolim Rei de marocos com os Reis de córdova e de cevilha e jmfinita morama[24vA]», invocando o testemunho de um letrado do Convento de Tomar. A base para isto continua, no entanto, a ser Rui de Pina, que menciona o assunto no capítulo¹²³⁸ anterior ao da descendência legítima e ilegítima do

¹²³³ Acaso tenha contribuído para isto também a renovada voga que, em Romances, *pliegos sueltos* ou na edição da chamada *Crónica particular del Cid* conheceu, por esta altura, a figura de Ruy Diaz. Deve, no entanto, notar-se que a casa real portuguesa tinha, efectivamente, ligações de sangue à linhagem do Cid, mas através da rainha Urraca, mãe de Sancho II e Afonso III e filha de Afonso VIII de Castela, o qual era bisneto, por via materna, de D. Cristina. Há um utilíssimo esquema da linhagem e relações familiares do *Campeador* em MARTÍN (1992), p. 188.

¹²³⁴ Capítulo XV da *Crónica de D. Sancho I*: PINA (1977), p. 49.

¹²³⁵ A propósito das possessões dadas pela Infanta D. Teresa ao Mosteiro de Lorvão: “e lhe dotou os mesmos lugares q ainda aguora tem tirando momtemor [21vA]”.

¹²³⁶ PINA (1977), p. 66.

¹²³⁷ PINA (1977), p. 54 - 57 e 62 - 63.

¹²³⁸ PINA (1977), p. 49.

rei, e também aí se refere ao letreiro de Tomar. O redactor alega, ainda assim, «caroniquas antigas» e fala, inclusivamente, na primeira pessoa:

«fizeram muy grandes males pelo Reino muytos segumdo cõtam as caroniquas antigas se acõteseram nestes tempos q sam muy larguas pera comtar as quais aqui perco largamente porque em outra [23vB] parte mais adiamte escrevo continuamdo pelas eras e annos as cousas q acõteserã em quada hum deles[24rA]»

Promessa que não chega a ser cumprida, já que o texto passa imediatamente a tratar, com bastante detalhe, das doações contidas no testamento do rei¹²³⁹ (e repare-se como este tipo de coisas ocupa, neste Sumário, um espaço igual ou maior do que aquele que é concedido às batalhas), sua morte e enterro em Santa Cruz de Coimbra. Tal como com D. Afonso Henriques sucedia, também aqui a nova sepultura mandada erigir por D. Manuel é convenientemente realçada:

«e agora em hũ Riqua e muy omRada sepultura que el Rey dom m.el lhe mamdou fazer emtramdo polo arquo da capela mor a mão dr.ta [25rB]»

c) D. Afonso II

Praticamente todo este reinado é resumo fiel da *Crónica de D. Afonso II*, de Rui de Pina, havendo, todavia, algumas especificidades a notar. Assim, logo no começo, menciona-se o nascimento, o alçamento e o casamento do rei, sendo-lhes acrescentado um epíteto, que, talvez por ter sido deliberadamente esquecido¹²⁴⁰, não constava da *Crónica de Pina*:

«Hel rey dom aº deste nome o segumdo dos reis de portuguall o ter.cro a que chamaram o gordo [26rA]»

Prossegue o texto resumindo o que Pina dissera¹²⁴¹ acerca do casamento do rei com D. Urraca, filha de Afonso VIII de Castela (aqui, como em Pina, chamado «Afonso IX») e filhos daí resultantes. Ao mencionar D. Sancho e D. Afonso, «que ambos foram Reys de portuguall hus [*sic*] apos outro», fornece, porém, um curioso pormenor acerca da sua própria estrutura interna:

¹²³⁹ Corresponde ao capítulo XVII da *Crónica de D. Sancho I*: PINA (1977), pp. 64 - 65.

¹²⁴⁰ Regista-se já, com efeito, no *Livro de Óbitos de Santa Cruz de Coimbra*, do séc. XIII: BARROCA (2000), p. 1189.

¹²⁴¹ PINA (1977), pp. 83 - 85.

«como em seus titolos se dira [26rB]»

Deve também notar-se que o Sumário se refere, neste contexto, a um suposto bastardo havido por D. Afonso II de uma Moura, do qual teria surgido a família dos Sousa Chichorros:

«e tão bem de hũa molher q foy moura ouue hum fº bastardo a que chamaram martim aº chichorro este teve hum fº sc. V.co miz chichorro de que decendem os chichorros de Sousa [26rB]»

O facto é historicamente falso, pois este Martim Afonso Chichorro foi, na realidade, filho de D. Afonso III e de uma Moura¹²⁴². Mas não foi invenção do nosso redactor, pois Rui de Pina, embora nada diga sobre isto na *Crónica de D. Afonso II*, atribuíra já a este último rei a paternidade de Martim Afonso na *Crónica de D. Sancho I*¹²⁴³, e o mesmo se encontra na chamada *Genealogia do Infante D. Fernando*¹²⁴⁴, obra contemporânea do Sumário de Crónicas do ms. 1198 BPMP.

Prossegue o texto com as guerras entre portugueses e leoneses motivadas pela recusa de Afonso II em reconhecer o património deixado por seu pai a suas irmãs (uma delas antiga esposa de Afonso IX de Leão), em resumo fiel de Pina¹²⁴⁵, passando seguidamente à conquista de Alcácer do Sal. Também nisto o Sumário se limita a resumir Pina, excepção feita de uma ou outra pequena actualização¹²⁴⁶. Os episódios propriamente bélicos são, uma vez mais, passados em claro, e até o milagroso aparecimento nos céus é omitido. Segue-se o episódio dos cinco mártires franciscanos de Marrocos, mas muito resumido e, inclusivamente, com mais espaço concedido à mudança de hábito por parte de Santo António do que aos cinco frades propriamente ditos¹²⁴⁷.

E termina o reinado, como seria de esperar, com a morte e enterramento do rei. Quanto a isto, há, no entanto, duas particularidades deste texto em relação a Pina que

¹²⁴² VENTURA (2006), pp. 211 e 214. O filho deste Chichorro era, no entanto, também chamado Martim Afonso, como o pai, e não Vasco, como, na esteira de Pina (cf. nota seguinte), inculca o Sumário. De acordo com o chamado *Livro de Linhagens do Deão*, Martim Afonso Chichorro II teve um filho de nome Vasco Martins, facto que pode explicar a confusão de Pina. Cf. LIVRO VELHO 1, p. 25.

¹²⁴³ PINA (1977), p. 61.

¹²⁴⁴ ALBUQUERQUE E LIMA (1984).

¹²⁴⁵ O Sumário omite, porém, o nexo de causalidade que Pina *muito oportunamente* estabelecia entre as discórdias do rei com as Infantas e a sua ausência da batalha das Naves de Tolosa: PINA (1977), p. 86.

¹²⁴⁶ «o mestre de cavalaria do templo *que ora chamão de Xpos* e o prioll do espirital de jerusalem *que ora dizẽ do crato*[27rA]».

¹²⁴⁷ Toda esta matéria corresponde aos capítulos IX - XVI da *Crónica de D. Afonso II*, de Pina.

me parecem de salientar. Vêm ambas a propósito dos túmulos de D. Afonso II e sua mulher, D. Urraca. Onde Pina se limitava a dizer:

«jaz [Afonso II] em Alcobaça, com ha Rainha Dona Orraqua sua molher, na Capella grande, que elle em sua vida mandou fazer diante ha porta do Moesteiro¹²⁴⁸»

O Sumário acrescenta:

«foy por seu m.do sepulltado com a R^a sua molher que pm.ro faleceo em hua capela gramde q ele em sua vida mamdou fa[28rA] zer a porta do most.ro dalcobaca em hus moimentos de pedra chammemente feitos e sem nhũa obra E porque despois dom jorge de melo semdo dom abade dallcobaca mamdou desfazer a dita capella os moimentos com os corpos foram mudados pera demtro e ora estão em hua pequena capela q estam [sic] no cruzeyro a mão esquerda da capela mor e jaz ahy cõ eles elRey dom a^o seu seg.do f^o q foi Comde de bolonha dito o bravo[28rB]»

O que suscita duas reflexões. A referência à mudança de localização dos túmulos ordenada por D. Jorge de Melo (abade de Alcobaça entre 1505 – 1519¹²⁴⁹) será apenas mais uma das habituais precisões/ actualizações do texto, e confirma o lapso cronológico que atrás apontei para a sua feitura (reinado de D. João III ou extremo final do de D. Manuel). Mas a indicação explícita de que os túmulos de D. Afonso II e de D. Urraca eram «sem nhũa obra», isto é, sem ornamentação ou escultura alguma, briga com a convicção, contemporaneamente aceita, de que o ricamente esculpido túmulo que ainda hoje se encontra no mosteiro de Alcobaça é, precisamente, o da rainha Urraca. É claro que o redactor do Sumário pode ter-se equivocado, ou alguém o pode ter equivocado a ele. Em todo o caso, parece homem geralmente bem informado de miudezas desta espécie, e escrevia em tempos próximos aos das mudanças ordenadas pelo Abade Melo, pelo que o seu testemunho talvez mereça alguma atenção.

Por outro lado, vemos aqui D. Afonso III ser apelidado «o Bravo». Este epíteto é hoje, e era-o há já muito tempo¹²⁵⁰, associado a D. Afonso IV; mas durante o século XVI andou migrando de rei em rei, e foi também atribuído a D. Afonso Henriques¹²⁵¹, a

¹²⁴⁸ PINA (1977), p. 111.

¹²⁴⁹ BARROCA (2000), p. 1187.

¹²⁵⁰ Por exemplo no *Beve Summario dos Reys de Portugal, desde primeyro Rey Dom Afonso Anrriquez atee el rey Dom Ioam ho terceyro nosso senhor que hora reyna*, editado em 1555: DOYLE, ed. (1981).

¹²⁵¹ Este já no século XV, segundo vimos ao tratar do *Memorial de 1494*.

D. Sancho I¹²⁵² e a D. Afonso III. Justamente a Afonso III o associa Camões, na estrofe 94 do Canto Terceiro d’*Os Lusíadas*:

«Por esta causa, o Reino governou
O Conde Bolonhês, depois alçado
Por Rei, quando da vida se apartou
Seu irmão Sancho, sempre ao ócio dado.
Este, que Afonso o Bravo se chamou,
Depois de ter o reino segurado,
Em dilatá-lo cuida, que em terreno
Não cabe o altivo peito, tão pequeno¹²⁵³»

José Maria Rodrigues, no seu clássico estudo sobre as fontes deste Poema¹²⁵⁴, inculcou a origem dessa atribuição ao próprio Camões. O raciocínio do douto investigador é interessante: começa por informar de que vários editores do épico consideraram o verso deturpado e propuseram hipotéticas correcções (por exemplo «Este, Affonso o terceiro se chamou»); coloca em dúvida, depois, baseado nas Crónicas de Pina, que Afonso IV fosse já apelidado de «o Bravo» à época d’*Os Lusíadas*, e retira daí a conclusão de que «o poeta [podia], sem incorrer em erro histórico, dar a D. Afonso III o sobrenome de *Bravo*, tanto mais que a isso o autorizavam algumas passagens do cronista¹²⁵⁵», interpretação que parece ter sido seguida por camonistas posteriores¹²⁵⁶.

Basta, no entanto, o facto de o Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP, texto seguramente anterior a *Os Lusíadas*, atribuir já a D. Afonso III o sobrenome de *O Bravo*, para que o texto camoniano possa, a este respeito, ser devidamente enquadrado no ambiente cultural, e mais especificamente historiográfico, que o rodeava. Graças a este Sumário podemos, com efeito, garantir (i) que o verso em causa não foi deturpado pelos impressores e (ii) que a atribuição do epíteto *O Bravo* a D. Afonso III se verificava já antes de Camões, não tendo, portanto, sido criação pessoal do nosso maior poeta¹²⁵⁷.

¹²⁵² Na cópia algo modificada da chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional* que se encontra no ms. 80 FA (Fundo Azevedo) da BPMP, fólho 115v.

¹²⁵³ RAMOS, ed. (2000), p. 152.

¹²⁵⁴ RODRIGUES (1980).

¹²⁵⁵ RODRIGUES (1980), pp. 99 - 101. Em nota, acrescenta ainda José Maria Rodrigues que “naturalmente o epíteto foi sugerido a Camões pelo contraste com D. Sancho II, *manso e descuidado*”. Naturalmente.

¹²⁵⁶ RAMOS, ed. (2000), p. 411.

¹²⁵⁷ José Maria Rodrigues chega a aflorar esta hipótese, mas logo a descarta: “É verdade que a maneira como o poeta se exprime dá a entender que o cognome de O Bravo, dado a D. Afonso III, já se achava consagrado; mas a curiosa história dos cognomes dos nossos reis mostra que, em geral, assim procederam os que pela primeira vez os empregaram”, RODRIGUES (1980), p. 100, nota.

Isto prova-se, aliás, ainda de outras maneiras, e lá mais para a frente terei oportunidade de convocar um outro Sumário de Crónicas que também apelida D. Afonso III de *O Bravo* e está explicitamente datado de 1547, ou seja, quase trinta anos antes de Camões publicar o seu texto. Parece-me evidente que entre as suas fontes para a História de Portugal esteve também algum dos muitos Sumários de Crónicas que então proliferavam, e apenas um insuficiente conhecimento da produção historiográfica da época, grande parte dela ainda inédita, nos faz tomar por inovação o que deveras o não seria¹²⁵⁸. O problema deste cognome é disso singelo, mas eloquente, exemplo.

d) D. Sancho II

O reinado de D. Sancho II é, neste Sumário, basicamente um resumo fiel da Crónica de Pina. Apenas no início há uma novidade, e certamente fruto da dedução do redactor: onde Pina se limitava a dizer que, após a morte de seu pai, D. Sancho foi elevado a rei¹²⁵⁹, o Sumário especifica que tal cerimónia se efectou em Coimbra: «foi alavamtado por rei em Cojmbra [29rA]». Tudo o resto é, tão-só, uma abreviação da *Crónica de D. Sancho II*: casamento escandaloso com Mécia Lopes; admoestações do Papa; desgoverno do reino por má conduta dos conselheiros e inacção do monarca; rapto da rainha; decisão dos prelados e nobres portugueses requererem a substituição do rei; concílio em Lyon que decide a deposição e entrega do governo ao Conde de Bolonha; chegada de D. Afonso a Portugal (sem que, todavia, se mencione a resistência dos alcaides); pedido de ajuda de D. Sancho ao rei castelhano; ida de D. Sancho para Castela com brevíssima alusão ao episódio de Trancoso; morte do rei e doação das vilas de Mértola e Aljustrel à Ordem de Santiago.

e) D. Afonso III

Também o reinado de D. Afonso III é basicamente uma Súmula da respectiva Crónica de Pina, mas inclui, em número maior que o reinado antecedente, informações que nela não se acham. Logo no início, apelida D. Afonso de «o bravo», sobrenome que vimos ser-lhe atribuído também no final do reinado de seu pai, e sobre o qual bordei já algumas considerações. Após isso, vai seguindo a Crónica de Pina, dando conta do

¹²⁵⁸ Também a afirmação de José Maria Rodrigues segundo a qual teria sido Duarte Nunes de Leão quem primeiro chamou *o Bravo* a D. Afonso IV deve ser corrigida, conforme se vê pelo Sumário de Crónicas editado em 1555 a que há pouco me referi. Registe-se, em todo o caso, que já no séc. XVII o apelidar-se de *o Bravo* a Afonso III causava estranheza, conforme se vê pelos comentários de Faria e Sousa a *Os Lusíadas*.

¹²⁵⁹ PINA (1977), p. 131.

alçamento do novo rei na cidade de Lisboa e do seu segundo casamento, com D. Beatriz, filha bastarda e muito querida de Afonso X de Castela e Leão. Sobre este monarca são, porém, fornecidas algumas interessantes anotações que não constam da Crónica de Pina:

«dom a° o deçimo de castela q foi emlegido por emperador a que chamaram o das tavoas que he hum livro delas q ele por bom emxerçicio e estudo de suas letras fez com a estorea jeral e as sete partidas[33rB]»

Prossegue o texto com a vinda da Condessa de Bolonha e seu filho a Portugal, o rude tratamento que lhe dispensou o rei, a justificação por ele dada a um seu privado (casou segunda vez com o objectivo de aumentar o reino) e o interdito que, graças à bigamia do monarca, foi instaurado pelo Papa. Aqui, é, no entanto, introduzido um curioso e aparentemente histórico facto a que Pina não aludia:

«e por causa deste amterdito as jemtes e adros da ordem de Sam J° tem muytas sepulturas amtiguas por q entam nam se sepultavam se nam em elas q tinham pera yso espeçial previlegio[33vB]»

Seguem-se as condições com que Afonso X cedeu ao genro a conquista do Algarve; a posterior revogação dessas condições a pedido do Infante Dinis, seu neto; a conquista dos últimos territórios algarvios que permaneciam em mãos muçulmanas (conquista de que, muito embora se mencione o papel de Paio Peres Correia, os maiores louros parecem ir para o próprio Afonso III¹²⁶⁰ – e em que, seguindo a tendência habitual do texto, se passam em claro os pormenores bélicos); o acrescento da bordadura de castelos às armas reais, explicado, como em Pina, pela conquista do Algarve; e as terras que, para além das conquistas algarvias, foram dadas à coroa portuguesa como dote de D. Beatriz. Após isto, introduz o Sumário uma informação colhida presencialmente pelo próprio redactor e ausente, portanto, da Crónica de Pina:

«e loguo no comeso de seu Reynado fes este Rey dom a° a vila e castelo de Portalegre e com a tore da menajem de q esta hum letr° em latim¹²⁶¹ nas costas da dita tore em pedra marmore que eu ly e diz q foy fundada por seu mamdado no ano de mil e dozentos [sic] [34vA]»

¹²⁶⁰ “e conquistamdo elRey dom a° toda a tera do allguarve com a ajuda do grande capitam e muyn esforçado caval.ro dom paio corea purtugues e m.te de Samtiaguo em Castela [...] [34rA]”. Notem-se as passagens aqui destacadas a itálico.

¹²⁶¹ Não pude localizá-lo em BARROCA (2000), e é provável que já nem exista.

Vemos, assim, que o redactor, não se limitando às crónicas e outras fontes ocasionais, até da sua experiência se serve para acrescentar informação ao texto que vai escrevendo¹²⁶².

Feito este acrescento, volta o Sumário a coincidir com Pina, resumindo as boas obras do monarca: edificação ou reparo de Estremoz, Beja e outros lugares; erecção dos mosteiros de São Domingos de Lisboa e Santa Clara de Santarém; socorro prestado ao reino aquando de um grave período de fome; qualidades pessoais. Aqui há, todavia, uma confusão, pois o Sumário atribui a D. Afonso III a perseguição de malfeitores e quadrilhas «q amdavam na sera de memdimya E na mataa[35rA]», facto que Pina, aliás na esteira da C1419, atribuía antes a D. Dinis¹²⁶³.

No seguimento disto, surgem os filhos do monarca, em palavras que seguem de perto a *Crónica de D. Afonso III*. Já aqui se alude, porém, à guerra civil entre dois desses filhos, o futuro rei D. Dinis e seu irmão Afonso, assunto de que Pina apenas trata na Crónica seguinte. O Sumário acrescenta também a exacta localização do túmulo do infante D. Fernando¹²⁶⁴ e a infanta D. Leonor¹²⁶⁵, que Pina esquecera. E termina o reinado com a decisão do rei em dar casa ao infante herdeiro, seguindo-se, naturalmente, a sua morte e local de sepultura.

f) D. Dinis

Também este reinado se alicerça, sem surpresa, na Crónica de Pina. Principia pelo nascimento e alçamento do monarca, prosseguindo com o seu casamento com D. Isabel, de que se mencionam os solenes festejos em Trancoso. Prossegue com as principais virtudes de D. Dinis, de que dá exemplos, e sua descendência legítima e ilegítima. Em tudo isto, só a especificação do local de sepultura da infanta Maria¹²⁶⁶ não se encontra em Pina.

Segue-se a referência ao facto de nunca este rei ter dado tréguas aos mouros, guerreando-os por mar apesar de o território português ter já sido definitivamente

¹²⁶² Pode, por outro lado, considerar-se esta passagem como uma objecção à hipótese por mim avançada acerca da origem nortenha do texto. Não será, ainda assim, suficiente para que localizemos em Portalegre o seu autor.

¹²⁶³ PINA (1977), p. 222.

¹²⁶⁴ “jaz sepulltado em sam bras de llisboa em hum moimento q esta na parede entramdo pola portaa a mão esquerda[35vA]”.

¹²⁶⁵ “e teve tambem hũa fª bastarda que chamaram dona lianor e foi casado [sic] cõ o comde dom gº [35vA]”.

¹²⁶⁶ “e outra dona mª q foi momja no mostr.o dodivelas e jaz sepulltada na crasta a porta que entra pera a igreja [38rB]”.

conquistado. Mais demorado é o relato das guerras com Castela, provocadas pela recusa de Sancho IV e Fernando IV em cumprirem os acordos de paz previamente estabelecidos com D. Dinis. Neste contexto, e dando conta das vitórias alcançadas pelo rei português, introduz o Sumário uma célebre frase proverbial, ausente de Pina, mas já registada por Acenheiro: «*nam sem causa se diz ell Rei dom denis fez quamto quiz*¹²⁶⁷ [39rA]».

Continua o texto com as pazes de Taraçona arbitradas por D. Dinis, também algo demoradamente narradas, e com as grandes dádivas então prodigalizadas pelo monarca português (incluindo a curiosa historieta em que um fidalgo castelhano se queixa de não haver sido contemplado, e o rei, «com a cara Risonha e muy alegre [40rA]», lhe doa a mesa de prata em que estava a comer¹²⁶⁸). Segue-se uma sùmula das principais realizações do reinado, tantas que «sam case impo[40rA]sives pera se comtar¹²⁶⁹ [40rB]». Entre elas, conta-se a fundação ou restauração de várias vilas e castelos, com o Sumário a acrescentar ao texto herdado de Pina mais uma referência ao castelo de Portalegre, repetindo uma correcção que já no reinado anterior deixara: «portalegre *que seu pai primeyro fundou [40vA] mais pequeno como por ele se mostra [40vB]*». Um pouco mais à frente, e ainda na extensa lista de obras do monarca, surge uma outra inovação do Sumário em relação a Pina e referente a Portalegre: «*e acabou o most.ro de Sam fr.co de portalegre [41rB]*». Serão todas estas ocorrências suficientes para pensarmos numa origem portalegrense, ou alentejana, deste texto, em alternativa à origem nortenha que comecei por ponderar? Penso que não, até porque, logo após enumerar toda a série de feitos e realizações do monarca, e no momento de dar conta da sua morte, inclui o Sumário um novo acrescento aparentemente baseado na observação do redactor, e que nada tem a ver com o Alentejo:

«e o most.ro de sam dinis dodivelas da ordem de Santo bernaldo que se acabou em dez annos omde fez sua omRada sepultura o altar deste most.ro he bem pera folguar de ver porque he todo de hũa pedra que tem vimte e tres palmos de comprido e doze de larguo o qual eu medi e esta alavamtado sobre çimquo pilares de pedra e por debaixo he vão[41rB]»

¹²⁶⁷ Cf. ACENHEIRO (1824), p. 97, em contexto todavia diferente. O dito seria mais tarde acolhido também pelos *Diálogos de Vária História*: MARIZ (1598), 88v.

¹²⁶⁸ Historieta que, como todo o restante relato das pazes arbitradas por D. Dinis, vem da Crónica de Pina: PINA (1977), p. 263.

¹²⁶⁹ Ainda assim, são aqui mencionados a fundação da Universidade; a autonomização do ramo português da Ordem de Santiago; a criação da Ordem de Cristo (com evidente lapso em considerar-se que a Ordem do Templo, sua antecessora, fora fundada «avia mil LRjj annos[40vA]»); e, como digo a seguir, a fundação ou restauração de diversas vilas e castelos.

São ainda mencionadas, após isto, as perturbações causadas no reino pela revolta do infante Afonso (futuro rei), bem como o papel de pacificação aí desempenhado pela rainha, e também a sua morte e sepultura em Santa Clara de Coimbra, assunto que Pina, aliás de acordo com a cronologia, desenvolve na *Crónica de D. Afonso IV*¹²⁷⁰. O Sumário remete, porém, para certa «coroniqua», que quase seguramente é a *Vida da Rainha Santa Isabel*:

«e por muy cõtinuadas oraçois que a ds com muytas lágrimas oferecia *como mais larguam.te em sua caroniqua se escreve*[41vB]»

Após o que, e de forma algo descoordenada, se volta a falar na morte e sepultura do rei, dando-se ainda conta de algumas das suas mandas testamentárias, sempre de acordo com Pina. Finalmente, retorna-se à rainha Santa, e, uma vez mais antecipando o que Pina desenvolve na *Crónica de D. Afonso IV*, são narradas algumas das suas obras piedosas. Em tudo isto, a única novidade do Sumário em relação a Pina é uma nova remissão para a «sua [da rainha] caroniqua [42vB]».

g) D. Afonso IV

Também este reinado é, no essencial, resumo da Crónica de Rui de Pina, embora inclua algumas e muito importantes passagens que não constam dessa obra. Começa por dar conta do nascimento do monarca, seguindo de perto o texto de Pina, mas, ao referir-se à situação de D. Afonso entre os filhos de D. Dinis, opta pela versão (aliás historicamente verdadeira) segundo a qual o infante herdeiro não foi o «primogenito porq antes dele naceo a R^a dona costumca sua irmam[44rA]». Pina dizia o mesmo na *Crónica de D. Dinis*¹²⁷¹, embora na de D. Afonso IV afirme o contrário, considerando o infante como sendo o primogénito de entre os filhos legítimos do rei¹²⁷². A fonte do Sumário para esta passagem foi, portanto, aquela crónica e não esta.

Seguidamente, e de acordo com uma tendência mais própria da biografia de um rei do que da história de um reinado, trata brevemente do casamento de D. Afonso com D. Beatriz (filha de Sancho IV de Castela e Leão), celebrado ainda no tempo de D. Dinis e «por palavras de futuro por ela ser aimda muyto moca[44rB]». Pina, pelo contrário, e seguindo a tendência oposta, mencionava o assunto apenas na *Crónica de*

¹²⁷⁰ PINA (1977), pp. 378 - 379.

¹²⁷¹ PINA (1977), p. 234.

¹²⁷² PINA (1977), p. 335.

D. Dinis. A propósito deste casamento, dá o Sumário algumas informações sobre a ascendência régia de D. Beatriz, e passa a enumerar os seis filhos que ela teve do rei português (Afonso, Dinis, João, Maria, Pedro e Leonor) e local de sepultura dos três primeiros, tudo de acordo com a *Crónica de D. Afonso IV* de Pina. Prossegue com o alçamento de D. Afonso ao trono, cerimónia que, ao contrário de Pina (que não menciona nenhuma localidade), o Sumário afirma ter ocorrido em Santarém, certamente por dedução motivada pelo local da morte de D. Dinis. Após isso, dá conta da próspera fortuna que D. Afonso herdou de seu pai, e resume alguns dos seus principais actos governativos, com particular ênfase para os assuntos de justiça. É, no entanto, precisamente um acto de justiça (ou de falta dela) que dá origem a uma censura ao monarca: trata-se da perseguição que D. Afonso IV, logo no início do reinado, moveu a seu irmão bastardo, Afonso Sanches, numa espécie de seqüela das guerras civis do período anterior. Perseguição «muy injusta[...]» e apenas «com algũa color de just^a[45rA]», diz o Sumário na esteira de Pina. Também de acordo com este cronista, prossegue o texto narrando as investidas militares de Afonso Sanches contra Portugal, como vingança à atitude persecutória do irmão.

Seguem-se as guerras com Castela, motivadas, como em Pina, pela atitude de D. Afonso XI, ao impedir a vinda de D. Constança Manuel para casar com o infante D. Pedro de Portugal, atitude contrária ao acordo publicamente acertado entre todas as partes. A estratégia aqui seguida pelo Sumário é muito interessante: introduz o assunto mediante um resumo dos eventos iniciais da discórdia (com o ponto de vista, típico da historiografia portuguesa, segundo o qual todas as culpas recaem no dissimulado e falso monarca castelhano¹²⁷³), e inclui seguidamente, e por extenso (ocupa nada menos que um fólio e meio!), a célebre e muito ofensiva carta escrita em Viseu por D. Afonso IV e destinada ao rei de Castela. Recordemos o que atrás dizia a respeito da importância desta carta no estabelecimento das relações entre cada um dos textos que a inclui: porque Pina omitiu explicitamente a sua parte final, é evidente que qualquer texto que a transcreva na íntegra não teve (ou, pelo menos, não teve *apenas*) como fonte a *Crónica de D. Afonso IV*. É esse, justamente, o caso deste Sumário, que assim denota ter tido acesso a outras fontes para este reinado. Ele próprio, declarando haver ainda outras

¹²⁷³ “despois teve este Rey dom aº muytas quebras e gramdes desavemças cõ el Rey dom aº omze de castela seu gemro q encubertamente queria torvar o casamemto do ifte dom pº seu fº cõ a fº de dom yº m.el de castela de que sempre el Rey de castela foy vemçedor diguo el Rey de Portugal foi vemçedor[45vB]”.

«muytas cousas» nesta carta, remete, aliás, para uma «caroniqua»¹²⁷⁴ que não é, seguramente, a de Pina.

Prossegue o texto com a batalha do Salado, à qual é concedido um grande espaço (mas sobretudo ao enquadramento e significado da batalha, e não tanto a aspectos propriamente bélicos) e cuja fonte é praticamente só, aqui sim, a *Crónica de D. Afonso IV*. Deste relato fazem parte: a entrada do rei de Marrocos e seus aliados na Península Ibérica; a embaixada de D. Maria a Portugal, rogando a participação de seu pai no confronto; o encontro entre Afonso IV e Afonso XI em Sevilha; a batalha propriamente dita, incluindo a intervenção da Vera Cruz do Marmelar manejada por Álvaro Gonçalves Pereira; a divisão dos despojos; a grande mortandade entre os mouros (incluindo o assassinato da rainha Fátima) contrastando com o miraculosamente pequeno número de baixas entre os cristãos; a grande peste provocada pelo elevado número de cadáveres muçulmanos; por último, o regresso triunfante dos reis cristãos e a declaração de que se não acha «em a escretura da ley nova nem velha que tanta jemte morese em batalha jumta[49rAB]». Em tudo isto, apenas a ideia de que a grande peste foi provocada pelos cadáveres dos muçulmanos tombados no Salado¹²⁷⁵ não provém de Pina, e talvez se deva a hiperbolização discursiva do próprio redactor.

Segue-se uma notícia, ausente da *Crónica de Pina* e com características analísticas, segundo a qual «no anno de mil e trezentos e coremta e quatro foi hũa grande tremor de tera em que cairam em llx^a a capela mor da se cõ outros muytos adefiçios e moreo o almirante e muyta jemte[49rB]». Depois, vem o caso de Inês de Castro, sobriamente narrado com base na *Crónica de D. Afonso IV*: descontentamento do rei com o infante D. Pedro, que se recusara a casar depois de enviuar e apesar de ter consigo «dona ines de crasto com q ja tinha f.os e com q se[49rB]cretam.te era casado[49v]»; assassinato da companheira do infante por ordem de D. Afonso IV, nos paços velhos de Santa Clara e às mãos de Álvaro Gonçalves, Pêro Coelho e Diogo Lopes Pacheco; desacatos provocados por D. Pedro e pelos irmãos de Inês, como represálias pela sua morte.

Por último, vem a morte do rei e sua sepultura na Sé de Lisboa, juntamente com a rainha D. Beatriz. Tal como Pina, o Sumário aproveita para mencionar as obras,

¹²⁷⁴ 47vA.

¹²⁷⁵ “e da multidam dos mouros que na batalha foram mortos eram os campos tam cheos que do fodor era [...] o ar e gerou e causou muy gramde e geral peste na espanha que loguo a pouco tempo se segio[48vB]”. Pina mencionava a grande peste no contexto da morte de Afonso XI no cerco de Gibraltar: PINA (1977), pp. 463 - 464.

custeadas por Afonso IV e sua esposa, de engrandecimento da Catedral, bem como a posterior queda de um raio que a danificou em algumas partes, e sua reconstrução em tempos e por mando de D. João I. Refere também, deslocando uma alusão que Pina deixara noutra contexto, que aos pés de Afonso e Beatriz «jaz a Ifanta dona bramqua sua bisneta f^o del Rey dom j^o de boa memorya[50rB]», e com isso se coloca ponto final na sùmula deste reinado¹²⁷⁶.

8.2. O Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP e a C1419

Será que alguma das especificidades deste Sumário em relação às Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão revela o conhecimento, por parte do seu anónimo redactor, da C1419? Julgo que sim.

Logo no início, aquando do governo do Conde D. Henrique, diz-nos o texto que «este Rey dom a^o de castela [i.e. D. Afonso VI] teve cimquo molheres[1rB]». A sua fonte não pode ter sido, aqui, a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, pois esta nunca se refere aos casamentos do monarca, limitando-se a mencionar as suas três filhas (Urraca, Teresa e Elvira), por ele casadas com outros tantos nobres francos, entre eles D. Henrique¹²⁷⁷. O facto é, porém, rigorosamente histórico, e consta de diversas crónicas e outros textos historiográficos. Entre elas, conta-se precisamente a C1419, cujo texto foi, nesta parte, preservado apenas por P:

«E este rei Dom a^o de que falamos foi casado cinco vezes seg.do dizê as historias¹²⁷⁸»

¹²⁷⁶ Refira-se, ainda, que este mesmo Sumário de Crónicas foi copiado e ligeiramente refundido num outro manuscrito da BPMP, o número 760, códice miscelânico de finais do séc. XVI ou princípios do XVII. A relação entre estes textos é clara, embora, e como disse, o texto do ms. 760 tenha algumas especificidades: omite, por exemplo, a carta agressiva de Afonso IV, remetendo para a “sua caroniqua”; considera que Afonso VI casou por seis vezes (não cinco) e particulariza as suas esposas, baseado, certamente, na «Crónica de Hespanha» que pouco depois cita a propósito da origem bizantina do Conde D. Henrique (outra diferença em relação ao seu modelo), a qual crónica deverá já ser o texto editado por Ocampo em 1541, onde vem tanto a naturalidade do Conde como a meia dúzia de casamentos de seu sogro. Também o COD. 248 da BN [parcialmente estudado por BENTLEY (1925) e cuja descrição se pode ver em <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1046.html>, consultado em 21/11/2009] contém uma cópia, resumida, deste Sumário. É muito para notar que, em todos estes manuscritos, o Sumário de Crónicas propriamente dito termina no reinado de D. Afonso V. Parece-me evidente que o autor original do Sumário nunca chegou a redigir o reinado do *Príncipe Perfeito*. Fica a sucinta alusão, devendo todos estes manuscritos ser tidos muito em conta quando alguém se decidir a pôr ordem nos Sumários de Crónicas portuguesas.

¹²⁷⁷ FONSECA, ed. (1995), pp.

¹²⁷⁸ BASTO, ed. (1945), p. 44.

Esta coincidência leva-me a pensar que o redactor do Sumário teve acesso à obra quatrocentista, tendo tirado de lá o número de casamentos de D. Afonso. É verdade que ela é, por si só, insuficiente para o afirmar, pois, como disse, os cinco casamentos do rei constam de diversos outros textos, castelhanos sobretudo¹²⁷⁹, que poderiam ter sido também conhecidos pelo redactor. Mas há pelo menos um outro caso que vem reforçar decisivamente esta hipótese.

Segundo já por mais de uma vez alertei, a circunstância de Rui de Pina ter explicitamente censurado uma parte da violenta carta dirigida por Afonso IV de Portugal a Afonso XI de Castela e Leão constitui um importantíssimo ponto de apoio no que diz respeito ao estabelecimento das relações de dependência entre os diversos manuscritos historiográficos que se ocupam dos acontecimentos dessa época, porque é evidente que qualquer texto que transcreva aquela carta na íntegra não teve (ou, pelo menos, não teve *apenas*) como fonte a Crónica de Pina.

Ora, e como há pouco tive também ocasião de referir, o Sumário do ms. 1198 da BPMP encontra-se precisamente nesse caso. Vejamo-lo com detalhe.

Em relação à parte inicial da carta, o Sumário contém um texto muito próximo do da *Crónica de D. Afonso IV*, de Pina:

PINA	SUMÁRIO BPMP 1198
«Muy Alto, & Poderoso Principe Dom Afonso per graça de Deus Rey de Castella, & de Lião, elRey de Portugal vosso tio, que em todas as couzas vos queria manter leal amizade, dezejandovos honra com larga vida, & espiritual boa andança, vos invio muito saudar, & encomendo em vossa graça. Coando meu filho de todo concertou seu casamento, vos por vossa carta me fizestes saber que disso por muytas rezões vos prazia muyto, dizendo ainda por mais acrecentamentos damor, porque as couzas dos taes casamentos erão custozos (<i>sic</i>) & de grande trabalho, & despeza, que para se fazerem taõ honradamente como mereciaõ me rogaveis que nenhũa cousa do vosso, que pera ellas fosse necessário, naõ quizesse escuzar, nem ainda vossa pessoa se cumprisse; & despois vos escrevi que minha vontade era fazer voda ameu filho em este Mayo pasado,	«muy alto e muyto temido E poderoso sôr por merçe[45vB] de ds Rey de castela e de liam el Rey de portugual voso tio que em todalas cousas vos queria mamter lealdade e amizade dezejamdvos omRa e lomga vida e espiritual e boa amdança vos envioo mto saudar e emcomemdomo em vosa graça quamdo meu fº acertou todo seu casamento vos me fizestes saber por vosa carta que vos prazia muyto delo e porquamto estas cousas eram custozas e isso mesmo de grande trabalho que me Rogaveis que nhua cousa quisese escapar do voso se mester[46rA] fose pera seu casamem.to ser mais omRadam.te feito e despois vos escrevy que minha vomtade era fazer vodas ao dito meu fº este maio pasado e porquamto era nesesairo sua molher vir de la jmdo por ela algûs portuguezes e ser trazida cõ mulltidam de gemte vos pedia lhe mandaçeis dar mamtimentos por seus di.os e

¹²⁷⁹ Deve, todavia, notar-se que a C1344 considera que o rei casou seis vezes, incluindo na conta a Moura Zaida, cujo estatuto de esposa legítima ou concubina de D. Afonso vai variando consoante os textos: ALFONSO - PINTO (1999), pp. 23 - 25.

<p>& vos roquey quizeseis dizer por qual parte, & comarca de vossos Reynos averieis por melhor que a Infanta viesse, & assi para as gentes que com ella aviaõ de vir lhes mandasseis em vossos Reynos dar pouzadas, & mantimentos por seus dinheyros. E entaõ me respondestes taes couzas a que agora sey que vossa vontade era de todo contraria¹²⁸⁰».</p>	<p>pousadas omde chegasem e nam fõsem empachados por nhum voso mamdado e agora eu sey bem çerto que vosa vomtade he cõtra do que por vosa carta me fizestes saber»</p>
--	--

A certa altura, os textos apresentam algumas variantes:

PINA	SUMÁRIO BPMP 1198
<p>«Porque de dous caminhos que avia hũ impedistes com a frontaria dos Mestres de Sanctiago, & Calatrava, & do Conde de Niebla que contra Dom Ioaõ Manuel puzestes, desta companhia era hũ dos mais principais, & o outro com o cerquo de Ioaõ Nunes. E se isto fizestes por desonra, & abatimento de Dom Ioaõ; sabey que disso cabe muyta parte a quẽ volo naõ há de sofrer, mas que o ha também de vingar como Deus vingou a morte de seu filho. E isto vos digo porque vos fale mais claro, & com mais desengano do que sempre fizestes a mim, por tal que já agora cudeis o que vos cumpre, & mo escrevais loguo sem encuberta, porque prazendo a Deus eu espero a ver minha nora em meus Reynos assi bem, & honradamente como ella mereçe, & sera com prazer de quem lhe aprover, & com pezar, & dano, & destruiçam de quem o contrariar¹²⁸¹.»</p>	<p>«eu vos mamdey perguntar por que parte de vosa tera vos prazia q ela[46rB] viesse e vos Respomdemdo diçestes que por omde eu quizesse e ela pudese vir a sua vomtade E vos de todo pomto estrovastes sua vimda e mamdastes empachar com jemtes darmas que he hum dos embarguos q era era perfeito de joam guomez e esto sam Razois coloradas e embarguastes os caminhos com os mestres de santiaguo e dalcantara e com o comde de nebra e com outros fidalgos segumdo vos bem sabeis E eu sey muyto certo E se nam fizestes isto senam por fazer pezar a dm yº m.el sabe[46vA] que de tal escamdolo vem a mim muyta parte e nam volo quero sofrer mas querovolo também vingar como vespasiano vingou A morte do fº de ds isto vos escrevo porq sei e emtemdo omde o corvo tem o biquo e o que emtemderdes escreveymo decraradamente que eu emtemdo de ver minha nora em portugual omRadam.te com prazer de ds e de quem delo aprover e pezar e dano e destruição daqle que mo quizer embargar[46vB]»</p>

E quando Pina, por decoro, omite explicitamente as porções mais chocantes da missiva, o Sumário prossegue inalterável:

PINA	SUMÁRIO BPMP 1198
<p>«E com estas palavras lhe escreveo elRey de Portugal nesta mesma carta outras comparações, & exemplos deshonestos, & baixos que naquelle tempo poderiaõ per vẽtura parecer bem, & passar como graças, mas a honestidade, temperança, & bom ensino</p>	<p>«e se por vemtura alguem esta em paz e busca gera querera pª si[46vB] ho que quer a moscaa quamdo busca o ninho daranha e se me vos ysto emtemdeis de cõtradizer o que vos eu assim diguo e escrevo sabey sem duuida que os portuguezes numqa leixam de</p>

¹²⁸⁰ PINA (1977), pp. 387 - 388.

¹²⁸¹ PINA (1977), p. 388.

<p>dos Reis daguora pareciaraõ mal, & muy feas, & por isso os naõ escrevo ca naõ acrentaõ, nem minguaõ na sustancia desta historia¹²⁸².»</p>	<p>três cousas sc. lutar cõ castelhanos e dedemamdar (<i>sic</i>) de boa vomtade as molheres çertificovos que não ha muyto tempo que mamdey emforçar hum azemel de hum meu caval.ro porque dormia com sua senhora E nam embarguante ysto nam pasaram muytos dias quamdo outro omem de pequen^a [47rA] costa a comesou de demãdar e os gabam as molheres dos castelhanos dizemdo que sam boas dagoiros e palavras coloradas e que folgam bem com sombras frias sabey que vos nam disera estas palavras nem escrevera disto nhũa cousa se eu cuydara que vosas obras eram tais como vosas Razõis mas porque as eu dezejo mudadas de mim vos diguo que vos avizeis que vos faco certo que se minha nora for embarguada por vos de nam pasar a esta tera q eu espero de embargar o caminho da vosa gemte ate o caminho da vida[47rB]»</p>
---	---

O Sumário teve, portanto, acesso a outra fonte. E sucede que, antes de Pina, esta carta já tinha sido transcrita, *na íntegra*, pela C1419:

«[...] E, se por ventura vós esto fizestes por fazerdes deshonna a dom Yohão Manuel, sabê que de tal escandolo vem algũa parte a quem vo.lo não querera sofrer, mas quere.lo.am vingar como Deos vingou a morte de seu Filho. E esto vos esprego por que entendais que sei onde tem o corvo o byquo. Cuidai o que em esto entendês de fazer e esprevê.mo declaradamente, que eu entendo de aver minha nora onradamente em esta terra com paz de quem aprouver e com pesar e dapno e destrycão de qualquer que em elo quiser poer embargo. E por ventura algum que está em paz e busca guera quer pêra sy o que quer a mosqua buscando o lynho d.aranha. E, se me vós bem não entendês, contradizê esto que diguo e mostrar.vos.ei claramente por obra o que per fegura vos esprego, que sabe sem duvida que tres cousas nunca portugueses reçarom, convem a saber, usar de luyta e averem guera com castelhanos e demandar de boa mente molheres. E certefico.vos que não ha muito tempo que mandei enforçar hum azemel de hum meu cavaleyro porque dormira com sua senhora, e não pasarom depois muytos dias quando outro homem de pequena conta a começava de demandar. E portanto os que gaboom os portugueses dizem deles que erom bõos de pee e de mãoo e de piça. E, gabando os castelhanos, dizem que sam bons de palavra e de doayro e que folgom bem sob as sombras fryas. E eu não disera estas palavras nem esprevera desto nêhũa cousa se cuidara que vosas obras erom taes como vosas rezões. Mas, porque as vejo mudadas, de mim vos diguo aguora que vos avizês, que vos faço çerto, se minha nora he embarguada por vós de não pasar a esta terra, que eu entendo embargar a toda vosa gemte o caminho da vida. Esprita em Viseu a sete dias de julho¹²⁸³.»

¹²⁸² PINA (1977), p. 388.

¹²⁸³ CALADO, ed. (1998), pp. 241 - 242. Transcrevo a carta apenas a partir das passagens que coincidem sensivelmente com o momento em que Pina deixa de seguir a C1419. Recorde-se, entretanto, que o ms. C é o único a preservar esta secção do texto.

Sendo, por isso, bastante plausível que tenha sido ela o texto a que, nesta ocasião, recorreu o Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP.

Ainda assim, há outras possibilidades a encarar. Efectivamente, e como se poderá ver pelas transcrições que acima deixei, o texto do Sumário apresenta algumas notáveis variantes em relação ao do único testemunho da C1419 com que contamos nesta secção, particularmente no que concerne a certas frases mais *enérgicas* dirigidas pelo rei português a seu sobrinho. E é de toda a importância fazer notar que, nessas variantes, o Sumário mostra-se genericamente de acordo com o texto de outro historiógrafo que sabemos ter conhecido e aproveitado a C1419, Cristóvão Rodrigues Acenheiro:

C1419	ACENHEIRO	SUMÁRIO
«[...] e a outra semrazão colorada embargastes com ho mestre de <i>Calatrava</i> e de Santiago e com ho conde de <i>Moura</i> e outros fidalgos, segundo vós sabês que eu sey em çerto.»	«[...] E embargastes com o Mestre d'Alcamtara , e com o Mestre de Sam Tiagu, e com o Comde de Nyebra , e outros fidallgos segumdo vós sabes, e eu emtemdo e sei serto [...]	e mandastes empachar com jemtes darmas que he hum dos embarguos q era era perfeito de joam guomez e esto sam Razois coloradas e embarguastes os caminhos com os mestres de samtiagu e dalcamtara e com o comde de nebra e com outros fidalgos segumdo vos bem sabeis E eu sey muyto certo»
E, se por vemtura vós esto fizestes por fazerdes deshonra a dom Yohão Manuel, sabê que de tal escandolo <i>vem algũa parte a quem vo.lo não querera sofrer</i> »	E se polla vemtura vós ysto fizestes por fazer desomrra a Dom João Manoel, sabê que do tal escamdollo a mym vem parte, e nom vollo quero sofrer [...]	E se nam fizestes isto senam por fazer pezar a dm yº m.el sabeí que de tal escamdolo vem a mim muyta parte e nam volo quero sofrer
E por ventura algum que está em paz e busqua guera quer pêra sy o que quer a mosqua buscando o <i>lynho</i> d.aranha	e se por vemtura allgem está em paz e busqua gerra, quererá pera sy o que quer a mosqua quamdo vai buscar o nyngo d'aranha ¹²⁸⁴ . [...]	e se por vemtura alguem esta em paz e busqua gera querera pª si ho que quer a moscaa quamdo busca o ninho daranha»
<i>E portamto os que gaboom os portugueses dizem deles que erom bõos de pee e de mão e de piça. E, gabando os castelhanos, dizem que sam bons de palavra e de doayro e que folgom bem sob as</i>	E que gabom as manhas dos Castellãos dizem que sam bõs d'agoiros , e de pallavras corolladas , e que folgam bem com sombras frias. [...]	e os gabam as molheres dos castelhanos dizemdo que sam boas dagoiros e palavras coloradas e que folgam bem com sombras frias

¹²⁸⁴ ACENHEIRO (1824), p. 101.

<p>sombras fryas.</p> <p>se minha nora he embarguada por vós de não pasar a esta terra, que eu entendo <i>embargar a toda vosa gente o caminho da vida. Esprita em Viseu a sete dias de julho</i></p>	<p>se minha nora he embargada por vós, de nom passar a esta terra, eu emtemdo de embargar o caminho a toda vosa gente, até o caminho da vida¹²⁸⁵.</p>	<p>se minha nora for embarguada por vos de nam pasar a esta tera q eu espero de embargar o caminho da vosa gente ate o caminho da vida</p>
---	---	---

Por outro lado, e sem dúvida como consequência da censura de Pina, que, como não raro acontece com esse tipo de procedimento, teve o efeito de espicaçar curiosidades¹²⁸⁶, esta carta acha-se igualmente copiada no final de alguns manuscritos da *Crónica de D. Afonso IV*¹²⁸⁷, possuindo assim uma específica tradição textual.

A forma de situar o Sumário do ms. 1198 da BPMP nesta problemática é, portanto, mais complexa do que à primeira vista se poderia pensar: terá o seu redactor tido acesso, não a um manuscrito da C1419, mas já à Súmula de Acenheiro? Ou terá a sua fonte sido, antes, uma cópia da carta de D. Afonso IV, isolada e independente de qualquer contexto cronístico?

Algumas importantes variantes textuais vêm, segundo creio, ajudar a dissipar as dúvidas. Há, com efeito, pelo menos quatro passagens em que o Sumário concorda com a C1419 contra Acenheiro:

«voso tyo que em totalas cousas *vos queria mamter* leal amiziade» (C1419) ~
voso tio que em totalas cousas *vos queria mamter* lealdade e amizade (Sumário) ~

¹²⁸⁵ ACENHEIRO (1824), p. 102.

¹²⁸⁶ O próprio Acenheiro, certamente pensando na crónica de Pina, refere que “e porque allgũas Caroniquas lhe mudam pallavras, se poem aqui pera que as proprias velhas pareça a verdade do fallar dos ãtygos” (ACENHEIRO, 1824, p. 100).

¹²⁸⁷ De três, pelo menos, posso dar conta: de um manuscrito outrora pertença da Casa Silva, de Barcelos, referenciado por BRÁSIO (1958); de um segundo, proveniente da Casa Fronteira, o qual foi editado (na parte que aqui nos interessa) por Luciano Ribeiro em 1947, e posteriormente transcrito por BASTO (1960), pp. 327 - 333, edição de que me sirvo; e, finalmente, do COD 8032 da BN, que contém cópias das Crónicas de D. Dinis e D. Afonso IV da autoria de Rui de Pina, a última delas seguida da transcrição da carta em causa. O primeiro destes manuscritos, que não pude consultar, pertence actualmente à Congregação do Espírito Santo, e vem referenciado em MACCHI, ed. (2007a), p. XXIX, e no BITAGAP: <http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/BITAGAP/1210.html>, consultado em 31/10/2009 (devo ao Professor Arthur Lee-Francis Askins o ter-me chamado a atenção para o seu actual paradeiro e para a referência de G. Macchi). Quanto ao segundo, é muito plausível que tenha dado entrada na Torre do Tombo, pois foi esse o destino dos manuscritos da Casa Fronteira: MACCHI, ed. (2007a), p. XI. Para além disso, a carta de Afonso IV aparece ainda nos fólhos 20r - 21r do COD. 248 da BN, que, como atrás indiquei, contém uma cópia abreviada do mesmo Sumário de Crónicas que se encontra transcrito no ms. 1198 da BPMP (devo a informação a respeito da localização da carta de Afonso IV no COD. 248 ao Professor Arthur Lee-Francis Askins).

voso tio, que em todas as cousas *vos queria ter e mamter* lealdade e amizade (Acenheiro)

«*desejando.vos homra* com lomga vida» (C1419) ~ *dezejamdovos omRa* e lomga vida (Sumário) ~ *dezejãdo vosa homrra* com lomga vida (Acenheiro)

«e, porquanto era neçesario de sua molher *de la vir* (C1419) ~ «e porquamto era nesesairo sua molher *vir de la*» (Sumário) ~ e por quãto era neçeçario *de sua mulher vir* (Acenheiro)

«E certefico.vos que não ha muito tempo que mandei enforçar hum azemel *de hum meu cavaleyro*» (C1419) ~ çertificovos que não ha muyto tempo que mamdey enforçar hum azemel *de hum meu caval.ro* (Sumário) ~ certefico.vos que não ha muito tempo que maõdei emforçar hũ azemel (Acenheiro)

Por isso, a hipótese de que o texto do bacharel de Évora tenha sido a fonte do Sumário deve eliminar-se¹²⁸⁸: o redactor deste último teve, sem dúvida, acesso ou a um manuscrito da C1419, ou a uma cópia independente da carta de D. Afonso IV.

Por sua vez, cada um dos restantes textos aqui considerados (o da casa Fronteira e o de Pina, nas partes por ele transcritas), para além de apresentar algumas variantes específicas (o que é perfeitamente normal em qualquer processo de transmissão manuscrita) concorda, em certos momentos, com a C1419. Eis alguns exemplos:

«vos queria manter *lealdade* e amizade» (Casa Fronteira) ~ «vos queria **ter e** manter *lealdade* e amizade» (Acenheiro) ~ vos queria mamter *lealdade* e amizade (Sumário) ~ vos queria manter leal amizade (Pina) ~ vos queria mamter leal amiziade» (C1419)

«e a **pesar e dano e destruição** *daqule que me a ele quer pôr embargo* (Casa Fronteira) ~ e apesar *daquelle que a ello me quizer poer embargo* com destroiçam e dano seu (Acenheiro) ~ e **pezar e dano e destruição** daqle que mo quizer embarguar (Sumário) ~ com **pezar, & dano, & destruiçam** de quem o contrariar (Pina) ~ com **pesar e dapno e destroyção** de *qualquer que em elo quizer poer embargo* (C1419)

Ora, sabemos que Rui de Pina e Cristóvão Rodrigues Acenheiro recorreram, em numerosas partes das suas obras, ao texto da C1419, pelo que uma elementar economia de raciocínio nos obriga a postular ter sido ela (e não uma hipotética cópia autónoma da própria carta de Afonso IV) a fonte de ambos. E se tanto a cópia da Casa Fronteira, como o Sumário de Crónicas da BPMP, concordam por vezes com a obra quatrocentista

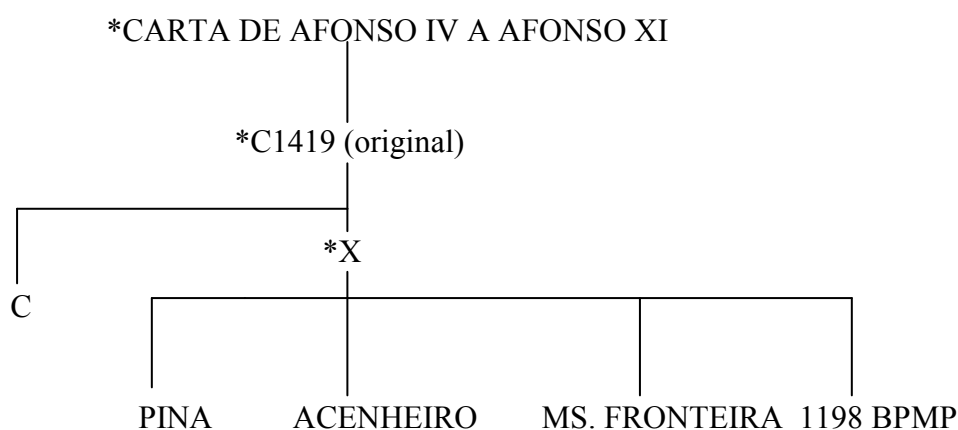
¹²⁸⁸ Por outro lado, sendo o Sumário do ms. 1198 da BPMP, como já indiquei, seguramente um texto anterior a 1543, e podendo por isso considerar-se um rigoroso contemporâneo de Acenheiro (que, segundo ele próprio afirmou, estava a redigir as suas Súmulas em 1535), também a sua datação não favorece a suspeita de que tenha já aproveitado o trabalho do bacharel de Évora.

contra Pina e Acenheiro, parece-me poder concluir desta intrincada questão que na origem de todos estes textos está a C1419, e não, como por momentos se poderia supor, uma cópia da agreste missiva do rei português¹²⁸⁹. No caso concreto do Sumário, tal conclusão tem ainda a apoiá-la: i) a concordância, atrás mencionada, do seu texto com o da C1419 a respeito dos cinco casamentos de Afonso VI, facto de que tanto Acenheiro como Galvão nada dizem e dificilmente se poderá considerar simples coincidência; ii) a referência, no seguimento da transcrição da carta, a uma «caroniqua» de que ela constaria, argumento que me parece especialmente relevante.

Mas, pode perguntar-se: como explicar, então, as notórias divergências entre o texto da C1419, por um lado, e o de Acenheiro, da Casa Fronteira e do Sumário, por outro, a respeito da parte final e particularmente insultuosa da missiva, justamente aquela que Pina omitiu?

Arrisco a seguinte hipótese: as variantes comuns a esses três textos deveriam constar de um códice da C1419 em alguns pontos diferente de C. Pensemos no seguinte: até ao reinado de D. Afonso III, C e P representam, como tenho já várias vezes lembrado, duas ramas distintas da tradição manuscrita da Crónica. E se, a partir de D. Dinis, e desaparecendo o testemunho de P, deixamos de poder confrontar C com qualquer outro manuscrito, a verdade é que nada impede (antes tudo leva a supor) que a existência de pelo menos duas ramas textuais se tenha verificado também nesse reinado e no seguinte. Para além disso, e como já vimos, tanto Acenheiro, como Pina denotam ter tido acesso a um códice da C1419 que estava *justamente mais próximo de P do que de C*. Perfeitamente plausível me parece, portanto, que a existência de variantes na porção final da carta de Afonso IV remonte já à tradição manuscrita da C1419, sendo que apenas um dos ramos dessa tradição terá deixado posteridade. Visualmente, teríamos o seguinte:

¹²⁸⁹ Devendo ainda notar-se que, de todas estas versões, só a C1419 fornece uma data para a missiva, e seria de esperar que cópias autónomas da própria carta também o fizessem.



Sendo ainda possível admitir que, neste caso em concreto, o texto de C esteja mais próximo do original da Crónica do que o arquétipo do outro ramo. No momento de maior divergência entre um e outro texto, C apresenta, com efeito, uma construção singularmente bem travejada, em que a antítese é o elemento básico. Confrontam-se aqui duas entidades (os «portugueses» e os «castelhanos» – certamente apenas no sentido *masculino* do termo), mediante uma acumulação de elementos positivos em relação a uma delas, e de elementos negativos em relação à outra. E isto não de forma descoordenada, mas simétrica, em que a cada qualidade positiva corresponde uma qualidade negativa, daí resultando uma imagem de vitalidade/*virilidade* dos portugueses por oposição à passividade algo efeminada (sexual e militarmente falando) que caracterizaria os castelhanos:

«E portanto os que gaboom os portugueses dizem deles que erom bõos de pee [i] e de mão [ii] e de piça [iii]. E, gabando os castelhanos, dizem que sam bons de palavra [i] e de doayro [ii] e que folgom bem sob as sombras fryas [iii]»

Mas este esquema é completamente desvirtuado pelos restantes textos, que, ao não incluírem a primeira série, transformam o que era uma engenhosa relação entre dois termos numa simples depreciação de um deles. Até semanticamente o resultado é empobrecedor. Tome-se o exemplo daquelas «sombras fryas»: por não contarem com os efeitos provocados pela simetria entre «portugueses» e «castelhanos», os restantes textos transformam em mero sinal de *inacção* o que em C era, também, sinal de *impotência*.

Ora, não é provável que um qualquer copista pudesse ter aperfeiçoado e enriquecido desta maneira o texto: muito mais compreensível é que o tenha deturpado e empobrecido. E compreende-se que o tenha feito, até por razões de decoro, pois a frase omitida é a mais obscena de todas quantas constituem a façanhosa missiva.

Penso, portanto, que C preservou melhor, neste ponto, a lição do original da C1419, e que um antecedente comum aos restantes textos o modificou num sentido que se diria próximo da atitude de Rui de Pina¹²⁹⁰: ambos foram sensíveis à obscenidade da carta, e omitiram por isso alguns detalhes. Simplesmente, Pina omitiu muitos mais.

Conclusões

As conclusões a reter da análise deste Sumário são, resumidamente, as seguintes:

- Durante o reinado de D. João III (ou ainda no extremo final do de D. Manuel I), e possivelmente em ambiente monástico do Norte de Portugal, foi redigido um Sumário de Crónicas abrangendo o lapso temporal que vai do Conde D. Henrique a D. Afonso V;
- No que toca aos sete primeiros reis, a base de trabalho desse Sumário foram as Crónicas de Duarte Galvão e Rui de Pina; o seu redactor socorreu-se, porém, de vários outros informes: consulta de fontes adicionais nem sempre passíveis de identificação, presumíveis tradições orais e, até, investigações pessoais;
- Entre as fontes adicionais por ele manejadas estaria um códice da C1419; o enorme prestígio das Crónicas de Pina e Galvão, juntamente com o facto de os seus textos incorporarem a maior parte das informações contidas na obra quatrocentista, explicará que tenha sido concedida preferência àqueles autores;
- A C1419 só foi, por isso, usada em alguns dos pontos em que existem divergências entre o seu texto e os textos de Pina e Galvão: no número de casamentos de D. Afonso VI e numa carta de D. Afonso IV que fora parcial e explicitamente censurada por Rui de Pina;
- A partir da análise comparada de várias cópias desta carta, é possível adiantar a hipótese de que o códice da C1419 manejado pelo redactor deste Sumário pertencesse ao ramo textual representado pelo ms. P; o ms. C estará, todavia, neste ponto, mais próximo do original.

¹²⁹⁰ E repare-se que, de acordo com esta possibilidade, Pina terá tido acesso a uma versão da carta já mais adoçada do que aquela que se encontra em C e se encontrava, presumivelmente, no original da C1419.

9. A *Crónica de 1419* e uns *Sumários dos reis de Portugal* em língua castelhana

Devemos a A. R. Nykl¹²⁹¹ a primeira e, ao que julgo saber, única chamada de atenção para um interessantíssimo códice actualmente à guarda da Biblioteca Nacional de Espanha com a cota «ms. 2268». Embora Nykl tenha apenas fornecido algumas informações a respeito da tradução, em língua castelhana, da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão que nele se encontra (o que é natural, atendendo aos objectivos do seu trabalho), o interesse do manuscrito vai muito para além dessa secção.

. Características materiais e conteúdo do ms. 2268 BNE

O códice foi descrito pelo *Inventário General de Manuscritos* da BNE da seguinte maneira:

«s. XVI (1547). 311 fols. + 3 hojas de guardas (2 + 1), 310 * 220.
Enc.: Pergamino, con restos de correillas, cortes rojos, s. XVI, 320 * 230. Tejuelo: CORONICA DE PORTUGAL ASTA EL REY DN. JUAN EL III. M.S.»¹²⁹²

E, segundo informa ainda o Inventário, «perteneció a don Alonso Téllez de Meneses y después al Marqués de Montealegre¹²⁹³». A referência ao seu primeiro possuidor (ou a um dos seus primeiros possuidores), bem como à data da sua confecção, advêm do manuscrito, que fornece muito precisas informações sobre ele próprio. Assim, no último dos seus fólios lê-se:

«Acabose [...] en San Pedro de Rioseco en la comarca de Ribadecoa en el reyno de Portugal año de mill y quinientos y quarenta y VII años por el mes de abril. Es de alonso tellez de meneses» [fólio 311]

¹²⁹¹ NYKL, ed. (1942), pp. xxxi - xxxii. Nykl menciona ainda “a fragment of another Castillian translation of our chronicle [*Crónica de D. Afonso Henriques*]” também à guarda da BNE, que todavia não consegui identificar.

¹²⁹² INVENTÁRIO, p. 180. Leio uma reprodução fotográfica do códice.

¹²⁹³ INVENTÁRIO, p. 180. Este Alonso Téllez de Meneses é possivelmente o mesmo indivíduo natural de Toledo que, em tempos de Filipe II (Filipe I de Portugal), compôs um Nobiliário e um Tratado da Nobreza de que existem cópias em várias Bibliotecas, entre elas a do Palácio da Ajuda, em Lisboa, por aí se confirmando o seu interesse em assuntos historiográficos e afins.

Ao passo que no anterrosto uma mão que parece posterior à do resto do manuscrito (que é todo da mesma mão) deixou o seguinte resumo baseado, como veremos, em dizeres do próprio texto:

«Summa de la coronica de los Reyes de Portugal traducida en castellano. Sacada de la historia de Duarte Galban y de Ruy de Pina secretario y coronista del Rey don Juan el 2. y de otras coronicas que se pudieron haber de la Recamara del Rey don Juan el 3º que Reinaba *quando* se escribio y tradujo este libro. Acabose de escribir esta historia y una Relación de la Provincia entre Duero y Miño en el mes de Abril de 1547 años y fue este libro de Alonso tellez de Meneses lo qual esta al fin de su letra y firma»

Quanto ao conteúdo, inclui uns extensos «Sumários dos Reis de Portugal» desde D. Afonso Henriques¹²⁹⁴ até D. João III (fólios 1r-305r) e uma «Relacion de la comarca que se dize en Portugal Entre Duero y Miño fecha por el excelente maestro Antonio de Guimaraes» (fólios 305v-311r), obra de cuja versão original (em língua portuguesa) subsistem alguns manuscritos, havendo ainda notícia de ter sido editada em 1608¹²⁹⁵.

. O «Sumário de Crónicas» do ms. 2268 BNE

Interpretando à letra os dizeres acima transcritos, seríamos levados a pensar que este extenso Sumário de Crónicas fosse, na realidade, a tradução castelhana de uma obra inicialmente escrita em Português¹²⁹⁶, tal como sucede com a descrição de Mestre António que o acompanha. Basta, no entanto, lermos o primeiro dos seus cinco textos introdutórios (explicitamente chamado «prohemio del tradutor») para nos apercebermos de que não foi isso que se passou. Após elogiar os feitos, conquistas e vitórias dos «serenisimos Reyes y Reynos de Portugal», diz-nos ele:

«puesto *que* la antiguedad de los tiempos y la falta de escritores las [às crónicas] tengã calladas y escritas de mano y tã boRadas *que* dificilmête se pueden leer, por

¹²⁹⁴ O reinado de D. Afonso Henriques é praticamente uma tradução integral da Crónica de Galvão, o que explica as afirmações, atrás mencionadas, de Nykl.

¹²⁹⁵ Sobre esta obra de mestre António, ver as considerações de Alexandre Herculano transcritas em PINA (1901), e também PINA (1933). É interessante notar que a edição de 1608 (de que não se conhecem presentemente quaisquer exemplares) atribui, erroneamente, a autoria do texto a Rui de Pina, segundo Herculano em virtude de ele ter corrido manuscrito juntamente com as Crónicas desse autor. Ora, o manuscrito 2268 da BNE é, de certa forma, mais um exemplo da antiga associação desses textos.

¹²⁹⁶ Ideia que poderia sair ainda reforçada da leitura do *incipit* do texto, o qual foi, de resto, certamente a base (ou uma das bases) para as afirmações que acima transcrevi: “Suma dela coronica de los Reyes serenisimos de portogal trasladada y fielmente sacada de lenguaje portogues en Romance castellano” [fólio 1r].

lo qual movido cõ este zelo las he querido sacar en limpio y en lengua castellana con tanta verdad y limpieza que antes careçerã de aquella elegãcia y alto estilo *que* a tã alta coronica pertenezca *que* de solo un punto de la verdad. y va esta coronica a cabos muy sumaria por quanto es sacada de muchos pedaços el primer libro de verbo ad verbũ es de duarte galban hidalgo principal hermano de don juan galvã arçobispo de braga el qual lo escribio por mandado del serenissimo Rey don ma [2r] nuel el qual lo traslado de las muy antiguas coronicas *que* estan en el monasterio de santa cruz de coynbra las quales yo jütamente las vi *que* deste libro y de los demas no discrepã cosa alguna otrosi va sacada esta coronica allende de las sobredichas de las *que* escribió Ruy de pina secretario y coronista del serenissimo Rey don juan segũdo deste nombre e de otras coronicas *que* se pudieron aver dela Recamara del serenissimo Rey don juan tercero *que* oy Reyna y de otras coronicas *que* tienẽ diversos hidalgos destes Reynos de portogal todas las quales son escritas de mano porque ninguna ay ynpresa hasta oy y todas son tan concordantes y parejas *que* no difierẽ un pũto *que* otramente no me atreviera a tomar cosa de tanto peso[2v]»

Isso significa que o texto foi escrito, desde o início, em castelhano, e que as indicações respeitantes a um processo de tradução devem ser entendidas em relação às obras portuguesas que estiveram na base dele e são, de facto, por vezes literalmente transcritas e traduzidas. Se conjugarmos estes dados com a referência, constante do *explicit*, à data de Abril de 1547, e com a afirmação do «prohemio del tradutor» segundo a qual esta obra se escreveu durante o reinado de D. João III (1521 – 1557), poderemos concluir sem margens para grandes dúvidas que aquela foi, efectivamente, a data da sua conclusão. Por outro lado, é possível que o Alonso Tellez de Meneses que assina no final e que é tido por um dos antigos possuidores do códice tenha sido o próprio autor do texto. Se assim foi, encontrar-se-ia ele, por essa época, na Comarca de São Pedro de Rio Seco (província da Beira¹²⁹⁷) do reino de Portugal, e possuiria uma assinalável capacidade de acesso às bibliotecas régias e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bem como a códices nas mãos de particulares, para além de se revelar especialmente bem informado das coisas portuguesas e muito interessado nelas.

. Estrutura do Sumário. O Sumário e as Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal

O processo de elaboração deste extenso Sumário foi detalhadamente explicitado, como em parte já vimos, pelo seu autor. Muniu-se ele das Crónicas de Duarte Galvão, Rui de Pina e algumas outras que encontrou na câmara régia, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e nas mãos de particulares, comparou-as entre si e foi redigindo o seu próprio texto com base no resumo, transcrição e tradução de todas essas obras. Para

¹²⁹⁷ Deve tratar-se da localidade de São Pedro de Rio Seco, no actual distrito da Guarda.

além delas, recorreu ainda a crónicas castelhanas que teve à mão e que por vezes forneciam versões diversas ou mais completas de determinados acontecimentos:

«allen desto vã algunas adiciones de la coronica de españa en lugares convinientes *que* yo entendi aver diferençia destas coronicas a las de España *que* son asaz generales y copiosas. y esto hize porque se sepa lo *que* unas y otras dizẽ»

Entre as quais são particularizadas duas «Corónicas generales de España» atribuídas aos reis Afonso X e Afonso XI¹²⁹⁸, bem como os inevitáveis Rodrigo de Toledo e Lucas de Tuy:

«las dos [coronicas] generales de los dos serenissimos Reyes alfonso[s] [...] la del arçobispo don Rodrigo de Toledo [...] la de dõ lucas obispo de tuy» [19v]

Vejamos, agora, qual o resultado global deste seu trabalho de compilação, resumo e confronto de fontes.

- a) A estrutura do Sumário de Crónicas do ms. 2268. Acrescentos às Crónicas de Pina e Galvão.

Boa parte das informações acima transcritas consta de um «prohemio del tradutor» que ocupa os primeiros fólhos (1r-2v) e destina-se a dar conta tanto dos objectivos gerais da obra, como dos materiais nela utilizados; após isso, e de forma aparentemente arbitrária, surge a tradução do prólogo de Duarte Galvão à *Crónica de D. Afonso Henriques* (fólhos 3r-4v); seguem-se novos paratextos da responsabilidade do redactor castelhano: um «preambulo primero dela descripçõ y asiento de los Reynos de portogal y porque se dixo portogal», que se estende pelos fólhos 4v a 7r, um «preambulo segundo de la guerra y cõquista que los Reyes de castilla y leõ hizierõ ã Portugal y lo *que* ganarõ de moros» (fólhos 7r – 9r), um «preambulo terçero de la guerra del Rey almãçor y como el Rey don fernando el magno gano toda la tera de portogal», o qual ocupa os fólhos 9r – 11r, e, último desta série, um «preambulo quarto y final de lo *que* mas sucedio al rrey don fernando el magno y despues al Rey don alõso su hijo el de la mano horadada ã la conquista de portogal», fólhos 11r a 13r. Tudo isto se destina a fornecer antecedentes históricos ao reino de Portugal, descrevendo o seu território, mostrando quem o foi

¹²⁹⁸ A Crónica atribuída a Afonso X é certamente alguma das muito variadas retomas e reescritas de que a *Estoria de España* foi sendo alvo ao longo dos tempos, e não é impossível tratar-se já do texto editado por Ocampo em 1541. A de Afonso XI não sei o que seja.

sucessivamente senhoreando e apontando quais os monarcas leoneses e castelhanos que, após a invasão sarracena, o foram recuperando para a cristandade. É, basicamente, uma forma de inserir a visão nacionalizante das crónicas portuguesas do século XVI numa perspectiva hispanizante que, todavia, não deixa de reconhecer a independência das duas coroas. Todas estas informações parecem provir, além disso, das Crónicas Gerais espanholas há pouco mencionadas, embora em pelo menos uma ocasião a fonte seja outra:

« a este noble rey¹²⁹⁹ llamarõ el de la mano horadada [...] hasta oy en los cantares se dize [...] [12r]¹³⁰⁰»

A partir do reinado de D. Afonso Henriques (que começa previsivelmente com notícias acerca de seu pai e ocupa todo o Livro I¹³⁰¹), começa o Sumário a basear-se nas Crónicas de Duarte Galvão e Rui de Pina dedicadas aos sete primeiros reis de Portugal, cotejando-as, segundo indicação prévia, com outras. Praticamente todos os episódios e notícias dessas Crónicas (excepto as que diziam respeito a acontecimentos estrangeiros) foram aqui registados. Vou, por isso, limitar-me a indicar em cada reinado o que tem origem diversa, deixando de parte simples comentários ou actualizações do compilador. Posteriormente, veremos até que ponto alguns destes acrescentos podem relacionar-se com a C1419.

D. Afonso Henriques (fólios 13r – 60v): Logo no início, o Sumário fornece uma série de informações acerca de D. Afonso VI baseadas em textos espanhóis (é mencionada «la gran coronica de espanña» [13v]) e ausentes ou apenas aludidas por Galvão, como os seis casamentos do rei (contando-se entre eles o matrimónio com «la Reyna doña Maria

¹²⁹⁹ Trata-se de D. Afonso VI de Leão e Castela.

¹³⁰⁰ Segue-se a conhecida explicação, que teremos de atribuir a tais cantares, acerca do cognome do rei: segundo ela, num momento em que Afonso, aquando do seu exílio toledano, estava ouvindo a conversa dos sábios mouros acerca da única maneira de tomar essa cidade, os sábios, certificando-se de que ele estaria dormindo, ter-lhe-ão aproximado da mão chumbo derretido que o deixou marcado. Tenciono ocupar-me com mais detalhe deste excerto noutra ocasião. Refira-se, entretanto, que considero mais provável que os referidos cantares fossem Romances, e não propriamente algum velho Cantar de Gesta.

¹³⁰¹ O Sumário divide-se em Livros e capítulos. A numeração dos capítulos é feita de acordo com os Livros, e não de acordo com os reinados; assim, o reinado de D. Afonso Henriques ocupa todo o Livro I e os seus capítulos vão numerados de I a XLII; os de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III constituem o Livro II, e os capítulos são numerados de I a XXVIII; os de D. Dinis e D. Afonso IV (que são os últimos de que farei menção) fazem parte do Livro III e os seus capítulos vão numerados de I a XXXV. Como se poderá observar, o Sumário dedica a cada Rei um espaço que corresponde à extensão das respectivas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão.

*que se llamava la zayda hija del rrey de sevilla [13v]») e sua mancebia com Dona Ximena, mãe de D. Teresa, que aqui se considera mais amada pelo rei do que qualquer uma das suas irmãs. Ao mencionar a restauração de diversas Sés por ordem de D. Henrique (as quais existiriam já no «tiempo de los godos [14v]») dá algumas indicações adicionais a respeito do bispo de Braga, «sant giraldo *que* otros llamã grimaldo [14v]». Um pouco depois, aquando da ida de D. Henrique à Terra Santa, especifica o itinerário que o Conde teria seguido: «las çibdades de tripol acre y antiochia [15r]». Ainda no contexto desta viagem, e no seguimento da boa acolhida que o Imperador de Constantinopla teria dispensado a D. Henrique, afirma o Sumário que*

«por esto muchos afirmã y quierẽ dezir ser este noble caballero muy cõjunto en debdo cõ el emperador¹³⁰² cosa *que* bien ser podría mas enpero el era hijo segũdo del Rey de ungria y sobrino del conde de tolosa [15v]»

Ao falar de Egas Moniz, diz que D. Henrique lhe deu muitas terras, «asi en la Rifana de Sosa como en pombeiro cerca de Guimaraes [16r]», e, após o aparecimento da Virgem Maria garantindo-lhe a cura do pequeno Afonso Henriques, menciona a erecção da Igreja de Cárquere e especifica que esta localidade se localiza «entre la barca de mejõ frio y las caldas cerca de Lamego [17r]». É uma precisão geográfica que consta também, segundo vimos no capítulo anterior, do Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP, texto que, como outras coincidências o comprovarão, foi certamente manejado pelo autor do Sumário castelhano. O capítulo IIIIº é quase todo alheio à Crónica de Galvão, ocupando-se da sucessão de D. Afonso VI, do turbulento reinado de D. Urraca I e dos primórdios do reinado de D. Afonso VII «segũ nuestras coronicas cuentã [17v]». Após se referir à morte de D. Henrique e sua sepultura em Braga, o Sumário dá conta da restauração do seu túmulo por ordem de D. Diogo de Sousa, de forma uma vez mais análoga à do ms. 1198 da BPMP. Depois disso, e da tomada de terras pelos leoneses em consequência de Afonso Henriques ter desrespeitado parte das últimas ordens de seu pai, insere o compilador a primeira de várias adições tiradas «de la coronica de españa [19v]», onde manifesta a sua dúvida acerca das revoltas de D. Henrique contra os leoneses. É interessante transcrever as suas palavras:

¹³⁰² Note-se que várias crónicas castelhanas (e entre elas o texto editado por Ocampo em 1541) sustentam, devido a possível má leitura do texto do Arcebispo de Toledo, que D. Henrique era de Constantinopla [i.e. Bizâncio - Ximénez de Rada di-lo natural de Bisontinis].

«Esta guerra *que* el cõde hubo cõ los de astorga y leõ en ninguna coronica de las de España hasta oy la he visto ni en las dos generales de los dos serenísimos Reyes alfonso¹³⁰³ ni en la del arçobispo don Rodrigo ni en la de dõ lucas obispo de tuya y cosa es *que* pudo biẽ ser segũ el rrey don alõso¹³⁰⁴ siendo nuevo Rey no ternia aun muy sosegados sus reynos [...] pero enesto desta guerra ninguna habla salvo estas coronicas de portogal *que* todas a una boz asi lo dizẽ [19v]»

Aquando da batalha de Valdevez, o Sumário nota divergências entre as suas fontes: «y fue esta batalla año de jesu *christo* MCXVII puesto *que* otras coronicas la ponen año de MCXVIII [22r]». Segue-se mais uma «addiçõ de la coronica de España», em que novamente se põe em causa o relato das crónicas portuguesas, ao mesmo tempo que, com base em crónicas castelhanas, se constrói um autêntico panegírico do Imperador de Castela e Leão:

«bien es berdad *que* todas las coronicas de portogal asi la de duarte galbã como las *que* son en santa cruz de coynbra y tambiẽ la de Ruy de pina y otras de la Recamara del serenísimo Rey don *juan que* oy Reyna y otras muchas cuentã esta batalla y la cabsa della segũ y como aquí va contada. pero como ninguna coronica de quantas aya en España grande ni pequeña ni de las mas generales tal batalla no [“se” riscado] cuente siendo tã autenticas y enteras y fidedignas no se *que* credito demos a estas coronicas escritas de mano y medio borradas sino *que* o se erraron o se adelantarõ pues [22r] hablando sin adulaciõ ninguna otras muchas batallas *que* perdierõ los destos Reynos¹³⁰⁵ queriendolo asi dios porque no se ensoberbeciesen con las supremas vitorias *que* les da continamẽte [...] y asi es de creer *que* si esta batalla perdiera¹³⁰⁶ la escrivierã como escrivierõ otras *que* algunos Reyes perdierõ pero no se halla jamas por vécido si aquella vez no¹³⁰⁷ *que* no era Rey sino un pobre y desheredado ynfante pero despues *que* por Rey fue alçado nũca jamas ni de *christianos* ni de moros fue vençido mas siempre fue vençedor y fue uno de los mas valerosos y fuertes *que* ha abido en España¹³⁰⁸ [22v]»

A batalha de Valdevez é, por outro lado, localizada «entre mõcayo¹³⁰⁹ y puente de lima [22r]», mais um dos dados que provieram de um texto semelhante ao do Sumário de Crónicas do ms. 1198 BPMP, fonte que está também na base da notícia de alguns mosteiros edificadas por ordem da esposa de Egas Moniz (26r). A jornada de Ourique está, como o resto, essencialmente baseada na Crónica de Duarte Galvão, mas, ao contrário desta, o Sumário menciona em diversas ocasiões as terras «de lusitania»

¹³⁰³ Esta afirmação invalida uma suspeita que poderia formar-se, segundo a qual a Crónica Geral atribuída à iniciativa de D. Afonso XI seria a de 1344, pois desta obra constam os pormenores das revoltas de D. Henrique contra os leoneses.

¹³⁰⁴ Note-se que, em consonância com a cronologia, a lógica narrativa e os episódios que depois contará, o Sumário identifica o adversário de D. Henrique como sendo D. Afonso VII, de forma idêntica ao que sucede na *Crónica de D. Afonso Henriques*.

¹³⁰⁵ Castela e Leão.

¹³⁰⁶ Afonso VII.

¹³⁰⁷ É uma alusão às turbulências que marcaram o princípio do governo de Afonso VII.

¹³⁰⁸ Segue-se um resumo dos seus feitos, de acordo com «las coronicas de españa».

¹³⁰⁹ *Sic*, por «Monção».

(por exemplo, no fólho 26v); e, ao tratar da ordenação das armas reais portuguesas, introduz um elemento que, embora conste já de alguns textos muito anteriores¹³¹⁰, não foi mencionado por Galvão: «y por los cinco Reyes **que** vençio y **por los cinco escudos que quebro** partio la cruz en cinco escudos pequeños¹³¹¹ [31r]».

No episódio das desavenças entre Afonso Henriques e o clero, o Sumário acrescenta um curioso dado acerca da carta que o Cardeal de Roma teria enviado ao rei português: «y la carta del papa mando **que** fuese guardada y trasladada en el libro de sus coronicas y se **dize ser esta mesma carta enel monesterio de santa cruz de coynbra**¹³¹² [35r]». Finalizados esses confrontos, o Sumário, continuado a traduzir a *Crónica de D. Afonso Henriques*, menciona a investida muçulmana comandada pelo Rei Ismar e pelo Alcaide de Santarém, mas refere mais uma divergência entre as suas várias fontes: «el alcaide de aquella villa llamado Azerey o segũ otra coronica Avziri¹³¹³ [35v]». Entretanto, e no momento julgado cronologicamente pertinente (antes do capítulo sobre os casamentos das filhas do rei português), o Sumário insere mais um trecho de história espanhola, referindo a morte de Afonso VII e consequente divisão dos reinos de Castela e Leão; a morte prematura de Sancho III de Castela, «el deseado»; e as turbulências que marcaram o início do reinado de Afonso VIII, incluindo as tentativas de Fernando II de Leão, seu tio, para conseguir a tutela do sobrinho (45r – 45v). No desastre de Badajoz, o Sumário, ao afirmar que D. Afonso Henriques, para não ter de cumprir a promessa que fizera a Fernando II, deixara de cavalgar, junta alguns elementos ausentes de Galvão: «andava a pe y otras vezes en andas y en cuellos de hõbres y ã caRos tambiẽ como los antiguos Reyes soliã andar¹³¹⁴ [48v]»; e introduz em seguida mais uma «adiçõ muy verdadera de la coronica de españa [49r]», em que narra o episódio de Badajoz de acordo com a versão que do Arcebispo de Toledo passou a grande parte da historiografia castelhana posterior. Mais à frente, no capítulo dedicado

¹³¹⁰ É o que sucede, para dar um exemplo, no *Livro dos Arautos*, redigido em 1416 (NASCIMENTO, ed., 1977). Reconheça-se, além disso, a perspicácia da análise feita por ROSA (1996) ao motivo dos escudos quebrados.

¹³¹¹ Vai a negrito o que não está em Galvão.

¹³¹² Compare-se com Galvão: “E a carta que lhe emuiou o seu escudeyro, mamdou ao seu escprium que a assemtasse e escpreuisse no liuro das estorias” [FONSECA, ed., 1995, p. 92; no manuscrito pergamináceo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra editado por Tomás da Fonseca, esta frase está à margem, mas ela consta, sem dúvida, da Vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques*, e como tal aparece em numerosos outros códices, por exemplo no manuscrito pergamináceo da Torre do Tombo: BRAGANÇA, ed. (s/d), p. 117].

¹³¹³ Galvão: “Avzeri, que era alcaide da villa” [FONSECA, ed., 1995, p. 93; veja-se também BRAGANÇA, ed., s/d, p. 119 e respectiva nota].

¹³¹⁴ Galvão: “sempre depois amdou em carro, como soham amdar os Reis antijguamente» [FONSECA, ed., 1995, pp. 153 - 154].

ao início da expedição a Sevilha capitaneada pelo Infante D. Sancho (capítulo XXXVI, corresponde ao capítulo XLIX da Crónica de Galvão), o Sumário refere-se uma vez mais à «lusitania» (53v). O último capítulo deste reinado (XLII), essencialmente dedicado à morte e balanço da vida do rei, inclui algumas notícias sobre edificações religiosas devidas à iniciativa da rainha D. Mafalda que não se encontram em Galvão e decorrem, uma vez mais, de um texto próximo ao do Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP.

D. Sancho I (fólios 61v – 69r): Ao mencionar a ascendência da rainha D. Dulce, o Sumário afirma-a

«hija del **Rey don Sancho el primero de aragõ** *que otros nombrã* don Remõ *que* fue tambiẽ conde de barçelona y fue otrosi hija de la Reyna su muger llamada doña huRaca **hija de la Reyna doña Sol de navarra** *que fue hija del muy nõbrado y ynbẽcible cavallero el çid* *que gano a valencia*¹³¹⁵ [62r]»

Sendo a relação familiar com o Cid certamente mais uma notícia derivada da consulta de um texto análogo ao do Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP. A esta mesma fonte ficou o texto castelhano devendo, possivelmente, também certa precisão geográfica a respeito do local de sepultura de Rui Sanches, um dos filhos bastardos do Rei: «jaze en el monasterio de Grijó **de canonigos Reglares tres leguas del porto**¹³¹⁶ [62v]». Após a anulação do casamento da Rainha D. Teresa com o rei Afonso IX de Leão, insere o Sumário alguns episódios relacionados com os restantes reinos ibéricos, especialmente a aliança estabelecida entre Afonso VIII de Castela e Pedro II de Aragão contra Afonso IX de Leão e o Rei de Navarra (fólio 67v). É nítido o partidarismo pró-castelhano com que se narra tudo isto, o que poderá estar relacionado com a naturalidade do autor.

D. Afonso II (fólios 69r – 73r): Logo no primeiro capítulo dedicado a este reinado (capítulo VIII do Livro II), surge uma apreciação global que não consta da *Crónica de D. Afonso II* de Rui de Pina: «fue este Rey en principio *que* comẽço a Reynar muy buẽ *christiano* y muy catolico príncipe y despues muy hecho a su voluntad [69r]». Na narração da conquista de Alcácer de Sal, o Sumário, ao contrário de Pina (a cuja versão parece no entanto aludir), refere a presença de D. Afonso II entre as tropas cristãs, considerando-o uma personagem especialmente activa:

¹³¹⁵ Os negritos assinalam as informações que não constam da *Crónica de D. Sancho I* de Rui de Pina.

¹³¹⁶ Os negritos sinalizam o que não está em Pina.

«junto el Rey muy grã exercito para yr en persona sobre alcazer de sal puesto *que* otra coronica diga *que* no fue en persona sino los grandes del Reyno [70r]»; «movio el Rey por tierra y la flota por mar [70r]»; «despues vino el Rey por tierra cõ toda su hueste y fue la cibdad cercada por mar y por tierra [70v]»

Outra importante diferença entre o Sumário e a Crónica de Pina ocorre no momento em que Deus envia um sinal aos cruzados que combatiam Álcacer: segundo Pina, esse sinal foi um homem resplandecente; segundo o Sumário (fólio 71r), foi o próprio Cristo. Após noticiar a morte do Rei, o Sumário acrescenta algumas informações sobre a sua sepultura (e a da Rainha) nitidamente derivadas de um texto semelhante ao Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP: «en *nuestros* dias siendo abad de Alcobaça don Jorge de melo los traslado dentro del cuerpo de la yglesia en dos muy Ricos monumētos y deshizo la capilla [73r]».

D. Sancho II: No capítulo inicial deste reinado surge uma informação que não consta de Pina (nem de nenhuma crónica portuguesa antiga), mas tinha já sido registada pelo Arcebispo de Toledo no século XIII e tornar-se-ia, a partir daí, lugar comum da historiografia castelhana, de onde certamente a tirou o redactor deste Sumário: «y por hazer servicio a dios hizo guerra a los moros y asi en su tiēpo se gano a los moros serpa juromena y elvas *que* los moros de *christianos* tornado aviã¹³¹⁷ [73r]». Quando menciona a carta que Honório III enviou ao Rei exortando-o a mudar de rumo, o Sumário, ao contrário de Pina, transcreve alguns trechos dela [fólio 73v]; deve, porém, tratar-se de uma amplificação do próprio redactor, pois surgem no seu texto algumas expressões de ressonância bíblica que não têm paralelo em nenhuma crónica conhecida, mas voltarão a ocorrer noutros capítulos deste reinado em que se referem as nefastas consequências da má governação de D. Sancho:

«por*que* otramēte [o Rei] seria como el mal pastor *que* le ãcomiendã el ganado y se echa a dormir y vienē los lobos y se lo estragã y matã y *que* asi como el mal pastor es obligado al daño y perdida *que* por su descuydo y negligēcia cayo en el ganado ni mas ni menos el Rey [73v]» ~ «y asi estaba el Reyno como ganado sin pastor do los lobos erã la justicia»; «y los pobres huerfanos y lazeradas bibdas no aviã amparo alguno sino de sus lagrimas»; «las yglesias erã asi publicamēte Robadas *que* no se osava sacar un caliz ni una cruz de plata por *que* los lobos Rapaços no lo consumiesen» [74v]

¹³¹⁷ Compare-se com o texto do Toledano: “Huius temporibus Heluis, Iurmenia, Serpia et multa alia castra Maurorum Christianorum uictoriis accesserunt” [VALVERDE, ed., 1987, p. 228]. A *inconveniência* deste dado para a imagem que as crónicas portuguesas da Idade Média fornecem do reinado de D. Sancho II foi explorada por mim em MOREIRA (2008), p. 61, e MOREIRA (2006).

Antes de aludir ao concílio de Lyon de que resultaria a deposição de D. Sancho, diz o Sumário [fólio 75r] que, entretanto, tinha morrido o rei Fernando III «*que ganó de moros el anadaluzia y le sucedio su hijo el rrey dō alōso el sabio*», aclaração historicamente falsa, mas que se explica pela necessidade de acomodar um episódio posterior. Efectivamente, ao falar da ida do Rei Capelo a Castela para solicitar ajuda contra as hostes de seu irmão, o Conde de Bolonha, diz o Sumário:

«y [D. Sancho II] fue derecho ala cibdad de toledo donde el rrey don alōso el noveno [*sic*] de castilla estava el *que* llamavã el sabio y allí muy humilmête le Rogo le favoreçiese para cobrar su Reyno [76v]»

Quem tenha seguido até aqui esta dissertação não terá dificuldades em compreender a importância desta passagem; voltarei, todavia, a ocupar-me dela um pouco mais à frente. A identificação de Afonso X com o rei castelhano a quem D. Sancho solicitou ajuda para recuperar o trono português possibilitou ao redactor do Sumário também um dado novo, relacionado com as causas que teriam levado a uma retirada rápida das tropas castelhanas:

«y aun tãbien se dixo *que* el mesmo Rey de castilla los hizo tornar y aun sobre ynteligencias y secretos tratos *que* entrel y el cōde de boloña se començarō a urdir lo qual no confirmo poco el *casmiento que* cō su hija se hizo después [77v]»

Até à morte do Rei português, o texto do Sumário coincide basicamente com o da *Crónica de D. Sancho II* de Rui de Pina; afasta-se dele, no entanto, em alguns pormenores de que mais à frente darei conta, pois eles devem-se ao recurso a uma outra fonte. No momento de mencionar essa morte, o Sumário anota, todavia, a existência de versões contraditórias sobre o reinado em questão:

«hallo *que* otras coronicas deste Reyno departē su bida diversamente y quierē dar a sentir *que* la negligencia suya no procedia tanto de viçios como de una simplicidad y limpias entrañas [...] otrosi *que* en sus propios días dexo el Reyno a su *hermano* no se hallando capaz ni habre [hōbre?] para tanto grado o porque sus santos deseos no le compadeciã hazer mas [80v]»

No que parece ser uma alusão ao texto do Sumário de Crónicas do ms. 290 Alc. BN¹³¹⁸, a cuja versão o redactor castelhano não dá, contudo, grande crédito:

¹³¹⁸ Em que, efectivamente, surge a curiosa ideia de ter D. Sancho deixado o trono voluntariamente a seu irmão, conforme anotei no capítulo 4 desta parte.

«pero sin duda lo *que* aquí hemos escrito es lo *que* paso Realmente y con efeto segũ por coronicas autenticas parece verdad es *que* despues *que* el paso a castilla posible cosa seria viendose así desanparado y triste *que* Renũciase y traspasase el derecho del Reyno al cõde su *hermano* a quiẽ de derecho venia [80v]»

Pouco depois, o Sumário indica que não encontrou nada mais que dizer acerca do reinado de D. Sancho II, a não ser a acção de Paio Peres Correia e dos Espatários que conquistaram diversas terras na «lusitania» e no Algarve, «lo qual no nos sirve poco para la siguiente coronica del Rey don alõso *que* tras dõ sancho sucede [81v]». E, com efeito, seguem-se cinco capítulos (XIX-XXIII) em que se narram, com bastante detalhe, essas conquistas; porém, e ao contrário do que aquelas palavras levariam a supor, esses cinco capítulos incluem-se, de acordo com a cronologia, ainda na secção do texto dedicada ao reinado de D. Sancho II, começando o de D. Afonso III apenas no capítulo XXIV. Logo no primeiro dos capítulos dedicados à acção dos Espatários, o redactor revela-se especialmente laudatório da Ordem de Santiago, quem sabe denunciado ligações pessoais a essa Ordem:

«y fuerõ tales sus [de Paio Peres Correia] hazañas y claros hechos *que* mereçio ser ilustrado con grã dignidad y titulo *porque* fue maestre de santiago *que* en castilla despues de la Real corona es mas acatada y subida dignidad [81v]»

Remetando também, a propósito de alguns dos feitos do Mestre, para «la grã coronica de españa [81v]».

D. Afonso III: Ao noticiar a subida do *Bolonhês* ao trono por morte de seu irmão, diz o Sumário que D. Afonso «por algunas coronicas es llamado el bravo *porque* en muchas cosas fue hõbre Riguroso [87]». Trata-se, com toda a nitidez, de mais uma informação baseada num texto próximo do Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP; e, conforme anunciei ao tratar desse Sumário, eis aqui a prova documental de que a associação do epíteto «o bravo» a D. Afonso III não foi criação de Camões, pois ele ocorria já em textos historiográficos pelo menos três décadas anteriores à edição d’*Os Lusíadas*. Foi também ao Sumário de Crónicas do ms. 1198 (ou a texto semelhante) que o compilador castelhano ficou devendo ainda um outro dado acerca da acção governativa do Rei:

«hizo la villa y castillo de portoalegre cõ la torre del omenaje do en sus espaldas parece un letrado de latin en piedra marmol *que* declara ser hecho por su mandado año de MCCLX [?] años¹³¹⁹ [87v]»

Um pouco depois, menciona discrepâncias entre as suas fontes acerca das razões que levaram Afonso X a ceder os direitos da conquista do Algarve ao Rei de Portugal, seu genro. Uma das versões fornecidas não se encontra na *Crónica de D. Afonso III* de Rui de Pina:

«otros algunos cuentã *que* el Reyno del Algarve fue dado en donadio y dizẽ asy *que* en unas cortes *que* hizo el rrey don alõso el sabio de castilla en la çibdad de Toledo *que* fue alli el rrey don alonso de portogal armado cavallero por la su mano y *que* alli recibio muchas *mercedes* en especial a Ruego de la Reyna su mujer *que* era su hija [88r]»

Outra especificidade do Sumário (se não há aqui alguma confusão) relaciona-se com o nome do suposto filho de Afonso III e da Condessa de Bolonha. Pina não atribui nenhum nome a esse filho, limitando-se a dizer que ele terá casado em Castela com uma filha de um Infante D. Pedro¹³²⁰. O Sumário, por sua vez, afirma: «y [o filho de Afonso III e D. Matilde] se llamo don pedro alonso o segũ otros don fernã alõso [89r]»; noutra ocasião, refere, na esteira de Pina, um filho bastardo do rei que teria sido cavaleiro da Ordem do Templo, mas acrescenta que «algunas coronicas lo llaman don fernan alõso¹³²¹ [...] puesto *que* algunos afirmã ser este hijo de la cõdesa [93r]».

Ao referir-se ao interdito lançado pelo Papa ao reino de Portugal devido à bigamia de Afonso III, o Sumário especifica que ele durou «doze años [89v]» e, logo após, informa que a Ordem de S. João tinha um privilégio especial que lhe permitia soterrar mortos em sagrado, notícia certamente baseada no Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP ou texto semelhante. Aquando das últimas conquistas de Paio Peres Correia e seus Espatários no Algarve, o Sumário, ao contrário de Pina, dá conta de duas versões acerca da conquista de Albufeira; finalmente, alude, com base no Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP ou texto semelhante, à Infanta D. Leonor, «*que* caso cõ el conde dõ gonçalo [93r]».

b) O Sumário de Crónicas do ms. 2268 BNE e a C1419

¹³¹⁹ Veja-se que Pina atribui a erecção do castelo de Portalegre a D. Dinis: PINA (1977), p. 312.

¹³²⁰ PINA (1977), p. 173.

¹³²¹ Pina só o dizia Fernando: PINA (1977), p. 175. Curiosamente, ACENHEIRO (1824), p. 76, chama-o Fernando Afonso.

Ora, alguns destes acrescentos demonstram que entre as várias «coronicas» que o redactor castelhano consultou se encontrava um exemplar da C1419. Pondo de parte um ou outro caso mais duvidoso¹³²², vejamos as passagens em que isso se revela com mais nitidez.

Ao explicar que, após a batalha de Badajoz, D. Afonso Henriques não quis mais cavalgar de forma a não cumprir a promessa que fizera a Fernando II de Leão, a C1419 diz que o rei português se fazia deslocar «sempre em caro, como soyom andar os reys antiguamente, e algũas vezes em andas e em colos d.omens¹³²³»; Galvão, como já vimos, fez desaparecer as andas e os colos de homens, mas eis que eles reaparecem no Sumário: «y otras vezes en andas y en cuellos de hõbres y ã caRos tambiẽ como los antiguos Reyes soliã andar [48v]».

Na conquista de Alcácer do Sal, a C1419, adaptando motivos tradicionais nas narrativas de guerra santa, menciona o aparecimento de Cristo aos cruzados como garantia de amparo divino:

«E emtom ho Senhor, pera os consolar, apareceo em vysom no séo, convem a saber, hum homem esprandeçente como ho sol e asy alvo como a neve, e no peyto trazia hum synal de + vermelho mais luzente que as estrelas» [C1419¹³²⁴]

Mas Pina, segundo vimos no capítulo pertinente, substituiu por uma figura mais genérica essa aparição:

«se diz que por consolaçam dos Christãos loguo appareceo pubricamente no Ceo hum maravilhoso sinal por bemaventurado prognostiquo, ha saber, hum homem resplandecẽte, como Sol, e alvo como huma neve, e no peyto tazia sinal da Cruz vermelha mais luzente que as Estrellas» [*Crónica de D. Afonso II*¹³²⁵]

¹³²² Por exemplo, o uso da designação «Lusitânia» no reinado de D. Afonso Henriques, que aparece na C1419 mas não na Crónica de Galvão; ou a apreciação genérica do reinado de D. Afonso II, de acordo com a qual o Rei começou por governar bem, mas teria acabado a fazer muito à sua vontade. A designação «Lusitânia» (no sentido administrativo do termo) seria comumente conhecida e não exigiria, portanto, a consulta de um texto específico; quanto à apreciação do reinado de D. Afonso II, é um lugar-comum da historiografia castelhana medieval, a começar pela obra do Arcebispo de Toledo que foi, aliás, um dos textos manejados pelo autor do Sumário.

¹³²³ CALADO, ed. (1998), p. 62.

¹³²⁴ CALADO, ed. (1998), p. 110.

¹³²⁵ PINA (1977), pp. 96 - 97.

Ao passo que, no Sumário, Cristo aparece de forma em tudo idêntica à da C1419:

«y *nuestro* Señor jesu *christo* les apareçio en el çielo mas Replandeçiente *que* el Sol y asi blanco como la nieve y traya ã los pechos la señal de la cruz [71r]»

Conforme já mais que uma vez indiquei, Pina afasta-se da C1419 no momento em que D. Sancho II vai pedir auxílio ao Rei de Castela contra as tropas de seu irmão. Se a obra quatrocentista, cometendo um anacronismo, considera que esse Rei era Afonso X, que teria enviado a Portugal um contingente capitaneado pelo seu tio Infante de Molina, Pina, pelo contrário, declara que o Rei castelhano era Fernando III. Ora, o Sumário do ms. 2268 BNE segue claramente a versão da C1419:

«y [D. Sancho II] fue derecho ala cibdad de toledo donde el rrey don alõso el noveno [*sic*] de castilla estava el *que* llamavã el sabio y alli muy humilmête le Rogo le favoreçiese para cobrar su Reyno *que* tan tiranicamête le aviã usurpado y *que* le prometia *que* si se lo ayudava a cobrar *que* lo dexaria todo despues de sus dias para uno de sus hijos pues el no los tenia el rrey dõ Alonso lo açepto y se prõfico [?] con todas sus fuerças de gelo ajudar a cobrar y asi mando juntar sus gentes para *que* fuesen cõ el Rey don Sancho a portogal y enbio cõ el a su *hermano* de padre el ynfante don Alonso de molina [, etc.] [76v – 77r]»

E o mesmo sucede noutras passagens do reinado de D. Sancho II, em que o Sumário se revela mais próximo da C1419 do que da Crónica de Pina:

C1419	PINA	SUMÁRIO
« nem achamos em nêhũa das estorias que desto falom [...] como vierom e que fizerom quando entrarom pelo regno ou por que se tornaram tão asyna [...] salvo se achamos que , tanto que entrarom pelo regno, dom Yohão, arçebispo de Bragua, e dom Diogo, bispoo de Coimbra, que erom enxuquitores pera fazer guardar todo o que o papa sobre esto avya mandado, envyarom hũa carta aos	«hos quaaes [Arcebispo de Braga e Bispo de Coimbra] lhe diceram, que elles pola comissão do Papa, aviam ho dito Ifante Dom Affonso de Molina cõ todolos Senhores, e gentes de Castella por excomungados, e malditos, e desso tomaram estromentos, e por esta cauza EIRey, e o Ifante nom passaram de Abiul, e se tornaram pera Castella sem no Regno, nem nas gentes, e couzas delle fazerem algũu maal, nem	« no hallamos ¹³²⁶ cosa que hiziesen mas de que muy presto se tornarõ y la causa se dize que fue que el arçobispo de braga y el obispo de coynbra enbiarõ una carta a los frayles framiscaos de la guarda y de covillã mandandoles <i>que</i> como executores apostolicos fuesen al ynfante y alos otros grandes de castilla y les Requiriesẽ por las bulas del papa y sus provisiones y censuras para que se no

¹³²⁶ Anote-se também o uso da primeira pessoa do plural, em consonância com a C1419, e contrariamente aos hábitos do redactor do Sumário e de Pina, que usam a primeira pessoa do singular.

<p>ffrades de Sam Francisco da Guarda e de Covilham em que lhe mandavom dizer que, porquanto lhe fora dito que o iffante dom Afonso e aquelas gentes que com ele entraram em Portugal vinhom pera embargar a provisão apostoliqua [...] que porem lhe mandavom, em virtude d.obediência, que loguo, sem mais tardança, chegasem a eles [...] e os amoestassem a eles e a todos seus vassalos, da parte do papa e sua, que se cavydasem de embargar a provisão feita ao conde de Bolonha, ao reyno de Portugal e moradores dele [CALADO, ed., 1998, p. 133]»</p> <p>«e [o Esgaravunha] levou hum escudeyro consyguo que lhe levava ho escudo e a lança e a capelina, e chegou ao paço honde era el.rey dom Sancho e o iffante dom Afonso e aqueles outros senhores com ele, e tirou ho elmo fora da cabeça e foy beijar a mão a el.rey dom Sancho e ao iffante dom Afonso, e deshy omilhou.se a dom Diogo e a dom Mendo e a todolos outros que hy erom, salvo a dom Martim Gil [CALADO, ed., 1998, p. 134]»</p> <p>«E então se levantou dom Nuno e dise a dom Martim Gil: “Nom parês mentes ao que vos dise dom Fernão Garçia, que me semelha que vos tanje como à maneira de treição e não lhe queres pôr as mãos”. E dom Martim Gil dise que dava pouquo por quanto dom Fernão Garçia</p>	<p>dano [PINA, 1977, p. 142] »</p> <p>«[o Esgaravunha] por conselho de seus irmaãos com huñ soo Escudeyro, ha que deram sua lança, e sendo elle vestido de todalas outras suas armas se foi aa Moreyra, onde estava ElRey, e ho Ifante, e hos outros Senhores, e posto ante elles tirou ho Elmo da cabeça, e com os joelhos em terra beyjou ha mão ha ElRey, e aho Ifante Dom Affonso, e como se levantou, fez reverencia ha Dom Diogo, e ha todolos outros homens honrados, que eram presentes, salvo ha Dom Martim Gil de Soverosa, que era ho principaal homem, porque ElRey Dom Sancho com quebra de seu Estado se regia [PINA (1977), p. 143]»</p> <p>«E logo Dom Afonso se levantou, e dice: Martim Gil voos nom atentaste no que Dom Fernam Guarcia vos dice? Ho que deveres de fazer, ca me parece que vos toca por maneyra de traiçam, e nom lhe quereis poer has maõs, como deveis, e vos elle require? E Dom Martim Gil</p>	<p>embargasen en el Reyno de portogal ni cõtra el conde de Boloña [77r]»</p> <p>«pues el [o Esgaravunha] llego a la tienda del Rey o cerca della todo armado sobre su cavallo y un escudero que le llevaba el escudo y la lança y la capellina y llegado a la tienda del Rey el se apeo y tirose el almete y beso la mano al rrey y al ynfante y humillose a don diego y a don nuño y a los otros señores salbo a dõ martim gil que era grã privado del Rey [77v]»</p> <p>«don nuño se levanto y dixo a don martim gil no Respondeys a lo que vos dize fernã garçia que me semeja que vos riepta de traiçiõ no le quereys poner las manos el Respondio que dava muy poco por quãto fernã garçia dixese con sus palabras vanas entonces don diego y don</p>
---	--	---

<p>dezia nem por suas palavras vãs. Emtão disserom eles [D. Nuno e os outros] contra el.rey que dom Fernão Garçia e aqueles homens bõos de Trancoso não podiom mais fazer daquelo que faziom, que a culpa daly em diante era del.rey e sua não”.» [CALADO, ed., 1998, p. 135]</p>	<p>brevemente dice, que dava pouco por suas palavras vaans, polo qual estes Senhores diceram a ElRey, que Dom Fernam Garcia, e hos nobres homens, que eram em Trancozo nom podiom fazer melhor comprimento, porque com elle compriam, como boons vassallos quanto deviaõ, e que dahi por diante quaalquer culpa que hy ouvesse, que era delRey, e nom delles» [PINA, 1977, p. 144]</p>	<p>nuño dixerõ al rrey: fernã garçia y sus hermanos y los buenos hombres de trõcoso no pueden mas hazer de lo <i>que</i> hacen y la culpa de aqui adelante será <i>vuestra</i> y no suya [78r]»</p>
---	--	---

Já no reinado de D. Afonso III, a C1419 atribui ao interdito lançado pelo Papa devido à bigamia do rei uma duração específica: «e avendo ja xiiiiº anos que durava a perlomgança deste negocio¹³²⁷». O mesmo faz o Sumário: «y duro este entredicho doze años [89v]»; mas não Pina, que se revela menos preciso: «foy pelo Papa posto antredito em todo ho Reyno que durou muitos annos¹³²⁸».

Finalmente, a C1419 revela a existência de versões contraditórias sobre a conquista de Albufeira pelos Espatários:

«Da Albofeira não conta a estoria çertamente em que guisa foy ganhada porque huns dizem que, depois que Paderna e outros lugares foram ganhadados, que os mouros foram Albofeira, os outros contão que a gançou dom Lourenço Afonso, mestre d.Avis. E a alguns pareceo aguisada razão que este mestre a gamçase porquanto o mestre d.Avis e Ordem estaa em poder dele¹³²⁹»

Passagem que se encontra alterada em Pina:

«E Dalbofeyra se acha por mais certa opiniam, que em tempo deste Rey [Afonso III] foy tomada aos Mouros por ho Mestre Daviz Dom Lourenço Affonso, e assi parece rezão, porque elle foy sempre, e hee hoje da dita Ordem¹³³⁰»

Mas reaparece no Sumário castelhano:

¹³²⁷ CALADO, ed. (1998), p. 145.

¹³²⁸ PINA (1977), p. 174.

¹³²⁹ CALADO, ed. (1998), pp. 159 - 160.

¹³³⁰ PINA (1977), p. 193.

«pero no cuentã estas coronicas de *que* manera fue ganada Albufera y algunos dizẽ *que* se gano entonces otros dizen *que* despues la gano don heronimo [*sic*] alonso maestre de avis y parece ser ansi pues *aquel* maestrazgo esta en posesiõ della [92r]»

O uso da C1419 parece, contudo, limitar-se a estes episódios e a estas passagens. Verifica-se, também aqui, que as preferências do compilador iam para as «Crónicas novas do Reino» (retomando a expressão de Acenheiro), ou seja, para as Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão. Só nos momentos em que houvesse contradição entre elas e as restantes fontes, ou em que essas fontes permitissem dados adicionais, o compilador as acolhia. Se estivessem em causa textos castelhanos, a sua versão era, por norma, preferida à das crónicas portuguesas; caso contrário, o compilador limitar-se-ia a adicionar notícias ao texto oriundo de Pina e Galvão, ou a dar conta da existência de versões contraditórias. No reinado de D. Sancho II parece, no entanto, ter seguido várias vezes a C1419 – e não Pina – sem que sejam claras as razões por que o fez. Mas mesmo nesse reinado a C1419 pode considerar-se uma fonte subsidiária, pois a maior parte do Sumário segue a *Crónica de D. Sancho II*.

Observa-se, por outro lado, que o compilador declara explicitamente que consultou crónicas guardadas no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e na câmara real, precisamente dois dos locais em que, como temos visto, se guardavam cópias da C1419. É, por isso, quase certo ter sido através de um desses dois meios que alguma dessas cópias lhe chegou às mãos. Certa passagem do reinado de D. Sancho II, em que o Sumário, copiando a C1419, chama ao Infante castelhano que veio a Portugal «Afonso de Molina» tal como o ms. P e ao contrário de C (que tem «Afonso de Vilhena¹³³¹») poderia, até, levar-nos a filiar o códice por ele usado na rama textual representada por aquele manuscrito, à semelhança do que terá ocorrido com todas as restantes obras quinhentistas que se socorreram da C1419. É todavia evidente que uma variante não possibilita mais do que um mero indício de que assim terá sucedido. O ms. 2268 da BNE documenta, em todo o caso, um uso e aproveitamento da C1419 que, até este momento, tinham passado despercebidos.

¹³³¹ Segundo já notei nos capítulos dedicados às relações de Rui de Pina e Gaspar Correia com a C1419, e pode ver-se em CALADO (1998), p. 132 e aparato crítico.

CONCLUSÕES GERAIS

«Los cuatro puntos cardinales son tres: el norte y el sur»
(Altazor)

Pode agora dizer-se, ao terminar este trabalho, que a minha ambição fundamental era fazer em relação à C1419 o que L. Cintra fizera a respeito da C1344: colocá-la no centro das atenções e, a partir daí, estudar a sua constituição interna, os seus processos de formação e caracterizar o papel por ela desempenhado na evolução da historiografia portuguesa. É claro que entre um e outro projecto as diferenças não são negligenciáveis: a excelente edição crítica de Adelino Calado evitou, punhamos o caso, que eu, ao contrário de Cintra, tivesse tido de editar a *minha* Crónica (e a expressão em itálico deve entender-se também no sentido em que, por exemplo, Faria e Sousa falava de Camões como *mi poeta*). Mas o ponto de partida da dissertação que aqui fica pode localizar-se na constatação de que fazia falta um estudo com aquelas características acerca da C1419. Quanto às suas principais conclusões, podem resumir-se da seguinte forma.

A C1419 foi uma iniciativa da corte de Avis, mais concretamente do Infante D. Duarte (e a própria crónica se assume como tal, à semelhança de todas as outras obras emanadas desse meio), destinada a narrar uma versão oficial dos reinados de D. Afonso Henriques a D. João I, terminando o texto hoje conhecido em D. Afonso IV sem que deva rejeitar-se, pelo que em seguida digo, que a parte posterior deste projecto tenha sido também preservada. A respeito da sua autoria material, o mais provável é que a C1419 *tenha sido redigida por Fernão Lopes, embora* haja elementos que levam a pensar o contrário; deve porém notar-se que os contraditores da «tese Fernão Lopes» se têm praticamente limitado a refutar parte dos argumentos que vão sendo apresentados pelos seus defensores ou a encontrar eles próprios argumentos refutatórios, *sem que tenham alguma vez sido capazes de formular uma outra tese com o mesmo grau de sustentabilidade*. A questão mais importante será, de resto, a de ser ou não possível identificar a C1419 com a parte inicial do conjunto em que se inserem as «Crónicas» de D. Pedro, D. Fernando e D. João; o facto de Fernão Lopes ser o maior dos cronistas medievais portugueses e de a questão das suas «crónicas» perdidas ter vindo a ser ininterruptamente debatida ao longo dos últimos 500 anos é que explica a preocupação da crítica em procurar determinar o autor material da C1419.

A respeito dos processos globais de construção usados pelo redactor da C1419, eles são ainda, em boa medida, tributários dos da escola afonsina. O redactor quatrocentista reuniu, com efeito, um diversificado conjunto de fontes (narrativas ou documentais), elegeu uma delas – a *Crónica de 1344*, primeira redacção – como estruturador geral do discurso, e foi inserindo no texto oriundo dessa Crónica passagens provenientes das restantes fontes reunidas de acordo com dois grandes critérios, o cronológico e o temático, com predomínio do primeiro.

Do ponto de vista semântico-ideológico, o estudo do processo de formação da C1419 e a análise comparativa do seu texto com o das suas fontes conhecidas permite identificar como valores fundamentais do texto o serviço ao Rei, ao Reino e a Deus. É relativamente a estes valores que a acção das personagens é julgada, e é com base neles que o redactor quatrocentista selecciona ou modela os episódios e as acções colhidos nas suas fontes. Do ponto de vista estilístico, a brevidade e a clareza são os efeitos mais explícita e recorrentemente procurados pelo redactor.

A posteridade da C1419 foi, por seu lado, bem mais expressiva do que tem sido admitido. Uma busca por diversos manuscritos dos séculos XV-XVII permitiu-me, com efeito, identificar um punhado de textos cujo conhecimento da obra quatrocentista parece claro ou admissível, contando-se entre eles alguns Sumários de Crónicas, um dos quais redigido em língua castelhana. Juntando estes novos dados à análise das obras cujo aproveitamento da C1419 era já admitido (Crónicas de Duarte Galvão, Rui de Pina e Rodrigues Acenheiro), foi-me possível traçar um quadro geral da posteridade da C1419. Pode, assim, dizer-se que a corte régia e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra terão sido os principais meios difusores desta crónica, e que os exemplares da obra quatrocentista que foram manejados pelos historiógrafos do século XVI pertenceriam todos ao ramo da tradição manuscrita representado pelo manuscrito P. O manuscrito C, que poderá, de resto, estar relacionado com a Ordem de Cristo, não terá deixado posteridade, embora os percalços da história tenham feito dele o testemunho mais completo da C1419 hoje conhecido. A C1419 sofreu, por outro lado, dois tipos de usos: um, extenso (é o que sucede nas obras de Rui Pina, Duarte Galvão e Rodrigues Acenheiro), outro, pontual ou em segundo recurso (como nos textos de Gaspar Correia e em alguns Sumários de Crónicas quinhentistas), sendo que o primeiro foi nitidamente a causa do segundo. O facto de o conteúdo da C1419 ter sido incorporado, praticamente na íntegra, por Rui de Pina e Duarte Galvão, aliado à ampla difusão de que gozaram as crónicas destes autores ao longo de todo o século XVI, fez com que o recurso à C1419

se tornasse pertinente apenas nas poucas passagens em que os cronistas manuelinos se tinham afastado dela (com a excepção de Rodrigues Acenheiro, que concedia normalmente maior importância aos textos mais antigos). Vistas as coisas por outro prisma, foi, contudo, esse mesmo facto que garantiu à C1419 uma notável perdurabilidade: a história dos primeiros reinados que, durante muito tempo, os portugueses conheceram e propagaram teve, em grande medida, como base (e ainda hoje tem) a de Duarte Galvão e Rui de Pina, e como estes se tinham, por sua vez, baseado na C1419, a versão dos acontecimentos elaborada por esta última obra acabou por se tornar, em vários casos, a versão oficial e mais conhecida.

Por tudo isto, penso ter tido o privilégio de dizer algo de novo sobre o processo de formação, os significados e a posteridade da C1419. Muito mais haveria, todavia, e inevitavelmente, a dizer. Eis porque me permito finalizar com uma breve chamada de atenção para algumas pistas que este trabalho levanta, ou para algum ponto em que as interrogações são maiores que as certezas. Será necessário, por exemplo, aprofundar o estudo das fontes documentais da C1419, de preferência através de monografias em que se tenha presente as chancelarias régia e pontifícia, bem como os resultados da investigação arquivística que felizmente se vai fazendo. Também os manuscritos historiográficos dos séculos XVI ou XVII terão ainda, certamente, muito que revelar. E há, neste particular, muito trabalho de base por fazer: catalogação e correcta identificação de manuscritos, estudos estemáticos, transcrições, edições, etc. A importância de todo este material para o estudo da transmissão de textos medievais não pode negligenciar-se, embora todas essas obras quinhentistas mereçam também, e obviamente, estudos particulares sobre cada uma delas. Basta ver, por exemplo, a quantidade de Sumários de Crónicas ainda hoje existentes, para nos apercebermos de que o papel por eles desempenhado na Cultura portuguesa do século XVI foi bem mais importante do que fazem crer as escassas linhas que lhes têm sido dedicadas por uma investigação ainda excessivamente confinada ao estudo da historiografia ultramarina e religiosa e às obras que obtiveram o privilégio de serem impressas. Também o sempre discutido problema da autoria da C1419 poderá beneficiar de novas e sistemáticas abordagens, embora a sua pacificação dependa, talvez, de uma singela redefinição do conceito de «autoria». Se nos lembrarmos, com efeito, de que a própria C1419 se diz feita por um Infante que não poderá ser outro que não D. Duarte, talvez isso seja mais importante do que a identificação do indivíduo que concreta e materialmente a redigiu.

Afinal, se a *Estoria de España* e a *General Estoria* se atribuem a Afonso X de Castela e Leão, porque não há-de vir a atribuir-se a C1419 a D. Duarte de Portugal?

«“Somos cientistas”, disseram eles. Contudo, a palavra *cientista* não existe na língua local. O termo escolhido pelo tradutor foi “inguetlha” que quer dizer feiticeiro. [...].

Já noite, um grupo de velhos me veio bater à porta. Solicitavam que chamasse os estrangeiros para que o assunto dos porcos fosse esclarecido. Os consultores lá vieram, admirados pelo facto de lhe termos interrompido o sono.

- É por causa dos porcos selvagens.

- O que têm os porcos?

- É que não são bem-bem porcos...

- Então são o quê? – perguntaram eles, seguros de que uma criatura não pode ser e não ser ao mesmo tempo.

- Quase são porcos. Mas não são os “próprios” porcos.

O esclarecimento ia de mal a pior. Os porcos eram definidos em termos cada vez mais vagos [...]. O zoólogo, já cansado, pegou num manual e exibiu uma fotografia de um porco selvagem.

Os ilhéus olharam e disseram: “É este mesmo”. Os cientistas sorriram satisfeitos, mas o sabor da vitória durou pouco, pois um dos nhacas acrescentou: “Sim, o animal é esse, mas só de noite.”»

Mia Couto

ANEXOS

1. A 4ª mão do Ms. Cadaval: uma *Crónica de D. Dinis*?

Como vimos em I.1., a homogeneidade codicológica do ms. Cadaval (C) da C1419 é quebrada quando surgem, na parte correspondente ao reinado de D. Dinis, dois fólhos oriundos de outro manuscrito (e portanto artificialmente inseridos em C) a que correspondem, em numeração contínua, os actuais n.ºs 88 e 89¹³³². Escritos em letra que Adelino Calado considera provavelmente mais tardia que todas as restantes de C¹³³³, e que por isso poderemos situar pelos meados ou finais do século XVI¹³³⁴, contêm dois capítulos relativos aos confrontos luso-castelhanos de princípios do reinado de Fernando IV cuja função é evidentemente a de colmatar uma lacuna na matéria narrativa que os escribas anteriores deixaram por preencher. Ao contrário de todos os capítulos de C que copiam o texto de 1419 e de quase todos os que contêm excertos seguramente pertencentes às obras de Duarte Galvão e Rui de Pina, os dois capítulos dos fólhos 88 e 89 estão numerados (“capº bij” e “capº biiij”) e são encimados pela indicação “DelRey dom dinis”. Não pertencem, além disso, e ao contrário do que à primeira vista seria de esperar, à *Crónica de D. Dinis* da autoria de Rui de Pina. Todos estes factos, logo notados por Silva Tarouca e posteriormente repetidos por Adelino Calado¹³³⁵, conduzem lógica e implicitamente à ideia de que nos actuais fólhos 88 e 89 do ms. Cadaval estarão talvez preservados os únicos vestígios de uma crónica do reinado de D. Dinis anterior aos finais do século XVI e não identificável nem com o texto consagrado a este reinado pela *Crónica de 1419*, nem com a obra de Rui de Pina. Tal é, de resto, claramente assumido pelo último editor daquela Crónica, que relega ambos os capítulos, em transcrição rigorosamente diplomática, aos apêndices finais¹³³⁶.

Apesar disso, e deixando para outra ocasião os interessantes problemas levantados pela operação codicológica que conduziu à inserção desses dois fólhos no ms. Cadaval, julgo oportuno proceder a uma reavaliação do problema no que à relação destes capítulos com a *Crónica de 1419* diz respeito, pois não me parece definitivamente estabelecido que eles lhe não possam pertencer. Sigamos os passos que

¹³³² Um deles, o actual 88r, foi fotograficamente reproduzido por TAROUCA, ed., (1947) e TAROUCA, ed., (1952 - 1953).

¹³³³ CALADO (1998), pp. X, XIII e XXXVI.

¹³³⁴ TAROUCA (1952 - 1953, II), p. 28 nota, considera-a do tempo de D. João III.

¹³³⁵ CALADO (1998), p. XXXVI.

¹³³⁶ CALADO (1998), pp.278 - 280.

a essa conclusão nos podem levar, começando por atentar mais pormenorizadamente na argumentação de A. Calado a que há pouco tive ocasião de aludir.

O diligente investigador alicerça em duas circunstâncias a sua convicção de que os referidos capítulos não pertencem à obra quatrocentista: a) o facto de eles não terem sido copiados pela mesma mão de C que transcreveu o texto seguramente atribuível à *Crónica de 1419* (mão 1ª) e b) a sua numeração, típica de uma crónica individual de reinado e não de uma crónica geral. Nenhuma delas me parece, porém, definitiva. Com efeito, embora a circunstância de eles não terem sido copiados pela 1ª mão garanta que o códice da *Crónica de 1419* que lhe servia de base os não incluía, não pode, por si só, assegurar que o mesmo se verificava no texto original e completo da obra, como não pode assegurar que esse texto não fosse já acessível à época em que o ms. Cadaval estava sendo confeccionado, ou até depois, já que uma coisa é *o texto saído da pena do cronista de Avis*, outra é *a cópia concreta que serviu de exemplar ao ms. Cadaval*, e ainda outra são *todas as restantes cópias que da crónica se tenham feito*. Pelo menos do ponto de vista teórico, é por isso perfeitamente admissível que estes dois capítulos pertençam à *Crónica de 1419* e tenham sido preservados, não pelo antígrafo da 1ª mão de Cadaval (pelo menos não no estado em que ele se encontrava quando foi copiado), mas sim por outra(s) cópia(s) que da mesma obra se tivessem entretanto realizado.

Quanto à numeração dos capítulos, aparentemente característica de uma crónica individual e não de uma crónica geral, o facto é que este argumento perde muita da sua força probatória se tomarmos em conta o hábito, verificável em diversos manuscritos dos séculos XVI, XVII ou XVIII, de transformar artificialmente em crónicas de determinado rei textos que inicialmente mais não eram do que partes de obras mais vastas. A obra de Fernão Lopes, que já por diversas vezes convoquei, é disso um exemplo conhecido, pois tendo este cronista, segundo as suas próprias palavras e segundo testemunhos próximos no tempo¹³³⁷, escrito uma Crónica geral do reino, verifica-se todavia que os reinados de D. Pedro, D. Fernando e D. João I foram depois separadamente copiados e titulados, levando a que se falasse, a partir de então, em Crónicas dedicadas a cada um desses monarcas; e a própria tradição manuscrita da *Crónica de 1419* contempla, aliás, uma situação semelhante, designadamente nas três cópias fragmentárias que abrangem somente o reinado de D. Sancho II. Não é, portanto, e ao contrário do que dá a entender o Prof. Calado, impensável que algo de semelhante

¹³³⁷ Cf. o que digo acerca da terceira redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

possa ter ocorrido com os actuais fólhos 88 e 89 do manuscrito Cadaval, que assim talvez sejam vestígios não propriamente de uma crónica individual de D. Dinis, mas sim de uma cópia parcial da *Crónica de 1419* materialmente posterior à 1ª mão desse manuscrito, que apenas contemplasse este reinado e por isso numerasse de forma sequencial e independente cada um dos seus capítulos.

Ora, esta hipótese, assim teórica e duplamente enunciada, adquire um elevado grau de veracidade se lhe acrescentarmos dois argumentos que, vistos em conjunto, me parecem ter uma força assinalável. Com efeito, ao relacionarmos experimentalmente os dois capítulos intercalados nos fólhos 88 e 89 com a matéria da *Crónica de 1419* que os antecede, logo verificaremos que a sua numeração – “cap [itul] o bij” e “cap [itul] o biiij” – *corresponde exactamente à sequência esperável numa continuação dessa matéria*, pois antes deles existem precisamente seis capítulos indiscutivelmente pertencentes à obra quatrocentista. Porque a numeração destes dois capítulos é, como comecei por indicar, alheia à mão que copia a *Crónica de 1419* e existia já no manuscrito de que foram segregados, esta coincidência tem por si só certa importância; adquire porém um significado de ainda maior alcance quando relacionada com um outro facto: comparando o texto da *Crónica de D. Dinis* de Rui de Pina com o da *Crónica de 1419* e o dos dois capítulos actualmente intercalados no ms. Cadaval, verifica-se que *o cronista ao serviço de D. Manuel teve acesso quer à parte hoje conhecida da Crónica quatrocentista, quer ao texto daqueles dois capítulos*, os quais ocupam na sua obra exactamente o mesmo lugar que seria de esperar no caso de terem originalmente pertencido à *Crónica de 1419*, e foram por ele submetidos aos mesmos processos de diferente capitulação, acrescento de matéria ou amplificação retórica com que habitualmente trata a sua fonte estrutural, deixando por vezes incólumes mesmo uma ou outra frase. Um cotejo literal de algumas passagens demonstra-o claramente:

*Crónica de 1419*¹³³⁸

Da desavença que ouve antre
el.rey e o iffante dom Afonso
seu irmão, e como forom
d.acordo

Nom avendo inda mais que

4ª Mão do ms. Cadaval¹³³⁹

Crónica de D. Dinis de Rui
de Pina¹³⁴⁰

Capítulo V
Do desacordo, que ouve antre
ElRey D. Diniz, e ho Ifante
D. Affonso seu irmão

ElRey D. Diniz tinha hum

¹³³⁸ CALADO, ed. (1998), pp. 169-170.

¹³³⁹ CALADO, ed. (1998), pp. 278-280.

¹³⁴⁰ PINA (1977), pp. 235-243.

synquo anos que el.rey dom Dinis era casado, recreção grande desvayro amtre ele e o iffante dom Afonso, seu irmão, que era senhor de Marvão e de Portalegre e d.Arroncheles, porque fizeram entender a el.rey que o iffante se queria alçar comtra ele, mas a primçiapl cousa e mais certa era porque lhe el.rey dom Denis nom queria legitimar os filhos que ouve de dona Vilante que pudesem erar os seus bees depois de sua morte (...)

E prouve ao iffante dom Afonso de fazer preito e omenajem daqueles castelos a el.rey dom Dinis e que fizesse guera deles e paz contra quaesquer pessoas que ele mandase. E depois mandou a Ayres Cabral, que os tynha de sua mão dele, que fizese omenajem por eles a el.rey (...) E como esta raynha dona Isabel trabalhou muito neste feito, e lhe prouve muito daquelas avemças, e asy fazia de outros quaesquer que erom inimguos e vinhom à paz. E, se lhe deziom que avia descomcordia amtre alguns grandes do regno, logo ela trabalhava de os fazer amiguos, e dapnos, se y erom feitos, se não ouvesem por hu se pagar, ela os pagava de seu tesouro por hos trazer à paz e à comcordia. E, quando

irmão lidimo ho Ifante D. Affonso, filhos ambos delRey D. Affonso Conde de Bolonha, e da Rainha Dona Breatiz, e há este Ifante D. Affonso fez ElRey seu pay doaçam muy solene das Villas de Portalegre, e Marvam, e de Castello Davide, e Darroncheles, pera elle, e seus filhos lidimos, ho qual Ifante em vida delRey seu padre, foy cazado com há Ifante Dona Violante (...). E avendo jáa sinquo annos, que ElRey D. Diniz era cazado, e sete que Reynava, ouve grande desacordo antre elle, e ho Ifante D. Affonso seu irmão, e há cauza principal, era porque ElRey D. Diniz nom queria, nem nunca quis legitimar, e abilitar has filhas do Ifante D. Afonso pera erdarem suas Villas, e Castellos de Portugal depois de sua morte (...)

(...) entrevieram ha concerto delRey, e do Ifante ambos irmãaos, hos Perlados, e Senhores principaes do Regno, e sobre todos há Rainha Dona Isabel, por cujo virtuoso meyo ho Ifante D. Affonso entreguou has Villas, e Castellos ha Ayres Cabral, que hos teve em fieldade, e com menagem (...) e antre as outras muitas, e muy singulares virtudes, que ouve na Rainha Dona Isabel em quanto viveo, foy procurar sempre paaz, e amisade de que se ella prezou muito, porque assi ho fazia antre ElRey, e seus vassallos, de que tirava todosos dias, e escandalos, e assi antre outros quaesquer particulares do Regno, e se por bem das semelhantes concordias compria pagua de dinheyro pera emenda dalgumas perdas, e danos há que has

mixcravom alguns com el.rey por quaesquer cousas que fosse, loguo lhe ela pedia por merçee... *(termina aqui o texto copiado pela 1ª mão do ms. C)*

partes por algum caso nom podiam comprir, ella porque amizade se nom desfezesse, de seu proprio tesouro has mandava (...)

Cap.º bij Como elRey dom dinjs emviou seus ãbayxadores a Castela a elRey dom f.do fº delRey dom sãcho

Capitulo VI

Do que succedeo do cazamento do Ifante D. Affonso, filho delRey D. Diniz, e do Ifante D. Fernando, filho delRey D. Sancho de Castella

Morto elRey dom Sancho de Castela chegou o tpo limitado antre ele e elRey dom dinjs em q se avia de fazer o casmento do Ifte dom fernamdo seu fº q ficava Rey e de dona costança fylha delRey dom dinjs e semdo asy chegado emviou elRey dom dinjs seu Recado ao dito Rey dom fernamdo e a Rª sua madre e o If.te dom anrique seu tutor q lhes aprouvese de se ajuntar aquele casamento como fora ordenado antre elRey dom Sancho e ele e que lhe desẽ mais os lugares q eram de seu sñrio segundo o dito Rey dom Sancho mãdara ã seu testamento e elRey dom fdo escusdamdose diso ãvioulhe sua Reposta e na carta q lhe mandou se chamaua sõr daqueles lugares e cousas q lhe elRey dom dinjs pedia (...).

(...) Depois do falecimento delRey D. Sancho, loguo ElRey D. Diniz mandou por seus messegeyros requerer há ElRey D. Fernando, que novamente começara de Reynar, e assi à Rainha Dona Maria, e aho Ifante D. Anrique, seus tutores, que quizesem comprir hos cazamentos, e fazer ha entrega das Villas, segundo com ElRey D. Sancho seu pay estava concordado, e elle em seu testamento leyxara aho tempo de sua morte. Aho que ElRey D. Fernando com acordo, e autoridade dos ditos tutores nom satisfez, segundo ElRey D. Diniz esperava, antes pelo contrayro, poendo ahos cazamentos entrposições de tempo, que tinham semelhança de denegações, e assi escuzas à entrega dos Luguares, chamandose Senhor delles em suas mesmas cartas (...).

Capº biiij Como elRey dom dinjs quysera emtrar pº Castela e de como veio a ele o If.te dom anRiqe e se concordarã

Da embaixada e Rezões que estes messageyros diseram a elRey dom Fernando como acima he dito foram todos espantados e postos ã muy grã duvida mas sem ãbargo

Destas razões, e desafio pubriquo, que estes Embaixadores de Portugal fizeram ha ElRey D. Fernando de Castella foraõ alguns, que eram presentes,

diso nam queryam das ordem de ãmenda e sem Reposta delRey nem de sua corte se partiram dahy a poucos dias os ditos mesageyros e vyeram a portugal o q vemdo elRey dom dinjs ajuntou logo sua hoste muy gramde e se foy a guarda e antes que entrase em castela veio a ele o Jf.te dom anRique tutor delRey dom fernamdo e asemtoou com ele q fose a cidad R^o omde farya vyr elRey dom fernamdo e a R^a sua mãy pa se cõcertarẽ e avyrem ã tudo o que asy se fez e sendo la todos juntos se concordaram e poseram prazo e afyrmãã ate tempo certo em que avia elRey dom f.do de Receber por molher a Jf.te fylha delRey dom dinjs e asy como dantes era posto e aly os Requero elRey dom dinjs q lhe desem moura e serpa que eram suas e outros castelos que avya daver de dr.to. (...)

asaas maravilhados, e outros postos em desvayrados pensamentos. E porẽm esperando hos dytos Embaixadores alguma reposta, porque lhaa nom deram se tornaram descontentes ha Portugal, onde ElRey D. Diniz dobrandose por esso has cousas de sua entrada em Castella, ajuntou loguo suas gentes, e com assas poder se foy à sua Cidade da Guarda, pera daly entrar loguo em Castella, maas antes que entrase, veo hy ho Ifante D. Anrique, tio e tutor delRey D. Fernando, e sobre praticas, apontamentos, e concórdias, que antre elles sobre estas cousas ouve, concertaram que ambos fossem dahy, como foram à Cidade Rodriguo, que hee em Castella, onde estavam ElRey D. Fernando, e ha Rainha Dona Maria sua madre, e ally outra vez todos se concordaram sobre ho cazamento, que atée certo tempo loguo limitado se ouvesse de fazer. E assi foy despachada ha entregua de Serpa, e Moura (...)

Embora Pina tenha acrescentado habitualmente muita matéria à informação vinda da *Crónica de 1419*, facto que nos impede de conhecer com segurança a origem das secções que na sua obra correspondem às lacunas existentes nos manuscritos desta crónica, a verdade é que neste caso concreto um elementar princípio de economia de raciocínios obriga-nos a postular terem os dois capítulos em causa estado originalmente integrados no texto da *Crónica de 1419*, e ter sido a partir dela que o cronista de D. Manuel os pôde aproveitar. De contrário, teríamos de imaginar uma *Crónica de D. Dinis* anterior a Pina e por ele manejada contendo exactamente o mesmo número de capítulos iniciais e tratando exactamente da mesma matéria que a *Crónica de 1419*, hipótese cujo excessivo rebuscamento me parece desnecessário salientar. À pergunta formulada na epígrafe deste primeiro anexo creio, por isso, que se deva dar um «não» por resposta, pois nada obriga à afirmação de existência de uma fantasmagórica *Crónica*

de *D.Dinis* diferente das de Rui de Pina e do seu antecessor de inícios do século XV cujo conteúdo se tenha incidental e parcialmente preservado nos actuais fólhos 88 e 89 do manuscrito Cadaval.

2. As cópias fragmentárias Pf, T e L no estema da C1419

Afirmar na Parte I desta dissertação que todas as cópias fragmentárias da C1419 (as quais abrangem somente o reinado de D. Sancho II) parecem poder relacionar-se estematicamente com o ms. P, em virtude de as suas lições se agruparem sistematicamente contra as lições de C. Farei agora prova dessa afirmação, mostrando vários dos casos em que isso se verifica. Porque L é cópia de Pf¹³⁴¹, limito-me a incluir trechos deste último manuscrito, de P, de C e de T¹³⁴²:

C	P	Pf	T
E chamaumlhe as Estorjas D. Sancho Capello (p. 211)	E catamoslhe as historias deste Dom Sancho capello (p.169)	E revolvendo bem as historias deste dom sancho capello (92r)	E catamos as estoreas deste dô samcho (92r)
Por ser ligua de tam bayxo lugar (p. 211)	Por seu (<i>sic</i>) molher de tam baixo lugar (p. 169)	Por ser molher de tam baixo lugar (92r)	Por ser molher de tam baixo lugar (92r)
Com fraqueza de coração (p. 212)	Com fraqueza e couardiçe de coração (170)	Com fraqueza e covardia de coração (92r)	com fraqueza e covardiçe de coração (92r)
mandoulhe por delegado ho Bispo de Segonha (p. 212)	Mandou a elle por legado o bpo de Saboja (p. 170)	Mãdou a elle por legado o bispo de Saboia (92r)	Mandou a elle por delegado ao bispo de sabonha (92r)
Forom estas sentenças por estas razão teudas e guardadas (p. 212)	Foraõ estas sentenças per estas razões postas e guardadas (170)	Forão estas sentenças por estas rezões postas e guardadas (92r)	Forã estas <i>sentenças</i> por estas Rezã postas e guardadas (92r)
Aproveitando de vontade em vontade te mudes (p. 213)	Apueitando de virtude em virtude te mudassẽ (171)	Aproveitando de virtude em virtude te mudasem (92r)	Aproveitando de võtade ã võtade te mudases (92v)
Dom Tibeyro, Bispo de Cojmbra, e Ruy	E Dom Tiberio bpo de Coimbra e ruj	E dom Tiberio Bispo de Coimbra e Ruy	E dom tiburço bispo de Coimbra e ruy

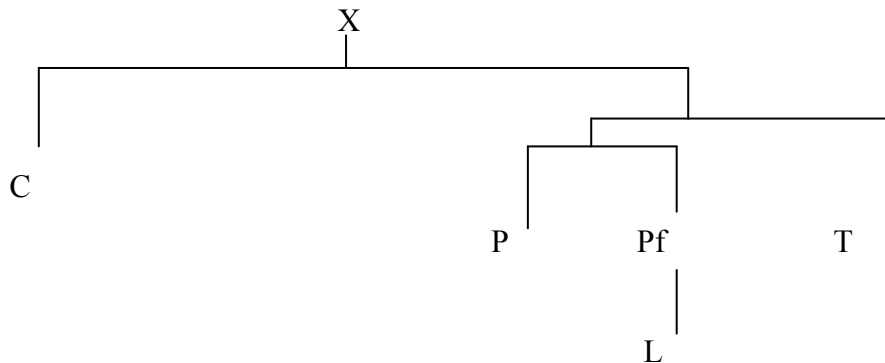
¹³⁴¹ Como demonstro em I.1.

¹³⁴² Indico entre parêntesis as páginas das edições de Silva Tarouca ou Adelino Calado (ms. C) e Magalhães Basto (ms. P), bem como os fólhos de Pf e T.

Gomez de Barçeiros (CALADO, ed., 1998, p. 125)	gomes de briteiras (p. 175)	gomez de briteiros (93v)	gomez de bryteiros (94r)
adayão da Igreja de Carnea , e Sueyro Soares, chamtre (CALADO, ed., 1998, p. 125)	Dajaõ da igreja de carnota e Soeiro soares chançarel (p. 176)	Daião da igreja de carnota e Soeiro soares chançarel (93v)	Dayão da igreja de carmota e Soeiro soares chamçarel (94v)
que ouuerrom per alguma necessidade (p. 221)	que vieraõ por algũas necessidades (p. 177)	Que vierão por algũas necessidades (93v)	Que vierõ por algũas necessidades (94v)
serej senpre deuoto a obediemçia da Sancta Madre Jgreja de Roma (p. 222)	serej obediente e deuoto a Jgreja de Roma minha madre (p. 178)	Serej obediente e deuoto a igreja de Roma minha madre (94r)	Serey sempre obediẽte e deuoto a igreja de roma minha madre (95r)
D. Afomso de Vilhena (229)	Dõ Affonssso de Molina (p. 184)	Dom <i>afonso</i> de Molina (95v)	Dom <i>afomso</i> de molina (97v)
E D. Martim de Freytas dise que tal perdaõ como aquele nom pedjria (242)	E o caualeiro disse que tal perdaõ como aquelle que lho naõ pedjria (194)	E o caualeiro disse <i>que</i> tal perdaõ como aquelle que lho naõ pederia (99r)	E o caualeiro dise que tal perdaõ como aquelle <i>que</i> lhe naõ pediria (101v)
No ano de MCCLXXXVI anos, XXIIIJ di (<i>sic</i>) de Nouembro, em dis (<i>sic</i>) de Sam Clemente, tomou aos Mourros o muy noble Rey D. Fernando de Castela e Lyão ha çidade de Sevilha, avemdo ja XVJ meses <i>que</i> jazia sobre ela em çerquo (243)	Na era de mil duzentos e vinte e vinte (<i>sic</i>) e seis annos a vinte e tres dias de Nouembro em dia de santo clemente tomou aos Mouros o muj noble rej Dom fernando de castella e de leaõ a cidade de seuilha auendo ja quinze meses que jazia sobre ella (195)	¹³⁴³	Na era de mil dozentos e oitemta e sete annos a vimte e tres dias do mês de Novembro em dia de são <i>cremente</i> bẽ aventurado sancto tomou aos mouros o muy noble Rey dõ <i>Fernando</i> de castella e de liã ha cidade de sevyilha avêdo ja dezaseis meses <i>que</i> jazia sobre ella (102r)

Os testemunhos da C1419 actualmente conhecidos poderão, assim, agrupar-se da seguinte forma:

¹³⁴³ Pf não contém a frase com que terminam os restantes testemunhos aqui considerados, relativa à conquista de Sevilha. L também não a inclui, o que é mais uma prova de que se trata de uma cópia de Pf.



3. Os Sumários de Crónicas de Alc. 290 BN e Évora CIII 2 – 12

Conforme anunciado na Parte III, capítulo 4 desta dissertação, edito em seguida as partes ainda inéditas dos Sumários de Crónicas dos mss. Alc. 290 BN e Évora CIII 2 – 12 respeitantes aos sete primeiros reis de Portugal¹³⁴⁴. Limito-me a separar palavras.

Alc. 290 BN¹³⁴⁵ (fólios 55r-55v)

[D. Dinis]

e almeida e castelo melhor e castelo mendo e avoo e monforte e aRomches Portalegre Marvão castelo de vyde e Borba vila viçosa aRayolos Evora môte gimaraes mjranda fez o

Évora CIII 2 – 12 (fólios 2r-3r)

[D. Dinis]

el Rey dom dinis Rej filho del Rey dom afonso q foj conde de bolonha

Este he o muyto excelente e poderoso Rey dom dinis seisto Rej de purtugal e dos Algarves o qual comesou a Reynar em ydade de dezoito annos e fez a maior parte das leis e foros de purtugal e ele princpalmente fez a ordem de xpos e samtiago e fes em ela mestre que as Regesem e cavalaria e ele fes primeiramente o estudo de coymbra por q a sua terra fose acompanhada de letrados e este muj nobre Rey acresemtou e fes de novo as villas e lugares e castelos de Riba dodiana e Riba de cca e serpa e olivemça e campo maior e moura e sam felizes e ougella e sabougal e alfaiates e castelo Rodrigo e villa maior e castello bom e almeida e castelo melhor e

¹³⁴⁴ Complementando desta forma o trabalho de BASTO, ed. (1945), pp. 349-360, cujos critérios adopto.

¹³⁴⁵ Coloco a negrito os acrescentos da segunda mão.

castello de monção de crasto laboreyro o alêndroall Monsaraz [...] e acreçêmtou o jurumenha e povoou de novo vinharos e villa froll alfadegua mirâdela freyxo despada na synta villa nova de pinhell e villa Reall e o Remdo e afora outras povoaçois e assim a villa nova de pinhel villar fermoso e fora outras povoaçois asy como muja salvateRa e outras semelhantes

E sendo grde devisam antre el Rey dô fdo e el Rey dom jemes daraguam e asy mesmo antre el Rey dom fernãdo e o ifante dom afonso fº q foy do ifante dom Fernando de la çerda q se chamava Rey de castella Este muy noble Rey dom dynis foy por antre elles gd amizade e bõo acordo por suas sêtenças q deu antre elles no extremo damdolhes grandes dadivas e asy a todos hos nobres daquelles Reinos allem de vynte myll dobras que ha el Rey de castella êprestou e dezaseis mil marcos de prata e mais lhe deu muyta jente darmas pª ajudar a conquistar o Reyno de grada

E foy casado cõ a Rª [palavra riscada] **dona Isabel** fª del Rey daraguam dom Pedro e da Raynha dona costança q foy fª del Rey montefrea forão os anos de sa vida sesenta e quatro dos quais Reinou corenta e seis e finouse na era de cezar de mil e quatrocentos e sesenta e tres anos foj emterrado no mostrº de odivelas que ele mandou fazer e a Raynha dona Isabell sua molher mãdou fazer o mostr.º de santa crara de cuynbra he hy jaz emteRada a quall segundo seus mjlagres q Ds por ela fez hee avida por santa **e asy ouue hũa filha que se chamou dona costança q foy Rª de castella molher del Rey dom Fdo de Castela o q moReo êplazado**

[D. Afonso IV]

Summario da caronica del Rey dom aº coarto

castelo mendo e avoo e monforte e aRomches Portalegre e Marvão e castelo de vide e Borba e vila visoza e a Raiolos e Evora môte e gimarais e miramda e fes o castello de monção e de crasto de Bouro e veiros e o landroal e Monsaraz e [...] e acresemtou o jurumenha e povoou de novo vinharos e villa frol e alfamdega de Mirandela freixo despada cynta e villa nova de pinhel e villa Reall e o Remdo e afora outras povoaçois e assim a villa nova de pinhel e villar fermoso e asi outras povoaçois asym como muja sallvaterra e outras semelhantes e este tão excelente Rey avendo gerra com Castela pos sertos contratos q lhe não querião goardar êtrou pello dito Reyno ate corenta legoas fazemdo muyto grande estrago e destruiçãoper cuja causa lhe tornarão a goardar os primeiros partidos e preeteçias e ele fez muy grandes casamentos asym em Portugal como ã castella e sendo muy grande devisão entre el Rey dom Fernando de Castela e el Rey dom James daragão e yso mesmo amtre el Rey dom Fernamdo de castela e o ifamte dom afonso q foy filho do ifamte dom Fernando de la serda que se chamava Rey de castela este muy noble Rey dom dinis foy poer amtre eles [sic] no extremo daragão e damdolhe grandes dadivas e asym a todos los outros do Rejno nobres e fidalgos e alem de vjnte mill dobras que deu a el Rey de castela lhe emprestou dezaseis mill e qujnhentos marcos de prata e lhe deu muyta gente darmas pera ajudar a comquistar o Reyno de granada foy muy amador da justª e nunca se acha q perdoase morte de homem e ele pedio as sizas emprestadas ao povo por dous anos e foy casado com a Rª dona Isabel filha del Rey dom pedro daragão e da Rª dona costança q foy filha del Rey montefrea forão os anos de sa vida sesenta e quatro dos quais Reinou corenta e seis e finouse na era de cezar de mil e quatrocentos e sesenta e tres anos foj emterrado no mostrº de odivelas que ele mandou fazer e a Rª dona Isabell sua molher mãdou fazer o mostr.º de samta crara de coymbra onde jaz sepultada a quall segundo seus milagres que Ds por ela fas he tida e avida por santa

[D. Afonso IV]

el Rey dom aº do selado seytimo Rey e quarto

deste nome E septimo Rey de portugall

Foy fº del Rey dom dinys foy casado cõ dona breatiz fª del Rej dom sancho de castella e da Rª dona mª este muy exçelente Rey ouve dous anos comtinuadamte gueRa cõ castella por q lhe embarguavã a vinda de sua nora por odio que el Rey de castella avia do Jfante dom Joham manuell seu padre della [...] fym por suas grandes vitorias q contra o dito Rejno ouve lhe trazerão a dita Jfante ao seu Reyno e foy pesoalmte na grã batalha do salado a qual por seu esforço e leall serviço de seus naturaes foy vençida por cujo azo a espanha foy livre de poder dos mouros por que segundo ho grande poder q ally foy jũto daqem e dallem e os grandes danos q os jnfieis fizerã nalgũs luguares de castella e ha grande houzadia q trazião de destruir a espanha nã fora duvyda de se perder e mâteve seu Reyno os anos de sua vida os quaes forã sesenta e sejs e Reinou xxxii e jaz ãteRado na capella mayor da cidade de lixª acõpanhado de onRado colejo onde por elle se fazem cõtinuos e mum grandes sacrefiçios nas capellas dos Reys q hi estão e fynouse na era de cesar de mill e iijtos LRb Anos **ouue muitos fos piquenos q Morrerã... os q viera a... fora .s. o prcype dõ pº q Reinou depois delle e a Jfante dona Mª Rª de Castela molher delRey dõ aº de castella q era duas vezes primo cõ jrmão de sua molher & asy ouue a jfante dona Lianor q foy Rª daragã molher delRey dõ pº o quarto daragam**¹³⁴⁶

deste nome fº del Rej don dinis

Este he o muyto allto e muyto omRado Rey dom aº o seitimo de portugal e do algarve e quarto no nome e ele foy casado com a Rª dona breatiz filha del Rej dom sancho de castela e da Rª dona maria este muy eselente Rey teve dous anos comtinuadamente gerra com castela por lhe embargarem a vimda de sua nora pelo dito que el Rey avia ao Jfante dom Joam mll seu padre [...] por suas grandes vitorias q contra o dito Rejno ouve lhe trazerão a dita Jfante ao seu Reino e foj pesoalmente na batalha do salado a qual per seu esforso e real serviço de seus cavalejros foj vemcida cujo azoo despanha foy livre de poder dos mouros por que segdo ho poder q la foj junto daqem e dalem e os grandes danos q os ditos ymfieis fizerão nalgũs lugares de castella e a grande ouzadia q trazião de destrujr a espanha nã fora de muyto se perder e mâteve seu Reino ã grande drº e justª ã todolos anos de sua vida os quais forão sesemta e cimquo dos quais Rejnou trimta e dous finouse em a era de cesar de mil e quatrocentos [*sic*] e novemta e cimquo anos jas sepultado na see da muy noble cidade de lxª acompanhado de huũ tão omRado colegyo omde se por ele fazem muy gramdes sacraficios como se tratarão digo se tratão cada dia q muytos saberes e a mor parte destes rejnos e tem lemnda na ygreja he avido por santo

4. Datação do Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP

Segundo declaro na Parte III, capítulo 8 desta dissertação, a feitura do Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP deverá colocar-se, sem grandes hesitações, no lapso temporal que vai de 1513/1520 a 1543. Para além dos argumentos que aí avanço para essa datação, um outro dado que a reforça é o facto de este Sumário ter já sido conhecido por um outro Sumário, arquivado num códice actualmente à guarda da BNE (ms. 2122, do século XVII) e cujo texto foi redigido durante o reinado de D. João III (1521-1557). Forneço em seguida elementos que comprovam estas afirmações:

¹³⁴⁶ BASTO, ed. (1945), pp. 353 - 354.

a) O Sumário de Crónicas do ms. 2122 da BNE é da época de D. João III

Há pelo menos três factos que permitem situar a feitura deste texto durante o reinado do *Piedoso*. O primeiro deles é a circunstância de o seu anónimo autor o dedicar a D. Catarina de Áustria, chamando-a «Rainha de Portugal¹³⁴⁷»:

«Aa serenissima e christianissima Princesa Dona Caterina escrrecida Reyna de Portugal e Algarve

Todo homem, senhora, naturalmente tem hũ appetito desejado de ser estimado honrado e favorecido em este mundo mayormente de Reys, e grandes senhores (...) e esta foy hũa das causas principaes que me moveo a copilar este breve tratado e fazer a sua Alteza este pequeno serviço pera mediante elle conhecese meu grande desejo de a servir em fim de minha jornada [2r] (...) e tambem por ho parentesco que com ho emperador Dom Carlos voso irmão aveis (...) [3r] (...) porque não comtentando esta minha obra não se pode perder ante vosa real presemça ho desejo com que me movi e sendo aceita mande imprimir¹³⁴⁸ porque a todos seja manifesto ho *que* a *muitos* estaa em cuberto pois todo pasa asi em verdad (*sic*), não acreçemtãdo nenhũa cousa mas deminuymdo porque no tratado não o padece escrevemse todas as croniças por imteiro por evitar prolixidade tomando ho que faz ao caso e por não negar minha natureza e porque a sua Alteza seja mais aprazivel ho escrevi em linguagem castelhano¹³⁴⁹ e toquei em ho principio delle as croniças de Portugal em soma porque a todos seja notório os Reys de Portugal procederem dos emperadores e ser participantes em linhagem com todos os Reys christãos e despois brevemente tratarey das cousas de Portugal e de seus Reynos e senhorios com algũas cousas que acontecerão de pouquo tempo aca (...) [3v]»

O segundo, e mais explícito, são as seguintes afirmações, a propósito das mudanças que as armas reais portuguesas foram sofrendo ao longo do tempo, e das cidades onde funcionaram os Estudos Gerais:

– «e el Rey Dom Manuel pay del Rey noso *senhor* com justa causa e rezão acrecentou ha esfera pois sem ella mereço ser digno e socesivamente Rey de Portugal [10r]»;

– «e despois polos Reys de Portugal estarem por muito tempo dos anos em coymbra e se não podiam sustentar, se mudarão [os Estudos Gerais] aa cidade de Lisboa que naquele tempo não era tão nobrecida como aguora, mas el Rey nosso *senhor* Dom João ho terceiro considerando com muita prudencia hos grandes tratos e aparelhamentos de occupações mundanas que em a dita cidade de Lisboa e

¹³⁴⁷ Por aqui se vê também quão fantasiosa é a atribuição da autoria deste texto a Duarte Galvão, atribuição que consta de uma nota deixada no fôlio 1 por um dos antigos possuidores do manuscrito, o Conde de Villaumbrosa.

¹³⁴⁸ Terá havido, pois, a intenção de imprimir o texto, projecto que creio não ter chegado nunca a efectivar-se.

¹³⁴⁹ Estaremos, assim, perante a tradução portuguesa de uma obra inicialmente redigida em castelhano.

deasossego (*sic*) haa e ser muy grande inconveniente pera os que se han de occupar em aprender letras pera o qual se requiere muita desocupação e tranquilidade os mandou tornar aa mesma çidade de coymbra [34v]».

Deve, por fim, notar-se um conjunto de referências à família de D. Jorge de Lancastre, filho bastardo de D. João II e Mestre de Santiago, a quem o Sumário se refere como estando ainda vivo (e D. Jorge faleceu em 1550):

«e ficou com elle ho mestrado de Santiago e o mestre (*sic*) davis e Duque de Coymbra em que tem de remda por todo corenta mil cruzados e mais muitas vilas e fortalezas e grande senhorio e grandes comêdas que se hão de dar e fazer merçes aos comendadores porque não haa nenhum fidalguo em Portugal *que* não folgue muito de trazer o abito de Santiago (...) ho *senhor* Dom Jorge casou com dona (*sic*) filha do *senhor* Dom Alvaro irmão do Duque que degolarão (...) de que ouve ho mestre de Santiago estes filhos desta *senhora* Duquesa sua molher .s. Dom João que agora hee Duque [229v] daveiro¹³⁵⁰ dom luys, Dom Affonso, Dom James, e tem hũa filha que se chama Dona Ilena, e dizem que esta senhora hee comprida de todas as vertudes que hũa senhora pode ter (...) [230r]»

- b) O Sumário de Crónicas do ms. 2122 BNE conheceu o Sumário de Crónicas do ms. 1198 BPMP

O Sumário de Crónicas do ms. 2122 da BNE tem como fontes principais para a matéria relativa aos sete primeiros reis de Portugal as Crónicas de Duarte Galvão e Rui de Pina. Todavia, encontram-se nele certas informações ou passagens que são alheias às obras desses autores, mas constam também do Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP. Este terá sido, pois, uma das fontes do Sumário da BNE. Alguns exemplos¹³⁵¹:

–«e ouvindo elle [D. Henrique] a fama e nobreza del Rey Dom Affonso ho sexto de spanha chamado **ho da mão furada** que depois se chamou emperador [5r]»;

–«**todos tres** [D. Henrique e os dois Raimundos] **encendidos de fogo e zelo do amor de deus como alifante encendido com amostranças de sangue** [5r]»;

–«**seguimdo em seu dizer** [D. Henrique, no discurso a seu filho] **as palavras e doutrina daquele grande salamão** [5v]»;

¹³⁵⁰ A partir de 1535. O Sumário foi, por isso, necessariamente redigido após esta data. Há um outro dado que pode ajudar a circunscrever melhor a datação do texto. Com efeito, o Sumário do ms. 2122 da BNE menciona, a respeito do Conde D. Henrique, certa «croniqua de spanha» [fólio 5r] que dizia que o Conde era natural de Constantinopla. Esta afirmação consta do texto publicado por Florian de Ocampo em 1541, e é possível que tenha sido esta a fonte do Sumário. Se assim foi, ele teria sido redigido entre 1541 e 1550 (ano em que faleceu D. Jorge de Lancastre).

¹³⁵¹ Coloco a negrito as passagens que não constam das Crónicas de Pina e Galvão, mas estão também no Sumário do Ms. 1198 da BPMP. Veja-se uma descrição detalhada das diferenças entre o Sumário do Ms. 1198 BPMP e as crónicas daqueles dois autores na III parte, capítulo 8 desta dissertação.

–«e vimdo depois por descurso de tempos ho muy catholiquo e *Reverendo Dom Dioguo de Sousa arçobispo e senhor de braga* repairando aa dita see em ho ano do senhor de mill e quinhentos e doze anos¹³⁵², e achando o dito comde Dom emrique sepultado como dito hee parecemdolhe que estava em lugar não conveniente aos merecimentos de tan grande príncipe e digno de tanta memoria e de tanta honra e bem aventuramça com tão alta e real linhagem succedeo a estos Reynos de Portugal em a capila mayor que se mandou desfazer e edificar de fundamento em mayor grandeza e perfeição [7v]»;

–«a qual batalha [S. Mamede] se deu em a veiga de samtidanhas **por omde corre hum grande rio** [8v]»;

–«el Rey Dom Affonso [Henriques] por não ser obli guado (*sic*) a cumprir esta promessa numqua mais quis cavalgar em cavalo mas andava em hum carro **como andavão os Reys godos antiguamente** [12r]».

¹³⁵² A referência exacta à data da renovação dos túmulos de D. Henrique e D. Teresa é uma inovação do Sumário do ms. 2122 da BNE. O Sumário do ms. 1198 da BPMP menciona também a atitude do Arcebispo de Braga, mas não especifica datas.

BIBLIOGRAFIA

MANUSCRITOS

Biblioteca Pública Municipal do Porto

MS. 86
MS. 760
MS. 848
MS. 886
MS. 891
MS. 1198
MS. 80 FA

Biblioteca Nacional de Portugal

Alc. 290
COD. 248
COD. 8032
COD. 11248
CO – Caixa 12

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

«Frades Menores (Ordem dos), Província de Portugal, Santa Clara de Vila do
Conde, Livro 20»
43 A da Casa Forte

Biblioteca Pública de Évora

CIII 2 – 12
Manizzola 348

Biblioteca do Palácio da Ajuda, Lisboa

49 – XI – 38

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

MS. 581

Biblioteca Nacional de Espanha

MS. 2122
MS. 2268

EDIÇÕES

- ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues (1824), *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal, Inéditos de História Portuguesa*, Tomo V, Lisboa, Real Academia das Sciencias de Lisboa.
- BASTO, Artur de Magalhães, ed. (1945), *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, Porto, Livraria Civilização.
- , ed. (1945b), *Crónicas de D. Sancho I e D. Afonso II de Fr. António Brandão*, Porto, Livraria Civilização.
- , ed. (1946), *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III de Fr. António Brandão*, Porto, Livraria Civilização.
- BLECUA, Juan Manuel Cacho, ed. (2004), *Garcí Rodriguez de Montalvo. Amadís de Gaula*, 5ª edición, Madrid, Cátedra.
- BRAGANÇA, José de, ed. (s/d), *Crónica de D. Afonso Henriques*, Lisboa, Portugália.
- BRANCAAMP FREIRE, Anselmo, ed. (1915), *Crónica de D. João I*, Primeira Parte, Lisboa, Arquivo Histórico Português.
- BRANCAFORTE, Benito, ed. (1999), *Alfonso X el Sabio. Prosa histórica*, 3ª edición, Madrid, Catedra.
- BRANDÃO, António (1974), *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda (originalmente editada em 1632).
- (1975), *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BRANDÃO, Francisco (2008a), *Monarquia Lusitana, Parte V*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda (originalmente editada em 1650).
- BRANDÃO, Francisco (2008b), *Monarquia Lusitana, Parte VI*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda (originalmente editada em 1672).
- BRASIL, Reis, ed. (1992), *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara, Lisboa, Publicações Europa – América.
- BREA, Luis Charlo, ed. (1999), *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, Madrid, Akal.
- BROCARDI, Maria Teresa, ed. (1997), *Crónica de D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica / Fundação Calouste Gulbenkian.
- CALADO, Adelino de Almeida, ed. (1994), *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- , ed. (1998), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

- CAMPA GUTIÉRREZ, Mariano de la, ed. (2009), *La Estoria de España de Alfonso X. Estudio y Edición de la Versión Crítica desde Fruela II hasta la muerte de Fernando II*, Analecta Malacitana, Anejo LXXV, Málaga, Universidad de Málaga.
- CATALÁN, Diego e ANDRÉS, Maria Soledad de, ed. (1970), *Crónica General de España de 1344 que ordenó D. Pedro Conde de Barcelos*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Gredos.
- CATALÁN, Diego, ed. (1974), *Crónica del Moro Rasis*, Madrid, Gredos.
- , ed. (1976), *Gran Crónica de Alfonso XI*, Madrid, Gredos, 2 voll.
- CINTRA, Luis F. Lindley, ed. (2009), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 4 voll. (reedición da edição de 1951 – 1990).
- COSTA, José Pereira da, ed. (1992), *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- COSTA, José Pereira da, ed. (1996), *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de suas Vidas (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.
- CRUZ, António, ed. (1968), *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal.
- DIAS, João José Alves, ed. (1982), *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, Lisboa, Estampa.
- DORNELAS, Afonso de, ed. (1931), *Tratado Geral da Nobreza de António Rodrigues*, Porto, Biblioteca Pública Municipal.
- DOYLE, Plínio, ed. (1981), *Breue Summario dos Reys de Portugal*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- FALQUE, Emma, ed. (2003), *Lucae Tudensis. Chronicon Mundi, Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis, LXXIV*, Turnhout, Brepols.
- FERNANDES, Rosado, ed. (1996), *As Antiguidades da Lusitânia* de André de Resende, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da, ed. (1995), *Crónica da Tomada de Lisboa*, Lisboa, Edição do Autor.
- FONSECA, Tomás da, ed. (1995), *Crónica de El – Rei D. Afonso Henriques de Duarte Galvão*, Lisboa, Imprensa – Nacional Casa da Moeda.
- GOÍS, Damião de (1926), *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa

- da Universidade, 4 voll. (reedição do texto da edição de 1567).
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, ed. (1998), *Crónica de Alfonso X*, Múrcia, Real Academia Alfonso X El Sábio.
- GONZÁLEZ MUÑOZ, Fernando, ed. (2000), *La Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana*, A Coruña, Editorial Toxosoutos.
- HARTMANN, Carmen Cardelle de, ed. (2002), *João de Santarém (Biclarense). Crónica*, Lisboa, Edições Colibri.
- JARDIN, Jean Pierre, ed. (2006), *La Suma de Reyes du grand dépensier de la reine Aliénor d'Aragon, première femme de Jean I^{er} de Castille*, Lyon, ENS, 2006 [URL : http://w4.ens-lsh.fr/e-textes/notice.xsp?id=editions-critiques.2006.jardin-jp-principal&id_doc=editions-critiques.2006.jardin-jp&isid=editions-critiques.2006.jardin-jp&base=documents&dn=1], consultado em 15/06/2010.
- KING, Larry, ed. (1978), *Gomes Eanes de Zurara. Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1975), *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão (obra originalmente editada em 1600).
- LIVRO I DE MÍSTICOS DE REIS (1947), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- LIVRO VELHO 1 (1937), Lisboa, Edições Biblión.
- LOPES, Fernão (s/d), *Crónica de D. João I. Primeira Parte*, Porto, Livraria Civilização.
- LORENZO, Ramón, ed. (1975), *La traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, Orense, Instituto «Feijoo», 2 voll.
- MACHADO, José Pedro, ed. (1979), *Crónica da Conquista do Algarve*, Separata dos *Anais do Município de Faro*, número 8, Faro, pp. 239-74.
- MACHI, Giuliano, ed. (2007a) *Crónica de D. Pedro de Fernão Lopes*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- , ed. (2007b) *Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MARIZ, Pedro de (1598), *Diálogos de Vária História*, Coimbra, Officina de António Mariz.
- MATTOSO, José, ed. (1980), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2 voll.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, ed. (1951), *Poema de Mio Cid*, Madrid, Espasa/Calpe.

- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, ed. (1977), *Primera Crónica General de España*, tercera reimpressão, Madrid, Seminario Menéndez Pidal /Editorial Gredos, 2 voll.
- MICHAEL, Ian, ed. (1978), *Cantar de Mio Cid*, Madrid, Castalia.
- NASCIMENTO, Aires, ed. (2001), *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado* (inclui edição do *Indiculum Foundationis Monasterii Vincentii*), Lisboa, Vega.
- NUNES, José Joaquim, ed. (1919), *Vida e milagres de dona Isabel, Rainha de Portugal. Texto do século XIV restituído à sua presumível forma primitiva*, Lisboa, Academia das Ciências.
- NYKL, A. R., ed. (1942), *Crónica del rey D. Affomssso Hamrriquez / Duarte Galvão; Partial critical edition with introduction and notes*, Cambridge, University.
- OCAMPO, Florian de, ed. (1541), *Las Quatro Partes Enteras de la Crónica de España*, Zamora.
- PEIXOTO, Fernando Venâncio, ed. (2000), *Crónicas Breves e Memórias Avulsas de S. Cruz de Coimbra*, Lisboa, Edição do Autor.
- PIMENTA, Alfredo, ed. (1948), *Fontes Medievais da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- PINA, Rui de (1901), *Chronica d'el-Rei D. Duarte*, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes (inclui excertos de um artigo de Alexandre Herculano inicialmente publicado no *Panorama* em 1839).
- (1977), *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello e Irmão.
- RAMOS, Emmanuel Paulo, ed. (2000), *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora.
- ROSELL, Cayetano, ed. (1953), *Crónicas de los Reyes de Castilla*, Biblioteca de Autores Españoles, Tomo LXVI, Madrid, Atlas.
- SÁ NOGUEIRA, Bernardo, ed. (2003), *Livro das Lezírias d'el Rei Dom Dinis*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOARES, Torquato de Sousa, ed. (1989), *Crónica dos Feitos da Guiné de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, Publicações Alfa.
- TAROUCA, Carlos da Silva, ed. (1947), *Crónica de D. Dinis*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.
- , ed. (1952-1953), *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, Lisboa, Academia de História, 3 voll.

- VALERA, Diego de (1562), *Crónica Abreviada de España*, Sevilha, Sebastián Trujillo.
- VALVERDE, Juan Fernández, ed. (1987), *Roderici Ximenii de Rada. Historia de Rebus Hispaniae siue Historia Gothica, Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis*, Turnhout, Brepols.
- VICTORIO, Juan, ed. (1991), *Poema de Alfonso Onceno*, Madrid, Cátedra.

ESTUDOS

- ABREU E LIMA, João Paulo (1998), *As armas de Portugal: origem, evolução, significado*, Lisboa, INAPA.
- ALBUQUERQUE, Martim de (1990), *A Torre do Tombo e os seus tesouros*, Lisboa, INAPA.
- ALBUQUERQUE, Martim de, ABREU E LIMA, João Paulo (1984), *A Genealogia do Infante D. Fernando de António de Holanda e Simão Bening*, Porto / Lisboa, Banco Borges e Irmão.
- ALFONSO-PINTO, Ester Fátima (1999), *The «Crónica de Cinco Reis de Portugal»: the influence of castilian historiography on the epic tradition of D. Afonso Henriques* (Dissertação de Doutoramento apresentada à University of Texas at Austin, EUA, policopiada).
- ALVES (1985), *Iconologia do Poder Real no período Manuelino. À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- AMADO, Teresa (1997a), *Fernão Lopes, contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Estampa.
- (1997b), «Investigação das origens: o reinado de D. Afonso Henriques», *Actas del VI Congreso Internacional de la AHLM* (direcção de José Manuel Lucía Megías), Volume 1, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, pp. 143-149.
- (1999), «O projecto histórico de um Infante», in *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão* (org. de Isabel Hub Faria, Lisboa, Cosmos, pp. 303-310).
- (2001), «Fernão Lopes», *História da Literatura Portuguesa I: das origens ao Cancioneiro Geral*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 437-477.
- (2003a), «Dois discursos para um rei», *Scripta. Literatura*, Volume 7, número 13, pp. 178-188.
- (2003b), «Ainda sobre o milagre de Ourique», *Da Decifração em Textos Medievais. Actas do IV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval* (org. de Ana Paiva Morais, Teresa Araújo e Rosário Santana Paixão), Lisboa, Colibri, pp. 301-310.

- (2005), «Epílogos sem modelo em Fernão Lopes», *Modelo. Actas do V Colóquio da Secção portuguesa da AHLM* (org. de José Carlos Miranda e Ana Sofia Laranjinha), Porto, Faculdade de Letras do Porto, pp. 269-278.
- (2007a), «Questões textuais sobre manuscritos das Crónicas de Fernão Lopes», *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Edición al cuidado de Armando López Castro y Luzdivina Cuesta Torre, León, Universidad de León, pp. 191-196.
- (2007b), *O passado e o presente: ler Fernão Lopes*, Lisboa, Editorial Presença.
- AMARAL, Diogo Freitas do (2003), *Em que momento se tornou Portugal um país independente?*, Coimbra, Edições Tenacitas.
- AMOS, Thomas L. (1990), *The «Fundo Alcobaca» of the Biblioteca Nacional, Lisbon*, Collegeville, Hill Monastic Manuscript Library.
- ANDRADE, António Banha de (1977), *Gaspar Correia inédito*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ARMISTEAD, Samuel G. (2000), *La Tradición Épica de las Mocedades de Rodrigo*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.
- ARNAUT, Salvador Dias (s/d), *Introdução à Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*, Porto, Livraria Civilização.
- ASKINS, Arthur Lee – Francis, DIAS, Aida Fernanda e SHARRER, Harvey L. (2002), *Fragmentos de Textos Medievais Portugueses da Torre do Tombo*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.
- AUBIN, Jean (1975), *Duarte Galvão*, Separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, Volume IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- AVALLE – ARCE, Juan Bautista (1974), «Sobre una crónica medieval perdida», *Temas hispánicos medievales*, Madrid, Gredos, pp. 13-63.
- AZEVEDO, Narciso de (1947), *A arte literária na Idade Média*, Porto, Figueirinhas.
- BARROCA, Mário (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Fundação Calouste Gulbenkian, 4 voll.
- BASTO, Artur de Magalhães (1943), *Fernão Lopes. Suas «crónicas perdidas» e a Crónica Geral do Reino – A propósito duma Crónica quatrocentista inédita dos cinco primeiros reis de Portugal*, Porto, Livraria Progredior.
- (1951), *A tese de Damião de Góis em favor de Fernão Lopes. A posição da Crónica de Cinco Reis em face dessa tese*, Porto, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos.

- (1960), *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- BAUTISTA, Francisco (2003), «Hacia una nueva “versión” de la Estoria de España: texto y forma de la Versión de Sancho IV», *Incipit*, XXIII, Buenos Aires, Seminario de Edición y Crítica Textual.
- BECEIRO PITA Isabel (2006), «La Recepción de la cultura aristocrática castellana en el Portugal de los Avis», *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol. 2, Porto, Faculdade de Letras do Porto.
- BELL, Aubrey F. G. (1931), *A Literatura portuguesa (história e crítica)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- (1986), *Fernão Lopes*, Lisboa, José Ribeiro editor.
- BENTLEY, William (1925), «Fernão Lopes and his Predecessors. Study of a Little-known Ms. in the Lisbon National Library», *Revista de História*, Volume 14, Lisboa, pp. 92-105.
- BRAGA, Teófilo (s/d), *História da Literatura Portuguesa, I: Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa – América.
- BRANCO, António (1997), «O lugar do mestre Paio Correia na história - 1. A Crónica de 1419 e a Crónica da Conquista do Algarve», *Actas del VI Congreso Internacional de la AHLM* (direcção de José Manuel Lucía Megías), Volume 1, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, pp. 357-364.
- BRÁSIO, António (1958), «Da autoria da Crónica de D. Pedro I e da História Geral do Reino», *Anais da Academia Portuguesa da História*, Segunda série, Volume 8, Lisboa, pp. 341-368.
- (1959), «Algumas observações sobre a autoria das chamadas “crónicas de cinco” e «dos sete reis» tiradas da crítica interna», *Anais da Academia Portuguesa da História*, Segunda Série, Volume 9, pp. 57-77.
- BUESCU, Ana Isabel (2007), «Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas», *eHumanista*, Volume 8, URL: http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/8%20%20Ana%20Isabel%20Buescu%20Article.pdf, consultado a 17/06/2010.
- CALADO, Adelino de Almeida (1996), «A Crónica de Portugal de 1419 e as teses de Damião de Góis», *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, número 13, pp. 69-88.
- (1999), «O primeiro volume de Fernão Lopes», *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, número 16, pp. 67-75.
- CARREIRA, José Nunes (1993), *História antes de Heródoto*, Lisboa, Instituto Oriental da Faculdade de Letras de Lisboa, Edições Cosmos.

CATALÁN, Diego (1955), *Un prosista anónimo del siglo XIV: la Gran Crónica de Alfonso XI. Hallazgo, estilo, reconstrucción*, Canarias, Universidad de La Laguna.

——— (1962), *De Alfonso X al Conde de Barcelos: cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Gredos.

——— (1974), *La tradición manuscrita en la «Crónica de Alfonso XI»*, Madrid, Gredos.

——— (1982) «España en su historiografía: de objeto a sujeto de la historia», ensayo introductorio de *Los Españoles en la História* de Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Espasa Calpe.

——— (1992), *La Estoria de España de Alfonso X. Tradición y innovación*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal.

——— (1997), *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí. Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid.

——— (2000), *La Épica Española. Nueva Documentación y Nueva Evaluación*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Complutense de Madrid.

CATÁLOGO (1879), *Catálogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto. Índice preparatório do catálogo dos manuscritos*, Porto, Biblioteca Pública Municipal.

CEPEDA, Isabel Vilares (1995), *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

CIDADE, Hernâni (1931), *Fernão Lopes é ou não o autor da «Crónica do Condestabre»?*, Separata de *O Instituto*, Vol. 81, nº1, Coimbra, Imprensa da Universidade.

——— (1944), *Recensão Crítica a Fernão Lopes...* de Magalhães Basto, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2ª série, tomo 10, nº 3, Lisboa, pp. 319-321.

CINTRA, Luís Filipe (1999a), «Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)», *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão* (org. de Isabel Hub Faria), Lisboa, Cosmos, pp. 159-198 (inicialmente publicado em 1957).

——— (1999b), «Sobre o códice Alcobacense 290 (antigo 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (autógrafo de Duarte Galvão?)», *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão* (org. de Isabel Hub Faria), Lisboa, Cosmos, pp. 269-288 (inicialmente publicado em 1974).

COELHO, Eduardo Prado (1982), *Os Universos da Crítica*, Lisboa, Edições 70.

- COELHO, Jacinto do Prado (1951), Recensão Crítica a *Crónica de D. Dinis e Terão aparecido as crónicas perdidas de Fernão Lopes?* de C. S. Tarouca, Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, 2ª série, tomo 18, Lisboa, pp. 251-252.
- COLLINGWOOD, R. G. (1989), *A ideia de História*, Lisboa, Editorial Presença.
- CONTRERAS MARTIN, Antonio (2002), *La imagen de la caballería en el manuscrito 9611 de la Biblioteca Nacional de Madrid («Lanzarote» Castellano)* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universitat de Barcelona, policopiada).
- CURTO, Diogo Ramada (2007), *Historiografia e Memória no século XVI, Cultura escrita. Séculos XVI – XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 91-118.
- DAVID, Pierre (1947), *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa, Livraria Portugália Editora.
- DIAS, Aida Fernanda (1998), *História Crítica da Literatura Portuguesa, I: Idade Média*, Lisboa, Verbo.
- DIAS, Isabel de Barros (2003), *Metamorfoses de Babel*, Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Fundação Calouste Gulbenkian.
- DIAS, Isabel Rosa (1997), «De como o mosteiro de S. Vicente foi refundado», *O Género do Texto Medieval*, Actas do Iº Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, coordenação de Cristina Almeida Ribeiro e Margarida Madureira, Lisboa, Cosmos, pp. 139-144.
- (2001), «Uma tradição nacional sobre S. Vicente», *Figura*, Actas do IIº Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, coordenação de António Branco, Faro, Universidade do Algarve, pp. 233-246.
- (2003), *Culto e Memória Textual de S. Vicente. Da Idade Média ao Século XVI* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve, policopiada).
- (2008), «A crónica del rei dom affonso, fonte perdida da *Crónica de 1419*», Anais, VII EIEM - Encontro Internacional de Estudos Medievais (2-6 de Julho, 2007), *Idade Média: permanência, atualização, residualidade*, org. Roberto Pontes e Elizabeth Martins, Fortaleza/Rio de Janeiro, pp. 552-562.
- (2009a), «La légende des cinq martyres franciscains du Maroc (1220) dans son contexte portugais», Separata de *Franciscana*, XI, Bolletino della Società internazionale di studi francescani, Spoleto, Fondazione Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo.
- (2009b), «A narrativa da vida e milagres da Rainha Santa Isabel: testemunhos e

- edições», in *Medievalismo en Extremadura. Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas de la Edad Media*, Cáceres, Universidad de Extremadura, pp. 279-292.
- DINIS, António J. Dias (1950), «As Crónicas medievais portuguesas: adulteração de Rui de Pina?», Braga, *Colectânea de Estudos*, Ano 1, 2ª série, nº3.
- (1960), *Estudos Henriquinos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- DUARTE, Luís Miguel (2002), «A Crónica perdida de Vasco Fernandes de Lucena», *Biblos*, volume 78, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, pp. 129-134.
- EFFGEN, Augusto Ricardo (2009), *A Construção de Modelos e Contramodelos Régios em Fernão Lopes* (Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil), URL: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Augusto_Ricardo_Effgen-S.pdf, consultado a 21/06/2010.
- ESTEVES, Elisa Nunes (1995), «Relações entre as lendas de Fernão Gonçalves e Afonso Henriques», PAREDES, Juan (ed.), *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, vol. II, pp. 229-35.
- FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (1992), *Las Estorias de Alfonso el Sabio*, Madrid, Istmo.
- (2000), «El taller de las Estorias», en I. Fernández-Ordóñez (ed.), *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid, Universidad de Valladolid/ Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, pp. 61-82.
- (2003), «De la historiografía fernandina a la alfonsí», *Alcanate*, III, pp. 93-133 [URL: http://www.uam.es/personal_pdi/filoyletras/ifo/publicaciones/11_a.pdf, consultado a 21/06/2010].
- FERREIRA, Maria do Rosário (2006), *A lenda dos sete infantes: arqueologia de um destino épico medieval* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada).
- FIGUEIREDO, Albano (2005), *A crónica medieval portuguesa: génese e evolução de um género (sécs. XIV-XV): a dimensão estética e a expressividade literária* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada).
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (1986), introdução a *Crónica da Conquista do Algarve*, *Revista de Guimarães*, Vol. XXXIX, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, pp. 81-109.
- FOURNIER, António (1995), *A primeira parte da Crónica Geral de Espanha de 1344: o texto e a sua construção* (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada).

- (1997), «A “Crónica da fundação do Mosteiro de S. Vicente”: memória e ideologia», *O Género do Texto Medieval*, Actas do Iº Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, coordenação de Cristina Almeida Ribeiro e Margarida Madureira, Lisboa, Cosmos, pp. 173-188.
- (2001), «Bamba: a construção de uma exemplaridade – a propósito da figura do refundidor da *Crónica Geral de Espanha de 1344*», in António Branco (coordenador), *Figura. Actas do Segundo Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Faro, pp. 133-169.
- FRANCO, José Eduardo (2000), *O Mito de Portugal. A primeira História de Portugal e a sua função política*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d’Orey.
- GAMEIRO, Odília (2000), *As memórias nobiliárquicas medievais portuguesas. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- GANDRA, Manuel J. (2002), *A cristofania de Ourique – Mito e profecia*, Lisboa, Fundação Lusíada.
- GOMES, Rita Braga (2009), «Exemplum na cronística portuguesa: reinado de D. Dinis», in *Medievalismo en Extremadura. Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas de la Edad Media*, Cáceres, Universidad de Extremadura, pp. 445-448.
- GOMES, Rita Costa (2005), «Zurara and the empire: Reconsidering fifteenth-century Portuguese historiography», *Storia della Storiografia - Histoire de l'historiographie - History of Historiography*, 47, pp. 56-89.
- GÓMEZ PEREZ, José (1965), «La *Estoria de España* alfonsí de Fruela II a Fernando III», *Hispania – Revista Española de Historia*, número 100, Madrid, Instituto Jerónimo Zurita.
- GÓMEZ REDONDO, Fernando (1998), *História de la prosa medieval castellana*, Madrid, Cátedra, 2 voll.
- (2000a), «De la crónica general a la real. Transformaciones ideológicas en “Crónica de tres reyes”», in *La historia alfonsí y sus destinos (siglos XIII-XV)*, (Georges MARTIN, dir.), Madrid, Casa de Velazquez (Collection de la Casa de Velazquez, 68), pp. 95-124.
- (2000b), «La construcción del modelo de crónica real», en I. Fernández-Ordóñez (ed.), *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid, Universidad de Valladolid/ Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, pp. 133-158.
- HERCULANO, Alexandre (1850), *Solemnia Verba. Cartas ao Senhor A. L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero*, Lisboa, Imprensa Nacional.

- (2007), *História de Portugal*, edição anotada por José Mattoso, Lisboa, Bertrand, 2 voll.
- HIJANO VILLEGAS, Manuel (2006), «Continuaciones al Toledano: el caso de la Historia hasta 1288 dialogada», in *El relato historiográfico: textos y tradiciones en la España medieval*, Londres, Queen Mary, University of London, Papers of the Medieval Hispanic Research Seminar, 48, pp. 123-148.
- HORVAT, Marian T. (1997), *The Political Context and Content of Fernão Lopes' Crónica do Condestável* (Dissertação de Doutoramento apresentada à University of Kansas, EUA, policopiada).
- INVENTÁRIO GENERAL DE MANUSCRITOS DE LA BIBLIOTECA NACIONAL (1953 – 1995), Madrid, Ministerio de Educación Nacional, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, Servicio de Publicaciones, 12 voll (Tomo 6: 1962).
- JORGE, Teresa Margarida dos Anjos (2000), *A obra historiográfica de Fernando Oliveira: Hestórea de Portugal, Livro da Antiguidade, Nobreza e Imunidade do Reino de Portugal. Edição Crítica* (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada).
- LEON – BORJA, István e KLIMES-SZMIK, Katalin (1994), *El Memorial Portugués de 1494. Una alternativa al tratado de Tordesillas*, Madrid, Ministerio de Cultura.
- LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe, org. (2000), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Caminho.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1981), *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, 10ª edição, Coimbra, Coimbra Editora.
- LOPES, Maria Alexandra Rodrigues Gouveia (1995), *O discurso do chefe militar antes da batalha na cronística medieval portuguesa* (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, policopiada).
- LOPEZ – ARIAS, Julio (1991), *Peculiaridades estilísticas de Fernão Lopes* (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Michigan, EUA), abstract: <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=745164031&Fmt=2&clientId=37541&RQT=309&VName=PQD>, consultado a 23/06/2010.
- MACCHI, Giuliano (1963), «Un problema della historiografia portoghese: le opere perdute di Fernão Lopes», *Cultura Neolatina*, Modena, vol. 23.
- MACHADO, Ana Maria (1993), «Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal D. Isabel», in LANCIANI e TAVANI (2000).
- MADAHIL, António Gomes da Rocha (1928), «Os Códices de Santa Cruz de Coimbra», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, número 9, pp. 192-229, 352-83.

- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1987), «Uma Interpretação da Crónica da Conquista do Algarve», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, 1987, vol. I, pp. 123-133.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1974), *Antologia da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Publicações Europa – América, 2 voll.
- MARTIN, Georges (1992), *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*, Paris, Klincksieck.
- (1997), «Alphonse X et le pouvoir historiographique», in : *L'historiographie médiévale européenne et les nouveaux publics (XIIIe-XVe siècle)*, (Jean-Philippe GENET, dir.), Paris, Presses universitaires de la Sorbonne, pp. 229-240 (URL: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00157598>).
- (2000), «El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes», in *La historia alfonsí y sus destinos (siglos XIII-XV)*, (Georges MARTIN, dir.), Madrid, Casa de Velazquez (Collection de la Casa de Velazquez, 68), pp. 9-40. (URL: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00115821>).
- MARTÍNEZ, Purificación (2003), «Dos reyes sabios: Alfonso X y Alfonso XI y la evolución de la crónica general a la crónica real», en Lillian von der Walde Moheno (ed.), *Propuestas teórico-metodológicas para el estudio de la literatura hispánica medieval*, México, Universidad Autónoma de México, pp. 193-210.
- MARTINEZ DIEZ, Gonzalo (2007), *Alfonso VIII, Rey de Castilla y Toledo (1158 – 1214)*, Corona de España, Serie Reyes de Castilla, Gijón, Ediciones Trea.
- MATTOSO, José (1985), *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1987), «A realeza de Afonso Henriques», *Fragments de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa.
- (1998), *A identidade Nacional, Cadernos democráticos*, Lisboa, Fundação Mário Soares / Gradiva.
- (2006), *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MAURÍCIO, Carlos Coelho (1989), «Na manhã fértil. Sondando o Milagre de Ourique na Cultura Portuguesa», *Ler História*, número 18, Lisboa, pp. 3-28.
- MELO, Ataíde e (1932), *Inventário dos Códices Alcobacenses*, III, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- MENDES, Joaquim (1993), *Crónica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de S. Vicente*, in LANCIANI e TAVANI, 2000.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1952), «La historiografía medieval sobre Alfonso II»,

Miscelânea Histórico – Literaria, Colección Austral, Buenos Aires, Espasa – Calpe Argentina, pp. 41-78.

MIRANDA, José Carlos (2009), «Na génese da Primeira Crónica Portuguesa», *Medievalista online*, 6, URL: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-miranda.htm>. [Consultado a 15/11/2009].

MONTEIRO, João Gouveia (1988), *Fernão Lopes – Texto e Contexto*, Coimbra, Livraria Minerva.

——— (1989), *Fernão Lopes e os cronistas coevos, Separata da Revista de História das Ideias*, volume 11, Coimbra, Faculdade de Letras.

MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão (1816), «Discurso preliminar e introdução às Crónicas de Fernão Lopes», introdução ao Tomo IV dos *Inéditos de História Portuguesa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

MOREIRA, Filipe Alves (2006), «“E des ally foi pêra mal”: o lugar de Sancho II na cronística medieval portuguesa», Comunicação apresentada ao VI Colóquio da Secção portuguesa da AHLM, Coimbra, disponível on-line em http://www.seminariomedieval.com/outras_pub_online/MOREIRA%20E%20de%20ally%20foi%20pera%20mall.pdf, consultado a 21/06/2010.

——— (2007), «Um breve apontamento inédito sobre a localização da batalha de S. Mamede», *Revista de Guimarães*, Volume 115/116 (2005/2006), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp. 187 – 192.

——— (2008), *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas.

——— (2009a), «A primeira redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*: fonte da *Crónica de 1419?*», *Seminário Medieval 2007 – 2008* (org. de Maria do Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Miranda), Porto, Estratégias Criativas / Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade.

——— (2009b), «Um novo fragmento da Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341 – 1342 e suas relações com a historiografia alfonsina», *Guarecer on-line* (fundo de publicações do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade), URL: <http://www.seminariomedieval.com/guarecer/fam2009.pdf>. [Consultado a 9/10/2009].

——— (no prelo), «As cores e as origens de Portugal entre o Conde de Barcelos e Fernão de Oliveira», *Actas do VII Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM* (org. de Isabel Barros Dias e Carlos Carreto), Lisboa, Universidade Aberta.

NASCIMENTO, Aires (1979), «Em busca dos códices Alcobacenses perdidos», *Didaskalia*, volume 9, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

——— (1993), «Vida de S. Teotónio», in LANCIANI e TAVANI, 2000.

- (1993b), «Milagres de S. Vicente», in LANCIANI e TAVANI, 2000.
- (2005), «O júbrio da vitória: celebração da tomada de Santarém aos mouros (A. D. 1147)», *Actes del X Congrès Internacional de l'Associació Hispànica de Literatura Medieval* (Edició a cura de Rafael Alemany, Josep Lluís Martos i Josep Miquel Manzanaro), Volum III, Alacant, Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, pp. 1217-1232.
- OLIVERA SERRANO, César (2005), *Beatriz de Portugal. La Pugna Dinástica Avís – Trastámara*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento», Cuadernos de Estudios Gallegos. Anexo XXXV.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues (2000), *As representações da mulher na cronística medieval portuguesa (sécs. XII a XIV)*, Cascais, Patrimonia Histórica.
- OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (2005), *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Armando de Sousa (1996), «A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa», *2.º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época*, Guimarães, Câmara Municipal e Universidade do Minho, vol. 5, pp. 297-323.
- (2002), «Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra dos finais do século XII», *Lusitania Sacra*, 13-14, pp. 315-336.
- (2005), «Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa», *Lusitania Sacra*, 17, pp. 15-38.
- PEREIRA, Maria Teresa (1996), «Memória Cruzadística do feito da tomada de Alcácer (1217)», *2º Congresso Histórico de Guimarães*, Actas, vol. 2, A política portuguesa e as suas relações exteriores, Guimarães, Câmara Municipal, pp. 321-357.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa (1947), *História da Literatura Portuguesa, I: Idade Média*, Coimbra, Edições Quadrante.
- (1972), *Escritos diversos*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- PINA, Luís de (1933), «O Cronista Rui de Pina e Mestre António, Físico da Renascença», Separata de *O Instituto*, vol. 86, Coimbra.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (2005), *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PORFÍRIO, José Luís Gordo (1967), *A Crónica de 1419: problemas de mentalidade e estruturas sociais* (Tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada).
- RADULET, Carmen M. (1992), *O Cronista Rui de Pina e a «Relação do Reino do*

Congo», Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses e Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

RAMOS, Manuel (1997), «A Memória In sancta et admirabili Victoria Christianorum como fonte da Crónica d'el Rei D. Afonso IV», *O género do texto medieval* (org. de Cristina Almeida Ribeiro e Margarida Madureira), Lisboa, Edições Cosmos, pp. 157-172.

RAMOS, Maria Ana (2005), «Um silêncio na história literária portuguesa: Mathilde de Boulogne», *Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* (org. de Carmen Parrilla Garcia e Mercedes Pampin Barral), Volume 3, Noia, Toxosotos, pp. 401-431.

REBELO, Luís de Sousa (1983), *A concepção do poder em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte.

——— (1998), «As crónicas portuguesas do século XVI», *Viagens do Olhar: Retrospeção, Visão e Profecia no Renascimento Português* (da autoria de Fernando Gil e Hélder Macedo, com uma contribuição de Luís de Sousa Rebelo), Porto, Campo das Letras.

REI, António (2008), *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, Lisboa, Colibri.

——— (2009), «Apresentação Da Tese : O Louvor da Hispânia na Cultura letrada Medieval Peninsular», *Medievalista on-line*, ano 5, número 6, URL : <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-tese-rei.htm>, consultado a 17/06/2010.

RODRIGUES, José Maria (1980), *Fontes d'Os Lusíadas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

ROSA, Maria de Lurdes (1996), «As feridas do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média», *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 3, pp. 83-123, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Universidade do Minho.

——— (2002), «A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida», *Lusitania Sacra*, 2ª série, Volume 13 – 14, Lisboa, pp. 369-450.

RUSSELL, Peter (1941), *As fontes de Fernão Lopes*, Coimbra, Coimbra Editora.

——— (1996), «Archivists as Historians: The Case of the Portuguese Fifteenth-Century Royal Chroniclers», *Historical Literature in Medieval Iberia*, Papers of the Medieval Hispanic Research Seminar, Volume 2, org. de Alan Deyermond, Londres, Department of Hispanic Studies, Queen Mary and Westfield College.

SARAIVA, António José (1988), *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva.

SCARLATTI, Lisa (1974), *Os Homens de Alfarrobeira*, Lisboa, Imprensa Nacional.

- SENA, Jorge de (1988), «Cristóvão Rodrigues Acenheiro», *Estudos de Literatura Portuguesa III*, Lisboa, Edições 70.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977), *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa, Biblioteca Breve do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- SILVA, Elsa Maria Branco da (1998), «As antigas traduções da Vita Tellonis e da Vita Theotonii», *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, ed. Aires Augusto Nascimento, Lisboa, Colibri, pp. 253-316.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1987), «A “leitura” de Deus e as leituras dos homens», *Colóquio/Letras*, número 100, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOARES, Torquato de Sousa (s/d), Introdução a *Crónica de D. Pedro de Fernão Lopes. Trechos escolhidos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- SOBRAL, Cristina (2005), «O modelo discursivo hagiográfico», *Modelo. Actas do V Colóquio da Secção portuguesa da AHLM* (org. de José Carlos Miranda e Ana Sofia Laranjinha), Porto, Faculdade de Letras do Porto, pp. 97-108.
- SOUSA, Armindo de (2009), *A Morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica*, Porto, Fio da Palavra.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2009), «Idade Média (Séculos XI – XV)», in *História de Portugal* (coordenação de Rui Ramos e autoria de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro), Lisboa, Esfera dos Livros.
- TAROUCA, Carlos da Silva (1951), «Terão aparecido as crónicas perdidas de Fernão Lopes?», Separata da Revista *Brotéria*, Lisboa.
- TATE, Robert Brian (1970), *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, Madrid, Gredos.
- TAVANI, Giuseppe (2002), «O Provenzal dos trovadores Galego-Portugueses e o problema da heterodoxia expresiva», *Iberia Cantat (Estudios sobre poesía hispánica medieval)*, Edición a cargo de Juan Casas Rigall e Eva María Díez Martínez, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- TELES, Manuel Tavares (2009), *Camilo e Ana Plácido*, Porto, Caixotim Edições.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa (s/d), *Duas palavras a respeito de Rui de Pina*, s/l, edição do autor.
- VENTURA, Leontina (2006), *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- VILAR, Hermínia (2005), *D. Afonso II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ZUQUETE, Afonso E. (2000), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Zairol.

BASES DE DADOS ELECTRÓNICAS

<http://sunsite.berkeley.edu/PhiloBiblon/phhmbp.html>

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS (4)

INTRODUÇÃO (7)

Parte I - A *Crónica de Portugal de 1419*

1. Manuscritos: datação, conteúdo e relações estemáticas (16)
 - O manuscrito C (16)
 - O manuscrito P (19)
 - A cópia fragmentária Pf (20)
 - A cópia fragmentária T (23)
 - A cópia fragmentária L (25)
 - Relações estemáticas entre os manuscritos da C1419 (26)
2. A *Crónica de 1419*: o conteúdo e o problema da autoria (27)
 - Conteúdo e datação (27)
 - Autoria. A *Crónica de 1419* e as Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal (28)
 - As crónicas oficiais dos primeiros reis de Portugal (30)
 - A *Crónica de 1419* e as Crónicas «perdidas» de Fernão Lopes (43)

Parte II - A *Crónica de Portugal de 1419*: fontes e estratégias

1. A *Crónica de 1419* e a tradição historiográfica: processos globais de construção textual
 - 1.1. Estruturação do discurso com base na retoma de textos pré-existentes: a tradição afonsina e sua herança (68)
 - 1.2. A *Crónica de 1419* e a tradição afonsina: continuidades e rupturas (75)
 - 1.2.1. A *Crónica de 1419*: processos globais de construção textual (79)
 - i) Retoma de textos anteriores (80)
 - ii) Adopção do texto da *Crónica de 1344* e inserção de porções textuais vindas de outras fontes de acordo com dois critérios: o cronológico e o temático (82)
 - iii) Harmonização e clarificação textual (92)
 - iv) Elaboração de uma macroestrutura (95)
 2. A *Crónica de 1419*: fontes e estratégias (97)
 - 2.1. Fonte estrutural básica: a C1344 (99)
 - 2.1.1. A C1419 e as duas versões da C1344 (101)
 - a) a *IV^a Crónica Breve*, a C1344 e a C1419 (102)
 - b) a *IV^a Crónica Breve*, fonte da C1419? (105)
 - c) A primeira redacção da C1344, fonte da C1419. Implicações (110)
 - 2.1.2. Uso da C1344 pela C1419 (112)
 - 2.2. Fontes Estruturais Suplementares (143)
 - 2.2.1. O *De Expugnatione Scalabis* (143)
 - 2.2.2. O *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente* (151)
 - 2.2.2.1. As duas versões do *Relato* e a C1419 (151)
 - 2.2.2.2. Uso do *Relato da Fundação do Mosteiro de S. Vicente* pela C1419 (155)
 - 2.2.3. O Poema Latino da Conquista de Alcácer do Sal (*Carmen Gosuini*) (162)
 - 2.3. Fontes Secundárias (173)
 - 2.3.1. A *Vita Teothonii* (173)
 - 2.3.2. Os *Miracula Vicentii* (177)
 - 2.3.3. A *Vida da Rainha Santa Isabel* (182)
 - 2.3.4. Fontes documentais (192)
 - 2.4. Fontes problemáticas (196)
 - 2.4.1. Terá a C1419 conhecido uma versão da *Estoria de Espanha*? (196)
 - 2.4.2. Conheceu a C1419 uma cópia da *Crónica do Mouro Rasis*? (198)
 - 2.4.3. A chamada *Crónica da Conquista do Algarve* e a C1419 (203)
 - 2.4.3.1. A CCA e a C1419: semelhanças e diferenças (206)
 - 2.4.3.2. A tese da autonomia e anterioridade da CCA (209)
 - 2.4.3.2.1. Dúvidas acerca dessa teoria (210)

Conclusão (223)

Parte III - A *Crónica de Portugal de 1419*: posteridade (a *Crónica de 1419* e a historiografia ibérica dos séculos XV e XVI)

Propósitos e Metodologias (231)

1. A *Crónica Breve do Arquivo Nacional* e a *Crónica de 1419* (239)

2. A Terceira redacção da *Crónica de 1344* e a *Crónica de 1419* (245)

3. A *Crónica de 1419* e o *Memorial Português de 1494* (255)

4. Duarte Galvão e a *Crónica de 1419* (259)

4.1. Relações entre o ms. Alcobacense 290 BN e a *Crónica de 1419* (259)

4.1.1. O ms. Alcobacense 290 BN (259)

4.1.2. O ms. Alcobacense 290 BN e a historiografia medieval. O ms. 290 e a *Crónica de 1419* (261)

4.1.2.1. A versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* e a *Crónica de 1419* (265)

A *Crónica de 1419*, fonte já da versão primitiva? (271)

4.1.2.2. A *Crónica de 1419*, fonte de SAL. (276)

4.1.2.3. Filiação da versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão na tradição manuscrita da *Crónica de 1419* (279)

4.1.3. O ms. 290 foi copiado antes de que a segunda mão o refundisse. O testemunho de Évora CIII-2/12 (290)

4.2. A Versão Vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques* e a *Crónica de 1419* (293)

4.2.1. Filiação da Versão Vulgata da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão na tradição manuscrita da *Crónica de 1419* (293)

4.2.2. Forma de aproveitamento da *Crónica de 1419* pela *Crónica de D. Afonso Henriques*: repetição e diferença (296)

a) Consulta adicional de fontes (297)

b) Sequencialização da narrativa (301)

c) Ressemantização da fonte principal. Construção de um discurso providencialista

i) O prólogo (304)

ii) Comentários do autor/narrador (307)

iii) Amplificação ou reescrita pontual do texto-fonte (309)

Conclusões (312)

5. Rui de Pina e a *Crónica de 1419* (314)

5.1. Partes das Crónicas de Rui de Pina derivadas da *Crónica de 1419* (314)

Crónica de D. Sancho I (314)

Crónica de D. Afonso II (317)

Crónica de D. Sancho II (319)

Crónica de D. Afonso III (321)

Crónica de D. Dinis (322)

Crónica de D. Afonso IV (325)

5.2. Localização do exemplar da *Crónica de 1419* manejado por Rui de Pina no estema desta obra actualmente passível de reconstrução (327)

5.3. Modo como Rui de Pina usou a *Crónica de 1419* (329)

a) Correções (331)

b) Omissões (332)

5.4. A *Crónica de 1419* e a historiografia de Afonso XI. O testemunho de Rui de Pina (336)

Conclusões (345)

6. Cristóvão Rodrigues Acenheiro e a *Crónica de 1419* (346)

6.1. Partes da *Crónica de 1419* copiadas ou sumariadas por Acenheiro (3469)

6.2. Localização do exemplar da *Crónica de 1419* manejado por Acenheiro no estema desta obra actualmente passível de reconstrução (351)

6.3. Modo como Acenheiro usou a *Crónica de 1419*. Conclusões (354)

a) Omissões (355)

b) Comentários do compilador (357)
c) Preferência por outras fontes (359)
Conclusões (362)
7. Gaspar Correia e a <i>Crónica de 1419</i> (363)
7.1. A compilação de Gaspar Correia e as crónicas dos sete primeiros reis de Portugal (363)
7.2. A compilação de Gaspar Correia e a <i>Crónica de 1419</i> (365)
i) No relato do reinado de Sancho II, Correia usou a <i>Crónica de 1419</i> e não a Crónica de Pina (365)
ii) Gaspar Correia teve acesso a uma cópia integral da <i>Crónica de 1419</i> : o reinado de D. Afonso III (368)
iii) Localização do exemplar da <i>Crónica de 1419</i> manejado por Gaspar Correia no estema da <i>Crónica de 1419</i> (370)
iv) Modo como Gaspar Correia usou a <i>Crónica de 1419</i> . Conclusões (372)
8. O Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP e a <i>Crónica de 1419</i> (375)
8.1. O Sumário de Crónicas do ms. 1198 da BPMP e os sete primeiros reis de Portugal
a) D. Henrique e D. Afonso Henriques (375)
b) D. Sancho I (382)
c) D. Afonso II (385)
d) D. Sancho II (389)
e) D. Afonso III (389)
f) D. Dinis (391)
g) D. Afonso IV (393)
8.2. O Sumário de Crónicas do ms. 1198 BPMP e a <i>Crónica de 1419</i> (396)
Conclusões (405)
9. A <i>Crónica de 1419</i> e uns Sumários dos Reis de Portugal em língua castelhana (406)
Características materiais e conteúdo do ms. 2268 da BNE (406)
O Sumário de Crónicas do ms. 2268 BNE (407)
Estrutura do Sumário. O Sumário e as Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal
a) A estrutura do Sumário de Crónicas do ms. 2268 BNE. Acrescentos às Crónicas de Pina e Galvão (409)
b) O Sumário de Crónicas do ms. 2268 BNE e a <i>Crónica de 1419</i> (418)
CONCLUSÕES GERAIS (424)
ANEXOS (429)
BIBLIOGRAFIA (444)
Manuscritos (444)
Edições (444)
Estudos (449)
ÍNDICE (463)